



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - MESTRADO

Maria Eduarda de Medeiros Brandão

HOMENS DE ARMAS E DE NEGÓCIOS: CRISTÃOS-NOVOS MERCADORES NAS
GUERRAS DE CONQUISTA DA PARAÍBA E SERGIPE D'EL REI (1585 – 1590)

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para obtenção de grau de mestre, sob a orientação do Prof. Dr. Gustavo Acioli Lopes e a coorientação do Prof. Dr. Bruno R. F. Miranda.

RECIFE

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M333h

Brandão, Maria Eduarda de Medeiros
HOMENS DE ARMAS E DE NEGÓCIOS : CRISTÃOS-NOVOS MERCADORES NAS GUERRAS DE
CONQUISTA DA PARAÍBA E SERGIPE D'EL REI (1585 – 1590) / Maria Eduarda de Medeiros Brandão. - 2023.
308 f. : il.

Orientador: Gustavo Acioli Lopes.
Coorientador: Bruno Romero Ferreira Miranda.
Inclui referências.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2023.

1. cristãos-novos. 2. Paraíba. 3. Sergipe. 4. Conquista. 5. mercadores. I. Lopes, Gustavo Acioli, orient. II. Miranda, Bruno Romero Ferreira, coorient. III. Título

CDD 981

RESUMO

No século XVI, a expansão ultramarina ibérica foi marcada por elementos relacionados à violência presente na interseção entre as guerras de conquista e o comércio. Não raro, agentes mercantis atuantes nessa interseção serviram como homens de armas e de negócios, visando penetrar nos espaços de além-mar, garantir suas posições em determinado circuito ou auferir lucros e bens materiais, provenientes dos espólios dos conflitos. Essas e outras características inerentes ao momento direcionaram essa pesquisa com a intenção de compreender aspectos referentes à participação dos agentes mercantis nos contingentes de conquista, para o estabelecimento das capitâneas da Paraíba (1585) e Sergipe (1590), através da trajetória de mercadores cristãos-novos vinculados às redes comerciais ultramarinas, que fizeram parte da gente de guerra desses confrontos. Seguindo o fio dos destinos individuais desses sujeitos, mediante os rastros que seus nomes deixaram na documentação do Santo Ofício e nas fontes referentes a essas campanhas, acredita-se ser possível analisar seus interesses, articulações, participações e butins, para melhor compreender a maneira como foram inseridos, como atuaram nesses processos e a relação estabelecida pelos sujeitos com os territórios, no rescaldo das conquistas.

ABSTRACT

During the 16th century, the process of Iberian overseas expansion followed different elements of violence across the intersection between wars of conquest and long-distance trade. Often merchants served as both men-at-arms and businessmen, aiming to penetrate overseas markets, secure their positions in a given commercial circuit, or earn profits and material goods from the spoils of warfare. In light of these elements, this research aims to understand different aspects regarding the participation of mercantile agents in the wars of conquest of the captaincies of Paraíba (1585) and Sergipe d'El Rei (1590) through the trajectories of New Christian merchants connected to overseas commercial networks, that took part directly in the conflicts. Both campaigns intended to establish new Portuguese settlements in Brazil while enslaving the indigenous populations, besides expanding the sugar industry and the internal supply needed to support this market. To achieve the said purpose, we inspect the lives and itineraries of selected individuals through the traces left by sources such as the inquisitorial records and the chronicles of the campaigns. This effort intends to understand their motives, respective participations, prizes of war, and the relationship established by the subjects with the conquered territories in the aftermath of battle.

MARIA EDUARDA DE MEDEIROS BRANDÃO

**HOMENS DE ARMAS E DE NEGÓCIOS: CRISTÃOS-NOVOS MERCADORES NAS
GUERRAS DE CONQUISTA DA PARAÍBA E SERGIPE D'EL REI (1585 – 1590)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

APROVADA EM: ____ / ____ /2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gustavo Acioli Lopes
Universidade Federal Rural de Pernambuco-Orientador

Prof. Dr. Bruno Romero Ferreira Miranda
Universidade Federal Rural de Pernambuco-Co-orientador

Prof. Dr. Janaína Guimarães da Fonseca e Silva
Universidade Federal Rural de Pernambuco-Examinador(a) interno(a)

Prof. Dr. Daniel Strum
Universidade de São Paulo-Examinador Externo

AGRADECIMENTOS

A pesquisa a seguir teve início em 2021, em meio às adversidades decorrentes da pandemia do COVID-19. A singularidade do momento permitiu que, mesmo sendo este um trabalho associado ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRPE, sediado no Recife, foi desenvolvido como parte de um mestrado realizado à distância, enquanto eu residia em João Pessoa, na Paraíba. Os resultados apresentados são fruto da solidariedade e cooperação entre diferentes grupos, abrangendo desde o meio acadêmico até os círculos de amizade e familiares.

Desejo ressaltar o acompanhamento dos meus orientadores, *Gustavo Acioli Lopes* e *Bruno Romero Miranda*, evidenciando a pertinência de suas observações e contribuições. Adicionalmente, registro a minha gratidão infinita pelo empenho dedicado às revisões de todos os materiais que lhes submeti. Mesmo diante do isolamento que permeou todo o desenvolvimento da pesquisa e apesar da distância física, ambos foram capazes de identificar qualidades e características em mim que eu desconhecia, trazendo-as à tona nos momentos mais cruciais.

Também gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos pelos conselhos e materiais recomendados pelos membros da banca de qualificação, *Daniel Strum* e *Janaína Guimarães da Fonseca e Silva*. Vinda de uma família sem histórico acadêmico e dando meus primeiros passos no campo, foi uma experiência extraordinária ver minhas referências bibliográficas ganhando vida e fazendo arguições relativas ao meu trabalho. As sugestões apresentadas foram profundamente ponderadas e contribuíram de forma significativa ao resultado final.

É de suma importância, também, expressar meu agradecimento a todos os docentes do Programa de Pós-Graduação em História da UFRPE que contribuíram para as reflexões desenvolvidas. Retornando à singularidade do momento da pandemia, tive a oportunidade também de participar remotamente de uma disciplina do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, intitulada "*Tópicos Especiais - Micro-História e História Global: Problemas e Métodos em Confronto*", ministrada pelo Professor *Henrique Espada Lima*. As discussões, os materiais e as sugestões provenientes dessa disciplina foram indispensáveis à essa dissertação.

Não encontro palavras adequadas para expressar minha imensa gratidão a *Mozart Vergetti de Menezes* pelo apoio e incentivo que recebi desde a graduação. Para transmitir devidamente essas intenções, talvez eu precisasse recorrer à arte abstrata, a um hipnotizador

experiente ou a um sábio das montanhas, capaz de articular de forma precisa a corrente de pensamentos que permeiam minha mente. No entanto, posso resumir tudo isso em um simples agradecimento pela amizade, por ter acreditado em mim e por ter desempenhado um papel significativo na minha trajetória acadêmica.

Seria apropriado convocar o mesmo grupo de indivíduos, talvez com a inclusão de músicos vanguardistas experimentais, para manifestarem a gratidão que sinto aos seres humanos a seguir. Em primeiro lugar, gostaria de destacar *Nino Simas Xavier*, cujos incansáveis esforços em perturbar meu próprio eremitismo ocasionalmente surtiram efeitos. Além disso, gostaria de mencionar *Pablo Gomes de Miranda*, pelos excelentes vocais no dueto de *Dancing Queen*.

Gostaria de destacar também a minha profunda gratidão a *Tio Eromar* pelas aventuras enfrentadas nas tormentas de Recife, a *Tia Mere* por suas persistentes tentativas de me acalmar, a *Jonathan* pelos auxílios emergenciais prestados ao computador e a *Calebe*, por não eliminar meu caro *Bozzak*, apesar das várias tentativas.

Expresso meus agradecimentos a *Camilla Maria Lima Silva*, que apesar de ser uma massa batida à base de farinha, leite e ovos, possibilitou um caminho essencial à continuidade de tudo. Também agradeço profundamente à *Professora Ieda Franken*, por ter aceitado ouvir.

Por fim, expresso meus mais sinceros agradecimentos à minha avó *Severina*, meu pai *Edivan* e a toda a minha família. Em especial, gostaria de destacar o esquadrão formado por minhas tias, *Marilene*, *Maristela*, *Elízia*, *Simone* e *Selúcia*. São elas as verdadeiras responsáveis pela conclusão deste trabalho.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - O Mundo Ibérico em 1600.....	131
Figura 02 - Representação Cartográfica da Primeira Jornada de Martim Leitão	157
Figura 03 - Representação cartográfica da segunda jornada de Martim Leitão	168
Figura 04 - Representação cartográfica da terceira jornada de Martim Leitão	178
Figura 05 - Grupos indígenas na fronteira setentrional da Bahia e provável localização dos aldeamentos Jesuítas (séc. XVI).....	194

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
Delimitação Temática.....	20
Síntese Historiográfica e Justificativa	21
Fontes e Enquadramentos Teórico-Metodológicos	24
Estrutura do Trabalho	34
1. ENTRE REDES E DIÁSPORAS: CRISTÃOS-NOVOS MERCADORES E A MOBILIDADE SOCIAL NA MODERNIDADE IBÉRICA.....	35
1.1. Os Negócios da Guerra: apontamentos sobre Redes Mercantis e Hierarquias Sociais. 35	
1.1.2. Hierarquias sociais: as camadas intermediárias e seus movimentos de ascensão.....	49
1.2 Mobilidade Social e as camadas intermediárias: o caso dos cristãos-novos mercadores.	53
2. "ONDE MANTINHAM-SE FRACAMENTE PROVIDOS": CRISTÃOS-NOVOS MERCADORES E O MOMENTO DEFENSIVO.....	70
2.1. As Capitanias Setentrionais nos tempos das donatarias: espaços sitiados (1534- 1549).....	70
2.2. O Governo-Geral e o estado defensivo: os engenhos como praça de guerra (1549 – 1572).86	
3. CRISTÃOS-NOVOS MERCADORES E O MOMENTO OFENSIVO: AS CAMPANHAS DA PARAÍBA E SERGIPE	115
3.1. As malhas da virada ofensiva: entre campanhas, efetivos e cabedais (1572 – 1590).....	115
3.1.3. Relaxando o cerco ao Forte de São Filipe e São Tiago: os capitães dos mercadores Ambrósio Fernandes Brandão e Fernão Soares da Cunha, nas companhias de vanguarda.	140
3.1.2 "Repartir pelos mercadores que tinham as coisas necessárias": os irmãos Nunes Correia, no processo de (re)fortificação do Rio Paraíba.	163

3.1.3	“Que defendem o porto dos piratas, vedando-lhes de fazer suas aguadas”: os mercadores Miguel Fernandes e Diogo Lopes Ulhoa, na conquista de Sergipe d’El-Rei.....	183
4.	“NÃO REPRESENTAVA SENÃO UMA PARCELA DA SUA ATIVIDADE DE HOMEM DE NEGÓCIOS”: TRAJETÓRIAS MERCANTIS NAS CINZAS DAS CONQUISTAS.....	210
4.1.	Cristãos-Novos mercadores no mundo ibérico: entre oportunidades, atribuições e negociações.....	218
4.1.3.	“Os moradores do Brasil toda a sua Fazenda tem metida em bens de raiz”: os Capitães dos Mercadores, Fernão Soares da Cunha e Ambrósio Fernandes Brandão.....	229
4.1.2.	“O homem que melhor cumpriu as obrigações do apresto das Armadas”: os irmãos Nunes Correia entre os contratos e os negócios da guerra.	254
4.1.3.	“Habilitação de sua qualidade e limpeza”: os casos de Miguel Fernandes e dos Lopes Ulhoa, entre o colonial e o ultramarino.	269
	CONCLUSÃO.....	287
	REFERÊNCIAS	292

INTRODUÇÃO

As guerras ultramarinas, os processos de expansão comercial e o papel desempenhado pelos homens de negócios nessas relações, destinam esta pesquisa a compreender a participação dos agentes mercantis nas tropas de conquista para o estabelecimento das capitâneas da Paraíba (1585) e Sergipe (1585), por meio das trajetórias de mercadores cristãos-novos que estiveram envolvidos nos confrontos.

A movimentação de capitais, pessoas e mercadorias através de conexões entre diferentes partes do globo esteve no âmago das transformações que ocorreram no início da modernidade. Para que essas circulações fossem possíveis, as bases estruturais que proporcionavam os meios de comércio, consumo e produção adaptaram-se paulatinamente às novas demandas. No seio dessas mudanças, estiveram os processos de expansão imperial europeia, escravização de africanos e indígenas, expropriação de terras e a própria violência armada que, por vezes, mesclava-se aos mecanismos das trocas mercantis. Esses e outros elementos coercitivos presentes nas dinâmicas mercantis contribuíram para que Sven Beckert (2014) concebesse o momento através das lentes de um “capitalismo de guerra”, no qual as características de violência inerentes à penetração comercial nos espaços vêm à tona, em vez de se manterem em segundo plano das atividades econômicas¹.

Nas rotas asiáticas, por exemplo, os portugueses recorreram à violência para obterem direitos de monopólio sobre o comércio. De acordo com Jan Glete (2001), as matérias de defesa das naus e outros elementos vinculados às guerras nesse cenário tornaram-se produtos a serem vendidos e passaram a contribuir como fatores que geravam impacto nas economias, como os custos de transação ou a circulação de capitais². Essas condições contribuíram para

¹ “We usually think of capitalism, at least the globalized, mass production type that we recognize today, as emerging around 1780 with the Industrial Revolution. But war capitalism, which began to develop in the sixteenth century, came long before machines and factories. War capitalism flourished not in the factory but in the field: it was not mechanized but land and labor intensive, resting on the violent expropriation of land and labor in Africa and the Americas (...) Many historians have called this the age of “merchant” or “mercantile” capitalism, but “war capitalism” better expresses its rawness and violence as well as its intimate connection to European imperial expansion. War capitalism, a particularly important but often unrecognized phase in the development of capitalism, unfolded in a constantly shifting set of places embedded within constantly changing relationships” (BECKERT, 2014, p. 14).

² “In this period Europe’s main export product to Asia may have been violence and protection. Europeans used violence to get monopoly rights to trade, they sold protection to Asian and European merchants and ships and they sold their superior technology for war to Asians who were in conflict with other Europeans and other Asians (...) Its central message is that protection from violence contributed to economic growth and that costs for protection inflicted upon competitors reduce their potential for economic growth. Protection and violence are

que os agentes ultramarinos servissem não somente como *homens de armas*, mas também de *negócios*. Nas palavras de Vitorino M. Godinho, “muitos dos nobres e cavaleiros e até fidalgos armam navios, arrematam estancos, investem em resgates, bem como em canaviais: vai surgindo o *cavaleiro-mercador*, enquanto também se alicerça o *senhorio-capitalista* (1968, p. 18)”.

Por sua vez, o avanço dos Impérios sobre o Atlântico Sul contemplou elementos na interseção entre as guerras e o comércio, que incluíam práticas como as pilhagens na costa ocidental da África, ou mesmo, a exploração intensiva da mão-de-obra escravizada indígena e africana em grandes extensões territoriais nas Américas. Como demonstra Luís F. de Alencastro (2000), não raro a articulação desses processos perpassava por iniciativas como as campanhas de conquista territorial, o tráfico de escravizados, ou mesmo, o estabelecimento de políticas e alianças com as populações e chefias locais. Isso se daria, em partes, considerando que da mesma maneira que as guerras, entradas e saques fossem meios de viabilizar as condições produtivas e comerciais necessárias, poderiam também se tornar veículos de desestabilização dos mecanismos sociais e econômicos vigentes³.

Nas partes do Brasil, por exemplo, Maria R. C. de Almeida (2000, p. 63) sugere como as alianças mantidas com as nações indígenas foram essenciais para a garantia, ocupação e manutenção da terra. Com o passar dos tempos, tornou-se mais viável às Coroas Ibéricas integrar essas populações de maneira pacífica em aldeamentos, ao invés de dizimá-las através de guerras ou escravizá-las, ainda que essas iniciativas não tenham impedido por completo a continuidade de práticas similares, sobretudo na medida em que a colonização avançava aos interiores⁴.

economic factors just as capital, labor, natural resources and transaction cost (transport, information costs, insurance, etc.)”. (GLETE, 2001, p. 72).

³ Sobre a guerra e o comércio no Atlântico Sul, Alencastro (2000) observa como do ponto de vista dos mercadores angolistas, dependentes das trocas com as feiras e do trânsito promovido por carregadores, as guerras contra o Congo seriam desastrosas, implicando na perda de fazenda e escravizados. Tornou-se necessário às autoridades, buscar limitar a conquista territorial e montar um esquema de governo indireto, ou próximo do que ocorria no Brasil, onde as autoridades apaziguaram os conflitos contra os indígenas nas fronteiras para melhor defender o litoral contra a investida de corsários, através do uso de suas forças. Não obstante, observa-se também que dentre as razões materiais que influenciavam na limitação às pilhagens, estaria a desestruturação das redes de troca terrestres ou a pressão que os colonos angolistas sofriam para pegar em armas e lutar nas guerras promovidas pelos governadores. Nesse sentido, "desde logo, saque e violência impunham-se aos angolistas para destroçar *sobados* infensos ao trato, ou comprometidos com os concorrentes europeus. Donde o ciclo zigzagueante característico da presença portuguesa em Angola: guerra-comércio-guerra-comércio" (2000, p. 107).

⁴ Observa-se, por exemplo, as expedições sertanistas e o bandeirantismo em São Paulo, alimentando uma crescente base escravizada mão-de-obra indígena mesmo nos momentos posteriores aos primeiros avanços colonizadores nas partes do Brasil. Sobre isso, ver: MONTEIRO, 1994, p. 57 - 98.

Em suma, os elementos coercitivos presentes na interseção entre as guerras ultramarinas e as trocas comerciais formam uma complexa – ou talvez instável – relação de simbiose, na qual “o obstáculo maior emerge: a guerra e o comércio dificilmente se compatibilizam. Mas este comércio revelava-se impossível de iniciar e de manter sem guerra (...)” (MAGALHÃES, 1997, p. 305).

Considera-se, nesse sentido, que a própria inserção dos agentes econômicos nos espaços dependia de uma série de características que iriam além das relações de oferta e procura, perpassando desde aspectos logísticos referentes a como os comerciantes se articulavam para atuar em determinado mercado, até uma presença mercantil que assumia aspectos belicosos, ao englobar atividades corsárias, companhias formadas por soldados-mercadores, milícias e colonos aliados às nações indígenas⁵.

Sobre os portugueses que desempenharam esses e outros papéis da Ásia ao Atlântico, sublinham-se como esses agentes pertenciam a uma mesma comunidade mercantil, ou de acordo com Daviken Studnicki-Gizbert (2007), à nação portuguesa ultramarina; composta por atores sociais e econômicos provenientes de diferentes camadas do reino e que se espalhavam pelos continentes, de maneira a melhor posicionar seus agentes nas praças comerciais, estabelecendo e conservando as conexões necessárias ao funcionamento de determinado circuito⁶.

Uma das principais características dessa composição seria a alta mobilidade dos sujeitos envolvidos, e sua principal sustentação advinha das trocas comerciais intermediadas por conexões em rede, dependentes da cooperação entre os agentes através de vínculos genealógicos, sociabilidades e associações, de maneira a operar e manter o funcionamento dessas malhas⁷. Embora esses elementos fossem comuns também a outras comunidades

⁵ BECKERT, 2014, p. 60-61. Sobre as alianças formadas com as nações indígenas, Maria R. C. de Almeida (2010) destaca: “convém lembrar que, no século XVI, a dependência dos portugueses em relação aos índios era praticamente total e a política de alianças era indispensável (...). A superioridade tecnológica das armas europeias não é absolutamente suficiente para explicar a vitória de um punhado de portugueses contra milhares de povos guerreiros, principalmente se levarmos em conta as limitações técnicas da época. A conquista do território só se explica pelas alianças que os portugueses puderam estabelecer com os índios”. (ALMEIDA, 2010, p. 48). Sobre esses aspectos, ver: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editoria FGV, 2010.

⁶ STUDNICKI-GIZBERT, 2007, p. 4-5.

⁷ STUDINICKI-GIZBERT, 2007, p. 5; EBERT, 2008, p. 61. Enquanto aspectos teóricos referentes às redes mercantis serão abordados mais adiante, inicialmente, considerar as organizações formadas por mercadores e outros elementos relacionados ao trato, seria *conceber instituições informais* operadas a partir da cooperação entre os agentes que as compunham, dispondo de diferentes níveis de autonomia na maneira como articulariam as bases necessárias para seu funcionamento. Essas dinâmicas favoreciam uma presença trans-imperial, que possibilitava alcançar espaços em que as instituições formais, partidas da própria organização dos Estados, dificilmente atingiriam, em razão de aspectos como a rivalidade entre as Coroas, suas próprias limitações e seus respectivos monopólios. Não obstante, na medida em que essas organizações informais se expandem e passam a

mercantis, a peculiaridade da nação portuguesa em relação às demais atuantes, como os ingleses ou franceses, estaria na distinção interna entre cristãos-velhos e cristãos-novos⁸.

Mais precisamente, as perseguições promovidas contra os judeus sefaradis na Península Ibérica em finais do século XV corroboraram uma política de conversões dessa camada e de seus descendentes – doravante, “cristãos-novos” –, desencadeando uma diáspora moderna que percorreu diversas partes do mundo, mediante o acolhimento dos sujeitos nos espaços através de laços genealógicos, de solidariedade econômica e outros vínculos. Aos cristãos-novos que desempenhavam ofícios mercantis, essas relações e migrações foram essenciais para que atuassem em diferentes partes do globo, conectando redes comerciais das Américas ao Norte da Europa, Levante e outros entrepostos⁹.

Como demonstra Nathan Wachtel (2009), esse processo de conversões, deslocamentos e perseguições sistêmicas culminou em traumas e angústias que perpassaram de maneira intergeracional entre os primeiros conversos e seus descendentes, contribuindo para a formação dos laços e conexões entre os sujeitos em diáspora¹⁰. No entanto, apesar desses fatores corroborarem para o estabelecimento e manutenção dessas tramas mercantis, ao mesmo tempo, poderiam resultar em atribulações ou no desmantelamento dessas mesmas

exigir uma maior complexidade em sua gestão, torna-se necessárias adequações institucionais formais. Sobre as redes mercantis enquanto instituições informais e a correlação com as instituições formais, ver: ANTUNES, C.; POLÓNIA, A. *Introduction*. In: *Beyond Empires: Global, Self-Organizing, Cross-Imperial Networks, 1500 - 1800*. Leiden; Boston: Brill, 2016; RIBEIRO, A. S. *Instituições e auto-organização em redes comerciais e financeiras no espaço Ibérico (segunda metade do século XVI – 1609)*. In: LOPES, B.; JESUS, R. L. D. *Finanças, economias e instituições no Portugal moderno: Séculos: XVI - XVIII*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019. p. 136.

⁸ STUDNICKI-GIZBERT, 2007, p. 5 – 11. Como aprofundado no decorrer desse trabalho, quando se trata dos cristãos-novos, o termo “nação” foi ressignificado dentro da comunidade para referir-se de maneira mais específica a essa camada. Segundo José A. G. de Mello (1996), seria este, por exemplo, um termo comum na documentação pertinente à primeira visitação inquisitorial nas partes do Brasil ou durante o domínio neerlandês, para designar-se aos cristãos-novos (1996, p. 11).

⁹ VAINFAS, 2010, p. 27 – 32. Segundo Jonathan Israel (2009), dentre as conexões comerciais mais presentes na economia atlântica estaria a disseminação de cristãos-novos mercadores nas Américas, interligados através das redes mercantis, vínculos genealógicos e outros laços aos judeus sefaradí estabelecidos em Amsterdã. Dos principais circuitos a ilustrarem essa conexão, estariam os açúcares presentes nas capitânicas da América portuguesa. Não obstante, nota-se que parte desse contexto perpassa pela condição do “judeu novo”, ou o cristão-novo que em terras de maior tolerância religiosa, como Amsterdã, retornam ao judaísmo. Para um maior aprofundamento acerca das conexões atlânticas entre os cristãos-novos e os judeus de Amsterdã, ver: ISRAEL, Jonathan. *Jews and crypto-jews in the atlantic world systems (1500 – 1800)*. In: KAGAN, R. L.; MORGAN, P. D. *Atlantic Diasporas: jews, conversos, and Crypto-jews in the Age of Mercantilism: 1500 – 1800*. Baltimore: John Hopkins University Press, 2009. Sobre os cristãos-novos que retornaram ao judaísmo nos territórios neerlandeses, ver: KAPLAN, Y. *Amsterdam, the forbidden lands, and the dynamics of the sephardi diaspora*. In: *The Dutch Intersection: the Jews and the Netherlands in Modern History*. Leiden; Boston. Brill, 2008.

¹⁰ Segundo Nathan Wachtel (2009), os traumas vivenciados pelos cristãos-novos em diáspora foram perpassados de maneira geracional por meio da transmissão de uma “memória marrana”, ou um conjunto de práticas culturais, religiosas e sociais mantidas na comunidade, referentes à lembrança de um passado judaico. Sobre os pormenores elucidativos dessa memória e como foi perpassada pelos descendentes, ver: WACHTEL, 2009, p. 357 – 369.

redes. Como aprofundado mais adiante, um dos exemplos mais condicionantes do impacto das perseguições antijudaicas sobre essas redes mercantis seria o estabelecimento do Santo Ofício em Portugal, no ano de 1536, que tornou os cristãos-novos o principal alvo das atividades inquisitoriais no reino e nas demais possessões ultramarinas, além de ser o motivo explícito para a fundação desse tribunal (BETHENCOURT, 2000, p. 338).

Chegando ao Brasil em maiores quantidades no último quartel do século XVI, da mesma maneira que os cristãos-velhos, os cristãos-novos tornaram-se agentes ativos no processo de conquista e colonização do território (SALVADOR, 1979)¹¹, com os comerciantes provenientes dessas camadas adentrando as expedições armadas em conjunto com os demais funcionários régios, colonos não-vinculados ao trato mercantil e os indígenas aliados, que formavam a principal parcela dos contingentes presentes nas campanhas (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 121). Dentre os elementos mais incisivos motivando essas expedições e os interesses de participação da comunidade mercantil nos avanços, estaria a conjuntura de preços referentes à comercialização dos açúcares no ultramar, favorável à expansão das terras conquistadas, das bases produtivas e dos mecanismos de troca na América portuguesa, o que culminou no aumento do número de engenhos, na exploração da mão-de-obra escravizada e em mercadores dispostos a garantir seus posicionamentos nesse circuito¹².

Empreendimentos dessa magnitude terminariam por acarretar custos elevados para uma Fazenda Régia já sobrecarregada com outras questões, referentes à presença lusitana no ultramar. Assim, não seria incomum que a Coroa também executasse seus projetos por intermédio de particulares provenientes de diferentes camadas. Nesse sentido, Rodrigo Ricupero (2009, p. 13) sugere que, para garantir o necessário à colonização, a metrópole utilizou recursos humanos e financeiros provenientes de privados para viabilizar seus projetos e evitar sobrecarregar suas funções. Como moeda de troca, estariam em jogo elementos como

¹¹ SALVADOR, J. G. *Parte B - A presença dos cristãos-novos na conquista do solo brasileiro*. In: SALVADOR, José Gonçalves. *Os cristãos-novos: povoamento e conquista do solo brasileiro (1530 — 1680)*. São Paulo: Pioneira, 1976. P. 241 – 262.

¹² No último quartel do séc. XVI, um crescimento acelerado no número de engenhos, principalmente nas capitânicas da Bahia e Pernambuco, foi estimulado por uma conjuntura internacional favorável, que fazia elevar os preços referentes aos açúcares. Essas condições contribuíram para que as partes do Brasil se tornassem a principal região exportadora do produto nesse período, incentivando os mercadores interessados em adentrarem a esse circuito. Sobre isso, ver: STRUM, D. *Os dedos*. STRUM, D. *O comércio do açúcar: Brasil, Portugal e Países Baixos (1595-1630)*. Rio de Janeiro; Versal: São Paulo: Odebrecht, 2012; p. 212 – 217; SCHWARTZ, Stuart. *Preços e produção*. In: SCHWARTZ, S. B. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial, 1550 - 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. P. 147 – 149; EBERT, C. *Supply, demand, prices and profitability*. In: *Between Empires: Brazilian Sugar in the Early Atlantic Economy, 1550 - 1630*. Leiden; Boston: Brill, 2008. P. 151 – 176.

a posse das terras conquistadas, a concessão de cargos administrativos e outras gratificações de cunho material e honorífico, visando recompensar essa camada e atizar seus interesses.

Segundo Anita Novinsky (2013, p. 43), na metrópole, os cristãos-novos estariam sujeitos a políticas, como os Estatutos de Pureza do Sangue, que estimulavam as instituições a excluírem de seus quadros aqueles de ascendência judaica ou moura. Nas partes do Brasil, os estatutos foram aplicados com critérios mais flexíveis quando considerados em relação à metrópole, permitindo que na colônia os cristãos-novos atingissem determinadas condições de status dificilmente alcançadas no reino. Nesse sentido, a autora demonstra como, além de desempenharem papéis variados, entre bandeirantes, lavradores, mecânicos, mestres do açúcar, soldados, senhores de engenho e outros, a própria condição de senhor de engenho terminaria atribuindo relevância social, terras e escravizados a ambos, cristãos-velhos e novos¹³. Por sua vez, Janaína G. F. Silva observa como sujeitos conectados às redes comerciais estiveram presentes nas principais capitâneas açucareiras das partes do Brasil, como a Bahia e Pernambuco. Ao desembarcarem, tanto os cristãos-velhos como os novos enfrentaram as singularidades inerentes ao espaço, "com índios a combater, terras a conquistar e engenhos a montar" (2012, p. 186).

Durante esse período, uma conjuntura comercial característica dos mercadores cristãos-novos começou a ser delineada no ultramar, corroborando a disseminação desse segmento da Ásia ao Atlântico. De acordo com Sanjay Subrahmanyam (2012), a incorporação de Portugal e suas possessões pela Monarquia Hispânica – ou a União Ibérica (1580 – 1640) – proporcionou uma "era de ouro" aos mercadores cristãos-novos de grosso-trato, ao menos no âmbito econômico, contribuindo para que se tornassem uma das principais camadas a ascender socialmente durante a Coroa dos Habsburgo, embora continuassem suscetíveis às perseguições.¹⁴ Aprofundando esses aspectos, James C. Boyajian (1993, p. 11) afirma como isso ocorreu em razão da ascensão de famílias cristãs-novas da elite mercantil portuguesa aos contratos da pimenta, em detrimento das casas estrangeiras italianas e germânicas que, até então, não demonstravam os mesmos interesses no Atlântico. Isso corroborou para que uma cadeia de agentes, dispostos em diferentes partes, integrasse de maneira mais eficiente os mercados das Américas à Carreira das Índias¹⁵.

Sujeitos conectados a esse cenário, através das redes mercantis, desembarcaram durante esse período em Pernambuco e na Bahia, articulando malhas comerciais ou sendo

¹³ NOVINSKY, 2013, p. 57 – 65.

¹⁴ SUBRAHMANYAM, 2012, p. 124 – 130.

¹⁵ BOYAJIAN, 1993, p. 30 – 38.

inseridos nas demais que já existiam. Segundo Janaína G. F. Silva (2012, p. 196), as relações que os recém-chegados travaram nesses espaços contribuíram para o estabelecimento de redes mercantis de caráter heterogêneo, englobando desde os cristãos-velhos presentes nessas capitanias até os judeus e mercadores flamengos nas praças neerlandesas. Em parte, essas sociabilidades ocorreram considerando uma tendência ao casamento entre cristãos-novos e cristãs-velhas na capitania de Pernambuco, apesar de, na Bahia, a inclinação à endogamia ter sido mais comum (idem, p. 190). Essas diferenciações, entretanto, não excluíram as necessidades das redes de comercializar com pessoas provenientes de diversas origens, para garantir a sobrevivência de suas tramas comerciais, apesar dos abalos que poderiam recair sobre os agentes cristãos-novos em razão das perseguições.

A primeira visitação inquisitorial às partes do Brasil (1591–1595), por exemplo, terminou por provocar a realocação de muitos dos cristãos-novos que atuavam nas redes mercantis, devido às prisões e outras atribuições decorrentes do cenário. Outros conseguiram manter suas posições nos espaços, mas acabaram sendo redirecionados pela própria natureza mutável das trocas. Houve ainda aqueles que perpetuaram suas presenças nos territórios, com as gerações seguintes firmando raízes na terra.¹⁶

Nesse sentido, suas trajetórias apontavam não somente para as atribuições inerentes a um cenário de perseguição, mas também para a própria natureza instável da elite senhorial que se envolveu no trato dos açúcares. Evaldo C. de Mello (2009) utiliza a noção de “açucarocracia” para designar essa camada, acrescentando que nos primeiros momentos da indústria, muitos estabeleceram seus engenhos sem aspirações de “enobrecimento informal” através dos status que a propriedade canavieira agregava, mas visando fins meramente

¹⁶ SILVA, 2012, p. 190 – 197. No que corresponde à relação entre o Santo Ofício e os cristãos-novos mercadores nas capitanias açucareiras, Silvia C. Ricardo (2006) sugere que a primeira visitação inquisitorial foi atraída não somente pelas matérias da fé, mas também pelo desenvolvimento econômico desses espaços. Entretanto, muitos dos agentes comerciais implicados pelos tribunais terminaram retornando ao reino e perpetuando as redes mercantis através do deslocamento. Dentre as conclusões a serem tiradas, a autora afirma que: “(...) as ações pontuais da Inquisição em relação a diversas famílias de mercadores, sem aniquilá-las, permitindo que as redes parentais se refizessem nos levam a crer que por mais que as autoridades do Santo Ofício desejassem, não podiam exterminá-las, sob a pena de desestruturar de maneira irreversível a economia lusa. Apesar disso, foi elemento importante para dispersão de grandes cabedais que investiram em negócios ultramarinos” (RICARDO, 2006, p. 143). Sobre os cristãos-novos abastados que perpetuaram suas linhagens na terra, Evaldo C. de Mello (2009) sugere como essa camada adentrou às elites locais e miscigenou-se até que a ascendência sefardita se tornasse distante. Entretanto, manipulações genealógicas foram feitas no decorrer dos tempos para, ao mesmo tempo, escondê-la. Sobre isso, ver: MELLO, E. C. D. *O Nome e o Sangue: uma parábola genealógica no Pernambuco Colonial*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009. P. 45 – 74.

especulativos. Isso criou um segmento de mercadores-senhores-de-engenho que tornavam provisórias suas permanências nas capitâneas, de acordo com os rumos do comércio¹⁷.

Outras perspectivas, no entanto, encontram nas guerras de conquista a chave para o estabelecimento das primeiras elites coloniais, ou a nobreza da terra, composta por famílias quinhentistas que criaram raízes no território e permaneceram por gerações após atuarem nas campanhas de conquista territorial. Em troca, tornaram-se responsáveis pela organização das bases produtivas coloniais, que incluíam desde as sesmarias para o cultivo da cana-de-açúcar até as lavras de ouro e a pecuária, mediante a concessão de terras e cargos administrativos pela Coroa, como recompensas por suas atuações. Segundo João L. R. Fragoso, Carla M. C. de Almeida e Antônio J. de Sampaio (2007), para esses "fidalgos quinhentistas", essas e outras práticas, como o serviço à custa de suas fazendas ou o uso de escravizados armados nessas empreitadas, sendo negros ou indígenas, atribuíam-lhes legitimidade. Ao mesmo tempo, representavam gastos ou o não investimento de parte dos rendimentos no comércio.¹⁸

Ainda que diversificados, esses olhares terminam sendo representativos dos diferentes tipos de agentes sociais encontrados no cenário ultramarino. Segundo Luís F. de Alencastro (2000), seria possível estabelecer separações entre o "homem ultramarino" e o "homem colonial". Enquanto o primeiro buscava sua carreira circulando no além-mar, angariando lucros, recompensas e títulos desfrutáveis na corte, o segundo percorreria diferentes regiões do Império, mas terminaria por apostar suas fichas no acúmulo de promoções sociais e econômicas em determinada praça, mantendo nessas partes bens materiais e herdeiros por gerações a fio¹⁹.

¹⁷ MELLO, 2009, p. 140-141. Segundo o autor, o enraizamento da açucarocracia e transformação em nobreza da terra ocorreu à longo prazo, com suas continuidades e descontinuidades perpassando também pelo período de dominação neerlandesa e restauração do poder lusitano, após as guerras que foram travadas. Enquanto na Bahia essas condições não decorreram da mesma maneira, em Pernambuco e nas demais capitâneas açucareiras que foram submetidas aos neerlandeses, o período *post-bellum* foi de estagnação, crise econômica e luta pela governança. O sistema açucareiro estava devastado, os preços dos açúcares em queda e impostos significativos recaíam sobre senhores de engenho sem recursos para atendê-los, após as táticas de terra arrasada que foram aplicadas em suas plantações. Os Restauradores – ou aqueles que lutaram contra os neerlandeses – e seus descendentes, acreditavam ter mais direito às funções públicas do que recém-chegados ao reino. Esses quadros originaram uma *nobreza da terra* sem a mesma inclinação à circulação dos sujeitos, comuns à açucarocracia do *antebellum*. (MELLO, 2008, p.151). Como observou Mozart V. de Menezes (2012), por exemplo, na capitania da Paraíba os Restauradores passaram a enxergar a entrada na administração pública como um direito natural de conquista. Aqueles que foram agraciados com essas posições, seja na Justiça, na Milícia ou na Fazenda, "(...) foram providos como prêmio, tendo em vista os merecimentos pelo reconhecimento ao sangue derramado em nome da Coroa, como fiéis vassalos de Sua Majestade. (...) A Fazenda Real paraibana se reiniciava, portanto, como um espólio de conquista". (2012, p. 68). Sobre isso, ver: MENEZES, M. V. *Colonialismo em ação: fiscalismo, economia e sociedade na Capitania da Paraíba (1647 – 1755)*. João Pessoa: Editora UFPB, 2012

¹⁸ ALMEIDA; FRAGOSO; SAMPAIO, 2007, p. 19-24.

¹⁹ ALENCASTRO, 2000, p. 103-104.

Destaca-se, nesse sentido, como diferentes questões perpassam a participação da comunidade mercantil nas guerras de conquista, que englobam desde a inserção dos agentes nos espaços, perseguições sistêmicas a parte de suas camadas e até a relação de permanência ou realocação dos sujeitos nos territórios conquistados. No caso dos mercadores cristãos-novos que se inseriram nas campanhas de conquista territorial do século XVI, a documentação proveniente das devassas inquisitoriais forneceu mais informações acerca de suas atividades comerciais, exercícios bélicos e trajetórias em geral, principalmente quando considerados em relação aos cristãos-velhos inseridos nos mesmos locais.

Dessa forma, concentrar as análises sobre os comerciantes de origem cristã-nova que atuaram nas guerras coloniais, torna-se um caminho para identificar aspectos referentes aos sujeitos econômicos no campo de batalha e compreender as maneiras como as guerras ultramarinas poderiam adentrar as estratégias das redes mercantis nos espaços coloniais²⁰. Parte-se do pressuposto de que, perante os quadros de homens de negócios que atuam também como combatentes, observar suas experiências em batalha e os espólios de guerra que derivaram dessas atividades, torna-se um caminho para descobrir aspectos referentes a como suas trajetórias sociais e econômicas vinculam-se às guerras, tanto em campo, quanto no momento posterior aos conflitos.

Essas condições estiveram presentes, por exemplo, nas conquistas das capitanias da Paraíba e Sergipe, ocorridas em 1585 e 1590, respectivamente. Em geral, ambas as campanhas estiveram inseridas numa mesma conjuntura de expansão territorial e comercial promovida nos arredores das principais capitanias açucareiras de Pernambuco e Bahia. O objetivo era garantir a segurança de seus limites, expandir os espaços de produção e conseguir terras e escravizados indígenas para os colonos dessas localidades²¹. Concebendo ambas as conquistas de modo individual, a primeira foi proveniente da necessidade de expandir a

²⁰ Buscar analisar a correlação entre as redes mercantis e seus comerciantes com as guerras, não seria uma aproximação inédita. Em *The Business of War*, por exemplo, David Parrott (2012) observa o papel das redes comerciais e das casas mercantis, principalmente germânicas e neerlandesas, no aprovisionamento das tropas. Outros, aproximam-se da temática através de trajetórias individuais. Nesse exemplo, observa-se como Michael Martoccio (2021) faz um estudo de caso em torno da trajetória de Jacob Levi, um mercador judeu sediado em Gênova que, através de suas redes comerciais e experiência mercantil, passou a atuar como contratador e fornecedor de grãos e outros materiais de guerra, como pólvora, para o exército de Bourbon, no Norte da Itália, entre 1702 e 1706. Sobre isso, ver: PARROT, D. Operations and structures. In: PARROTT, D. *The Business of War Military Enterprise and Military Revolution in Early Modern Europe*. New York: Cambridge University Press, 2012.; Martoccio, M. *'A man of particular ability': A Jewish-Genoese military contractor in the fiscal-military system*. Martoccio, Michael. *'A man of particular ability': A Jewish-Genoese military contractor in the fiscal-military system*. Business Histor: Taylor Francis Group, 2021.

²¹ Para uma concepção das conquistas da Paraíba e Sergipe dentro de uma mesma conjuntura, ver: RICUPERO, R. *As novas conquistas: Paraíba e Sergipe*. In: RICUPERO, R. *A Formação da Elite Colonial, Brasil c. 1530 - 1630*. São Paulo: Alameda, 2009. P. 305 – 313.

indústria açucareira pernambucana para o Rio Paraíba, visando garantir o estabelecimento de novos assentamentos coloniais ao Norte do território. Isso implicava desbaratar a aliança franco-potiguara vigente nesse espaço e reforçar as defesas da Monarquia Hispânica sobre o Atlântico Sul (GONÇALVES, 2007, p. 36; BRITO, 2020, p. 43).

Por sua vez, a conquista de Sergipe serviu ao estabelecimento de um caminho por terra que conectasse a Bahia à Pernambuco, além de reforçar o início da expansão dos currais de gado do Rio Real ao Rio São Francisco e fortalecer as bases do abastecimento interno das capitanias açucareiras. Para tanto, tornou-se necessário arregimentar contingentes formados por colonos e indígenas aliados, para levar guerras contra a Nação Cariri e aos corsários franceses, sediados entre os cursos d'água presentes nessa fronteira (NUNES, 1989, p. 26).

Dentre os diferentes agentes que participaram dos conflitos, incluindo funcionários régios, indígenas aliados, escravizados e os demais particulares residentes na colônia, encontra-se um segmento mercantil que englobava representantes das redes comerciais ultramarinas, como os cristãos-novos que desembarcaram nas partes do Brasil no último quartel do século XVI. Alguns dos quais, inclusive, desempenharam funções nas campanhas diretamente alusivas à interseção entre a figura do combatente e a do mercador. Tratando-se da conquista do Rio Paraíba, por exemplo, observa-se a participação dos irmãos *Diogo e João Nunes Correia*, em diferentes embates. O mesmo pode ser dito de *Fernão Soares da Cunha* e *Ambrósio Fernandes Brandão*, que terminaram por assumir o comando das tropas na condição de “Capitães dos Mercadores”.

Esse cenário foi repercutido nas expedições para o estabelecimento da Capitania de Sergipe, na qual se observam as atuações de sujeitos como *Duarte Lopes Ulhoa* e *Miguel Fernandes*. Ambos os processos de conquista ocorreram pouco antes da primeira visitação inquisitorial às partes do Brasil (1591–1595). Nos anos seguintes aos confrontos, todos os indivíduos citados terminaram sendo envolvidos principalmente em *denúncias* e *processos inquisitoriais*, seus ou de terceiros, que em conjunto com a documentação pertinente às guerras de conquista, terminam por revelar traços de como a violência colonial acompanhou as atividades mercantis, presentes em suas trajetórias.

DELIMITAÇÃO TEMÁTICA

Considerando assim, os elementos de coerção presentes na interseção entre as guerras ultramarinas, os processos de expansão comercial e o papel desempenhado pelos homens de

negócios que atuaram na convergência dessas relações, retoma-se a proposta central voltada para a compreensão de aspectos referentes à participação dos agentes mercantis nos contingentes de conquista, para o estabelecimento das capitanias da Paraíba (1585) e Sergipe (1585), através da trajetória de mercadores cristãos-novos vinculados às redes comerciais, que estiveram diretamente envolvidos nos confrontos.

Para cumprir com esse objetivo, intenciona-se montar um esquema de análise que permita observar aspectos referentes aos *interesses, articulações, participações* nos efetivos formados pela gente de guerra e *butins* dos sujeitos selecionados, para melhor compreender a maneira como foram inseridos, como atuaram nesses processos e a relação estabelecida pelos indivíduos com os territórios conquistados. Nesse sentido, seria esse um esforço destinado a responder o seguinte questionamento norteador: como as guerras de conquista para o estabelecimento das capitanias da Paraíba e Sergipe, impactaram as estratégias socioeconômicas dos cristãos-novos mercadores que participaram dos confrontos?

SÍNTESE HISTORIOGRÁFICA E JUSTIFICATIVA

Repensar como as redes mercantis que envolviam os cristãos-novos no Atlântico se alastraram sobre os territórios, não seria único a essa pesquisa. Através de olhares pós-coloniais, Sina Rauschenbach e Jonathan Schorsch (2018) discute em *The Sephardic Atlantic: colonial histories and postcolonial perspectives*, a maneira como em ambientes não-europeus, alguns dos membros da diáspora participaram voluntariamente nos processos de exploração colonial, enquanto, ao mesmo tempo, sofriam episódios de intolerância nesses mesmos espaços²². Por sua vez, autores como Toby Green (2012), observam como foi essencial à penetração dos cristãos-novos no Cabo Verde, incluindo o envolvimento no tráfico de escravizados e o decorrente processo de crioulização, a capacidade que a camada apresentava de adaptar-se às condições locais, em razão da pluralidade identitária causada pelos episódios de violência e intolerância, relativos às conversões forçadas²³.

A princípio, o envolvimento dos cristãos-novos nas campanhas de conquista territorial não seria um tema estranho à historiografia, com José Gonçalves Salvador (1976) tendo mapeado suas participações em *Os Cristãos-Novos: Povoamento e Conquista do Solo*

²²Sobre isso, ver: SCHORSCH, J; RAUSCHENBACH, S. *Postcolonial Approaches to the Early Modern Sephardic Atlantic*. In: SCHORSCH, J; RAUSCHENBACH, S. *The Sephardic Atlantic: colonial histories and postcolonial perspectives*. [S. L.]: Palgrave Macmillan, 2018.

²³ GREEN, 2012, p. 120 - 148.

Brasileiro. No entanto, ainda que as capitânicas ao Norte da Bahia tenham sido referenciadas, o autor enfatiza seu objetivo de compreender a maneira como esses processos ocorreram com ênfase nas capitânicas ao Sul²⁴. Apesar dessas atribuições, seria possível considerar essa obra, em particular, como uma predecessora dessa pesquisa, ainda que as intenções correntes estejam localizadas nas lacunas entre dois campos que, embora distintos, aproximam-se entre diálogos e temáticas.

No primeiro campo, observa-se uma corrente de trabalhos que buscam compreender os cristãos-novos mercadores, através das relações entre as diásporas modernas e as redes mercantis. Considerando as dimensões que essa leva de produções assumiu, chama-se atenção a algumas das perspectivas que impactaram (ou melhor, *como* impactaram) diretamente as reflexões dessa pesquisa, como por exemplo, *As Relações Econômicas e Sociais das Comunidades Sefarditas Portuguesas*, de Florbela Veiga Frade (2006), que forneceu um dos suportes necessários à compreensão das camadas mercantis cristãs-novas atuantes no eixo Lisboa-Antuérpia e, mais tarde, Lisboa-Madrid. Com essas mesmas intenções, foram tecidos diálogos com *Portuguese Bankers at the Court of Spain, 1626-1650*, de James C. Boyajian (1987).

Cronologicamente, tornou-se também indispensável às primeiras aproximações a dissertação *As Redes Mercantis no Final do Século XVI e a figura do Mercador João Nunes Correia*, de Sílvia Carvalho Ricardo (2006), na qual a autora correlaciona um dos personagens elencados nessa pesquisa, com a conjuntura ultramarina das diásporas e as redes mercantis. Essa mesma temática foi expandida por Janaína G. F. Silva (2012) em *Cristãos-novos nos negócios da Capitania de Pernambuco: relacionamentos, continuidades e rupturas nas redes de comércio entre os anos de 1580 e 1630*, servindo como a principal introdução aos conceitos que permeiam a construção histórica dos cristãos-novos e das redes mercantis, além de esquadrihar as conexões comerciais daqueles de ascendência sefardita, na Capitania de Pernambuco.

Nesse mesmo segmento, destaca-se também a tese *Homens de Nação e de Negócio: redes comerciais no Mundo Ibérico (1580-1640)*, de Ana Hutz (2014), como uma ponte à compreensão do envolvimento desses sujeitos no âmbito do tráfico de escravizados africanos.

Essas e outras perspectivas formaram uma base sólida de informações e caminhos teóricos, referentes às atividades mercantis dos sujeitos selecionados, possibilitando o

²⁴ SALVADOR, J. G. Introdução. In: SALVADOR, J. G. Os cristãos-novos: povoamento e conquista do solo brasileiro (1530 - 1680). São Paulo: Livraria Pioneira Editora; Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

preenchimento de lacunas suficientes para que o foco pudesse ser direcionado às características belicosas das trajetórias.

Partindo dessas observações, abre-se caminho ao segundo campo que influencia essa pesquisa, destinado a obras que buscam compreender a conquista territorial nas partes do Brasil, com destaque à formação e institucionalização das elites ou, mesmo, à sistematização dos conflitos.

Considerando algumas das obras mais recentes a tratarem desses aspectos, destacam-se *A formação da elite colonial: Brasil c. 1530-1630* de Rodrigo Ricupero (2009) e *Conquistadores e Negociantes: Histórias de Elites no Antigo Regime nos Trópicos*, de João L. R. Fragoso (*et al.*, 2007). Enquanto a primeira tornou-se essencial na demarcação das estratégias de conquista territorial entre um momento defensivo e outro ofensivo, a segunda possibilitou o estabelecimento de uma ponte entre esses quadros e o referencial teórico vinculado ao *Antigo Regime*, que se tornou um conceito viável, por aglutinar diversos aspectos contemplados, possibilitando a sistematização de diferentes noções que inevitavelmente serão elencadas no decorrer dessa pesquisa.

Também nesse segmento, chama-se atenção para *A Colonização como Guerra: Conquista e Razão de Estado na América Portuguesa (1640-1808)* de Marco Antônio Silveira (2019). Embora o recorte cronológico seja evidentemente posterior, considera-se essa uma obra em sintonia com a perspectiva disposta no decorrer dessa pesquisa, ao sugerir, por exemplo, como as guerras foram intrínsecas tanto aos processos de colonização e institucionalização das partes do Brasil, quanto à definição dos circuitos mercantis ultramarinos, que se alastravam dos litorais do Império até os interiores.

De maneira menos vinculada à institucionalização das elites através das guerras e muito mais voltada à maneira como os conflitos recaíram sobre as nações indígenas, destaca-se *Red Gold: The Conquest of the Brazilian Indians* de John Hemming (1978). Seria essa uma obra essencial à compreensão dos confrontos ocorridos no território, entre os colonos e as nações indígenas, apresentando uma documentação ampla, que varia entre narrativas de viagens, cartas e outros documentos, além de evidenciar a agência indígena no decorrer desses processos. Atribui-se ao autor parte da documentação utilizada para a reconstituição dos conflitos no decorrer dessa pesquisa. No mesmo compasso, acrescentam-se *Os índios na História do Brasil* de Maria R. C. de Almeida (2010), destacando como “as guerras coloniais

se misturaram às guerras indígenas, na medida em que se faziam com índios aliados contra índios hostis”. (2010, p. 45)²⁵.

Outro desdobramento referente à historiografia que aborda as conquistas territoriais seriam as obras voltadas a reconstituir e compreender como esses processos ocorreram para o estabelecimento das capitanias da Paraíba e Sergipe. Nessa linha, exerceram influência sobre esse trabalho principalmente *Guerras e açúcares: política e economia na Capitania da Paraíba*, de Regina C. Gonçalves (2007), *A Conquista do Rio Ruim: A Paraíba na Monarquia Hispânica (1570 - 1630)* e *Sergipe Colonial I*, de Maria Thetis Nunes (1989).

Acredita-se que a intermediação entre esses campos servirá para descortinar os aspectos beligerantes presentes nas estratégias das redes mercantis que, embora referenciados, não foram ainda trazidos à frente das intenções de pesquisa. Esses norteamentos se tornam possíveis, considerando que a historiografia referente às redes comerciais, nas quais os cristãos-novos se inseriam, e às guerras de conquista, cobriram lacunas suficientes para que a concentração sobre os aspectos marciais inerentes a esse processo fosse possível. Partindo desses preceitos, espera-se oferecer contribuições aos campos citados, acrescentando ao conhecimento em torno de como o comércio ultramarino e as conquistas territoriais correlacionavam-se, a partir do ponto de vista dos mercadores diretamente envolvidos nessa interseção.

Não obstante, posicionar a pesquisa em diálogo com ambas as vertentes, assim como a seleção em torno dos cristãos-novos mercadores enquanto categoria de análise, ocorre considerando como a presença mercantil de maior expressividade na indústria açucareira nos finais dos quinhentos, entre Pernambuco e Bahia, fosse formada por essa categoria²⁶; cuja identidade de grupo provinha de um passado em comum referente aos constrangimentos das

²⁵ Segundo a autora, “Europeus de nacionalidades distintas e índios de diferentes etnias lutavam como aliados numa mesma guerra, porém tinham motivações diversas, que se alteravam, conforme as circunstâncias e a dinâmica das relações. Os índios foram, sem dúvida, os maiores perdedores, porém souberam também valer-se das hostilidades entre os europeus e obter seus próprios ganhos a partir delas” (2010, p. 45).

²⁶ “O grupo mais proeminente no comércio açucareiro da época compunha-se, ao que tudo indica, de mercadores de origem judaica. A diáspora judaico-cristã-nova no Brasil, em Portugal e na Holanda tinha uma forte identidade de grupo, que advinha de seu passado comum, dos constrangimentos externos que padeciam e da endogamia, que, por vezes, se somava a seu desejo de manter suas crenças e práticas religiosas e mesmo sua distinção, que, em alguns casos, tinham como uma superioridade. Também era identificado como um grupo específico pela maioria cristã-velha na Península Ibérica e nos Países Baixos. No mundo luso, eram chamados, coletivamente, “gente da nação hebraica” e outras versões dessa expressão. Fora dos domínios de Portugal, eram chamados de a “nação portuguesa” – interessante coincidência, que ser português no exterior se confundisse com ter origem judaica. A importância dos cristãos-novos e judeus no comércio açucareiro e do comércio do açúcar nas atividades econômicas desse grupo é ressaltada tanto na literatura – em quase todas as obras que tratam do tema – como nas fontes primárias, ainda que, quiçá, um tanto exageradamente” (STRUM, 2012, p. 674).

conversões de seus ancestrais próximos, mas que seria essencialmente uma composição social heterogênea²⁷.

Tanto os cristãos-novos quanto os velhos que compunham as camadas mercantis portuguesas, estiveram envolvidos nas conquistas e na indústria açucareira – com a relação entre essas categorias sendo essencial ao escoamento do produto²⁸. Entretanto, as atividades comerciais dos primeiros são possíveis de rastrear durante as conquistas considerando a disponibilidade de fontes, os cristãos-novos representam uma categoria de análise capaz de elucidar os interesses e conexões pertinentes ao comércio açucareiro no recorte previsto, e principalmente, por serem os *agentes comerciais* mais recorrentes na documentação referente às campanhas selecionadas (especialmente na Paraíba)²⁹.

Pontualmente, considera-se que o enfoque seja capaz de *enriquecer* os debates em torno dos *agentes coloniais nas conquistas*, através da heterogeneidade da composição social dos cristãos-novos e suas trajetórias individuais, cuja diversidade de caminhos e experiências contribui a uma análise que não individualiza comportamentos típicos para ilustrar normas ou modelos. Do contrário, se propõe a *ressaltar as variáveis* e pluralidades encontradas, através de noções em sintonia com a abordagem microanalítica³⁰.

²⁷ Como observado por Janaína G. F. Silva (2012), os cristãos-novos não agiam de forma coesa, e sim, como uma série de homens portadores de um estigma comum, a origem judaica, que reagiram e se portaram de formas distintas em relação ao peso dessa ascendência. Consequentemente "não é a religião que constitui o cristão-novo, mas seu reconhecimento enquanto portador de uma mácula de origem, como era vista a ascendência judaica até então. Lembramos que muitos foram judaizantes, mas também houve aqueles que foram laicos e ainda outros que de fato aceitaram a fé da igreja católica". (2012, p. 27).

²⁸ Idem p. 186 – 194.

²⁹ Seria comum no *Sumário das Armadas*, por exemplo, encontrar os indivíduos participantes na conquista da Paraíba sendo mencionados por nome e identificados através do ofício [Ex: "Luiz de Brito de Almeida, Governador-geral d'este Estado do Brasil"; "Simão Rodrigues Cardoso, capitão e ouvidor de Pernambuco", "João Paes, capitão do Cabo de S. Agostinho, muito rico", etc.]. Embora o documento não faça quaisquer distinções entre cristãos-velhos ou cristãos-novos, quase todos os sujeitos referidos pelo cronista anônimo em alusão a ofícios mercantis [ex: João Nunes, mercador], quando cruzados com a documentação inquisitorial, são revelados cristãos-novos. A única exceção seria Frutuoso Barbosa, cristão-velho, indicado como um sujeito que "(...) havia ido de Pernambuco, que por haver já no Parahyba carregado navios de pau, por algumas vezes (...)", sendo representativo de seu envolvimento no comércio de pau-brasil. Entretanto, suas atividades mercantis – afora essa menção – são largamente desconhecidas e exigem uma pesquisa própria, mediante a disponibilidade de fontes.

³⁰ Discutindo os modelos e retóricas causais na abordagem microanalítica, por exemplo, Maurizio Gribaudi (1998) argumenta que a análise dos comportamentos e das escolhas individuais revelam cadeias de dependências causais que ligam esferas, meios e dinâmicas tradicionalmente concebidos como separados. "No cerne da demonstração microanalítica, encontra-se efetivamente o indivíduo. No entanto, sua centralidade, assim como a do contexto, é instrumental. O indivíduo é importante, sobretudo, enquanto lugar dessa atividade intensa e especificamente humana de leitura, de interpretação e de construção do 'real'". (1998, p. 131). Com a relação de causa-consequência sendo deslocada do fenômeno para o indivíduo – e aos mecanismos interativos –, as dinâmicas reconstituídas podem seguir os espaços de relações que foram pertinentes às mais diversas e sucessivas perspectivas individuais. Elas atravessam, portanto, os espaços dos indivíduos e das famílias, dos camponeses e dos notáveis, dos grupos e das instituições, sempre particulares, que pesaram não apenas nas escolhas dos atores singulares, mas também em evoluções globais. Consequentemente, *esse tipo de análise não deve individualizar comportamentos típicos para ilustrar normas ou modelos. Ao contrário, ela se propõe a*

FONTES E ENQUADRAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Como contemplado, intenciona-se construir um esquema de análise que permita compreender os interesses, as articulações para inserção nas jornadas, participações nos contingentes de conquista e os espólios conseguidos, através das trajetórias dos sujeitos selecionados entre as guerras e o comércio. Essas ideias estariam em afinidade com as propostas de John Keegan (2000), sobre conceber a participação dos soldados nos conflitos, identificando sujeitos que normalmente seriam descritos coletivamente, de acordo com a movimentação das tropas. Suas visões do campo de batalha seriam limitadas pelos obstáculos e a própria natureza agitada dos confrontos, enquanto suas percepções seriam influenciadas pelas adversidades físicas e emocionais de um ambiente hostil. Consequentemente, identificar a face dos soldados nos contingentes, seria um dos caminhos encontrados pelo autor para produzir uma *História da Batalha* consciente do sofrimento humano, causado pela violência em meio aos combates³¹.

Através dessa proposta, tornou-se possível evidenciar a participação de agentes mercantis nas tropas das conquistas, permitindo descortinar não somente suas experiências em campo, mas também, investigar suas vivências, os interesses e articulações que os levaram a adentrar as campanhas, assim como as recompensas provenientes dessas atividades e a relação desenvolvida por esses indivíduos com os territórios conquistados.

Seria essa uma estratégia viável, através da abordagem de C. Ginzburg e C. Poni (1989) sobre tornar o nome próprio o fio-condutor do destino particular de um sujeito, ou grupo de sujeitos, concebendo-os numa multiplicidade de espaços e tempos³². No mesmo compasso, considera-se que descortinar suas experiências em guerra, torna-se investigar vestígios outrora relegados pela historiografia que tratou desses contextos, mas cujas

descobrir mecanismos que permitam dar conta da variação, da diferenciação dos comportamentos, ou mais precisamente: “a diversidade dos comportamentos como norma, dos conteúdos e das intencionalidades que se ocultam atrás das aparências formais... A partir dessas afirmações, a retórica demonstrativa da microanálise se desenvolve como um jogo contínuo de desconstruções e de reconstruções que tenta, situando-se no nível das fontes, individualizar as articulações ocultas que unem as intencionalidades aos comportamentos sociais” (1998, p. 133). Para maiores aprofundamentos, ver: GRIBAUDI, M. *Escala, pertinência, configuração*. In: REVEL, J. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. P. 121 – 150.

³¹ KEEGAN, 2000, p. 31 - 47

³² REVEL, J. *Microanálise e construção social*. In: REVEL, Jacques. *Jogos de Escaladas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 21 – 23. GINZBURG, Carlos.; PONI, Carlos. *O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico*. In: GINZBURG, C.; CASTELNUOVO, E.; PONI, C. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989. P. 174 – 178.

intenções de pesquisa destinavam-se a outros propósitos³³. Em razão disso, rastros de informações dispersas foram deixadas entre trabalhos anteriores e documentos, permitindo a reconstituição dos elementos bélicos presentes em suas trajetórias.

Dessa maneira, foram feitas as aproximações: (1) encontrando nas fontes referentes às conquistas os indivíduos correlacionados às atividades mercantis, (2) analisando os posicionamentos e funções desses personagens no grosso das tropas e, por fim, (3) recorrendo à historiografia e aos conjuntos documentais, para investigar a extensão de seus negócios e a relação estabelecida por esses sujeitos com os territórios conquistados.

Nesse sentido, foram elencados para a análise os capitães dos mercadores *Ambrósio Fernandes Brandão* e *Fernão Soares da Cunha*, os irmãos *Diogo Nunes Correia* e *João Nunes Correia*, assim como *Diogo Lopes Ulhoa* e *Miguel Fernandes*. Enquanto os quatro primeiros atuaram nas guerras de conquista da capitania da Paraíba, os dois últimos compuseram os contingentes da conquista de Sergipe. Intenciona-se, através dos métodos supracitados, dispor dos resultados das investigações na forma de trajetórias individuais, ou “biografias microanalíticas”³⁴, com o propósito de enriquecer a análise social em torno dos agentes participantes nos processos de conquista, “tornando suas variáveis mais numerosas, mais complexas e também mais móveis”. (REVEL, 1998, p. 23).

Essas escolhas que perpassam entre a observação de cenários de guerra e seus personagens terminam direcionando a apresentação dos resultados a assumir características narrativas, mas que não estariam à parte de métodos historiográficos comumente adotados. Como destacado por Jacques Revel, não seria incomum à própria micro-história recorrer a procedimentos expositivos assim; levantando o questionamento do “(...) que é preciso fazer –

³³ Carlo Ginzburg (1989) discorre sobre a pesquisa histórica – ou o “paradigma indiciário” –, feita através de indícios outrora relegados, mas que quando considerados em conjunto e articulados, podem servir na reconstituição de um objeto a ser investigado. Sobre isso, ver: GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

³⁴ Compreende-se a “*trajetória dos sujeitos*” em afinidade com as “*biografias microanalíticas*”. Segundo Ronaldo Vainfas (2002), as microbiografias são constituídas principalmente pela irregularidade, escassez e lacunas nas fontes utilizadas para reconstituir determinada trajetória, em detrimento de uma maior abundância de dados, comuns aos estudos tipicamente biográficos. Isso se dá, em partes, pelos personagens elencados serem – via de regra – pessoas comuns, cujas informações a respeito de suas vivências são retiradas em pequenos pedaços de documentos paroquiais, cartoriais, etc., e por vezes complementadas ao intercruzar com alguma memória ou relato sobre o qual o personagem em questão estaria envolvido. Essa estratégia de análise comumente aplica-se ao estudo de caso voltados à reconstituição de comunidades específicas, grupos de sociabilidades, ou mesmo, aos momentos de ruptura na vida dessas comunidades provocadas por incidentes de dimensão variada, como por exemplo, a perseguição inquisitorial aos albigenses na França – processo inserido nos quadros gerais relacionados à expansão da Igreja romana e do combate às heresias nos séculos XIII e XIV. Sobre esses aspectos, ver: VAINFAS, R. *Temas e objetos: perfil dos estudos de caso microanalíticos*. In: VAINFAS, R. *Micro-história: os Protagonistas Anônimos da História*. Rio de Janeiro: Campus, 2002. P. 135 – 142.

que se pode fazer – para contar uma vida, uma batalha, um episódio qualquer"? (1998, p. 37)³⁵.

Segundo Ronaldo Vainfas (2002), a *narrativa micro-histórica* difere da ficcional ao resultar de uma pesquisa exaustiva de diferentes *corpi* documentais na intenção de reconstituir tramas históricas, numa adaptação própria da “descrição densa” proveniente de perspectivas antropológicas³⁶. Consequentemente, dirige-se à análise de aspectos sociais que não seriam comumente referendados através de olhares generalizantes e recorre a um modelo narrativo “amiudado” na reconstrução de um caso.

“Por meio da narrativa amiudada de certo caso, o que se pretende é exibir a relação entre determinado sistema de regras ou determinações históricas da sociedade estudada e as ações individuais: as escolhas que fizeram ou deixaram de fazer os agentes históricos dentro da margem de liberdade pessoal que lhes podia tocar, quer em relação a episódios específicos, quer em relação ao quadro normativo do mundo em que estavam inseridos”. (idem, p. 129)

Nesse sentido, incorporam-se à *narrativa micro-histórica* os procedimentos da pesquisa, as limitações documentais, as construções interpretativas e outros caminhos metodológicos. Através dessas aproximações, a microanálise se volta à compreensão das individualidades e motivações que se multiplicam, alargando a margem de possibilidades de interpretação do objeto (ibid, p. 130). Por fim, esses indicativos mostram-se em sintonia com as abordagens e propostas dessa pesquisa, viabilizando a utilização desse modelo, na exposição dos resultados.

Considerando as intenções de articular os aspectos sociais e econômicos presentes nos destinos individuais, de maneira a evidenciar a interseção entre as guerras e as atividades mercantis, destaca-se como, no que se refere ao âmbito comercial, a historiografia apresenta dados abundantes, reduzindo a necessidade de consulta à documentação pertinente, senão por questões mais pontuais. Além de algumas trajetórias serem abordadas por diferentes autores, como no caso de João Nunes Correia ou Ambrósio Fernandes Brandão, chama-se atenção também para apêndices como as *listagens de investidores na Carreira das Índias (1580 –*

³⁵ Dentre alguns dos principais trabalhos de microhistória que se utilizam de características narrativas em suas exposições, ver: BROWN, J. C. Atos Impuros: a vida de uma freira lésbica na Itália da Renascença. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987; DAVIS, N. Z. O Retorno de Martin Guerre. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; LEVI, G. A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. GINZBURG, C. O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

³⁶ Para um aprofundamento dessa relação, ver: VAINFAS, R. *Da "descrição densa" à narrativa*. In: VAINFAS, R. Micro-história: os Protagonistas Anônimos da História. Rio de Janeiro: Campus, 2002. P. 125 - 132. Sobre a descrição densa numa perspectiva antropológica, ver: GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

1640) de James C. Boyajian (1993) ou a *relação de carregadores presentes nos atos notariais respeitantes aos açúcares brasileiros (Lisboa e Porto)*, de Leonor Freire Costa (1991).

No que se refere a Ambrósio Fernandes Brandão, observa-se ainda como esse sujeito tornou-se conhecido na historiografia, como o mais provável autor dos *Diálogos das Grandezas do Brasil (1618)*, uma das principais fontes sobre essa colônia, no qual dois interlocutores discutem aspectos diversos a respeito do Brasil; um assumindo a posição do colono estabelecido (Brandônio) e o outro, recém-chegado (Alviano). Embora essa obra seja anônima, sua autoria tornou-se um tópico discutido à longa data por historiadores como Capistrano de Abreu, José Antônio Gonsalves de Mello, Jaime Cortesão, Francisco Adolfo de Varnhagen e, mais recentemente, José Manuel Santos Perez. Parte desses nomes atribuiu a autoria dos *Diálogos* a Ambrósio Fernandes Brandão e as publicações mais recentes tendem a reiterar esse posicionamento³⁷. Doravante, a obra em questão será tratada no decorrer dessa pesquisa, não somente como sendo de autoria de Ambrósio Fernandes, como também, representativa do olhar desse sujeito, sobre diferentes aspectos tratados ao longo da narrativa.

Tratando-se das atividades bélicas, entretanto, tornou-se indispensável consultar um conjunto documental correspondente às narrativas de viagem, a documentação inquisitorial pertinente aos sujeitos selecionados – ou àqueles que conviviam numa relação de proximidade –, cartas de sesmarias e de mercês. Essa documentação encontra-se publicada, ou disponível digitalmente para consulta, principalmente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Esse conjunto foi utilizado para conceber as participações elencadas nas conquistas da Paraíba e Sergipe.

Nesses aspectos, a conquista do Rio Paraíba torna-se um processo singular, considerando os registros ricos em detalhes, provenientes do *Sumário das Armadas* (c. 1589). Seria essa uma crônica voltada à narrativa das campanhas e conflitos inerentes a esse processo, escrita por um padre jesuíta anônimo que acompanhou parte das expedições, na condição de testemunha ocular³⁸. Encontram-se descritos no documento os pormenores a respeito da preparação para os conflitos, os embates e o rescaldo das campanhas, tornando-se

³⁷ As publicações mais recentes consistem em: SOBREIRA, C. M. *Diálogo das Grandezas do Brasil, primeira edição (diplomático-interpretativa e fac-similar) do apógrafo de Lisboa*; estabelecimento de texto, estudo introdutório, notas e comentários. Recife: CEPE, 2019; BRANDÃO, Ambrósio Fernandes (Atribuído a); Edición crítica, traducción y notas de SANTOS PÉREZ, José Manuel. Madrid: Ediciones Doce Calles, 2019.

³⁸ Mariana O. Machado (2018) observa como o *Sumário das Armadas* teria sido consultado por Frei Vicente do Salvador, para reconstituir o processo de conquista da Paraíba em *História do Brasil*. Fazendo uma análise crítica sobre as diferentes cópias manuscritas, a autora prevê a escrita do documento como tendo ocorrido, por volta de 1589. Para um conjunto de críticas internas e externas referentes ao conteúdo e circulação do documento, ver: MACHADO, 2018, p. 29 – 76.

a principal fonte de referência ao estabelecimento da capitania e a maneira encontrada de reconstituir a inserção e a experiência dos sujeitos selecionados nessa guerra.

Em contrapartida, as campanhas para a conquista de Sergipe não contam com um referencial nos mesmos padrões do *Sumário das Armadas*. Nesse sentido, as investidas lideradas por Cristóvão de Barros sobre essa fronteira precisaram ser reconstituídas a partir da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador (c. 1627). Considerando, entretanto, que as participações dos sujeitos elencados para Sergipe não são provenientes dessa fonte, precisou-se consultar outros meios, ou mais precisamente, uma *carta de sesmaria* destinada a Diogo Lopes Ulhoa e o *processo inquisitorial* ao qual Miguel Fernandes foi submetido, junto ao seu sogro, na jurisdição do Santo Ofício de Roma. Ambos os documentos estão publicados.

Enquanto a carta de sesmaria encontra-se presente na *História de Sergipe* de Felisbello Firmo de Oliveira Freire (1891), o processo foi transcrito e disponibilizado por James Nelson Novoa (2016) em *The Many Lives of Two Portuguese Conversos: Miguel Fernandes and Rui Teixeira in the Tribunal of the Holy Office in Rome*. Contribui às investigações em torno do processo de Miguel Fernandes – que varia entre italiano e latim –, o fato de que o próprio James N. Novoa (2016) publicou estudos em torno desse personagem, além da sua participação nos embates ser proveniente dos anexos em português, que constam no grosso da documentação referente ao processo.

Não obstante, a correlação estabelecida pelos sujeitos com os territórios conquistados e os espólios que foram acumulados durante o rescaldo dessas guerras, encontram-se dispersos principalmente na documentação supracitada, como as cartas de pedidos e concessões de sesmarias que estão em sua maioria publicadas³⁹, além dos *documentos avulsos* referentes às capitanias – como provisões e cartas – que foram organizados e catalogados pelo projeto Resgate Barão do Rio Branco. Embora essa documentação esteja resguardada no Arquivo Histórico Ultramarino, as cópias microfilmadas podem ser consultadas digitalmente através da Biblioteca Nacional do Brasil. Entretanto, foi necessário consultar excertos transcritos de cartas na *Base de Dados Mia*, disponível no *Medici Archive Project*. Outra base de dados essencial para consultas acerca de todos os personagens selecionados seria a *Brasilhis Database: redes pessoais e circulação no Brasil durante a Monarquia Hispânica, 1580-1640*.

³⁹ Além da supracitada carta de concessão de sesmaria a Diogo Lopes Ulhoa, destaca-se, por exemplo, o pedido de sesmaria feito por Ambrósio Fernandes Brandão em 1613, publicado por João de Lyra Tavares. Sobre isso, ver: TAVARES, J. D. L. Apontamentos para a História Territorial da Parahyba. [S.l.]: Imprensa Oficial Parahyba, v. 1, 1909. P. 35 – 36.

Entretanto, a maior parte das informações é proveniente da documentação inquisitorial. Além do referido processo ao qual Miguel Fernandes e seu sogro foram submetidos sob jurisdição do Santo Ofício de Roma – publicado em partes por James N. Novoa (2016) –, o grosso dos documentos consultados advém do Santo Ofício de Lisboa e das visitas nas partes do Brasil. Embora o visitador responsável, Heitor Furtado de Mendonça, tenha promovido devassas tanto na Paraíba quanto Sergipe⁴⁰, adianta-se de antemão que nenhum dos nomes dos sujeitos selecionados foram denunciados nessas capitânicas, e sim, na Bahia e em Pernambuco.

Nesse sentido, para investigar suas trajetórias a partir dessa documentação, foi necessário consultar as *Denúncias e Confissões de Pernambuco (1593 - 1595)*⁴¹. No caso da documentação proveniente da primeira visita ocorrida na capitania da Bahia, recorreu-se aos Livros 1 e 3 de *Denúncias da 1ª Visita ao Brasil*. Algumas informações foram encontradas também no 4ª *Caderno do Promotor da Inquisição de Lisboa (1606 - 1624)*. Também foi necessário observar alguns dos processos nos quais os sujeitos selecionados foram submetidos, mencionados ou serviram como testemunhas. Nessa sequência, destacam-se, por exemplo, os processos dos irmãos Diogo e João Nunes Correia, Bento Teixeira e Antônio Vilhete. Com exceção das *Denúncias e Confissões de Pernambuco*, esses documentos encontram-se disponibilizados no Arquivo Nacional Torre do Tombo.

Essas abordagens se direcionam aos principais conceitos movimentados ao longo dessa pesquisa, principalmente na intenção de reconstituir as trajetórias individuais. Primeiramente, as *redes mercantis*. Partindo da compreensão de Fernand Braudel (2009), observa-se como as feiras, as lojas e outros elementos vinculados ao período, representavam uma série de pontos a serem conectados. Nesse papel intermediador, atuava uma malha comercial formada por agentes mercantis dispostos entre diferentes setores, responsáveis por conectar as trocas, de maneira recíproca, do ponto A ao B⁴². Considerando a modernidade como um momento de expansão comercial, uma das principais características decorrentes seria o dilatamento das trocas à longa-distância, contribuindo com a necessidade de alargamento das áreas de atuação das redes mercantis, e conseqüentemente, o estabelecimento ultramarino de seus agentes.

⁴⁰ Sobre as visitas inquisitoriais às capitânicas da Paraíba e Sergipe, ver: MOTT, L. *A inquisição na Paraíba*. In: Revista do IHGP, nº 31, 1999. P. 71 – 96; MOTT, L. *A inquisição em Sergipe*. Aracaju, Fundesc, 1989.

⁴¹ PRIMEIRA visita do Santo Ofício às partes do Brasil; Denúncias e confissões de Pernambuco (1593 - 1595). Prefácio de José Antônio Gonçalves de Mello. Coleção pernambucana - 2ª fase. Recife, FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1984.

⁴² BRAUDEL, 2009, p. 115 – 117.

Não seria incomum a esse cenário, que os mercadores deixassem suas comunidades de origem e fossem viver em espaços completamente estrangeiros às suas realidades. Nesse sentido, as redes precisavam se organizar de maneira a articular elementos de solidariedade comercial, para providenciar o estabelecimento de agentes em diferentes localidades. Segundo Philip D. Curtin (1984), esses aspectos corroboraram para que as migrações assumissem características de uma *diáspora comercial* – ou o segundo conceito principal movimentando essa pesquisa –, que poderia envolver aspectos culturais e étnicos, com diversos grupos inseridos nessa realidade⁴³.

Dentre as motivações que levariam os agentes mercantis a se envolverem nos conflitos, observa-se como o financiamento militar ou a participação nos combates ofereceriam caminhos de prestígio que outros horizontes de negócios não suscitariam, encontrando nesse setor, meios viáveis que uniam a ascensão social ao acúmulo de capitais⁴⁴. Esses indicativos direcionam ao terceiro conceito, ou a *mobilidade social*, que nesse cenário estaria amplamente dependente dos poderes da Coroa (HESPANHA, 2006, p 129). Mais precisamente, o agraciamento régio se mostrava como o principal mecanismo de mobilidade social e seria atingido através dos serviços prestados à Monarquia – como a participação nas guerras, por exemplo –, que ressarcia os vassallos “dignos” com diferentes recompensas [mercês], capazes de garantir o prestígio necessário à ascensão. Esses elementos culminam em atribuições como a *economia das mercês*, ou mais especificamente, um contínuo de prestações de serviços à Coroa, em troca de agraciamentos reais que promoviam condições honoríficas de mobilidade social, como a concessão de terras e cargos administrativos, destinados àqueles que atuavam diretamente em suas empreitadas, ou investiam cabedais, terminando por favorecer os súditos que dispunham de condições econômicas necessárias (OLIVAL, 2000)⁴⁵.

⁴³ CURTIN, 1984, p. 1 – 3. Diásporas comerciais, ou *Trading Diasporas*, comumente envolviam redes de mercadores responsáveis pela compra, venda e transporte de mercadorias à longa-distância. Segundo Robin Cohen (2001) o próprio termo “diáspora” seria proveniente do grego antigo e estaria vinculado às ideias de migração e colonização. No entanto, essa designação assumiu características traumáticas para os judeus, africanos e outras populações, dados os elementos que influenciaram os deslocamentos, como as políticas persecutórias ou o tráfico de escravizados. A expansão dos impérios na modernidade, entretanto, terminou incentivando a circulação de agentes mercantis entre diferentes partes do globo, corroborando para a criação de comunidades comerciais de características próprias em territórios estrangeiros, podendo ou não conter características étnicas. Dessa maneira, a conceituação de diáspora torna-se ampla, podendo conceber não somente deslocamentos forçados, mas também incentivados dentro de uma determinada conjuntura. Sobre isso, ver: COHEN, R. *Global Diasporas: an introduction*. Routledge: Taylor & Francis e-Library, 2001. (p. 1 - 31; 83 – 105).

⁴⁴ PARROTT, 2012, p. 249 – 259.

⁴⁵ OLIVAL, 2000, p. 30-34. Segundo a autora, ‘com efeito, servir a Coroa, com o objetivo de pedir em troca recompensas, tornara-se quase um modo de vida, para diferentes sectores do espaço social português. Era uma

Por fim, seria essencial ao entendimento dos relacionamentos estabelecidos pelos mercadores selecionados, a noção de “*sociabilidade*” – compreendida à guisa das amizades, convívios e parentescos. No decorrer de suas trajetórias, os indivíduos formam diferentes tipos de *laços* que perpassam do seio familiar a outras proximidades, montando nos arredores dos sujeitos um conjunto de relações horizontais e verticais, indispensáveis às estratégias sociais nos níveis individuais ou em grupo. Ainda que o patrimônio familiar possa contribuir à construção de carreiras, esses processos perpassam por contatos e alianças, culminando em um “jogo social” hierarquizado, que envolvia desde o núcleo familiar, até as elites políticas e as redes clientelares⁴⁶.

Não obstante, as relações apresentavam variações que assumiam a forma de “*laços fortes*” ou “*fracos*”, determinados por características como os níveis de proximidade social entre indivíduos ou a reciprocidade nas interações. Enquanto o primeiro caso seria encontrado em núcleos familiares e outras relações intimistas, o segundo seria relativo aos relacionamentos casuais e outros exemplos de sociabilidades distantes. Considerando esses aspectos, Mark Granovetter (1973) sugere como os “*laços fracos*” seriam importantes, considerando como os “*conhecidos*” poderiam ser mais inclinados a se movimentarem entre diferentes círculos sociais; conseqüentemente, sendo expostos a outras informações, oportunidades e recursos que poderiam ser compartilhados entre os respectivos grupos, mas que, a princípio, não seriam do conhecimento das relações imediatas dos sujeitos⁴⁷. Nesse sentido, mesmo que os mercadores selecionados não apresentassem “*laços fortes*” com determinados indivíduos, acredita-se que as proximidades dentro de uma mesma estrutura de sociabilidades não deveriam ser descartadas, sendo indispensáveis para a integração entre diferentes conjuntos sociais.

estratégia de sobrevivência material, mas também honorífica e de promoção. Como se verá, não terá sido apenas a primeira nobreza do Reino que se adaptara a esta crescente dependência. Nos grupos sociais mais baixos, a questão fundamental era muitas vezes encontrar a disponibilidade necessária, nomeadamente econômica, para poder servir”. (2000, p. 34).

⁴⁶ AYMARD, 2009, p. 440 – 453. “Desenvolver laços pessoais de confiança, de intimidade e privacidade constitui um dever para todos. Pois esse espaço experimental reúne constantes — as hierarquias de posição e fortuna, alianças e títulos, cuja estabilidade é sujeita apenas ao acaso dos nascimentos e mortes — e uma variável, o rei, dono do poder e de todos os riscos, do qual só é possível aproximar-se através de intermediários — seus filhos, legítimos ou não, seus ministros, seus “domésticos”, seus favoritos ou favoritas. Na corte, o indivíduo se vê forçado, por si e pelos seus, a jogar o jogo da amizade em todas as formas. Porém, não inventa as regras, fixadas já de longa data: limita-se a aplicá-las num contexto novo com finalidades diversas” (idem, p. 456).

⁴⁷ GRANOVERTER, 1973, p. 1371 – 1373.

ESTRUTURA DO TRABALHO

Para uma melhor compreensão desses quadros, intenciona-se dividir esse trabalho em *quatro capítulos*. O *primeiro* está destinado à compreensão de elementos em torno da expansão ultramarina portuguesa sobre os demais continentes, enfatizando como as redes mercantis poderiam adentrar a esse processo não somente através do comércio de especiarias, mas também, participando nos “negócios da guerra”, capazes de proporcionar condições de mobilidade social ascendente às camadas mercantis, nos setores intermediários das hierarquias sociais. Partindo desses caminhos, intenciona-se compreender como os cristãos-novos que compunham essas camadas poderiam adentrar a esse cenário e ascender socialmente, em meio a uma diáspora promovida por elementos persecutórios à ascendência judaica, que impunha obstáculos institucionais a essas intenções.

Essas direções levam ao *segundo*, voltado aos primórdios da invasão portuguesa ao continente americano, procurando reconstituir o “momento defensivo” nas estratégias de conquista territorial (RICUPERO, 2009) contra as nações indígenas consideradas hostis à ocupação e os corsários franceses. Nesse cenário, serão compreendidas as primeiras manifestações da presença de cristãos-novos no território através do Engenho de Camaragibe na Capitania de Pernambuco, no qual os conflitos coloniais serviram como empecilho à sua montagem, e ao mesmo tempo, um veículo para o seu estabelecimento.

Essa sequência leva ao *terceiro* capítulo, direcionado ao “momento ofensivo” nas estratégias de conquista territorial, marcado pelas guerras para o estabelecimento das novas capitanias. Intenciona-se nesse sentido, introduzir no cenário os personagens elencados através de suas chegadas às partes do Brasil, reconstituindo seus *interesses, articulações* para adentrarem aos confrontos e *participações* em guerra, visando compreender como atuaram os mercadores nos contingentes de conquista.

Chegando ao *quarto* capítulo, compreendem-se os destinos individuais dos sujeitos no momento pós-guerra, evidenciando os espólios acumulados e a relação estabelecida por esses indivíduos com os territórios, questionando se as redes mercantis nas quais se inseriam contribuíram para conectar as novas capitanias ao comércio ultramarino, suas estratégias de negócios, mobilidade social e como navegaram as oportunidades e atribuições, que as décadas seguintes aos confrontos proporcionaram.

1. ENTRE REDES E DIÁSPORAS: CRISTÃOS-NOVOS MERCADORES E A MOBILIDADE SOCIAL NA MODERNIDADE IBÉRICA.

O capítulo a seguir apresenta aspectos da expansão ultramarina portuguesa, enfatizando como as redes mercantis poderiam adentrar a esse processo também através dos “negócios da guerra”: capazes de proporcionar oportunidades de lucro e mobilidade social ascendente às camadas comerciais, posicionadas nos setores intermediários das hierarquias sociais. Esses apontamentos abrem margens à intenção de compreender como os cristãos-novos mercadores interessados, poderiam se envolver nesse cenário e ascender socialmente, durante um período de perseguições àqueles de ascendência judaica, marcado por obstáculos institucionais a esses objetivos.

1.1. OS NEGÓCIOS DA GUERRA: APONTAMENTOS SOBRE REDES MERCANTIS E HIERARQUIAS SOCIAIS.

Não seria incomum atribuir o peso das guerras ultramarinas no início da modernidade, às Coroas e suas ambições expansionistas, enquanto os mercadores assumiam um papel limitado ao exercício das trocas comerciais, ao invés de agentes ativos no desenvolvimento da violência coercitiva, inerente a esse processo⁴⁸. Embora os entrepostos comerciais tenham utilizado desses pressupostos na manutenção das rotas, protegendo seus interesses, possibilitando o retorno dos lucros investidos sobre a comercialização dos produtos e na indústria naval, isso não significaria que os particulares fossem marginalizados enquanto usuários eficientes da beligerância ultramarina, em função de seus próprios interesses (GLETE, 2001)⁴⁹.

Negociar com as camadas mercantis, por exemplo, tornou-se um dos meios encontrados para arregimentar as armadas no avanço de Portugal contra Ceuta (1415). Uma campanha nessas proporções demandava intermediações promovidas pela Coroa com os mais diferentes campos. Rendimentos poderiam ser recolhidos das trocas ou os impostos e as

⁴⁸ Analisando a perspectiva de Charles Tilly (1990) em *Coercion, Capital, and European States, AD 990–1990*, acerca do enquadramento sociológico que versa sobre a formação dos Estados Modernos, Jan Glete (2001) compreende que: “this framework of analysis integrates maritime Europe into historical sociology but it is not appropriate to use it without a critical discussion. The main problem from a maritime point of view is that Tilly tends to make coercion (the use of violence and war) into a predominantly territorial (feudal, monarchical) phenomenon, while capital (cities, merchants) in his framework tends to become inherently peaceful, or at least low-profile followers in the development of armed forces” (2001, p. 62).

⁴⁹ Idem, p. 62 – 68.

despesas gerais poderiam ser abatidos, visando o cumprimento dessas finalidades⁵⁰. Para que os navios fossem disponibilizados, não somente a indústria naval reinol se fazia presente, mas também, as embarcações provenientes da Galiza, Biscaia, Inglaterra e dos reinos germânicos – destinadas a comercializar sal, azeite e vinhos com os lusitanos – apresentavam-se como alternativas⁵¹.

Momentos ainda tão fundantes no processo de expansão ultramarina, no entanto, vinculavam-se mais à continuidade das dinâmicas internas da Península Ibérica, referentes ao medievo e seus quadros de *Reconquista* – contemplados mais adiante –, do que às possíveis pressões que as camadas mercantis citadinas poderiam exercer sobre a Coroa⁵². Entretanto, rapidamente os rumos comerciais desse processo foram encetados na forma de licenças referentes ao reconhecimento da costa africana, estabelecimento de feitorias e fortalezas, a colonização do atlântico, a abertura comercial das índias através das armadas, o estabelecimento de monopólios nas demais partes da Ásia e outras características decorrentes, cujos mecanismos envolviam dinâmicas inseridas na interseção entre as guerras e o comércio (MAGALHÃES, 1997)⁵³.

No continente asiático, umas das principais exportações quinhentistas por parte dos europeus seria a capacidade de fornecer proteção através de aparatos de guerra naval às rotas oceânicas. Vendiam-se recursos voltados às matérias defensivas para os mercadores, assim como dispositivos atrelados à tecnologia naval, instrumentalizando as embarcações para

⁵⁰ “Dissestes primeiramente que pera tamanho feito era necessário abastança de dinheiro, o qual vos nom teemdes nem podees aver, a esto senhor se podem achar mujtos rremedios, assy como per provijmento de metall daquela sorte de que sse o dito dinheiro deva fazer, que se pode aver per escaymbo de mercadorias, fallamdo vossa merçee com os mercadores de vosso rregno per cujo podem ajmda aver os ditos dinheyros, e esto he fazersse boom prouijmento em uossas rremdas, abatemdo em alguiias despesas menos necessarias, e proueer aas outras que forem mester pêra uossa hida. e ajmda cada huúa das pessoas prinçipaaes do rregno podem de suas rremdas fazer muy grande parte de seus corregimentos”. (ZURARARA, 1915, p. 43 – 44).

⁵¹ Idem, p. 44. Observando os mais diversos aspectos referentes à campanha de Ceuta, João Gouveia Monteiro (2017) indica como no âmbito do financiamento, medidas extraordinárias foram tomadas nos mais diversos âmbitos, passando desde a desvalorização da moeda com cunhagens feitas às pressas, o empenho das rendas de Lisboa na expedição, requisição compulsiva de bens alimentares e equipamentos nas grandes cidades, até mesmo a isenção do pagamento da dízima e da sisa aos mercadores que importassem cereais a Lisboa. Os homens comuns que não foram mobilizados, deveriam emprestar seus arsenais pessoais à campanha. As comunas de mouros e judeus foram oneradas com grandes cobranças em prata. Foi ainda lançada uma requisição compulsiva de sal aos produtores, com vista ao pagamento dos navios estrangeiros envolvidos na operação. Sobre isso, ver: MONTEIRO, J. G. *A campanha militar de Ceuta (1415): revisitada*. In: Revista de História da Sociedade e da Cultura, vol. 17. Coimbra, 2017.

⁵² Luís Filipe F. R. Thomaz (1994), sugere que mesmo os mercadores e negociantes apresentando seus próprios interesses na captura de Ceuta, os principais entusiastas – e difusores – encontravam-se entre a nobreza portuguesa, intencionada em continuar com as tradições inerentes ao processo de *Reconquista* da Península Ibérica, de maneira a aliviar as tensões sociais que vinham se formando no seio dessa camada, resultantes das *transformações sociais* que ocorreram nos finais do medievo. Esses elementos serão contemplados com maior profundidade no decorrer desse capítulo. Sobre isso, ver: (THOMAZ, 1994, p. 23 – 28).

⁵³ MAGALHÃES, 1997, p. 303 – 309.

resistirem aos possíveis confrontos causados pela tensão entre os Impérios mercantis, que concorriam nesses circuitos. Desse modo, transformar a violência ultramarina num produto a ser comercializado, tornou-se a maneira encontrada pelos entrepostos na Europa, de garantir monopólios sobre a região⁵⁴. Os portugueses não somente estiveram na vanguarda desse processo, como também, o oceano Índico apresentou demandas o suficiente para que se tornasse o mercado ideal à essa disseminação – abrindo margens para que mesclas entre os papéis do *combatente* e do *comerciante*, fossem concebidas (GLETE, 2001, p.77).

Enquanto isso, onde quer que os colonos desembarcassem no continente americano, poderiam estar suscetíveis a enfrentar resistência indígena e atividades corsárias. Independente de seus antecedentes e motivações para a travessia do Atlântico, suas colônias assumiram características bélicas, com o conflito armado impactando a maneira como as pessoas viviam, com quem se associavam e como sobreviviam. Deslocamentos forçados das populações indígenas disponibilizavam territórios para exploração e os cativos de guerra proveniente desses grupos, a mão-de-obra escravizada que serviria nesses espaços. Não obstante, as guerras que ocorreram nessas regiões contribuíram para que diferentes camadas sociais compartilhassem uma mesma experiência: nações indígenas, africanos e europeus guerrearam como aliados e rivais, possibilitando o desenvolvimento de novas formas de combate, provenientes desses encontros (PLANK, 2020)⁵⁵.

Para além das feitorias, na África, entradas e rapinas interferiam no comércio dos mercadores de Angola e as guerras no Congo se mostravam desastrosas, implicando na perda de fazendas e escravizados. Depois de participarem de inúmeros saques naquela região, os mercadores se opuseram às entradas, visando a segurança das redes terrestres de transporte dos carregamentos e o colonato angolista sofria pressões para formarem tropas, pegarem em armas, fornecerem mantimentos e escravizados às expedições que se destinavam a adquirir mais cativos no interior. Esses e outros elementos estabeleceriam um ciclo vicioso de guerra e comércio, no qual os mecanismos de obtenção de escravizados interferiam nos rumos gerais

⁵⁴“(…) Protection from violence contributed to economic growth and that costs for protection inflicted upon competitors reduce their potential for economic growth. Protection and violence are economic factors just as capital, labour, natural resources and transaction cost (transport, information costs, insurance, etc.) are. They influence the prices of various goods just like the rate of interest and the price and quality of labour. Protection cost may be regarded as a transaction cost (partly interchangeable with insurance costs), and innovative behavior in protection and violence may contribute to profit just like innovations in production and transportation”. (GLETE, 2001, p. 72)

⁵⁵ PLANK, 2020, p. 2 – 3.

do comércio local, mas ao mesmo tempo, escravizados continuariam a ser providenciados através dos butins de guerra (ALENCASTRO, 2000)⁵⁶.

Nesse sentido, “expansão, lucro e poder militar caminhavam de mãos dadas” (MONTEIRO, 2016, p. 277) e muitos seriam os caminhos percorridos para além das investidas contra Ceuta, com o avanço sobre essa praça representando características pertinentes à expansão ultramarina lusitana: dependente dos esforços de guerra travada em diferentes localidades e de investimentos que viabilizassem os aparatos necessários.

A expansão portuguesa é filha da guerra e não teria sido possível sem o investimento que o país fez no seu aparelho militar ao longo dos séculos XV e XVI. O ato inaugural da conquista de Ceuta, em 1415, foi uma complexa operação bélica, minuciosamente preparada e que deu tom para o que se iria passar até os finais de Quinhentos: a projeção de Portugal além dos seus limites continentais, à custa de um esforço de guerra constante e pluricontinental (MONTEIRO, 2016, p. 474).

Os mecanismos de financiamento dos esforços se tornaram mais complexos na medida em que os custos de guerra foram acrescidos, assim como o número de efetivos mobilizados em razão das transformações nas práticas de batalha, ocorridas na modernidade. Para além das tropas serem compostas por uma quantidade maior de combatentes, outras características como a introdução das armas de fogo, culminaram na necessidade de estabelecer novas formações táticas para os exércitos em campo, mediante a cadência dos tiros. Outros impactos foram sentidos na arquitetura militar, que precisou se renovar perante as necessidades defensivas relacionadas à adoção do arsenal pirobalístico. Não somente “esse ajustamento decorreu em paralelo com a primeira fase da expansão portuguesa e em estreito diálogo com ela” (idem, p. 475), mas também, no decorrer da transição entre o medievo e a modernidade, esse processo “(...) evidenciou numerosas hesitações e contradições, entre o corso e o comércio, entre o envolvimento da Coroa e o de particulares, entre os interesses da nobreza e dos conselhos ultramarinos” (ibid, p. 475).

De maneira ampla, essas e outras características seriam sintomáticas da modernização nas práticas de guerra, que evocaram mudanças nos mecanismos de sustento, recrutamento, financiamento – e podem ser compreendidas à guisa de uma *Revolução Militar*, cujos impactos repercutiram no refinamento do aparato burocrático do Estado, decorrente da necessidade de atender ao crescimento das novas demandas⁵⁷. Dentre as críticas que poderiam

⁵⁶ ALENCASTRO, 2000, p. 105 – 109.

⁵⁷ O conjunto de transformações nas táticas e estratégias de batalha foram inicialmente conceitualizadas por Michael Roberts (1956) como uma “Revolução Militar”, no qual o autor compreende que os desenvolvimentos militares entre os séculos XVI e XVII tornaram-se um veículo de profundas mudanças sociais na Europa, alterando a escala na qual as guerras eram travadas, de maneira a incidir na própria centralização do Estado –

ser tecidas a essa perspectiva, pontua-se, por exemplo, o modo como a conceitualização dessas transformações foram feitas através de olhares essencialmente ocidentais, mas principalmente eurocêntricos, o que conseqüentemente resultaria em falhas na concepção das práticas de guerra em outras partes do mundo (BLACK, 2004, p. 72).

Considerando as características ultramarinas do caso português, por exemplo, A. M. Hespanha (2004, p. 3) discorre sobre como sua História Militar apresenta idiossincrasias quando concebida através dessa perspectiva, em razão da maneira como suas práticas de combate foram profundamente influenciadas pelas condições encontradas nas localidades de além-mar, em contraste às operações de guerra terrestre ocorridas na Europa, que se tornaram difusoras das transformações contempladas pelas lentes da Revolução Militar. Essas condições resultaram que, em meio aos debates relativos ao modelo, a modernidade portuguesa foi mantida à parte. Não obstante, o autor argumenta que embora o reino constituísse um campo de observação para casos contrastantes, ao mesmo tempo, os portugueses não deixaram de ser impactados pelas mudanças referentes ao período, como o crescimento no número dos contingentes mobilizados para os combates, que demandavam mecanismos mais eficientes de recrutamento, aprovisionamento e financiamento das tropas (2004, p. 23)⁵⁸.

Dentre os impactos provenientes dessa mudança, quantias consideráveis precisaram ser despendidas para arcar com os custos do processo, dependente de uma disponibilidade maior, mais rápida e eficiente de recursos. Para que os valores fossem arrecadados, fazia-se necessária a criação de impostos, ou mesmo, pedidos extraordinários nos tempos de guerra às populações gerais ou a grupos específicos – acarretando mudanças estruturais na fiscalidade do Estado e elencando diferentes categorias nas matérias de financiamento das atividades bélicas, como os mercadores, a nobreza e até mesmo a Igreja. Não obstante, esses mecanismos terminavam proporcionando uma gama de oportunidades àqueles enriquecidos no processo de expansão ultramarina, interessados em transformar as receitas do Estado e as práticas de guerra em horizontes comerciais a serem explorados. Em meio a essas camadas, encontra-se principalmente, mas não unicamente, a figura do *contratador*.

que precisou adaptar seu aparato administrativo para atender às novas demandas. Essa perspectiva foi aprimorada por Geoffrey Parker (1996), ao oferecer novos olhares acerca dos aspectos táticos e estratégicos propostos por Roberts, estabelecendo que as transformações nas práticas de guerra se deram por três principais características: a introdução das armas de fogo, novos modelos de fortificação e o aumento no número de soldados mobilizados para os conflitos (1996, p. 43). Sobre os olhares referidos, ver: PARKER, 1996, p. 24 – 44; ROBERTS, Michael. *The Military Revolution, 1560–1660*. Belfast: Queen’s University of Belfast, 1956.

⁵⁸ Para novos olhares acerca da História Militar de Portugal e das condições de guerra encontradas no ultramar, ver: CARVALHAL, H. MURTEIRA, A. JESUS, R. L. *The first world empire: Portugal, war and Military Revolution*. London & New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2021.

"Mais dinheiro, e o mais rapidamente disponível, nos sítios onde era preciso. É isto que explica a entrada em cena dos contratadores, agentes financeiros e comerciais que abasteciam (de armamento, munições de campanha e munições de boca, mercenários) os exércitos em campanha, aí onde eles estavam, sendo beneficiados com o privilégio de cobrar diretamente certos impostos ou rendas. A figura do contratador começou por ser uma figura de aplicação geral na técnica de cobrança dos impostos, que agilizava as cobranças e assegurava um fluxo regular das receitas fiscais. Em Portugal, é conhecida desde a Idade Média. Mas, no caso dos contratadores militares, a essa função fiscal soma-se uma função militar, de disponibilização de serviços e apetrechos militares" (HESPANHA, 2004, p. 28).

Mediante o aumento no número de contingentes, faziam-se necessários acordos com contratadores especializados em fornecer, por exemplo, mercenários para engrossarem a gente de guerra⁵⁹. Não obstante, os “contratantes” no mundo ibérico (*assentistas*, nos reinos hispânicos) formariam uma categoria mais ampla e perpassava por diversos setores, com o desempenho dessa função sendo uma das oportunidades que se abriam à uma minoria capaz de acumular os recursos necessários, para arrematar os contratos (*asientos*) em hasta pública. Buscando compreender as estratégias depreendidas pelos negociantes capazes de arrematar contratos, George F. Cabral (2020) descreve como os interessados faziam usufruto dos privilégios concedidos pela Coroa em retribuição aos serviços prestados em áreas como a disponibilização de créditos, participações militares e outras avenidas. Esses elementos garantiam distinção no processo de concorrência para o arremate de determinado contrato, ou mesmo, favoreciam as conexões políticas necessárias para gerir os acordos assumidos e auferir lucros em cima dessa atividade⁶⁰.

Uma das áreas mais atraentes seriam os contratos referentes à arrecadação dos impostos públicos. Em troca de atribuir esse exercício aos particulares, a Coroa receberia de maneira adiantada um valor aproximado do montante passível de ser recolhido, não ficaria responsável por arquitetar a estrutura necessária à arrecadação e os custos operacionais recaíam sobre os contratadores. Entretanto, os contratos não seriam limitados ao setor fiscal e poderiam incidir sobre o direito de cobrar pelo uso dos instrumentos pertinentes à circulação de mercadorias, ou ao privilégio de produzir e distribuir determinados bens. De maneira geral,

⁵⁹ Observa-se essa realidade, por exemplo, no recrutamento das tropas que atuaram no Exército de Flandres. Segundo Geoffrey Parker (1972), a figura do contratador seria essencial nos momentos de mobilizar efetivos mercenários provenientes de outros reinos. As implicações políticas de recrutar tropas para um exército dos Habsburgo em outros espaços poderiam causar divergências e agentes mercantis representavam elementos neutros nessas relações. Além disso, os contratadores conseguiam organizar homens de maneira mais rápida e com menos custos. Para um maior aprofundamento desse processo, ver: PARKER, ano, p. 38-39.

⁶⁰ CABRAL, 2020, p. 163 – 165.

atuar nessa posição poderia posicionar um comerciante de vulto, sua casa mercantil e seus associados num lugar de destaque em determinado mercado⁶¹.

Essencialmente, seria essa uma das formas de diversificação e reinvestimento de capitais acumulados pelo negociante: uma avenida que representava grandes riscos, em troca da possibilidade de retornos ainda mais elevados. Os comerciantes dispunham dos capitais necessários e a liquidez inerente ao setor mercantil, proporcionava os recursos para que arcassem com a empreitada. Além disso, os mecanismos inerentes às trocas garantiam o arcabouço necessário para que o arrematante fosse capaz de providenciar uma série de agentes, representantes e procuradores dispostos a assumirem os papéis vinculados ao contrato. Em suma, os pré-requisitos para que uma determinada casa comercial assumisse um contrato, envolveria não somente uma disponibilidade financeira viável, para mobilizar fiadores e convencer os agentes régios da capacidade desse agrupamento em administrar a empreitada, mas também, dependia do lugar ocupado pelo arrematante numa rede bem-articulada de agentes mercantis⁶².

Enquanto muitos seriam os caminhos para o entendimento de uma “rede de agentes mercantis”, parte-se do pressuposto de que os mecanismos estruturais que viabilizaram essas dinâmicas podem ser compreendidos através das perspectivas de Fernand Braudel (2009). Vistos por esse ângulo, os diferentes entrepostos e suas mais diversas instâncias – como as lojas, as feiras e outras categorias – representavam polos a serem conectados por linhas de troca, formando um circuito mercantil. Seria necessária à composição desses fios comerciais e ao funcionamento desse circuito, a reciprocidade entre diferentes pontos: mais precisamente, agentes mercantis localizados em posicionamentos distintos e conectados entre si, de maneira a cumprir com as logísticas de circulação dos produtos, com os processos de compra e venda, dentre outras transações. Caso adversidades como as guerras, intempéries ao mar ou outros elementos de risco viessem a impedir o fechamento de determinado circuito, ou a correspondência entre os agentes, essas relações estariam fadadas a sucumbir⁶³.

⁶¹ idem, p. 164 – 166.

⁶² idem, p. 167 – 182.

⁶³ BRAUDEL, 2009, p. 115 – 122. Segundo o autor, "sendo a troca reciprocidade, a cada trajeto de A a B corresponde uma certa volta, tão complicada e sinuosa quanto se queira, de B a A. A troca se fecha então sobre si própria. Há circuito. Os circuitos mercantis são iguais aos circuitos elétricos: só funcionam fechados" (idem, p. 117). Não obstante, a noção de “*reciprocidade*” adquire maiores aprofundamentos por parte dos pensamentos de Karl Polanyi. No que diz respeito à concepção original de Polanyi – referenciada por Braudel, ao discorrer sobre sua própria perspectiva – a economia seria regida por princípios de comportamento sociais que não estariam inteiramente associados a esta, incluindo os pressupostos de “*reciprocidade*”, ou trocas regidas num padrão simétrico de organização pautada por elementos extraeconômicos, partindo da formação de um mercado autorregulado apenas partir do século XIX e enfatizando as trocas do ponto de vista social e antropológico. Fernand Braudel tece sua compreensão em torno das noções de reciprocidade em crítica aos ideais de Polanyi, ao

Para que o andamento dessas relações fosse posto em prática, essa estrutura invocava uma malha de agentes, no qual seria possível imaginar um mercador posicionado em cada interseção, estabelecido ou de passagem, desempenhando uma gama de funções diversificadas ou especializadas – variantes determinadas, em grande parte, por sua localização no circuito. Destarte, essa malha articulada de representantes comerciais formaria uma *rede mercantil*, ou em outras palavras;

“Toda rede comercial liga uns aos outros certos números de indivíduos, de agentes, pertencentes ou não à mesma firma, situados em vários pontos de um circuito ou de um feixe de circuitos. O comércio vive desses revezamentos, dessas cooperações e ligações que se multiplicam como que por si sós com o crescente sucesso do interessado”. (idem, p. 124).

Embora diversos mecanismos estivessem implicados nesse processo, uma das formas mais recorrentes de mobilizar agentes dentro de uma rede mercantil, seria elencar membros provenientes de uma mesma família, abrindo margens para a ascensão de grandes “clãs mercantis” no cenário ultramarino – ainda que essa não fosse a única forma de estabelecer os níveis de confiança necessários, ao funcionamento dessas dinâmicas⁶⁴. Não obstante, recorrer aos familiares e outras proximidades, tornava-se uma característica comum considerando que para o andamento das atividades em determinado circuito, diferentes níveis de colaboração entre os agentes seriam exigidos, ainda que isso não impedisse o surgimento de rivalidades e outros elementos desestabilizadores dessas relações⁶⁵.

reforçar como as trocas e a reciprocidade entre os elementos seriam regidas por padrões socioeconômicos e condicionadas pelos mecanismos de mercado, em contraste às qualidades extraeconômicas indicadas por Polanyi, de maneira a conceber a própria formação do mercado, de forma multissecular, ao invés de uma formação entre a modernidade e a contemporaneidade. Para uma melhor compreensão desse debate, ver: BRAUDEL, 2009, p. 193 – 196; POLANYI, Karl. Sociedades e sistemas econômicos. In: POLANYI, K. *A Grande Transformação*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. P. 62 - 76.

⁶⁴ Maiores aprofundamentos em torno dos mecanismos envolvidos no reforço dessas relações, podem ser concebidos para além das concepções braudelianas. Exemplos podem ser encontrados na maneira em que Avner Grief (2006) – inserido nas discussões relacionadas à Nova Economia Institucional – aponta como somente as relações familiares não seriam suficientes. Mais precisamente, relações de trocas entre agentes seriam inerentemente caracterizadas por uma problemática relacionada ao compromisso entre as partes. Permitir que um representante no além-mar negociasse com capitais provenientes de outros agentes aumentava a eficiência da transação à longa-distância, mas não garantia a segurança do recurso nas mãos de outrem. Sem instituições que dessem suporte a esse processo, na antecipação de comportamentos oportunistas, comerciantes poderiam se recusar a travar negócios com diferentes agentes. Faziam-se necessários, portanto, elementos como o fluxo de informações e, principalmente, um sistema de reputação e credibilidade que incentivasse as relações entre agentes mercantis. Não obstante, esse sistema de reputação poderia assumir características informais, a partir de condutas impostas dentro das comunidades. (2006, p. 62 – 71) Para olhares mais amplos em torno dessa perspectiva e outros elementos essenciais à compreensão desse pensamento (como a Teoria dos Jogos), ver: GRIEF, Avner. *Institutions and the Path to the Modern Economy: lessons from Medieval Trade*. Cambridge University Press: New York, 2006.

⁶⁵ Braudel parte do pressuposto de que independente da forma de entendimento e colaboração mercantil (seja entre membros de uma mesma família, grupos minoritários, comunidades, etc.), as relações entre os componentes exigem diferentes níveis de fidelidade, confiança pessoal, exatidão e respeito pelas ordens dadas, manifestadas numa espécie de moral comercial rigorosa. Mais precisamente, um sistema de “solidariedade

Ainda que esses sejam apontamentos introdutórios acerca dos mecanismos e da estrutura das trocas que permitiram às redes mercantis operarem em diferentes empreitadas – perpassando pela comercialização de especiarias, a administração dos contratos e outras instâncias –, seria possível observar através desses pressupostos a maneira como os cenários de conflito proporcionaram oportunidades às malhas e representantes comerciais, que fizeram usufruto desse arcabouço para adentrarem aos “negócios da guerra”, em suas mais diversas categorias.

Aproximando os olhares sobre esse horizonte comercial, as diferentes maneiras como os mecanismos supracitados estiveram dispostos nas guerras podem ser compreendidas através das lentes de David Parrott, em *The Business of War* (2012). A princípio, as logísticas de sustento e aprovisionamento das tropas estariam dependentes de sistemas de abastecimento coordenados, capazes de encontrar os regimentos em movimentação no decorrer de uma campanha – perpassando por marchas, acampamentos, entraves e estados de sítio. No caso das guerras marítimas, um dos pontos centrais das preocupações giravam em torno do aprovisionamento das embarcações e como os mantimentos seriam administrados ao mar. Do ponto de vista tático, essas necessidades perpassariam pela capacidade dos comandantes em facilitar operações logísticas através das estratégias apreendidas num cenário de guerra, como a requisição de carroças e outros meios de transporte que permitissem o fornecimento de mantimentos às tropas estacionadas. De maneira mais abrangente, esse processo envolvia os processos de produção, fabrico e distribuição proporcionados por grupos especializados em suas respectivas áreas⁶⁶.

Embora o financiamento de guerra estivesse vinculado às receitas do Estado, essas matérias representavam um desafio às economias modernas, considerando como estariam ainda em processo de desenvolvimento dos sistemas necessários ao atendimento das demandas, em meio às transformações nas práticas de batalha – que intensificavam a procura

mercantil” parcamente similar à solidariedade de classes, embora não excluísse rivalidades entre indivíduos e agrupamentos mercantis. (2009, p. 128 – 129). Não obstante, outras perspectivas recentes trazem olhares mais amplos em torno das questões da “confiança” inerente às relações mercantis. Um dos exemplos, seriam as propostas de Francesca Trivellato (2020). Utilizando-se da comunidade formada pelos judeus sefardim na Península Itálica, a autora discorre sobre como os negócios eram geridos entre representantes que variavam do âmbito familiar, amigos, ou até mesmo, estranhos. Para tanto, faziam-se essenciais instituições estatais que contribuíssem para que ocorressem relações impessoais no mercado, ou mesmo, incentivos sociais, normas compartilhadas acerca de condutas comerciais e compromissos, para assegurar a cooperação dos agentes. Essas camadas construíram uma solidariedade comercial através de diferentes categoriais de identidades coletivas, circundando diferentes tipos de proibições. Através desses pressupostos, a autora observa como a “confiança” comumente evocada nessas relações, seria mais complexa e passível de problematizações, ao invés de um atributo estável de um indivíduo ou grupo, garantidor dessas relações (2020, p. 45 – 65).

⁶⁶ PARROTT, 2012, p. 196 – 197.

por armamentos, munições e suprimentos. Ao mesmo tempo, as indústrias referentes a esses produtos estariam vinculadas ao setor mercantil, fazendo com que os interesses em torno dos mecanismos de arregimentação e sustento das tropas também incluíssem essa camada, embora fossem intermediados pelas Coroas⁶⁷. Esses aspectos se dariam, dentre outras razões, considerando que empreendimentos dessa natureza precisavam mobilizar diferentes setores e categorias sociais, incluindo, por exemplo, os credores interessados em arrecadar fundos para o recrutamento das tropas e ao andamento das operações, através de redes mercantis compostas por carregadores e outros agentes comerciais, na intenção de garantir que os contingentes estivessem devidamente alimentados e equipados. Cenários como esses, colocariam elementos fundamentais do processo de financiamento da guerra, nas mãos dos homens de negócios. (idem, p. 1)⁶⁸.

Não obstante, mercadores poderiam se mobilizar de diferentes maneiras. Dentre as formas mais comuns de aprovisionamento direto, por exemplo, observam-se comerciantes seguindo as tropas e negociando produtos diretamente com os combatentes, numa microescala. Esse exercício poderia ser desempenhado por mascates de origens modestas, que revendiam mantimentos e itens de segunda mão, ou mesmo, por comerciantes mais abastados capazes de providenciar carroças e outros meios de transporte, para garantir o fornecimento nos acampamentos (ibid, p. 203). Numa escala mais abrangente, entretanto, esses negócios elencavam setores produtivos e distributivos de materiais bélicos – que assumiam características de descentralização, com oficinas dispersas e pertencentes a variados produtores⁶⁹. Nesse caso, alguns dos principais entrepostos seriam as cidades germânicas e neerlandesas, cujas elites mercantis teciam conexões de maneira a entrecortar as diferentes

⁶⁷ idem, 197 - 201

⁶⁸ De maneira ilustrativa a essas relações, por exemplo, Geoffrey Parker (1972) indica que para financiar o Exército de Flandres nos Países Baixos, dentre os principais mecanismos utilizados pela Monarquia Hispânica estariam as *cartas de crédito* e os *asientos*. Comumente, a Coroa seria representada pelo conselho responsável ao negociar um contrato (asiento) referente a esses interesses com um mercador, fazendo com que este fornecesse um pagamento adiantado, a partir de um valor pré-fixado, ao Pagador-geral do Exército de Flandres ou ao seu representante. O mercador em questão deveria ser residente da Espanha e, normalmente, agiria através de seus sócios ou correspondentes nos Países Baixos. De maneira alternativa, o asiento poderia ser negociado pelo Capitão-general do Exército, que solicitava o empréstimo a um mercador residente nos Países Baixos, oferecendo-lhe em retorno uma carta de crédito, para o pagamento no Conselho de Finanças. Seriam repassadas letras de câmbio a negociantes, considerando que no século XVI, a Coroa precisaria adentrar ao mundo dos mercadores para fazer uso dos instrumentos de crédito. As letras de câmbio negociadas com a Coroa, normalmente seriam transacionadas nas feiras de Medina del Campo ou na Antuérpia, embora no caso da segunda localidade os arranjos pudessem ser feitos em outros centros comerciais de acordo com o nível dos conflitos na região. No entanto, na medida em que os valores eram acrescidos, as negociações em torno dos asientos passaram a ser feitas diretamente na Corte dos Habsburgo e monopolizadas por assentistas especializados. Entre 1577 a 1624, os banqueiros genoveses estariam responsáveis por deter os contratos. Após esse período, financistas portugueses assumiram seus lugares. Sobre isso, ver: (PARKER, 1972, p. 146 – 148)

⁶⁹ Ibid, p. 212 - 214

fronteiras geográficas, religiosas e políticas, na intenção de estabelecer meios eficientes de transportar armamentos, munições, indumentárias e alimentação (ibid, p. 214).

Essas seriam características recorrentes às malhas comerciais, cujos negócios atravessavam diferentes culturas. Os agentes se posicionavam sobre uma miríade de centros, garantindo a circulação dos produtos e a eficiência das operações, podendo transpassar as fronteiras impostas aos Estados, mediante as relações de reciprocidade entre correspondentes mercantis. Compreendendo as dinâmicas do comércio transcultural, Philip D. Curtin (1984) discorre sobre como uma das formas mais comuns a esse exercício envolvia o deslocamento de agentes para que negociassem em outros entrepostos. Buscando estabelecimento nos novos territórios, aprenderiam o idioma e os costumes locais para servirem como representantes dos grupos mercantis aos quais pertenciam; desempenhando assim a função de *intermediário transcultural* ao viabilizar as relações entre aqueles que compartilhavam de suas origens e as cidades anfitriãs, além de oferecer acolhimento aos recém-chegados. Essas dispersões não somente implicariam em distinções entre os mercadores que se estabeleciam em determinado centro e aqueles que permaneciam em trânsito, mas também, resultariam numa rede de comunidades interconectadas – que formariam uma diáspora comercial (1984, p. 2).

As comunidades em diáspora operavam de diferentes maneiras – algumas tão informais quanto assentamentos individuais, conectados por pouco mais que laços culturais em comum ou diferentes níveis de solidariedade. Outras como as grandes casas comerciais europeias, poderiam assumir características de maior organização e se espalhavam por diferentes entrepostos, de maneira a garantir influência sobre monopólios comerciais, na política, ou mesmo, dispondo de recursos no âmbito naval e militar (idem, p. 3). Não obstante, as comunidades dispersas dividiam uma mesma cultura, não compartilhariam laços formais e seriam unidas através de relações construídas através de religiões em comum, idiomas ou laços de parentesco, sendo essenciais para estabelecer a reciprocidade necessária às trocas transculturais, entre diferentes espaços⁷⁰.

⁷⁰ CURTIN, 1984, p. 4 – 12. Seria pontual evidenciar como os estudos em torno das diásporas comerciais suscitaram inúmeros debates a partir das perspectivas dispostas por Philip D. Curtin (1984), cujos olhares impactaram a compreensão das diferentes maneiras em que o comércio poderia ser operado à longa-distância. Não obstante, alguns dos pressupostos provenientes dessa perspectiva enfrentaram críticas por parte de autores como Francesca Trivellato (2020), afirmando como as visões de Curtin poderiam evocar interpretações romantizadas das comunidades mercantis, como se suas dinâmicas fossem harmoniosas e coesas, principalmente reforçando a confiança envolvida nas trocas de maneira pouco atenta às complexidades inerentes a esse processo. Consequentemente, a autora sugere que seria essencial para o desenvolvimento das relações mercantis transculturais – e as operações de seus agentes intermediários – uma série de elementos que perpassavam pela disciplina de seus membros, obrigações contratuais, proteções políticas e outras convenções, que permitiam os comerciantes de diferentes diásporas negociarem uns com os outros entre diferentes fronteiras. Sobre isso, ver: TRIVELLATO, 2020, p. 35 - 45

Arranjos assim seriam indispensáveis aos negócios exercidos em meio às guerras, não somente considerando as adversidades proporcionadas pelos conflitos, mas também, em razão da possibilidade dos centros que apresentavam demandas e os que ofertavam estarem em clima de tensões. Seria esse o caso dos territórios sob domínio da Monarquia Hispânica e partes das Províncias Unidas, que nos séculos XVI e XVII, contemplaram momentos de guerra e armistício. Quando as primeiras sublevações foram iniciadas (1568), o Exército de Flandres foi mobilizado pela Monarquia Hispânica para suprimi-las. Sendo esse um exército formado por categorias provenientes de diferentes reinos, estaria dependente de tropas e recursos transculturais, incluindo contingentes mercenários providenciados por contratadores estrangeiros⁷¹. Entretanto, as realidades políticas e econômicas do cenário, resultaram em situações como o abastecimento militar dos reinos aliados aos hispânicos, sendo dependente do fornecimento de reinos rivais, através de redes mercantis capazes de intermediar esses processos⁷².

Indícios dessas atividades em Portugal podem ser encontrados no estabelecimento das casas mercantis germânicas em Lisboa ou nas relações de mercadores que apresentavam conexões com Flandres e Biscaia – fornecendo armamentos, pólvora e chumbo aos processos de expansão⁷³. No entanto, as oportunidades disponíveis às camadas portuguesas assumiram

⁷¹ PARKER, 1972, p. 25 - 39

⁷² “The obvious fact that the gunpowder was being provided from the United Provinces to support the defense of Spain’s main Italian ally while Spain and the Dutch were at war underlines the international character of this network and its ability to tap sources regardless of military and religious boundaries, and on the basis of well-established networks of business associates. The example also underlines the high level of commercial/fiscal sophistication that underpins this international system. In an early modern context of rudimentary and limited administrative capacity on the part of governments, the supply of armies was being integrated into a remarkable structure of mercantile experience and organizational skill and knowledge about supplies, available production capacity and transport options” (PARROTT, 2012, p. 216). Para uma compreensão mais ampla das relações entre os centros de fornecimento e a demanda militar – incluindo as tensões políticas – ver a figura 3.5: “*Essential structure of the international armaments trade in the first half of the seventeenth century*” In: PARROT, 2012, p. 215.

⁷³ Segundo Jurgen Pohle (2017), nas primeiras décadas dos quinhentos, bombardeiros, artifices e mercadores associados às firmas de Augsburg, Nuremberg ou à Liga Hanseática, compunham essa comunidade e, com os germânicos representando alguns dos principais fabricantes de armas à época, sua presença contribuiu para o desenvolvimento da artilharia naval necessária ao processo de expansão (2017, p. 76). Por volta do último quartel do séc. XVI, armamentos, pólvora, chumbo e outros produtos referentes ao mercado de armas com os lusitanos, poderiam ser também negociados entre mercadores estabelecidos no reino e seus contatos nas regiões de Flandres, Alemanha e Biscaia. Segundo consta na *Provisão das Ordenanças de 1574*: “54 – E porque ao presente não há ainda no Reino a quantidade de armas, que é necessário para todos meus vassallos se poderem prover das de sua obrigação: Hei por bem, para as poderem haver em melhor preço, que os Corregedores das Comarcas (...) obriguem alguns mercadores, que nos ditos Lugares, portos de mar comerciarem para Flandres, e Alemanha, ou para Biscaia, a terem aquela quantidade de armas, que lhe parecer, das que na terra se houverem mister, para daí se poderem prover as pessoas, conforme sua obrigação. 55 – E assim obrigação pela dita maneira os mercadores, marceneiros, tendeiros, e outras pessoas, que compram e vendem em todas as Cidades, e Vilas principais, e outros Lugares, que lhe parecer do Sertão, e nos mesmos portos de mar, a terem pólvora, chumbo, e munições para venderem às pessoas, que disto tiverem necessidade, e constrangerem os ditos mercadores, e tendeiros a terem as ditas armas, e mais cousas acima declaradas, boas, e de boa sorte, segundo a possibilidade, e fazenda, com que cada um tratar, e venderem-nas em preços moderados”.(MENDONÇA, 1972,

novas dimensões nos finais do século XVI. Mais precisamente, após mobilizar recursos para avançar sobre o Marrocos, D. Sebastião pereceu em combate (1578), deixando o reino sem sucessores diretos à linhagem dos Avis e com candidatos provenientes de outros ramos da genealogia reivindicando o trono. Ainda que tréguas formais fossem estabelecidas entre a Monarquia Hispânica e as Províncias Unidas somente *a posteriori*, El-Rey aproveitou um momento de relaxamento nas tensões para incorporar Portugal e suas possessões ultramarinas⁷⁴. Estariam estabelecidas as bases para a formação da União Ibérica (1580–1640) em razão da candidatura de D. Filipe II à Coroa lusitana, baseada em princípios jurídicos referentes às relações genealógicas entre as dinastias, embora não dispensasse a projeção militar sobre os territórios que apoiassem outras candidaturas⁷⁵.

Não obstante, os acordos travados com as cortes portuguesas na região de Tomar resguardaram a pluralidade institucional do reino e permitiram novos rumos às camadas lusitanas que estivessem interessadas em tomar partido nas oportunidades oferecidas pela Coroa dos Habsburgo: incluindo uma nova gama de contratos a serem arrematados e variadas oportunidades de crédito, vinculadas aos interesses de guerra⁷⁶. Isso se daria considerando que

p. 173). Sobre esses aspectos, ver: POHLE, Jürgen. *Os mercadores-banqueiros alemães e a Expansão Portuguesa no reinado de D. Manuel I*. Lisboa: CHAM, FCSH/NOVA-UA, 2017; *Provisão das ordenanças (1574)*. In: MENDONÇA, M. C. D. *Raízes da Formação Administrativa do Brasil*. Tomo I. Regimentos I a XVI. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

⁷⁴ “After a preliminary accord in May 1579, the ‘Treaty of Arras’ was formally signed on 13 September. One of the crucial conditions of the agreement, by which the three provinces were reconciled to Philip II, was that all foreign troops in the Army of Flanders should be dismissed. The same condition was imposed by the towns of Groningen and Hertogenbosch which also defected from the States General in 1579. The foreign troops were to leave within six months of the Treaty of Arras. As it happened, a lull in hostilities in the Netherlands and a reduction in the provisions was just what Philip II wanted. In August 1578 the childless king of Portugal, Dom Sebastian, died in battle. Apart from a senile and epileptic uncle in holy orders, Cardinal Henry, Philip II had the best claim to the Portuguese succession. Throughout 1579 therefore, King Phillippe laid his plans for the conquest of Portugal as soon as Cardinal Henry should die. He welcomed the opportunity of reinforcing his army with the Spanish veterans from the Netherlands (they left Luxemburg in May 1580 and went straight to Lombardy and thence to Spain). The Netherlands were virtually abandoned in 1580–1 while Spain annexed Portugal and the Azores; very little money reached the military treasury”. (PARKER, 1972, p. 240).

⁷⁵ MAGALHÃES, 1997, p. 455 – 472. Enquanto não seria incomum por parte da historiografia referenciar principalmente os elementos jurídicos e políticos do processo de incorporação, Rafael Valladares (2008) enfatiza a violência coercitiva promovida pelas tropas hispânicas na “conquista de Lisboa”, discorrendo sobre como a sucessão de eventos que culminou na União Ibérica não teria sido completamente pacífica. Mais precisamente, o intervalo correspondente a 1578 e 1583 representou – para além da crise dinástica proporcionada pela morte de D. Sebastião – uma guerra civil, no qual a violência militar promovida por D. Filipe II em Portugal, na intenção de impedir as sublevações das populações contrárias, teria sido uma peça-chave aos seus objetivos de anexação. Para olhares mais amplos em torno dessa perspectiva e os debates historiográficos aos quais se propõe a travar, ver: VALLADARES, R. *La Conquista de Lisboa: violência militar e comunidade política em Portugal, 1578 – 1583*. Marcial Pons História, 2008. (2008, p. 17 – 55).

⁷⁶ Em meados do século XVII, negociantes portugueses assumiram a posição deixada pelos banqueiros genoveses, responsáveis por arrematar os asientos na Corte de Madrid, adiantando fundos através dos contratos que seriam direcionados às guerras nos Países Baixos: “The eighty-year war in the Low Countries to subdue Dutch rebels, 1568-1648, presented Spain with the unprecedented long-term burden of supporting and supplying large land forces the Army of Flanders far from the Iberian sources of revenue that ultimately paid the bills. (...) The crown itself did not, except infrequently and on a small scale, organize or administer the transfer of men,

as Províncias Unidas se mostravam como uma área central aos recursos hispânicos, tornando-se um difusor para o estabelecimento de clientelas e aos interesses privados. Para os portugueses, essas implicações significavam novas possibilidades de serviços, circulações entre os territórios no ultramar ibérico, formação de carreiras e áreas de financiamento que permitiam a mobilidade social ascendente dos súditos⁷⁷.

Enquanto as características desse processo serão aprofundadas em sessões posteriores, seria pontual às observações até então tecidas perceber como os negócios da guerra e a beligerância ultramarina representavam espaços de operação às redes mercantis, perpassando desde o fornecimento de materiais, ao arremate de contratos, créditos e outros horizontes comerciais. Não obstante, as oportunidades que esse segmento oferecia também poderiam ser originadas através do envolvimento direto dos negociantes no exercício da guerra, como comandantes de tropas, combatentes e outras modalidades, proporcionando diferentes formas de espólios provenientes dos conflitos mediante os serviços em guerra prestados à custa de seus próprios capitais. No entanto, seria evidente que o envolvimento dos mercadores no cenário das guerras – perpassando desde o âmbito logístico, até as participações individuais – coincidia também com variados níveis de risco recaindo não somente sobre suas finanças, mas também, na integridade física daqueles engajados nos combates⁷⁸. Essas e outras características levam a questionar: quais os condicionamentos que motivariam os homens de negócios a participarem dos empreendimentos de guerra, em suas mais diversas variantes?

De acordo com David Parrott (2012), a resposta estaria no entendimento desses negócios não somente através das oportunidades de lucratividade, mas também, como um fenômeno de características sociais, culturais e políticas – capaz de garantir meios de reconhecimento, validação e mobilidade social. Mais precisamente, os homens de negócios poderiam se engajar nas guerras como empresários ou combatentes, considerando como ofereciam oportunidades de auferir lucros, enquanto, ao mesmo tempo, reforçaria ou estabeleceria condições de prestígio sociocultural. Considerando esses aspectos, membros

money, and material from Spain to the Low Countries. Rather, the Spanish monarchy achieved its ends by contracting with consortia of Genoese, German, and finally Portuguese financiers who signed the *asientos de las provisiones generales*. These annual loan and foreign payments contracts required that the bankers, or *asentistas*, advance funds to the crown on the peninsula and transfer still larger sums to Spanish agents in Flanders, central Europe, and northern Italy in return for Castilian revenues. In order to execute the terms of the *asientos* the financiers were active on all of the major exchanges and financial markets of Europe, borrowing on credit and conveying payments. Their transactions of high finance and their demand distorted the normal functions of exchange and the maintenance of international trade balances on the markets, and the duration of the new war and thus of the contract regime made those distortions more or less permanent features and the great financiers the tyrants of the finance markets". (BOYAJIAN, 1983, p. 1).

⁷⁷ ÍBÁÑEZ; MONTOJO, 2013, p. 17 – 31.

⁷⁸ PARROTT, 2012, p. 241 – 249.

provenientes das principais casas mercantis – como os *Fugger* de Augsburgo – poderiam se sentir atraídos a arrematar tropas particulares ou viver de maneira extravagante dentro do exército, tendo em vista que financiar ou participar nas matérias de guerra, reforçaria o prestígio que outros horizontes comerciais não necessariamente suscitariam, ao passo que comerciantes menos abastados encontrariam nesse setor, caminhos viáveis de ascensão social e acúmulo de capitais⁷⁹.

1.1.2. Hierarquias sociais: as camadas intermediárias e seus movimentos de ascensão.

Condições assim seriam recorrentes na expansão ultramarina, cujas representações da presença portuguesa no oriente incluem figuras como o “cavaleiro-mercador”: comum a esses circuitos, onde os capitães das fortalezas assumiam papéis mercantis, militares e a fidalguia colhia rendimentos do comércio (MAGALHÃES, 1997, p. 430). Inclusive, seriam esses os cenários que suscitaram interpretações como as de Diogo do Couto no *Soldado Prático [1610]*⁸⁰, sobre como a interseção nos papéis do mercador e do guerreiro contribuiu ao declínio da presença lusitana na região, em razão do descaso relativo às matérias de guerra e governança em prol dos lucros por uma parcela corrupta dos oficiais régios. Nesse sentido, o autor sublinha os vícios do sistema que permitia a ascensão desses sujeitos à administração pública, assim como a forma em que decorria o exercício de suas funções⁸¹.

Aqui me pudera deter em vituperar alguns visos-reis e governadores da Índia, que deixaram de ser capitães e se fizeram mercadores, largando por mão as obrigações de seu cargo, e descuidando-se das armadas e de tudo o mais, por fartarem seu apetito, e mercadejando com o dinheiro del-rei, pelo que deixam de fazer armadas importantes e quando as fazem, são fora do tempo, como já disse, por terem em si o dinheiro”. (COUTO, 1937 [1610], p. 184).

⁷⁹ PARROTT, 2012, p. 249 – 259.

⁸⁰ Seus olhares estariam embebidos num sentimento de desengano que se alastrou em finais dos quinhentos, alimentado por insucessos políticos, militares e outras adversidades, concomitantes ao abandono de praças-fortes na África ou ao declínio paulatino do monopólio na Ásia. Além disso, mediante a rejeição do manuscrito no reinado de D. Sebastião, a obra encontraria ares para publicação somente durante a União das Coroas Ibéricas. Sobre isso, ver: MENDES, 1997, p. 365- 368. In: MATTOSO, J. História de Portugal: no Alvorecer da modernidade. Lisboa: Editorial Estampa, v. 3, 1997.

⁸¹ Observando a maneira como Diogo do Couto abordou essas condições, Sofia T. P. da Fonseca (2020) sugere que, em sua interpretação, “a ambição desmedida das autoridades locais, a transformação de soldados em mercadores, a utilização do dinheiro para o bem particular, o desrespeito e a infidelidade ao rei, além das paixões individuais guiando seus súditos, marcaram o cenário de revelia e de aproveitamentos apresentado por Couto” (2020, p. 107). Sobre isso, ver: FONSECA, S. T. P. *Da Tradição e Guerra Justa: o arquétipo da guerra de Diogo do Couto*. 2020. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. Para um aprofundamento em torno dos olhares do autor em relação à concessão e desempenho dos cargos, ver: MARQUES, M. E. C. M. O Soldado Prático e a lógica da “economia do dom”. Revista USP, [S. l.], n. 83, p. 127-135, 2009.

Dentre os elementos que impulsionaram essa realidade, observa-se a maneira como os níveis pessoais de riqueza não representariam o fator determinante ao processo de mobilidade social, pois seriam os poderes extraordinários da Coroa, os responsáveis por emancipar os candidatos à ascensão, de forma a legitimar suas posições sociais através de procedimentos formais de concessão (HESPANHA. 2006, p 129). Mais precisamente, o agraciamento régio tornava-se o mecanismo por excelência de reconhecimento da mobilidade social e seria atingido através de serviços prestados à Monarquia, que em troca, ressarcia as despesas e o empenho dos vassallos com cargos na governança, nobilitação e outras recompensas (mercês), que garantiam o prestígio necessário ao reconhecimento de uma posição social distinta.

Segundo Fernanda Olival (1999)⁸², a prestação de serviços seria uma estratégia de cunho honorífico e material, partindo tanto da nobreza quanto de grupos menos elevados na escala social – embora encontrar os meios econômicos necessários para embarcar nessas atividades, fosse indispensável. Em outras palavras, “(...) pedir, dar, receber e manifestar agradecimento, num verdadeiro círculo vicioso, eram realidades a que grande parte da sociedade deste período se sentia profundamente vinculada, cada um segundo a sua condição e interesses” (OLIVAL, 1999, p. 30). Esse contínuo de recompensas aos vassallos constituía uma *economia da mercê*⁸³ e viabilizava os meios necessários para que o ordenamento dessa sociedade se tornasse flexível, mediante a ascensão de camadas inferiores à aristocracia.

(...) À posição de fidalgo e de nobre sempre ia sendo possível o acesso de alguns. Individualizado. Por prêmio de serviços prestados, desde que houvesse fortuna e comportamento à lei da nobreza a sustentar essa nova condição. Ou a nomeação para os lugares da burocracia da nova forma de Estado. E, sempre, desde que sobrevivesse o reconhecimento do rei ou, no caso da gente nobre, a inclusão nos ofícios da governança local. (MAGALHÃES, 1997, p. 432)

Não obstante, o surgimento de categorias como os “cavaleiros-mercadores” seria também sintomático das transformações ocorridas nessa expansão, resultante da maneira como o reino encontrou saídas às crises ocorridas no fim do medievo ao transformar a Coroa num agente econômico ativo – compelindo as casas senhoriais a iniciarem empreendimentos de cunho comercial-marítimo. Seriam buscados nas navegações, os retornos que já não eram

⁸² OLIVAL, 1999, p. 30 - 38

⁸³ Enquanto A. M. Hespanha (2006) observa esses quadros sob as lentes de uma “economia do dom” ou “economia da graça”, Fernanda Olival (1999) tece críticas a essa terminologia e sugere a noção de “economia das mercês”, afirmando que: “Em Portugal (...) a designação ‘mercês’ tornou-se inclusive a mais comum a por vezes com um âmbito mais abrangente. Nessa última acepção, chegava a abarcar não apenas a graça (doações por mera liberdade, dispensa das leis, perdão, comutar das penas), quanto as dádivas feitas a troco de serviços. No início do século XVIII, Bluteau não se coibiu de manifestar o alargamento do campo semântico da palavra, que no latim queria dizer apenas “paga do mercenário, ou galardão, e recompensa, que se dá ao merecimento de alguém” (p. 36). Sobre as críticas completas de Olival a Hespanha, ver: (OLIVAL, 1999, p. 20; 35 – 36).

encontrados nas terras ou no mercado interno. Conseqüentemente, o Estado passaria a beneficiar-se das receitas provenientes das atividades mercantis, ao passo que tornava a si próprio armador e mercador, dispondo de uma rede de feitorias ao redor do globo, “ (...) explorando monopólios ou fazendo-os explorar por companhias capitalistas concessionárias; o rei, a família real e a nobreza participam nessas companhias, colocam dinheiro nos negócios, auferem pingues proventos mercantis” (GODINHO, 1968, p. 45).

Essas mudanças impactariam diretamente a estratificação social. Ainda que as camadas continuassem a ser representadas de maneira política e jurídica nas cortes, através da divisão entre a nobreza, o clero e o povo, a realidade social assumia maior complexidade, em razão das dinâmicas introduzidas pelo capitalismo mercantil, na categorização dos sujeitos. Mais precisamente, a sociedade enriquecida pelo comércio ultramarino compreendia duas extremidades, compostas pelas camadas mais próximas da base, como os mecânicos, e o topo, composto pelos cavaleiros, oficiais da Coroa e os senhores. Entretanto, num espectro intermediário entre essas polaridades, estariam as camadas mercantis (MAGALHÃES, 1997, p. 409).

Segundo Fernand Braudel (2009), para compreender as dimensões sociais nas quais as camadas mercantis operavam, seria necessário entender a malha social como uma *hierarquia de conjuntos e subconjuntos* com demarcações fluidas – na qual a sociedade, seus agrupamentos e agentes, seriam detentores de seus próprios níveis hierárquicos⁸⁴. Nessa composição, os grupos estariam inseridos numa estrutura piramidal, cujas posições mais elevadas estariam reclusas a uma minoria política e econômica, detentora de riquezas, dos meios de produção e outras características. Enquanto isso se encontrava no âmbito intermediário uma multitude de agentes da economia que ocupavam diferentes níveis, incluindo os trabalhadores e outras categorias correspondentes à massa dos governados. Constituindo a base, estariam aqueles destituídos de trabalho remunerado – o que na sociedade ibérica traduzia-se em escravizados. No entanto, apesar da hierarquização dessas categorias não impedir a ascensão individual, normalmente esse seria um processo que

⁸⁴ BRAUDEL, 2009, p. 407 - 409. “O ideal impossível seria apresentar tudo num único plano e num só movimento. A prática recomendável é, ao dividir, conservar na mente uma visão globalizadora: ela surgirá forçosamente na explicação, tenderá a recriar a unidade, aconselhará a não acreditar numa falsa simplicidade da sociedade, a não utilizar essas expressões correntes - sociedades de ordens, de classes ou de consumo - sem pensar de antemão no juízo de conjunto que implicam. Portanto, não acreditar nas igualdades cômodas: mercadores = burgueses; ou mercadores = capitalistas; ou aristocratas = proprietários fundiários; não falar de burguesia ou de nobreza como se tais palavras designassem, sem erro, conjuntos bem delimitados, como se limites fáceis de detectar separassem as categorias ou as classes, quando essas separações têm 'a fluidez da água (BRAUDEL, 2009, p. 409)’”.

envolveria várias gerações e diferentes lutas para manter as posições alcançadas (BRAUDEL, 2009, p. 415).

Movimentações ascendentes provenientes das “camadas intermediárias”⁸⁵, não seriam extraordinárias às cidades mercantis – onde a vida econômica avança de maneira mais acelerada que no interior. As elites cidadinas buscavam formas de nobilitar-se, casar suas filhas com membros da aristocracia e outras dinâmicas, promulgando a ascensão de novas condições de riqueza ao seio senhorial. Esse processo tomou fôlego no século XVI, simbolizando um período acelerado de promoção social na Europa, onde a economia impulsionava verticalmente membros enriquecidos dos grupos mercantis⁸⁶. Enquanto mercadores poderiam ser alçados aos estratos mais elevados, a nobreza aproveitava-se dos lucros, “(...) embora preferira não se dedicar do mesmo modo aberto e público à mercancia, mesmo que esse exercício lhe traga a fortuna para ascender ou manter o status” (MAGALHÃES, 1997, p. 431).

Rendimentos comerciais posicionavam os mercadores num estado transitório entre os mecânicos e a fidalguia, embora sua mobilidade social perpassasse não somente pelo acúmulo de riquezas, mas também, por investimentos fundiários, comportamentos considerados “enobrecedores”, ou mesmo, pelo casamento de seus representantes entre categorias mais elevadas na hierarquia social. Não obstante, as oportunidades encontradas no cenário de conquistas continuavam a se mostrar como um dos principais caminhos. Ao passo que a Coroa fazia usufruto da projeção sobre as rotas mercantis e a nobreza reproduzia-se através das guerras ultramarinas – e auferiam lucros –, as camadas mercantis reinvestiam capitais

⁸⁵ Perspectivas que concebem categorias intermediárias entre a nobreza e a base da pirâmide social, terminaram por despertar olhares em torno das dimensões assumidas pelos “grupos do meio” – perpassando desde as classificações em meio aos agrupamentos, até as formas de mobilidade social que se abriam às esferas. Seguindo esse modelo supracitado de hierarquização social, por exemplo, Bruno Feitler e Tiago C. P. dos Reis Miranda (2016) chamam atenção à existência de “grupos intermédios” em Portugal, que giravam na órbita da nobreza ainda fortemente terratenente, ao passo que nas cidades os homens de negócios de maior expressão concentravam-se nos portos marítimos, especialmente de vocação transatlântica. A ascensão de indivíduos dessas parcelas populacionais, viabilizavam o movimento ascendente de outros abaixo na hierarquia, embora ainda pertencentes ao intermédio: “todo um conjunto de indivíduos de extração mediana conquista, assim, o direito a um lugar efetivo entre os privilegiados, e carrega consigo, em movimento ascensional, uma série de outros agentes inferiores”. (2016, p. 18). Por sua vez, Andreia Durães (2016) investiga através da análise dos esquemas de representação e do vocabulário social em Portugal, a compreensão em torno de uma camada intermédia que foi introduzida paulatinamente em meio às organizações tradicionais do modelo de cortes. Dentre a composição socio-profissional desse grupo, a maior parte seria proveniente do comércio, seguido por artesãos, além de disporem de diferentes níveis de riqueza. Sobre isso, ver: MIRANDA, T. C. P. dos R.; FEITLER, B. *Apresentação - Hierarquias e mobilidade social no Antigo Regime: os grupos intermédios no mundo português*. Revista de História, [S. l.], n. 175, p. 15-22, 2016; DURÃES, A. *Grupos intermédios: identidade social, níveis de fortuna e padrões de consumo (Lisboa nos finais do Antigo Regime)*. Revista de História, [S. l.], n. 175, p. 133-172, 2016.

⁸⁶ Braudel, 2009, p. 421 – 425.

nesses e outros comportamentos considerados “nobilitantes”, visando a ascensão de seus membros, desde que ostentassem as fortunas necessárias para manter o estilo de vida vinculado às posições alcançadas⁸⁷.

Mediante esses condicionamentos, a sociedade contempla a ascensão de uma camada formada por “novos nobres” que não se integram – ou se adaptam de maneira instável – à nobiliarquia pré-existente. No entanto, conflitos surgem entre os estratos sociais em razão da acelerada promoção daqueles no intermédio a espaços tradicionalmente ocupados pela nobreza de sangue, abrindo margens para que obstáculos fossem impostos na intenção de frear a mobilidade social ascendente dessa composição (BRAUDEL, 2009, p. 434).

Na península ibérica, entretanto, essas manifestações ocorreram em conjunto a mecanismos de intolerância que impunham discriminações políticas, jurídicas e religiosas, como se as camadas dominantes buscassem contrabalancear a ascensão de novas categorias, acentuando os meios simbólicos de domínio promovidos pelas instituições. Seriam essas as maneiras de reforçar as posições sociais de uma nobreza que se via ameaçada perante novas realidades e reivindicava meios de acentuar as bases que a legitimava – repercutindo na imposição de princípios institucionais que visavam impedir ou controlar a ascensão dos descendentes de judeus, ou mouros, através dos “estatutos de pureza do sangue” (HESPANHA, 1986, p. 425).

1.2 MOBILIDADE SOCIAL E AS CAMADAS INTERMEDIÁRIAS: O CASO DOS CRISTÃOS-NOVOS MERCADORES.

Dentre os elementos que germinaram esses quadros, observa-se como a modernidade peninsular seria fruto da *Reconquista* promovida pelos reinos cristãos, mediante as investidas berberes iniciadas no século VIII, que resultaram no domínio de califados sobre a região até o século XV. Encontrando motivações em ideologias cruzadísticas e visando a retomada de terras, esses embates proporcionaram os fundamentos de uma aristocracia ibérica cuja manutenção perpassava não somente por vias sucessórias, mas também, pelo envio de herdeiros para servirem nessas guerras, onde recebiam extensões fundiárias como espólios dos confrontos e perpetuavam seus poderes sobre os territórios, estabelecendo uma elite

⁸⁷ MAGALHÃES, 1997, p. 428-432.

política terratenente e com ideais pautados na expansão contra o islã⁸⁸. Esse processo impactou diretamente a expansão portuguesa no ultramar, que esteve ligada às tensões internas⁸⁹ provenientes desse cenário – que impulsionava os meios de reprodução da nobiliarquia para ao Norte da África⁹⁰.

A aventura marroquina oferecia aos nobres uma alternativa interessante: para alguns poucos, cargos públicos, nas praças do Algarve de Além-Mar; para os outros, possibilidades de enriquecerem pela pilhagem – atividade constante, na guerra endêmica que aí se vivia – ou de merecerem de el-Rei, em prêmio de suas proezas, tenças, comendas e benesses variadas, ou mesmo domínios fundiários se a conquista territorial viesse a concretizar-se. (...) A intenção da Realeza foi, em boa parte, desviar para Marrocos essa turbulência latente, pondo-a ao serviço do Estado e vinculando-se assim à Coroa, o que ao mesmo tempo contribuía para afrouxar no interior do Reino as tensões sociais. (THOMAZ, 1994, p. 28)

Não obstante, os contornos demográficos peninsulares incluíam ainda as comunidades judaicas sefarditas⁹¹. Embora tenham encontrado cenários mais tolerantes nos primeiros momentos de dominação muçulmana, as disputas por hegemonia contribuíram para que as comunidades vivessem experiências fronteiriças, sendo impactadas não somente pela balança de poderes, mas também, pelo eventual repovoamento promovido pelos reinos cristãos aos territórios conquistados. Essas condições implicaram em cenários de fluidez capazes de

⁸⁸ Sobre a formação da nobreza portuguesa através das guerras de Reconquista, ver, ver: MATTOSO, J. A *formação da nacionalidade*. In: TENGARRINHA, G. História de Portugal. São Paulo: EDUSC; UNESP; Instituto Camões, 2000. P. 7 – 13.

⁸⁹ Sobre as tensões internas que impulsionaram os primeiros avanços no Marrocos, Luís Filipe Thomaz (1994) discorre sobre as crises de finais da idade média e do processo de transformações sociais que minaram os privilégios da nobreza, afirmando que: "até esse momento Marrocos interessa fundamentalmente a nobreza militar. Como em toda a Europa ao longo da baixa Idade Média, a nobreza multiplicara-se em Portugal - e com toda a probabilidade não só em número como em proporção na população total (...) juntarmos os efeitos da crise do século XIV com a rarefacção de mão-de-obra devida à peste negra, e os das próprias transformações sociais, jurídicas e políticas tendentes a limitar-lhe os privilégios e o predomínio social, compreenderemos que no seu seio reinasse um mal-estar latente. Daí a tendência para a emigração, que alimentou por exemplo as Cruzadas, ou no caso de se lhes não abrir tal porta, um incremento das tensões, degenerando facilmente em conflito". (1994, p. 27).

⁹⁰ Para uma discussão das causas formais (inerentemente cruzadísticas) e as materiais, relativas à expansão das redes mercantis, ver: THOMAZ, 1994, p. 10 - 15.

⁹¹ Segundo Florbela Frade (2006, p.13), o termo sefardita seria designado para referir-se às populações judaicas que se refugiaram na Península Ibérica após a destruição do Templo de Jerusalém, sendo então ampliado para os descendentes, que passaram a habitar as demais partes da Europa e do Mediterrâneo – apresentando tradições, línguas, hábitos e ritos diferentes dos asquenazitas que viviam na Europa Central e do Leste. Para um aprofundamento em torno das características identitárias em torno dos judeus sefarditas, ver: FRADE, 2006, p. 52 – 57. Segundo A. R. Disney (2009), embora inicialmente as comunidades judaicas da península tenham passado despercebidas pelos Reis germânicos, ondas de perseguição foram iniciadas num período próximo aos primeiros avanços muçulmanos. "The Jewish communities of Lusitania and Gallaecia dated back to at least Roman times, when they already faced periodic hostility and some discrimination. Although they do not appear to have attracted much attention from the Suevic and early Visigothic rulers, from the early sixth century attitudes towards them gradually hardened, and anti-Semitic legislation was approved by both royal and ecclesiastical councils" (2009, p. 49). Sobre o período dos reinos germânicos e as comunidades judaicas, ver: DISNEY, A. R. *A History of Portugal and the Portuguese Empire: from Beginning to 1807*. Volume I: Portugal. New York: Cambridge University Press, 2009. P. 34 – 50.

oferecer oportunidades e instabilidades provenientes das tensões, sendo submetidas a diversos momentos de intolerância que acompanharam as mudanças nas relações políticas⁹².

Membros das comunidades judaicas assumiram relevância como oficiais administrativos ou na miríade de ocupações disponíveis às camadas populares. Para além de médicos, professores, artesãos, proprietários de lojas, moinhos e outras funções, muitos encontraram espaço também no comércio a curta e longa distância⁹³. No entanto, na medida em que as campanhas promovidas pelos reinos cristãos continuavam a ser bem-sucedidas, as relações com as comunidades se tornavam mais delicadas, ao passo que as Coroas impunham sua hegemonia, reforçando os poderes e jurisdições sobre diferentes setores políticos e sociais. Esse processo seria influenciado por características de discriminação religiosa, considerando como alguns dos elementos que constituíam a posição dos judeus peninsulares seriam contestados diretamente por Roma – a exemplo da autoridade papal se posicionando de maneira contrária à concessão de cargos administrativos a essa camada⁹⁴.

Partiram do Quarto Concílio de Latrão (1215), alguns dos imperativos de discriminação impostos àqueles que não compartilhavam da cristandade que assumia hegemonia sobre a península, como a imposição de judeus e sarracenos ao uso de

⁹² Embora o clima de convivência e tensões entre os cristãos e os muçulmanos tenha durado desde os primeiros avanços dos povos berberes em VIII, até a queda de Granada em 1492 – que simbolizava o último bastião dos califados no território –, a vitória sobre os Almorávidas na Batalha de *Las Navas de Tolosa* em 1212 mudou os rumos dos conflitos. Não seria apenas a vasta extensão de territórios tomados no século XIII por parte dos cristãos, mas também, a subsequente colonização (ou repovoamento) desses espaços que marcou a emergência dos reinos cristãos que outrora estiveram limitados ao Norte da Península. Em meio a esse processo, Jonathan Ray (2006) utiliza-se do modelo de “fronteira” para observar as vivências judaicas em meio aos territórios recém ocupados pelos reinos cristãos e como as comunidades sefardí foram impactadas pelas forças externas, enquanto ao mesmo tempo, precisavam se adaptar à volatilidade do cenário. Sobre isso, ver: RAY, 2006, p. 2-3.

⁹³ Àqueles que se dedicaram à mercancia, o cenário de reconquista viabilizou novos mercados para serem integrados no circuito referente à península ibérica e o mediterrâneo. Enquanto as bordas entre a cristandade e islã sempre foram relativamente permeáveis aos mercadores, os perigos causados pelas guerras e as pilhagens, costumeiramente interferia em rotas comerciais entre ambos os lados. Servir como intermediários entre as partes seria uma condição proporcionada às comunidades na fronteira, embora os cenários de turbulência não garantissem estabilidade. Entretanto, os mercadores provenientes dessas comunidades se tornaram agentes essenciais no processo de integração dos territórios ocupados pelos cristãos na vida econômica do reino, criando linhas de trocas internas entre os centros urbanos localizados nas regiões fronteiriças, com as vilas interioranas de difícil acesso, assim como o reestabelecimento de rotas comerciais com regiões do Mediterrâneo e outras partes da Europa, que foram declinadas em razão dos conflitos. (RAY, 2006, P. 62 – 63)

⁹⁴ (idem, 75 – 76). “Royal interest in maintaining a general sense of judicial equality between Jews and Christians is underscored by royal disregard for the few regulations that did diminish Jewish status. One of the most frequently flouted laws was the prohibition against Jews holding the position of tax collector or other royal offices that might give them power over Christians. This was an ancient prohibition, originating in Roman imperial legislation of the fifth century, that had been preserved by local Iberian charters and in canon law, and which was reasserted by the Church in the fourth Lateran Council of 1215. However, this law was blatantly ignored by a series of kings, bishops, and masters of the various crusading orders throughout this period. Iberian monarchs had placed Jews in important administrative roles since the eleventh century, a practice that had been continually contested by the papacy. Ecclesiastical condemnation of the crown’s willingness to employ Jews in positions of authority continued throughout the thirteenth century, but was to little avail”. (ibid, p. 92).

indumentárias que os distinguíssem dos cristãos⁹⁵. No entanto, a modernidade representou um divisor de águas no que diz respeito ao processo expansionista vigente e à intolerância que recaiu sobre as comunidades judaicas. Mais precisamente, a retomada de Granada (1492) marcou a queda do último bastião referente ao domínio muçulmano na península e as esquadras de Cristóvão Colombo encontrariam novas fronteiras de expansão, ao navegarem pelo Atlântico. Nesse mesmo ano, as Coroas de Aragão e Castela decretaram que os judeus de seus respectivos territórios deveriam ser convertidos ao cristianismo ou expulsos – coagindo essas populações a reconstruírem suas identidades e gerando uma onda diaspórica de refugiados que buscavam asilo em outras partes do mundo. Origina-se assim o fenômeno “cristão-novo”, relativo aos judeus que foram compelidos à conversão e seus descendentes diretos⁹⁶.

Parte considerável dos judeus hispânicos migrou para Portugal, onde encontraram cenários mais estáveis inicialmente, embora outro édito de expulsão recaísse sobre essas camadas em 1497, provocando novas levas diaspóricas. Segundo Giuseppe Marcocci e José P. Paiva (2013), as medidas impostas por D. Manuel I decorreram em grande parte devido às relações políticas estabelecidas com Castela, em detrimento dos interesses socioeconômicos de expansão ultramarina, que encontravam nos mercadores provenientes desse segmento social uma camada importante, corroborando para que fossem estimuladas políticas de caráter ambíguo em relação a essas populações nas primeiras décadas do século XVI⁹⁷.

O aumento súbito e vigoroso da presença judaica e judaizante, e a difícil integração dos recém-chegados, não ajudaram D Manuel I a resistir às pressões dos monarcas vizinhos para que, em troca do desejado casamento que o rei português pretendia celebrar com a infanta D. Isabel, desterrasse do reino todos os conversos castelhanos. (...) D. Manuel I, em face destas pressões, decretou a expulsão de todos os judeus e muçulmanos de Portugal, sob pena de morte e confisco dos bens, ordenando o fecho das suas sinagogas e mesquitas, e proibindo qualquer prática das duas religiões. No entanto, evidenciando hesitações pessoais e as cesuras existentes nos espíritos dos cortesãos sobre a política a seguir face aos judeus, os quais eram de grande importância no financiamento das atividades ultramarinas, tomou medidas que procuravam entrar, de facto, a sua saída (restringiu a partida ao porto de Lisboa, retirou-lhes os filhos menores, limitou a possibilidade de venderem bens imóveis, etc.). Assim, durante 1497, a sorte dos dois grupos foi radicalmente diferente. enquanto aos muçulmanos foi permitido sair livremente, dezenas de milhares de judeus foram estrangidos, à força, a receber a água do batismo. (MARCOCCI; PAIVA, 2013, p. 25).

⁹⁵ *ibid.*, p. 145 – 156.

⁹⁶ RAY, 2013, p. 1 – 12.

⁹⁷ “Os cristãos-novos beneficiaram de plena equiparação legal e do privilégio de não serem inquiridos por apostasia durante vinte anos, conforme decreto régio de 30 de maio de 1497. Mas não tardaram a tornar-se alvo de hostilidade e discriminação, alimentadas por membros do clero regular e, paradoxalmente, pela própria Coroa, que durante muito tempo manteve uma política ambígua, ora promulgando leis que limitavam a mobilidade geográfica e social ou a liberdade de casamento, ora beneficiando alguns deles” (MARCOCCI; PAIVA, 2013, p. 26).

Em meados de quinhentos, esse cenário originou uma realidade social em que as gerações descendentes dos primeiros conversos seriam submetidas às perseguições inquisitoriais com o estabelecimento do Santo Ofício em Portugal (1536), proporcionando novas levas migratórias apoiadas nas rotas do Mediterrâneo, do Norte da Europa e nas colônias atlânticas que floresciam gradativamente no cenário ultramarino⁹⁸. Seria essa uma instituição promulgada pelo papado e moldada na forma de tribunais eclesiásticos inseridos nas instâncias que compunham o sistema jurídico da época, constituído por poderes religiosos e seculares. Seu funcionamento ocorreu em meio ao clima de reforço às vigilâncias e ortodoxias que, na Península Ibérica, foi alimentado pela perseguição às minorias religiosas. Não obstante, para além dos réus considerados judaizantes, islamizantes, luteranos, bígamos e outros, em cumplicidade às Monarquias, o Santo Ofício terminou por expandir suas competências sobre delitos que não implicavam em heresias, como a venda de armas a não-cristãos, sodomia e outros casos⁹⁹.

No entanto, o foco das perseguições recaía principalmente sobre os cristãos-novos, cujos processos coercitivos de batismo resultaram em milhares de conversos sem instrução formal na fé católica, mas obrigados a observar seus preceitos sem cometerem equívocos, por estarem passíveis de serem investigados por crimes de judaísmo, heresias e das demais competências inquisitoriais, mediante possíveis deslizamentos de conduta (MARCOCCI; PAIVA, 2013, p. 49).

Condições como essas originaram realidades complexas no que diz respeito às questões socioculturais e religiosas dos conversos e seus descendentes, assim como suas práticas, saberes e outras situações impostas pelo cenário de intolerância e migrações. Recorrendo às perspectivas de Nathan Wachtel (2009), por exemplo, seria possível compreender a maneira como o processo de conversões contribuiu à emergência do fenômeno “marrano” na modernidade ocidental, decorrente dos cenários de angústias, ambiguidades e transformações proporcionados pelas perseguições. Algumas das diferenças mais incisivas entre os contextos espanhóis e portugueses, jaziam no modo gradativo como o primeiro teria

⁹⁸ RAY, 2013, p. 39 – 42.

⁹⁹ MARCOCCI; PAIVA, 2013, p. 11–16. Sobre a relação entre os poderes eclesiásticos do Santo Ofício e os poderes seculares da Coroa, Giuseppe Marocci e José P. Paiva afirmam que “na historiografia já se debateu longamente acerca da natureza mista do tribunal e das suas vinculações e relações muito próximas com o poder régio. Conforme no caso espanhol, esta perspectiva guiou alguns estudiosos a falar até de inquisição monárquica ou estatal, descrevendo-a como diretamente dependente da Coroa. De facto, sem descurar as fortes influências e até as formas de domínio efetivo que alguns reis nela exerceram, em definitivo, esta permaneceu sempre autónoma do poder político e subordinada ao papa, mas sem se lhe submeter em absoluto” (idem, p. 16).

ocorrido, enquanto o segundo se daria mais subitamente e de forma coletiva, em razão das pressões políticas exercidas sobre D. Manuel I. Consequentemente, os laços de sociabilidade, solidariedade e as práticas judaicas exercidas entre as comunidades que enfrentaram essa mesma realidade em Portugal não seriam desmantelados, mas sim, persistiriam na clandestinidade (2009, p. 18).

Embora “marrano” na Península Ibérica tenha sido um termo pejorativo, nessa perspectiva, a designação assume características conceituais referentes a “(...) um conjunto de inquietações, práticas e crenças que se inscrevem numa configuração composta por elementos variáveis ou mesmo contraditórios, cuja diversidade não exclui uma espécie de unidade” (idem, p. 15). À guisa dessas contradições, essa condição concebe em suas vertentes tanto religiosas, quanto intelectuais, uma série de clivagens entre os saberes cristãos e a herança judaica, passíveis de conduzir a um distanciamento crítico ou ao questionamento de ambas as tradições, transformando a religiosidade dos conversos e seus descendentes numa matéria complexa e diversa, perpassando desde aqueles que continuaram a seguir os preceitos judaicos, os que aderiram à cristandade, ou mesmo, uma série de casos intermediários e combinações sincréticas, pautadas pelas tensões vividas entre as duas religiões e as hesitações que delas resultaram, em conjunto com as dúvidas, oscilações e hibridismos formados nas lacunas da interseção entre ambas as realidades judaica e cristã¹⁰⁰.

Não obstante, em sua vertente socioeconômica essa perspectiva indica como as redes mercantis formadas por comerciantes marranos contribuíram diretamente aos processos de expansão europeia, por se alastrarem sobre distâncias até então nunca atingidas e viabilizando a interligação de mercados numa escala planetária. Essas condições se dariam pelas conexões internas da comunidade, que permitiam integrar o eixo Lisboa-Sevilha a espaços como o litoral africano e o continente americano, prolongando-se ainda às rotas asiáticas. Essas articulações seriam proporcionadas por intermédio dos laços genealógicos com membros da diáspora localizados estrategicamente em centros como Amsterdã ou outros destinos de migração, como Livorno e Veneza, que permitiam o estabelecimento de linhas de comércio com o oriente (ibid, p. 19). Pontualmente, embora essa disseminação sobre diferentes pontos ocorresse em razão das perseguições na Península Ibérica, ao mesmo tempo, não esteve distanciada dos cenários de explorações e conquistas, que abriram novos itinerários às trocas de longa-distância.

¹⁰⁰ WACHTEL, 2009, p. 14 – 15.

De um lado, as explorações e conquistas portuguesas nas costas africanas no século XV (bem antes do descobrimento da América), depois na Índia e na Insulíndia na primeira metade do século XVI, instauraram novos itinerários marítimos à longa distância, onde os cristãos-novos não tardam a ocupar posições importantes. De outro lado, e ao mesmo tempo, a expansão turca em direção aos Bálcãs e a política otomana abalam os estabelecimentos até então dominantes dos comerciantes venezianos, florentinos ou genoveses, os quais perdem o controle do tráfico (de especiarias e sedas) no Oriente Próximo: os emigrados judeus instalados na costa dálmata, em Salônica ou em Constantinopla, podem assim substituí-los no papel de intermediários entre o Mediterrâneo oriental e o Ocidente. É, portanto, por uma dupla brecha que a diáspora marrana pôde, de certa forma, introduzir-se e criar uma situação inédita, ligando umas às outras as condições novas que lhe oferecia a conjuntura política e econômica. (ibid, p. 20).

Para tanto, faziam-se indispensáveis os mecanismos de solidariedade mercantil, crédito e as conexões estabelecidas através das relações genealógicas e das sociabilidades que permitiram estabelecer interligações entre os cristãos-novos que habitavam os espaços sob jurisdição ibérica, com aqueles que viviam abertamente como judeus em centros como Amsterdã¹⁰¹. Assim, os mercadores na diáspora poderiam ainda “enveredar pelos caminhos que as grandes descobertas e as empresas coloniais lhes descortinavam” (ibid, p. 20), despertando os interesses dessas redes mercantis nos circuitos para além do Mediterrâneo e da Ásia, mas também, no horizonte comercial que despontava no Atlântico, adentrando aos setores produtivos e à comercialização dos açúcares no Brasil, participando do contrabando e tráfico de escravizados na costa africana ou da circulação de metais partidos da América Espanhola – onde no México, por exemplo, encontrava-se em meados do século XVII, cristãos-novos estabelecidos em diferentes ocupações comerciais, em todos os níveis da escala social, perpassando desde posições referentes aos negociantes mais ricos da Nova Espanha, até o âmbito modesto dos mascates. Outras atividades incluíam desde artesãos, a médicos, contadores e mestres-de-armas¹⁰²

Mediante essas considerações, seria possível reiterar as matérias referentes à religiosidade dos cristãos-novos como uma questão complexa, resultando em pessoas que assumiram a fé católica, decidiram retornar ao judaísmo, passaram a viver os preceitos judaicos na clandestinidade, ou mesmo, vivendo uma gama de combinações sincréticas entre

¹⁰¹ Em Amsterdã, observa-se o fenômeno relativo ao “judeu novo”, ou o cristão-novo que em terras de maior tolerância religiosa, como a referendada, retornam ao judaísmo: “while many hundreds of conversos were absorbed within Judaism and adopted a way of life based on honoring the halakha and on identification of some sort with the Jewish people, the encounter with the Talmudic-rabbinical tradition caused severe crises of identity for not a few of these “New Jews,” bringing them into intellectual confrontation with the community leadership. The Christian concepts that they had imbibed did not facilitate the transition to Judaism, and the skepticism that gnawed at the hearts of some of them ultimately distanced them from any affiliation with the Jewish people” (2008, p. 33). Para maiores detalhes acerca do retorno ao judaísmo em Amsterdã, ver: KAPLAN, Y. *Amsterdam, the forbidden lands, and the dynamics of the sephardi diaspora*. In: *The Dutch Intersection: the Jews and the Netherlands in Modern History*. Leiden; Boston. Brill, 2008.

¹⁰² Ibid, p.20- 25.

a cristandade e o judaísmo. Esse conjunto de idiossincrasias referentes ao fenômeno marrano não impediria a transmissão de fragmentos de memória entre gerações, permitindo a continuidade de determinados costumes ancestrais entre as eras, mesmo que seus descendentes não estejam cientes das origens dessas tradições¹⁰³.

Nesse sentido, não seriam as práticas religiosas que identificavam os cristãos-novos como uma parcela social. Segundo Janaína G. F. Silva (2012), essas camadas não demonstravam uma coesão interna enquanto grupo, mas sim, seriam representativas de uma variedade de pessoas que compartilhavam um estigma em comum na ancestralidade judaica e reagiam de diferentes formas a essa mesma ascendência, demonstrando interesses diversos e, por vezes, divergentes. Partilhando uma memória proveniente da cultura sefardita, esses indivíduos poderiam desenvolver laços entre si – em reconhecimento a uma ascendência em comum –, mas também com os cristãos-velhos, ou mesmo com judeus praticantes: “o que uniu por um tempo esses homens foram os laços gerados pela ascendência e origem comuns. Aqui nos referimos à origem portuguesa e à ascendência judaica” (2012, p. 27).

Os conversos originais e seus descendentes compartilhavam uma memória relativa ao passado ibérico de conversões e o reconhecimento desse processo diferenciou socialmente os cristãos-novos tanto dos judeus, quanto dos cristãos-velhos. Seria a partir dessa distinção, que essas camadas se portariam socialmente, exercendo seus ofícios e vivendo suas trajetórias mediante estratégias individuais ou grupais, marcadas por um processo histórico de perseguições¹⁰⁴. Observações assim levam a ressalvas que poderiam ser feitas em relação à maneira como Nathan Wachtel (2009) concebe as experiências dos cristãos-novos mercadores, que encontraram no cenário diaspórico oportunidades a serem exploradas pelas redes comerciais às quais pertenciam.

Mais precisamente, suas construções em torno das “redes marranas” não seriam representativas dos níveis de diversidade entre os agentes e a heterogeneidade assumida por essas composições, necessária ao funcionamento de suas operações¹⁰⁵. Recorrendo às relações

¹⁰³ *Ibd*, p. 360 – 368.

¹⁰⁴ *Idem*, p. 67 - 69

¹⁰⁵ Janaína G. F. Silva (2012) reforça a heterogeneidade dessas conexões, ao observar a maneira como as redes comerciais nas quais os cristãos-novos se inseriam no comércio açucareiro do Brasil, envolviam não somente essa categoria, mas também, outros colonos cristãos-velhos, judeus sefardim estabelecidos em Amsterdã e flamengos, visando o funcionamento dessas configurações e a circulação das mercadorias (2012, p. 196). Por sua vez, discorrendo sobre a parceria comercial sefardim Ergas e Silveira, Francesca Trivellato (2020) indica a heterogeneidade dos enlacs mercantis, demonstrando como embora esse consórcio tenha se apoiado nos membros da diáspora judaica em determinadas regiões, em outras, negociavam com uma miríade de comunidades empresariais, desenvolvendo ainda uma malha transcultural de agentes que englobava desde comerciantes italianos estabelecidos em Lisboa, até mercadores Hindus, a partir de Goa. Nesse sentido, a autora ressalta como as redes de confiança dos Ergas e Silveira não seriam amorfas, mas sim, estariam inscritas em

comerciais portuguesas, por exemplo, perspectivas como as de Daviken Studinicki-Gizbert (2007, p. 68) compreendem a maneira como as casas mercantis lusitanas mantinham conexões entre seus representantes de modo a integrar continentes e oceanos, mesmo apresentando membros de variados antecedentes, demonstrando diferentes inclinações culturais, religiosas, regionais e formando um grupo essencialmente heterogêneo – embora unido através de conexões que perpassavam pela genealogia, sociabilidades e outras questões pertinentes ao coletivo.

Essa comunidade mercantil se alastrava por muitos territórios ultramarinos, mas sem necessariamente criar raízes, estando presente no âmago das diásporas comerciais que emergiram na primeira modernidade. Sua sustentação principal advinha das trocas, intermediadas pelas conexões em rede que se utilizavam de estratégias como a manutenção de vínculos genealógicos, sociabilidades, associações comerciais e patrocínios, além de serem permeadas por diferentes níveis de reconhecimentos simbólicos e identitários em comum entre os agentes¹⁰⁶. Nas praças estrangeiras, onde o termo “nação” seria uma maneira de identificar determinada comunidade de *outsiders* que compartilhavam um mesmo local de nascimento, esses meios de reconhecimento mútuo seriam essenciais¹⁰⁷.

Parte significativa da nação portuguesa no ultramar seria composta por cristãos-novos que conviviam com as tensões internas causadas pela convergência das culturas judaicas e cristãs, assim como as tensões externas de viver em sociedades cujas instituições políticas e religiosas, carregavam elementos persecutórios. No âmbito cultural, essa distinção entre cristãos-velhos e cristãos-novos tornou a nação portuguesa *sui generis*, dentre as diásporas comerciais atuantes no período. Destaca-se, no entanto, que apesar do termo “nação” conter um indicativo etimológico relacionado a um lugar de nascença em comum, após a expulsão dos judeus sefardi da Península Ibérica, ou de suas conversões em cristãos-novos, esta

normativas sociais, costumes legais, regras de comunicação e reputação que os permitia negociar com elementos estranhos, de fora de suas comunidades étnicas e religiosas: “(...) que a Ergas e Silveira tenha contratado vários não-judeus enquanto agentes ultramarinos é um facto que refuta a premissa amplamente aceite de que esse tipo de diásporas era constituído por comunidades fechadas e homogêneas, cujos membros dependiam uns dos outros e não tinham os meios (ou até aptidão) para atrair crédito de longo prazo e para estabelecer relações contratuais de agência com elementos estranhos” (TRIVELLATO, 2020, p. 436).

¹⁰⁶ STUDNICKI-GIZBERT, 2007, p. 4-5;

¹⁰⁷ “The Portuguese Nation was but one of the many maritime trading nations that composed the sinews of late medieval and early modern commerce. The major ports and commercial cities of the European and Mediterranean world all played host to the communities of foreign merchants, mariners, and their kinfolk. The term “nation,” in this context, was simply a means of identifying a community of outsiders seen to share a common place of birth, the Latin nation at the root of the word, much in the same way that groups of foreign students in late medieval universities were divided by nation”. (STUDNICKI-GIZBERT, 2007, p. 9)

designação adquiriu mais uma conotação semântica, sendo utilizada também para referir-se àqueles de ancestralidade judaica, dentro da própria comunidade¹⁰⁸.

Não obstante, ambos os elementos judaicos e cristãos pertinentes à nação mercantil portuguesa conviviam e integravam-se, contribuindo à capacidade demonstrada por essa diáspora em unir divisões, congregar uma ampla dimensão de indivíduos e adentrar aos circuitos referentes às principais especiarias da época, cobrindo dos principais entrepostos, às regiões de hinterlândia¹⁰⁹.

Ao mesmo tempo, a distinção inerente à comunidade entre aqueles de ancestralidade judaica e os ditos “cristãos-velhos”, seria indicativo de que parte considerável de seus membros estariam juridicamente suscetíveis aos impedimentos destinados aos conversos, disseminados na Península Ibérica nos finais do medievo. Segundo Adeline Rucquoi (1995), a Reconquista configura-se não somente como uma realidade histórica, mas também como um “mito fundador”, servindo à função unificadora perante o outro peninsular e, ao mesmo tempo, estabelecendo caminhos de legitimação aos poderes reais. Enquanto os reinos cristãos ao Norte se identificaram nas guerras contra o Islã e tomaram partido num mesmo processo de expansão militar, religiosa, política e econômica, estabelecia-se uma sociedade “organizada para a guerra” e hierarquizada em face desses critérios, engajando seus mais diversos setores e

¹⁰⁸ STUDINICKI-GIZBERT, 2007, p. 10 – 11; “(...) Quando a expressão “nação portuguesa” aparece em Antuérpia, em 1511, por ocasião da outorga de direitos e privilégios aos comerciantes dessa subenfitense, ocorre que estes são, em sua maioria, cristãos-novos e, frequentemente, judaizantes. Mais tarde, em Veneza, Ferrara ou Amsterdã são toleradas instituições religiosas fundadas à luz do dia (apesar da discricção exigida), por judeus da “nação portuguesa e espanhola”. Mais tarde ainda, na segunda metade do século XVI, quando numerosos conversos refluíram de Portugal em direção à Espanha, eles foram designados como “portugueses da nação hebraica” ou, simplesmente, como “portugueses da Nação hebraica”. Para designar a si mesmo, a “gente da Nação” empregava expressões em que os dois termos eram, por assim dizer, intercambiáveis: “nação portuguesa o hespanhola, hebreas”, ou “naçam hebreas, Portuguezes o Hespanhoes”. O termo “Nação” puro e simples, a “Nação” por excelência, acaba assim por sobrepor-se, de modo subentendido e ambíguo ao mesmo tempo, aos sentidos de “judeu” e “português” (...) A “Nação” designa, por conseguinte, uma entidade ao mesmo tempo nova e paradoxal, que por definição não está incluída num território, já que seus membros se dispersam por todas as partes, em todos os continentes. Mais ainda: se se considerar o conjunto da diáspora marrana, a “Nação” refere-se, em sua maior extensão, tanto aos judeus declarados nos países onde podem professar livremente sua religião quanto aos cristãos-novos (judaizantes ou não) que vivem em terras de intolerância”. (WACHTEL, 2009, p. 28).

¹⁰⁹ “Despite the mobility and dispersion of its members and the composite nature of its religious culture, the Nation maintained its collective integrity. It did so through the creation of extensive ties of kinship and association as well as through a culture and practice of mutual interdependence. It was this fusion of extension and integrity that allowed the merchants of the Portuguese Nation to rank among the most dynamic capitalist actors of the early modern Atlantic economy. They worked, and often monopolized, the trade in all the major commodities of the period—enslaved Africans, silver, sugar, tobacco, dyes, textiles, wine, and precious stones—and were capable of moving them across the full breadth of the Atlantic, from the largest European entrepot to the smallest village of the colonial hinterland” (STUDINICKI- GIZBERT, 2007, p. 11).

segmentos sociais nessas atividades, além de criar oportunidades de mobilidade social àqueles que participassem através das armas, finanças e outros meios (RUCQUOI, 1995, p. 216)¹¹⁰.

Entretantes, seus ecos repercutiram ainda na formação de um ideal nobiliárquico referente ao cristão que nas guerras santas “(...) contribuiu dando a vida, combatendo ou participando nas suas despesas (...)” (idem, p. 306), evocando temas referentes a uma pureza de sangue construída numa série de ações virtuosas ao longo de gerações e tornando-se prerrogativa de impedimento para que os convertidos muçulmanos e judeus – ou mesmo aqueles que desempenhassem ocupações mecânicas – ascendessem a posições de privilégio, referentes ao exercício de cargos na administração pública, ingresso nas ordens militares e outras condições de prestígio, mediante os Estatutos de Pureza do Sangue [1449]¹¹¹. Não obstante, a realidade dos estatutos e sua disseminação na sociedade assumiram características complexas. Dentre os requisitos que se exigiam aos habilitandos de qualquer Ordem Militar, não apresentar ascendência judaica seria uma das principais exigências, no entanto, essas diligências seriam formalmente introduzidas em Portugal de maneira tardia [1570] em relação ao que se observa nos reinos espanhóis (OLIVAL, 1999)¹¹².

Não se encontram traços dos estatutos antes do estabelecimento do Santo Ofício em Portugal, nem nas décadas imediatas à sua fundação e segundo Francisco Bethencourt “a quase totalidade dos diplomas sobre proibição de acesso a cargos e ofícios [em Portugal] foi publicada entre 1595 e 1636, isto é, durante o período de unificação das Coroas ibéricas” (2000, p. 399). Sobretudo nos primeiros momentos do século XVII, os estatutos se alastrariam na sociedade portuguesa e contaminariam suas instituições, como as misericórdias, as irmandades religiosas e outras, embora essas condições ocorressem de modo gradativo. Como resultado, em finais desse mesmo século observa-se como muitas das famílias buscavam comprovar intensamente a “limpeza” de sua linhagem. Não seria apenas a reputação individual que poderia estar comprometida, mas para quem apresentava máculas de sangue ou

¹¹⁰ A guerra, no entanto, é o facto dominante que estrutura a sociedade e sua economia na Península Ibérica medieval a tal ponto, que Jean Gautier Dalché não hesita em falar de ‘a guerra como indústria’. A guerra, como vimos, não é uma situação permanente, e os períodos de tréguas em que se estabelecem ou restabelecem relações comerciais e políticas são entrecortados por fases de luta declarada, operações militares contínuas ou periódicas, ou de inquietação, consoante os casos. Está, todavia, sempre presente na vida quotidiana e no horizonte mental dos hispânicos: a sociedade ibérica é uma sociedade de fronteiras e, como tal, caracteriza-se por uma forte mobilidade social, onde as possibilidades de ascensão são tão numerosas como os riscos incorridos. Na medida em que a guerra de reconquista é um cometimento próprio de todos os Espanhóis, não pode ser considerada uma arte reservada aos todo-poderosos, ao grupo de detentores de parcelas de poder que adoptaram progressivamente um código de valores cavaleirescos. Todos nela participam fisicamente, com ou sem cavalo, ou financeiramente pela concessão de contribuições ao Rei, *servicios* castelhanos, *ayudas* navarras, de dois nonos da dízima eclesiástica, quando não era o título das bulas de cruzadas. Em troca, todos tiravam proveito (...)” (idem, p. 217).

¹¹¹ RUCQUOI, 1995, p. 306 – 309.

¹¹² OLIVAL, 1999, p. 291 – 292.

mecânicas, as oportunidades de ascensão e legitimidade das posições sociais seriam reduzidas (OLIVAL, 1999)¹¹³.

Até meados do século XVI, encontram-se exemplos de famílias cristãs-novas portuguesas que conseguiram ter acesso ao ingresso nas ordens militares e até títulos de nobreza, como no caso de D. Diogo de Castro, nomeado fidalgo da casa real em 1532, com outras mercês sendo concedidas nas duas décadas seguintes. Para que isso fosse possível, este teria arregimentado armadas por iniciativa própria, dispondo de soldados e munições para socorrer fortalezas portuguesas na África e na Índia, além de emprestar regularmente dinheiro à Coroa – muitas vezes, com valores acima dos 100 mil cruzados. Analisando esses quadros, Francisco Bethencourt (2000) sublinha a maneira como a ascensão da família foi construída mediante o engajamento comercial nesses espaços, do financiamento das matérias bélicas e da participação dos familiares nas armadas: “o dinheiro acumulado foi sabiamente investido em operações financeiras e em funções militares, que visam claramente à promoção social”. (2000, p. 302).

Seriam esses alguns dos principais caminhos de ascensão social disponível aos súditos portugueses e com os cristãos-novos, não seria diferente. Os conversos e seus descendentes precisariam desenvolver estratégias que perpassavam pelo investimento de recursos na ostentação de comportamentos característicos da nobreza – como as matérias de guerra –, ou mesmo, poderiam se distanciar da “mácula de sangue” mediante relações de exogamia através de gerações. Entretanto, a promoção social dessa categoria entre as hierarquias sociais perpassava pela aprovação régia, o que poderia ser conseguida através de negociações e serviços prestados por uma minoria capaz de arcar com os recursos necessários.

No que respeita a mobilidade social sabemos que quase todos os cristãos-novos que conquistaram grandes honras tiveram a anuência da Coroa para esse feito. Assim acontecia com foros da Cara Real ou com hábitos das Ordens Militares, tanto no século XVI como nos dois seguintes. Muitas destas distinções seriam muitas vezes cautelosamente negociadas pela Coroa a troco de grandes empréstimos em conjunturas difíceis (OLIVAL, 2008, p. 408).

Não obstante, enquanto o desempenho de cargos poderia representar uma realidade negociável através da política de serviços, mediante as conjunturas enfrentadas e outros interesses, os procedimentos de nobilitação se tonaram consideravelmente mais taxativos, principalmente considerando que para a concessão dos hábitos, os candidatos seriam submetidos a uma rigorosa análise genealógica, na intenção de impedir os interessados que demonstrassem ancestralidade judaica ou máculas mecânicas. Nesse sentido, essas complexas

¹¹³ OLIVAL, 1999, p. 291 – 293.

realidades de impedimento e viabilização condicionada, abriam margens a “contornos” da situação, não somente através dos casamentos mistos, mas também, procedimentos como o suborno ou a falsificação¹¹⁴. Essas estratégias ocorriam em razão da continuidade de uma mentalidade fidalga não somente pautada nos valores referentes aos serviços prestados ao longo de gerações, mas também cristã, que temia a ascensão social de cristãos-novos por duvidar de suas religiosidades, por muitos desempenharem ofícios mecânicos e por suas ascensões se darem, comumente, através de fortunas acumuladas no comércio¹¹⁵.

A mobilidade social dos mercadores sefarditas caracterizou-se por uma política de casamentos que tendia à união com famílias cristãs-velhas pertencentes à nobreza, mas também a matrimônios com famílias sefarditas do topo da hierarquia burguesa. No entanto o percurso social caracterizava-se por uma série de patamares a ascender com vista a uma gradual aproximação ao poder político. A proximidade em relação às esferas de poder resultava da atividade comercial e financeira dos envolvidos e traduzia-se em responder aos sistemáticos serviços, empréstimos e fintas. Como recompensa o monarca concedia aos seus vassallos uma série de privilégios e mercês que constituem o caminho para os sefarditas atingirem o topo social alinhando-se entre os aristocratas (FRADE, 2006, p. 315).

Partindo de uma perspectiva mercantil, entretanto, os serviços prestados à Coroa também seriam uma forma de acesso a mercadorias raras e consideradas essenciais às demonstrações de poder e prestígio, com as sedas, pedras preciosas e especiarias, fazendo parte dos artigos disponíveis a determinados círculos comerciais. Dessa maneira, as diversas formas de serviço poderiam ser também o caminho para a concessão de rendas, privilégios e diferentes oportunidades de negócios. No caso de mercadores nomeados cavaleiros da Casa real, por exemplo, serviços prestados no desempenho de atividades mercantis seriam levados em consideração. Com as necessidades de guerra e os investimentos na Carreira das Índias, as despesas e os custos que recaíam sobre a Coroa seriam cada vez maiores, aumentando a

¹¹⁴“Os certificados de pureza de sangue eram exigidos para condicionar o acesso de cristãos-novos a cargos públicos, neles tinha de constar se existiam familiares judeus do candidato. No entanto, existiam formas de contornar a situação, subornando-se os oficiais que os passavam ou falsificando-os. Forjava-se a limpeza de sangue pretendida institucionalmente e que correntemente era quebrada com os casamentos mistos, tanto nos estratos mais elevados como nos mais baixos da sociedade portuguesa” (FRADE, 2006, p. 42). Lançando olhares sobre os cristãos-novos em Amsterdã que não tinham intenções de retornar ao judaísmo, Miriam Bodian (1997) descreve que “the fact that some New Christians sought to sever themselves from ‘the Nation’ was another blot on collective memory. Escaping association with ‘the Nation’ was achieved in various ways. It was sometimes possible, for example, to buy certificates of *limpieza*. One might move, change one’s name, marry into an Old Christian family, or leave the Peninsula and join a Catholic community elsewhere (as in Rouen). One might even, at least under the regime of the Count-Duke of Olivares, buy an Inquisition office as a means of gaining recognition of one’s spurious claim to *limpieza*. (1997, p. 77). Sobre a última perspectiva, ver: BODIAN, M. *Hebrews of the portuguese nation: conversos and community in early modern Amsterdam*. Bloomington; Indianapolis: Indiana University Press, 1997.

¹¹⁵ FRADE, 2006, p. 42-46.

necessidade de empréstimos. Enquanto inicialmente os créditos seriam proporcionados por banqueiros estrangeiros, mais tarde, os próprios portugueses assumiriam esses papéis¹¹⁶.

Apesar dos obstáculos institucionais encontrados principalmente no reino, os cristãos-novos que se dedicaram ao comércio conseguiram usufruir de oportunidades proporcionadas na expansão ultramarina. Esses movimentos permitiram o surgimento de uma camada de homens de negócios que, mediante o capital acumulado através dos empreendimentos no além-mar, estabeleceram-se nos estratos intermediários da sociedade, compondo grupos essencialmente plebeus, mas que poderiam assumir diferentes níveis de aproximação e distanciamento dos estratos mais elevados¹¹⁷. Perante os impedimentos enfrentados, no entanto, nem sempre os hábitos ou o acesso às ordens militares, etc., seriam as principais intenções que motivariam o envolvimento numa política de serviços, com a concessão de privilégios comerciais e o arremate de contratos, mostrando-se como uma área de interesse àqueles que dispunham dos recursos necessários. Seria esse, por exemplo, o caso dos que através da União Ibérica, encontraram na Coroa de Castela diversas oportunidades de crédito, na forma de serviços¹¹⁸.

Contribuindo aos processos de mobilidade social, esteve um período de acelerado crescimento na economia Atlântica em meados do século XVI, que pavimentou novas oportunidades às camadas mercantis portuguesas e mais destinos à diáspora¹¹⁹. Dentre os principais negócios disponíveis na região, observa-se a indústria açucareira, cuja abertura comercial caminhava em conjunto com a expansão dos territórios colonizados no Brasil, através das guerras de conquista de novas áreas para o estabelecimento de uma quantidade maior de engenhos, capazes de abarcar as demandas produtivas, mão-de-obra escravizada e territórios destinados ao abastecimento interno dessas unidades. Esses processos contribuíram para que se formasse um horizonte de prestação de serviços, provenientes das guerras de

¹¹⁶ Idem, 48 - 51

¹¹⁷ Sobre os cristãos-novos mercadores como parte das camadas intermediárias na sociedade ibérica, ver: DURÁN, A. S. *Hombres de negocios de la nación portuguesa: redes y estrategias sociales de un colectivo profesional en la Monarquía de los Austrias (1621 - 1665)*. 2020. Tese (Doutorado em História Moderna). Facultad de Filosofía y letras, Universidad Autónoma de Madrid: Madrid, 2020. P. 189 - 194

¹¹⁸ “No obstante, las prestaciones de carácter político o militar no eran los únicos medios de servicio a la Corona. En el contexto ininterrumpido de grandes dificultades financieras de la Monarquía de los Austrias, como consecuencia de los múltiples conflictos bélicos en que se vio inmersa desde mediados del siglo XVI, fue consolidándose la idea de una nueva forma de “servicio económico” del que fueron protagonistas hombres de negocios de distintas naciones. (...) Se trataba de los servicios profesionales que esos financieros proporcionaban mediante la contratación de asientos o factorías con la Corona, proporcionando crédito y numerario a una Monarquía necesitada de recursos económicos extraordinarios. Aunque tales servicios financieros fueran retribuidos mediante las distintas cláusulas de los contratos de asiento y factoría, la Corona valoró la diligencia, efectividad y moderación de intereses como un gesto de lealtad merecedor de la gracia regia en forma de privilegios diversos” (idem, p. 198).

¹¹⁹ GIZBERT, 2007, p. 34 - 35

conquista e outras avenidas relacionadas ao erguimento das estruturas produtivas na região¹²⁰: atraindo diversos agentes interessados em tomar partido nessa expansão, a exemplo das camadas mercantis.

As partes do Brasil começaram a se tornar uma terra de oportunidades, onde os cristãos-novos interessados poderiam desembarcar aos poucos, continuando um movimento migratório intensificado na segunda metade do século XVI. Nas capitâneas, as estruturas políticas, jurídicas e religiosas da Península Ibérica foram repercutidas, no entanto, essa transferência adaptou-se a uma nova região, marcada por condicionamentos diferentes e profundas transformações que culminaram num quadro específico. Os critérios empregados, tanto na aplicação das leis como nos meios de contornar os problemas mais complexos, contribuíram para um relaxamento das proibições e tabus, permitindo que os cristãos-novos se adaptassem ao processo de assimilação. Homens pertencentes às camadas médias da burguesia comercial poderiam ir e vir, enquanto outros procuravam ascender às elites locais, através de casamentos prestigiosos, ou mesmo através de estratégias ligadas “(...) à extensão de seus latifúndios, ao número de escravos que possuíam, à vida de ostentação e luxo que pudessem levar. A condição de senhor de engenho já conferia ao cristão-novo como ao cristão-velho uma posição de relevo, semelhante à do fidalgo” (2013, p. 59)¹²¹.

Considerações finais

Os rumos comerciais das conquistas portuguesas foram marcados por diferentes dinâmicas na interseção entre as guerras e a mercancia, com os processos de expansão dependendo de esforços beligerantes sobre diferentes territórios ultramarinos e investimentos que proporcionassem os aparatos necessários. Os negócios da guerra representavam um espaço de operação às redes mercantis, perpassando pelo fornecimento de materiais, o arremate de contratos, créditos e outros horizontes comerciais. Não obstante, as oportunidades que esse segmento oferecia também poderiam ser originadas através do envolvimento direto dos negociantes no exercício da guerra, como comandantes de tropas, combatentes e outras modalidades, garantindo diferentes espólios provenientes dos conflitos, mediante os serviços prestados à custa de seus próprios capitais. Essas práticas se dariam, considerando que financiar ou participar nas matérias de guerra, reforçaria o prestígio que outras avenidas não agregariam ao passo que comerciantes menos abastados encontrariam nesse setor, caminhos viáveis de ascensão social e acúmulo de capitais.

¹²⁰ RICUPERO, 2009, p. 13 – 25.

¹²¹ NOVINSKY, 2013, p. 57 - 58

Essas condições seriam recorrentes à expansão portuguesa, com a mobilidade social estando vinculada aos poderes da Coroa, responsáveis por legitimar esse processo através do agraciamento régio, atingido através de serviços prestados à Monarquia, em troca de cargos, nobilitação e outras mercês que ofereciam o prestígio necessário, ao reconhecimento de uma posição social elevada. Esses movimentos não seriam incomuns aos grupos mercantis, posicionados entre os mecânicos e a fidalguia, com a mobilidade social envolvendo não somente o acúmulo de riquezas, mas também, investimentos fundiários, o casamento de seus membros entre categorias distintas, ou mesmo, reinvestindo capitais em comportamentos considerados “nobilitantes” – como os serviços prestados nas conquistas. Entretanto, a ascensão de indivíduos provenientes das camadas intermediárias a posições tradicionais da nobreza de sangue, resultou em obstáculos impostos à verticalização desse segmento. Na Península Ibérica, essas manifestações foram marcadas por cenários de intolerância: repercutindo na imposição de princípios institucionais que visavam impedir ou controlar a ascensão social dos descendentes de judeus, ou mouros, através dos “estatutos de pureza do sangue”.

A modernidade representou um divisor de águas não somente à expansão ultramarina, mas também, aos processos de intolerância direcionados às comunidades judaicas, com as conversões peninsulares culminando numa onda diaspórica de refugiados, buscando asilo em diferentes partes do mundo. Originou-se assim o fenômeno “cristão-novo”, relativos aos judeus que foram coagidos à conversão, assim como seus descendentes. Em meados dos quinhentos, esse cenário repercutiu no estabelecimento do Santo Ofício em Portugal, contribuindo à emergência de indivíduos que assumiram a fé católica, retornaram ao judaísmo em espaços mais tolerantes, viveram os preceitos judaicos na clandestinidade, ou mesmo, assumiram características sincréticas. Socialmente, essas camadas seriam heterogêneas, compartilhando pouco mais que um estigma em comum na ancestralidade judaica. Entretanto, suas estratégias individuais e em grupo, seriam diretamente influenciadas por essas perseguições.

As camadas mercantis portuguesas seriam compostas por cristãos-novos e velhos – contribuindo à capacidade dessas redes mercantis em unir divisões e adentrar aos principais circuitos da época. Entretanto, essa distinção implicava em parte significativa de seus membros sendo suscetíveis aos impedimentos destinados àqueles de ancestralidade judaica, que impunha obstáculos à ascensão a cargos administrativos, nobilitação, ingresso nas ordens militares, etc. Não obstante, os estatutos assumiram características complexas e relativamente porosas, sendo introduzidos em Portugal apenas no ano de 1570 e levando os cristãos-novos

interessados na ascensão social, a desenvolver estratégias que perpassavam pelo investimento de recursos nos serviços prestados, ou mesmo, em casamentos exogâmicos ao longo de gerações, visando distanciar seus membros do “estigma” proveniente da ancestralidade. Entretanto, a ascensão dessa categoria também perpassava pela aprovação régia e seria limitada a uma minoria capaz de arcar com os recursos necessários, ao acúmulo de influência.

Não obstante, enquanto os cargos poderiam ser negociáveis mediante as conjunturas ou através da política de serviços, os procedimentos de nobilitação seriam consideravelmente mais taxativos, com os candidatos sendo submetidos a uma rigorosa análise genealógica, na intenção de barrar os interessados que demonstrassem ancestralidade judaica ou máculas mecânicas. Nesse sentido, essas realidades de impedimento e viabilização condicionada, abriam margens a “contornos” não somente através dos casamentos mistos, mas também, procedimentos como o suborno ou a falsificação.

Apesar dos obstáculos institucionais principalmente no reino, os cristãos-novos que se dedicaram ao comércio conseguiram usufruir de oportunidades proporcionadas na expansão ultramarina. Esses movimentos permitiram o surgimento de uma camada de homens de negócios estabelecidos nos estratos intermediários da sociedade, compondo grupos que poderiam assumir diferentes níveis de aproximação e distanciamento dos estratos mais elevados. Perante os impedimentos, no entanto, nem sempre a nobilitação ou o acesso às ordens militares, etc., seriam as principais intenções que motivariam o envolvimento numa política de serviços, com a concessão de privilégios comerciais e o arremate de contratos, mostrando-se como uma área de interesse àqueles que dispunham dos recursos necessários.

Contribuindo a esses processos, a economia Atlântica apresentou novas oportunidades às camadas mercantis portuguesas e acrescentou mais destinos à diáspora. Dentre os principais negócios na região, observa-se a indústria açucareira, cuja abertura comercial acompanhava a expansão dos territórios colonizados no Brasil. Esses processos contribuíram para que se formasse um cadinho de prestação de serviços, provenientes das guerras de conquista e outras vias relacionadas ao estabelecimento das estruturas produtivas na região: atraindo diversos interesses em participar dessa expansão.

2. "ONDE MANTINHAM-SE FRACAMENTE PROVIDOS": CRISTÃOS-NOVOS MERCADORES E O MOMENTO DEFENSIVO.

Observa-se no capítulo a seguir, alguns dos momentos iniciais da invasão portuguesa nas partes setentrionais do continente americano, reconstituindo o “momento defensivo” nas estratégias de conquista (RICUPERO, 2009) contra os indígenas hostis à ocupação e os corsários franceses. Mediante esse cenário, compreendem-se as primeiras manifestações da presença de cristãos-novos no território através do Engenho de Camaragibe na Capitania de Pernambuco, elucidando como os conflitos serviram de empecilho à sua montagem, e ao mesmo tempo, proporcionaram o necessário para seu estabelecimento não somente como unidade produtiva, mas também, como uma das estruturas defensivas naquele núcleo colonial.

2.1. AS CAPITANIAS SETENTRIONAIS NOS TEMPOS DAS DONATARIAS: ESPAÇOS SITIADOS (1534-1549).

À altura do estabelecimento das capitanias donatárias nas partes do Brasil, os portugueses já dispunham de uma experiência significativa em utilizar-se da violência marítima no controle das rotas comerciais do Oceano Índico, promovendo interseções entre as funções desempenhadas pelo mercador e o guerreiro, entre variadas condições políticas e econômicas (GLETE, 2001, p. 77). As naus e galeões não somente se tornaram elementos indispensáveis na circulação de mercadorias, mas também, adaptaram-se às necessidades armamentistas exigidas pelas condições impostas à navegação, que incluíam desde a defesa das cargas e tripulações, até as apropriações violentas de espaços como a Rota do Cabo, que através da convergência entre as guerras e o comércio, garantiu a abertura dos mercados asiáticos e alavancou a construção naval nos reinos ibéricos¹²².

A arregimentação de armadas para o estabelecimento dessas capitanias esteve, nesse sentido, em sintonia com o saber-fazer desenvolvido pelos lusitanos durante o processo de ocupação ultramarina. Partindo desses pressupostos, observam-se as primeiras tentativas de conquista das terras que viriam a se tornar a Capitania do Maranhão – no extremo setentrional da América Portuguesa –, delegadas a João de Barros, Fernando Álvares de Andrade e Aires da Cunha. Além de tornar-se conhecido por suas obras de cariz humanista acerca da presença

¹²² Apesar da precariedade de dados disponíveis, Leonor Freire Costa (1997, p. 263) sugere que entre os finais do séc. XV e o terceiro quartel do XVI, as frotas portuguesas adquiriram uma dimensão significativa em número de efetivos, embora predominassem os pequenos navios de 40 a 70 toneladas. COSTA, L. F. A construção Naval. In: MATTOSO, J. *História de Portugal: no Alvorecer da Modernidade*. Vol. 3. [S. L]: Editorial Estampa, 1997.

portuguesa na Ásia, o primeiro teria prestado serviços à Coroa como tesoureiro das casas da Índia, Mina e Ceuta. Respectivamente, o segundo tornou-se tesoureiro-mor do reino e, por fim, o terceiro, capitaneou uma armada nos Açores e em Malaca¹²³. De acordo com o próprio João de Barros, arregimentar essa armada junto aos demais – que zarpu do Reino em 1535 –, custou-lhe muita “substância de fazenda”¹²⁴.

Aires da Cunha prestou sua *expertise* e tornou-se capitão-mor da empresa, composta por 900 homens, sendo 113 cavaleiros, dispondo de montaria. Pondo estes números em perspectiva, observa-se que na transição do medievo para a modernidade, a proporção entre a cavalaria e a infantaria modificou-se gradativamente. Segundo A. M. Hespanha (2004, p. 14), os custos de obtenção, manutenção, transporte de cavalos – nas condições ultramarinas – e a variedade de terrenos, contribuíram para que esta tropa se tornasse uma força terrestre cada vez mais especializada e reclusa à certas operações, tais como batidas, escaramuças, emboscadas e golpes à mão rápida. Os homens a cavalo, entretanto, continuariam a ser o segmento em campo com maior distinção de status, embora, com o decorrer do tempo, o prestígio tenha se tornado maior que sua funcionalidade em batalha.

Não obstante, essas intenções foram frustradas quando as embarcações naufragaram na região e os sobreviventes – cuja maioria seria de veteranos dos conflitos nas Índias –, passaram a relacionar-se de modo hostil com os locais, pertencentes ao tronco linguístico Macro-jê¹²⁵. Essas adversidades foram intensificadas a partir da interferência dos franceses que navegavam pela costa, que se tornaram um reageente para que os habitantes insatisfeitos contra os portugueses resistissem e os expulsassem da região. Nas palavras de João de Barros, teria sido essa uma armada custosa e sem fruto algum¹²⁶. Com efeito, a capitania do Maranhão viria a ser ocupada pelos lusitanos apenas no século seguinte e as capitanias subsequentes do Rio Grande e o Ceará, permaneceram durante quase todo o séc. XVI, sem a presença de assentamentos portugueses.

¹²³ Serem todos experientes nas matérias concernentes às guerras ultramarinas ou às finanças do reino, são informações de acordo com o que vêm sendo discorrido pela historiografia à longa data. Alexander Marchant (1943), por exemplo, agrupou o perfil de donatários em dois tipos gerais: o primeiro, composto por homens que apresentavam experiência militar em diferentes partes do Império ultramarino português e o segundo, cabia à qualidade de sujeitos provenientes da administração régia que, embora não houvessem guerreado nas Índias, etc., estariam ligados às suas riquezas e despesas. Entretanto, esses indicadores não significariam que os donatários dispusessem dos recursos necessários às demandas da empreitada, que lhes exigia custos relacionados ao equipamento dos navios, à compra de provisões e o pagamento de soldos dos homens de armas, artífices e colonos. (MARCHANT, 1943, p. 71 – 74). Ademais, informações dos perfis dos donatários retiradas de: DIAS, 1921, vol. 3. (p. 207 – 208); BOXER, Charles. *Chronology*. In: BOXER, C. João de Barros: Portuguese Humanist and Historian of Asia. XCHR studies series, nº 1. New Delhi: Concept Publishing Company, 1980.

¹²⁴ BARROS, 1628, p. 112.

¹²⁵ HEMMING, 1978, (p. 71; p. 545).

¹²⁶ Segundo consta nas cartas enviadas por Duarte Coelho à metrópole, as baixas portuguesas nesses conflitos foram teriam sido, em média, de 700 homens (MELLO; ALBUQUERQUE, 1997, p. 97).

Harold B. Johnson (2004, p. 251) enxergou nos corsários franceses, que circulavam pela costa da América Portuguesa, comerciantes cujas operações originavam-se nos portos da Normandia — tais como Dieppe, Rouen e Fécamp — e aportavam às partes do Brasil para traficar pau-de-tinta, utilizando-se das relações estabelecidas com as nações indígenas aliadas. Essa estratégia impactou economicamente a Coroa lusitana, que se viu privada de parte dos lucros provenientes do produto, principalmente ao contemplar uma desvalorização dos preços frente ao crescimento da oferta nos mercados da Antuérpia. Como agravante, a captura de embarcações portuguesas pelo curso francês aumentou os custos do transporte, frustrando mercadores que eventualmente poderiam adentrar ao circuito.

Inicialmente, Portugal reagiu enviando frotas de patrulha marítima com ordens de capturar ou afundar navios estrangeiros sem autorização; estratégia esta que já havia sido colocada em prática no oceano Índico. Assim sendo, o contra-ataque francês se deu a partir de posicionamentos em pontos estratégicos como os Açores ou o Estreito de Gibraltar, para promover a captura de embarcações hispânicas ou portuguesas. De acordo com o autor (*idem*, p. 252), o cálculo aproximado estima ao ano cerca de vinte navios portugueses capturados por franceses entre 1520-1530, embora haja indícios dos lusitanos tentando conter as ameaças através das patrulhas costeiras. Dentro do contexto referente ao recuo da Coroa portuguesa em diferentes frentes, verificou-se ser impossível expulsar efetivamente os franceses através dessa estratégia nas partes do Brasil, considerando a vastidão da costa e a escassez de recursos.

Incurções francesas também estariam presentes na Capitania de Itamaracá, espaço subsequente ao Rio Grande e dominado pelos Potiguaras. Pertencentes ao tronco linguístico Tupi, os Potiguara senhoreavam da costa do Rio Grande, até o Rio Paraíba. Ao longo de sua história, angariaram inimizades contra os Caetés e teriam estabelecido relações instáveis de guerra e paz com os grupos Macro-Jê, ao Norte. Nos tempos de trégua com esses povos, auxiliavam-se mutuamente nos conflitos contra os Tabajaras, mais próximos ao sertão. Não costumavam manter cativos inimigos por muito tempo, considerando o engajamento em rituais antropofágicos. Foram comumente descritos nas fontes do séc. XVI, como sendo de inclinação belicosa e aliados aos franceses no trato do pau-brasil¹²⁷.

Anthony Knivet (2007 [1625]) descreve em seu relato de viagem, por exemplo, que se recorressem aos Potiguaras como comerciantes, eles comerciariam. Se recorressem como guerreiros, lutariam. Seus corpos eram tatuados e furavam os lábios para que quando

¹²⁷ SOUZA, 1851, p. 30-31.

atingissem a idade adulta, a abertura fosse alargada para abarcar uma pedra esverdeada. Nas batalhas, as esposas carregariam as provisões nas costas e suas aldeias eram grandes, com cabanas de duzentos e vinte jardas de comprimento, cobertas por galhos de palma¹²⁸. John Hemming (1978, p. 72) destaca que as estratégias portuguesas de aproveitamento das desavenças internas entre grupos para seus próprios fins não funcionavam contra os Potiguara, que mostravam-se ser uma unidade mais coesa que outras nações.

No que concerne à representação da belicosidade e da antropofagia nas fontes, Juliana Fujimoto (2016, p. 12) pontua que os primeiros relatos que retrataram os indígenas das partes do Brasil, tenderam a atribuir lugar centralizante às guerras intertribais e aos rituais antropofágicos, na cultura dos povos. No século XVI, a ênfase nesses aspectos serviu para fundamentar uma perspectiva de selvageria por parte das nações indígenas, contribuindo à legitimação não apenas da ocupação europeia, mas também, da escravidão desses grupos nos debates europeus – principalmente nos centros intelectuais de Salamanca¹²⁹.

Via de regra, as referências às práticas antropofágicas tornaram-se elemento central nos argumentos que buscaram justificar uma inferioridade indígena em relação ao europeu. Além disso, destaca como as descrições das alianças e das guerras travadas entre os europeus e os indígenas presentes nas fontes, quando contrapostas às análises antropológicas da guerra, põem em xeque o pressuposto de que a antropofagia constituiria a principal finalidade dos confrontos bélicos indígenas, pois outros interesses terminariam por ganhar destaques nos embates, tais como resistências à escravidão e o lugar que os objetos europeus assumiram no cotidiano dos grupos. Sublinha-se também, como essa prática teria sido abandonada pelos nativos algum tempo após o início da convivência com os colonizadores (idem, p. 13).

¹²⁸ KNIVET, A. As diversas tribos de selvagens no Brasil e nas regiões vizinhas: suas várias naturezas, costumes e ritos. As criaturas e outras coisas incríveis que o autor viu em suas inúmeras peregrinações durante muitos anos. In: KNIVET, A. *As Incríveis Aventuras e Estranhos Infortúnios de Anthony Knivet*: memórias de um aventureiro inglês que em 1591 saiu de seu país com o pirata Thomas Cavendish e foi abandonado no Brasil, entre índios canibais e colonos selvagens. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

¹²⁹ “E, embora a coroa portuguesa não tenha promovido debates semelhantes em Portugal, os colonizadores e missionários portugueses compartilhavam, quase unanimemente, a opinião dos defensores da ocupação europeia da América e da escravização dos americanos, conforme registram os textos que descrevem os indígenas e seus costumes, as narrativas sobre as guerras coloniais e as leis criadas para regulamentar a escravidão nativa” (idem, p. 12). Para um maior aprofundamento das práticas de guerra indígenas, numa perspectiva antropológica, etnográfica, vinculada à cultura material, etc., torna-se necessário consultar *A Função Social da Guerra Tupinambá*, de Florestan Fernandes (2006). Em linhas gerais, o autor considera aspectos como processos mágico-religiosos e a satisfação da vingança, para explicar manifestações da vida social e a centralidade que a guerra representava aos povos indígenas. Juliana Fujimoto observa como as questões delineadas por Florestan Fernandes e outros autores, como a vingança ou os aspectos cerimoniais, foram essenciais, no entanto, o decorrer da colonização corroborou para que a belicosidade indígena se reorientasse, para expressar o descontentamento das nações em relação ao mundo colonial, ou mesmo, para atender as demandas tanto dos colonizadores, quanto dos próprios povos indígenas. (ibid, p. 240).

A aliança franco-potiguara alastrou-se pela Capitania de Itamaracá, inicialmente doada a Pero Lopes de Sousa, que se tornou conhecido por ter percorrido a faixa atlântica com uma armada à sua custa e, a partir das experiências adquiridas com esta empresa, ter escrito o relato de viagem *Diário da navegação da armada que foi à terra do Brasil em 1530*. No episódio de ocupação da capitania que lhe foi concedida, os franceses haviam se fortificado na Ilha de Itamaracá com mais de 100 soldados, munições e artilharia¹³⁰. Esta feitoria, como todas as outras ao longo do litoral, servia como entreposto aos corsários que atracavam à costa para carregar pau-brasil. Como observa John Hemming (1978, p. 9), o circuito referente a esse produto dependia completamente das relações de escambo entre os mercadores e os indígenas, que recolhiam o produto e carregavam as naus, em troca de ferramentas como facas e machados, que acresciam à produtividade dos grupos no desempenho de funções como a caça, pesca e outras¹³¹.

Em função dessas relações no litoral, D. João III ordenou que uma armada capitaneada por Pero Lopes de Sousa desbaratasse as naus, fortalezas e feitorias francesas pela costa, começando por Itamaracá. As embarcações zarparam do porto de Lisboa, contendo potenciais moradores para povoar a capitania; projeto no qual Pero Lopes de Sousa havia despendido anos e "muitos mil cruzados"¹³². Chegando nas proximidades do território, a armada rendeu uma nau francesa sobrecarregada de pau-brasil e embora parte considerável de sua carga tenha sido perdida, os portugueses conseguiram resgatar 8 peças de artilharia. Em sequência, a feitoria francesa que funcionava naquelas partes, foi posta em estado de sítio, contribuindo para que seus habitantes enfraquecessem de fome e os aliados Potiguaras se revoltassem, frente ao bloqueio da passagem de navios com provisões destinadas ao baluarte. Após um impasse nas negociações, os franceses foram dizimados com tiros à queima-roupa,

¹³⁰ SALVADOR, 1918, p. 122 – 125.

¹³¹ "During the first thirty years after the discovery of Brazil, European visits consisted of a steady trickle of small ships seeking brazilwood and a few other commodities. The trees at first were close to the sea and river estuaries, and the Indians were content to barter the cut logs for trade goods. The visiting merchants were on their best behavior, dependent as they were on Indian help, and in some awe of the large warrior tribes that they found inhabiting the Brazilian coast. The profitable brazilwood trade depended entirely on the Brazilian Indians. Their lands produced the trees, and the natives themselves felled the brazilwoods, cut their hard wood into logs and transported these to the coast for loading on to European ships. (...) Metal axes and tools seemed miraculous to peoples who spent much of their year in the laborious business of clearing forest with stone axes. Indians had always made skilled artefacts but, as one chronicler explained, 'they took a very long time to make anything. This is why they value metal so greatly — because of the ease they experience in making things with it. For this reason, they delight in communication with the whites.' It was a fatal fascination, the greatest weakness of Brazilian Indians. Throughout Brazilian history, knives and axes have always been the surest way of winning Indian friendship, and they are still the main instrument in the attraction and pacification of hostile tribes" (HEMMING, 1978, p. 9)

¹³² SOUZA, 1851, p. 32.

enforcamentos e, por fim, a feitoria foi arrasada para o erguimento de uma fortificação rústica que possibilitasse a ocupação portuguesa no território¹³³.

Assédios promovidos contra feitorias e aldeamentos tornaram-se uma constante no momento tratado. Destrinchando as bases dos estados de sítio enquanto modalidade de guerra, Peter H. Wilson (2019, p. 288) sugere como sua definição comumente perpassa por técnicas defensivas aplicadas às fortificações e assentamentos, ou de captura destes mesmos pontos estratégicos.

O autor observa que, *a priori*, os estados de sítio decorrem em uma *escala de espaço e tempo* que propicie delongas, de modo a serem estendidos para além dos limites da tolerância humana, visando estorvar o acesso dos envolvidos a recursos básicos como água e comida. Este aspecto logístico desempenharia um papel fundamental em como os cercos seriam conduzidos tanto pelos defensores, quanto pelos assediadores. O prolongamento seria imprescindível para estas condições e poderia ser acompanhado por manobras evasivas, de terra-arrasada ou ainda, táticas de guerrilha. Nesse sentido, seria este o elemento definidor de um cerco, em detrimento de uma captura de supetão ou um único assalto¹³⁴.

Dentro dessa situação, as condições de resistência humana seriam dependentes de elementos como a manutenção de recursos dos sitiados e a capacidade dos atacantes em reabastecer ao longo da operação, embora o ambiente também fosse um fator essencial, dado aspectos agravantes como o clima e a disposição territorial. Um outro elemento definidor seriam os *objetivos* de um cerco, diretamente voltados à defesa, captura ou destruição de um espaço defensivo estratégico, ainda que este não precise ser necessariamente permanente. Diferentes espaços foram postos sob estas condições, variando entre cidades destituídas de fortificações formais, núcleos de povoamento e fortalezas militares.

Sobre as *limitações* inerentes, parte-se do pressuposto de que um estado de sítio implica que os defensores estariam completamente rodeados, embora situações como cercos marítimos pudessem envolver apenas o corte de suprimentos ou o estabelecimento de barreiras nos portos, como contemplado nas estratégias de Pero Lopes de Souza frente à fortificação francesa. O mesmo poderia acontecer em cercos que não contassem com os efetivos necessários para circundar o espaço a ser sitiado. Estas limitações implicariam em problemas graves, principalmente aos defensores, pois não seria incomum que *civis* se encontrassem sitiados junto aos soldados, forçando questionamentos acerca do nível de resistência desta camada dentro das guarnições, até que ponto poderiam ser protegidos ou se

¹³³ SALVADOR, 1918, p. 122 – 124.

¹³⁴ WILSON, 2019, p. 291 - 303

mereciam confiança: situação essa bastante encontrada em ocupações estimuladas por poderes coloniais. Embora os civis fossem úteis em reparar danificações, etc., o consumo de suprimentos e outros recursos que poderiam ser direcionados aos soldados constituiriam uma ameaça à manutenção da resistência em longo prazo.

Recorrendo a perspectivas similares, Anke Fischer-Kattner (2019) chama atenção à necessidade de observar as condições estratégicas dos cercos e o sofrimento humano que causaram não somente nos espaços europeus, mas também nos globais, contemplando as diferentes características que constituíram os cercamentos e bloqueios, de maneira a descortinar aspectos sociais, econômicos, culturais, etc., outrora relegados pela historiografia que se dispôs a compreendê-los¹³⁵. Nas partes do Brasil, por exemplo, os elementos relacionados ao aprovisionamento dos sitiados e sitiados, ao prolongamento dos cercos e ao corte nas linhas de abastecimento das defesas não somente mostravam-se presentes, mas, de maneira a melhor garantir a economia de pessoas, munições e a movimentação por parte dos sitiados, a construção de cercamentos rústicos de madeira, ou *caiçaras*, tornou-se uma estratégia comum¹³⁶.

Não obstante, no caso em questão, Pero Lopes de Sousa não ficou para administrar sua capitania, zarpando em seguida para cumprir as ordens régias de assolar os navios franceses pela costa. Retornando ao reino para prestar contas da missão, dirigiu-se às Índias em 1539 como capitão de quatro naus, naufragando nas proximidades de Madagascar. Como resultado dessas baixas, a Ilha de Itamaracá viu-se encurralada numa espécie inconstante de estado de sítio, pautado por momentos de relaxamento nas tensões, seguidos por atritos e assim por diante. Com efeito, seriam essas as condições encontradas entre os núcleos coloniais que conseguiram vingar na América portuguesa. Em outras palavras, Dierk Walter observa como os colonos por vezes viam-se encurralados dentre os núcleos coloniais tornando-se um dos fatores contribuintes para que conflitos também fossem motivados pela necessidade de

¹³⁵ FISCHER-KATTNER, 2019, p. 4 – 13.

¹³⁶ Sobre as táticas de cerco depreendidas pelos povos indígenas, Florestan Fernandes (2006) observa que: "Algumas das dificuldades encontradas pelos atacantes, nesses casos, eram obviadas pelo emprego de certas técnicas de assédio ao inimigo. Construía uma fortificação, chamada *caiçara*, por meio da qual se aproximavam lentamente e com maior segurança dos inimigos assediados, e os abordavam. Do ponto de vista tático, este tipo de fortificação representava uma tentativa de organização do ataque com economia de pessoas, de munições e de movimentos. Contudo, para que fosse posta em prática, tornava-se necessário que: 1) a relação "militar" entre as forças dos atacantes e as dos atacados abrisse aos primeiros alguma perspectiva de êxito; 2) a provisão de alimentos e de munições suportasse o prolongamento do combate; 3) a duração do assédio pudesse ser contida dentro de certos limites estratégicos, pois um prolongamento indefinido colocaria os atacantes em situação crítica (escassez de víveres ou de munições) ou os poria à mercê dos inimigos, cujos aliados às vezes eram prevenidos e contra-atacavam; 4) tivesse êxito no isolamento dos inimigos sitiados, de modo a promover o "corte" em seu sistema de abastecimento e a impedir a comunicação com os grupos locais circunvizinhos e aliados, submetendo-os assim a alguma espécie de controle". (2006, p. 137)

recursos. Logo, não tardou para que Itamaracá se tornasse um assentamento precário, com o domínio da aliança francesa-potiguara retornando por mar e terra (2016, p. 73).

Ainda que debilitado, no entanto, o assentamento existia; diferente do que foi observado nas Capitâneas ao Norte deste território, garantindo sua posição instável como a fronteira da ocupação portuguesa nas partes setentrionais do Brasil. Porventura, suas terras viriam a ser desmembradas no último quartel do séc. XVI, para o estabelecimento da Capitania da Paraíba, de maneira a reforçar as defesas dessa frente e possibilitar as demais conquistas, do Rio Grande, ao Maranhão – como detalhado mais adiante. Não obstante, para este momento, John Hemming (1978, p. 72) enfatiza que o agravante para a reinstalação da aliança na região, teriam sido as tentativas dos colonos portugueses em escravizar os Potiguares ao longo da década 1540, culminando em meia-centúria de conflitos com a nação, que mantinha resistência armada pelos franceses contra o cativo luso. Segundo Dierk Walter, onde quer que a economia colonial tenha imposto condições de trabalho escravo às populações indígenas, esse cenário de conflitos tornou-se frequente (2016, p. 73).

Aprofundando essa ótica, aponta-se como Alexander Marchant (1943)¹³⁷ observou no avanço da colonização, a interseção entre as guerras e a escravidão indígena. Ainda que o escambo tenha continuado após o estabelecimento das donatárias, sua utilização em prol da mão-de-obra indígena desgastou-se na medida em que os índios passaram a demandar itens de valor econômico maior do que os colonos estavam dispostos a oferecer, ou mesmo espadas e mosquetes, em prol de seus interesses de guerra, o que poderia ser usado contra os próprios colonos. Sendo o pau-brasil um monopólio régio português, por vezes ocorriam competições por mão-de-obra entre os agentes dos contratadores, que se utilizavam intensamente dos indígenas, considerando as árvores serem dispersas, passíveis de se esgotarem no litoral e requerendo a entrada mais aprofundada nos matos, corroborando para que se tornassem maiores tanto a dificuldade de acesso ao produto, quanto às relações de troca, que foram atribuladas durante este processo.

Não obstante, a principal chave estendida por Alexander Marchant para a interseção entre as guerras e a escravidão, teria sido o incipiente estabelecimento da cultura da cana-de-açúcar, por parte dos donatários que conseguiram estabelecer povoados pela costa.

Tomadas em conjunto, as guerras que acompanhavam a colonização no Brasil assumem um aspecto de dupla relação com a necessidade de braços por parte do colono. Primeiro, algumas se afiguram guerras de represália, iniciadas pelos indígenas contra colonos que, em face da necessidade de trabalho nas lavouras e com a queda do sistema de escambo, recorreram à escravização. Segundo, outras

¹³⁷ MARCHANT, 1943, p. 95 – 108.

guerras entre os indígenas, intertribais, com maior ou menor participação dos portugueses e franceses, produzindo cativos para a escravidão. Em todos os casos, porém, as guerras indicam mais agressão contra os índios para o fim de obter trabalho do que se pode demonstrar por meio de outras provas. (1943, p. 107).

Com o passar do tempo, esses e outros pontos dessa perspectiva foram ecoados, ou criticados. Juliana Fujimoto (2016), por exemplo, aponta como Alexander Marchant termina por adotar a perspectiva de suas fontes ao observar a participação indígena na economia colonial, concebendo-os como povos primitivos dependentes da tutela europeia para integrarem-se ao mundo civilizado, desconsiderando idiossincrasias e o papel que as trocas representaram para esses povos. Não obstante, reconhece suas contribuições aos estudos posteriores acerca das nações indígenas na economia colonial, pois ao enfatizar a relação entre a beligerância e a escravidão, forneceu indicativos importantes para a investigação das alianças e das guerras intertribais, como elementos integrantes da obtenção de escravizados e defesa territorial¹³⁸.

Segundo John M. Monteiro (1994), o acréscimo nas demandas por escravizados indígenas e abastecimento interno, de fato, perpassaram pelo desenvolvimento das empresas coloniais, que se utilizaram de maneira excessiva tanto das relações de escambo, quanto da compra de cativos. Essas dinâmicas dependiam de uma redefinição dos elementos rituais e sociais da guerra indígena, para diminuir a ênfase em aspectos como o sacrifício humano e gerar um número maior de cativos, a serem escravizados. Não obstante, no que corresponde à troca de ferramentas e matérias-primas – diferente do que foi contemplado por autores como Alexander Marchant –, os gêneros oferecidos devem ser compreendidos de maneira mais aproximada das cargas simbólicas inerentes a essas relações, do que através de uma lógica comercial. Isso se daria, principalmente, considerando que o escambo ganha sentido através das dinâmicas internas das sociedades indígenas, em detrimento de servir enquanto um mecanismo vinculado a uma economia de mercado em formação, pois as trocas seriam estabelecidas com os europeus, na medida em que cresciam as necessidades de formação de alianças¹³⁹.

Na medida em que o escambo se mostrou um modo pouco eficaz para atender às necessidades básicas dos europeus, estes procuraram reformular a base da economia colonial através da apropriação direta da mão-de-obra indígena, sobretudo na forma da

¹³⁸ Segundo a autora, ainda que tanto John Hemming, quanto Alexander Marchant tenham analisado a participação indígena na história colonial através de lentes distintas, ambas as perspectivas convergem em demonstrar como o encontro colonial e o processo de conquista abriram margens às guerras travadas com o uso de armas de fogo, por território e cativos (FUJIMOTO, 2016, p. 26-30).

¹³⁹ MONTEIRO, 1994, 30 – 33.

escravidão. Inicialmente, a aquisição de escravos permanecia subordinada à configuração das relações intertribais. Contudo, com a presença crescente dos europeus, as guerras intertribais passaram a adquirir características de "saltos", promovidos com o objetivo de cativar escravos para as empresas coloniais. (MONTEIRO, 1994, p. 32)

Acrescenta-se também ao coro das críticas atribuídas, Stuart B. Schwartz (1988), partindo de uma perspectiva mais vinculada às necessidades diretas, encontradas pela economia açucareira. Segundo o autor, a interpretação de Marchant encontra-se equivocada por negligenciar dois fatores essenciais na interação das forças culturais e econômicas que moldaram as formas de trabalho indígena no Brasil. Primeiramente, a crise no sistema de escambo foi provocada não somente pelo valor econômico dos artigos trocados, mas também, pela funcionalidade das ferramentas – como os machados e as armas de fogo –, que impactaram diretamente nas atividades básicas e produtividade desempenhada pelos povos indígenas. Em segundo lugar, enxergou-se nesta construção um mercado anacrônico às condições econômicas nessas sociedades. Apesar das discordâncias expostas, entretanto, Stuart B. Schwartz corrobora com as linhas gerais dispostas por Alexander Marchant, ao observar na indústria açucareira o principal fator para o incremento na coerção direta dos povos indígenas, sob a forma de escravidão¹⁴⁰.

Episódios acerca desse processo podem ser observados na Capitania de Pernambuco, espaço subsequente à Itamaracá, atribuída a Duarte Coelho pelos serviços prestados nas partes das Índias, na tomada de Malaca e em outras ocasiões. O donatário teria arregimentado uma armada e se dirigido ao Rio Igarassu, fronteira de suas terras com as de Itamaracá, onde já estaria disposta uma feitoria voltada ao trato do pau-brasil e uma fortificação de madeira, ambas atribuídas à Coroa. Sendo capaz de organizar o necessário, deu ordens para que comessem as construções de um assentamento homônimo, onde a terra foi lavrada para a plantação de cana-de-açúcar e o estabelecimento de um engenho. Esse processo foi auxiliado pelos indígenas da região, que tinham livre acesso para trocar produtos com os colonos, tais como bebidas alcoólicas europeias, que contribuíram diretamente para o início e eventual agravamento das tensões, quando os indígenas começaram a ser escravizados¹⁴¹.

¹⁴⁰ SCHWARTZ, 1988, p. 44-45.

¹⁴¹ “One of the products they received was European alcohol, more potent than their own brews, and during one drinking session a quarrel broke out among the Indians. Coelho sent armed men to break up the disturbance; but the Indians resisted - 'they were always afraid of the whites, and concerned that they were going to seize and enslave them'. In the struggle a chief's son was killed, and his smashed skull was sent from village to village to recruit warriors for battle”. (HEMMING, 1978, p. 72).

Presenciando o decorrer dos acontecimentos, *Hans Staden* afirma que não havia tido revoltas por parte dos indígenas da região anteriormente, mas naquele momento “o faziam por se sentirem escravizados”. O artilheiro, originário de Hessen, rumou para Igarassu com 40 homens em uma embarcação pequena, encontrando 90 colonos para defesa, 30 mouros e 11 escravizados indígenas. Segundo suas estimativas, este grupo estaria sitiado por 8 mil inimigos¹⁴². Seriam estes os Caetés e os Tupinambás, ambos pertencentes ao tronco Tupi. Os primeiros, desde os anos iniciais de conquista, senhoreavam da boca do Rio São Francisco até o Rio Paraíba, enquanto os segundos habitavam a outra parte do Rio São Francisco. Ambos mantinham desavenças entre si – entre momentos de guerra e trégua – e contra os Potiguares¹⁴³.

No que corresponde às discrepâncias numéricas presentes nas narrativas, Dierk Walter aponta que, por vezes, os efetivos europeus nas periferias viam-se em desvantagem. Contudo, as proporções expostas pelas fontes devem ser aproximadas com desconfiança, afinal, os métodos de estimativa e seus resultados tendiam a ser aplicados, ou reportados, por indivíduos com intenções que perpassavam pelo aumento das forças do adversário, para acrescer seus próprios feitos em batalha, justificar derrotas e outras motivações (2016, p. 63). Um ponto de vista similar foi ecoado por John Keegan (2000), ao observar em condições como essa uma das armadilhas comuns às narrativas de batalha, ou mais especificamente, à reconstituição de acontecimentos a partir de dados fornecidos por aqueles cujas reputações poderiam oscilar, de acordo com as descrições que fizessem. Por conseguinte, as narrativas estão minadas não somente por interesses específicos inerentes às suas respectivas autorias, mas também, pela ampliação dos feitos daqueles em campo¹⁴⁴.

Ademais, Hans Staden descreve as estratégias utilizadas pelos Caetés e Tupinambás para promover um estado de sítio a Igarassu, destrinchando como estes recolhiam à noite, do terreno de mata que circundava o assentamento, troncos grossos para a construção de redutos que os refugiassem dos ataques portugueses. Às margens destes redutos, cavavam valas no chão para que servissem como trincheiras, onde se posicionavam durante o dia para promover a ofensiva e comumente caíam por terra para desviar dos tiros. Assim montaram o cerco, de maneira a bloquear as entradas e saídas dos portugueses sitiados e atirando flechas ao alto,

¹⁴² STADEN, 1930, p. 33 – 36.

¹⁴³ SOUZA, 1851, p. 61-62

¹⁴⁴ KEEGAN, 2000, p. 33-34

para que atingisse o assentamento em movimento de parábola, com parte das flechas acesas – através de algodão e cera –, para que incendiassem os tetos das casas¹⁴⁵.

Como no caso dos franceses previamente sitiados em Itamaracá, uma das principais atribuições neste cerco foi a fome que se alastrou dentro do assentamento, frente ao bloqueio das passagens e a impossibilidade de acesso às roças ou ao mar, dificultando a administração de mantimentos e o socorro proveniente de outras áreas. Mais ao Sul deste assentamento, por exemplo, o donatário da capitania via-se cercado por assaltos à Vila de Olinda, onde se mantinha guarnecido com uma torre feita de pedra e cal¹⁴⁶. Seus caminhos por terra estariam obstruídos e, portanto, seria capaz de submeter apenas algumas poucas embarcações com a finalidade de retirar a "gente que não pudesse pelejar", para que não consumissem os mantimentos dos demais sitiados¹⁴⁷.

Finalmente os bloqueios foram relaxados, a partir da entrada de provisões e efetivos enviados provenientes da Ilha de Itamaracá. Visando impedir um maior número de baixas por entre os indígenas, devido a chegada dos reforços, os Caetés e Tupinambás decidiram bater em retirada. Sobre essas ações, Dierk Walter (2016) ressalta como não seria incomum às práticas de guerra indígena minimizar baixas através de estratégias apoiadas em investidas furtivas, estados de sítio visando cortar as linhas de suprimento inimigas para engendrar negociações, retiradas estratégicas para engajamentos futuros, ou mesmo, emboscadas¹⁴⁸.

¹⁴⁵ Florestan Fernandes observa que o uso de gases nocivos pelos Tupinambás, como a fumaça de pimenta, ou mesmo as flechas incendiárias, perpassam pela estratégia de desalojar os inimigos de seus redutos fortificados: “Os dados expostos evidenciam que a principal arma de combate a distância dos Tupinambá era o arco e a flecha. As flechas incendiárias constituíam, evidentemente, um desenvolvimento técnico desta arma ofensiva, ocorrido no sentido de satisfazer a necessidade de compelir os adversários ao contacto pessoal e direto, à disputa decisiva por meio das armas de choque. Os gases nocivos tinham a mesma função. Contudo, é provável que sua aplicação fosse mais reduzida, pois sua eficácia dependia de fatores naturais ingovernáveis (existência e direção dos ventos, condições favoráveis do terreno etc.) e da possibilidade fortuita de atuação constante dos mesmos, de modo a exporem inevitavelmente os inimigos, pelo menos durante certo tempo, a uma situação intolerável. Por isso, não é de admirar que Hans Staden não tenha observado, como relata, o emprego desta técnica nas expedições guerreiras dos Tupinambá de que participou ou teve notícia. Doutro lado, ambas as técnicas (flechas incendiárias e gases nocivos) complementavam o arco e a flecha em combinações de natureza tática. É compreensível que se tornavam armas vantajosas e temíveis em duas condições ideais: 1) quando o inimigo era apanhado inteiramente de surpresa; 2) quando o inimigo se encontrava encurralado dentro das próprias fortificações, dispondo os atacantes de alguma espécie de superioridade”. (2006, p. 41).

¹⁴⁶ SOUZA, 1851, p. 34.

¹⁴⁷ SALVADOR, 1918, p. 111

¹⁴⁸ “Indigenous warfare was therefore generally subject to strict, often religiously codified rules, which were aimed above all at minimizing losses. This did not necessarily mean that it was taboo to inflict relatively severe population losses on an adversary, but that occurred mainly when the possibility of retribution could be ruled out: hence the preference among indigenous fighters for nighttime attacks or ambushes, in other words for situations in which their own losses could be kept to a minimum while those of the opponent stood a good chance of being maximized”. (WALTER, 2016, p. 47)

Seriam estes elementos constantes nas *guerras brasílicas, volantes ou do mato*, que grosso modo, correspondiam a um modelo de combate resultante da adaptação portuguesa aos terrenos, condições ecológicas, assimilação das práticas indígenas de guerrear e das demais necessidades encontradas em campo, na América portuguesa. Esse processo de adequação às condições locais culminou numa guerra de posições e guerrilhas, baseadas em estratégias como a furtividade, emboscadas e outras. Segundo Evaldo Cabral de Mello (2007), ainda que essas táticas tenham sido utilizadas efetivamente a partir da oposição ao domínio neerlandês nas partes do Brasil, aspectos referentes já poderiam ser observados durante as conquistas das capitânicas, embora perpassasse por um conflito entre as noções de guerra europeia e a guerra brasílica, considerando ter sido esse um processo paulatino de adaptação¹⁴⁹.

A assimilação das práticas indígenas ora designadas por "guerra brasílica", ora por "guerra volante" e por "guerra do mato", havia implicado uma mudança cultural que não se realizara da noite para o dia. A acreditar-se em Gândavo, nos anos setenta do século XVI os colonos do Brasil ainda as subestimavam em seu próprio dano (...) Aprendida dos índios no convívio e no conflito ao longo da marinha ou no sertão, a guerra volante já se havia incorporado em começos do século XVII à prática dos sertanistas e soldados, a quem proporcionava os meios de se oporem a estrangeiros, como na conquista do Maranhão. (MELLO, 2007, p. 262).

Dando sequência aos eventos, observa-se que, fortificado na Vila de Olinda, Duarte Coelho costumava submeter cartas à metrópole acerca do estado da capitania, nas quais discorria sobre seus esforços em alavancar a indústria açucareira através das plantações e engenhos que já vinham sendo erguidos em Pernambuco. O donatário relatou estas condições na carta de *abril de 1542*, embora tenha evidenciado ao mesmo tempo suas preocupações com as despesas inerentes ao processo, principalmente quando vinculadas à manutenção e defesa territorial frente à ação dos corsários e dos povos indígenas que lhes eram aliados, destacando que “(...) para as cousas de tanta importância há necessidade de muito grandes gastos e eu estou muito gastado e endividado, e não posso suportar tanta gente de soldo como até aqui suporrei”¹⁵⁰.

Inserido nesse contexto, encontra-se o primeiro caso com evidências documentais de cristãos-novos com intenções de estabelecimento nas capitânicas setentrionais. Segundo José Antônio Gonsalves de Mello (1996), dentre as primeiras sesmarias concedidas por Duarte Coelho para que a indústria açucareira fosse iniciada na Capitania de Pernambuco, encontra-

¹⁴⁹ “A influência militar do indígena exerceu-se não através do equipamento, mas da assimilação das suas táticas. Já no período *ante bellum*, afirmava-se a noção de uma arte ou estilo próprio da terra, mais adequado às suas condições. O conflito entre a guerra europeia e a guerra do Brasil já se fez sentir na conquista do Maranhão (1614), realizada por contingente de 280 soldados de Diogo de Campos Moreno e dos 200 índios flecheiros de Jerônimo de Albuquerque”. (2007, p. 286).

¹⁵⁰ MELLO e ALBUQUERQUE, 1997, p. 98

se a de Diogo Fernandes e Pedro Álvares Madeira, outorgada em 1542, para que nessas terras fosse construído um engenho.

Da documentação respeitante a esse engenho, denominado Camaragibe, consta que Duarte Coelho fez-lhe doação em 1542 – é esta a mais antiga referência a sua presença em Pernambuco – a certo Pedro Álvares Madeira de meia légua de terra ao longo da ribeira do Camaragibe, da banda sul, e duas léguas ‘para o sertão’, com obrigação de aí fazerem um engenho de açúcar, permitindo-se lhes o uso das águas da dita ribeira. O riacho Camaragibe é afluente da margem esquerda do rio Capibaribe e fica a pequena distância nesse trecho do rio Beberibe. (MELLO, 1996, p. 122).

Diogo Fernandes seria natural de Braga, ou do Porto, e antes de chegar às partes do Brasil, desempenhava o ofício de mercador de tecidos, em Viana do Castelo¹⁵¹. Tinha como sócio Pedro Álvares Madeira, também cristão-novo. Considerando o topônimo “Madeira” agregado a seu nome, o autor sugere a possibilidade de ser proveniente da Ilha da Madeira e desempenhar a função de técnico açucareiro na parceria. Embora no decorrer de sua trajetória Diogo Fernandes tenha assumido uma posição de relevância como mercador¹⁵², nestes primeiros anos, enfrentava dificuldades até mesmo para levantar o engenho. Juntos, os sócios conseguiram manter canaviais e alguma agricultura de subsistência, entretanto, não detinham cabedais suficientes para o estabelecimento da maquinaria do engenho. Consequentemente, Diogo Fernandes não conseguia cumprir com as obrigações previstas em sua carta de sesmaria e as canas provenientes de sua plantação eram levadas à moenda no engenho do próprio Duarte Coelho, que ficava à margem do rio Beberibe.

Ainda que a situação de colonos como Diogo Rodrigues e Pedro Álvares Madeira estivessem dentre os principais incômodos de Duarte Coelho, durante esse período, o donatário estaria preocupado com o impacto que as relações entre os agentes dos contratadores de pau-brasil e os indígenas exerciam sobre os engenhos. Segundo consta na carta que submeteu à Coroa, em *dezembro de 1546*, nos momentos de adversidade entre as partes referidas, os indígenas revoltavam-se e causavam danos às fazendas, que normalmente estavam localizadas de modo disperso pelo território e não juntas, de maneira que contribuíssem mutuamente aos esforços defensivos. Como agravante, os senhores de engenho

¹⁵¹ Traços da trajetória de Diogo Fernandes foram coletadas por Gonsalves de Mello, a partir da documentação referente às acusações e processos movidos contra ele e membros de sua família, durante a primeira visitaçao do Santo Ofício à Capitania de Pernambuco, entre 1593 e 1595. Uma de suas filhas informou sua naturalidade ao visitador do Santo Ofício. Sua esposa, Branca Dias, informou sobre seus antecedentes mercantis. Sobre isso, ver: MELLO, 1996, p. 122-124.

¹⁵² Evidencia-se também que, à altura da visitaçao, “o processo de Branca Dias revela que o marido era comerciante ‘por junto’, isto é, em grosso, o que por si só revela-o como detentor de posiçao economicamente superior à dos comerciantes por menor” (MELLO, 1996, p. 122).

– ainda que interessados em tirar proveito das terras – não seriam necessariamente versados nas matérias de guerra. Em desfecho, o donatário reclamou ao Rei que as responsabilidades defensivas, e os gastos, novamente recaíam sobre ele: “mas, quem, Senhor, terá tanto dinheiro para pólvora e pelouros, artilharia e armas e outras coisas necessárias”?¹⁵³

Quando em 1547, a situação dos cristãos-novos Diogo Fernandes e Pedro Álvares Madeira começou a tornar-se inviável, Duarte Coelho pressionou-lhes para que cumprissem com os termos previstos na carta de sesmaria e, de fato, estabelecessem um engenho, em detrimento de somente plantações. Em vista desse caso, Evaldo Cabral de Mello (2012) observa como a história das terras de Camaragibe, invocação Santiago, seria reveladora das dificuldades enfrentadas pelos sesmeiros em meados do século XVI, principalmente, no que tange à carência de recursos¹⁵⁴.

Apesar das adversidades, por volta de *abril de 1549*, os meandros da indústria conseguiam se articular para além do erguimento dos primeiros engenhos e canaviais, face à presença de oficiais especializados – como mestres de engenhos, de açúcares e oficiais de fôrmas e sinos –, provenientes de Portugal, da Galiza e das Canárias, trazidos também à custa do próprio Duarte Coelho¹⁵⁵. Segundo Stuart B. Schwartz, esse movimento simbolizou uma “(...) transferência de conhecimento, habilidades e recursos humanos das antigas para as novas regiões açucareiras como resultado de uma política deliberada” (1988, p. 33), cujos capitais para o investimento seriam provenientes de Lisboa. O autor também destaca que, ao menos nos anos iniciais, a comercialização do produto na capitania esteve a cargo dos próprios portugueses, com exceção dos irmãos Cibaldo e Cristóvão Lins, representantes da casa mercantil dos *Fugger*, de Augsburg, engajados na produção e comercialização em Pernambuco, ao longo da década de 1540¹⁵⁶.

¹⁵³ MELLO; ALBUQUERQUE, 1997, p. 100

¹⁵⁴ MELLO, 2012, p. 16; 61.

¹⁵⁵ MELLO; ALBUQUERQUE, 1997, p. 114.

¹⁵⁶ Os *Fugger*, de Augsburg, seriam uma das principais casas mercantis germânicas, com células em Lisboa. Beneficiaram-se dos privilégios outorgados por D. Manuel I às casas estrangeiras, para que investissem na expansão ultramarina, mas desde a ascensão de D. João III ao trono, as relações já não eram mais as mesmas. Embora houvesse demanda por parte destes mercadores-banqueiros em comercializar açúcares, principalmente das ilhas atlânticas, os interesses voltavam-se principalmente à pimenta, minerais e outras especiarias, o que explicaria a presença de associados aos *Fugger*, porém, um interesse concentrado do açúcar de Pernambuco, nas mãos dos portugueses. Entrementes, Jürgen Pohle (2017, p. 76) alude ao conjunto da comunidade de Augsburg e Nuremberg em Lisboa, composto não somente por mercadores, mas também por homens de armas, artífices, etc., destacando como seriam os germânicos os principais fabricantes de artilharia na época; possivelmente contribuindo ao incremento do arsenal lusitano e tornando-se as teias por trás das peças de artilharia, recorrentes na documentação. Sobre isso, ver: POHLE, Jürgen. *Os mercadores-banqueiros alemães e a Expansão Portuguesa no reinado de D. Manuel I*. Lisboa: CHAM, FCSH/NOVA-UA, 2017.

Entrementes, encontra-se nas alianças estendidas entre colonos e os grupos indígenas da região o elemento diferencial que possibilitou a segurança necessária para o estabelecimento da indústria na capitania, com ênfase nas relações de concubinato entre os colonos e as mulheres das nações indígenas. Dentre os casos elucidativos dessa relação, destacam-se, por exemplo, as alianças estendidas entre os portugueses e os Tabajaras que viviam nas proximidades da Vila de Olinda, possibilitados através da união de Jerônimo de Albuquerque, cunhado do donatário, com a filha do chefe Uirá Ubi, também conhecido como Arcoverde. Garantir o apoio dos Tabajaras foi essencial ao fornecimento de homens e recursos, para possibilitar o engajamento da capitania contra as nações resistentes à ocupação (HEMMING, 1978, p. 75).

Deixando a Capitania de Pernambuco, observa-se como o Rio São Francisco representa uma fronteira natural entre esta e a Bahia de Todos os Santos, região central na divisão entre as partes setentrionais do Brasil e as capitanias donatárias ao Sul. Os Caetés habitavam uma das bandas e a outra, os Tupinambás. Mais acima, habitavam diversos grupos de menor proporção, quando comparados a essas nações, tais como os Tupinaés, Amoipiras e Ubirajaras¹⁵⁷. Não obstante, os limites entre as capitanias seriam entrecortados por vários outros cursos d'água. O Rio Cirigipe (Sergipe), por exemplo, localizavam-se sete léguas ao Sul do São Francisco e servia de entrada para naus francesas abaixo de cem tonéis, que costumavam navegar essas águas para carregar produtos recolhidos pelos Tupinambás, como pau-brasil, algodão e pimenta da terra¹⁵⁸.

Os Tupinambás e outros grupos dessa área, comumente representavam um perigo para os colonos que intencionavam fazer a travessia da Bahia para Pernambuco e vice-versa. O mesmo poderia ser dito para o Rio Real, localizado a dez léguas do Rio Sergipe. Desaguando no Atlântico, as terras mais próximas do mar não eram tão férteis e serviam mais adequadamente à criação de gado e, por conseguinte, ao abastecimento interno¹⁵⁹.

Ainda que eventualmente essa região viesse a ser conquistada para o estabelecimento da Capitania de Sergipe – em função da garantia de segurança desta fronteira, e outros intentos mais à frente explorados –, em meados do séc. XVI as terras faziam parte da Bahia de Todos os Santos, outorgada a Francisco Pereira Coutinho, recém-chegado do oriente após servir na conquista de Goa e ter capitaneado uma armada em Ormuz. Embora o donatário tivesse disposto seus próprios cabedais na arregimentação da armada responsável pelo

¹⁵⁷ SOUZA, 1851, p. 64

¹⁵⁸ SOUZA, 1851, p. 66.

¹⁵⁹ SOUZA, 1851, P. 68

povoamento da Capitania da Bahia, como de costume, destaca-se o provimento de mil cruzados por parte da Coroa para que abastecesse seus navios com peças de artilharia¹⁶⁰.

Os recém-chegados ergueram uma fortificação em terreno elevado, próximo ao mar, em Vila Velha, onde iniciaram a povoação. Um fator essencial a esse processo teria sido as pazes que conseguiram estabelecer com os Tupinambás nos anos iniciais, o que contribuiu para o levantamento de lavouras e o estabelecimento de dois engenhos. Como sugere John Hemming (1978, p. 78), essas condições não tardaram a se dissipar quando novamente o escambo culminou em escravidão, os engenhos foram queimados e as fazendas destruídas. A fortificação foi posta sob estado de cerco, impedindo o fornecimento de água e mantimentos vindos de Ilhéus, capitania mais ao Sul¹⁶¹.

Esta situação perdurou entre tréguas e sítios, que continuaram a minar as condições do assentamento através da fome e propagação de doenças¹⁶², culminando no falecimento do donatário em momento de tensão nas relações com os Tupinambás. O território, no entanto, proporcionava transporte e comunicação acessíveis aos engenhos litorâneos, constituía-se enquanto um ancoradouro seguro para os navios que transportavam açúcar à Europa e as condições geográficas eram favoráveis ao plantio da cana-de-açúcar (SCHWARTZ, 1988, p. 34). As terras foram adquiridas pela Coroa e a Bahia de Todos os Santos tornou-se a primeira das Capitânicas Reais e sede do Governo-Geral. Rodrigo Ricupero sublinha como a partir desse momento, as capitânicas passaram a ser divididas entre as que competiam a donatários ou pertenciam à Coroa. Pontualmente, “quando a colonização portuguesa retomou a ofensiva, conquistando novas áreas ao longo da costa do Brasil, essas conquistas foram organizadas como capitânicas reais” (2009, p. 104).

2.2. O GOVERNO-GERAL E O ESTADO DEFENSIVO: OS ENGENHOS COMO PRAÇA DE GUERRA (1549 – 1572).

O estabelecimento do Governo-Geral nas partes do Brasil representou um marco cronológico significativo no que se refere à organização territorial, administrativa, econômica, etc., da América Portuguesa e, portanto, perpassa por uma miríade de interpretações. Sérgio Buarque de Holanda (2007, p. 123), por exemplo, sugere que a introdução dessa instituição no

¹⁶⁰ SANCEAU, Elaine. Capitães do Brasil. Livraria Civilização, ed.: Porto, 1956. (p. 178 – 179); REGISTO da Casa da Índia: Introdução e Notas do Prof. Luciano José de Oliveira Ribeiro. Vol. 1 Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955. Doc. nº 276. (1954, p. 64).

¹⁶¹ SOUZA, 1851, p. 73-74.

¹⁶² SOUZA, 1851, p. 74.

território atuou como uma forma de intervenção direta da metrópole, durante um contexto de declínio em outras regiões, evidenciado pelo abandono das fortificações e praças no Norte da África e pelo desmonte da feitoria de Flandres, na Antuérpia.¹⁶³ Em linhas gerais, esses eventos representaram, respectivamente, um comprometimento do controle português sobre o Estreito de Gibraltar, porta de entrada do Marrocos ao Levante, e um distúrbio na distribuição das especiarias asiáticas, africanas, açúcares da Madeira e outros produtos, ao Norte da Europa, afetando a passagem de navios que, vindos dessa região, forneciam a Lisboa metais monetários de base – prata e cobre –, artilharia e armas.

Quando observados em conjunto, esses e outros elementos tornam-se sintomáticos das flutuações econômicas de curto-prazo que impactaram o Império, ao longo do séc. XVI, contribuindo para que germinassem as bases de uma *virada estrutural*¹⁶⁴, cujas características contemplam um declínio nas rotas do Oriente, em favor da ascensão Atlântica, encabeçada pelo potencial açucareiro e suas necessidades produtivas. Compactuando com esta perspectiva, Sanjay Subrahmanyam (2012, p. 95) indica que em razão dessa crise, a Coroa Joanina foi posta sob o dilema de escolher as frentes a serem mantidas, considerando a escassez de recursos materiais e humanos para a garantia de todas.

Sérgio Buarque de Holanda, entretanto, termina por selar a descoberta das minas em Potosí e a promessa da extração de minerais, como as motivações-chave para o estabelecimento da instituição na América portuguesa (2007, p. 123). Na historiografia recente, apesar de Francisco Carlos Cosentino (2009, p. 217) aludir ao problema das frentes na conjuntura ultramarina referenciada, a inclinação de enxergar na mineração as causas da instauração do Governo-Geral, não encontra muitas continuidades. Em contraste a essa perspectiva, o próprio Cosentino e, também, autores como Rodrigo Ricupero (2009, p. 107), sinalizam às principais causas girando em torno da necessidade de defesa da empreitada colonizadora portuguesa, em oposição ao avanço das nações indígenas resistentes à ocupação, apoiadas em determinados casos pelos corsários franceses, tornando o órgão um centro propagador dos processos de conquista, neste território¹⁶⁵.

Dando seguimento, quando lhe foi atribuído o Regimento que ditaria as diretrizes para o estabelecimento do Governo-Geral nas partes do Brasil, em 1548, Tomé de Sousa já havia guerreado na Ásia e no Magrebe, mais especificamente, estando à frente de uma praça nas

¹⁶³ Destaca-se o abandono das praças de Safim e da Fortaleza de Santa Cruz do Cabo de Gué (1541-1542), seguidas por Alcácer-Ceguer e Arzila (1549-1550). O desmonte da feitoria portuguesa de Flandres, na Antuérpia, viria a ocorrer em 1549. (HOLANDA, 2007, p. 123).

¹⁶⁴ Sobre isso, ver: GODINHO, 1968, p. 175 – 207.

¹⁶⁵ COSENTINO, 2009, p. 217; RICUPERO, 2009, p. 107.

fronteiras de Arzila e capitaneando uma nau de circulação entre Cochim e a costa do Malabar (COSENTINO, 2012, p. 19)¹⁶⁶. Sendo apontado Governador, desembarcou na Bahia em 1549, dispondo de “(...) uma armada com gente, artilharia, armas e munições e todo o mais que for necessário”, por ordens de D. João III, que também lhe incumbiu de erguer uma fortaleza capaz de acudir as outras povoações já existentes, ministrando justiça e provimentos¹⁶⁷.

No âmbito formal, esse movimento significou a concentração da autoridade político-administrativa em uma instância superior, dentro da própria colônia, ainda que conservando as capitanias preexistentes e suas respectivas administrações, a cargo dos capitães-donatários¹⁶⁸. Para as guerras de conquista, sistematizar a mobilização de finanças, efetivos e recursos a partir de um centro, comumente representava uma peça-chave na garantia de vantagens e projeção de poder dos Impérios, sobre as periferias¹⁶⁹. Em suma, dentro dessas atribuições, o Regimento serviu para regular as competências concernentes ao Governador-Geral e proporcionar as diretrizes necessárias, para o funcionamento administrativo colonial.

O regimento de 1548, em síntese, delegou ao governador-geral a condução e supervisão da política administrativa portuguesa na Colônia, regulamentando, para tal, as várias áreas onde ela se expressava: na relação do governador-geral com a administração das capitanias, nas questões de defesa (interna e externa), nas atividades comerciais, na exploração econômica da terra (doação de sesmarias), na aplicação da lei e na nomeação interna de funcionários subalternos para gerirem os principais ramos dos negócios administrativos (fiscalizar, cobrar os impostos e manter a ordem) (SALGADO, 1985, p. 54).

¹⁶⁶ COSENTINO, F. C. *Apontamentos sobre a defesa do litoral, questões militares, governo-geral do Estado do Brasil e carreira militar, séculos XVI e XVII*. v. 8 n. 15 (2012): Revista Navigator - Dossiê Território, defesa e atuação militar na América Portuguesa, 2020.

¹⁶⁷ DIAS, 1921, p. 345. O Regimento de Tomé de Sousa (17 de dezembro de 1549) encontra-se disponibilizado em: DIAS, C. M. *História da colonização portuguesa do Brasil: Edição Monumental Comemorativa do Primeiro Centenário da Independência do Brasil*. Porto: Litografia Nacional, v. 3, 1921.

¹⁶⁸ SALGADO, 1985, p. 51 – 53.

¹⁶⁹ Dierk Walter (2016) argumenta como a capacidade de mobilização de recursos ultramarinos através de uma célula no território a ser conquistado, estaria no âmago da assimetria contemplada nas guerras de conquista da América: “Often empires did not even need to take recourse to troops and finances from the European metropolises, bringing to bear instead the resources of their own overseas territories for further military expansion. This happened even as early as the Spanish subjugation of America, during which, in a permanent dynamic of expansion, each of the regions occupied became a new foothold providing personnel and finances for new conquests (...) One of the fundamental asymmetries of imperial warfare consists of the fact that an isolated society with at best regional resources to draw upon would regularly confront a world empire with global resources. Moreover, the vast bulk of these resources always lay beyond the horizon, at a safe remove from any attempt on the part of the enemy to seize them; this situation pertained at the latest from the sixteenth century onwards, from the moment that non-European powers definitively lost control of the oceanic trading network to the merchant fleets of the West. This in turn forms the basis of another form of asymmetry, namely that of risk. While the ability to project power far beyond one’s own borders forms an integral part of the concept of a modern empire, from the Early Modern period onwards the seaborne empires of the West were at least in essence totally immune from attacks by their indigenous opponents”. Sobre isso, ver: WALTER, 2016, 51 – 54.

Segundo consta no documento, as proteções das capitanias deveriam ser reforçadas através da construção ou reparo de cercas. Navios a remo estariam dispostos na Bahia, para serviço da terra e defesa do mar, arregimentados com os devidos oficiais e munições necessárias¹⁷⁰. Em conformidade com estes e outros indicativos, estariam lançadas as bases para a propagação de um *estado defensivo* (RICUPERO, 2009, p. 114) no âmbito da conquista territorial, voltado à garantia de defesa das áreas ocupadas, contando com pequenas expansões em torno dos núcleos já estabelecidos. Nestas condições, cada colono representaria um potencial homem de guerra¹⁷¹, servindo para que fossem delineados os primeiros contornos referentes à organização das tropas no território, que contariam principalmente com os indígenas aliados compondo o grosso dos efetivos, de maneira a incrementar os contingentes que guerrearão contra as nações resistentes e os inimigos externos¹⁷².

Essas circunstâncias estariam de acordo com as instruções atribuídas a Tomé de Sousa, correspondentes aos primeiros passos a serem tomados, para a estabilização da Capitania. Primeiramente, a Bahia deveria ser ocupada a partir daquilo que havia sido deixado por Francisco Pereira Coutinho, para que então, fossem punidos os grupos indígenas responsáveis por sua morte, através da destruição das aldeias, escravização e morte das populações. Não obstante, os grupos à parte dos eventos transcorridos deveriam ser resguardados, para que atuassem nos conflitos contra os demais¹⁷³. Nesse seguimento, John M. Monteiro (1994) observa como partiram do *Regimento* não somente as bases gerais referentes à governança da América Portuguesa, mas também, as primeiras diretrizes da

¹⁷⁰ DIAS, 1921, p. 346-347.

¹⁷¹ “Cada colono é um homem de guerra. Esse é um pressuposto que precisamos ter em mente, e é importante observarmos a delegação de poderes aos investidores particulares que é feita no primeiro projeto para ocupação e exploração do território, as capitanias hereditárias, e de que forma esse projeto é efetivamente aplicado; pois junto com os poderes sobre o novo território, a Coroa entrega também os deveres para sua defesa. Situação que nos remete aos prazeros do Oriente português. E é assim que cada colono se torna um homem de guerra em potencial. Durante o século XVI, com o poder civil e militar nas mãos dos capitães donatários, a linha entre civis e militares inexiste (...) e é essa política que faz com que o investimento inicial dos colonos na produção do açúcar inclua também o preço da manutenção de armamentos, fazendo com que, desde o princípio, o povoamento do território americano assuma um caráter militar”. (SILVA, 2001, p. 71)

¹⁷² PUNTONI, Pedro Luís. *A arte da guerra no Brasil: tecnologia e estratégia militares na expansão da fronteira da América portuguesa, 1550-1700*. NOVOS ESTUDOS N.º 53, vol. 1, Março de 1999. p. 190.

¹⁷³ “The royal instructions of 1548 dealt with the military situation in Bahia, for the first governor was being sent to an area from which the Portuguese had been successfully evicted. The King reckoned that the Tupinamba near Bahia numbered 5000—6000 warriors, and that some of these were still friendly to the Christians. Tomé de Sousa was therefore to begin by identifying the real enemies. He was to punish these, 'destroying their villages and settlements, and killing and enslaving whatever part of them you consider sufficient to act as a punishment and an example to them all. From then onwards, if they seek peace, concede it and pardon them. This, of course, would be on condition that they acknowledge subjection and vassalage, and pay annual tribute of some food for the people of your town. When they seek peace, do your best to get some of the chiefs involved in the rising into your power. You will then order these to be hanged by justices, in the villages of which they were chiefs”. (HEMMING, 1978, p. 80).

política indigenista, construídas a partir dos entraves nas relações entre colonos e indígenas, em função da crescente necessidade por uma mão-de-obra que atendesse aos interesses de expansão¹⁷⁴.

De fato, ao redigir o Regimento de Tomé de Sousa em 1548, a Coroa não apenas estabeleceu as bases de um governo colonial como também esboçou a primeira manifestação de uma política indigenista, dando início a uma série interminável de leis, decretos, ordens e regimentos que fariam parte de uma legislação no mais das vezes ambígua e contraditória. A nova postura expressa no Regimento admitia abertamente que o fracasso da maioria das capitânicas tinha raízes no cativo ilegal e violento praticado pelos colonos. Ao mesmo tempo, de forma mais velada, o Regimento reconhecia que o êxito da Colônia dependia, em última instância, da subordinação e exploração da mesma população indígena. (MONTEIRO, 1994, p. 35)¹⁷⁵.

Dos elementos essenciais a essas políticas, destaca-se como desembarcaram junto à comitiva do Governador-Geral, os primeiros representantes da Companhia de Jesus a atuarem nas partes do Brasil. Entrementes, a ordem jesuíta alastrou-se pelo Império Ultramarino português e, por volta da década de 1560, sua presença já estaria dispersa entre reinos da Europa ocidental, nas Índias, no Japão, América portuguesa e outros lugares, com uma média de 3.000 padres ativos nessas regiões¹⁷⁶. Segundo John M. Monteiro (1994), apesar dos jesuítas contarem com uma relativa autonomia perante a Coroa portuguesa, nos primeiros anos, terminaram por servir aos interesses régios como instrumentos do desenvolvimento colonial e, ao mesmo tempo, representavam um contraponto à dizimação bélica imposta pelos colonos, através de métodos alternativos de conquista e assimilação, baseados no estabelecimento de aldeamentos (1994, p.36).

Mais precisamente, os aldeamentos seriam novos espaços construídos nas proximidades dos assentamentos portugueses e atuavam como parte das missões – principalmente jesuíticas – na colônia. A rigor, diferentes etnias conviviam dentro de um mesmo espaço enquanto eram catequisadas, corroborando para um processo de mudanças

¹⁷⁴“Ademais, ficava cada vez mais claro para as autoridades portuguesas que a insubordinação e rebeldia indígena estavam intrinsecamente ligadas às provocações europeias, na medida em que a exploração desenfreada da mão-de-obra indígena aparentemente levava tanto à resistência armada quanto ao declínio demográfico. A percepção desta ligação entre demandas europeias e comportamentos indígenas contribuiu para a alteração radical da política portuguesa para o Brasil, política esta que envolvia pela primeira vez a própria Coroa enquanto agente colonial”. (MONTEIRO, 1994, p. 35)

¹⁷⁵ Segundo Beatriz Perrone-Moisés (1992, p. 117), a Coroa oscilava em tentar conciliar interesses incompatíveis entre missionários jesuítas e colonos ao articular a legislação indigenista, tradicionalmente considerada contraditória e oscilante, declarando a liberdade indígena com restrições de cativo a casos determinados, ou mesmo, abolindo totalmente esses casos legais de cativo para, em seguida, restaurá-los, de acordo com condicionamentos políticos, sociais e econômicos inerentes às práticas colonizadoras. Aspectos referentes a esse processo, serão contemplados mais adiante.

¹⁷⁶ O'MALLEY, J. W. *Los Primeros Jesuitas*. Ediciones Mensajero; Sal Terrae. Bilbao; Santander, 1993. p. 73.

paulatinas nas identidades dos grupos aldeados¹⁷⁷. Enquanto novas questões em torno dos aldeamentos foram surgindo ao longo dos tempos¹⁷⁸, inicialmente serviam aos interesses de cristianização dessa sociedade por parte dos missionários, à necessidade por mão-de-obra dos colonos e à integração das nações indígenas na ordem colonial que estava sendo estabelecida, completamente dependente de súditos da Coroa provenientes dos povos indígenas para defender, ocupar e manter os territórios conquistados (ALMEIDA, 2000, p. 63).

Para os povos indígenas, seus interesses evoluíram de acordo com as condições enfrentadas e as mudanças na legislação indígena como, por exemplo, o trabalho remunerado a partir de 1587¹⁷⁹. Nesses primeiros momentos, entretanto, um elemento-chave impulsionando suas disposições seria a promessa de terras e a proteção das guerras coloniais, que largamente contribuíam para os índices de mortalidade entre as nações.

(...) Aldear-se podia significar para os índios a opção pelo mal menor diante da opressão e violência da conquista e da colonização. Ao aldearem-se, os índios tornavam-se súditos cristãos e buscavam adaptar-se a um novo espaço físico e social, onde aprendiam novas regras e comportamentos que lhes permitia novas estratégias de luta e sobrevivência no mundo colonial em formação. (ALMEIDA, 2000, p. 92).

Nesse sentido, ainda no Regimento de Tomé de Sousa os *descimentos* tornaram-se uma prática essencial ao estabelecimento e manutenção dos aldeamentos. Mais

¹⁷⁷ “Ao ingressar numa aldeia, muitas etnias do Brasil misturavam-se num espaço único de administração lusa e, na condição de aldeados, os índios passavam a compartilhar uma experiência nova e comum, que os colocava em condição ímpar em relação aos demais segmentos sociais da colônia. Transformaram-se rearticulando valores e tradições para adaptar-se ao novo mundo em formação, o que permite percebê-los como grupo étnico-social específico, portador de identidade e características próprias construídas ao longo do processo de vivência e contato na nova situação colonial. Portanto, sem desconsiderar o grande prejuízo que os aldeamentos causaram às populações indígenas, dada a altíssima mortalidade causada pelas epidemias, a desestruturação de sua organização social e várias etnias extintas, é possível percebê-los, conforme expressão de John Monteiro, como espaço possível de recriação de identidades indígenas”. (ALMEIDA, 2000, p. 116).

¹⁷⁸ Para uma visão mais ampla acerca das mudanças na legislação indigenista acerca dos aldeamentos ao longo dos séculos, ver: PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 118-119.

¹⁷⁹ “O pagamento de salário é afirmado desde a Lei de 1587, reafirmado no alvará de 1.596, na Lei de 1611, no Regimento do governador geral do Maranhão e Grão-Pará de 14/4/1655, no Diretório de 1757, para citar apenas os documentos mais importantes”. (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 120). No que corresponde à relação entre o trabalho indígena e as guerras coloniais, Bruno R. F. Miranda e Mariana A. Dantas (2021) observam não somente como a mão-de-obra indígena foi diretamente utilizada na construção das fortificações, como também, as atividades militares compunham parte dos ofícios que remuneravam essas populações: “Another dimension of indigenous work to be considered is military employment. The colonial economy could not be kept supplied with indigenous labor without warfare, without the territorial expansion needed to deal with indigenous peoples, without disputes with European competitors and without entering into alliances with indigenous peoples, many of whom were incorporated into the ranks of Portuguese troops. Examples of indigenous action and employment in war can thus be found throughout the colonial period and beyond, and were closely linked to negotiations with groups that initially saw war as an opportunity to defeat their opponents and later as a way to gain advantages in a disadvantageous context of enslavement and genocide. Settlers were highly dependent on the indigenous people, especially in the first century of colonization, when there was no balance of power between natives and settlers in terms of population and military strength, and this explains the need to recruit these people as a shield against opposing nations, both indigenous and European alike” (2021, p. 25). Sobre isso, ver: MIRANDA, B. R. F.; DANTAS, M. A. *A Government of Indigenous Peoples: Administration, Land, and Work in the State of Brazil during the Portuguese Empire (1548-1822)*. e-JPH, Porto, v. 19, n. 2, p. 25-50, dez. 2021.

especificamente, deslocamentos de povos inteiros para as novas aldeias, resultantes das negociações exercidas entre as tropas de descimento, lideradas ou acompanhadas por um missionário, de maneira preferencialmente pacífica (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 118). Segundo Maria R. C. de Almeida (2000), a ameaça de extermínio e de escravização somada às dificuldades crescentes de sobrevivência nos sertões, as alterações no meio ambiente e as dificuldades de exploração dos recursos naturais foram as "molas-mestras" incentivando os indígenas nas negociações (2000, p. 85).

Dando continuidade ao que se observa no Regimento, sesmarias seriam distribuídas “livremente, sem foro algum” aos colonos com os recursos suficientes para arcar com a aparelhagem de um engenho¹⁸⁰ e, a partir deste momento, seria previsto por lei a construção de uma torre ou casa forte para a segurança do edifício e daqueles que habitassem seus limites. No que concerne à magnitude dessas fortificações, J. F. A. Prado sugere como estas poderiam ser apenas atribuições genéricas para designar-se a quaisquer estruturas defensivas erguidas nos engenhos, “(...) podendo até ser mero quadrado, ou tranqueira armada de algumas bocas de fogo, coberta em forma de varanda por algumas palmas a moda dos índios” (PRADO, 1945, p. 61). Ângelo E. S. Pessoa, por outro lado, não relega a finalidade dessas construções, destacando como poderiam ser estruturas com o diâmetro necessário para a defesa da população ao redor – podendo ou não, incorporar maiores dimensões – de maneira a possibilitar retaguarda à ocupação do território a ser dominado (2016, p. 90).

Nesse sentido, as indicações para o estabelecimento dos engenhos giravam em torno, por exemplo, da proximidade às vilas para melhor administração de suas respectivas defesas. Caso não fosse possível, deveriam fortificar-se de maneira a cumprir com as proteções necessárias, incluindo a disponibilidade de artilharia, munições e armas. Caberiam aos senhores de engenho não somente a construção das referidas casas fortes e torres nas suas propriedades, mas também deveriam portar um arsenal composto por *quatro* berços, *dez* espingardas contando com a pólvora necessária, *dez* bestas, *vinte* espadas, *dez* lanças ou *chuças* e *vinte* corpos d'armas d'algodão¹⁸¹.

¹⁸⁰ “Logo de início, ficou patente que a criação de uma indústria açucareira era interesse primordial do governo sediado na Bahia (...) para estimular o investimento e a responsabilidade envolvida na instalação de um engenho, a Coroa ofereceu certos benefícios disciais, como por exemplo, a isenção temporária do dízimo. O provedor-mor da Fazenda tinha ordens de nomear inspetores de qualidade em cada capitania para assegurar a qualidade adequada do açúcar destinado à Europa. Com essas medidas, a Coroa visava beneficiar-se dos impostos incidentes sobre o açúcar produzido pelo setor privado. Além disso, Tomé de Sousa deveria construir um engenho que seria de propriedade direta da Coroa”. (SCHWARTZ, 1988, p. 35).

¹⁸¹ DIAS, 1921, p. 347 – 348. *Corpos d'armas d'algodão* referiam-se às peças de armadura utilizadas pelos colonos, mais leves e adaptadas aos trópicos, do que outros aparatos defensivos, como a cota de malha. Segundo Francisco Adolfo Varnhagen, “(...) a princípio (em quanto se não fez frequente o uso de saios ou gibões d'armas de seda acolchoados de algodão, introduzidos das Antilhas, menos pesados do que as cotas de

Partindo desses pressupostos, Eduardo d'Oliveira França (1969) sugeriu que “na sua versão primitiva, enfrentando inseguranças, o engenho era também uma praça de guerra, ainda que rudimentar e precária” (FRANÇA, 1969, p. 192). Os primeiros engenhos serviam à produtividade esperada de sua função primária, mas também, como unidade paramilitar auto defensiva, não somente pelo previsto em lei, mas também pela necessidade, frente à ação do corso francês e a resistência indígena, que não raro os destruíam. Sua disseminação pelo território acompanhava as tentativas de dominação das áreas, servindo como marcos na defesa e manutenção dos espaços conquistados¹⁸². Observam-se essas condições, por exemplo, nos embates que decorreram no engenho de Antônio Cardoso, na Bahia, quando um total de 50 indígenas avançaram sobre a área, em maio de 1555, “dizendo que a terra era sua e que lhe despejassem o engenho”¹⁸³.

Embora os quatro anos de governo de Tomé de Sousa tenham passado sem muitas atribuições, o tempo de seu sucessor, Duarte da Costa (1553 – 1558), representou um agravamento dos conflitos nas capitanias. Em represália a este e outros episódios que se seguiram¹⁸⁴, o segundo Governador-Geral montou um Conselho para deliberar sobre a situação, culminando no envio de Álvaro da Costa, seu filho, à aldeia de Porta Grande, localizada nas proximidades de Salvador, com “70 homens de pé e alguns 6 de cavalo”, onde os portugueses agiram com brutalidade. Invadiram o espaço, mataram parte dos habitantes, tornaram o líder cativo, além de queimar essa e mais outras duas aldeias na região. Como resultado, poucos dias depois, Antônio Cardoso viu seu engenho ser atacado novamente.

malha, e suficientes para embotar as frechas), tinham eles [os indígenas] pelo número grande superioridade”. (1877, p. 213). Por sua vez, os *berços* seriam peças de artilharia comumente utilizadas pelos ibéricos, embarcada nos navios, que ganharam força principalmente a partir do séc. XVI. Seriam similares à artilharia terrestre, porém, de menores proporções e calibre, além de ter uma cadência de disparos mais rápida. Como veremos ao longo dessa sessão, os berços na colônia também foram utilizados em terra. Sobre isso, ver: REGALO, J. F. *Primórdios da Artilharia Naval Portuguesa Museu de Angra do Heroísmo: Berços em ferro forjado do século XV*, Atlântida, Revista de Cultura, Ciências Humanas / vol. LXV, 2020, Ilha Terceira, Açores. (p. 12 - 17).

¹⁸² FRANÇA, 1969, (p. 190 – 192).

¹⁸³ Detalhes acerca desse conflito, partidos de: *Carta de Dom Duarte da Costa a EI Rey, dando-lhe conta da guerra que o Gentio fazia à Cidade do Salvador, etc.* (10 de Junho de 1555). In: DIAS, 1921, p. 377 – 379.

¹⁸⁴ (...) Se vierom a Aldea, que se chama da Porta Grande, que está no caminho antre a Cidade, e o Engenho, e passando por ella hum Manoel Corrêa com tres Escrapvos . s. o que passava no Engenho, o Gentio da Aldea saltou com elle, e o frecharom muito mal polas ilhargas, e assi aos Escravos; e como isto fizerom, segundo depois soube, mandarem logo aa Tapoãa, que são da qui três legoas, a tomar as Vacas de hum Garcia d'Avilla, Criado de Thomé de Souza, e todo o mais Guado, q la acharão, e tomarão, e frecharom dous, ou tres Vaqueiros, que andavão por fora afastados da Cidade, e matarão hum Negro de Guiné de hum morador, e tomarom hum Moço filho d'outro Morador, que estava em huma Roça de seu Fay alem do Engenho, e algumas Escravas, que estavam nas Roças afastadas da Cidade, e tomarão tres homens brancos, que sem minha licença andavão naquelle tempo nas Aldeas afastadas da Cidade". (DIAS, 1921, p. 377).

Desta vez, foi posto sob estado de sítio por indígenas de seis diferentes aldeias, que cortaram o acesso a suprimentos ao impedir o caminho à roça¹⁸⁵.

Álvaro da Costa foi enviado novamente, com aproximadamente "200 homens de pé com os da Cidade, e das Naus, e alguns de Cavalo, afora alguma escravaria". No caminho, queimaram cinco aldeias, mesmo encontrando resistência em apenas uma e, chegando ao engenho, os portugueses desbarataram o grosso do cerco, composto por mil homens. Terminando o conflito, utilizaram-se da cavalaria para caçar sobreviventes nos matos e, no caminho de volta à cidade, os portugueses queimaram mais três aldeias, apesar de estarem avariados com ferimentos de flechas nas mãos, braços, etc. Chama-se atenção, por fim, a como essa sucessão de eventos chega à metrópole descrita pelo próprio Governador-Geral, numa carta ao Rei, “dando-lhe conta da guerra, que o gentio fazia à Cidade do Salvador”. No documento, Duarte da Costa termina por pedir o envio de reforços “com alguma gente de soldo, de até 80 homens” o mais rápido possível e dinheiro para o sustento dessas tropas com farinha, “porque nesta terra agora não há outra coisa para comer”¹⁸⁶.

No que concerne às comunicações envolvidas nesses processos, Dierk Walter (2016) destaca como o ato de reportar os conflitos, comumente perpassava pelos *homens-em-campo*. As ramificações dos impérios nas periferias estavam longe de dispor de recursos ilimitados e, por vezes, os representantes seriam forçados a reagir de imediato às crises locais e situações precárias, como julgassem apropriado. Dentro dos imediatismos, delongas na comunicação e outros pormenores, os “homem-em-campo” poderiam abusar da liberdade de ação e do monopólio da informação sobre as condições locais, de modo a exagerar o nível de ameaça ou mesmo, justificar suas ações em retrospecto¹⁸⁷.

Encontra-se também no bojo destas comunicações¹⁸⁸, o relato que elucida como a conjuntura tratada incidu sobre Camaragibe, as terras dos cristãos-novos Diogo Fernandes e

¹⁸⁵ HEMMING, 1978, p. 81.

¹⁸⁶ DIAS, 1921, p. 378.

¹⁸⁷“Ultimately it was this prospect of resounding success that motivated all ‘men on the spot’ to undertake expansion off their own bat. In cases of doubt, they could always claim that they had been attacked or were acting pre-emptively to forestall an assault (if the worst came to the worst, they could even deliberately provoke such an attack). Such claims were hard to verify from the motherland, and most crucially took a long time to check. Accordingly, the archetype of expansionist ‘men on the spot’ is evident everywhere, from the very earliest of the Portuguese adventurers in Africa, through the Russian frontier with Siberia, to India, where an entire continent with millions of inhabitants was ultimately conquered through local initiatives, and beyond. It was only the advent of improved communications technology from the late nineteenth”. (WALTER, 2016, p. 57).

¹⁸⁸ Aprofundando esses aspectos referentes à comunicação dos homens-em-campo com a metrópole, observa-se que Roberto Guedes Ferreira e Mafalda Soares da Cunha, escreveram um capítulo experimental voltado à análise dos temas bélicos e militares na comunicação política, utilizando-se de maneira quantitativa da documentação avulsa presente no AHU referente às conquistas e a documentação camarária do Reino. Sobre isso, ver: CUNHA, M. S.; FERREIRA, R. G. *Guerras e Assuntos Militares*. In: FRAGOSO, J. MONTEIRO,

Pedro Álvares Madeira, demonstrando como nem todos os senhores de engenho tinham condições de arcar com as diretrizes previstas pelo Regimento.

Em agosto de 1555, os irmãos Jerônimo e Beatriz de Albuquerque, cunhado e esposa de Duarte Coelho, estavam à frente de Pernambuco. O donatário havia retornado ao reino e falecido subsequentemente, culminando no acirramento das relações com os indígenas da região. Jerônimo de Albuquerque convocou um conselho composto pelos oficiais da câmara e outros, que pudessem deliberar sobre a situação. Embora o consenso tenha sido de que castigassem e levassem guerra aos indígenas na região, decidiu-se, primeiramente, investigar quem seriam "os culpados" e dividi-los internamente. Estando fragmentados, os grupos seriam mais facilmente assolados, destruindo-se uns aos outros sem a necessidade da guerra direta por parte dos portugueses. Caso fosse necessário travá-la, ajudariam o grupo contrário aos "culpados", pois "foi sempre o modo mais fácil das guerras que os portugueses fizeram no Brasil"¹⁸⁹.

Os grupos indígenas que ocupavam da Vila de Olinda, à mata do pau-brasil e às várzeas do Capibaribe – onde estavam localizados os engenhos –, mantiveram-se aliados dos portugueses, enquanto aqueles que se opunham, habitavam o Cabo de Santo Agostinho e direcionavam-se às várzeas do Capibaribe. Cercaram uma região elevada em Guararapes, ao Sul do rio, onde vivia um grupo aliado aos portugueses. Jerônimo de Albuquerque convocou os colonos "que pôde juntar" e "mais de dez mil índios". Segundo narra Frei Vicente do Salvador, aqueles que promoviam o cerco contavam com números inferiores, de "600 flecheiros" e, após algumas horas, bateram em retirada e recolheram-se em uma "caiçara" ou "cerca de rama"¹⁹⁰, passando a noite em "pulhas" e "bravatas", ou mais especificamente, utilizando-se de estratégias de intimidação¹⁹¹. Nesse processo, os portugueses e indígenas

N. G. Um Reino e Suas Repúblicas no Atlântico: Comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

¹⁸⁹ SALVADOR, 1918, p. 117.

¹⁹⁰ "Alguns grupos locais estavam providos de fortificações, ou as construíam assim que a iminência de um ataque era pressentida. O importante, aqui, é que as fortificações não visavam apenas assegurar condições passivas, embora "econômicas", de defesa (de modo a garantir exploração mais eficiente das forças disponíveis e ganhar algum tempo para a organização da resistência). Elas eram feitas de forma a cobrirem ou a suportarem materialmente outras exigências de natureza tática, como a organização do contra-ataque, ou da evasão segura dos componentes do grupo local atacado. Entre os dois sistemas de cercas, que constituíam as paliçadas, colocavam estrepes agudos e dificilmente perceptíveis — espalhados também nos caminhos que davam acesso ao grupo local; e preparavam atalhos ocultos, por meio dos quais garantiam autonomia de movimentos do interior da fortificação para fora. Os guerreiros do bando atacante que caíam nessas armadilhas rústicas transformavam-se em vítimas dos guerreiros do grupo atacado, os quais os flechavam à vontade". (FERNANDES, 2006, p. 136).

¹⁹¹ SALVADOR, 1918, p. 119. Sobre o choque armado proveniente das técnicas de combate indígenas e suas formas de intimidação, Florestan Fernandes afirma que: "O ataque era desfechado ao despontar do dia e de surpresa. Os atacantes conseguiram intimidar os inimigos, desorientando-os e desorganizando-os, por dois meios

aliados foram emboscados por 200 índios flecheiros e, não conseguindo organizarem-se apropriadamente para pegar em armas ou mesmo atribuir as ordens necessárias para tanto, bateram em retirada.

Episódios como esse são exemplos comuns das táticas de guerra nas partes do Brasil. Não somente as emboscadas dependiam de elementos furtivos, como as investidas noturnas, mas também, os indígenas flecheiros seriam indispensáveis a esse modelo de batalha, promovido através do uso de armas leves, conhecimento do terreno e rapidez nos ataques. Consequentemente, os contingentes formados por indígenas flecheiros tornam-se uma constante na documentação pertinente às guerras coloniais e protagonistas no processo de adaptação dos europeus ao combate nessa região. Segundo Kalina V. Silva (2019, p. 85) tornava-se indispensável o posicionamento massivo de tropas formadas por indígenas flecheiros para compensar os números consideravelmente menores de colonos à disposição nas expedições de conquista no séc. XVI, ou mesmo, na guerra dos Bárbaros que ocorreu nos séculos seguintes.

Durante esse momento de conflitos nas várzeas do Capibaribe, entretanto, Jerônimo de Albuquerque redigiu uma *carta* à Metrópole, dando conta da guerra que se alastrava pela região¹⁹². Reclamava sobre o endividamento que lhe era proveniente, afirmando ao Rei que “(...) pela guerra da Baía saberá o que eu tenho despendido” e comunicava que dois engenhos teriam sido queimados; *Igaraçu* e *Santiago de Olinda* [Camaragibe], onde se mantinha “fracamente provido” Diogo Fernandes. Segundo Jerônimo de Albuquerque, seria essa “gente pobre”. Não possuíam escravos, nem armas ou artilharias para defesa da propriedade. Revitalizando os engenhos, esperava-se poder produzir cerca de 10 mil arrobas de açúcar ao ano e juntar 400 pessoas de guerra, compostas por moradores e seus escravos, que nas terras iriam viver e tirar sustento da cana.

capitais de aproveitamento da “surpresa”: soltava em uníssono “tamanho urro”, acompanhado pelos sons emitidos por seus instrumentos musicais, que produziam assim “grande espanto”; e aplicavam ao alvo visado a combinação concentrada das forças destrutivas de que dispunham, seja disparando flechas em quantidade, inclusive incendiárias, seja distribuindo com rapidez e violência os golpes dos tacapes — de acordo com as condições mesmas do choque armado. Por isso, o desenvolvimento e o desenlace do combate dependiam, em grande parte, do sucesso alcançado pelos atacantes nesta fase da luta (...) As proporções do choque armado dependiam naturalmente dos meios de defesa do grupo local atacado. Nem todos os grupos locais possuíam paliçadas. Segundo as informações disponíveis, parece que esse sistema defensivo só era erguido em torno das malocas de grupos locais situados em zonas fronteiriças, mais sujeitos às incursões dos inimigos. Evidentemente, o ataque a grupos locais desprovidos de fortificações constituía uma empresa guerreira mais fácil, mas implicava maiores riscos de contra-ataque durante a marcha de retorno. No momento do ataque, porém, propiciava aos atacantes condições especiais de aproveitamento dos efeitos da surpresa. Os atacados eram compelidos imediatamente ao combate corpo a corpo, através dos tacapes, e tinham poucas possibilidades de oferecer proteção segura às mulheres e às crianças ou de organizar com êxito a fuga coletiva do lugar crítico”. (FERNANDES, 2006, p. 136).

¹⁹² *Carta de Jerônimo de Albuquerque (28 de Agosto de 1555)*. In: DIAS, 1921, p. 380 – 381.

Perante essas condições, o Ouvidor-mor da Capitania deu prosseguimento às notificações outrora iniciadas por Duarte Coelho, para que Diogo Fernandes e Pedro Álvares Madeira aproveitassem suas terras de maneira apropriada, tal como previsto na carta de sesmaria (MELLO, 1996, p. 124). Deveriam, portanto, construir um engenho, ao invés de continuar a manter-se apenas com plantações de cana-de-açúcar ou uma estrutura mais rudimentar.

No que diz respeito às condições encontradas por homens como Diogo Fernandes e Pedro Álvares Madeira, José A. G. de Mello (1996) atribuiu duas principais motivações para que os cristãos-novos deixassem Portugal, em favor das partes do Brasil. Primeiramente, fixar-se numa terra cuja principal atividade econômica – vide a indústria açucareira – estaria em pleno desenvolvimento¹⁹³ e, em segundo lugar, mas não menos importante, afastar-se dos olhares do Tribunal do Santo Ofício, em atividade na metrópole desde 1536 (1996, p. 7). Os cristãos-novos chegaram aos poucos, como afirmou Anita Novinsky (2013), continuando um movimento migratório iniciado em princípios do séc. XVI, tornando-se mais intenso a partir da segunda metade. Na América portuguesa, apresentavam características diferentes daqueles que emigraram ao Norte da Europa, ou ao Levante. Miscigenaram-se com a população nativa, criaram raízes nas terras e integraram-se às organizações sociais e políticas locais¹⁹⁴.

Embora a documentação referente aos primeiros momentos da participação dos cristãos-novos na indústria açucareira não seja tão abundante quanto o que se observa no último quartel do século, é possível apontar que sua participação tenha sido predominantemente a de detentores de capitais: “mercadores que se fazem senhores de engenho, vários deles conservando-se simultaneamente nas duas atividades: uns poucos que se fazem rendeiros da cobrança de dízimos e fazem empréstimos às vezes onzeneiros a donos de engenhos”. (MELLO, 1996, p. 9). Nesse seguimento, Janaína G. F. Silva (2007) reforça a importância que os estudos clássicos denotaram aos cristãos-novos enquanto financiadores da empresa açucareira: do refinamento à distribuição. No entanto, elucida como a historiografia que toca à ocupação da América portuguesa não enfatizou as relações dos cristãos-novos com os demais habitantes, tornando-lhes um grupo à parte, de significativa importância aos interesses econômicos, porém, de pouca relevância a outros aspectos. Em detrimento a essa

¹⁹³ Segundo Stuart B. Schwartz, o desenvolvimento da indústria açucareira pode ser resumido num período de rápida expansão de 1570 a 1620 (...) marcado pelo aumento do número de engenhos e pela elevação constante, bem acima do nível geral de preços (...)” (1988, p. 146). Consequentemente, essa conjuntura passou a atrair colonos interessados, embora um crescimento em menores números já possa ser visto nos momentos anteriores ao último quartel do século XVI. Esses aspectos serão observados com maior rigor, na sessão seguinte.

¹⁹⁴ NOVINSKY, 2013, p. 57-58

realidade, seriam esses os grandes mercadores e senhores de engenho, mas também, estariam inseridos em outras áreas e atividades¹⁹⁵.

A importância dos cristãos-novos no período colonial foi enfatizada pelos autores clássicos que analisaram a construção da empresa açucareira e o papel deles enquanto financiadores desta empreitada. Foram os cristãos-novos os responsáveis pelo financiamento e pelas demais etapas do processo, incluindo o refinamento e distribuição do produto. Entre os autores voltados para o estudo da formação brasileira, como Capistrano de Abreu, Gilberto Freyre, Celso Furtado, Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda, dentre outros, a importância econômica destes cristãos-novos ou “judeus portugueses” é um consenso. A sempre mencionada importância econômica destes homens, contudo, não elucida algumas indagações. Durante muito tempo ficou obscura na produção historiográfica sobre a ocupação da América portuguesa a presença efetiva dos cristãos-novos e as relações mantidas com seus demais habitantes. Tal omissão permitiu inferir, equivocadamente, que estes atores formavam um grupo à parte, de grande importância financeira, porém, de pouca relevância na composição cultural da Colônia Portuguesa, e especificamente, de Pernambuco. (SILVA, 2007, p. 40)

Retoma-se, nesse sentido, como José Gonçalves Salvador (1976) demonstrou em *Cristãos-novos: povoamento e conquista do solo brasileiro*, que nem só das atividades econômicas referentes à empresa colonizadora participaram os cristãos-novos. Importava conceder sesmarias aos que tivessem condições de explorá-las e muitos cristãos-novos aportaram às partes do Brasil, dispondo dos cabedais necessários. Devido às condições de guerra nas capitâneas, entretanto, os donatários recrutavam os moradores que chegavam atraídos pelas possibilidades oferecidas pelo açúcar, para conquistar de maneira beligerante o território. Embora seu foco seja predominantemente as capitâneas do Sul, alude às jornadas de conquista ocorridas também ao Norte e Oeste, destacando a atuação dos cristãos-novos nesse processo¹⁹⁶.

Ainda que os casos de Diogo Fernandes e Pedro Álvares Madeira sinalizem as dificuldades nem sempre contempladas desse processo, a trajetória de Bento Dias de Santiago, também cristão-novo, não somente torna-se elucidativa da chegada paulatina dos homens de cabedais, mas também, demonstra como a mesma guerra que atribulava Camaragibe terminou por fornecer a solução definitiva para sua montagem. Dando sequência aos eventos, o período interino dos irmãos Jerônimo e Brites de Albuquerque à frente da capitania chegou ao fim quando Duarte Coelho de Albuquerque atracou em Pernambuco junto de seu irmão, Jorge, em 1560 (HEMMING, 1978, p. 74).

Notícias dos levantes e cercos decorrentes chegaram a Portugal e Duarte Coelho de Albuquerque, na condição de herdeiro da capitania, recebeu ordens da Coroa para que

¹⁹⁵ SILVA, 2007, P. 40-41

¹⁹⁶ SALVADOR, 1976, p. 241-247.

atendesse à situação, requisitando que seu irmão o acompanhasse no processo¹⁹⁷. Logo, trataram de levar guerra aos indígenas do Cabo de Santo Agostinho. O número de colonos interessados em povoar a capitania – bem como instaurar fazendas e engenhos – crescia e as terras do cabo seriam um rumo expansivo natural, dada à fertilidade das terras e a necessidade de conter os levantes indígenas vindos daquela região¹⁹⁸.

Jorge Coelho de Albuquerque tinha 20 anos e já demonstrava alguma experiência nas matérias de guerra; tanto no mar, quanto na terra. Seu irmão, assumindo como Governador de Pernambuco convocou um Conselho para indicar-lhe como “Geral da guerra” e “Conquistador da terra da dita Capitania”. Aceitando a posição, armou uma companhia com soldados e escravos, sustentando-os com mantimentos e vestimentas à sua custa. Atuaram na região por cinco anos, a pé e a cavalo, utilizando-se das pilhagens das aldeias para manter o sustento da companhia, tendo os acampamentos – choupanas de rama e palma –, montados na base das árvores pelos escravos, que também serviam como batedores e vigias dos acampamentos¹⁹⁹.

Os colonos que habitavam a Vila de Olinda não se estendiam para além de seus limites mais que duas léguas terra adentro – ao longo da costa, três ou quatro –²⁰⁰ e, enquanto a companhia de Jorge atuava, Duarte Coelho de Albuquerque, também tratou de organizar seus efetivos. Como sempre, compostos por uma minoria de colonos e uma maioria de indígenas aliados. O capitão da ilha de Itamaracá enviou-lhe uma companhia de trinta e cinco soldados portugueses e dois mil índios flecheiros, sob responsabilidade de Pero Lopes Lobo, que dispôs seus contingentes ao donatário (possivelmente, formado também por uma maioria indígena), para que designasse esses números onde achasse necessário²⁰¹.

Ademais, separou a *Gente de Igarassu* e mandou que fosse como capitão Fernão Lourenço, por ser o capitão da vila. À frente da *Gente de Paraty*, mandou Gonçalo Mendes Leitão, irmão do bispo e casado com uma filha de Jerônimo de Albuquerque. Capitaneando a *Gente da Várzea do Capibaribe*, mandou Cristóvão Lins, o senhor de engenho representante da casa mercantil dos Fugger. Da gente da Vila de Olinda – mercadores e moradores de

¹⁹⁷Informações acerca de Jorge Coelho de Albuquerque e Diogo Coelho de Albuquerque, retiradas de: BRITO, B. G. *Naufrágio que passou Jorge de Albuquerque Coelho. Vindo do Brasil no anno de 1565. In: BRITO, B. G. História Trágico-Marítima: em que se escrevem chronologicamente os Naufrágios que tiverão as Naos de Portugal, depois que se poz em exercicio a Navegação da India. Tomo Segundo Offerecido a Augusta Majestade do muito Alto, e muito Poderoso Rey D. João V. Lisboa Occidental: Officina da Congregação do Oratório, 1736.p. 7 – 10; HEMMING, 1978, p. 74 – 76.*

¹⁹⁸ SALVADOR, 1918, p. 118.

¹⁹⁹ BRITO, 1736, p. 8-9.

²⁰⁰ BRITO, 1736, p. 10.

²⁰¹ SALVADOR, 1918, p. 198 – 199.

diversas partes do reino –, ordenou outras três companhias. Como capitão dos *Vianenses*, mandou João Paes. Dos de *Lisboa*, Gonçalo Mendes d’Elvas, mercador²⁰², e dos homens do *Porto*, Bento Dias de Santiago. Entre as seis companhias, iam repartidos vinte mil indígenas que habitavam a mata do pau-brasil e contrapunham-se aos do Cabo²⁰³.

Para além dos parâmetros de recrutamento previstos no Regimento atribuído a Tomé de Sousa, que tornavam as linhas auxiliares compostas pelos moradores e principalmente indígenas aliados – os principais efetivos das conquistas –, nesse período correspondente a 1560 e 1565, estaria também em vigência a *Lei das ordenanças de 7 de agosto de 1549*²⁰⁴. Como elucidado por Joaquim Romero Magalhães (1997, p. 104), tornou-se imperativo promover reformas nos contingentes portugueses, quando as praças da África precisaram ser repensadas, em consequência das necessidades de instalação de peças de artilharia nas fortificações. Considera-se, nesse processo, que com o abandono das praças do Magrebe, as fortalezas de Ceuta e Tânger passaram por reformas, visando fazer frente às novas estratégias militares impostas pelo uso destas peças pela infantaria, embora ainda que em conjunto com as armas brancas.

Desde a promulgação da Lei de 1549, D. João III determinou obrigações militares gerais, declarando recrutáveis todos os homens entre os 20 e 65 anos, com diretrizes determinando o armamento individual, a partir das condições econômicas declaradas, através dos bens de raiz e outros indicativos de cabedais. Em tese, “ter armas e cavalo, ou só armas, e certo tipo de armas, passa a ser obrigatório e devidamente vigiado” (MAGALHÃES, 1997, p. 104)²⁰⁵.

Segundo consta no documento, aqueles que comprovassem uma renda de cem mil réis, acima, por exemplo, seriam obrigados a dispor de um arcabuz aparelhado. A partir de duzentos mil, deveriam dispor de dois corpos de armas e dois arcabuzes aparelhados. Trezentos mil, acima, “será obrigado por cada cem mil *reaes* de renda que mais tiver ter mais

²⁰² Nesse episódio, observa-se a atuação dos mercadores Cristóvão Lins e Gonçalo Mendes d’Elvas. Enquanto foi possível recolher algumas informações referentes ao primeiro (que foram expostas anteriormente), o segundo permanece uma incógnita. Não obstante, o envolvimento de Cristóvão Lins demonstra como diferentes grupos mercantis envolveram-se nos processos de conquista.

²⁰³ SALVADOR, 1918, p. 198.

²⁰⁴ *Ordenaçam sobre hos cavalos e armas*. - [Lisboa]: impressas aa custa de Luis Rodriguez, [depois de 7 de Agosto de 1549].

²⁰⁵ Para aprofundamento desses aspectos, consultar: “*Lei das Ordenanças sobre Cavalos e Armas, 1549*” In: FEIO, G. M. D. C. *O ensino e a aprendizagem militares em Portugal e no Império, de D. João III a D. Sebastião: a arte portuguesa da guerra* Tese de doutoramento, História (História dos Descobrimentos e da Expansão), Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2014. p. 40 - 41.

um corpo de armas e um arcabuz"²⁰⁶. Das fazendas abaixo de cem mil, observa-se abertura ao porte de armas brancas. Entre cinquenta mil e cem mil, seriam obrigados a dispor de uma espingarda aparelhada, ou uma besta com vinte setas ou passadores e mais uma espada. Os que dispusessem de fazendas entre dez mil e cinquenta mil, seriam obrigados a ter uma lança de vinte e cinco palmos, ao menos, e uma espada.²⁰⁷

Dos que tivessem as fazendas avaliadas pelos corregedores, ouvidores, Alcaldes-mores, juízes, etc., e não cumprissem com o previsto, estariam sujeitos ao pagamento de taxas variantes à Coroa, com base nas classificações às quais estivessem enquadrados. Nesse sentido, a Lei das Ordenanças de 1549, “(...) introduz um princípio de militarização geral da sociedade, abrindo para o acesso a privilégios aos que, não os tendo de origem, pela riqueza penetravam agora nesse mundo dos ‘defensores’” (MAGALHÃES, 1997, p. 105), tornando-se os primeiros passos para aqueles que buscavam enobrecimento. Contudo, apesar da imposição destas ordens terem apresentado algum princípio de acatamento, sua disseminação pelo Império não foi eficaz e seria difícil, ou mesmo impossível, fazer-se cumprir, principalmente quando D. João III não estabeleceu a partir deste documento cadeias de comando, muito menos serviu para armar o reino apropriadamente. Consequentemente, estas medidas e suas aplicações não foram efetivas em estabelecer, de fato, uma linha de defesa (idem, p. 105).

Como referido, apesar do grosso dos efetivos recrutados por Duarte Coelho de Albuquerque ter sido composto por indígenas aliados e, em menor escala, pelos moradores, as linhas de comando foram distribuídas entre agentes da administração colonial, senhores de engenho e mercadores, sendo este último, o caso do cristão-novo Bento Dias de Santiago. Seus antecedentes são lacunares e seu nome não consta dentre os Senhores de Engenho do momento. José A. G. de Mello sugere que Bento Dias Santiago, no início da década de 1560, seria um comerciante de prestígio em Olinda, um dos líderes desta camada, provavelmente conectado ao trato do pau-brasil (1996, p. 125). Estar à frente do contingente designado como *homens do Porto* não significaria que fosse proveniente desta localidade, considerando que Gonçalo Mendes *d’Elvas*, também mercador, estaria à frente da companhia atribuída como *Gente de Lisboa*. Contudo, o lugar que o Porto ocupava nas trocas do reino merece destaque.

²⁰⁶ *Ordenaçam sobre hos cavalos e armas*, 1549, p. 2. O real, como os réis, seriam unidades monetárias portuguesas pertinentes ao reinado de D. João III. Para uma média dos valores atribuídos, observa-se como Pedro Puntoni (2019, p. 25) sugeriu que: “Não demorou para que desvalorizassem também as moedas de prata, não pela mudança da sua lei, mas pelo peso. A ordenação de 20 de novembro de 1539 prescrevia que fossem feitos 62 1/2 reais portugueses (que valiam 40 réis cada um) com um marco de prata, sendo a proporção anterior de 58 1/2 por real, ou seja uma redução de 6,5 de peso”. Sobre isso, ver: PUNTONI, P. *Da Libra ao Real: sobre a formação do sistema monetário português (1185-1580)*. Revista de História, [S. l.], n. 178, p. 1-38, 2019.

²⁰⁷ *Ordenaçam sobre hos cavalos e armas*, 1549, p. 6

Seria este o segundo maior porto do reino, atrás apenas de Lisboa. Diferente da capital, o Porto não embarcava, nem recebia especiarias asiáticas e seus mercadores voltavam-se às rotas atlânticas da África, Brasil, o Norte da Europa e América Hispânica, em detrimento da Rota do Cabo. Não obstante, algumas das principais famílias do Porto representavam consórcios ativos de investidores na Carreira das Índias. Grande parte, composta por cristãos-novos (BOYAJIAN, 1993)²⁰⁸. Buscando observar o comércio açucareiro entre as partes do Brasil, Portugal e os Países Baixos, no íterim correspondente a 1595 e 1618, Daniel Strum (2012) destaca o papel que mercadores de origem judaica, localizados em Pernambuco, Bahia, Amsterdã e no Porto, desempenharam. O Porto adentra a análise não somente enquanto um espaço onde, no século XVII ocorreu uma extensa onda de prisões por parte do Santo Ofício contra mercadores de ascendência judaica, mas também, como o maior centro do Norte de Portugal, responsável por reexportar açúcares da Madeira e do Brasil, embora o pau-brasil permanecesse, a princípio, relegado à Lisboa²⁰⁹.

Dando continuidade aos eventos, os 'homens do Porto' e as demais companhias partiram juntamente a Duarte Coelho de Albuquerque, avançando em direção às primeiras cercas. Durante o confronto, houve baixas e avarias de ambos os lados. Os índigenas que estavam sendo engajados bateram em retirada e as tropas queimaram algumas das casas e cercas. Nas outras, Duarte Coelho deixou tropas estacionadas, com ordens para que promovessem pilhagens de mantimentos, de modo a coagir os índios para que fizessem as pazes. Não tardou para que a terra fosse repartida e lavrada; "com isto foram fazendo seus canaviais e engenhos de açúcar com que enriqueceram muito, por a terra ser fertilíssima"²¹⁰.

Na carta que enviou à metrópole em 1555 – ao comunicar a situação de Camaragibe –, Jerônimo de Albuquerque afirmou que havia sabido do próprio Diogo Fernandes que "um Bento Rodrigues morador nesta cidade que tem arrendado o trato de Guiné", intencionava povoar os engenhos destruídos, caso recebesse permissão régia. Adiciona ainda, que havia interesse por parte de outros mercadores em renovar as terras. Pedia à Coroa que nisso favorecesse Diogo Fernandes, que estaria muito pobre, com seis ou sete filhas e dois filhos, sem ter com o que se manter. Reestabelecendo os engenhos, os moradores poderiam plantar canaviais, roças de mantimentos e os senhores de engenho pagariam seus dízimos²¹¹.

Embora não haja indicativos de que Bento Rodrigues seja Bento Dias Santiago, ou que este estaria inserido no grupo de mercadores interessados nos engenhos em 1555, sete anos

²⁰⁸ BOYAJIAN, 1993, p. 35 - 36

²⁰⁹ STRUM, 2012, p. 46-55 [Ebook]

²¹⁰ SALVADOR, 1918, p. 199.

²¹¹ *Carta de Jerônimo de Albuquerque (28 de Agosto de 1555)*. In: DIAS, 1921, p. 380 – 381.

depois, Diogo Fernandes e Bento Dias Santiago entraram em entendimento, com o segundo dirigindo um requerimento a Duarte Coelho de Albuquerque, solicitando que lhe fossem outorgadas as terras de Camaragibe para que levantasse um engenho. Nesse processo, abriu-se margem para que Pedro Álvares Madeira se pronunciasse. O sesmeiro enfatizou a situação de guerra que recaiu sobre as terras.

Este respondeu que a dita terra lhe fora dada e a Diogo Fernandes pelo primeiro Donatário, “na qual fizeram benfeitorias de muitos canaviais e mantimentos e que nisso gastaram muita parte da sua fazenda e que por razão da guerra que tiveram até o presente não puderam fazer mais benfeitorias, mas antes as que tinham feito se perderam; e que ia, com a ajuda de Nosso Senhor, ele Pedro Álvares Madeira, tornar a começar a fazer na dita terra benfeitorias e que para isso esperava ajuda do Reino e que tanto que viesse faria o que era obrigado o que não fizera até o presente e que se não cumprira fora por razão da dita guerra e pelo pouco socorro que do Reino viera” (MELLO, 1996, p. 126).

Duarte Coelho de Albuquerque reconheceu que os sesmeiros não haviam aproveitado as terras apropriadamente, em tempo adequado, nem mesmo após receberem notificações administrativas/judiciais, através dos donatários, ou do ouvidor Gaspar de Barros. Enfatizou também ser Bento Dias Santiago, um “homem rico e ter muita fazenda e escravaria e bois e carros e outras coisas necessárias”. Satisfazendo os três interessados, repartiu em 1563, $\frac{3}{4}$ da terra entre Bento Dias de Santiago e Diogo Fernandes, enquanto a quarta parte restante foi delegada a Pedro Álvares Madeira: “deu tão somente a terra que tem aproveitada, com outra tanto além para seu regradouro” (MELLO, 1996, p. 127).

Mais tarde naquele mesmo ano, garantiu-lhes o direito de uso das águas da ribeira do Camaragibe, para regadio dos canaviais e utilização das moendas. Na visão de J. A. G. de Mello, “a vitória então alcançada sobre o gentio deu a Bento Dias a necessária segurança para aplicar seu capital na exploração canavieira, requerendo a concessão das terras de Camarajibe”. (p. 125). Ainda que homens de negócios das casas germânicas, genovesas e flamengas – conectadas à distribuição na Europa –, houvessem disposto capitais no Brasil e nas Ilhas, a crescente segurança foi essencial para que investidores menores, como os senhores de engenho e lavradores, comessem a aportar recursos na indústria açucareira (STRUM, 2012, 212).

Não obstante, a concessão de parte das terras de Camaragibe pelo donatário a Bento Dias Santiago, também pode ser analisada pelo ângulo referente às recompensas de conquista; elemento essencial para a formação das primeiras elites coloniais, ao longo dos quinhentos. Aprofundando a visão em torno desses aspectos, seria pertinente reiterar como a autoridade régia concentrava, a partir da justiça distributiva, o poder de conceder *mercês*. Isto é, favores,

recompensas e outras formas de agraciamento, aos súditos que se mostrassem dignos de recebê-los, através de serviços prestados à Coroa. Como aponta Fernanda Olival (1999)²¹², servir a troco de recompensas seria uma estratégia não somente de cunho material, mas também honorífico, partida tanto da nobreza quanto dos grupos sociais mais baixos, podendo se tornar um investimento por parte dos vassallos, interessados em converter capitais em mercês.

No âmbito ultramarino, as conquistas abriram um novo leque de prestação de serviços à Coroa, bem como, subsequentes remunerações (BICALHO, 2005, p. 23). Muito foi dito acerca de como a justiça distributiva e a outorga incidiu sobre as partes do Brasil, com as diferentes abordagens percorrendo diferentes caminhos, mas comumente convergindo para apontar que seriam estas as raízes das quais brotariam a elite colonial, ou a nobreza da terra, construída a partir das recompensas provenientes da conquista territorial. Rodrigo Ricupero, por exemplo, discorre sobre como os portugueses, ao desembarcarem no território, não abandonaram os traços de mentalidade inerentes a uma sociedade estamental. Se fossem provenientes da nobreza de sangue, intencionariam resguardar seus privilégios. Caso contrário, buscariam enobrecer (2009, p. 18).

Dentre as concessões que garantiram esses quadros, destacam-se as sesmarias, títulos concedidos através do hábito de cristo, cargos na governança e outras mercês, que atuaram como mecanismos de vinculação dos vassallos aos projetos régios, visto que “no processo de colonização do Brasil, a Coroa utilizou-se da iniciativa particular e nela se apoiou, buscando, porém, sempre seu controle” (RICUPERO, 2009, p. 13). Com o estabelecimento do Governo-Geral, as matérias relacionadas à justiça distributiva no território, passaram a ser atendidas a partir da própria colônia, seja pelo Governador-Geral, Bispo, capitães-mores, etc., ainda que estas provisões dependessem de confirmação posterior, por parte da Coroa.

Nesses parâmetros, os vassallos recorreriam a meios de merecer as honras e mercês atribuídas, corroborando para que o cenário de moradores armados, organizando e financiando expedições às suas custas, fosse favorável àqueles com recursos, na lógica de que os cabedais dispostos, retornariam multiplicados em mercês. Partindo desses pressupostos, Rodrigo Ricupero (2009) analisa o processo colonizador de maneira a enfatizar a divisão de tarefas dispostas entre a Coroa e os vassallos, como meio de descortinar uma elite detentora de recursos, proprietária de terras, escravos e engajada no processo de conquista da Fachada

²¹² OLIVAL, 1999, p. 30 - 38

Atlântica, que terminou por proporcionar os quadros necessários para a montagem da administração colonial²¹³.

Outros olhares, como os de Almeida, Fragoso e Sampaio (2007), conjecturam que a elite colonial dividia-se entre dois grupos distintos, compostos pela *nobreza da terra* e pelos *comerciantes de grosso-trato*. O primeiro seria representativo das famílias que estiveram à frente das conquistas na América Portuguesa, tornando-se responsável pela organização de sua base produtiva, que compreende dos açúcares às minas e aos quadros da governança. O segundo grupo, seria constituído pelos mercadores atuantes nas rotas que conectariam as partes do Brasil ao Estado da Índia, mas que mantinham pretensões políticas e, comumente, envolviam-se em atividades que lhe garantiriam acumulação de riquezas, visando à ascensão social, dentro das estratificações inerentes ao Antigo Regime.

Não obstante, teria sido o serviço à Coroa nas conquistas e manutenção dos territórios que garantiu à nobreza da terra esse status, reminescente de um imaginário *bellator*, atrelado ao passado de *Reconquista* dos territórios ibéricos. No Atlântico moderno, entretanto, esta camada estaria intimamente dependente da acumulação mercantil. Suas posições seriam maleáveis perante os rumos do capital e, ainda que práticas como os serviços à Coroa através de suas próprias fazendas, utilizando-se de escravizados armados, etc., atribuísem status e legitimidade, resultaria também em gastos e no “(...) não-investimento de parte de seus rendimentos numa produção social que era mercantil” (2007, p. 24)²¹⁴.

Embora análises como as de Rodrigo Ricupero (2009) e as de Almeida, Fragoso e Sampaio (2007), acenem à presença cristã-nova no processo de estabelecimento das elites coloniais, suas concepções acerca da formação desta elite permanecem relativamente homogêneas e propensas a submeter ambos, os cristãos-velhos e cristãos-novos, aos mesmos procedimentos de análise, relegando como as questões referentes à pureza de sangue e as visitas inquisitoriais incidiram sobre os segundos. Sobre isso, por exemplo, destacam-se as críticas tecidas por Janaína G. F. Guimarães (2012) acerca do modo como Rodrigo Ricupero (2009) abordou a elite colonial de Pernambuco.

O supracitado historiador, ao falar da elite colonial em formação na capitania de Pernambuco, não faz nenhuma distinção em relação aos membros cristãos-novos da mesma. Destarte sua rica análise documental poder fornecer a identificação cristã-

²¹³ Para uma visão geral dessa perspectiva, ver: RICUPERO, 2009, p. 13 – 25.

²¹⁴ João Fragoso enxerga que até fins do séc. XVII, os conquistadores tenderam a influenciar tanto o governo, quanto o mercado, no Rio de Janeiro e mantiveram relações tensas com os comerciantes, ainda que alguns tenham sido incorporados às famílias. Independentemente, a nobreza quinhentista fluminense cerrou fileiras e evitou enquanto pôde o ingresso dos negociantes nas posições de privilégio da sociedade, com os rumos dessas relações mudando apenas no séc. XVIII. (ALMEIDA; FRAGOSO; SAMPAIO, 2007, p. 19-29).

nova de muitos dos membros citados em sua obra, ele por vezes indica essa origem, por vezes não, além de não fazer nenhuma menção à importância dos cristãos-novos no desenvolvimento dessa elite. Essas ausências tendem a levar o leitor a compreender essa elite enquanto grupo homogêneo, cujas características básicas seriam a inserção na administração, a posse de terras e a nobilitação, para além de qualquer outra diferenciação, perspectiva na qual desacreditamos, pois a origem cristã-nova pesou sobremaneira nos membros da elite pernambucana, dificultando por vezes suas inserções na governança, bem como os processos de nobilitação, ainda que muitos tenham sido os cristãos-novos que conseguiram tais feitos. (2012, p. 101).

Por outro lado, os cristãos-novos encontram um lugar de destaque na perspectiva de Evaldo Cabral de Mello (2008) acerca da elite colonial de Pernambuco e Bahia, ou a *açucarocracia*; composta, em larga medida, pelos reinóis que dispunham dos cabedais necessários para o estabelecimento dos engenhos, além de serem provenientes dos grandes portos, como Lisboa, Porto e Viana, ou das pequenas e médias vilas de Portugal²¹⁵. Suas origens seriam divididas entre três distintas categorias, com a *primeira* sendo formada pelos filhos dos letrados, notários, autoridades locais e outros representantes da administração régia. Comumente, se tornariam senhores de engenho no exercício de alguma função da governança, contribuindo para que compusessem o âmbito mais elevado da estratificação local, alimentando expectativas de nobilitação. Categoricamente, a *terceira* seria composta por indivíduos de origens modestas, filhos de alfaiates, chapeleiros, caixeiros, ou mesmo, castelhanos e flamengos emigrados às partes do Brasil. Suas condições de estabelecimento na *açucarocracia* seriam tênues e, descritas pelo autor, como exemplos de “*success stories*”.

Seria no intermédio entre essas camadas, ou seja, na *segunda*, que estariam localizados os cristãos-novos mercadores, que não somente constituiriam o setor mais dinâmico da *açucarocracia*, como também, seriam os representantes do comércio em larga escala, na indústria açucareira²¹⁶. Considerando suas conexões dentre a economia europeia, dispunham de arranjos econômicos mais sólidos que seus pares, cristãos-velhos. Ainda que vários tenham abdicado de suas atividades ultramarinas, para dedicar-se aos engenhos e estabelecer raízes no território, mediante casamentos com famílias cristãs-velhas, Evaldo Cabral de Mello (idem, p. 135) sugere que foram mais numerosos aqueles que não se fixaram, observando os engenhos como um prolongamento lucrativo de suas lojas em Olinda²¹⁷. Tornaram-se assim,

²¹⁵ MELLO, 2008, p. 128-132. Nessas sessões, o autor refere-se principalmente à composição da *açucarocracia* no período *Ante Bellum*. Isto é; anterior ao domínio neerlandês ocorrido durante o séc. XVII.

²¹⁶ Idem, p. 132 - 135

²¹⁷ Não obstante, muitos cristãos-novos criaram raízes na terra e mesclaram suas linhagens às dos cristãos-velhos através de matrimônios, tornando a ascendência judaica um passado distante. Esses aspectos, entretanto, serão destrinchados de maneira mais aprofundada num capítulo futuro, mediante a trajetória dos sujeitos selecionados. Sobre isso, ver: MELLO, Evaldo Cabral de. *O Nome e o Sangue: uma parábola genealógica no Pernambuco Colonial*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

mercadores-senhores-de-engenho, ou mais especificamente, uma condição instável na composição do grupo senhorial, submissos aos rumos da economia e à perseguição do Santo Ofício. No caso de regresso ao reino, desvencilhavam-se do engenho para maximizar seus capitais a partir da conjuntura dos preços, ou aproveitarem as isenções fiscais.

Esses e outros fatores contribuíram para que a açucarocracia adquirisse características heterogêneas e instáveis, dentre seus quadros socioeconômicos, principalmente em Pernambuco, com metade desta camada quinhentista não perdurando ao longo do séc. XVII. Dos aspectos gerais inerentes a essa rotatividade, o autor destaca, por exemplo, os *mercadores-senhores-de-engenho* não estabelecendo suas fábricas a partir de aspirações senhoriais, e sim, especulativas, visando integrar as atividades comerciais à fabril, em momento de alta nos preços do produto. Mesmo os senhores que perduravam nas terras poderiam estar fadados a retornarem a Portugal, arrendando o engenho ou relegando sua administração a sócios, feitores, procuradores, etc., prática essa comum mesmo àqueles que se mantinham nas terras de maneira provisória²¹⁸.

Na Capitania da Bahia, Eduardo d'Oliveira França (1969) também se referiu à categoria de *mercadores-senhores-de-engenho*, destacando como, dentre um total de 50 senhores, em 1586, 28% poderiam ser enquadrados nessa condição, muito embora as procedências dos analisados fossem lacunares e a possibilidade de um maior número ter atuado também na mercancia, não deve ser descartada. Não obstante, as passagens da mercancia para o senhorio dos engenhos tornaram-se acentuadas apenas durante o séc. XVI, com essa duplicidade de funções econômicas servindo para eliminar mediações dentre um mesmo circuito e acrescer aos lucros. Desempenhando as funções de produtor e intermediário das trocas, o *mercador-dono-de-engenho* poderia vender açúcares à Metrópole, adquirir cativos e montar suas fábricas, sem dar ganho a outrem²¹⁹. David Grant Smith e Rae Flory

²¹⁸ (*Ibd*, p. 140 – 144). Seria apenas durante o período de dominação holandesa que clivagens começariam a surgir nesta açucarocracia rotativa e, apenas no *post bellum* – consideravelmente à frente do período tratado –, esta camada seria metamorfoseada em Nobreza da Terra, incorporando uma construção discursiva referente à restauração, atribuindo um caráter aristocrático aos primeiros colonizadores e utilizando manobras genealógicas para obscurecer as origens cristãs-novas, desta elite. Deste momento, adiante, a conexão entre os âmbitos senhoriais e mercantis daria lugar a uma tensa cisão entre os senhores de engenho e os comerciantes (*ibid*, p.145). Sobre as manobras genealógicas dispostas pela elite que se metamorfoseou em nobreza da terra e como os cristãos-novos adentraram nesse processo, ver: MELLO, Evaldo Cabral. *O nome e o sangue: uma parábola genealógica no Pernambuco Colonial*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009. Essas questões serão tocadas, nesse trabalho, numa sessão futura, quando for pertinente ao rumo das trajetórias selecionadas.

²¹⁹ FRANÇA, 1969, p. 205 - 211

(1978), entretanto, sugerem continuidades na clivagem entre os mercadores e a aristocracia rural, nas elites baianas, perdurando entre os séculos XVII e XVIII²²⁰.

No que concerne aos comerciantes cristãos-novos, observa-se como estes passaram a orientar seus cabedais e interesses às partes do Brasil principalmente a partir da segunda metade do século XVI, tornando o recôncavo baiano também um destino para estabelecimento de engenhos. Segundo Anita Novinsky (2013), a América Portuguesa apresentava oportunidades para que esta camada atingisse *status* mais elevados que na metrópole. A própria condição de Senhor de Engenho serviria para atribuir relevância, latifúndio e escravos a ambos os cristãos-velhos e novos. Nesse sentido, aqueles de ascendência judaica poderiam desembarcar sem recursos e ser acolhidos por amigos e parentes, recebendo ajuda e ajustando-se à vida comercial e rural, podendo chegar ao patamar de homens de posses. Mesmo com as limitações impostas pelos estatutos de pureza de sangue, alguns terminaram por galgar posições representativas na vida social e política, através de postos na governança e na administração. Principalmente, aqueles que por gerações, casaram-se dentre as famílias cristãs-velhas.

Os cristãos novos tinham, pois, em virtude de sua situação econômica, as condições necessárias para fixar-se na colônia como senhores, adquirir o prestígio e a força do homem de posses, e de certo modo igualar-se ao grupo dirigente. Contudo, tinham consciência de sua desigualdade. Eram homens que se moviam dentro de uma sociedade da qual sabiam não fazer parte. Se de um lado eram chamados "homens bons" ou representantes do povo para reforçar as resoluções da Câmara, ao mesmo tempo eram denunciados como homens suspeitos de pouco apego à fé católica (NOVINSKY, 2013, p. 61)

De acordo com sua perspectiva, os cristãos-novos não tinham razões convidativas para retornar ao reino, com exceção daqueles que demonstravam motivações familiares, ocupacionais ou, principalmente, àqueles que se conectavam ao comércio ultramarino. Os que

²²⁰ "The businessmen who acquired *sesmarias*, cattle ranches, and sugar or tobacco plantations and who, during the prime, if not entirety, of their lives continued to function as merchants do not fit neatly into either of the two traditional categories of rural planter or urban merchant encountered in the historical literature on Bahia. Such men represented an intermediate social type which might best be termed the "landed merchant" or "merchant-planter". At any given time, this group was not large, but its existence calls into question the traditional view of Bahian society which stress the divisions between the rural aristocracy and the urban merchant class". (1978, p. 582). Dentre 1620 e 1690, de 179 mercadores ativos, 55% seriam cristãos-velhos e 45%, cristãos-novos. Embora os números fossem menores, a influência dessa classe seria economicamente mais significativa. Ainda que ambas as camadas tivessem interesses similares e suas carreiras econômicas desenvolvesse em linhas quase idênticas, os cristãos-novos eram formalmente excluídos das irmandades de maior prestígio da Bahia e não poderiam assumir posições camarárias. Consequentemente, tenderiam a elevar seu status de maneiras diferentes. Adquiriam engenhos assim que suas fortunas permitissem e casavam-se com cristãos-velhos, num processo de ascensão social, através de gerações. Em suas perspectivas, os cristãos-novos poderiam ascender tanto quanto seus pares, contudo, poderia levar uma geração ou duas, para que o objetivo fosse atingido.

viviam nos engenhos ou desempenhavam ofícios que não requeriam viagens à metrópole, na maior parte, permaneceram no território. Nas partes do Brasil, o cristão-novo terminou por desempenhar papéis variados, entre bandeirantes, lavradores, mecânicos, mestres do açúcar, soldados, senhores de engenhos e outros²²¹. Dentre essa gama de funções e interesses, no entanto, José Gonçalves Salvador (1976) foi um dos únicos que elucidaram de maneira mais aprofundada, como o processo de conquista territorial contribuiu às aspirações dessa camada, na conjuntura quinhentista.

Era coisa notável o engajar-se em empreendimento dessa natureza, dado o seu caráter, a escassez de gente e os perigos a defrontar. O nome do participante adquiria certo respeito e merecimento, os quais reverteriam em benefício do próprio ou no de algum parente. Os cristãos-novos invocá-los-iam para solicitar um cargo ou um hábito honorífico. Não ia no engajamento apenas o desejo de servir ao rei ou ao donatário, mas também o de tirar proveito, imediato ou futuro. No primeiro caso, poderia ser uma sesmaria, e no segundo, o mais ambicionado galardão, representado pelo hábito da Ordem de Cristo. Dessa maneira tornavam-se obsoletas certas prescrições, como a que excluía os não-cristãos da mercê de uma sesmaria. A lei e a prática divergiam comumente. (SALVADOR, 1976, p. 245)

Não obstante, contribuiu à consolidação desses quadros uma mudança progressiva nas estratégias de conquista territorial²²² adotadas na América portuguesa, que alargou as oportunidades que os colonos tinham de usufruir das guerras e incursões, em prol de suas respectivas recompensas. Durante esse momento, mais sacerdotes da Companhia de Jesus desembarcaram nas partes do Brasil e contribuíram à promulgação da lei de 20 de março de 1570, que intencionava regulamentar o cativo indígena através da legitimação das capturas por intermédio de critérios vinculados ao *jus ad bellum*, ou às “guerras justas”²²³. Nomeadamente, um conjunto de princípios vinculados à filosofia, ao direito e à teologia, que versam sobre a conduta e jurisdição na guerra. Não somente essas bases seriam usadas para

²²¹ NOVINSKY, 2013, p. 59 – 65.

²²² Sobre as conquistas territoriais ocorridas entre 1549 e 1572, Rodrigo Ricupero (2009, p. 114) observa uma estratégia voltada - via de regra - à garantia das defesas das áreas já ocupadas e com pequenas expansões em torno dos núcleos já estabelecidos, com exceção da conquista do Rio de Janeiro, que terminou por adquirir grandes proporções. Seria essa uma resposta à necessidade de desbaratar a ocupação francesa, ou a França Antártica, em detrimento de ocupar definitivamente a região, ou ao menos a princípio. Não obstante, os primeiros indícios de ocupação ocorreram em 1565, buscando evitar um novo assentamento francês na Baía de Guanabara. Tratando-se das capitanias ao Norte do território, no entanto, as pequenas expansões em torno dos núcleos tornou-se o padrão até o último quartel do séc. XVI. Sobre as conquistas das capitanias de Ilhéus, Espírito Santo e da Baía da Guanabara, ver: ALMEIDA, 2010, p. 53 – 69; HEMMING, 1978, p. 117 – 138.

²²³ Tais considerações contribuíram diretamente para a formulação da lei de 20 de março de 1570, que buscava regulamentar - mas não proibir - o cativo indígena. O novo estatuto designava os meios considerados legítimos para adquirir cativos, sendo estes restritos à "guerra justa": devidamente autorizada pelo rei ou governador e ao resgate dos índios que enfrentavam a morte nos ritos antropofágicos. (MONTEIRO, 1994, p. 41).

justificar a escravização das populações nos espaços ultramarinos, como também, a própria incorporação desses espaços às possessões da Coroa²²⁴.

Nos contornos dessas linhas, o enquadramento dos diversos grupos indígenas nas condições de inimigos, ou bárbaros, e aliados, serviria na prática para justificar medidas relacionadas ao direito de guerrear. Suas respectivas ações seriam reportadas às autoridades responsáveis e, em conselho, seriam deliberados os avanços sobre as aldeias a partir de alegações como o estabelecimento de alianças com nações opostas ao domínio lusitano, hostilidades contra colonos, missionários, aliados, dentre outras motivações. Segundo Tamar Herzog, o *jus ad bellum* seria comumente interpretado não somente como retribuições aos ataques considerados “injustos”, ou à ocupação do território português, mas também, como medidas preventivas contra grupos que tivessem sido antagonistas no passado, ou que pudessem vir a se tornar, no futuro (2015, p. 80)²²⁵.

Esses amparos foram evocados pelo terceiro Governador-Geral, Mem de Sá (c. 1556 – 1572), em retaliação à morte do Bispo Sardinha e os demais membros de uma tripulação em viagem ao reino, durante um naufrágio em território dos Caetés, que resistiam à ocupação portuguesa na região do Rio São Francisco. Categoricamente, seriam esses os limites da futura Capitania de Sergipe, onde, nas várzeas do rio homônimo, o próprio Mem de Sá mantinha um engenho. Suas terras comportavam a criação de gado e, da fábrica, saíram por volta de 1.648 arrobas de açúcares com destino a Lisboa somente no ano de 1568, crescendo 40%, no ano seguinte. Para Flandres eram despachadas uma quantidade consideravelmente menor, atingido 473 arrobas em 1571²²⁶.

O Engenho de Sergipe contava com ferreiros, uma torre de pedra para a proteção do espaço e um arsenal, composto por armas brancas de ataque corpo-a-corpo e à distância, como três espadas no valor de 450 reais, arcos, flechas e duas bestas, avaliadas em 1600 reais. Armaduras, como os sete corpos d'armas de algodão com uma média de custo girando em torno de 800 reais e armas de fogo, como as dez espingardas e frascos de pólvora, avaliadas

²²⁴ O *jus ad bellum* foi um dilema pertinente à consciência do Império, tornando-se uma matéria discutida em inúmeros tratados. Para um aprofundamento acerca de suas bases, ver: MARCOCCI, G.A *Entre guerras justas e monopólios comerciais*. In: MARCOCCI, Giuseppe. A consciência de um Império: Portugal e o seu mundo (sécs. XV - XVII). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012; HESPANHA, A. M. *Selvagens e bárbaros*. In: HESPANHA, A. M. *Imbecillitas: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. São Paulo: Annablume, 2010.

²²⁵ HERZOG, 2015, p. 79-81

²²⁶ Para um quadro detalhado acerca das remessas provenientes do Engenho de Sergipe, despachadas por Mem de Sá, ou seus feitores, entre 1560 e 1571 – com destino à Lisboa e Flandres –, ver: MARQUES, 2017, p. 184-185.

em 8.000 reais. Por fim, ainda que dentre um total de 259 escravizados a serviço nessas terras, 22 fossem negros provenientes da Guiné, o restante seria composto por indígenas²²⁷.

Para essas finalidades, Mem de Sá valia-se dos serviços de Domingos Ribeiro, cristão-novo, comumente encarregado de “*resgatar*” indígenas nas matas para servirem como cativos em suas terras²²⁸. Segundo Pedro Calmon, seriam esses escravizados provenientes das “*justas guerras*”, adquiridos de grupos considerados inimigos dos portugueses²²⁹. Durante a primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil, foi denunciado por barganhar com indígenas uma espingarda aparelhada a troco de uma escrava, durante uma de suas entradas pelo Rio Sergipe, na qual seguia na condição de intermediador linguístico entre as partes²³⁰.

Quando Mem de Sá declarou retaliação aos Caetés, em 1562, decretou também que esses fossem feitos cativos, "onde quer que fossem achados sem fazer exceção nenhuma"²³¹,

²²⁷ MARQUES, 2017, p. 171

²²⁸ HEMMING, 1978, p. 149. “Any settler who found an 'Indian of the cord' tied up ready for sacrifice, and who bought him from his captors, had saved his life. It was argued that this rescue entitled the purchaser to perpetual service from the Indian he saved and from his descendants. The settler had paid to save the man from death. It was reminiscent of ransoms paid to recover captives from the Moors. 'Ransoming' thus became a euphemism for enslaving Indians”. (HEMMING, 1978, p. 150). Poderiam ser “resgatados”, por exemplo, indígenas prisioneiros de nações indígenas rivais, capturados em guerras intertribais. Aqueles que os resgassem poderiam servir-se das leis indigenistas que permitiam sua escravização mediante a conversão e “civilização” do “resgatado”. Sobre a correlação entre os resgates e as guerras justas, ver: PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 127 - 128.

²²⁹ “Não escaparia, bem-feitas as contas, à acusação que a outros coubera, de aproveitar-se do “resgate” dos índios, apartando para o seu serviço pessoal numerosa escravatura. No “inventário” de seus bens, que se abriu em 1572, figuravam duas dezenas de “mulheres que trouxe de fora Domingos Ribeiro”, e a elas se refere uma apostila : em 13 de Março “ fugiram desta fazenda em uma canoa quatro escravas fêmeas e um macho . . . que disse que eram peças que trouxe Domingos Ribeiro do resgate. . . por quanto estavam as ditas peças e escravaria amotinada de homens brancos que os amotinam ... ” Seriam todas de “justa guerra”, isto é, tomadas a tribos legalmente tidas por inimigas. Os nomes das mulheres trazidas por Domingos Ribeiro são na maioria tupis, enquanto entre os índios dos roídos escravos de ofício vários são tapuias...” (CALMON, 1939, p. 289).

²³⁰ “É precisamente a esse “resgate” que alude a denúncia ao Santo Ofício de Antônio Rodrigues Loureiro : “haverá vinte anos” (portanto em 1570 ou 71), “no tempo que aqui havia guerra com os gentios foi daqui um barco de resgate a Ceregipe, no qual ia por língua, Domingos Ribeiro cristão-novo, criado que foi da Mem de Sá” e “dizem de u aos gentios inimigos uma espingarda aparelhada de seus aparelhos em troco de uma escrava”, “dizem que aquela espingarda foi princípio de aqueles gentios começarem a saber e usar de espingardas contra os cristãos”. (CALMON, 1939, p. 289). Sobre as mediações linguísticas na colônia, João Pacheco de Oliveira (2017) afirma que os indivíduos que desempenhavam esses papéis seriam uma peça-chave na formação de alianças e estabelecimento de matrimônios entre colonos e indígenas: “uma figura essencial é a do intermediário, do lado português os ‘lançados’ (degredados, desertores e naufragos), do lado francês os *truchements*. Embora sejam tradutores culturais, aprendendo os idiomas e os costumes nativos, não são apenas ‘línguas’ (intérpretes), mas sim os operadores práticos das alianças. Contraem matrimônios com mulheres indígenas, herdando redes de relações políticas e cerimoniais, o que lhes permite ser agenciadores da produção do pau-brasil e mediadores das relações com os europeus.” (2017, p. 156). Sobre isso, ver: PACHECO, J. P. D. *Os indígenas na fundação da colônia: uma abordagem crítica*. In: FRAGOSO, J. L. R.; GOUVÊA, Maria de Fátima. 1ª ed. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2017. Recurso Digital. Para um aprofundamento sobre o papel dos intermediários linguísticos e do papel das alianças com as nações indígenas nas guerras coloniais, ver: METCALF, A. C. *Go-betweens and the Colonization of Brazil, 1500 - 1600*. AUSTIN: University of Texas Press, 2005; GARCIA, E. F. *Trocas, gueras e alianças na formação da sociedade colonial*. In: FRAGOSO, J. L. R.; GOUVÊA, Maria de Fátima. 1ª ed. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2017. Recurso Digital.

²³¹ CARTAS, J. III. 1933, p. 355.

despertando o interesse dos colonos, que viram nos embates a possibilidade de crescer ao número de escravizados, em suas propriedades. Evidencia-se que, nesse momento, o crescimento da indústria açucareira vinha encontrando respaldo nas capitânicas da Bahia e Pernambuco. Embora representasse uma promessa de lucros consideráveis aos senhores, o próprio setor produtivo dependia do investimento de capitais e esforços, numa mão-de-obra em larga escala. Segundo John Hemming (1978, p. 150), as autoridades administrativas não estariam preparadas para ressarcir financeiramente os colonos que lutavam para defender ou expandir os limites da colônia, assim como, não havia atrativos que contemplassem *todos* os moradores envolvidos nesse processo, para que deixassem suas casas e fazendas em prol de adentrar as matas, enfrentando condições como a morte pela fome, ou pela flecha.

Ainda que cargos na governança, ou terras, fossem recompensas disponíveis para os mais abastados através da economia das mercês, de maneira mais ampla, cativos tornaram-se o principal meio de pagamento às diferentes camadas sociais dos colonos. Quaisquer nações que comprometessem a ocupação portuguesa se tornariam alvo das campanhas de "guerra justa" que se alastraram pelo território, cujos objetivos voltavam-se à destruição desses grupos, à apropriação do espaço e à escravização. Desse modo, parte dos grupos que habitavam os Rios Paraguaçu e Sergipe, correram para o sertão em busca de abrigo contra as incursões. Aqueles que viviam entre o Rio Itapicuru e o Rio Real sofreram com uma onda de fome e doenças, utilizada pelos colonos para obterem ainda mais escravizados²³².

Esses esforços corroboraram para que extensões consideráveis do território ocupado pelos povos indígenas fossem colonizadas, garantindo maior segurança àqueles dispostos a preencher as lacunas da economia açucareira. Numa escala crescente, as partes do Brasil passaram a receber ainda mais colonos, precisando ajustar-se às necessidades por mão-de-obra escravizada e terras que atendessem às demandas da indústria açucareira²³³. Iniciava-se, a partir da década de 1570, um outro momento relativo às estratégias de conquista territorial, abrindo margens à oferta de novas oportunidades no âmbito das guerras coloniais para o estabelecimento dos recém-chegados às terras. Mais precisamente, a defesa dos núcleos existentes e seus arredores cederiam espaço à retomada da ofensiva (RICUPERO, 2009, p. 114), visando o erguimento de novas capitânicas ao longo da costa, usufruindo de recursos

²³² CARTAS, J. III, 1933, p. 355.

²³³ "Mem de Sa's very successes as governor undermined his protection of the Indians. The colony prospered. With the Governor's crushing victories the colonists lost some of their fear of the Indians. They occupied great expanses of Indian' territory and enjoyed the security to develop enormous sugar plantations. More settlers sailed out from Europe, each intent on acquiring slave labor to make himself a fortune. Sugar was a labor-intensive business, with hundreds of workers needed to cut and crush the cane. It was also highly profitable. It thus caused powerful economic pressure to find labor, either by enslaving natives or by importing black slaves from Africa". (Hemming, 1978, p. 147).

provenientes principalmente da Bahia e Pernambuco, de maneira a solidificar o domínio português sobre a Fachada Atlântica e consolidar a ocupação vigente.

Considerações finais

Dentre as primeiras concessões de sesmarias em Pernambuco estaria Camaragibe, outorgada em meio às iniciativas de Duarte Coelho para promover o desenvolvimento da economia açucareira na capitania. No entanto, os sócios responsáveis pelas terras, os mercadores cristãos-novos Diogo Fernandes e Pedro Álvares Maneira, careciam dos capitais necessários ao estabelecimento de um engenho. Essa situação seria recorrente entre os primeiros sesmeiros, cuja escassez de recursos e os constantes entraves contra os indígenas, contribuíam para a criação de núcleos coloniais que se tornavam espaços sitiados e impunham obstáculos ao aproveitamento das terras. Não obstante, ambos os associados representam também exemplos de como os cristãos-novos desembarcaram aos poucos, continuando um movimento migratório intensificado nessas partes a partir da segunda metade dos quinhentos, onde muitos assumiram os papéis de mercadores que ascenderam à posição de senhores de engenho.

O estabelecimento do Governo-geral iniciou um *momento defensivo* (RICUPERO, 2009, p. 114) nas estratégias de conquista territorial, visando manter a segurança das áreas ocupadas e promover expansões de menor proporção, nos arredores desses espaços. Nesse contexto, foi delineada a organização das tropas no território – com os indígenas formando o grosso dos contingentes –, além de tornar prevista na lei a construção de estruturas defensivas nos engenhos, assim como a posse de arsenais pelos colonos. Consequentemente, os primeiros engenhos serviam não somente como unidades produtivas, mas também defensivas, mediante as diretrizes implantadas e pelas necessidades locais, considerando as atividades corsárias e a resistência indígena, que não raro os destruíam. Assim, a disseminação das fábricas pelo território acompanhou as tentativas de colonização das terras, servindo como marcos na defesa e manutenção dos espaços conquistados.

Essas condições repercutiram sobre Camaragibe, considerando como os mesmos entraves que impediam seu desenvolvimento, forneceram a solução para a montagem do engenho e aproveitamento das terras. Isso se daria quando após acompanhar a conquista do Cabo de Santo Agostinho como *Capitão dos Homens do Porto*, outro cristão-novo mercador, Bento Dias Santiago, recebeu parte dessa sesmaria como recompensa por sua participação em guerra, tornando-se um dos sócios e providenciando os capitais que faltavam à construção da

fábrica. Conseqüentemente, a concessão de extensões territoriais ao comerciante pode ser analisada através das mercês oferecidas em troca de serviços que, na colônia, tornaram-se um dos principais alicerces das primeiras elites locais.

Os cristãos-novos que aos poucos desembarcavam nas partes do Brasil, encontravam oportunidades que nem sempre estariam disponíveis na metrópole. A própria posição de Senhor de Engenho, por exemplo, atribuía relevância a ambos os cristãos-velhos e novos. Mesmo com as limitações impostas pelos estatutos de pureza do sangue, aqueles que dispunham dos recursos necessários assumiram projeção política, social e econômica, através de ofícios na governança colonial, sesmarias e outros meios de distinção. Nas capitâneas setentrionais, mercadores como Bento Dias Santiago se tornaram alguns dos primeiros representantes de uma açucarcracia diversificada em sua composição, embora instável, mediante a rotatividade de seus quadros.

3. CRISTÃOS-NOVOS MERCADORES E O MOMENTO OFENSIVO: AS CAMPANHAS DA PARAÍBA E SERGIPE

O terceiro capítulo compreende as conquistas da Paraíba e Sergipe durante o “momento ofensivo” nas estratégias de conquista territorial, marcado pelas guerras para o estabelecimento das novas capitânias. Intenciona-se assim, introduzir ao cenário os sujeitos elencados através de seus primeiros momentos nas partes do Brasil, reconstituindo seus *interesses, articulações* para adentrarem aos confrontos e *participações* em guerra, buscando observar como atuaram os mercadores nos contingentes de conquista.

3.1. AS MALHAS DA VIRADA OFENSIVA: ENTRE CAMPANHAS, EFETIVOS E CABEDAIS (1572 – 1590).

Ainda que as condições sociais e econômicas da América portuguesa tenham sido desenvolvidas através da articulação entre cabedais, patrocínio político e da mão-de-obra indígena, as demandas comerciais no cenário ultramarino também foram essenciais ao crescimento dessa colônia. Embora os açúcares tenham representado, a princípio, mercadorias relativamente exclusivas aos estratos mais elevados da Europa, o século XVI contemplou a emergência de uma elite cidadina inclinada ao seu consumo, movimentando assim as trocas referentes ao produto²³⁴. Não obstante, essa mesma demanda seria uma das fontes indiretas que impactariam na conjuntura dos preços, que correspondia a fatores como a saturação nas praças, a capacidade das refinarias em tratar os açúcares em suas fábricas, conflitos no ultramar, ou mesmo, o corso e a pirataria, que incidiam diretamente sobre a circulação das cargas. Em razão dessas e outras variáveis, Christopher Ebert (2008) sugere que o mercado sacarino seria suscetível a flutuações de curto-prazo nos preços²³⁵.

Estima-se que essas flutuações também se faziam presentes no contexto americano, embora os preços na colônia tenham apresentado uma valorização de 120% na proporção de réis por arroba, concernentes ao açúcar branco no intervalo entre 1552 e 1578 (idem, p.157)²³⁶. Esse aumento coincidiu com um acréscimo no número de engenhos,

²³⁴ Ebert, 2008, p. 2-3.

²³⁵ EBERT, 2008, p. 152-156

²³⁶ Sobre os aspectos estruturais locais que influenciaram as flutuações de preços nas partes do Brasil, ver: EBERT, 2008, p. 157 – 159.

principalmente, nas capitanias de Pernambuco (8,4%) e Bahia (5,4%), do ano de 1570 a 1583²³⁷.

Em vista desses quadros, enfatiza-se um surto positivo na economia açucareira das partes do Brasil relativa ao período. Analisando essas e outras projeções, Daniel Strum (2012) sugere que esse crescimento perdurou até o início de 1610, com particular vigor entre 1570 e 1585, quando a América portuguesa atingiu o patamar de principal fornecedora de açúcares no cenário mundial, durante uma conjuntura influenciada por elementos como a elevação dos preços na Europa, o afluxo da prata proveniente da América hispânica nos circuitos mercantis, o crescimento demográfico – e das elites cidadinas –, ou mesmo, a paulatina integração dos mercados do Velho e do Novo Mundo²³⁸.

Dada a progressiva relevância que o produto adquiria no cenário ultramarino, os açúcares da América portuguesa tornaram-se essenciais no processo de integração do Atlântico, a um comércio que já vinha sendo desenvolvido por uma camada mercantil, que geria seus negócios de maneira a conectar diferentes contextos e impérios. Essa comunidade ultramarina articulava-se por meio de estruturas pré-existentes e em pleno funcionamento, que em função dos interesses recentemente despertados pelas rotas Atlânticas, terminou desdobrando suas capacidades para contemplá-las, atraindo a atenção de mercadores interessados e contribuindo para o desenvolvimento do transporte atlântico de mercadorias²³⁹.

Diferentemente do que se conhecia nas Índias, o comércio dos açúcares não se configurava enquanto um monopólio régio, ainda que taxaões fossem impostas para garantir que os lucros também beneficiassem a Coroa. Não somente essas condições corroboravam

²³⁷ Em 1570, Pero de Magalhães Gandavo informou haver sessenta engenhos no Brasil, dois terços deles em Pernambuco e na Bahia. Durante os quinze anos seguintes, o número de engenhos parece haver quase dobrado, segundo relatos escritos entre 1583 e 1585. A taxa de crescimento em Pernambuco, 8,4%, foi consideravelmente maior que a da Bahia, mas o desenvolvimento em ambas as capitanias foi marcante (SCHWARTZ, 1988, p. 148).

²³⁸ Sobre as análises acerca das estimativas de produção dos açúcares e a conjuntura dos preços, ver: STRUM, 2012, p. 215 – 217.

²³⁹ EBERT, 2008, 10-12. Segundo Leonor Freire Costa (2001), o transporte dos açúcares requeria um circuito complexo de correspondência entre agentes. Esses indivíduos comumente espalhavam-se entre diferentes partes de uma mesma rota, poderiam viver de maneira itinerante, ou mesmo, utilizar-se de procuradores para representá-los em suas funções. Nesse sentido, as organizações mercantis e suas conexões em rede, faziam-se indispensáveis ao fluxo de mercadorias: "Mas, com frequência, tanto os fluxos de exportação como os de importação envolviam mercadorias que os fretadores não manipulavam directamente. Antes requeriam um circuito paralelo de correspondência, onde se dariam as ordens para que fosse cumprido o acordo celebrado em qualquer porto do Reino. Dito de outro modo, parte considerável das cargas em trânsito no Atlântico era embarcada por agentes - correspondentes ou procuradores - de comerciantes que, no contrato, se identificam como residentes no porto onde se organiza o transporte. O circuito parte e retoma ao reino e, nessa perspectiva, cada operador estante nas escalas, ou nos espaços brasileiros, deve ser visto como alguém que responde a solicitações provenientes do exterior, tal como os comerciantes da metrópole responderiam a informações enviadas das praças europeias". (COSTA, 2001, p. 276)

para uma maior participação de particulares no circuito, mas também, isenções fiscais concedidas como incentivo à construção dos engenhos, tornavam-se convidativas aos mercadores que aspiravam construir as fábricas. As trocas também não seriam centralizadas em Lisboa, mostrando-se um adicional ao permitir que portos secundários como Viana do Castelo e o Porto, desempenhassem um papel mais representativo, contribuindo à descentralização desta economia²⁴⁰.

Os carregamentos eram levados ao Reino para serem redistribuídos às refinarias do Norte da Europa, em fluxo contínuo, ainda que suscetível a riscos como os conflitos coloniais, que poderiam destruir os engenhos, obstruir suas linhas de abastecimento e, no âmbito distributivo, as embarcações transportadoras poderiam até mesmo estar sujeitas às investidas corsárias. Segundo Christopher Ebert (2008, p. 61), esse eixo concernente à produção e circulação de mercadorias, perpassava pela comunidade mercantil portuguesa no ultramar, que, organizada através de redes, assumia aspectos como a alta mobilidade de seus agentes e capitais, além de ser articulada de maneira a permitir que reagissem a adversidades políticas e militares, podendo conservar investimentos mesmo quando a estrutura das trocas passasse por abalos.

Reitera-se como parte significativa da nação portuguesa seria composta por cristãos-novos que conviviam com as tensões internas causadas pela interseção das culturas judaicas e cristãs, assim como as tensões externas de viver em sociedades cujas instituições políticas e religiosas carregavam elementos persecutórios. Não obstante, ambos os elementos judaicos e cristãos integravam-se, contribuindo à capacidade dessa diáspora em unir divisões, congregar uma ampla dimensão de indivíduos e adentrar aos circuitos referentes às principais especiarias da época (STUDINICKI-GIZBERT, 2007, p. 11). Essa correlação foi evidenciada na indústria açucareira das partes do Brasil, desde seus primeiros momentos. Argumentando a favor de uma heterogeneidade na composição dessas redes, em detrimento de malhas compostas somente por cristãos-novos, ou unicamente por cristãos-velhos, Janaína G. F. Silva sugere que ao desembarcar em Pernambuco, os dois lados enfrentaram as mesmas singularidades inerentes ao espaço, “com índios a combater, terras a conquistar e engenhos a montar. Esses homens se depararam, sobretudo, com a insegurança comum a quem chega num território desconhecido” (2012, p. 186).

Ambos os segmentos seriam provenientes dos mesmos centros portugueses e poderiam até mesmo conhecer uns aos outros, ou terem “ouvido falar”, de suas respectivas famílias.

²⁴⁰ EBERT, 2008, p. 39 – 40; SUBRAHMANYAM, 2012, p. 122

Nesse sentido, as condições referentes aos primeiros momentos da colonização criaram circunstâncias propícias ao estabelecimento de relações entre as partes, que contribuíram para que as transações comerciais provenientes das redes comerciais estabelecidas na capitania fossem heterogêneas, correlacionando os colonos de ascendência judaica e os cristãos-velhos numa série de investimentos²⁴¹. Por fim, quando as partes do Brasil cresceram suas produções de açúcares destinados aos mercados europeus, o produto já se apresentava como uma fonte lucrativa comprovada pelas experiências prévias nas ilhas e as possibilidades comerciais advindas da expansão da indústria no território, mostraram-se consideravelmente atrativas à nação mercantil portuguesa²⁴².

Aproveitando essa conjuntura comercial, alguns dos cristãos-novos mercadores que viriam a se envolver nas guerras de conquista, começaram a aportar às partes do Brasil, visando iniciar sua aprendizagem mercantil na indústria açucareira, ou dar os primeiros passos para estabelecer suas posições nesse circuito. Enquadrando-se na primeira condição, Miguel Fernandes, natural da cidade do Porto, desembarcou na Capitania da Bahia aos 17 anos (c. 1570), acompanhado por seu cunhado, Hércules Bravo²⁴³. Segundo Anita Novinsky (2013), a família Bravo teria sido radicada nessa capitania ainda durante o séc. XVI, além de constituir parte dos principais produtores de açúcares em atuação na Bahia, com conexões aos comerciantes do Porto. Durante sua juventude, foi educado por um clérigo da Ordem dos Teatinos e, portanto, tinha letramento. Seus pais seriam os cristãos-novos Florência Fernandes e Dinis Eanes, que costumavam morar na Rua de São Miguel, na cidade do Porto, conhecida por ter sido um local de judiaria²⁴⁴.

²⁴¹ SILVA, 2012, 187 – 189. Essa relação entre os cristãos-velhos e cristãos-novos em Pernambuco, entretanto, não impediu as solidariedades e signos de identificação em comum entre os cristãos-novos, mesmo que nem todos fossem observantes das práticas judaicas. Segundo a autora, “(...) entre os neoconvertos havia sim uma solidariedade relativa à ascendência comum, eles sentiam que partilhavam algo muito marcante e, naquele momento, ainda recente, isto é, a expulsão dos judeus da Península Ibérica e a conversão forçada ao catolicismo. Solidariedade esta que dependia de um reconhecimento dessa herança comum (SILVA, 2012, p. 188).

²⁴² EBERT, 2008, p. 155; p. 177.

²⁴³ Credita-se as informações pertinentes a Miguel Fernandes, a James Nelson Novoa (2016), que se dispôs a transcrever e publicar o processo ao qual esse foi submetido na jurisdição do Santo Ofício de Roma, possibilitando a disseminação das informações acerca desse sujeito. Não obstante, Novoa transcreveu o documento com o termo “Nevo”, disposto entre colchetes, em detrimento de “Hércules”, seguido pelo sobrenome “Bravo”. Dando seu depoimento ao Inquisidor, Miguel Fernandes referiu-se a esse sujeito diretamente como seu cunhado (2016, p. 143). Contudo, por ser essa a genealogia do cristão-novo Uriel da Costa, uma das principais trajetórias intelectuais da comunidade sefaradí em Amsterdã, I. S. Reváh (1995) trabalhou as linhagens dessa família e o único cunhado que Miguel Fernandes tinha com o sobrenome Bravo, seria Hércules Bravo (REVÁH., 1995, p. 565; 576 - 577).

²⁴⁴ NOVOA, 2016, p. 143. Miguel Fernandes foi tio materno do intelectual cristão-novo Uriel da Costa. Com a expulsão dos judeus de Castela, em 1492, diversas famílias judias adentraram a Portugal e a Coroa portuguesa terminou cedendo, sob a forma de contrato de aforamento, casas localizadas na Rua de São Miguel, no Porto: "A Rua de São Miguel, em outros tempos chamada da Judiaria Nova do Olival, depois Rua da Judiaria Nova,

Dinis Eanes era um mercador já estabelecido na região, envolvendo-se, por exemplo, em atividades como o arrendamento das receitas alfandegárias²⁴⁵. Detinha também 1/3 da aparelhagem e artilharia da nau São Salvador, compartilhada com seu vizinho, o mercador cristão-novo Tomás Rodrigues e o mestre/piloto Martim Anes. Das rotas percorridas pela nau, destaca-se o porto de Palermo, na Sicília, onde o terceiro componente desta sociedade veio a falecer, deixando desprotegidas as fazendas transportadas. Intencionando resolver essa situação, em 1548, os parceiros restantes dessa sociedade recorreram na primeira via de uma procuração ao banqueiro genovês Pelegro Giustiniani, para que vendesse nesse porto a nau com todas as suas artilharias, aparelhagens e mercadorias restantes.

Em segunda via, voltaram-se ao banqueiro florentino Giovanni Bertini, pedindo que enviasse a apuração das vendas para Lucas Giraldes, mercador-banqueiro florentino²⁴⁶. Figura de proeminência em Lisboa, Lucas Giraldes participava do comércio oriental como contratador e, como banqueiro, realizava parte considerável das operações de crédito da monarquia portuguesa. Obteve uma sesmaria em Ilhéus durante o ano de 1547 e terminou adquirindo a capitania inteira, em 1561, contribuindo ao financiamento dos engenhos a serem estabelecidos²⁴⁷. No mesmo compasso, Dinis Eanes demonstrou interesses para além do Mediterrâneo ao enviar seu filho às partes do Brasil. Na colônia portuguesa, Miguel Fernandes cumpriu seu aprendizado mercantil até 1575, onde negociou “toda sorte de mercancias” e, em seguida, retornou ao Porto, embora não fosse essa sua última passagem pela América portuguesa, como contemplado no decorrer dessa sessão²⁴⁸.

Seu período de aprendizagem mercantil foi marcado por atribuições políticas, que se seguiram à morte de Mem de Sá. O Governo-Geral foi dividido em duas partes. Sediado na Bahia, Luís de Brito d'Almeida tornou-se responsável pela jurisdição que cobria dessas terras

Rua de São Bento da Vitória, de acordo com a topografia local era um arruamento em formato de L e em uma região alta. Aquela rua tornou-se o ponto central do bairro Judeu mais antigo" (SANTOS, 2012, p. 42). Dentre as famílias contempladas, estariam a da futura mãe de Uriel da Costa, Branca da Costa (ou em seu nome de solteira, Branca Dinis), irmã de Miguel Fernandes. Uriel da Costa teria nascido nessa mesma rua. (idem, 42- 44).

²⁴⁵ Segundo Amândio J. M. Barros, “grande parte do capital gerado na alfândega provém, como é evidente, do movimento geral das mercadorias transaccionadas no Porto. As receitas que entram nos cofres régios são orçamentadas anualmente, uma vez que, tal como acontecia com as restantes alfândegas do reino, também esta (e as de Entre Douro e Minho, Aveiro e Buarcos) eram objecto de arrendamento” (2004, p. 106). Dentre os nomes apontados pelo autor como arrendatários da alfândega do Porto, destacam-se Miguel Gomes Bravo, Duarte Manrique, Diogo de Paz, Dinis Eanes, Miguel Fernandes Pina, dentre outros cristãos-novos, ou com eles relacionados, que "(...) conseguem organizar, pela via do arrendamento alfandegário, um campo de actuação vastíssimo que poderá explicar muito do poderio exercido pelas firmas com quem mantêm relações. (2004, p. 106).

²⁴⁶ Sobre os detalhes concernentes à nau de Dinis Eanes, ver: BARROS, 2003, p. 192 – 200.

²⁴⁷ COSENTINO, 2009, p. 140 – 141. Adiciona-se ainda que Lucas Giraldes seria o pai do Governador-Geral das partes do Brasil nomeado em 1588; Francisco Giraldes.

²⁴⁸ NOVOA, 2016, p. 143.

ao Norte, enquanto Antônio Salema, estabelecido no Rio de Janeiro, exerceria poder sobre as demais capitanias ao Sul (1573 – 1576). Teria sido essa uma designação estratégica de D. Sebastião para, dentre outros motivos, aprimorar as matérias defensivas na costa em razão de sua extensão territorial e a distância entre os núcleos estabelecidos, além de melhor sistematizar a conversão dos indígenas, administrar justiça e, por sua vez, promulgar o levantamento de novas povoações²⁴⁹. Segundo John Hemming, ambos os governadores se dispuseram a estimular o crescimento colonial através das guerras contra as nações indígenas e alargando os limites das “guerras justas”, para reforçar a impunidade das incursões escravistas (1978, p. 151).

Esses quadros recaíram duramente sobre a fronteira entre a Bahia e Pernambuco. Luís de Brito d’Almeida arregimentou uma campanha para avançar sobre os indígenas do Rio Real junto aos colonos da Bahia, que lhe acompanhavam por terra e pelo mar, nas embarcações destinadas a carregar os provimentos necessários. Incendiou as aldeias sob comando do Chefe Surubi, tornando suas populações cativas e perseguindo os núcleos do Chefe Peripê, que terminaram adentrando aos sertões. Em seguida, o Governador-geral relegou a ocupação desse espaço a Garcia d’Ávila, um dos homens mais abastados do Recôncavo Baiano, com interesses em terras voltadas à pecuária²⁵⁰.

Apesar do desbaratamento das aldeias na região, o território não chegou a ser efetivamente povoado por Garcia d’Ávila, que se utilizou do espaço para expandir seus currais de gado, contribuindo para que o comércio de pau-brasil com os franceses retornasse à região, junto a nações indígenas como os Tupinambás e os Cariris, que passaram a habitar o espaço deixado pelos povos anteriores (NUNES, 1989, p. 32).

Embora essas e outras jornadas tenham sido promovidas diretamente por Luís de Brito d’Almeida, os interesses sobre a região não seriam provenientes apenas da Capitania da Bahia. Nesses tempos de intensificação das incursões escravistas, partiu de Pernambuco uma bandeira em direção ao interior do Rio São Francisco, composta por efetivos de colonos e indígenas sob o comando de Francisco de Caldas – que havia servido à Coroa na condição de provedor-mor da fazenda –, outro colono denominado Gaspar Dias de Taíde, e o Chefe

²⁴⁹ Sobre isso, ver a “*Carta de nomeação de Luís de Brito, passada em Évora aos 10 de dezembro de 1572*”. In: VARNHAGEN, 1877, p. 326 – 327.

²⁵⁰ O primeiro Garcia d’Ávila - frente aos homônimos posteriores em sua genealogia - desembarcou às partes do Brasil junto à comitiva que acompanhava Tomé de Sousa, de quem recebeu sesmarias ao Norte de Salvador, onde instalou seus primeiros currais de gado e exerceu a função de almoxarife da capitania. Suas terras foram expandidas por diversas capitanias ao longo de diferentes gerações, tornando-se elementos de destaque na historiografia acerca da expansão colonial no Brasil. Sobre as funções econômicas, sociais e outros elementos que cercaram a Casa da Torre e os Garcia d’Ávila no processo de conquista e defesa territorial, ver: PESSOA, 2006, p. 120 – 241.

Piragibe, um dos principais representantes na Nação Tabajara, que mantinha uma longa tradição de inimizade contra os Potiguares e alianças com os portugueses, promulgadas através de casamentos entre os colonos e as mulheres indígenas (HEMMING, 1978, p. 64; SALVADOR, 1918, p. 218).

Durante essa jornada, adentraram aos sertões, mataram os indígenas que resistiram e escravizaram os demais. Retornando ao litoral, os Tabajaras descobriram que os portugueses intencionavam fazer o mesmo contra essa nação, apesar das alianças vigentes. Intencionando frustrar esses planos, o Chefe Piragibe uniu-se a outro dos principais dos Tabajaras, o Chefe Guiragibe, e ambos arquitetaram uma cilada contra os portugueses e romperam as relações de amizade com os colonos. Essa sequência de eventos gerou repercussões significativas à fronteira setentrional às Capitanias de Itamaracá e Pernambuco, pois esses núcleos Tabajaras terminaram se aliando aos Potiguares que habitavam essas partes, agravando as condições de manutenção desses limites. Nesse sentido, todos os esforços de conquista, partidos do Governo-geral, com jurisdição ao Norte da Bahia, voltaram-se a essa área²⁵¹.

A ruptura representou um risco aos avanços da economia açucareira nesse espaço, que continuava a acolher recém-chegados, dispostos a investir cabedais nessa expansão. Seria esse o exemplo dos irmãos cristãos-novos Diogo e Fernão Soares da Cunha, que possivelmente desembarcaram na capitania em torno desse momento. Apesar dos primeiros colonos terem adquirido as terras mais acessíveis e com maior proximidade do litoral, como visto, não necessariamente dispunham dos recursos necessários para estabelecer os engenhos e conseguir escravizados. Diferentemente, muitos dos que aportaram a partir de 1570, trouxeram recursos do reino ou exploraram as oportunidades necessárias localmente, adquirindo partes das sesmarias que já existiam, antes de requerer suas próprias²⁵².

Ainda que não tenha sido possível levantar indícios que apontem se os irmãos Diogo Soares e Fernão Soares da Cunha, estariam em período de aprendizagem mercantil, ou se já praticavam a mercancia anteriormente, Evaldo Cabral de Mello (2012) indica que logo começaram a levantar o Engenho Suassuna, na margem esquerda do riacho homônimo, em Jaboatão; na sesmaria pertencente a Gaspar Alves de Puga. Segundo o autor, em 1573, “o partido de Fernão Soares deveria moer suas canas na fábrica de Gaspar, no montante de trinta tarefas anuais” (2012, p.82), no entanto, isso só veio a se concretizar posteriormente, em 1587.

²⁵¹ SALVADOR, 1918, p. 218-219.

²⁵² MELLO, 2012, p. 21-22.

Consequentemente, elementos como a conjuntura favorável dos preços, o acréscimo nas demandas produtivas, o desembarque de comerciantes dispostos a investir e atuar nessa expansão, assim como, a evocação das “guerras justas” contra os povos indígenas – em função da conquista de terras, escravização da mão-de-obra com destino ao estabelecimento dos engenhos e suas logísticas de abastecimento –, convergiram para a concretização da virada ofensiva nas estratégias de conquista territorial. Nesse cenário, os mercadores recém-chegados não estiveram isentos de adentrar aos conflitos, considerando, principalmente, como se enquadravam nas diretrizes bélicas promulgadas por D. Sebastião, que contemplavam todo o Império.

Nomeadamente, aponta-se a *Lei das armas, que cada pessoa é obrigada ter em todos os Reinos e Senhorios de Portugal*, promovida em 1569. Essas medidas reforçavam aquilo que já havia sido iniciado por D. João III, acerca das obrigações dos vassalos no que concerne ao arsenal e aos cavalos que lhes cabiam, a partir de suas respectivas rendas. Desta vez, algumas especificidades seriam impostas. Enquanto D. João III não se referia diretamente às partes do Brasil, ainda que outros espaços fossem abarcados, seu neto impôs que:

7 - Os moradores das ditas ilhas, e partes do Brasil, que tiverem fazenda, que valha quatrocentos mil réis, pouco mais ou menos, serão obrigados a ter um arcabuz aparelhado, uma cela ou capacete, uma rodela ou adaga, um pique, e uma lança, e não serão obrigados a ter cavalos, porque pela qualidade da terra o ei assim por bem

253

Com exceção dos moradores das ilhas e das partes do Brasil – isentos da obrigação de terem montarias considerando as condições do terreno –, aqueles que dispusessem de rendas acima de 200 mil réis, seriam obrigados a ter cavalos equipados, uma armadura de couro para o tórax (cossolete), capacete, lança e espada, porém, se tivessem outras peças de armadura junto à adaga e espada, o cossolete poderia ser dispensado. Deveriam também, dispor de um arcabuz aparelhado com todo o necessário. Caso suas fortunas fossem avaliadas a partir de 400 mil réis, suas obrigações voltavam-se a manter dois cavalos, dois corpos do arsenal previsto e dois arcabuzes aparelhados, que servissem para dois “homens de pé”. Se os cabedais fossem equivalentes a 800 mil réis, ou acima, seria imposto que mantivessem três cavalos, três corpos de armas e três arcabuzes aparelhados. Dispondo de um conto e meio, adiante, seria indicado que os vassalos deveriam possuir quatro cavalos, quatro corpos de

²⁵³ LEI DAS ARMAS, que cada huma pessoa he obrigada ter em todos os Reinos, e senhorios de Portugal. In: Leys, e provisões que elrey Dom Sebastião nosso senhor fez depois que começou a governar. Impressas em Lisboa per Francisco Correa em 1570. Coimbra, na real imprensa da Universidade, 1816. P. 18.

armas e seis arcabuzes. Também, mais uma dúzia de lanças, ou piques, e seis adagas ou rodela (escudos).²⁵⁴

Ainda que as rendas avaliadas pelos corregedores, ouvidores e demais autoridades responsáveis tenham sido as bases para a hierarquização das diretrizes promovidas por ambos os monarcas, D. João III referiu-se diretamente a categorias como os fidalgos e cavaleiros. Por sua vez, D. Sebastião sinalizou não somente a essas camadas, mas também, à comunidade mercantil, reiterando as divisões por fortunas.

6 - Todo mercador, que não tiver renda ou fazenda das quantias sobreditas pelas quais está obrigado a ter cavalo ou cavalos, e as armas atrás declaradas, e tratar com quatrocentos mil réis até quinhentos em dinheiro, será obrigado a ter cavalo e armas, como acima é dito que tudo tenham as pessoas, que tiverem de fazenda as continuas atrás declaradas. (LEI DAS ARMAS, 1819, p. 17).

Diferentemente dos critérios previstos pela Coroa Joanina, esses ordenamentos encontraram adesão ao longo do Antigo Regime, apesar de apenas reafirmarem o que havia sido proposto anteriormente, mediante alguns ajustes. O diferencial, de fato, viria somente a partir da lei promulgada em 1570, ou o “*Regimento dos capitães-mores, e mais capitães, e oficiais das companhias da gente de pé, e de cavalo*”²⁵⁵. Aqueles obrigados a manter cavalos e arsenal, seriam agora organizados através de listagens divididas por regiões do reino, como cidades, vilas, comarcas, municipalidades e afins, e passariam a integrar as ordenanças, ou corpos de combate compondo as linhas auxiliares, destituídos do pagamento de soldos e sob o comando dos Capitães-mores e demais oficiais encarregados²⁵⁶.

²⁵⁴ LEI DAS ARMAS, 1819, p. 16). Embora não fossem obrigados, caso tivessem, deveriam cumprir com algumas obrigações. Mais precisamente "4 - E porem sendo algumas das ditas pessoas moradores nas ilhas da Madeira, ou dos Açores, Cabo Verde, Sam Thome, ou nas partes do Brasil, nam serem obrigados a ter cavallos, e selo ham a ter as armas sobreditas [ou as referenciadas no parágrafo supracitado], , como as ouveram de ter, se tiveram cavallos: e em lugar do cavallo, ou cavallos, que per bem desta lei ouveram de ter, terem mais dous arcabuzes, hum pique ou lança, e uma rodella ou adaga por cada cavallo, que assi ouveram de ter". (LEI DAS ARMAS, 1819, p. 16).

²⁵⁵ MAGALHÃES, 1997, p. 105-106. Para aprofundamentos acerca do Lei das Armadas e da Lei das Ordenanças, ver: FEIO, Gonçalo Maria Duarte Couceiro. *O ensino e a aprendizagem militares em Portugal e no Império, de D. João III a D. Sebastião: a arte portuguesa da guerra Tese de doutoramento, História (História dos Descobrimentos e da Expansão)*, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2014. p. 41 - 61.

²⁵⁶ Contrapondo ideias nacionalistas das ordenanças como o bojo de uma organização militar nacional, Fernando Dores Costa (2004) afirma que: “o regimento de D. Sebastião de 1570 não é uma lei destinada a organizar o levantamento e a mobilização das forças para a guerra. O seu propósito é bem mais limitado: balizar uma nova tentativa para impor aos vassallos o exercício no uso dos cavalos e das armas cuja posse, uma vez mais, uma lei de Dezembro de 1569, na sequência de uma longa tradição de leis de raízes medievais, definira como obrigatória. Tal como se explicita no parágrafo preambular do Regimento, o objectivo é complementar do dessa outra lei – cujo conteúdo não é particularmente inovador, retomando a ordenação de 1549 –, sendo uma nova tentativa para dar corpo à existência de homens treinados e habilitados à ordem de combate”. (2004, p. 73). Sobre isso, ver: COSTA, Dores Fernando. *O mito das Ordenanças*. In: Themudo, Manuel; Teixeira, Nuno Severiano. *Nova História Militar de Portugal*, Vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004. p. 71 – 74.

Capitães de companhias, alferes, sargentos e demais oficiais, seriam instituídos pelas Câmaras a partir dos principais da terra. Os contingentes seriam divididos em *esquadras* compostas por 25 homens, com Cabos de Esquadra à frente dos respectivos agrupamentos. A rigor, dez esquadras formariam uma Companhia de 250 homens, incluindo os tais Alferes, Sargento, Meirinho, Escrivão e Cabos, todos sob o comando de um Capitão de Companhia²⁵⁷.

Adendos foram inseridos através de uma provisão passada no ano de 1574, visando uma melhor execução daquilo que teria sido previsto no Regimento e declarando questões que, no documento original, não foram contempladas. A Coroa reconhece nesta provisão que não havia no Reino uma quantidade suficiente de armas para cobrir a totalidade dos vassallos previstos. Conseqüentemente, os Corregedores das Comarcas, Provedores e demais oficiais administrativos responsáveis, deveriam impor aos mercadores atuantes em suas jurisdições, que tivessem comércio com Flandres, Alemanha ou Biscaia, a negociar armas, pólvora, chumbo e munições nas cidades, vilas e outros lugares, a preços moderados, sob pena de 20 cruzados para o mercador que tivesse condições de cumprir com estes requisitos, mas não o fizesse, com metade da execução sendo destinada às despesas das ordenanças e a outra metade, a quem acusasse²⁵⁸.

Em balanço dessas e outras medidas, Rodrigo Ricupero (2009) sugere que as imposições referentes às armas e ordenanças foram essenciais na imposição do domínio ibérico sobre a Fachada Atlântica, através da arregimentação da população masculina e das companhias, capitaneadas por aqueles de maior afluência política e econômica. Exercícios de vigilância sobre a costa entraram em vigor e, na ausência das tropas regulares, estabelecidas posteriormente, “eram os moradores que cumpriam quase a totalidade das tarefas bélicas” (p.

²⁵⁷*Regimento das Ordenanças ou dos Capitães-mores*. In: MENDONÇA, M. C. Raízes da Formação Administrativa do Brasil. Tomo I. Regimentos I a XVI. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Conselho Federal de Cultura, 1972. p. 160 - 161. “E nos lugares, e Freguesias, em que não houver cumprimento de cem homens, nem se puderem cômodamente ajuntar aos outros lugares vizinhos, conforme a êste Regimento, se farão somente Cabos de Esquadra, que tenha cada um a seu cargo vinte e cinco homens, conforme ao acima dito. E os ditos Cabos farão exercitar pela ordem dêste Regimento: não havendo gente para duas esquadras, se ajuntará tôda a uma esquadra, ou às que houver”. (MENDONÇA, 1972, p. 161)

²⁵⁸ Seriam essas e outras medidas, dispostas com as intenções de conservar as *Milícias* e as *Ordenanças* de maneira mais efetiva, ou mais especificamente, visando a manutenção destas linhas auxiliares. Segundo consta no documento: “Eu El-Rei, faço saber aos que esta Provisão virem, que porquanto depois de eu fazer o Regimento Geral sôbre as Ordenanças, que mandei que houvesse em meus Reinos, a experiência foi mostrando que era necessário (para melhor execução do dito Regimento, e para se conservar a Milícia e Ordenança nos ditos Reinos, como cumpre a meu serviço, e ao bem dêles) declarar mais algumas cousas, que no dito Regimento não foram declaradas e prover em outras, em que era necessário dar ordem. (MENDONÇA, 1972, p. 170). Apesar das indicações acerca das milícias e ordenanças dispostas nesse adendo, evidencia-se que as distinções formais entre ambas as categorias são contempladas apenas a partir do séc. XVII. Mais especificamente, Kalina Vanderlei Silva (2001) destaca, por exemplo, como as tropas de milícia teriam sido formalmente estabelecidas em Portugal apenas a partir de 1640 e, mesmo algumas décadas após esse momento, ambas as esferas compartilhariam uma confusão de termos. Sobre isso, ver: SILVA, 2001, p. 77 - 79.

2009, 141)²⁵⁹. Na prática, esses princípios foram impostos durante o processo de arregimentação das tropas para as guerras de conquista que ocorreram na fronteira de Itamaracá, visando o estabelecimento de uma nova capitania, que servisse às necessidades expansionistas da indústria açucareira de Pernambuco, vide a conjuntura favorável a esse mercado.

Reitera-se como a ocupação portuguesa ao Norte de Itamaracá encontrou impasses na aliança franco-potiguara que mantinha domínio sobre a região, em função do escoamento de pau-brasil através dos rios que entrecortavam o território. Mediante esse cenário, a Capitania de Itamaracá contava com alguns poucos moradores que se mantinham encurralados na ilha, três engenhos de Pernambuco estariam impossibilitados de moer suas canas devido aos levantes dos Potiguaras e, cada vez mais, os franceses ameaçavam se fortificar no Rio Paraíba, localizado na Capitania de Itamaracá, com diversos aldeamentos estendendo-se ao longo de sua várzea²⁶⁰.

Também conhecido à época como São Domingos, o Rio Paraíba desagua diretamente no oceano Atlântico e conta com um ilhéu em sua boca, tornando a entrada bifurcada. Pela abertura de cima, navegavam caravelas por entre a terra e os arrecifes, enquanto pela outra, transitavam grandes naus. Sua várzea é retalhada por esteiros que adentram as terras em solo de massapé, tornando suas condições ideais ao cultivo da cana-de-açúcar e, por conseguinte, ao estabelecimento de engenhos capazes de servir ao aumento nas demandas que recaíam sobre Pernambuco²⁶¹.

Cerca de vinte a trinta naus francesas, em média, adentrava ao rio todos os anos para carregar pau-brasil, representando um empecilho aos interesses do monopólio régio lusitano sobre o produto, naquela região. Os Potiguaras mostravam-se uma ameaça aos engenhos próximos às fronteiras e, como agravante, aprofundavam-se o medo e a inadimplência por parte dos colonos de um modo geral, e mais especificamente, da classe mercantil, corroborando para que não somente provocassem os Potiguaras, como também, tirassem proveito dessas contrariedades para tornar-lhes cativos.

²⁵⁹ RICUPERO, 2009, p. 140-142

²⁶⁰ "As fronteiras de Tamaracá, que só com trinta e dois moradores acurralados na ilha piedosamente sustentavam a capitania, e na de Pernambuco já não moíam três engenhos e em condição de pejarem outros, por tudo estes Pitiguares irem assolando, por que mais facilmente pudessem acarretar e carregar o pao aos francezes, e de tal maneira se foram apercebendo e appellidando os francezes em sua ajuda, que se vieram a fortificar, a seu modo, no mesmo rio Parahyba, com os francezes, situando-se grande quantidade de aldêas dos indios pelo rio acima". (SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 12).

²⁶¹ SOUZA, 1851, p. 52; SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 6-7.

“Tão cortados os tinha o medo e as dívidas, tão espantosamente consumidos e atribulados por alguns deverem mais de trinta e quarenta mil cruzados, e os mercadores com as dívidas antigas, que tiveram quasi princípio com a terra, tão desacommodados que se tinham por perdidos; mas, tomada aquella fonte da carga do pão no Paraíba, arrebentou logo em Pernambuco com tanto proveito, como a experiencia o mostrou, porque uns pagaram o que deviam, outros se fizeram ricos: mas d'antes em nada havia conselho, nem ordem, por os nossos em nada a terem nas guerras, que mal lhe davam (...) descia o gentio à carniça, com que se dobravam as oppressões d'estas duas capitánias, que parece pela malicia dos moradores d'ellas incorreram o juízo de Deus, provocando os índios a rompimento com o máo tratamento e respostas que a seus serviços davam, sendo elles n'isso mui certos e proveitosos e nos captiveiros que (quebrando-lhes a fé contra todo o direito natural e das gentes), lhes davam”. (SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 12).

Na perspectiva de Regina Célia Gonçalves (2007), o Rio Paraíba representaria aos agentes envolvidos muito mais do que um acidente geográfico. Seria esse um desafio militar às populações que o habitavam e àquelas que pretendiam ocupá-lo. Para os portugueses estabelecidos em Pernambuco e Itamaracá – cuja ilha dificilmente era mantida – seria esta a fronteira setentrional de expansão, povoamento e exploração econômica da terra, a partir da indústria açucareira. Do ponto de vista dos Potiguaras, o Rio Paraíba seria um recurso natural que serviria de base para organizar a ofensiva contra os lusitanos, de onde poderiam avançar sobre as fazendas e recuar com segurança quando necessário: “um ponto estratégico a partir do qual era possível, a um só tempo, acostrar os portugueses e manter, através do negócio do pau-brasil, a aliança tática com os franceses” (GONÇALVES, 2007, p. 36).

Notícias sobre as condições enfrentadas na fronteira chegaram à metrópole e D. Sebastião atribuiu ordens ao Governador-Geral, Luís de Brito d'Almeida, para que levasse guerras à aliança franco-potiguara no Rio Paraíba, de maneira a impedir a fortificação francesa na várzea e ensejar a povoação do espaço. Vendo-se impossibilitado de atender pessoalmente às demandas, Luís de Brito encarregou o exercício dessas responsabilidades a Fernão da Silva, Provedor-mor da Fazenda e Ouvidor-Geral, que arregimentou os efetivos compostos por indígenas aliados, bem como, colonos a pé e a cavalo, na intenção de lançar uma *incursão punitiva* sobre os Potiguares que recentemente tinham avançado sobre o engenho de Diogo Dias, um colono abastado que tinha começado a erguer suas fábricas no Rio Tracunhaém, dez léguas ao Sul do Rio Paraíba²⁶².

Incursões dessa natureza estiveram no âmago dos princípios de “guerra justa”, manifestados pelos portugueses. Suas características incluíam aspectos como o uso excessivo da força e a responsabilização de populações inteiras por ataques individuais, estabelecendo casos-exemplo voltados à intimidação enquanto instrumento de imposição e projeção de

²⁶² SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 15.

poder. Na América portuguesa, por exemplo, aldeias inteiras foram destruídas em resposta das autoridades a possíveis ataques a assentamentos (WALTER, 2016, p. 114).

Neste caso, o estabelecimento de um engenho na fronteira com os Potiguaras significaria um passo importante à ocupação portuguesa, com a iniciativa de Diogo Dias servindo de estímulo a outros colonos dispostos a seguir esses passos. Mesmo com todas as atribuições impostas pelos Potiguares, evidencia-se que Diogo Dias teria conseguido não somente erguer canaviais e instalar as maquinarias necessárias, mas também, teria fortificado o espaço com as defesas necessárias, representando uma ameaça à aliança franco-potiguara, que terminou descarregando ataques ao engenho (GONÇALVES, 2007, p. 68).

Não obstante, os Potiguaras foram efetivos em resistir à investida de Fernão da Silva, forçando-lhe a recuar pelo litoral até retornar à Bahia, onde reportou a situação encontrada ao Governador-Geral. Ainda estando sob efeito das ordens de D. Sebastião e considerando o significado da fronteira à ocupação portuguesa ao Norte, o Governador decidiu ir em pessoa levar guerras às aldeias no Rio Paraíba. Para tanto, arregimentou uma armada de doze velas – consideravelmente dispendiosa à Fazenda, pelos seus “muitos mil cruzados” –, tripulada pelos principais da terra, que incluíam oficiais administrativos e de justiça, capitães, soldados e os provimentos necessários. Partindo em setembro de 1575, deparou-se com intempéries durante a viagem marítima, atracando novamente à Bahia sem nunca ter se distanciado muito desta Capitania²⁶³.

Outras tentativas se seguiram durante o reinado de D. Sebastião e do Cardeal D. Henrique, que assumiu o trono após o antecessor falecer nos confrontos de Alcácer-Quibir sem deixar herdeiros. Continuando as intenções sebásticas de tentar impedir fortificações francesas no Rio Paraíba, D. Henrique repassou a empresa de conquista a um particular. Frutuoso Barbosa já havia carregado pau-brasil nessas várzeas durante os momentos de paz com os Potiguaras. Conhecia a terra e detinha os recursos necessários, mas também se viu frustrado após suas investidas não surtirem efeito. Em suma, estabelecer domínio sobre essa fronteira parecia estar fadado da mesma maneira que esteve nos tempos das armadas de João de Barros, embora dessa vez, os riscos recaíssem sobre uma indústria açucareira em processo de expansão e com redes de comércio que se articulavam no circuito comercial, em detrimento de capitânias que ainda erguiam suas bases.

Entrementes, as condições desse cenário foram subvertidas a partir da entrada de recursos e efetivos provenientes da Coroa Hispânica, em razão da União das Coroas Ibéricas.

²⁶³ SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 15-16.

Falecendo D. Henrique, que como seu antecessor não deixou sucessores diretos à linhagem dos Avis, instaurou-se uma crise dinástica que resultou na ascensão de D. Filipe II, da casa dos Habsburgo, ao trono português. Das consequências dessa crise, evidencia-se que partes da Península Itálica e os Países Baixos meridionais, além da Península Ibérica em toda sua totalidade e as possessões ultramarinas – das Américas, às costas da África ocidental, regiões das Índias e do Japão –, passaram a compor o “planeta filipino”, convergindo num processo de *mundialização* na primeira modernidade, que acrescentou à dominação colonial, na esfera local, um substrato planetário (GRUZINSKI, 2014, p. 46; 158).

No decorrer dessa conjuntura, a nação portuguesa preservou seus pilares comerciais, tais como a administração do Estado da Índia, o controle sobre as feitorias na África e as rotas comerciais traçadas com o Norte da Europa, não somente expandindo os negócios, mas também, tornando seus mercados chaves-comerciais intermediárias entre as Américas, a África e a Europa²⁶⁴. Não obstante, a segunda metade do século XVI representou à comunidade mercantil portuguesa um momento de acelerado crescimento na economia atlântica, resultando no deslocamento paulatino das atividades das partes da Ásia, ao oceano Atlântico.

Essa reorientação torna-se discernível ao observar as mudanças nas casas mercantis, ou mais especificamente, o movimento de grupos intermediários buscando fortunas na economia açucareira e no tráfico de escravizados, enquanto consórcios de elite que enriqueceram na Ásia aliam-se a essas casas em ascensão, visando estender suas conexões ao Atlântico, resultando numa reciclagem de capitais promulgada por um amontoado de sociedades e parentescos de difícil investigação, em função das homônimas dos agentes e testas-de-ferro²⁶⁵.

Aprofundando esses aspectos, observa-se que a Carreira das Índias seria operada, na década de 1580, por uma série de contratos estendidos pelos últimos monarcas da dinastia Avis às casas mercantis estrangeiras, sediadas em Lisboa. Seria esse o caso de Konrad Rott e seus associados, os primeiros particulares a obterem direitos sobre o aprovisionamento da pimenta, concedidos por D. Sebastião a troco de retornos rápidos que contribuíssem às fáticas investidas que fez sobre o Magrebe. Durante os primeiros anos da União Ibérica, quase todo o monopólio régio sobre a Rota do Cabo estaria relegado às casas germânicas e

²⁶⁴ STUDNICKI-GIZBERT, 2007, p. 36 – 39

²⁶⁵ STUDNICKI-GIZBERT, 2007, p. 34-35; ALENCASTRO, 2000, p. 101.

milanesas responsáveis pelos contratos, como os Rott, Fugger e Welser, ou a Giovanni Battista Rovellasca²⁶⁶.

Não obstante, a distribuição dos produtos – com destaque à pimenta – perpassava por uma série de investidores que não tinham parte nos contratos e seriam provenientes de praças como Lisboa e Medina del Campo. Por sua vez, seus representantes mantinham-se dispersos entre grandes cidades portuárias como Hamburgo, Lubeck, Middelburgo, Amsterdã, Livorno e Veneza. Seria esse o exemplo de Rui Lopes d'Evora e Veiga e Luís Gomes Angel, ambos pertencentes a famílias cristãs-novas portuguesas, inseridas no bojo da elite mercantil do eixo Lisboa-Antuérpia. Mais tarde, do eixo Lisboa-Madrid²⁶⁷.

Na medida em que os confrontos marítimos da Espanha com os neerlandeses e os ingleses eram agravados, o circuito tornava-se menos atrativo às casas estrangeiras, principalmente quando a partir da União Ibérica, passaram a mirar também navios lusitanos. Carregamentos valiosos afundavam devido aos conflitos, ou mesmo, como consequência dos desastres marítimos. Com efeito, ao invés das políticas fiscais dos Habsburgo voltarem-se ao reinvestimento dos lucros nas embarcações da Rota do Cabo, para que cumprissem com seus serviços dentro do prazo, ou garantisse suas defesas, D. Filipe II designou receitas da pimenta aos confrontos nos Países Baixos, ou mesmo, para arregimentar a *Invencível Armada*. Ainda que esses projetos militares incidissem sobre as bases do curso, no fim, seriam de pouco benefício direto à Carreira das Índias²⁶⁸.

Como consequência desses quadros, as casas mercantis estrangeiras deixaram os contratos, permitindo que consórcios portugueses assumissem nos mesmos termos que seus antecessores. Mais precisamente, seria esse um círculo reduzido de mercadores-financistas provenientes das famílias cristãs-novas do eixo Lisboa-Antuérpia, ativo nos circuitos da pimenta e dos temperos desde o início do séc. XVI, tais como os Rodrigues d'Évora e Veiga, os Ximenes d'Aragão e os Gomes d'Elvas. Não somente mantinham laços comerciais com grupos como os de Giovanni Battista Rovellasca e associados, mas também, teriam apoiado a sucessão hispânica ao trono de Portugal, almejando o despejo da prata proveniente das Américas na Carreira, a partir da Coroa dos Habsburgo (BOYAJIAN, 1993, p. 15)²⁶⁹.

Estima-se que nesse período, uma média de 200 indivíduos aportava regularmente capitais na Carreira das Índias e pequenos investidores organizavam-se para investir menos de 100 cruzados ao ano, embora a relação entre o tempo de retorno e o risco, nem sempre fosse

²⁶⁶ BOYAJIAN, 1993, p. 18-22.

²⁶⁷ BOYAJIAN, 1993, p. 22; FRADE, 2006, p. 270-295

²⁶⁸ BOYAJIAN, 1993, p. 22-26.

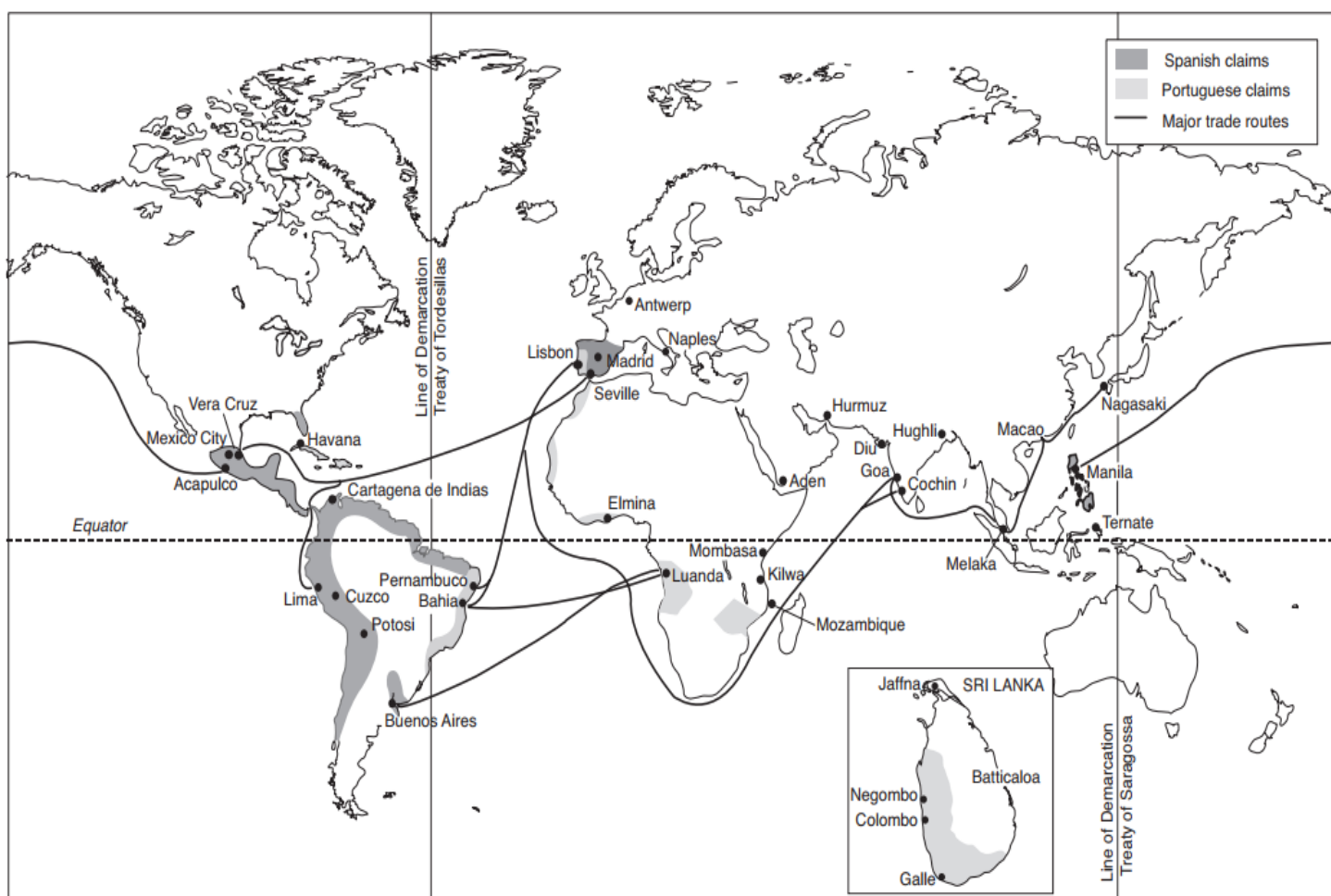
²⁶⁹ BOYAJIAN, 1993, p. 11 - 15

favorável a essa parcela. Parte significativa desses investimentos seria aplicada ou intermediada por consórcios de famílias cristãs-novas provenientes do Porto, que mantinham negócios no Atlântico e compartilhavam carregamentos, correspondentes e comercializações, ao ponto de tornar-se difícil a tarefa de separar os investimentos entre casas e agentes. Destas, destacam-se os consórcios formados pelos Tinoco, Fernandes, Silveira, Gomes Denis e Solis, Brandão e Vaaz de Souza, que a partir de 1580, consolidaram-se no circuito e passaram a controlar cerca de $\frac{2}{3}$ dos investimentos na Carreira (idem, p. 27).

Esses aspectos convergiram para que os cristãos-novos mercadores de grosso-trato se tornassem um dos grupos que mais ganharam com a ascensão dos Habsburgo, em Portugal; fator contribuinte para que suas redes de trocas e financiamento circundassem o globo, tendo como principais centros Lisboa, o Porto, Medina del Campo, Madrid, Sevilla, Antuérpia, Pernambuco, Bahia e outros. Essencialmente, suas dinâmicas contribuíram para reforçar as conexões entre circuitos e o Atlântico configurou-se como um dos mais relevantes, agregando portos como Olinda, Salvador e Luanda aos circuitos europeus, em prol do comércio de açúcar e tráfico de escravizados²⁷⁰.

²⁷⁰ SUBRAHMANYAM, 2012, p. 124-126.

Figura 01 - O Mundo Ibérico em 1600



Fonte: SUBRAHMANYAM, 2012, p. 327

Teria sido durante esse período que homens como Ambrósio Fernandes Brandão não somente desembarcaram nas partes do Brasil, mas também, aproveitaram-se do cenário das conquistas para estabelecer-se e/ou acrescer às suas atividades mercantis. De ascendência judaica e nascido c. 1555, Ambrósio Fernandes apresentava experiência em combate antes mesmo de chegar à colônia, tendo guerreado em armadas nas Índias e, em algumas, sendo ferido. Serviu também na fatídica campanha do Magrebe, na qual D. Sebastião pereceu. Embora não haja indicativos de sua presença especificamente na Batalha de Alcácer-Quibir, sabe-se que a atuação se deu na armada do mar e, também, como um dos financistas da empreitada²⁷¹.

²⁷¹ BRANDÃO e MENEZES, 2020a, p. 64 – 65.

D. Sebastião não recorreu apenas às receitas da pimenta através dos contratos com as casas mercantis estrangeiras – como Konrad Rott e associados –, para financiar os recursos destinados às incursões no Marrocos. Interessado na arrecadação de recursos voltados à campanha no Magrebe, a Coroa negociou também com os cristãos-novos mercadores do reino o pagamento de 225 mil cruzados, em 1577, barganhando a soltura de presos do Santo Ofício e a promessa de que não haveria confisco de bens nos próximos dez anos²⁷². Sucedendo seu sobrinho recém-falecido, no entanto, o Cardeal e Inquisidor-Geral D. Henrique, anulou as condições dessa negociação e ordenou que os cabedais fossem restituídos aos contribuintes, embora isso não tenha sido verificado até o Perdão-Geral estendido por D. Filipe II, em 1605. Esses acordos também teriam sido anulados pelo Papa, que terminou reestabelecendo o confisco de bens²⁷³.

À altura da Batalha de Alcácer-Quibir, Ambrósio Fernandes Brandão teria aproximadamente 23 anos de idade. Embora não haja maiores informações genealógicas acerca de sua trajetória, sabe-se que ambos os Fernandes e os Brandão seriam grupos mercantis atuantes a partir do Porto, com atividades na Rota do Cabo. James C. Boyajian (1993), por exemplo, indicou seu nome na lista de mercadores portugueses com investimentos na Carreira das Índias entre 1580 e 1640, com os negócios sendo intermediados pelo consórcio dos Brandão²⁷⁴. Embora esse não seja um indicativo genealógico direto, considerando que muitos dos investidores não pertenciam às famílias mediadoras de seus investimentos, a possibilidade de contatos em rede não é excluída. Nesse sentido, levanta-se como hipótese Ambrósio Fernandes ser proveniente de uma família de recursos e, assim, ter contribuído ao financiamento das armadas de D. Sebastião, ao invés de ser um mercador estabelecido, durante esse momento.

Independentemente, seus serviços e despesas nas partes das Índias e África foram suficientes para que recebesse, pela chancelaria régia de D. Filipe II, em 1581, a mercê de escrivão da Feitoria de Malaca e apontador das obras da fortaleza, dessa cidade.

²⁷² FRADE, 2006, p. 102. Essas negociações foram conduzidas por sujeitos como Manuel Duarte, Henrique Simões e Álvaro Furtado, comerciantes cristãos-novos de grosso-trato vinculados à Rota do Cabo. Esse último, inclusive, mantinha laços com a família Dias de Milão, enriquecida no trato de especiarias na Ásia e associada às famílias do contrato da pimenta, como os Ximenes d'Aragão. Na primeira metade do séc. XVII, um de seus membros, Manuel Nunes de Matos, seria o segundo maior exportador de açúcar em Pernambuco e, de maneira geral, as ações desse grupo se estendiam da prata no México, ao tráfico de escravizados em Angola e à redistribuição dos açúcares em Hamburgo e Antuérpia. Sobre isso, ver: RICARDO, Sílvia Carvalho. *Expoentes Mercantis e Dinâmica de Negócios: A Família Dias de Milão (1580 - 1624)*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2014. (p. 12-13; 103).

²⁷³ FRADE, 2006, p. 127 – 135.

²⁷⁴ Appendix B: Investors in the Carreira da Índia, 1580 – 1640. In: BOYAJIAN, 1993, p. 254 – 257.

Dom Filipe, etc, faço saber aos que esta carta virem que havendo respeito aos serviços que nas partes da Índia tem feitos Ambrósio Fernandes Brandão nas armadas e cousas em que se achou e ser em algumas delas ferido e asi a ir servir na jornada de África com o Senhor Rei Dom Sebastião, meu sobrinho, que Deus tem, na armada do mar, e à despesa que nisso fez e hei por bem e me praz de lhe fazer mercê do cargo de escrivão da feitoria de Malaca e do cargo de apontador das obras da fortaleza da dita cidade por tempo de três anos na vagante dos providos antes de 12 dias deste mês de Fevereiro do ano presente de 1581 em que lhe fiz esta mercê, com declaração que irá o dito ano à Índia e não indo não haverá efeito, com os quais cargos haverá de ordenado em cada um dos ditos três anos 50.000 reais e os próis e percalços que lhe diretamente pertencem²⁷⁵.

Malaca representava uma região de vital importância. Em fins do século XV, centenas de mercadores da Arábia, Pérsia, Índia, China e outras regiões da Indonésia comercializavam nesta praça, que desempenhava o papel de centro das trocas interasiáticas²⁷⁶. Sendo conquistada pelos portugueses, em 1511, seu porto passou a representar uma localização estratégica ao Estado da Índia, por manter-se na interseção do tráfego dos navios entre China e Insulíndia. Seria também o ponto de acesso às Ilhas Molucas e ao Japão, permitindo que a partir deste entreposto, fossem desenhadas as rotas de acesso ao extremo oriente. O posto de capitão de Malaca era um dos mais rentáveis na estrutura do Estado da Índia e a fortuna deste centro devia-se não somente ao sistema de fortalezas, mas também, pela rentabilidade das conexões marítimas que as autoridades da cidade conseguiram estabelecer, com os centros produtores e distribuidores dos produtos. A ascensão dos Habsburgo ao trono de Portugal corroborou não somente para o aumento de particulares nas trocas da cidade, em detrimento de uma preponderância do monopólio régio, mas também, ao reforço das defesas das fortalezas e ao crescimento dos conflitos contra os neerlandeses na costa²⁷⁷.

Ambrósio Fernandes, entretanto, não se encontrava na corte no momento de juramento na chancelaria. Porventura, verificar se realmente chegou a assumir o cargo, ou mesmo, descortinar sua trajetória durante esse momento, demanda um aprofundamento das investigações.

Notifico-o asi ao meu viso-rei ou governador das ditas partes da Índia e ao vedor de minha fazenda em elas e lhes mando que tanto que ao dito Ambrósio Fernandes pela dita maneira couber entrar nos ditos cargos lhe dêem a posse delas e lhos deixem servir e haver o dito ordenado e os próis e percalços como dito é. E porquanto o dito Ambrósio Fernandes não é presente nesta corte para lhe ser dado juramento na chancelaria, mando ao provedor e oficiais da Casa da Índia que lhe dêem nela

²⁷⁵ Carta de Mercê do Ofício de Escrivão da Feitoria de Malaca (Ásia), Concedida por D. Filipe I a Ambrósio Fernandes Brandão. Chancelaria de D. Filipe I, liv. 2, f. 73v. Disponível em: BRANDÃO; MENEZES, 2020b, p. 164 – 165.

²⁷⁶ MEILINK-ROELOFSZ, 1962, p. 36-37.

²⁷⁷ LOUREIRO, Rui Manuel. *Uma cidade cercada: Malaca durante a União Ibérica (1580 - 1640)*. e-Spania: Revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales et modernes, vol. 25. Outubro, 2016. p. 3 – 7.

juramento dos santos evangelhos que bem e verdadeiramente sirva, guardando em todo meu serviço e às partes seu direito²⁷⁸.

Não obstante, o intervalo de três anos exigidos para o exercício desta função está de acordo com sua chegada às partes do Brasil, em 1583, onde foi acolhido no Engenho de Camaragibe por Bento Dias Santiago, que na época, atuava como rendeiro dos dízimos de Pernambuco. Ambrósio Fernandes Brandão tornou-se *feitor*, em outras palavras, administrador de seus negócios, familiarizando-se com a indústria açucareira no processo²⁷⁹. Anteriormente, essa mesma função havia sido desempenhada pelos irmãos cristãos-novos Duarte e Diogo Fernandes, comumente referidos pela alcunha “Camaragibe” ou “do Brasil”. Ambos fizeram fortuna através dos açúcares de Pernambuco e do tráfico de escravizados entre Angola e Brasil, para então voltar seus investimentos à Carreira das Índias, através dos consórcios estabelecidos no Porto, como os Tinoco e os Fernandes (BOYAJIAN, 1993, p. 36)²⁸⁰.

Nessa sequência, observam-se como as articulações mercantis no território tornaram-se cada vez mais consistentes no decorrer da conjuntura propiciada pela União Ibérica. Para o intervalo referente aos anos de 1580 e 1640, por exemplo, Janaína G. F. Silva (2012) aponta uma média de 165 mercadores cristãos-novos com passagem por Pernambuco, notando uma pequena minoria de agentes que tinham o Porto como local de origem e centro de seus principais investimentos. Essa capitania também teria servido como o destino final de 72 embarcações provenientes de Lisboa e do Porto, dentre um total de 274 transitantes entre 1580 e 1612 (2012, p. 99).

²⁷⁸ BRANDÃO MENEZES, 2020b, p. 164 – 165.

²⁷⁹ “E o caso é este: estando eu no ano de [15]83 assistente na capitania de Pernambuco na Vila de Olinda, ao tempo de partir uma frota para o Reino, que me trazia assaz ocupado com o haver de escrever para lá, chegou um criado meu, a quem trazia ocupado no recebimento dos dízimos dos açúcares, que estavam a meu cargo (...) Eu era então novo na terra, e não havia ainda visto nela nenhum âmbar (...)”. (BRANDÃO, 1966, p. 99). “Quanto a ter muita fazenda [Bento Dias Santiago], não há dúvida, pois em pouco tempo far-se-á contratador da cobrança dos dízimos do açúcar do Estado do Brasil, ou de parte deste, desde 1575 e por vários anos seguintes. A sua participação na agricultura do açúcar nas terras de Camaragibe não representava senão uma parcela da sua atividade de homem de negócios e seria dirigida por prepostos ou feitores seus. Como é sabido, entre os seus prepostos na cobrança dos dízimos do açúcar estava ninguém menos que o futuro autor dos Diálogos das Grandezas do Brasil, Ambrósio Fernandes Brandão” (MELLO, 1996, p. 125).

²⁸⁰ Chama-se atenção aos homônimos nessa relação. Este Diogo Fernandes, em particular, seria *genro* do Diogo Fernandes que ergueu o Engenho de Camaragibe junto a Bento Dias Santiago e Pedro Álvares Madeira. Segundo Janaína G. F. Silva (2012), “Diogo Fernandes e seu irmão Duarte Fernandes, eram feitores do engenho de Bento Dias Santiago, por volta de 1574, estando o primeiro como mercador na Rua Nova de Lisboa, em 1594. Diogo Fernandes (Fernandes Camaragibe ou do Brasil) foi marido de Ana, filha de Branca Dias e de seu homônimo Diogo Fernandes”. (2012, p. 107). A autora aponta ainda, que o comércio desses sujeitos com o oriente seria proveniente de laços matrimoniais entre os Tinoco e os Fernandes. (2012, p. 165) Nesse sentido, as conexões e laços genealógicos entre os grupos envolvidos nas relações com o Oriente são complexas, não somente pelos homônimos e testas-de-ferro, mas também pelo grau de sobreposição de suas relações.

Por sua vez, José A. G de Mello (1996, p. 6) identifica para o último quartel do século uma maior quantidade de cristãos-novos em Pernambuco, em detrimento da Bahia, sugerindo que essa totalidade seja explicada não somente pela superioridade econômica da primeira capitania, mas também, pela segunda ser a sede do bispado e sujeita a uma maior fiscalização eclesiástica.

Vigilâncias eclesiásticas, entretanto, não impediram que essa conjuntura também se desenrolasse na Bahia. Completando seu período de aprendizagem mercantil nesta capitania, por exemplo, o previamente abordado Miguel Fernandes retornou a sua cidade natal, o Porto, em 1576. Passando um ano nesse local, partiu ao Magrebe para também prestar serviços nas armadas de D. Sebastião. Entretanto, sua atuação nessa guerra durou apenas 15 dias devido ao fim que teve o Rei, na Batalha de Alcácer-Quibir. Retornou ao Porto, para então dirigir-se novamente à Bahia, onde atuou como mercador pelos próximos 14 anos²⁸¹.

Não há indicativos documentais que apontem proximidades entre Miguel Fernandes e Ambrósio Fernandes Brandão, embora conexões com Bento Dias Santiago surjam a partir do processo inquisitorial no qual foi submetido, quando migrou à Península Itálica após sua estadia como comerciante nas partes do Brasil. Sob jurisdição do Santo Ofício de Roma, em 1595, declarou ter conhecido Bento Dias Santiago no Porto, há muitos anos, quando foi enviado ao Brasil pela primeira vez. Afirmou que o cunhado que lhe acompanhara durante esse momento, teria sido enviado por Bento Dias Santiago. Alegou também ter conhecido no Brasil um Diogo Fernandes proveniente do Porto e saber da existência de alguns parentes de Bento Dias Santiago no território, destacando seu sobrinho, Miguel Dias Santiago, embora não tenha chegado a conhecê-los²⁸².

Também na Capitania da Bahia, embora não se saiba com exatidão o ano em que tenha chegado às partes do Brasil, ou se já praticava a mercancia anteriormente, estima-se que Diogo Lopes Ulhoa já possuía uma fazenda às margens do Rio Paraguaçu, com uma capela, por volta de 1584 ou 1585, na região do Recôncavo²⁸³. Possivelmente, o cristão-novo teria desembarcado junto ao seu irmão e sócio, Antônio Lopes Ulhoa, que também possuía um

²⁸¹ NOVOA, 2016, p. 143 – 144.

²⁸² NOVOA, 2016, p. 154-156

²⁸³ Processo de Duarte Ferrão [Serrão], Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 6837. Segundo consta no documento, Diogo Serrão apareceu à frente do Inquisidor sem ser chamado aos três dias do mês de outubro de 1591, para confessar que há 4 ou 5 anos atrás, em Perabasu [Paraguaçu], na fazenda de Diogo Lopes Ulhoa, onde um grupo de convidados ceraram em mesas estendidas da confraria – com os homens às mesas e as mulheres, ao chão – e na ermida da Fazenda não estava o Santíssimo Sacramento, apenas um altar para Santo Antônio, com uma lâmpada acesa. Sobre os pormenores desse processo, ver: SILVA, 2010, 152 - 160.

engenho no território, c. 1587, dispondo de canaviais erguidos e construções à base de pedra e cal²⁸⁴.

Outros irmãos a atuarem em conjunto na indústria açucareira durante esse período foram Diogo e João Nunes Correia. Nascido no ano de 1574 e sendo original de Castro Daire, não se sabe com exatidão o ano ou a capitania onde tenha primeiramente aportado, embora João Nunes Correia possa ser localizado em Pernambuco, por volta de 1582. Ângelo Faria de Assis (1998) conjectura que possivelmente tenha desempenhado alguma atividade comercial no reino, chegando às partes do Brasil com relativa fortuna ou, ao menos, um capital inicial com que pudesse iniciar seus negócios (1998, p. 106).

Tanto João Nunes Correia, quanto Diogo Lopes Ulhoa investiram na Carreira das Índias, em algum momento entre 1580 e 1648, por intermédio do consórcio dos Fernandes²⁸⁵. No caso de Diogo Lopes Ulhoa, entretanto, essa atividade pode ter sido desempenhada por seu sobrinho homônimo, filho de Antônio Lopes, que se tornou um negociante de distinção na Bahia durante a primeira metade do séc. XVII. Convivendo nos mesmos espaços e compartilhando dos mesmos contatos, suas trajetórias podem ter se sobreposto a partir determinado momento, no qual o sobrinho iniciaria seus negócios e o tio ainda seria ativo nas trocas – possivelmente no início dos seiscentos –, corroborando para que porventura atuassem dentro da mesma rede comercial, com seus nomes na documentação correspondente às atividades mercantis sendo os mesmos. Em alguns casos, entretanto, o primeiro seria referenciado sob a alcunha “o velho”, enquanto o segundo seria “o novo”.

Nesses contornos, as dinâmicas da conjuntura comercial que se seguiu à União das Coroas, contribuíram para o fortalecimento das estruturas comerciais nas Américas, viabilizando o posicionamento de representantes mercantis nesses circuitos. Para que esses propósitos fossem atendidos, os agentes precisariam se estabelecer nos territórios, assegurar as logísticas necessárias para o funcionamento das atividades – como a obtenção de mão-de-obra, levantamento dos engenhos, transporte das mercadorias, etc., – e, não menos importante, lidar com as matérias referentes à segurança desses negócios. Consequentemente, fazia-se indispensável à intermediação desse processo, as sociabilidades inerentes às redes mercantis, que perpassavam por laços genealógicos, matrimoniais e reconhecimentos identitários mútuos, que incidiam sobre âmbitos como o acolhimento dos mercadores nos espaços e o estabelecimento de conexões dentre os circuitos.

²⁸⁴ SOUZA, 1851, p. 154.

²⁸⁵ Appendix B: Investors in the Carreira da Índia, 1580 – 1640. In: BOYAJIAN, 1993, p. 254 – 257

Movimentando diferentes etapas desse processo, e talvez referendado em menor grau no que diz respeito a esses mecanismos, estariam as guerras e os conflitos coloniais, que além de fornecer os meios necessários para a difusão das redes no setor produtivo, como os engenhos, sesmarias, escravizados e posições na administração colonial, submetia os agentes comerciais a ordenamentos régios que previam o envolvimento direto nas campanhas e acrescia às responsabilidades previstas nas linhas auxiliares, com base na avaliação de suas fazendas e cabedais.

Não obstante, a disseminação das malhas comerciais sobre o território acompanhou também outro aspecto da conjuntura promulgada pela Monarquia Hispânica. Mais precisamente, uma mudança de chave referente à entrada do Brasil nos planos defensivos previstos para o Atlântico Sul.

Em retrospectiva desses quadros, observa-se como a garantia de passagem entre os mares Atlântico e Pacífico tornou-se um dos objetivos que movimentaram as navegações quinhentistas. Localizado no extremo Sul das Américas, o Estreito de Magalhães terminou servindo a esses propósitos, embora outros canais tenham se mostrado mais eficazes no cumprimento desse papel com o decorrer dos tempos²⁸⁶. Entrementes, durante o séc. XVI, o Estreito apresentava-se como uma fonte de competição às potências marítimas concorrentes – como os neerlandeses e britânicos –, que passaram a arregimentar armadas com o intento de desafiar o controle hispânico sobre a região²⁸⁷. Seria esse o exemplo da circum-navegação do corsário britânico Francis Drake, que apesar de ter sido arquitetada por particulares, terminou recebendo o aval da Rainha Elizabeth I para que pusesse à prova as capacidades defensivas da Coroa Hispânica, sobre o Atlântico Sul.

Utilizando-se do Estreito de Magalhães para “dar a volta ao mundo” sem maiores resistências, os contingentes capitaneados por Francis Drake deixaram evidentes as falhas de segurança sobre a região²⁸⁸. Conjuntamente aos relatórios de inteligência que sinalizavam a um possível agravamento da situação, investidas como essas serviram para que a Coroa contemplasse a vulnerabilidade nas quais se encontravam as possessões do Atlântico Sul. Em

²⁸⁶ In time explorers discovered an alternative route to the Strait of Magellan, the Cape Horn route around the tip of South America, which, in fact, became much more popular with sailing vessels than the strait. In addition to the two principal southern passages, a third route connecting the Atlantic and Pacific, the Beagle Channel, was discovered much later, but it has been unimportant for international navigation. (MORRIS, 1988, p. 6)

²⁸⁷ The European rivalry lasted for about a century after the discovery of the strait as Spain sought to consolidate its control over the strait through signally mounting their own expeditions. During the first century some 55 vessels reached the strait, of which 23 were Spanish, 17 English, and 15 Dutch. During part of this period, Portugal challenged the Spanish position indirectly without mounting its own expedition to the strait. (MORRIS, 1988, p. 6).

²⁸⁸ MORRIS, 1988, p.1 – 8.

resposta, D. Filipe II arregimentou a *Armada do Estreito* com a principal finalidade de fortificar e povoar essa passagem, mas também, ostentar o poderio hispânico sobre a região através do fortalecimento das defesas do Chile, Peru e das partes do Brasil, cujas matérias defensivas adentravam ao rol de assuntos a serem atendidos, a partir da União das Coroas Ibéricas (PHILLIPS, 2016)²⁸⁹.

Referindo-se a essa conjuntura, Sylvia B. R. de Brito (2020) aponta como a conquista do Rio Paraíba teria ocorrido não somente em função das necessidades de expansão das diretrizes colonizadoras e da economia açucareira às partes setentrionais do Brasil, mas também, como efeito das estratégias defensivas dos Habsburgo para o Atlântico. Mais especificamente, todas as conquistas decorrentes da guinada ofensiva, ocorreram à guisa de uma “Campanha do Norte”, na qual o estabelecimento de novas capitanias e a fortificação desses espaços, obedeceria também à necessidade de erguer uma “rede de proteção” que servisse para resguardar as possessões hispânicas ao Sul, a exemplo das minas em Potosí.

A fortificação da costa brasileira começa a ser efetivada durante esse período e a conquista da Capitania da Paraíba participa como uma das protagonistas desse movimento. Entre os últimos anos do século XVI e princípios do século XVII houve uma importante e, de certa forma, metódica atividade de zelar pela defesa da costa brasileira, com a construção de fortalezas e o envio de frotas de socorro para a região. Cabia aos donatários a iniciativa de criar vilas, já a prerrogativa para fundação de cidades era uma atribuição da Coroa (...) Como explica Rafael Ruiz, essa situação pode ser melhor compreendida acompanhando as datas da chamada “campanha do Norte”. A partir desse roteiro pode-se concluir qual era a prioridade da Monarquia Hispânica naquele momento. A sequência de fortificações foi a seguinte: Paraíba e Sergipe (1584-1591); Rio Grande (1597-1599); Ceará (1604-1611); Maranhão (1614); Pará (1617-1619). Não se pode falar de um ordenamento planejado, mas está claro que o momento era de proteger a todo custo a costa brasileira para, assim, poder resguardar Potosí que, então, se revestia de grande importância para a monarquia (BRITO, 2020, p. 261)

As redes mercantis estiveram envolvidas em diferentes níveis desse processo. Singularizando a conquista do Rio Paraíba, Regina C. Gonçalves (2007) exemplifica como o envolvimento da elite mercantil da Capitania de Pernambuco tornou-se indispensável à garantia de capitais. Enquanto grande parte dos colonos dirigidos a essa fronteira seria composta por homens de origem modesta que buscavam alguma forma de estabelecimento no território, houve também aqueles que adiantaram os recursos e mantimentos necessários às jornadas. Esse segmento seria encabeçado pelos mercadores sediados em Olinda, dentre os

²⁸⁹ PHILLIPS, C. R. *Introduction*. In: PHILLIPS, C. R. *The Struggle for the South Atlantic: the Armada of the Strait*. 2016. [N.P.] [Ebook].

quais, parte significativa seria de cristãos-novos, contribuindo para que alguns dos principais sujeitos mercantis presentes nessa jornada, compartilhassem essa condição²⁹⁰.

Por sua vez, Sylvia B. R. de Brito (2020) sugere como a elite mercantil participou das conquistas ao Norte tanto no financiamento das jornadas, como na atuação direta de seus membros em posições de destaque nas tropas, garantindo a inserção de “clãs mercantis” com tentáculos que se estendiam por diferentes continentes, nesse processo. Atribui também às principais intenções, para além do âmbito econômico vinculado à expansão da economia açucareira, a necessidade de reforçar as defesas das regiões vizinhas e garantir as benesses comuns àqueles que atuavam nesses empreendimentos²⁹¹. Contudo, a autora chama atenção também à afluência de créditos disponibilizados pelo referenciado contratador da pimenta Giovanni Battista Rovellasca, para o financiamento das frotas reminiscentes da *Armada do Estreito*, utilizadas pelo General Diego Flores de Valdés para avançar sobre o Rio Paraíba (2020, p. 335).

As observações tecidas contribuem à compreensão de como os açúcares do Brasil, tornaram-se um dos principais produtos na integração do Atlântico a outros circuitos comerciais. Nesse contexto, as conexões estabelecidas pelos mercadores portugueses desempenharam um papel essencial. Aproveitando a conjuntura favorável referente aos preços do produto, diversos agentes migraram para as capitanias açucareiras, incluindo alguns dos cristãos-novos mercadores que viriam a se envolver nas guerras de conquista, na intenção de obter sesmarias que atendessem ao crescimento das demandas produtivas. Uma parcela desses recém-chegados iniciava um período de aprendizagem mercantil, ou mesmo, empreendiam o necessário para se posicionarem nesse circuito. Seriam esses os casos de sujeitos que, nesse período, iniciavam suas trajetórias comerciais em Pernambuco, como Ambrósio Fernandes Brandão, Fernão Soares da Cunha ou os irmãos Diogo e João Nunes Correia. Outros poderiam ser encontrados na Bahia, a exemplo de Miguel Fernandes e Diogo Lopes Ulhoa.

²⁹⁰ (GONÇALVES, 2007, p.88 – 100). “O processo da conquista definitiva dessas terras, garantida pelo estabelecimento do povoamento branco, ocorreu durante o período da união das coroas ibéricas, com a metrópole imersa em uma desgastante conjuntura, marcada por problemas financeiros e militares, especialmente em função da revolta nos Países Baixos e do aprofundamento da concorrência das outras nações europeias pelos espaços coloniais, fosse através da ocupação, fosse através do corso e da pirataria. Sendo assim, e principalmente pelo fato de o território em questão na América ser parte do império colonial de Portugal que, como já vimos, manteve autonomia relativa em relação à Espanha durante o domínio dos Filipes, a atenção a ele destinada não teve a acuidade que era exigida para a rápida consolidação da conquista. A participação da iniciativa privada, portanto, tornou-se indispensável. Mesmo porque, se a conjuntura política e militar não era das melhores, o mesmo não se poderia dizer da economia, especialmente no que respeitava ao mercado do açúcar na Europa. O final do século XVI e as primeiras décadas do século XVII constituem um período marcado pela ampla valorização do produto no mercado internacional. Essa situação ampliava os interesses daqueles que já estavam envolvidos no negócio, mercadores, financiadores, plantadores de cana ou produtores de açúcar”. (Idem, p. 88)

²⁹¹ BRITO, 2020, p. 330 - 346

Esses e outros elementos impactaram a “*virada ofensiva*” nas estratégias de conquista territorial, culminando no estabelecimento das capitanias da Paraíba e de Sergipe, que serviram de fronteiras aos principais núcleos açucareiros. Para que esse cenário se concretizasse, tornou-se indispensável a mobilização de recursos provenientes da Monarquia Hispânica, assim como o engajamento de diferentes segmentos sociais. Conforme será contemplado, esse momento proporcionou oportunidades para que as camadas mercantis interessadas participassem na condição de combatentes, estendendo créditos aos oficiais da Coroa, além de outros horizontes pertinentes ao processo de arregimentação e aprovisionamento das tropas.

3.1.3. Relaxando o cerco ao Forte de São Filipe e São Tiago: os capitães dos mercadores Ambrósio Fernandes Brandão e Fernão Soares da Cunha, nas companhias de vanguarda.

Ainda nas cercanias do reino, a Armada do Estreito começou a sofrer atribulações que se tornaram piores, na medida em que se adiantavam no percurso. Dentre os males que afligiram a tripulação, destaca-se, por exemplo, a ação de intempéries, enfermidades, baixas nas provisões, arsenal e contingentes. Em decorrência desses e outros fatores, as frotas foram desmembradas, com parte atendendo às matérias referentes ao Estreito de Magalhães, outra entrando em conflito com corsários britânicos capitaneados por Edward Fenton e outro segmento, este liderado pelo General Valdés, adiantando-se para combater os corsários franceses e os indígenas da Nação Potiguara, no Rio Paraíba, contribuindo para o reforço das defesas nesse litoral²⁹².

No decorrer desse processo, comunicações com os homens-em-campo nas Capitanias do Brasil sempre estiveram presentes, tanto no âmbito das instruções, como no recolhimento de inteligência acerca das situações a serem enfrentadas. Tomam-se como exemplo, as cartas submetidas por D. Filipe II ao Governador-Geral, Lorenzo da Veiga, com direcionamentos

²⁹² PHILLIPS, C. R. *Introduction: overview*. In: PHILLIPS, C. R. *The Struggle for the South Atlantic: the Armada of the Strait*. 2016. [N.P] [Ebook]. Os pormenores acerca do envolvimento da Armada do Estreito nessa campanha, encontram-se bem documentados e analisados por autoras como Carla Rahn Philips (2016) e Sylvia B. R. de Brito (2020). Não sendo essa a intenção deste trabalho, mas ainda assim relevante aos propósitos aqui dispostos, serão estendidos diálogos com ambas as perspectivas e, principalmente, será utilizada a transcrição traduzida para o inglês da *Relación de Pedro Rada* publicada por Carla R. Philips em *The Struggle for the South Atlantic: The Armada of the Strait, 1581-84*. Seria esse um registro concernente à Armada do Estreito, descrito pelo próprio escrivão-mor, que inclui os eventos referentes à investida de Diego Flores de Valdés ao Rio Paraíba. Ademais, as diferentes etapas da jornada que a esquadra fez da Espanha, até o Rio Paraíba, encontram-se descritas em BRITO, 2020, p. 114 – 173.

para que assistisse às frotas durante a expedição²⁹³. Dentre outros casos, observam-se as missivas mandadas pelo General Valdés com destino à Bahia e Pernambuco, na intenção de averiguar a situação na costa e a movimentação dos corsários, questionando quais assistências poderiam ser prestadas pela Armada para contribuir à pacificação da terra. As respostas provenientes das principais capitânicas açucareiras deveriam ser enviadas ao Rio de Janeiro, em razão da Armada estar direcionada àquele porto para resguardar-se do inverno, antes de partir ao Estreito de Magalhães²⁹⁴.

Durante o tempo em que permaneceu estacionada no Rio de Janeiro, foram recebidas cartas provenientes do reino afirmando que corsários franceses teriam partido em direção às partes do Brasil, ao passo que autoridades desta colônia reportavam a presença de três embarcações armadas, navegando a costa²⁹⁵. Agregando a essas condições, fatores como as falhas subsequentes de desembarque no Estreito de Magalhães com a totalidade dessa Armada, dentre outros, contribuíram para o eventual desmembramento das frotas e o estabelecimento dos contingentes capitaneados pelo General Valdés na Capitania da Bahia, para assistir às matérias de segurança referentes à atividade francesa no litoral²⁹⁶.

O General Valdés embarcou com destino à Capitania da Bahia em julho de 1583, onde se reuniu em conselho com o Governador-Geral, Manuel Telles Barreto e outros oficiais régios, no qual ficou deliberado que a Armada continuasse na capital, invernando, ao passo que angariava mantimentos e provisões até que fosse tempo de avançar sobre o Rio Paraíba,

²⁹³ PHILLIPS, C. R. *Introduction: final preparations*. In: PHILLIPS, C. R. *The Struggle for the South Atlantic: the Armada of the Strait*. 2016. [N.P.] [Ebook].

“The general wrote from there [Ilha de Santiago] to His Majesty at Lisbon about what had happened up to this time, in duplicate, by two caravels that were going to Canaria and to Lisbon, on the 26th of this said month. And by another caravel that was going to Brasil, he wrote to the governor of the Baya who resided there, ordering him to provide advice about the state of the whole coast, as whether some corsairs were roaming along it, and whatever he could offer touching upon the pacification of the land; and that this news he should send right away to the Rio de Jenero, where he [the general] would go on a direct course with all the armada as His Majesty ordered, giving him sufficient time for it; and he sent him a sealed document that he carried from His Majesty. And this same order he sent to the captain who governed Pernambuco, which is on the same coast of Brasil at the upper end of it”. PHILLIPS, C. R. *Relación de Pedro Rada, f. 7: From 9 December 1581, when it left the Bahía de Cádiz (...)*. In: PHILLIPS, C. R. *The Struggle for the South Atlantic: the Armada of the Strait*. 2016. [N.P.] [Ebook]. Sylvia B. R. de Brito (2020) interpreta esse evento como uma evidência das preocupações da Armada do Estreito, com as partes do Brasil: “É patente, mesmo antes de chegar ao Brasil, a preocupação de Valdés com o estado da costa brasileira, alvo de já sabidas constantes investidas de franceses em resgates da chamada madeira de tinta” (2020, p. 130).

²⁹⁵ PHILLIPS, C. R. *Introduction: arrival and layover*. In: PHILLIPS, C. R. *The Struggle for the South Atlantic: the Armada of the Strait*. 2016. [N.P.] [Ebook].

²⁹⁶Salienta-se que Sylvia B. R. de Brito (2020) observa como seria essa uma divergência da historiografia tradicional acerca dessa conquista, que compreendeu o engajamento das tropas hispânicas na campanha do Paraíba como uma eventualidade, em função da arribada das tropas do General Diego Flores de Valdés nas partes do Brasil devido aos maus-tempos enfrentados no litoral, ao invés da conquista desse espaço adentrar às suas intenções, ou mesmo, aos objetivos gerais sob os quais a Armada do Estreito foi estabelecida.

Sobre isso, ver: BRITO, 2020, p. p. 136 – 140.

para combater a aliança franco-potiguar²⁹⁷. Nessa contenda, destaca-se como estariam “em jogo” não somente as fazendas dos colonos de Itamaracá e Pernambuco, mas também, a segurança das embarcações que atravessavam aquele litoral, pois, em caso de danos provenientes do curso ou das intempéries, os navios precisariam fazer longas viagens à Espanha ou às Índias de Castela para que fossem reparadas de maneira apropriada. Consequentemente, fazia-se necessário conquistar o Rio Paraíba também em função de seu porto, que representaria uma ameaça às rotas marítimas ibéricas sobre a região;

(...) Fue acordado que El dicho general ynbernasse naquela Baya. Hasta que fuese tiempo de yr a la Parayba que es sientio y vinte leguas dalli e nela esta [o] camino despaña contra los franseses que alli ordinariamente sobia aver cargando de palo brasil com amistad de los yndios de aquella tierra nuestros enemigos en grande servisio de sua Mag y dano de su real asienda y de sus suditos y vasallos. Do maes dela qual da los dichos yndios com favor de los franceses faziam guerra a los vasallos de su Mg que vive en la isla de Tamaraca e en los enjenios de Felipe Cavalgante dos asucares de Pernambuco que estan en la frontera de los dichos indios matando los y quemando los e destruyendo las sus asiendas en que no podian vivir po la siguridad que conviene ni las naos que com algun temporal se desgarravan e naquela costa no teniã onde repararse ni tomar puerto por estar El de la Parayba ocupado de franceses y arribavan a españa o a las yndias [de Castela] que era de grandissimo yncoveniente e dano. Y asi que do (...) fin de yr a la Parayba contra los dichos franceses y assegurar aquella costa y puerto (...) ²⁹⁸

Comumente, quando constam referências ao porto do Rio Paraíba na documentação pertinente a esse processo, seriam essas alusões à entrada bifurcada por um ilhéu na barra, cujas águas escorreriam diretamente no Oceano Atlântico. Segundo a perspectiva que se encontra no *Sumário das Armadas*, por exemplo, o acesso em questão representaria um porto maior que os de Pernambuco e Itamaracá, sendo capaz de conter maiores embarcações²⁹⁹. A rigor, seria essa uma crônica assinada por “um da Companhia de Jesus” que acompanhou

²⁹⁷ *Sumário das armadas*, 1873, p. 21; PHILLIPS, C. R. *Relación de Pedro Rada, f. 36-37: From 2 June 1583, when it sailed from the Rio de Janeiro (...)*. In: PHILLIPS, C. R. *The Struggle for the South Atlantic: the Armada of the Strait*. 2016.

²⁹⁸ Patronato 33. nº 3. R 41, f. 1. *Archivo General de Indias*. Condições similares teriam recaído sobre as embarcações capitaneadas por Frutuoso Barbosa durante uma de suas tentativas de conquista deste Rio. Sylvia B. R. de Britto (2020) observa que: “Ao chegar ao Brasil, Frutuoso Barbosa, segundo a narrativa do *Sumário das Armadas*, “em sete ou oito dias que esteve surto sobre Pernambuco, sem querer desembarcar nem querer tratar o negócio, lhe deu um tempo, com que arribou às Índias”. Mais uma vez, os ventos conspiravam a favor de continuarem os Potiguaras senhores das terras da Paraíba. Essa tormenta que levou a nau de Frutuoso Barbosa do porto de Pernambuco para o que se chamava, à época, Índias de Castela, o mar das Antilhas, não era fenômeno incomum naquela zona litorânea. A junção da força de ventos e mares levava as embarcações movidas a vela que navegavam na área à situação descrita pelo jesuíta redator do *Sumário*, no seu comentário de que “se tinha até este tempo por impossível os navios que de cá do sul fosse à Paraíba tornarem a Pernambuco, sem arribarem às Índias.” (2020, p. 108).

²⁹⁹ “O Rio Parahyba, que nas cartas de marear se chama S. Domingos, está em seis graos da banda do sul (...) A bocca da abra que o rio faz terá de largo uma legua, e o canal que vai pelo meio, que é o que chamamos barra, tem um quarto de legua, e todo o mais de uma parte e outra é muito aparcelado. O fundo é de arêa, muito limpa e sem nenhuma pedra, e assim é muito maior porto, e capaz de maiores embarcações que o de Pernambuco e Tamaracá” (SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 6).

parte das expedições nas guerras de conquista dessa fronteira, assumindo a qualidade de testemunha ocular. Descrevendo em detalhes os embates e outras matérias pertinentes, tornou-se assim, a fonte mais recorrente àqueles que buscam compreender o processo de ocupação e os primeiros momentos, da Capitania da Paraíba³⁰⁰.

No entanto, torna-se pertinente também considerar as perspectivas de Ambrósio Fernandes Brandão, acerca desse mesmo estuário, tecidas através dos *Diálogos das Grandezas do Brasil (1618)*³⁰¹. Utilizando-se dos personagens interlocutores, o mercador sugere que o território referente à Capitania da Paraíba seria um espaço de fertilidade, cujo processo de ocupação teria sido custoso não somente aos moradores de Pernambuco, mas também, à Fazenda Régia, que teria dispendido mais cabedais nessas guerras de conquista, do que nas demais, ocorridas nessa colônia. Mais especificamente, através do personagem representante dos colonos estabelecidos – Brandônio –, Ambrósio Fernandes ressalta o custo de capitães e armadas envolvidos nesse processo, assim como o presídio de castelhanos assistindo na guarda das fortificações. Das razões que foram atribuídas para esses esforços, observa-se que sua perspectiva tende a singularizar o “bom porto” que costumava ser utilizado pela pirataria francesa tanto para carregar pau-brasil junto aos indígenas Potiguares, quanto para o reparo de suas embarcações³⁰².

Foi por respeito do seu bom porto, no qual costumavam os piratas franceses ir a reparar suas naus, e ainda a carregar de pau-brasil, que comutavam por resgate com o gentio Potiguar e com ele e mais prezas que tomavam pela costa, tornavam a fazer sua navegação para França em notável prejuízo de todo o Estado do Brasil; e tudo se atalhou com Sua Majestade se fazer senhor do seu porto e barra que, por ser com muita força defendida dos Piratas franceses confederados com o gentio Potiguar, senhor de todo o sertão, belicosíssimo e inclinado a guerras, custou muito trabalho e despesa fazê-los reduzir à nossa amizade, e desviá-los da que tinham com os franceses, sendo forçado aos nossos, para se haver de conseguir este efeito, fazerem

³⁰⁰ Quem o escreveu, optou por traçar um preâmbulo da situação do Rio por entre os reinados de D. Sebastião e D. Henrique I. No entanto, os eventos a partir de 1584 são relatados do ponto de vista do autor enquanto testemunha ocular das armadas chefiadas por Martim Leitão, com esta condição sendo estendida até o fim da narrativa, por volta de 1587. Embora o manuscrito original do Sumário das Armadas tenha sido perdido com o tempo, de acordo com Mariana de Oliveira Machado (2018), três diferentes apógrafos jazem na Biblioteca Pública de Évora, Biblioteca Nacional de Portugal e na Academia das Ciências de Lisboa, dois sendo códices trasladados no séc. XVII e outro, no séc. XVIII. Estas cópias deram frutos às publicações do documento, decorrentes entre os séculos XIX e XX, no Brasil. Sobre as circulações dessa fonte e suas variantes manuscritas, ver: MACHADO, 2018, 29 - 142.

³⁰¹ “Os Diálogos das Grandezas do Brasil são um dos documentos fundamentais da História do Nordeste brasileiro no primeiro quartel do séc. XVII. Chegaram até nós através de dois apógrafos que se guardam em bibliotecas na Europa, nos quais não está indicado o nome do autor; a data de composição da obra, porém, está explicitamente declarada no texto e merece fé: 1618. A leitura revela que um dos interlocutores – Brandônio – português com longos anos de residência no Brasil, ao expor ao outro interlocutor – Alviano – reinol recém-chegado, quase um “herege das cousas do Brasil”, as grandezas da colônia ultramarina, oferece uma série de elementos biográficos que tem indícios de autenticidade, com datas e nomes de pessoas de além e aquém-mar” (BRANDÃO [MELLO], 1966, p. 7).

³⁰² BRANDÃO [MELLO], 1966, P. 21-25.

muitas entradas com mão armada, pelo sertão a dentro, principalmente a uma serra, que chamam de Copaoba, onde estava o gentio junto em muita quantidade, por ser fertilíssimo, e como tal se afirma dela produzirá muito trigo, vinho, e outras frutas de nossa Espanha. (BRANDÃO [MELLO], 1966, p. 22).

Escrevendo seus Diálogos num momento posterior às guerras de conquista do Rio Paraíba, entretanto, Ambrósio Fernandes Brandão reconhece através de seus interlocutores que quaisquer capacidades portuárias que esse estuário poderia vir de fato a apresentar, foram minadas pela proximidade geográfica à Capitania de Pernambuco, que terminou servindo a esses propósitos³⁰³. Evidencia-se, contudo, como as diferentes perspectivas dispostas tanto no âmbito militar-castelhano, quanto no colono-mercantil, ou mesmo no que se refere à Companhia de Jesus, reconhecem a necessidade de garantir o domínio ibérico sobre a barra do Rio Paraíba, onde as águas fluviais conectam-se diretamente ao Oceano Atlântico e costumavam atender às logísticas outrora concernentes às trocas franco-potiguaras.

Intencionando desbaratar as feitorias francesas que possibilitavam essas transações e fortalecer a segurança no estuário, o General Valdés deu início ao processo de provisionamento das frotas destinadas ao Rio Paraíba³⁰⁴. Destaca-se como teria sido esse o momento no qual o General Valdés procurou os créditos do contratador da pimenta Giovanni Battista Rovellasca, contraindo um empréstimo no valor de 1:804\$151, em fevereiro de 1584. Durante esse período, as famílias cristãs-novas do eixo Lisboa-Antuérpia ainda se mantinham na órbita das casas mercantis estrangeiras, responsáveis pelos contratos. Consequentemente, Sylvia B. R. de Brito (2020) indica como essa transação foi intermediada por Pedro de Arche – procurador dos Rovellasca na colônia – e as principais finalidades voltavam-se ao financiamento de provisões e mantimentos para a Armada que seguiu à Pernambuco, em 1º de março de 1584, para estabelecer os últimos preparativos antes de partir ao Rio Paraíba³⁰⁵.

³⁰³ Antes disso é causa de não haver ido ela [a Capitania da Paraíba] em mais crescimento: porque, como tem Pernambuco tão chegado os seus moradores se costumam a prover dela das coisas de que têm necessidade, fazendo levar, para esse efeito, muitos açúcares que comutam pelo que compram, com o que engrandecem de cada vez mais a capitania de Pernambuco, e diminuem na sua. E a razão é porque deixam vir as naus a ela, que viriam, se os seus moradores esperassem por elas para se haverem de prover do que lhes fosse necessário, para esse efeito reservarem os seus açúcares, tendo-os prestes para com eles se carregarem as ditas naus; mas, como estão já providos de Pernambuco, onde têm despendido os seus açúcares, as naus que vêm ao seu porto não podem dar a saída que quiseram às fazendas que trazem, nem menos carregarem com a brevidade que lhes era necessária e por este respeito vêm poucas, sendo a capitania capaz de carregar em cada um ano vinte naus. (BRANDÃO [MELLO], 1966, p. 20).

³⁰⁴ (...) Thus I wrote to His Majesty that the principal cause of my remaining was to go to *la Paraíba* and to expel the French from there and to leave that port with defense and security. And in order to go suitably prepared, I have refitted the naos of my armada and careened them". PHILLIPS, C. R. *Documents appended to Rada's Relación, f.75 -77: Requerimiento that General Diego Florez made to Manuel Tellez Bareto, Governor of the Baya (...)*. In: PHILLIPS, C. R. *The Struggle for the South Atlantic: the Armada of the Strait*. 2016.

³⁰⁵ (BRITO, 2020, p. 335-336). Carla Rahn Phillips (2016) destaca como, desde antes de zarpar da Espanha, Diego Flores de Valdés entrava em conflito com financistas, ao mostrar-se ativo na arrecimação de seus efetivos. Embora tenha provido o sustento da Armada do Estreito, a Casa da Contratação enxergava os riscos

Aspectos como esses corroboram para que, como exposto por Ambrósio Fernandes Brandão, as guerras que se deram no estuário do Rio Paraíba apresentaram características diferentes de outros conflitos que ocorreram nessas partes, considerando a presença dos recursos provenientes da recente União Ibérica, que introduziu ao cenário os militares hispânicos. Nesse sentido, Sylvia B. R. Brito (2020) aponta como os franceses fortificados no Rio Paraíba seriam contrabandistas de pau-brasil e dispunham de artilharias, embarcações e baluartes precários, enquanto a Armada do Estreito contava não somente com aparato militar, mas também, com especialistas dentre suas camadas³⁰⁶.

Os contingentes, possivelmente formados por ibéricos e indígenas, partiram em direção à Capitania de Pernambuco em 1º de março de 1584, onde se encontraram com a Câmara e os demais pró-homens daquela jurisdição, depois de terem navegado a esse destino por 19 dias³⁰⁷. Nesse seguimento, evidencia-se que na condição de General da Armada do Estreito, Diego Flores de Valdés teria sido incumbido com a autoridade para impor seus desígnios sobre as matérias locais, utilizando-se da prerrogativa relacionada à necessidade de estabelecer defesas no litoral. Não obstante, engajar um esforço conjunto entre os hispânicos e lusitanos, através de uma inimizade em comum, seria de interesse político à Coroa dos Habsburgo, corroborando para um cenário de colaboração entre os militares recém-chegados

de investir em expedições militares desse porte, que nem sempre significariam um bom retorno comercial, culminando em desavenças com o General. Intencionando assim contribuir à arregimentação, Diego Flores de Valdés recorreu ao financiamento das provisões por meio do crédito mercantil, frustrando-se com os mercadores, que não queriam estender-lhe os empréstimos ou “escondiam o que tinham”, corroborando para que Diego Flores de Valdés recorresse a outros financistas e apoiasse o uso das rendas da Carreira das Índias, na arregimentação das armadas. Reitera-se, no entanto, que cenários como esse, tornaram-se uma das chaves para a retração das casas mercantis estrangeiras sediadas em Lisboa, dos contratos. Sobre esse processo, ver: PHILLIPS, C. R. *Introduction: Planning and Early Preparations for the Armada of the Strait*. In: PHILLIPS, C. R. *The Struggle for the South Atlantic: the Armada of the Strait*. 2016.

³⁰⁶ Diferentemente de contrabandistas de pau-brasil, os espanhóis tinham entre eles os mais experimentados combatentes daquela que, na época, era uma empresa militar nos moldes da guerra, a exemplo do capitão de artilharia Andrés Espinosa que desferiu fogo no baluarte francês, celebrado no cordel do soldado Juan Peraza, “Y a queste Andrés de Espinosa, por ser persona ingeniosa, era artillero mayor, y ninguno era mejor [...]”. Andrés de Espinosa era “autor de varios escritos de enseñar en Sevilla el arte de Artillería á los que querian servir em la carrera de las Indias” (2020, p. 150). Segundo Kalina V. Silva (2020), por outro lado, havia uma homogeneidade tática entre europeus e indígenas no sentido de que ambas as frentes agregavam aos seus contingentes as mesmas armas de tiro, de fogo e de flechas, assim como a mesma base de conhecimentos logísticos. Esse conjunto tático-estratégico compartilhado derivaria do contato entre os combatentes e da sobreposição de táticas semelhantes. Embora a capacidade de mobilização de recursos pela Monarquia Dual, com reforços marítimos e outros aspectos, tenham sido um grande diferencial, mesmo assim, os recursos foram sempre administrados em conjunto com os amplos efetivos indígenas. Sobre o protagonismo indígena sob um olhar vinculado à História Militar, nas guerras do Rio Paraíba, ver: SILVA, Kalina Vanderlei. *Guerra Indígena como Guerra Colonial na América Portuguesa do sec. XVI: Táticas e Estratégias Tupi na Conquista da Paraíba e do Rio Grande do Norte*. *Nuevo Mundo: Mundos Nuevos*, outubro de 2020.

³⁰⁷ As frotas seriam compostas por 5 naus remanescentes da Armada do Estreito, 2 navios menores que carregavam açúcares e estavam sendo escoltados pelos efetivos, 2 naus portuguesas e 1 caravela, completando um total de 10 embarcações. Sobre isso, ver: PHILLIPS, C. R. *Relación de Pedro Rada, f. 39-40: From 1 March 1584, when it left Bahia (...)*. In: PHILLIPS, C. R. *The Struggle for the South Atlantic: the Armada of the Strait*. 2016.

e os oficiais coloniais³⁰⁸. Consequentemente, acompanhando os procedimentos estariam o Provedor-mor Martim Carvalho e o Ouvidor-geral da Capitania da Bahia, Martim Leitão.

Chama-se atenção para como a presença de Martim Leitão nessas contendas, teria sido requerida pelo próprio General ao Governador-Geral, na intenção de que este assumisse as responsabilidades referentes às questões jurisdicionais e outros contratempus que surgissem no decorrer dos diálogos em Pernambuco, além de prever seu estabelecimento nessa Capitania para que atendesse às necessidades decorrentes dessa Armada, no âmbito administrativo local³⁰⁹. Essas disposições tornam-se relevantes, considerando o lugar que Martim Leitão terminou ocupando no que se refere à conquista do Rio Paraíba. Mais precisamente, teria sido esse o responsável pelas campanhas decorrentes nesse espaço, após a saída do General Valdés do cenário, além de ter sido o “protagonista” elencado pelo clérigo em anonimato que compôs o *Sumário das Armadas*, responsável por redigir uma narrativa no qual "a honra da conquista é reivindicada para o Ouvidor-geral". (BATISTA, 2012, p. 39).

Dentro dessa trama, poucos foram os detalhes narrados pelo jesuíta no que se refere à investida liderada pelo General Valdés sobre o estuário, considerando a parca influência que Martim Leitão desempenhou na singularidade desses eventos, contribuindo para que o Sumário das Armadas concentrasse suas atenções nas consequências que se seguiram aos embates iniciais. Mais precisamente, ao erguimento do Forte de S. Filipe e S. Tiago e à situação que se encontravam as tropas deixadas em presídio, nesse espaço³¹⁰.

Nas linhas gerais dos eventos que se seguiram, o General Valdés discorreu durante o conselho ocorrido na Capitania de Pernambuco sobre a importância que essa empresa representava à segurança dos colonos, além de reiterar a necessidade de fortificar o estuário, guarnecê-lo e, por fim, estabelecer um controle subsequente aos arredores e em direção ao interior. Observa-se como através desse discurso, suas intenções voltavam-se ao recrutamento de unidades terrestres compostas pelos moradores, indígenas aliados e os escravizados. Em sintonia com os padrões que vêm sendo dispostos, os colonos se ofereceram para acompanhá-

³⁰⁸ PHILLIPS, C. R. *Introduction: The battle of Paraíba and Return to Iberia*. In: PHILLIPS, C. R. *The Struggle for the South Atlantic: the Armada of the Strait*. 2016.

³⁰⁹ “And now the procurador general of Pernambuco has come to discuss with your lordship matters of that city and its land and the harm that the French from la Paraíba are doing there, and to ask that your lordship go there in person to remedy it. And having seen, discussed and communicated about this, your lordship has resolved that, since I am here with this armada for the security of this coast and [to remedy the harm from the French], there is no need for your person to be absent from this city to conform to the service of His Majesty; and for things related to judicature and other matters that present themselves in that city of Pernambuco, that the oidor general should go in my company to remedy them”. PHILLIPS, C. R. *Documents appended to Rada's Relación, f.76: Requerimiento that General Diego Florez made to Manuel Tellez Bareto, Governor of the Baya (...)*. In: PHILLIPS, C. R. *The Struggle for the South Atlantic: the Armada of the Strait*. 2016.

³¹⁰ Sobre os pormenores vistos na historiografia concernentes às discrepâncias entre as narrativas hispânicas e portuguesas, ver: BRITO, 2020, p. 141 – 145.

lo nessa campanha às suas próprias custas³¹¹. Consequentemente, as tripulações seguiram pelo litoral aos 6 de abril de 1548, enquanto os regimentos terrestres foram organizados na Vila de Igarassu por Martim Leitão, que ficou na capitania para prover naquilo que fosse necessário³¹². Sendo os primeiros a chegarem ao estuário, os confrontos logo se iniciaram entre a Armada do Mar e os corsários franceses, fortificados numa feitoria erguida às margens daquela entrada³¹³.

Considerando os resultados favoráveis desses embates aos efetivos ibéricos, negociações iniciaram-se entre o General Valdés com os indígenas da nação Potiguara, que se viram desfalcados com o golpe despendido contra os corsários franceses, abrindo margens à ocupação luso-hispânica sobre esse espaço, quando finalmente chegaram os reforços por terra. Ademais, o General sugeriu às tropas recém-chegadas que a maneira mais apropriada de demonstrar serviço a El-Rey, seria a construção de uma fortificação adequada para a defesa daquele porto, de maneira a garantir o povoamento e segurança das terras³¹⁴. Foram iniciados, portanto, os procedimentos para que fosse erguido o Forte de S. Filipe e S. Tiago aos 22 de abril, na margem Norte da embocadura do Rio Paraíba – de frente à ponta de ilha –, para que fossem dificultadas as fugas daqueles que o guarnecessem, tendo em vista a necessidade de atravessar os braços do rio, para que chegassem à Pernambuco³¹⁵.

Entrementes, o General indicou como Alcaide da fortificação o Capitão da Infantaria dos regimentos hispânicos, Francisco Castrejón, deixando-o responsável por 110 soldados

³¹¹ PHILLIPS, C. R. *Relación de Pedro Rada, f. 39-41: From 1 March 1584, when it left Bahia (...)*. In: PHILLIPS, C. R. *The Struggle for the South Atlantic: the Armada of the Strait*. 2016.

³¹² Segundo Jan Glete (2001, p. 2), durante a transição do medievo para a modernidade o Atlântico observou, em grande parte, operações de guerra marítima com características anfíbias. Isto é, táticas de guerra que envolviam aspectos como o desembarque das tropas no litoral e outras operações comuns às batalhas na costa, ao contrário de conflitos travados principalmente em alto-mar. Em partes, isso se daria pela própria tecnologia naval ainda estar em desenvolvimento no que se refere à capacidade de efetuar determinadas manobras necessárias às guerras distantes do litoral. Desse modo, a combinação de forças terrestres e marítimas nas praias, seria um exemplo típico da guerra anfíbia na modernidade.

³¹³ A armada seguiu pelo litoral, uma hora antes do amanhecer, sendo composta por 10 embarcações. Os franceses abriram fogo de dentro da feitoria, enquanto os ibéricos buscaram aproximar-se gradativamente, contra-atacando, a partir da proa dos navios, com colubrinas, e causando danos significativos à feitoria, que contava com poucos recursos para defender-se. Julgando este assédio, os franceses suspenderam os ataques e queimaram suas casas dentro da fortificação, bem como três das próprias embarcações. Sob as ordens de Diego Flores de Valdés, tropas de mosqueteiros e arcabuzeiros avançaram, recebendo uma saraivada de flechas dos Potiguares, culminando em escaramuças até que ambos os grupos batessem em retirada. Sobre isso, ver: PHILLIPS, C. R. *Relación de Pedro Rada, f. 43: From 6 April 1584, when it departed from Pernambuco (...)*. In: PHILLIPS, C. R. *The Struggle for the South Atlantic: the Armada of the Strait*. 2016.; BRITTO, 2020, p. 149-151

³¹⁴ Aos 19 dias do mês de abril, chegaram de Pernambuco 120 moradores a cavalo, 200 a pé e 1500 indígenas arqueiros, escravizados e livres. Sobre isso, ver: PHILLIPS, C. R. *Relación de Pedro Rada, f. 42-46: From 6 April 1584, when it departed from Pernambuco (...)*. In: PHILLIPS, C. R. *The Struggle for the South Atlantic: the Armada of the Strait*. 2016.; (BRITTO, 2020, p. 149-151).

³¹⁵ SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 23-24

armados com mosquetes, arcabuzes e com provisões suficientes para durarem por sete meses; incluindo peças de artilharia, pólvora e outras munições necessárias. Das instruções que lhe foram atribuídas³¹⁶, destacam-se como a Capitania de Pernambuco seria o centro ao qual o Alcaide deveria recorrer para tratar das matérias referentes a mantimentos e munições, dirigindo-se diretamente ao Ouvidor-geral Martim Leitão e ao Provedor-mor, Martim Carvalho. Indicou-se também que Francisco Castrejón deveria manter boas relações com Frutuoso Barbosa, que não somente acompanhou a empresa desde os primeiros momentos e seria responsável pelo processo de assentamento da terra, mas também, seria o Capitão nomeado para representar os efetivos compostos por indígenas aliados e portugueses, de presídio na fortificação.

Dentre essas diligências, o General Valdés também instruiu o Ouvidor-geral Martim Leitão para que, estando sediado na Capitania de Pernambuco, disseminasse as notícias referentes ao espaço recém-conquistado àqueles dispostos a colonizá-lo, assim como, deveria repassar esses passos ao Governador-geral, para que fizesse o mesmo a partir da Bahia. Das características dispostas à essa promoção, observa-se, por exemplo, o argumento em torno da fertilidade da terra que poderia dar retorno a tudo aquilo que fosse plantado. Não obstante, a segurança e funcionalidade trazida pelo porto retornam novamente à ênfase discursiva, com as instruções reiterando como o estuário permitia a entrada de naus de 400 toneladas e representava um espaço onde essas embarcações poderiam abrigar-se dos ventos. Sustentando-o, navios poderiam adentrar à essas águas em busca de aportar durante as tempestades que recaíam sobre essas partes, evitando o redirecionamento às Índias de Castela³¹⁷.

Naquilo que concerne às redes comerciais na Capitania de Pernambuco, seus representantes recém-chegados, ou mesmo, aqueles que intencionavam expandir seus

³¹⁶ PHILLIPS, C. R. *Documents appended to Rada's Relación, f.79-82: Instruccion y orden that has to be obeyed and carried out by Captain Francisco de Castrejón (...)*. In: PHILLIPS, C. R. *The Struggle for the South Atlantic: the Armada of the Strait*. 2016.

³¹⁷ "And to the oidor general he wrote in particular to send all the men that he could, both married and unmarried, as settles, with those that were in Pernambuco that Frutuoso Barboso had brought from Spain for this settlement, and that he should write to the governor of the Baya to do the same. And with this done, many others will come from all the coast of their own volition, because the land is very good and fertile, and it will return all that is planted in it. It has a very good and secure port, and naos of four hundred toneladas can enter inside it, because at the entry where there is a sandbar, it has almost three *brazas* at low tide, and at high tide more than four. And inside the port, many naos can be anchored and well sheltered from all the winds and there are five *brazas* at low tide. This port is of much importance because there is not another on all this coast until de Baya. And by sustaining it, navios can enter it seeking port during the storms that come to these parts. Until now, for not having a secure port when they have a storm, they were forced to keep looking for a port as far as our Yndias, as Frutuoso Barboso did (...) And with this port being ours, as from now on it will be, the navios that arrive here will be able to enter securely as long as they are not larger than four hundred toneladas". PHILLIPS, C. R. *Relación de Pedro Rada, f. 46-47: From 6 April 1584, when it departed from Pernambuco (...)*. In: PHILLIPS, C. R. *The Struggle for the South Atlantic: the Armada of the Strait*. 2016.

negócios em andamento, as notícias acerca da recente fortificação do Rio Paraíba, seriam de grande atrativo. A proximidade entre ambas as áreas se mostrava favorável à continuidade dos negócios e manutenção dos contatos ultramarinos, além de diminuir a necessidade de arrendar terras mais próximas do litoral, já atribuídas na capitania, como no caso do mercador cristão-novo Fernão Soares da Cunha³¹⁸. Evidentemente, o domínio sobre o território também garantiria a abertura de novas sesmarias que serviriam à construção dos engenhos, ou mesmo, se apresentariam enquanto uma segunda alternativa aos lotes disponíveis em Pernambuco.

Torna-se possível conjecturar ainda, que a promessa do estabelecimento de um porto capaz de oferecer asilo às grandes embarcações e, ao mesmo tempo, reforçar a segurança das entradas e saídas das naus em Pernambuco, possivelmente despertou o interesse de homens como Ambrósio Fernandes Brandão, ou mesmo, dos correspondentes comerciais situados em outros pontos de uma mesma rede mercantil, que dispunham da visão necessária para aconselhar seus pares acerca dos rumos a serem tomados. Seria esse o exemplo de Henrique Nunes Correia, que administrava os negócios dos irmãos Diogo e João Nunes Correia enquanto mantinha-se sediado em Lisboa. Para comerciantes como os referenciados, que também carregavam o estigma de serem cristãos-novos, seria esse um espaço novo e com menor vigilância clerical, ainda mais distante das instituições eclesiásticas sediadas na Capitania da Bahia.

Considerando a partida do General Valdés e a tripulação reminiscente da Armada do Estreito, no dia 1º de maio de 1584, entretanto, obstáculos foram impostos a essas intenções. Embora o General tenha deixado instruções explícitas a Francisco Castrejón acerca do gerenciamento dos mantimentos, manter boas relações com os portugueses e indígenas aliados e ser rígido em relação à saída dos homens do forte, não tardou para que a situação saísse do controle.

³¹⁸ Embora não houvesse ainda uma escassez de terras para sesmarias na Capitania de Pernambuco, reitera-se como Evaldo Cabral de Mello (2012) se refere a como algumas das melhores sesmarias teriam sido atribuídas aos sesmeiros por Duarte Coelho e repassadas aos seus herdeiros, enquanto restava aos recém-chegados o arrendamento desses lotes, comumente mais próximos do litoral: “a grande maioria dos sesmeiros vendeu a terra para que outros cultivassem cana e fundassem engenho. Embora os filhos e netos dos primeiros povoadores tivessem herdado os melhores quinhões de terra, eles não dispunham do capital com que utilizá-la a fim de erguer fábrica e comprar escravos. Este trunfo detinham-no os colonos que aportaram de Portugal a partir de 1570, já trazendo cabedais ou explorando aqui mesmo as oportunidades oficiais ou comerciais que lhes permitiriam impor-se econômica e socialmente aos duartinos e seus descendentes, isto é, os colonos fixados ou já nascidos na terra durante o governo de Duarte Coelho, de seus filhos, de seu cunhado Jerônimo de Albuquerque e de sua viúva Brites de Albuquerque (...) Sem recursos para fundar engenho ou mesmo partido de cana, pois muitos deles eram artesãos e antigos moradores de Olinda, a maioria dos sesmeiros quinhentistas vendeu sua data ao reinol recém-chegado que já não tinha acesso às terras mais próximas do litoral, mais bem servidas por cursos d’água (...) O mesmo fez outro sesmeiro da freguesia, Gaspar Alves de Puga, com o mercador Fernão Soares, que aí levantou engenho. (MELLO, 2012, p. 21-22).

Lusitanos assaltaram uma das aldeias durante a madrugada, matando algumas pessoas e tornando quatro cativas. Outros portugueses caíram em ciladas, ao fazerem o reconhecimento das proximidades. Os suprimentos previstos para durarem por sete meses foram mal administrados, os Potiguaras começaram a promover assédios à fortificação – que entrou num estado de sítio descontínuo e possivelmente agravou a escassez de provimentos – e, como agravante, tensões internas entre os lusitanos e os hispânicos começaram a se alastrar dentro da fortaleza, reforçadas pelo desentendimento entre Francisco Castrejón e Frutuoso Barbosa. Não tardou para que dentro de um mês, já houvesse requerimentos sendo enviados à Pernambuco tanto pelo Alcaide, quanto pelo Capitão³¹⁹.

Nessa capitania, os responsáveis por atenderem à situação – o Ouvidor-geral e o Provedor-mor – também se desentendiam e agregavam os camarários à disputa. Escaramuças com os Potiguaras contribuía para que, por volta de agosto, os sitiados se vissem na condição de estarem “apertados da guerra e fome, que até os cavalos tinham comido”³²⁰, corroborando à necessidade de socorros serem enviados a partir de Pernambuco, independentemente dos conflitos internos entre os responsáveis por essas matérias. Durante esse momento, mantimentos foram enviados pelo mar, a partir de Pernambuco. Não obstante, em novembro, uma outra leva de suprimentos precisou ser remetida em face do agravamento das condições. Mais precisamente, duas embarcações tripuladas por corsários franceses aportaram ao Rio Paraíba, possivelmente sentindo segurança em continuar seus negócios perante o estado de sítio promovido pelos Potiguaras à fortificação. Fazendo o devido reconhecimento do novo baluarte e dos navios deixados pelo General Valdés para a segurança desse porto, os franceses forneceram mais peças de artilharia aos Potiguaras entrincheirados no sítio ao Forte de S. Filipe e S. Tiago³²¹.

Recebendo novos requerimentos por parte dos sitiados, Martim Leitão financiou à sua custa um navio de setenta toneladas, dispondo de “quarenta e tantos homens brancos” e sessenta índios aliados. Agregando aos números, o Capitão da Ilha de Itamaracá enviou uma galé composta por uma média entre quinze a vinte colonos e mais alguns indígenas, corroborando para um relaxamento momentâneo ao cerco³²². Não obstante, à altura de janeiro de 1585, notícias provenientes da fortificação reportavam o acréscimo nos números adversários e o estabelecimento de cercas construídas à base de palmeira que garantiam proteção aos Potiguaras, das artilharias disparadas pelos ibéricos. Embora todas as noites os

³¹⁹ SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 24-26

³²⁰ SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p.26-29

³²¹ SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p.29.

³²²SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 29-31.

sitiantes ganhassem espaço através dessas condições, um novo elemento-chave contribuiu para o agravamento desse cenário: o reforço proveniente dos Tabajaras³²³.

Como uma causalidade referente ao agravamento das condições enfrentadas pela gente de guerra sitiada – que incluíam o definhamento paulatino das tropas em razão das contendidas, da fome e das doenças que se alastravam na fortificação –, a Câmara e os demais principais de Pernambuco pressionaram para que Martim Leitão organizasse contingentes e promovesse pessoalmente o desbarate dos sitiantes, de maneira a garantir as condições de assentamento efetivo sobre aquelas partes. Nesse sentido, não tardou para que o Ouvidor-geral iniciasse os processos referentes ao recrutamento e arregimentação de suas tropas, abrindo margens para a entrada dos mercadores sediados na Vila de Olinda, nesse cenário³²⁴.

Evidencia-se como os detalhes encontrados acerca dos processos de arregimentação e recrutamento na documentação referente às partes do Brasil no séc. XVI são escassos quando comparados àquilo que se observa para os séculos seguintes³²⁵. Não obstante, o cronista do *Sumário das Armadas* comenta alguns dos procedimentos utilizados por Martim Leitão, ao menos no que concerne à convocação dos comandantes das tropas, enfatizando como o

³²³ Como abordado anteriormente, essa nação seria composta por diversos núcleos, com o histórico de alianças com os colonos, estendidas por intermédio de matrimônios e outros meios. Nesse momento, entretanto, as relações entre os portugueses com os núcleos representados pelos chefes Piragibe e Guiragibe, passavam por atribuições decorrentes das incursões escravistas na fronteira que viria a se tornar a Capitania de Sergipe. Em retrospecto desses eventos, uma entrada em direção ao interior do Rio São Francisco partiu de Pernambuco, composta por colonos e Tabajaras pertencentes a esses grupos. Com o fim dessas incursões, os portugueses decidiram escravizar seus aliados, da mesma maneira que escravizaram as populações locais, resistindo à essa mudança nos eventos, os Chefes Piragibe e Guiragibe arquitetaram uma cilada contra os portugueses e aliaram-se aos Potiguares, nos limites entre Pernambuco e Itamaracá.

³²⁴ SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 31-34

³²⁵ Enrique Peregalli (1986) observa para fins do séc. XVIII, por exemplo, como o governador e o capitão-geral de cada capitania escolhiam, dentre três nomes indicados pelas câmaras municipais, um capitão-mor, que dividia a sua circunscrição em companhias, sob as ordens de um capitão, contando com um alferes subalterno. Sempre que possível, as companhias deveriam corresponder a determinada freguesia. Ademais, preenchendo os cargos de oficiais, os poderes locais mantinham as forças de ordenanças sob seu controle. Das listas das ordenanças seriam retirados os nomes daqueles que deviam ser arrolados nas tropas pagas e nas auxiliares, não obstante, as auxiliares também estariam sob o controle dos poderes locais. Existiam também as forças irregulares, que se organizavam com base na iniciativa dos povoaes, moradores ou colonizadores, e seriam à margem da legislação, ou seja, no âmbito formal seriam à parte das vontades referentes às autoridades metropolitanas ou locais, além de visar atender às necessidades dos próprios interessados, como por exemplo, as bandeiras. Havia também os voluntários, contratados pelas autoridades para cumprir com determinado serviço e não constituíam nem as tropas pagas oficiais, nem as auxiliares, ou ordenanças. (1986, p. 64-65). Esses recortes tornam-se possíveis de serem feitos, em partes, devido a aspectos como uma maior abundância das fontes disponíveis e um aprimoramento da burocracia referente a esses aspectos, decorrente do processo de transformações e adaptações militares que ocorreram na modernidade. Durante o séc. XVI, esses processos seriam mais embrionários, quando postos em comparação. Não obstante, para ver os processos de recrutamento militar das tropas paulistas que viriam a servir nas fronteiras ao Sul, ver: PEREGALLI, Enrique. *Recrutamento Militar no Brasil Colonial*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.

Ouvidor-geral escreveu *cartas* a sujeitos específicos, contendo razões “a que ninguém pudesse fugir”³²⁶, recrutando capitães através da negociação de interesses em comum.

Permeando essas comunicações, possivelmente estiveram as instruções atribuídas pelo General Valdés para que tanto o Ouvidor-geral disseminasse na Capitania de Pernambuco, quanto o Governador-geral, na Capitania da Bahia, notícias referentes à fertilidade da terra e às funcionalidades do porto, na condição de anteparo às embarcações que navegavam o Atlântico. Além disso, as atribuições comuns aos cenários de conquista decorrentes nessa colônia, que envolviam a distribuição de butins referentes às sesmarias, posições administrativas e a aquisição de escravizados provenientes dos embates. Barganhando esses interesses, Martim Leitão negociava a entrada de créditos que seriam intermediados por ele mesmo, para o provimento da gente de guerra, perante um cenário de disputas entre as camadas mercantis e as elites locais, que faziam demandas cujos comerciantes recusavam-se a atender.

Aqui era infinita a diligência de Martim Leitão em particularmente escrever a todos muitas cartas, convidando-os com razões a que ninguém pudesse fugir, para a jornada, e aviando a muitos, porque, como no Brasil tudo é fiado, e a maior parte dos nobres, n'estas cousas, querem superabundâncias, a que os mercadores já não acudiam, e era forçado faze-los ele prover, e aviar uns e outros, e era infinito isto e ordenar o necessário (...) (SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 32).

Através desses procedimentos e das demais formalidades comuns a esse processo, o Ouvidor-geral conseguiu montar para a sua guarda pessoal duas companhias compostas por mamelucos e indígenas. Seriam estas capitaneadas por Gaspar Dias de Moraes e Mises Hyppolito, convocados por seus conhecimentos acerca do território a ser conquistado. Não obstante, terminou remanejando esses efetivos à *vanguarda*, onde atuariam na condição de *batedores*, fariam a escolta do perímetro e abririam passagens para a que os demais seguissem, “porque estes nisto são de mais efeito”³²⁷. Das atribuições feitas pelo cronista do *Sumário das Armadas* à essas tropas, destaca-se como foram descritos na qualidade de “*gente solta*”. Deve-se destacar que não foram encontradas definições categóricas referentes à essa condição a partir da historiografia, embora seja uma designação comum dentre as narrativas portuguesas concernentes aos embates ultramarinos e nas comunicações enviadas pelos homens-em-campo, ao Reino.

Encontra-se essa nomenclatura, por exemplo, dentre os relatos pertinentes à conquista de Azamor. Reportando esses eventos numa *carta* enviada à Coroa, o Duque de Bragança

³²⁶ SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 32.

³²⁷ SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 32.

distinguiu os contingentes através de atribuições como “a Gente de D. Luís”, “a Gente de Cavalo”, ou mesmo, “a Gente da Ordenança”, que seria representada por uma bandeira. A “*Gente Solta*” surgia dentre as unidades, compondo o grosso dos combatentes e sendo manejada entre as companhias³²⁸. Também no âmbito das correspondências de guerra, observam-se condições similares descritas numa missiva enviada por D. João de Castro, relatando matérias referentes às incursões promovidas pelas armadas portuguesas, no Canal de Suez (Egito). Durante essa jornada, três esquadrões estariam cerrados com suas bandeiras no litoral durante o desembarque e, por entre as galés, muita “gente solta” de fora do lugar, que não pertenciam às bandeiras em posição³²⁹.

No seguimento das narrativas, João de Barros descreve nas *Décadas da Ásia* questões referentes à composição das armadas de Vasco da Gama, em Cananor e Cochim, apontando como a “gente solta” vinha à frente, “cujo officio nas tais coisas é pôr-se onde melhor possa ver”,³³⁰ diferenciando suas ações das ordenanças. Mediante esses aspectos, conjectura-se como essa designação poderia ser atribuída, no contexto das guerras ultramarinas, a contingentes que não seriam afiliados a senhores, bandeiras ou às ordenanças, mas que poderiam ser remanejados para acompanhar essas categorias, de acordo com as necessidades surgidas em campo.

Durante a campanha para dissipar o cerco promovido ao Forte de S. Filipe e S. Tiago, essas unidades foram sustentadas e arregimentadas diretamente por Martim Leitão³³¹. Ademais, na sequência dos grupos de batedores que compunham a gente solta, vinham

³²⁸ “Bandeiras da minha gente dordenança da parte direita contra o Sertaõ com catorze berços encarretados, e sinco, ou seis carretas de munição, e da parte esquerda contra o mar D. Luis com sua gente, e com outra *gente solta*, que lhe fazia dous mil homens, após estes hia logo na ala direita da gente de cavalo o Conde de Borba (...) após estes hia da parte direita o Coronel Leitaõ com cccc homens que lhe eu dey da minha gente, que tirey dos outros Coroneis, e da gente solta hum esquadrão muy formoso”. *Carta que o Duque de Bragança D. Jayme escreveo de Azamor a ElRey, quando tomou a Cidade* (...). In: Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa (...) por D. Antonio Caetano de Sousa. Tomo IV. Lisboa, Na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1745. P. 35.

³²⁹ “Ora sendo de Soez obra de hua legoa mādou me la ho governador (...) pera lhe veremos ha dysposyção da terra e que gente abya no campo e lugar. E chegando la escondeo se ha gente de modo que cuydarã algumas pesoas que ho lugar estava vazio, por e chegaremos mais e começãdo a descubrir ha gente ouve se toda de amostrar: primeyramente estavã tres grãdes esquadrões çerrados cõ suas bandeyras postas a borda da praya onde avyamos de desembarquar e per antre as gales muita gente solta de fora do lugar”. *Outubro de 1541, Carta para El-Rei, escrita de Goa*. Torre do Tombo, Colecção de S. Lourenço, Vol. IV, fols. 363 a 374. In: SANCEAU, Elaine. Cartas de D. João de Castro. Agência geral do Ultramar, 1955. P. 76.

³³⁰ “Feita esta ponte e assentado o dia destas vistas, saio o Almirante das naos na sua caravela toldada de veludo verde e roxo, com muitas bandeiras de seda (...) Diante do qual vinha muita gente solta cujo officio nas taes cousas he poerse onde melhor possa ver: e detras deste povo vinhão dous elefantes adestrados per dous Indios (...) Toda a outra gente que acompanhava elRey vinha posta em ordenança parte detras e parte diãte, os quaes serião quatro mil homes de espada e adarga”. In: BARROS, João. *Década Primeira da Ásia de João de Barros*, vol. 1 Liv. VI. Cap. IV. Fl. 117.

³³¹ SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 32.

integrando a linha de frente *quatro* companhias de ordenanças, capitaneadas por Simão Falcão, Pero Cardigo, Jorge Camello e João Paes. Por fim, completando os contingentes na vanguarda estariam as companhias dos cristãos-novos Ambrósio Fernandes Brandão e Fernão Soares da Cunha.

Diferentemente de outros capitães e companhias contemplados, esses sujeitos não representariam um agrupamento de moradores alusivos à determinada freguesia, municipalidade ou outras jurisdições, como o próprio Bento Dias Santiago, que esteve à frente dos “homens do Porto”, no decorrer dos embates que se deram no Cabo de S. Agostinho. Evidencia-se também um contraste na descrição do *Sumário das Armadas*, quando comparados aos demais regimentos. Mais precisamente, o autor utilizou-se de termos que denotam uma maior autonomia na composição dessas tropas, além de serem as únicas unidades categorizadas a partir dos ofícios desempenhados por seus capitães.

Segundo consta nessa narrativa, “*se elegeram mais de novo por capitães Ambrósio Fernandes e Fernão Soares, que se chamavam capitães dos mercadores*”³³². Aproximando ainda mais as lentes sobre o posicionamento desses efetivos, observa-se também como as Companhias dos Mercadores não pertenciam aos regimentos das ordenanças, nem à gente solta, embora dividissem a vanguarda com esses grupos.

Retoma-se, nesse contexto, como os efetivos tipicamente encontrados nas conquistas não dispunham dos mesmos aparatos encontrados, por exemplo, na Armada do Estreito. Seriam, na verdade, linhas formadas por colonos e indígenas armados mais próximos de uma natureza miliciana, levando em consideração que à essa altura Portugal não contava com regimentos militares de caráter permanente e os recrutamentos seriam temporários, de acordo com as necessidades imediatas que precisassem ser atendidas.

(...) Até o século XVI não havia qualquer força bélica de caráter permanente em Portugal, de modo que todos os recrutamentos eram apenas temporários e de natureza “miliciana”, ou seja, a “gente de guerra” era levantada entre a própria população das terras, senhorios, aldeias, concelhos, povoações e lugares, através de variadas unidades políticas que correspondiam a diversos estatutos e níveis de estratificação social. A organização das forças terrestres lusitanas continuava sendo composta pela guarda real de ginetes, criada por D. João II; pelas tropas concelhias; por mercenários contratados; pelas mesadas dos grandes fidalgos e professores das

³³² “Além dos dois capitães da guarda, que um era Gaspar Dias de Moraes que de socorro antes havia ido ao Parahyba e Mise Hyppolito, antigo e mui pratico capitão da terra [Gente Solta], *se elegeram mais de novo por capitães Ambrósio Fernandes e Fernão Soares, que se chamavam capitães dos mercadores* - foram mais os capitães das companhias da ordenança da terra - Simão Falcão, Pedro Cardigo, Jorge Camello, João Paes, capitão do Cabo de S. Agostinho, muito rico, que o fez n'esta jornada por cima de todos em tudo, com muitas vantagens, levando sempre a retaguarda o João Velho Rego, capitão de Igaracú, e todos os da Ilha de Tamaracá com seu capitão Pero Lopes; e porque havia muita e boa gente de cavallo, que foram cento e noventa e cinco, ordenou três guiões de trinta cavallos cada um”. (SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 33).

ordens militares; pelo voluntariado de nobres, cavaleiros e escudeiros; e pelas guarnições dos castelos de fronteira peninsulares, fortalezas e feitorias africanas, muitas vezes completadas por homiziados ou criminosos. (GOMES, 2009, p. 55).

Embora seja possível encontrar alusões às necessidades de conservação das milícias e ordenanças do Reino nos adendos referentes ao *Regimento das Ordenanças* de D. Sebastião³³³, Kalina Vanderlei Silva (2001) destaca como as tropas de milícia teriam sido formalmente estabelecidas em Portugal, a partir de 1640. Mesmo assim, ambos os segmentos referentes às milícias e às ordenanças, continuaram a apresentar confusões nos termos, durante os primeiros momentos de ajustes³³⁴. Nas capitânicas açucareiras, essas camadas viriam a assumir perfis específicos, após as guerras contra os neerlandeses. Seriam alistados nas *ordenanças*, a população masculina livre não recrutada pelas tropas de linha – que recebiam soldo –, nem pelas milícias. Esses efetivos não seriam permanentemente mobilizados, mas apenas listados, prestando serviços eventuais e atendendo a chamados emergenciais.

Por outro lado, as milícias seriam compostas por moradores que não se afastariam de seus ofícios primários, mas fariam exercícios aos domingos, arcando com seus próprios fardamentos e armamentos. Os regimentos milicianos poderiam ser formados por divisões econômicas ou étnicas, podendo haver contingentes atribuídos a mercadores, artificies, pretos forros, pardos e outros. Considerando a necessidade de os oficiais superiores das milícias arregimentarem as próprias tropas, não seria incomum que essas posições fossem desempenhadas por senhores de engenho e grandes comerciantes³³⁵. Como observado por José E. A. B. Gomes (2009), esses corpos milicianos foram essenciais, por exemplo, no processo de conquista, manutenção e defesa da Capitania do Ceará, abrindo margens para a ascensão de indivíduos e grupos populacionais cuja mobilidade social, *a priori*, não seria acessível (2009, p. 173)³³⁶.

Quando o Santo Ofício visitou as partes do Brasil, Fernão Soares da Cunha e Ambrósio Fernandes Brandão serviram como testemunhas em processos, respectivamente em

³³³MENDONÇA, 1972, p. 170

³³⁴ “Ambas as tropas auxiliares confundem-se com frequência a partir do estabelecimento das milícias. Mesmo sua terminologia fica mal determinada até 1677, quando se dá a definição legal de milícias como tropas auxiliares de segunda linha, e ordenanças como tropas de terceira linha”. (2001, p. 79).

³³⁵ SILVA, 2001, p. 97-138

³³⁶ Segundo Rodrigo Ricupero (2009), a conquista da Paraíba avançou territorialmente a fronteira da colonização para as partes mais setentrionais, com as conquistas do Rio Grande do Norte, Maranhão, Ceará e Pará acontecendo nos 20 anos seguintes e corroborando para a ocupação da costa Leste-Oeste, mediante a expulsão dos franceses, as pazes com as doações indígenas locais e a distribuição de terras entre aqueles que acompanharam as expedições. Para um apanhado dos processos de conquista ao Norte da Capitania da Paraíba, ou mais precisamente, as expedições visando a colonização da costa Leste-Oeste, ver: RICUPERO, 2009, p.313 – 319.

janeiro de 1594 e em setembro de 1595. Enquanto o primeiro foi introduzido perante o inquisidor como “capitão de uma companhia de infantaria”³³⁷, o segundo, do mesmo modo, foi apresentado como “capitão de sua companhia de infantaria”³³⁸, levantando a possibilidade de que ambas as companhias ainda se mantinham, às suas custas, na época dos testemunhos. Contribui a essa interpretação, um pedido de sesmaria feito por Ambrósio Fernandes em 1613, no qual o mercador apresenta-se não apenas enquanto um dos conquistadores da Paraíba, mas também, como “capitão de infantaria”, afirmando ter desempenhado *muitas vezes* esta função “nas guerras aos gentios Potiguar e Franceses” possivelmente combatendo nessas proximidades em distintas ocasiões, no decorrer dos anos³³⁹.

Balaceando esses elementos, as companhias dos mercadores seriam regimentos de infantaria que integraram a linha de frente (vanguarda) dos contingentes de Martim Leitão, durante a campanha para desfazer o estado de sítio montado pelos Potiguaras, Tabajaras e insuflado por corsários franceses, à Fortificação de São Filipe e São Tiago. Não compunham as tropas das ordenanças e possivelmente teriam sido arregimentadas por seus próprios capitães, os comerciantes cristãos-novos Ambrósio Fernandes Brandão e Fernão Soares da Cunha, cujas convocações ocorreram num momento de negociações estendidas por Martim Leitão, aos mercadores sediados no eixo Olinda-Recife, em função da necessidade de créditos, voltados ao provimento dos efetivos. Suas características seriam similares às tropas milicianas observadas nas capitâneas açucareiras a partir do séc. XVII, embora seja anacrônico sugerir que nos quinhentos, assumissem as mesmas atribuições no âmbito formal.

Quando em março de 1585, Martim Leitão – agora referido pelo autor do Sumário das Armadas como General – repartiu as companhias e o restante dos efetivos em campo³⁴⁰, as tropas começaram a dirigir-se por terra à fortificação, com os batedores indígenas seguindo à frente e garantindo a passagem dos demais.

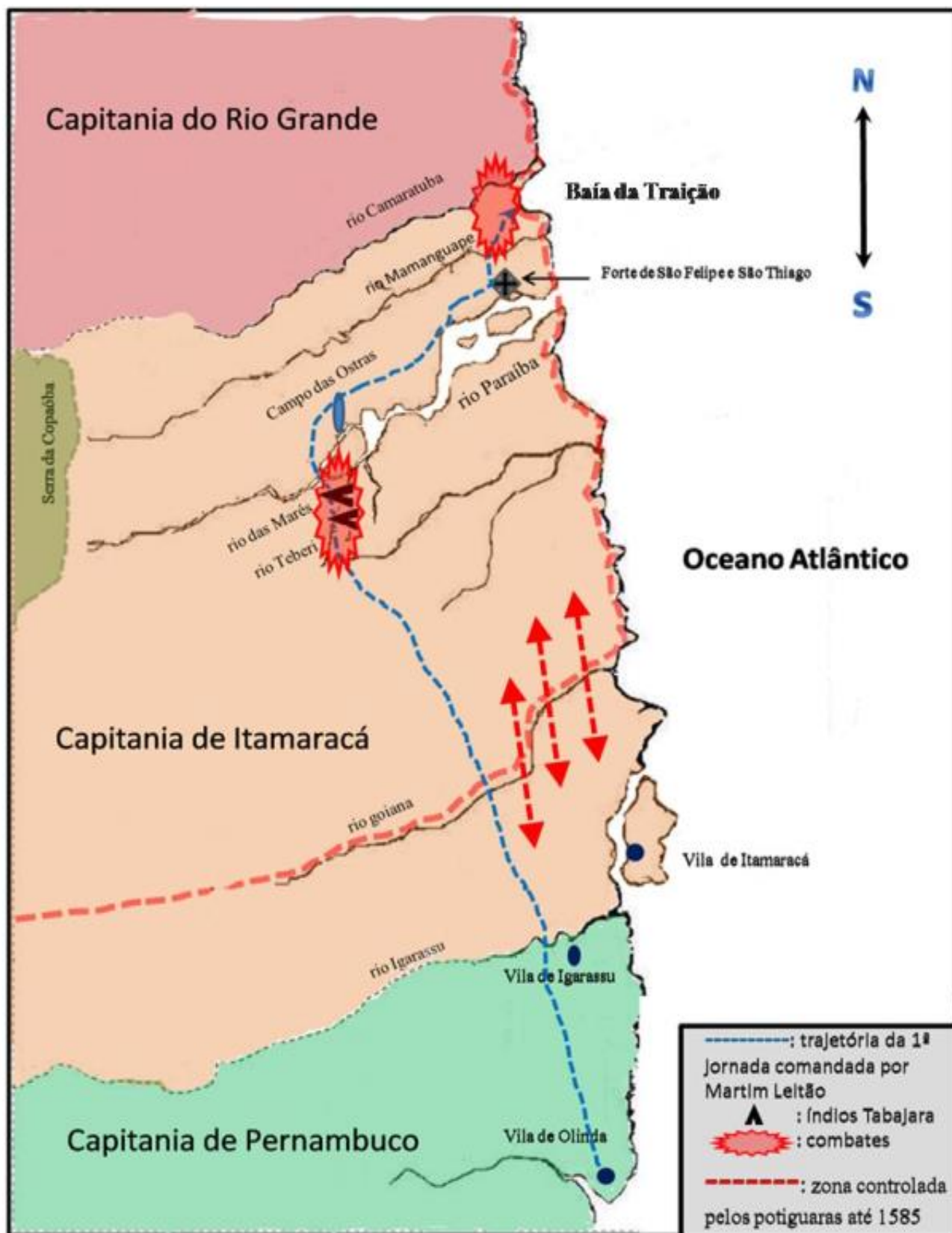
³³⁷ Processo de Antônio Vilhete, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 6355.

³³⁸ Processo de Mestre Bento Teixeira, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 5206.

³³⁹ Sesmarias da Capitania da Parahyba: *Nº 6 em 27 de Novembro de 1613*. In: TAVARES, 1909, p. 35 – 36; Sobre as “várias vezes” que Ambrósio Fernandes Brandão guerreou contra os Potiguares, nos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, por exemplo, o interlocutor Brandão refere-se a como “ (...) a mim me lembra no ano de mil e quinhentos e noventa e um, vindo de seguir uns inimigos Petiguares, em cujo alcance fui com a gente armada, por haverem dado um assalto na mata do Brasil, aonde mataram alguns homens brancos, encontrar com uma cova, a que o gentio da terra dava o nome de Camuci, muito digna de consideração”. (BRANDÃO [MELLO], 1966, p. 27).

³⁴⁰ Dos posicionamentos referentes ao resto dos efetivos, a retaguarda seguiria o modelo relativo aos moradores das freguesias, sendo composta pela gente de Itamaracá e de Igarassu, respectivamente capitaneadas por Pero Lopes e João Velho Rego. Ademais, dentre o grosso dos contingentes havia 195 homens a cavalo, com 90 desse total sendo separados entre três companhias de 30, responsáveis por carregar guiões, mais especificamente, bandeiras e estandartes, entre a vanguarda, a retaguarda e o meio. (SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 33).

Figura 02 - Representação Cartográfica da Primeira Jornada de Martim Leitão



Fonte: BATISTA, 2012, p. 131

Seria essencial o papel da vanguarda nesse processo, pois o terreno era íngreme e as tropas seguiam por dentro dos matos, enfileiradas, com as companhias pertencentes à linha de frente precisando sinalizar umas às outras, até que os direcionamentos necessários chegassem à retaguarda, ou mesmo, que as informações corressem de oficial para oficial. Continuaram dessa maneira por cinco dias, até que as companhias de vanguarda se aproximaram de um grande cercamento Tabajara, nas várzeas do Rio Tibiri, mais especificamente, um curso d'água nas proximidades do Rio Paraíba³⁴¹.

Dentro desse cercamento havia uma área formada por terreno alagadiço, que serviria como uma fronteira natural caso as tropas portuguesas invadissem. Com o cair da noite se aproximando, foi decidido que os regimentos iriam penetrar as barreiras do cercamento e ocupar o espaço até o aguçal. Segundo consta no *Sumário das Armadas*, esse conflito teria decorrido de supetão e às pressas; alguns poucos Tabajaras foram feitos cativos, pois as tropas promoveram um massacre, cujos principais envolvidos foram as companhias de vanguarda, pois quando a retaguarda conseguiu posicionar-se junto aos dianteiros, os embates já teriam sido concluídos. As tropas conseguiram se alojar nesse espaço, apesar de contendias, montando um acampamento para passarem a noite. Escoltando o perímetro, os indígenas das tropas de Martim Leitão encontraram farinha, armas e pólvora, que os Tabajara usariam para reforçar o cerco ao Forte de S. Filipe e S. Tiago, segundo admitiram os índios feitos cativos³⁴².

Durante o amanhecer, os Tabajaras começaram a provocar os invasores a partir de uma área elevada posicionada de frente ao acampamento e negociações logo se iniciaram. Estaria nos interesses dos portugueses se reconciliarem com os Chefes Piragibe e Guiragibe, devido aos eventos ocorridos no Rio São Francisco, afirmando que suas intenções de guerra seriam contra os Potiguares e, com a Nação Tabajara, queriam manter as pazes. Nas entrelinhas, seria mais vantajoso a Martim Leitão romper a recente aliança Tabajara-Potiguar e atizar um grupo contra o outro, de maneira condizente com as táticas utilizadas pelos portugueses com as nações indígenas e contribuir ao relaxamento do estado de sítio, sobre a fortificação³⁴³.

³⁴¹ SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 34-36

³⁴² SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 35 – 36.

³⁴³ SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 37-39. Enquanto estratégia de combate, observa-se através de Frei Vicente Salvador como “dividir e conquistar” as nações indígenas seria sempre uma das principais táticas utilizadas pelos portugueses no Brasil. Segundo consta nos debates do conselho montado para os avanços contra o Cabo de Santo Agostinho, por exemplo, “(...) uns aos outros se destruíram sem nós lhes fazermos guerra e, quando fosse necessário fazer-lha, nos ajudaríamos do bando contrário, que foi sempre o modo mais fácil das guerras que os portugueses fizeram no Brasil” (1918, p. 117). No entanto, para além das práticas utilizadas em campo, as alianças indígenas assumem uma dimensão mais ampla, como outras vezes foi

Foi indispensável ao momento que as artilharias das companhias de vanguarda e retaguarda, cedessem espaço para vinhos, presentes e jesuítas versados em Tupi, encarregando-se das negociações enquanto intermediários linguísticos³⁴⁴. Observando esses diálogos, entretanto, Adriel Fontenelle Batista (2012) destaca como as companhias tomaram proveito dessa oportunidade para fazer reconhecimentos ao perímetro e angariar inteligência, para a continuidade do avanço (2012, p. 73). Estariam no centro das preocupações e atividades das tropas, a necessidade de preparar o terreno para possíveis embates, “roçando” os matos de uma campina entre os muros do cercamento e o aguaçal, além de “fazer faxina”³⁴⁵, para viabilizar a movimentação dos efetivos e utilizar-se dos materiais recolhidos, durante o conflito³⁴⁶.

Apesar dos esforços diplomáticos, houve entraves nas negociações e as tropas receberam ordens de matar os Tabajaras feitos reféns na noite anterior, corroborando para que táticas de intimidação fossem utilizadas por ambos os lados. Os indígenas representantes de Piragibe e Guiragibe, demonstraram poder de fogo através de "trinta e tantas espingardas e muitas flechas", enquanto as companhias de Martim Leitão foram dispostas na campina recentemente preparada, expondo dois berços que traziam num carro-de-boi³⁴⁷.

Passados os momentos de ostentação do poderio bélico, ambos os grupos se prepararam para os conflitos iminentes. Os materiais angariados na campina durante a noite anterior foram utilizados pelas companhias para reforçar pontes previamente construídas pelos Tabajara sobre o aguaçal, de maneira a garantir a passagem das tropas. Durante a noite, recolheram-se no acampamento enquanto ouviam os homens de Piragibe fazendo suas próprias preparações "cortando nos matos para seus reparos"³⁴⁸ e utilizando-se de sons enquanto táticas de intimidação para causar medo ao inimigo. Um conselho foi formado na

referendado nesse trabalho. Para aprofundamentos sobre esses aspectos, ver: MONTEIRO, 1994, p. 29 - 36; PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 117 - 118; ALMEIDA, 2008, p. 45 - 49.

³⁴⁴“Os portugueses logo trataram de tentar convencer os Tabajara de que os tinham em conceito diferente e melhor do que aos Potiguara e que a aceitação da derrota não seria seguida de castigo. São, então, os jesuítas encarregados desse convencimento, uma participação conjunta que a escrita não deixa de pontuar. A tentativa de paz ofereceu, nesse caso, a possibilidade de que os "bons préstimos" dos padres da Companhia fizessem parte daquela jornada de conquista importante. O padre Jerônimo Machado tem seu nome citado diretamente nesse evento, como habilidoso intérprete a serviço da conquista. A narrativa descreve, portanto, um padre língua coordenando a cerimônia das "pazes", com presentes, trocas de reféns e mandando que dessem "vinhos" aos índios”. (2012, p. 73).

³⁴⁵ "Faxina, tal como a que o exército usa para encher valas, levantar trincheiras, ou coisa parecida"; "Trabalho braçal". In: OLIVEIRA, 2011, p. 103.

³⁴⁶ SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 38.

³⁴⁷ Idem., 1873, p. 38.

³⁴⁸ Ibid., 1873, p. 38.

tenda de Martim Leitão, onde foi nomeado o *terço* responsável por subir à área elevada na qual os Tabajaras estariam sediados, ou ao “pico de Piragibe”, e desbaratar suas fortificações.

Para compreender os aspectos referentes ao “*terço*” nesse cenário, torna-se necessário primeiro entender algumas das bases referentes à infantaria na modernidade. Segundo A. M. Hespanha (2004), as armas de fogo da infantaria adaptaram-se aos cenários das guerras ultramarinas, considerando os números reduzidos dos efetivos europeus, que precisavam ser compensados com um armamento pessoal eficiente. Doravante aos ordenamentos promulgados por D. Sebastião, referentes às ordenanças e arsenais individuais, figuras como os arcabuzeiros, mosqueteiros e afins adquiriram papel de destaque em relação aos besteiros, representando, ao menos nas armadas do mar, cerca de 1/3 da infantaria prevista (HESPANHA, 2004, p. 12).

Nesses parâmetros, os arcabuzeiros tornaram-se unidades de grande poder ofensivo à linha de frente dos campos-de-batalha, enquanto os mosqueteiros mantinham-se em posição fixa, considerando a qualidade pesada e lenta de seu equipamento. Seriam essas disposições intrinsecamente conectadas às reformas táticas ocorridas na modernidade, que passaram a exigir uma disciplina mais rigorosa, visando posicionamentos como a organização em linha, de maneira a possibilitar estratégias como o *tiro contínuo*, que implicava manobras de substituições das filas – entre avanços e recuos – após os disparos, possibilitando o carregamento das armas.

Entrementes, a dispersão das unidades de combate contribuía para o enfraquecimento do corpo, ou mais especificamente, o rigor das formas geométricas nas quais as tropas se organizavam. Em suma: a guerra da infantaria precisou assumir movimentos segmentados, precisos e encadeados, presumindo uma diminuição na espontaneidade individual. Essa complexidade de movimentos em cadeia passou a exigir uma estrutura de organização militar composta por postos de suboficiais para unidades pequenas. No que se refere às disposições típicas dos exércitos representantes da Coroa dos Habsburgo, observa-se a divisão seguindo um modelo de *terços*.

Comumente, o *terço* – ou o regimento – seria uma unidade militar hispânica na primeira modernidade, que inspirou o próprio modelo de ordenanças portuguesas, contando com uma estimativa de 3.000 soldados comandados por um mestre-de-campo, auxiliado por um sargento-mor. Esses efetivos seriam divididos por companhias, formadas por 300 infantes obedientes a um capitão, auxiliado por um sargento e um alferes. Essa estrutura seria afunilada paulatinamente, garantindo uma melhor administração das unidades. De maneira similar, seriam organizados também os *terços* de cavalaria (HESPANHA, 2004, p. 14).

Elegendo as companhias que iriam se envolver nesse conflito e as que ficariam guardando o acampamento, Martim Leitão decidiu partir pela manhã somente com as companhias de vanguarda, um padre que seguia à frente portando um crucifixo e um guião formado por 30 cavaleiros, com ordens de escoltar o perímetro para que fossem evitadas situações como ciladas ou ataques furtivos.³⁴⁹

Com a luz da manhã sobre o campo-de-batalha, os portugueses e indígenas aliados descobriram que os Tabajaras tinham promovido uma queimada durante a noite, sobre o perímetro disposto entre o alagadiço e a inclinação que levava ao topo do pico, onde estariam os aldeamentos de Piragibe. Estrategicamente, isso significaria que os Tabajaras não somente dispunham de uma vantagem tática por estarem em um posicionamento elevado, como também, os as tropas de Martim Leitão precisariam atravessar duas condições difíceis de terreno.

Primeiro, o alagadiço, que contava com pontes reforçadas de supetão, para a passagem dos efetivos. Em segundo, uma inclinação com obstáculos que favoreciam tiros ou saraivadas de flechas provenientes da fortificação e, ao mesmo tempo, dificultavam quaisquer posicionamentos condizentes com as necessidades de organização segmentada, precisa e encadeada, típicas da infantaria europeia. Reiterando as linhas propostas por Evaldo Cabral de Mello (2007), teriam sido situações como essas que corroboraram à gradativa adaptação portuguesa às formas de guerrear indígenas, que culminaram nas guerras brasílicas.

Como mencionado por John Keegan (2000), a visão dos soldados no campo de batalha é sempre limitada, em razão de aspectos como a visibilidade parcial promovida pelos obstáculos e demais adversidades³⁵⁰. Nesse caso, as condições dispostas pareceram inquietar um dos capitães das Companhias dos Mercadores, ou mais especificamente, Ambrósio Fernandes Brandão, principalmente quando as ordens de Martim Leitão foram para que continuassem com os planos de seguir reto à fortificação, independentemente das obstruções pelo caminho.

Mais precisamente, atravessando o alagadiço às pressas e com preocupações relacionadas ao peso das tropas sobre as pontes improvisadas, os contingentes depararam-se com a inclinação onde teria ocorrido a queimada da noite anterior, sendo bloqueada por diversos troncos de árvores e outros materiais encontrados em campo. Essas condições exigiam que os portugueses e indígenas aliados abrissem caminho utilizando-se de ferramentas, como foices e machados, enquanto o processo seria dificultado pelas “flechadas

³⁴⁹ SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 39 - 43.

³⁵⁰ KEEGAN, 2000, p. 123 - 128

e arcabuzadas”³⁵¹ provenientes do topo. Em meio à situação, muitos dos soldados quebraram as posições e preferiram contornar os obstáculos dispostos, em detrimento de utilizá-los como trincheiras. Dentre eles, Ambrósio Fernandes Brandão.

Ainda no momento de travessia do alagadiço, o Capitão dos Mercadores instruiu sua companhia para que tomasse o caminho pela direita e o desviasse, indo de encontro às ordens atribuídas por Martim Leitão para que a formação fosse mantida na medida do possível e continuasse engajada no avanço, utilizando-se dos obstáculos de maneira estratégica como barricadas, ou mesmo, destruindo-os quando necessário, para garantir a passagem dos que vinham atrás. Evidentemente, contornar o alagadiço deixaria as tropas suscetíveis às saraivadas e arcabuzadas provenientes do terreno elevado, que garantiam uma melhor visibilidade do campo de batalha, além de diminuir os esforços em cadeia das tropas para garantir a passagem dos que vinham enfileirados atrás. Consequentemente, Martim Leitão precisou “agastar-se com alguns” e, assim, “arrancou da espada, jurando [que] havia de escalar o primeiro que falasse, senão obrarem todos como esforçados”³⁵², impondo que a companhia de Ambrósio Fernandes Brandão se mantivesse no alagadiço e não contrariasse as ordens atribuídas, até que todos conseguissem passar.

O Sumário das Armadas demonstra como os planos de Martim Leitão foram efetivos em garantir que, mesmo de maneira desordenada, os portugueses e indígenas aliados conseguissem subir ladeira acima até que atingissem o topo do pico, invadindo a fortificação dos Tabajaras, que seria formada principalmente por madeira, além de incendiar suas defesas. Mais especificamente, foram essas as condições infligidas aos aldeamentos pertencentes a Piragibe e Guiragibe, que se encontravam no percurso entre as águas do Tibiri e o Rio Paraíba, com as tropas portuguesas abrindo caminho pelos matos, travando escaramuças com os Potiguares e Tabajaras, incendiando suas casas, cercas e trincheiras.

Promovendo baixas sucessivas aos pontos de manutenção do cerco ao longo do caminho, os portugueses e indígenas aliados conseguiram relaxar o estado de sítio e chegar ao Forte de S. Filipe e S. Tiago, observando as condições precárias nas quais as tropas em presídio se encontravam. Muitos reparos tinham sido feitos às defesas da fortaleza –

³⁵¹ SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, P. 39

³⁵² “Acharam no alagadiço muito estorvo por de noite os inimigos cortarem muitas árvores com que o atravessaram e embarcaram todo; com isto e com andarem muito soltos pela queimada da outra banda as flechadas e arcabuzadas se passavam de vagar e havia muito receio e com a pressa e peso da gente se não ajudarem das fources os gastadores e machados, nem ordenarem bem a fachina, que cada um trazia, chegou a cousa a tanto, que foi necessário ao general agastar-se com alguns, e mandando ficar a companhia de Ambrósio Fernandes, que subindo houvera de tomar a parte direita, e ficando com ordem se não bolissem do alagadiço, até todos serem em cima, arrancou da espada, jurando havia de escalar o primeiro que fallasse, senão obrarem todos como esforçados”. SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 36.

construída à base de taipa – e a fome dos soldados hispânicos e lusitanos era evidente, tornando a busca por mantimentos nos arredores, uma das necessidades imediatas a serem atendidas.

Durante o processo de coleta nas proximidades, o cronista do Sumário das Armadas faz referência a uma sequência de desentendimentos decorrentes entre os capitães das tropas de Martim Leitão, com os comandantes da fortificação, evidenciando um atrito entre o outro Capitão da Companhia dos Mercadores, Fernão Soares da Cunha, com o Alcaide, Francisco Castrejón. Nesse caso, o autor optou deliberadamente por omitir os pormenores em sua narrativa, embora mencione as bebidas alcólicas encontradas em embarcações, durante a busca por provimentos³⁵³. Independentemente, não seriam esses os primeiros atritos encontrados entre as tropas hispânicas e portuguesas, que já vinham se desentendendo desde a retirada do General Valdés, deste cenário.

3.1.2 "Repartir pelos mercadores que tinham as coisas necessárias": os irmãos Nunes Correia no processo de (re) fortificação do Rio Paraíba.

Passando-se um ano desde os eventos ocorridos durante o cerco, o povoamento ibérico dessas partes ainda não tinha sido iniciado, culminando em desavenças relacionadas às matérias de sustento das tropas que continuavam de presídio, na fortificação de S. Filipe e S. Tiago. Notícias chegaram à Capitania de Pernambuco, informando que os soldados se encontravam mais uma vez em condições precárias. Martim Carvalho, o Provedor-mor encarregado desde a primeira investida da Armada do Estreito, decidiu não arcar mais com essas despesas e as responsabilidades recaíram diretamente sobre Martim Leitão³⁵⁴. Novamente, o Ouvidor-geral recorreu às diligências necessárias para o provimento de 100 homens, durante seis meses, que contabilizava um total de *seis mil cruzados*.

Essa quantia deveria ser repartida entre os comerciantes estabelecidos no eixo Olinda-Recife, ou mais especificamente, os "mercadores que tinham as coisas necessárias". Dentre os sujeitos envolvidos nessa transação, o cronista do Sumário das Armadas destaca apenas um nome, afirmando que Martim Leitão "se satisfazia com créditos de João Nunes, mercador", que, como visto, teria desembarcado nas partes do Brasil há alguns anos, acompanhado por

³⁵³ "Não contarei as diferenças, que teve aqui o capitão Simão Falcão sobre o generalado d'esta ida, que, depois de muito sofrimento do general lhe-custou deixa-lo preso no Forte; e outra que teve o alcaide com *Fernão Soares, capitão dos mercadores*, e outras muito graciosas, de que foi causa o muito refresco, que ali acharam nos barcos de mais (que não são de minha obrigação) por cada um ali ter os seus mimos, e provimento, nos barcos, que eram chegados". SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 43.

³⁵⁴ SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 45 - 48.

seu irmão, Diogo Nunes Correia, e por seu primo, Henrique Nunes, que se tornou lavrador na Capitania da Bahia.

E assim ficou tudo desarmado, e se concluíra pior se o ouvidor-geral não tratara este negócio por via de empréstimo, com que logo mandou ao capitão [de Itamaracá] Pero Lopes fizesse rol do que havia mister para provimento de cem homens em seis mezes, e feito o somado em seis mil cruzados, os mandou logo tomar e repartir pelos mercadores que tinham as cousas necessárias, aos quaes *se satisfazia com créditos de João Nunes, mercador*". (SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 46).

Sendo essa uma rede de negócios contemplada pela historiografia, a organização de seus agentes dentro do circuito torna-se mais evidente. Por exemplo, suas conexões estendiam-se ao Porto através dos contatos com Luís Mendes, cunhado de João Nunes Correia, estabelecido nesse entreposto³⁵⁵. Não obstante, os negócios dos irmãos seriam administrados diretamente pelo mais velho, Henrique Nunes, um homônimo do primo, que se mantinha sediado em Lisboa. Evidencia-se que, desde 1586, Henrique Nunes estaria envolvido no carregamento de açúcares e pau-brasil com destino ao Reino³⁵⁶ e a garantia de créditos ao provimento das tropas fortificadas, em 1585, mostrava-se como mais uma oportunidade de negócios.

Isso se daria, principalmente, levando em consideração que a disponibilidade de créditos seria um *modus operandi* comum a João Nunes Correia. Sua fortuna, avaliada em *200 mil cruzados*, tornou-se uma das maiores dessa colônia e dentre as funções que desempenhou no território, emprestava capitais a troco de juros elevados.

"Homem de grande fortuna, avaliada em 200 mil cruzados, era um dos mais ricos da colônia. Para se ter uma ideia de valor, sabemos que D. Sebastião, rei de Portugal, gastou na preparação para a sua investida ao Norte da África, na preparação da batalha de Alcácer-Quibir, em 1577, cerca de 600 mil cruzados, sendo duzentos e cinquenta mil "doados" pelos cristãos-novos portugueses em troca do fim da proibição de deixarem o reino. Em 1601 os judeus pagaram ao rei de Espanha, Felipe III, 250 mil cruzados pela sua anuência para que pudessem sair do reino para outros países ou para além-mar, nos diversos domínios de Portugal e Espanha". (RICARDO, 2006, p.126).

Embora Ambrósio Fernandes Brandão tenha sido envolvido em questões de financiamento durante as guerras de D. Sebastião nos Marrocos e com Martim Leitão no estuário do Rio Paraíba, não foram encontrados indícios documentais de que tenha desempenhado a mesma função. Essa observação torna-se pertinente considerando a passagem dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, na qual o comerciante e senhor de engenho utiliza-se dos interlocutores para se referir às diferentes categorias de mercadores atuantes

³⁵⁵ RICARDO, 2006, p. 103

³⁵⁶ COSTA, 2001, p. 56.

nessas partes e como estes enriqueciam. Categoricamente, o primeiro tipo seria constituído por comerciantes que transitavam entre a colônia e a metrópole, lucrando através da circulação e transporte de matérias-primas. O segundo, seriam aqueles que instituía uma loja e, ao invés de comercializar produtos sem refino, lucrariam através de peças como tecidos e louçaria. Por fim, vinham os mercadores onzeneiros, que enriqueciam fiando mercadorias e empreendimentos a custo de juros elevados, conseguindo "grossas fazendas de engenho e lavoura na própria terra". Não obstante, Ambrósio Fernandes Brandão destaca como essa prática de enriquecimento seria ilícita³⁵⁷.

Durante a primeira visitaçãoinquisitorial às partes do Brasil, alguns dos denunciante viriam a associar João Nunes Correia ao papel de onzeneiro³⁵⁸. Não seria incomum às representações antijudaizantes, relacionar essa camada – e conseqüentemente, os cristãos-novos – com a ascensão do crédito na modernidade, os veículos utilizados para essa finalidade e às designações pejorativas, comumente ancoradas na usura³⁵⁹. No que diz respeito ao episódio em questão, não há indicativos documentais evidenciando que o financiamento tenha assumido características similares. Como vêm sendo elucidado, muitos dos sujeitos investiam cabedais nos empreendimentos régios a troco de sesmarias, cargos e outras condições honoríficas vinculadas à economia das mercês. Seria mais pertinente ao caso observar que, através dos empréstimos estendidos, Martim Leitão enviou notícias às tropas fortificadas, comunicando que, através desses arranjos, os soldados seriam abastecidos de maneira muito mais apropriada do que na época de Martim Carvalho, como Provedor-mor³⁶⁰.

Segundo Geoffrey Parker (1972) e David Trim (2001), condições precárias de abastecimento, a fome das tropas, a falta de pagamento dos soldos e outros elementos, seriam substanciais na incitação de revoltas e motins, em suas diferentes formas³⁶¹. Francisco

³⁵⁷ BRANDÃO [MELLO], 1966, p. 90 – 92.

³⁵⁸ "Em 18 de outubro, duas denúncias feitas a Heitor Furtado envolveriam o nome de João. O viúvo Jorge de Almeida, 'natural da vila de Baldija, comarca de Lamego', cristão velho de cinqüenta anos, 'morador na vila de Olinda, em Pernambuco, no bairro de São Pedro', dizia ter 'em muito ruim conta ao dito João Nunes, de muito mau cristão nos seus modos, e que é tido por onzeneiro público e por ladrão dos direitos del rei e isto é público e notório em Pernambuco'". (ASSIS, 1998, p. 60).

³⁵⁹ Para uma introdução às representações decorrentes da ascensão de novas formas de crédito no mercado moderno e a associação intolerante às camadas judaicas, ver: TRIVELLATO, 2019. p. 1 - 18.

³⁶⁰ "(...) e feito e sommado em seis mil cruzados, os mandou logo tomar e repartir pelos mercadores que tinham as cousas necessárias, aos quaes se satisfazia com creditos de João Nunes, mercador (...) o alcaide com os hespanhoes o abalo, lhe fez escrever da camara com muitos mimos e certeza de serem agora muito melhor providos, pois haviam de correr por elles livres de Martim Carvalho, que muito deviam estimar" (SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 46).

³⁶¹ PARKER, 1972, p. 187; TRIM, 2001, p. 47 – 55. Para observar outros casos de motim nessas partes, consultar: MELLO, Evaldo C. *Gente de Guerra*. In: MELLO, E. C. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste*. 3ª. ed. São Paulo: Editora 34, 2007. MIRANDA, Bruno R. F. *Desordens, deserções e motins*. In: MIRANDA, B. R. F. *Gente de Guerra: Origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*. Tese de doutorado. Universidade de Leiden, 2011.

Castrejón e os soldados hispânicos não somente enfrentaram circunstâncias desafiadoras de provisionamento, mas também, viam-se cercados em território hostil junto aos efetivos formados por portugueses e indígenas aliados. Como agravante, casos isolados como os desentendimentos entre o Alcaide e Frutuoso Barbosa, ou mesmo, com o Capitão dos Mercadores, Fernão Soares da Cunha, quando postos em conjunto revelam uma sequência de atritos menores entre as tropas hispânicas e lusitanas, possivelmente contribuindo à frustração dos efetivos. Consequentemente, Francisco Castrejón atribuiu ordens para que suas tropas jogassem a artilharia ao mar e afundassem uma nau, rumando em seguida à Capitania de Pernambuco, após incendiarem o Forte de S. Filipe e S. Tiago.

Essas atitudes não passaram impunes e o Alcaide terminou sendo preso quando chegaram à Pernambuco, com os regimentos hispânicos sendo divididos entre dois esquadrões compostos por 42 soldados e ficando sob a tutela de Martim Leitão, que continuou provendo-lhes às suas custas, dessa vez, através de “pregões e indústria”³⁶². Estando destruídas as únicas defesas estabelecidas pelos ibéricos sobre a região, o processo de ocupação estaria novamente comprometido, culminando na reunião de um novo conselho, no qual foram discutidas as possibilidades de retomada do domínio da aliança franco-potiguar sobre a região. Dessa vez, entretanto, um fator-chave apresentava-se em favor dos portugueses: a relação entre os Tabajaras e os Potiguaras estaria desgastada e, em julho de 1585, representantes de Piragibe e Guiragibe dirigiram-se à Pernambuco, com notícias de que queriam restituir a aliança outrora mantida com os portugueses e investir contra os Potiguaras.

Em face dessas condições, Martim Leitão partiu ao encontro dos Chefes Tabajaras no mês de agosto, com 12 soldados hispânicos e 8 portugueses, numa caravela equipada para eventuais conflitos. Não obstante, as negociações ocorreram sem maiores entraves e as pazes foram reestabelecidas, garantindo as bases para que a ocupação ibérica fosse estabelecida, a partir dos territórios dominados pelos Tabajaras. Segundo Regina C. Gonçalves (2007), iniciava-se uma nova fase para os conflitos no Rio Paraíba, pois as pazes significariam “(...) a virada da guerra para o lado dos portugueses, pois, pela primeira vez, os inimigos seriam derrotados em seu território” (2007, p. 82). Diante dessas mudanças e o enfraquecimento do poderio Potiguara, os portugueses e Tabajaras começaram a planejar os próximos passos³⁶³.

Primeiramente, fazia-se necessário angariar artilharia e promover o estabelecimento de uma nova fortificação – desta vez, reforçada com madeira, pedra e cal –, para garantir o povoamento do território, antes que a aliança franco-potiguara tomasse proveito das ruínas do

³⁶² SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 48.

³⁶³ SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 49 – 50.

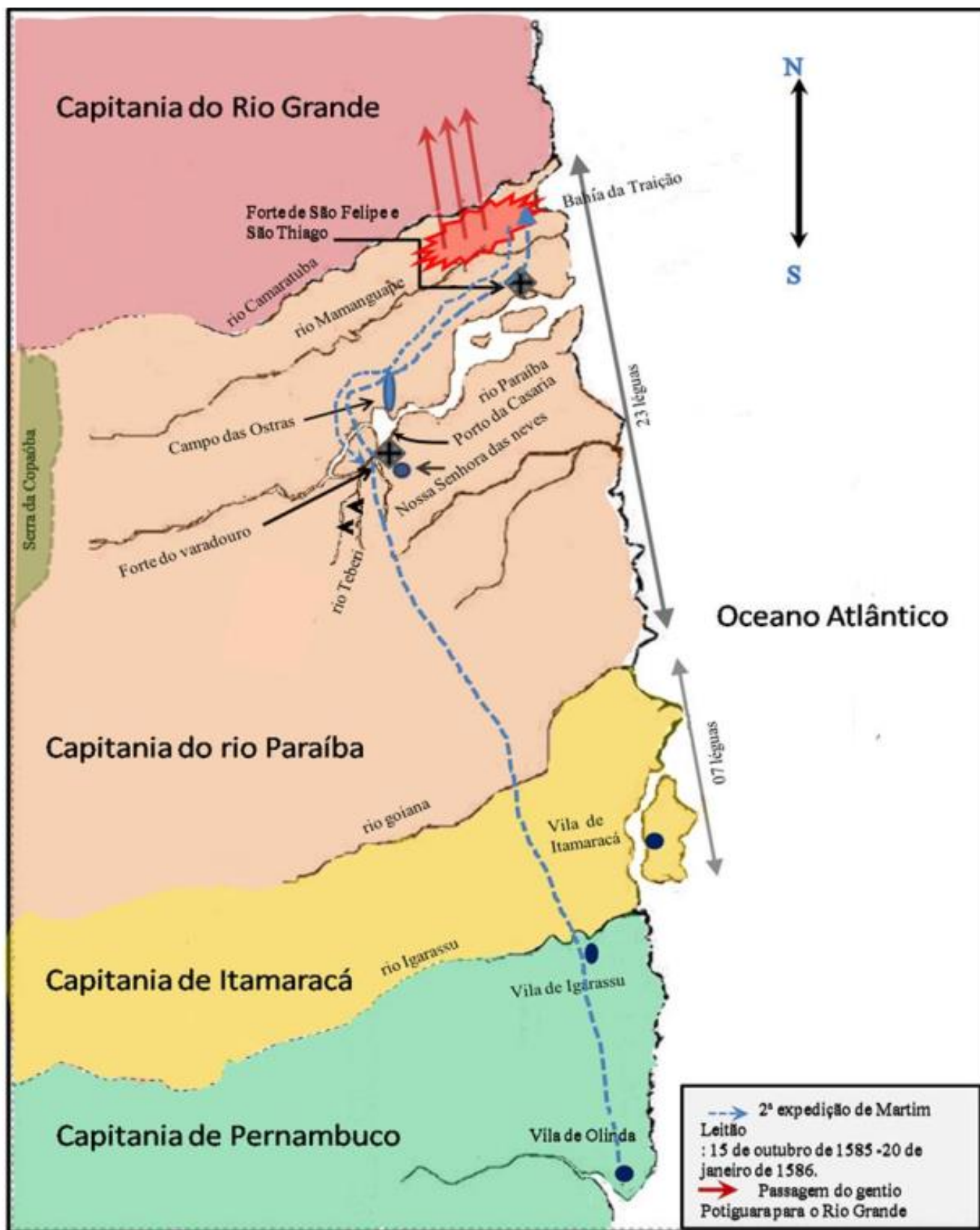
antigo Forte de S. Filipe e S. Tiago. Para que isso fosse possível, seria indicado atacar os Potiguaras diretamente, em uma de suas principais bases. Seria essa a Baía da Traição, uma região localizada 8 léguas ao Norte do Rio Paraíba, configurada como um dos principais pontos de apoio à relação entre os potiguaras e os franceses, que há muito utilizavam-se desse espaço em prol do escoamento de pau-brasil. Habitavam a Baía da Traição, os Potiguaras pertencentes ao núcleo do Chefe Tejucupapo, considerado um dos principais dessa nação e descrito no Sumário das Armadas, como “muito grande feiticeiro”³⁶⁴.

Com essas intenções, Martim Leitão seguiu numa segunda jornada ao Rio Paraíba, em outubro de 1585³⁶⁵. Desta vez, acompanhado por números consideravelmente menores. Enquanto no desbarate ao estado de sítio promovido ao Forte de S. Filipe e S. Tiago, companhias tinham sido formadas e divididas na estrutura tradicional dos terços ibéricos, nesse momento, seguiu ao Rio Paraíba uma pequena comitiva, formada por vinte e cinco homens a cavalo e quarenta a pé, composta por amigos de Martim Leitão, oficiais da administração colonial, criados, pedreiros e carpinteiros, carregando os materiais necessários para o estabelecimento da nova fortificação.

³⁶⁴ Segundo Laura de Mello e Souza (1993), a demonologia parece ter se tornado a ciência teológica que melhor repercutiu entre conquistadores e colonizadores no Novo Mundo, deixando escorrer pelas cartas jesuíticas, narrativas de viagem e outras bases, o olhar europeu sobre o outro indígena, permeado por elementos como a caça às bruxas e as representações atreladas à figura de satanás. Sobre esses aspectos, ver: SOUZA, L. M. *O Conjunto: América Diabólica*. In: *Inferno Atlântico: demonologia e colonização, séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. (p. 21 – 47)

³⁶⁵ SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 50 – 53.

Figura 3 - Representação cartográfica da segunda jornada de Martim Leitão



Fonte: BATISTA, 2012, p. 132

Enquanto o estuário do Rio Paraíba tornou-se o local de estabelecimento do Forte de S. Filipe e S. Tiago, em razão da necessidade de reforçar as defesas sobre aquela entrada, nesse momento, seria mais conveniente construir a nova fortificação nos limites do território dominado pelos Tabajaras, garantindo melhores condições ao processo de povoamento e colonização. Iniciou-se, portanto, a construção do Forte do Varadouro, num afluente denominado Rio Sanhauá; uma planície estreita na margem direita do Rio Paraíba³⁶⁶. Seriam essas as proximidades do curso d'água do Tibiri, onde teriam ocorrido os confrontos anteriores de Martim Leitão contra os Tabajaras, para relaxar o estado de sítio sobre o Forte de S. Filipe e S. Tiago. Diferentemente do acesso bifurcado no início do Rio Paraíba, que desaguava no Atlântico, essa região localiza-se num ponto estratégico mais ao interior, como uma ponte de passagem entre o litoral e o sertão.

Quando as obras atingiram um estado que garantia condições básicas de defesa, Martim Leitão providenciou para que a fortificação fosse guarnecida com artilharia e fez exigências para que partes como a torre e os armazéns, fossem concluídas o mais rápido possível. Provavelmente, estariam em suas preocupações possíveis retaliações dos Potiguaras, pois, mesmo durante as construções, Martim Leitão atribuiu ordens para que alguns de seus oficiais avançassem sobre aldeamentos nas proximidades do Varadouro. Ao julgar que, mesmo sem estar finalizada, a fortificação teria condições de se manter, arregimentou um total de 270 homens, com o grosso dos efetivos sendo composto por 185 indígenas Tabajaras, e partiu em Novembro de 1585, com destino à Baía da Traição³⁶⁷.

Dentre os colonos que acompanharam Martim Leitão durante esse processo, estaria João Nunes Correia, como um dos 25 homens a cavalo, que partiram inicialmente de Pernambuco, para assistir ao processo de construção do Forte do Varadouro e subsequente ataque aos Potiguaras. Nesse sentido, enquanto na primeira jornada do Ouvidor-geral, a análise destacou o papel das Companhias dos Mercadores como tropas de infantaria na vanguarda dos terços, na incursão à Baía da Traição, as intenções de observação serão voltadas ao papel desempenhado pela *cavalaria*.

Segundo consta na *Lei das Armas* promulgada durante o reinado de D. Sebastião, os moradores das ilhas e das partes do Brasil estariam isentos da responsabilidade de terem cavalos, considerando a qualidade do terreno considerada imprópria para tanto. Não somente a própria cavalaria representava um segmento que vinha perdendo a funcionalidade outrora

³⁶⁶ LINS, 2014, p. 10-12.

³⁶⁷ SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1583, p. 50 – 53.

tida no campo de batalha, como também, o próprio deslocamento por terra na colônia seria instável, considerando os riscos das nações indígenas não aliadas às fronteiras das capitânias. Contudo, embora taticamente a cavalaria viesse perdendo espaço para a infantaria, principalmente no ultramar, em decorrência dessas e outras adversidades do terreno e outros fatores logísticos, o prestígio simbólico deste segmento ainda encontrava continuidade, tornando-se, sobretudo um elemento de distinção³⁶⁸.

Como evidenciado por A. M. Hespanha (1986) atribuía-se no medievo à posse de cavalos um valor funcional comumente relacionado a exercícios militares a serem promovidos. Na modernidade, esta condição transformou-se, trazendo até mesmo ao hábito de deslocar-se sobre a montaria, um sinal de prestígio, "(...) quando não, pura e simplesmente, de riqueza capaz de nobilitar" (1986, p. 416). Consequentemente, andar a cavalo assumiu características de distinção social, quando não especificamente de nobreza, independentemente das funções militares inerentes.

Durante a campanha para desbaratar o estado de sítio ao Forte de S. Filipe e S. Tiago, esse segmento foi dividido em campo entre três companhias formadas por 30 homens montados, repartidas entre a vanguarda, o meio e a retaguarda. Das funções atribuídas, destaca-se o reconhecimento do perímetro para que fossem evitadas ciladas e ataques furtivos, além de carregar guiões, estandartes e bandeiras para a identificação das tropas. Não obstante, no decorrer da incursão à Baía da Traição, compunham a cavalaria aqueles que "a tudo supriam", incluindo, o mercador cristão-novo João Nunes Correia³⁶⁹.

Destaca-se também uma mudança no discurso do Sumário das Armadas, para esse momento. Segundo Adriel F. Bastista (2012), apesar de ambas as narrativas referentes ao desbarate do estado de sítio ao Forte de S. Filipe e S. Tiago, e à incursão na Baía da Traição, manterem um tom glorificador dos eventos ocorridos, na segunda jornada, os aspectos de grandiosidade da campanha dão lugar a elementos de exaltação da nobreza e virtude demonstradas pelos regimentos reduzidos, perante as adversidades encontradas pelo caminho.

A narrativa sobre essa jornada, apesar de manter o tom laudatório em torno de Martim Leitão, é um extremo contrastante com a tópica empregada na primeira jornada. O aspecto grandioso e espetacular da primeira jornada é dispensado para a valorização de outro tipo de nobreza e de virtude: menos exterior e aparente e mais espiritual e misterioso. Nesse vento, tudo o que é relacionado ao aparato material das tropas é sempre insuficiente ou pequeno diante das dificuldades enfrentadas. Desde o início a marcha das tropas é pontuada como sendo de grande dificuldade: travessia de rios e alagadiços com "água pelo cabelo", pouca comida, fadiga, chuvas e intensa atividade durante o período da noite, o que nesse particular os jesuítas não

³⁶⁸ CURTO, 1997, P. 114-117.

³⁶⁹ SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 58.

deixaram de acentuar-lhe o caráter misterioso, usando termos como "escuridão medonha". Os cavalos que os combatentes levam são, nessa jornada, descritos como ruins, e os homens estão sempre à beira de largarem tudo e debandarem, assombrados até com o urro do gentio, que nessa jornada aparece, repetidas vezes, como sendo medonho. (2012, p. 77).

Embora a glorificação das desvantagens numéricas sirva, simbolicamente, à narrativa de superação das adversidades encontradas em campo³⁷⁰, no âmbito tático, o Sumário das Armadas destaca uma preferência de Martim Leitão em manejar quantitativos menores, “por sermos todos tão poucos que tudo se podia bem ordenar”³⁷¹ e por considerar a soldadesca nessas partes indisciplinada. Segundo Regina C. Gonçalves (2007), os posicionamentos de Martim Leitão seriam um reflexo das dificuldades de organização e manutenção da gente de guerra, não somente no que se relaciona ao sustento e arregimentação das matérias necessárias, como as armas, munições e fardamentos, mas também, da inserção dos indígenas aliados nas tropas.³⁷²

Contudo, não somente contingentes menores corroboravam para uma melhor visão das tropas – “que em toda hora os via” – durante essa incursão, como também, tornaria mais eficiente a comunicação entre os segmentos³⁷³. Condições como essas representam um contraste direto às situações encontradas no decorrer da primeira campanha, quando, por exemplo, o Ouvidor-geral repreendeu o Capitão dos Mercadores, Ambrósio Fernandes Brandão, por contrariar as ordens previstas e instruir sua companhia a contornar os obstáculos em campo, conseqüentemente, rompendo com a formação prevista para a garantia da passagem daqueles que vinham atrás.

³⁷⁰ O contraponto dessa desvantagem aparece como a coragem do ouvidor-geral que comanda bem seu exército supostamente pequeno e o leva à superação das dificuldades impostas à empresa (BATISTA, 2012, p. 77).

³⁷¹ SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 55.

³⁷² “Em primeiro lugar, a evidência de que, sem o controle severo do comandante, que deveria estar sempre vendo, ou seja, “de olho”, suas tropas não eram confiáveis. Em segundo lugar, a precariedade no que dizia respeito “às partes necessárias” para seu bom desempenho, o que nos permite supor que, além de disciplina, a elas também faltavam equipamentos, armas, munição, roupas e calçados. Daí porque, nesse quadro de dificuldades, a arregimentação de índios, como aliados na guerra, era fundamental, pois os mesmos conheciam o território, o inimigo e, além disso, tinham uma motivação para participar: o desejo de vingança. Ao contrário, os soldados europeus eram, em grande parte, aventureiros sem compromisso com qualquer causa. No entanto, à empresa colonial, essa arregimentação interessava também por outro motivo que dizia respeito ao próprio estabelecimento do povoamento, pois, se os índios constituíam força importante nas tropas, também o eram no que dizia respeito à garantia da posse da terra, o que só podia ser obtido a partir do seu povoamento efetivo. Eram, os índios, a substância de se povoar o Brasil. (...) A terceira ordem de motivos relativos à necessidade de arregimentação de índios aliados dizia respeito à sua condição de substância de se sustentar o Brasil, ou seja, ao seu uso como mão-de-obra pelos colonizadores, fosse nas atividades extrativas do pau-brasil, na agricultura, na construção da infraestrutura mínima para a vida na colônia, fosse nos serviços domésticos”. (GONÇALVES, 2007, p. 109).

³⁷³ “(...) E por isto dizia elle [Martim Leitão] muitas vezes que antes queria poucos, que em toda a hora os via, que a muitos e mais n'estas partes onde a soldadesca não é disciplinada, nem tem as partes necessárias”. (SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 56).

Observam-se casos representativos desse cenário, no caminho à Baía da Traição. Numa manhã de terreno alagado pelas chuvas da madrugada, os Potiguaras reproduziram sons de dentro das matas para intimidar e tirar a atenção das tropas ibero-tabajaras que se aproximavam, atacando-as em seguida com uma saraivada de flechas, em movimento de parábola. Embora o jesuíta responsável por narrar esses eventos no Sumário das Armadas, tenha atribuído motivações divinas para as flechas não terem causado maiores danos aos regimentos, observa-se também, a presença de *rodela*s disponíveis às tropas. Mais precisamente, um escudo comum ao período, que assumia aspectos redondos, convexos, seria de tamanho menor e cravejado com lâminas de metal, para também servir como arma de mão. Enquanto variantes similares, como o broquel, caíam em desuso perante as modernas formas de guerrear, ainda se requeria que os oficiais no séc. XVI carregassem, tanto rodela, quanto espadas³⁷⁴.

No que diz respeito às rodela, encontradas na colônia e utilizadas pelos indígenas, Ambrósio Fernandes Brandão faz uso de seu interlocutor, Brandônio, para descrever que “as rodela, que também consigo levam, são grandes e pintadas, feitas de um pau leve, bastante a lhes cobrir todo o corpo, com que se reparam das frechas do inimigo”. (BRANDÃO [MELLO], 1966, p. 202)³⁷⁵. Consequentemente, a gente de guerra reagiu ao ataque “cerrando-se em esquadrão” e, por serem poucos e mais facilmente administrados, os *rodeleiros* conseguiram formar uma parede de escudos capaz de proteger os arcabuzeiros. Por ordens de Martim Leitão, a cavalaria investiu em seguida, com intenções de cercar os Potiguaras, que bateram em retirada³⁷⁶.

Com os homens a cavalo dando perseguição por dentro da mata, terminaram deparando-se com uma fortificação disposta de três guaritas e sete cercas de rede, que

³⁷⁴ REIS, J. C. Noções da Arte da Armaria (II). Revista de História, [S. l.], v. 23, n. 48, 1961. p. 513- 519.

³⁷⁵ “Os Tupinambá conheciam dois tipos de arma de proteção: o escudo, utilizado como meio de proteção pessoal pelos guerreiros, e a paliçada, por cujo intermédio conseguiam alguma segurança coletiva contra as armas de tiro dos inimigos, seja durante o ataque a grupos locais adversários, seja na defesa dos próprios grupos locais. “Como armas defensivas, os Tupinambá somente possuíam escudos redondos, geralmente de couro de tapir, de madeira leve ou de casca. Esses escudos eram comumente pintados de várias cores ou guarnecidos de penas de canindés”. (...). Quanto à função defensiva da arma, os cronistas que a ela se referem confirmam a informação de Brandão. Além disso, cumpre ressaltar que ofereciam alguma segurança efetiva contra as armas aborígenes de tiro: Thevet, pelo menos, observa o seguinte: “esses escudos são tão fortes e sólidos quanto os barceloneses, de modo que resistem a um tiro de arcabuz, e, consequentemente, a armas menos poderosas””. (FERNANDES, 2006, p. 47)

³⁷⁶ “(...) E assim era para dar graças a Deus a confiança de Martim Leitão e a festa com que ao urro tornou, dizendo: Temos o que buscavamos, a elles! (o qual assim queria cobrir a cada um, como se todos foram filhos, e passada aquella primeira nuvem de flexas que deus desviou de nós). Todos nos cerrámos em esquadrão, bem cobertos os poucos arcabuzeiros que havia com os rodeleiros, por sermos todos tão poucos que tudo se podia bem ordenar, e assim remetendo o ouvidor-geral com os de cavallo, que andavam a roda por o sítio dar lugar a tudo” (SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 55).

formavam um labirinto em torno dos muros. Seria essa uma feitoria adormecida, ou uma “obra dos franceses”³⁷⁷, guarnecida por um número reduzido de potiguares, enquanto os corsários não desembarcavam para fazer as trocas comuns à aliança. Como resultado desse encontro, os Potiguaras que não foram assassinados dentro da feitoria, terminaram sendo seguidos pelos Tabajaras e “alguns corredores brancos”, para que não escapassem com vida³⁷⁸.

Montando um acampamento a partir desse baluarte, começaram-se os preparativos para a chegada à Baía da Traição. Primeiramente, fazia-se necessário escoltar o caminho, e assim, Martim Leitão atribuiu ordens à cavalaria para que fizessem os reconhecimentos apropriados, junto aos arcabuzeiros e mais quarenta Tabajaras. Concluindo que seria seguro prosseguir, todos continuaram ao destino. Em decorrência do terreno íngreme, os homens a cavalo – incluindo Martim Leitão –, precisaram descer de suas montarias e sair puxando os animais pelas rédeas, seguindo a pé durante a maior parte do trajeto. Não obstante, os provimentos começaram a ficar escassos, tendo em vista que durante o saque à feitoria, as tropas não encontraram mais que “6 ou 7 tranqueiras para berços”³⁷⁹.

Chegaram cerca de meia-noite ao Rio Mamanguape, localizado entre o Rio Paraíba e a Baía da Traição. Não somente pesavam-lhe o sono, como também, a fome, dado o racionamento da pouca farinha que tinham. Segundo Adriel F. Batista (2012), essa segunda jornada de Martim Leitão foi narrada pelo Sumário das Armadas de maneira a criar uma narrativa que ressaltava aspectos relacionados à honra e virtude das tropas, frente às situações de adversidades encontradas pelo caminho, dentre as quais, as condições materiais seriam sempre insuficientes, apesar do reduzido quantitativo das tropas. Nesse momento, a própria

³⁷⁷ “Todo o outro dia gastámos em vêr esta cerca, que era uma fortaleza muito forte (...) e bem mostrava ser obra de francezes, porque tinha três muito grandes guaritas e quarenta palmos de alto, em cima dos quais de cada um podiam pelear quarenta homens, e assim a passeiavamos o padre Francisco Fernandes e eu muito á vontade: fóra tinha sete cercas de rêde umas sobre outras, em mil voltas e caracol, que era um labirinto que se perdiam homens n'ella, e armadas muitas aboizes de grandes árvores, que, tocando-lhe um passaro, desarmavam e arrastariam vinte homens; tinha algumas seis ou sete tranqueiras para berços”. (SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 56).

³⁷⁸ “E passada aquella estropiada com alguns quinze arcabuzeiros que os seguiram [a cavalaria], dando nos inimigos, se espalharam elles pelo mato, e só obra de sessenta foram fazendo animosamente rosto diante de uma poderosa cerca que estava á vista, que era tal, que certo nos assombrou a todos, e a se não vêr no meio da briga, em tempo que ia a fumaça da continua arcabuzaria, e grita e flexas não davam lugar a cuidar, fizêra em todos o maior abalo, e começando o ouvidor-geral a repartir a gente em duas partes a tiro de acabuz para logo commettermos, vimos alguns da vanguarda entrar pelas portas, ao que acudimos todos, vendo-as abertas e os inimigos varados pela outra parte, aonde umas grandes ribanceiras e brejos lhe seguravam as costas, com o que se salvaram, seguindo-os somente alguns do nosso gentio e corredores brancos, que todavia sempre foram matando, afôra os que atraz no recontro ficaram mortos, que não forão poucos”. (SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 55).

³⁷⁹ SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, P. 57.

natureza assumiu o papel de um dos obstáculos a serem enfrentados e a travessia do Mamanguape tornou-se um “ponto alto” narrativo³⁸⁰.

Consequentemente, a descrição dos eventos que se seguiram adquiriu características épicas, e, porventura, fantasiosas, referentes a um “passo de noite milagroso”, no qual a cavalaria guiou nadadores por entre as águas noturnas, que se apoiavam em suas lanças, durante a chuva, de uma margem à outra do rio, acompanhando Martim Leitão que seguia à frente. Os envolvidos foram nomeados pelo jesuíta, um por um, incluindo João Nunes Correia³⁸¹.

(...) Pelos quais o ouvidor-geral sempre puxava e pelo seu meirinho Heitor Fernandes, Francisco Madeira, Miguel Ribeiro, *João Nunes [Correia]*, Duarte Gomes [da Silveira], Simão de Andrade, João Pamplona, o licenciado André Magro de Oliveira, Antonio Lopes de Oliveira, Gomes Martins e os de sua casa: *estes poucos eram os de cavalo, que a tudo sempre supriram*, e assim demos muitas graças a Deus em nos livrar de tal passo sem nenhuma perda, do que o ouvidor-geral andava doido de prazer. (SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 58).

Torna-se possível observar, nesse sentido, como as Companhias dos Mercadores que atuaram como unidades de infantaria, na vanguarda da primeira campanha de Martim Leitão, tornaram-se veículos narrativos para o autor do Sumário das Armadas referir-se à indisciplina das tropas. Evidencia-se, por exemplo, as ordens contrárias atribuídas por Ambrósio Fernandes Brandão, ou mesmo, as desavenças entre Fernão Soares da Cunha e o Alcaide do Forte de S. Felipe e S. Tiago, após encontrarem bebidas alcoólicas durante a busca por provimentos. Não obstante, João Nunes Correia e os demais homens a cavalo, que atuaram no decorrer da segunda jornada, não somente são referenciados como os provedores diretos das armadas “que a tudo sempre supriram”³⁸², mas também, seus atos são descritos de acordo com as condições de prestígio e distinção social, comumente atribuídas à cavalaria.

Finalmente chegando à Baía da Traição, as tropas de Martim Leitão iniciaram um processo de invasão de aldeamentos e feitorias dispostas no caminho até o núcleo principal do

³⁸⁰ FONTENELLE, 2012, p. 75-78.

³⁸¹ “Porque havíamos de passar o rio Manguape, da outra parte do qual, ou os que a isso foram por vezes, o medo cegava para não vêrem, ou todos estavamos arejados e cortados do pouco somno e comida, que n'este tempo já era farinha de guerra somente e pouca, e do muito trabalho ninguém atinou com as horas da maré, estando um tiro de pedra d'ella, a foraos demandar na bocca do Manguape na maior força, e assim ainda que alguns dos primeiros não nadaram todos os mais foram nadando, aonde foi cousa milagrosa não morrer nem homem, nem mulher, porque proveu Martim Leitão que n'aquelle passo, que seria um bom jogo de barreira de largo, andassem seis ou sete homens de cavallo, dos quaes elle foi o primeiro, de uma parte á outra, levando cada vez tres e quatro pegados ao cavallo e á lança, e muitos nadadores, nos quais se pegavam os que não sabiam, que foi espantoso trabalho por ser grande o escuro, com um chuveiro, até pela misericordia de Deus se pôrem todos da outra banda, sem se perder cousa alguma, salvo a bandeira de Gregorio Lopes de Abreu, capitão da vanguarda”. (SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 58).

³⁸² SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 58

Chefe Tejucupapo, relaxando a situação referente à escassez de provimentos, através dos saques decorridos durante esses conflitos³⁸³.

Nas proximidades do conglomerado de aldeamentos referidos como “a gente de Tejucupapo”, foram surpreendidos por uma cilada quando caminhavam numa longa sequência, enfileirados uns atrás dos outros, por dentro da mata³⁸⁴. Em reação ao ataque, gritos provenientes da vanguarda anunciaram a aproximação dos Potiguaras, fazendo com que todos apressassem os passos e um conflito fosse iniciado, a partir da linha de frente. Nesse compasso, um soldado hispânico proveniente dos dianteiros, direcionou-se à retaguarda com notícias destinadas a Martim Leitão, reportando que já havia feridos e que reforços deveriam ser enviados. O soldado já estaria trajado com um gibão e aproveitou para armar-se com uma rodela, fornecida por um Tabajara e uma lança de arremesso, entregue por João Nunes Correia, retornando em seguida à vanguarda, numa montaria³⁸⁵.

Esse encontro resultou em baixas entre os Potiguaras, enquanto os ibero-tabajaras saíram avariados. Não obstante, logo se tornou evidente que um número reduzido de Potiguaras teria ficado para defender as terras, pois o grosso das populações que habitavam esse conglomerado tinham se dispersado, reagrupando-se principalmente no litoral da Capitania do Rio Grande, ou na entrada para os sertões. Segundo John Hemming (1978), as guerras que ocorreram contra os aldeamentos Potiguaras do Rio Paraíba e seus arredores, não teriam sido diferentes de outras guerras de fronteira que ocorreram em diversas outras partes da costa. Embora os franceses tenham perdido o controle sobre um ponto estratégico, as alianças com os Potiguaras ainda permaneciam concretas e, conseqüentemente, mesmo com a

³⁸³ Observa-se, por exemplo, como ainda na manhã seguinte ao cruzamento do curso d’água do Mamanguape, as tropas depararam-se com uma feitoria francesa, nas proximidades de uma aldeia. Invadindo primeiramente a fortificação, promoveram o massacre de 20 Potiguaras e tornaram o líder cativo. Aqueles que conseguiram fugir, dirigiram-se à uma nau francesa ancorada na beira-mar, com intenções de utilizar-se da artilharia embarcada, na defesa contra os invasores. Buscando desviar dos tiros, as tropas de Martim Leitão seguiram em direção à aldeia, cuja população possivelmente evacuou às pressas, deixando disponíveis suprimentos como farinhas, favos de mel e cajús, que serviram ao reabastecimento dos efetivos. Mantiveram-se nesse espaço por três dias, enquanto organizavam os preparativos para a continuidade da incursão. Durante esse momento, foram encontradas forjas voltadas ao reparo das ferramentas francesas e Martim Leitão ordenou que se apropriassem de parte dos materiais e jogasse os restos ao mar, destacando a importância de tirá-las dos inimigos, além de ser essa “a maior guerra que lhes podia fazer”. Após escaramuças entre as tropas sob domínio do aldeamento e aqueles que ainda estavam de resguardo na nau ancorada, os corsários zarparam e os contingentes ibero-tabajaras continuaram no caminho aos núcleos principais do Chefe Tejucupapo. (SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 59 – 60).

³⁸⁴ “(...) Porque como as guerras d'estas partes são nos matos, sempre imos enfiados por ruim caminho, uns traz outros (...) e assim, ainda que poucos, como não podem ir em fileiras, nem ordem de guerra, occupam muita terra ao comprido” (SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 61).

³⁸⁵ SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 61.

perda desse território e reagrupamento de seus aliados na Capitania do Rio Grande, suas relações continuaram³⁸⁶.

Frente à dispersão dos núcleos referentes ao Chefe Tejucupapo, as tropas voltaram ao Forte do Varadouro, onde assistiram à finalização das obras com o erguimento das torres e armazéns. Estando os sobrados guarnecidos, cobertos e com a artilharia encontrando-se em condições apropriadas, Martim Leitão e os demais retornaram à Pernambuco, em 20 de janeiro de 1586. Seria este um momento balizador dos eventos, pois, mediante a edificação do Forte do Varadouro, estariam garantidas as bases para o povoamento dos arredores, culminando não somente no estabelecimento da Cidade de Nossa Senhora das Neves – atual João Pessoa –, mas também, da Capitania da Paraíba, em 1586; na condição de capitania régia em terras anteriormente pertencentes à jurisdição de Itamaracá³⁸⁷. Não obstante, como indica Regina C. Gonçalves (2007), a região continuou imersa num estado permanente de beligerância, ao menos, até finais do séc. XVI (2007, p. 104).

Evidencia-se a continuidade dessas guerras, por exemplo, quando parte dos segmentos Potiguaras que se dispersaram da Baía da Traição, terminaram concentrando-se na Serra da Capoa e começaram a representar um perigo para os aldeamentos tabajaras do Chefe Guiragibe. Diferente dos conflitos que, até então, tinham sido limitados ao litoral, esse espaço estaria localizado na entrada para os sertões, onde o oceano Atlântico e os terrenos alagadiços das primeiras jornadas de Martim Leitão dariam lugar à escassez d'água, considerando que “(...) no Brasil só ao longo do mar há, e pelo sertão há muita falta”³⁸⁸. Apesar dessas condições, cerca de cinquenta aldeamentos Potiguaras povoavam a região e mostravam-se interessados a seguirem com as trocas comuns, à aliança com os franceses.

Recentes entradas de naus corsárias e ataques aos núcleos do Chefe Guiragibe, corroboraram para que requerimentos provenientes do Forte do Varadouro e, dos moradores nos arredores, recaíssem mais uma vez sobre Martim Leitão, culminando num conselho formado pelo ouvidor-geral, a câmara e o capitão de Pernambuco, assim como os demais homens abastados daquela praça³⁸⁹. Averiguando que essas relações estariam concentradas

³⁸⁶ HEMMING, 1978, p. 166 – 169.

³⁸⁷ No que se refere às questões jurisdicionais de estabelecimento da Capitania Real da Paraíba, em 1586, a partir de terras outrora pertencentes à Itamaracá, ver: BRITO, 2020, p. 240 – 252.

³⁸⁸ Os poços da região eram poucos e a qualidade deixava a desejar, sendo necessário “com uma mão tapar o nariz e com a outra a beber”. SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 69

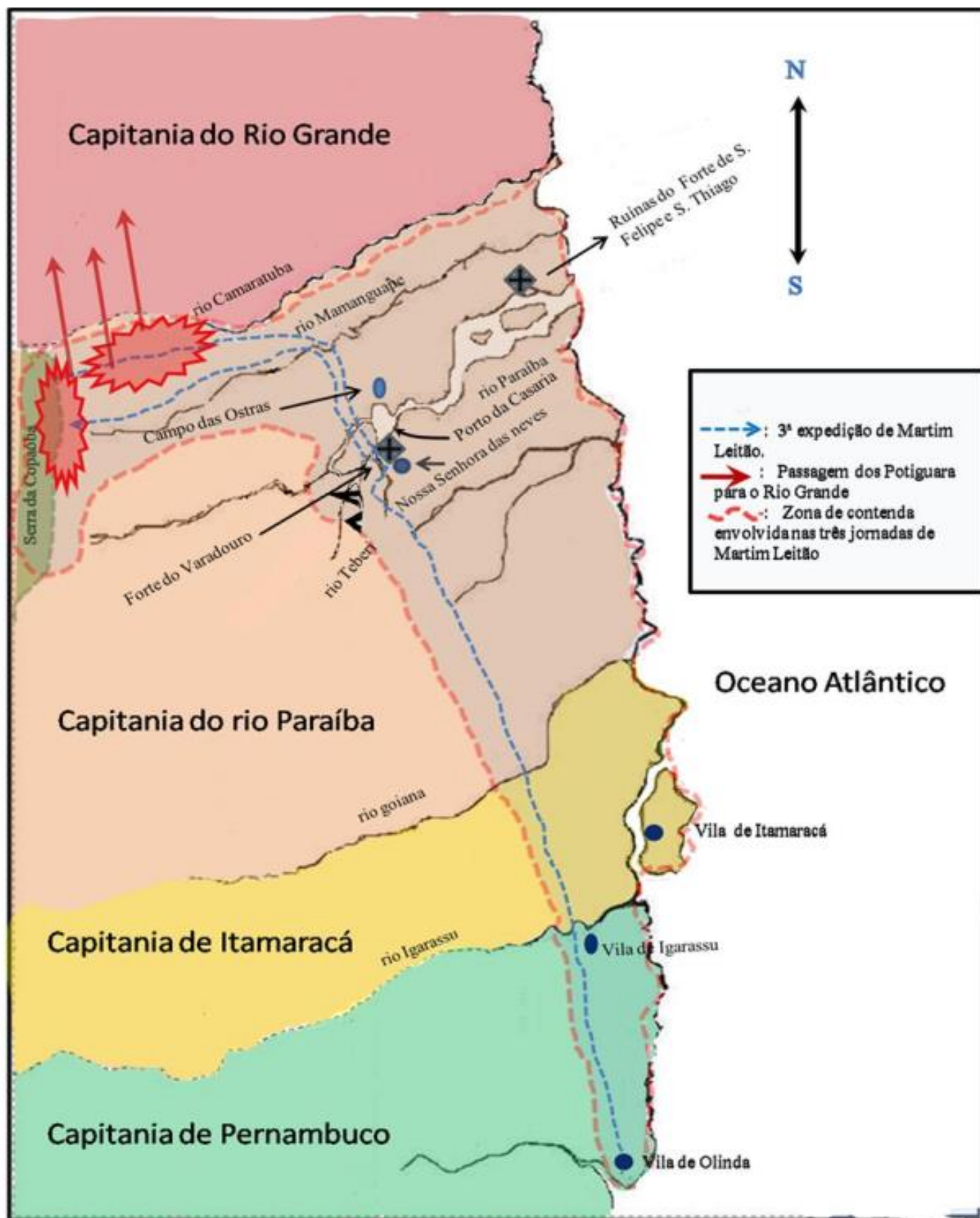
³⁸⁹ Aos 27 dias de setembro chegaram cartas da Capitania da Paraíba à Pernambuco informando que teriam chegado à Baía da Traição cinco naus francesas com muita gente e munições, determinadas a se juntarem aos Potiguaras e assolarem o Forte do Varadouro. Junto das cartas, vinham requerimentos provenientes dos responsáveis pela fortificação e dos moradores, pedindo que Martim Leitão lidasse com a situação. Recebidos os requerimentos, o ouvidor-mor reuniu-se em conselho com câmara, o capitão de Pernambuco e demais pró-

nas proximidades da Serra do Capoaba, considerando que as trocas em torno do pau-brasil tornavam-se cada vez mais interiorizadas, foram arregimentadas tropas para uma terceira campanha. Desta vez, com destino à essa região.³⁹⁰

homens, para garantir o socorro. Ordenou, portanto, que seguissem três naos e os caravelões que houvesse para atacar essa frente tanto por terra, quanto por mar. Iniciou-se também, os reparos necessários à artilharia com destino a esse avanço. Aos 20 de outubro, foi reportado que mais duas naus teriam agregado aos números da Baía da Traição, contabilizando sete num total. O medo das populações da região foi agravado quando os Potiguaras avançaram sobre o aldeamento de Guiragibe, resultando na morte de 80 indígenas Tabajaras e 2 castelhanos. (SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 64 – 67).

³⁹⁰ "(...) e com elles [as tropas] chegou à nossa povoação do Parahyba, a que os moradores chamam cidade de Nossa Senhora das Neves, aos 23 de Dezembro, véspera da véspera de Natal, aonde se começou logo a pôr em ordem e aviar para haver de partir o dia seguinte, como partiram, caminho do capoaba, aonde teve por novas que estava todo o gentio com alguns francezes, fazendo-lhe o pao-brasil apra a carga das naos, para lh'a estorvar, porque esta era a maior guerra que lhe podia fazer" (SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 67).

Figura 4 - Representação cartográfica da terceira jornada de Martim Leitão



Chegando a vanguarda numa das cercas dispostas para a defesa dessa população, o som de arcabuzadas com pólvora de qualidade e tambores de guerra ressoou, acusando a presença francesa dentre os conjuntos potiguares. Recebendo pedidos, por parte da cavalaria, para que socorresse à linha de frente, Martim Leitão enviou Diogo Nunes Correia – referido pelo cronista do Sumário das Armadas, como “mercador” – com ordens para que entregasse *alcanzias* à dianteira, ou mais precisamente, uma versão da granada de mão utilizada pelos ibéricos na primeira modernidade, composta por materiais inflamáveis e explosivos, possivelmente direcionado ao incêndio das defesas³⁹¹. Como visto, seria esse o sócio em campo de João Nunes Correia, com o outro irmão administrando os negócios da família a partir de Lisboa.

Diferente das campanhas anteriores arregimentadas por Martim Leitão o desbarate dos Potiguares na Serra do Capobaba ocorre num momento em que a ocupação colonial do Rio Paraíba já seria incipiente, com os primeiros engenhos sendo estabelecidos aos poucos e formando um cinturão defensivo sobre o espaço, conseqüentemente, tornando esses confrontos um meio de garantia e manutenção desse processo.

A trajetória do ouvidor até a nova zona de conflito é aí reveladora do controle que os portugueses já haviam estabelecido sobre a região do Rio Paraíba e que estava sendo estendido às regiões da margem norte do rio. De fato, já não era mais uma marcha de guerra, como na primeira jornada, senão uma viagem com itinerários demarcados num espaço controlado militarmente; aí já não se conquistava o espaço, apenas transitava-se por ele em direção a uma nova zona de tensões aonde a ação militar deveria se realizar para um novo avanço fronteiriço. (BATISTA, 2012, p. 81)

Intencionando proporcionar um anteparo à colonização do território, assim como suas primeiras atividades açucareiras, o próprio Martim Leitão deu início à construção de uma fortificação disposta nas margens do Rio Tibiri, em janeiro de 1587, denominada Forte de S. Sebastião. Seriam essas as defesas voltadas ao resguardo do Engenho d’El-Rei, estabelecido pouco depois das proteções serem erguidas, assegurando a continuidade do povoamento e garantindo a segurança nas fronteiras³⁹². Segundo consta no Sumário das Armadas, esse

³⁹¹ “Projétil de barro cheio de matérias inflamáveis e explosivas que se lançava, como se fora uma granada, contra o inimigo” (OLIVEIRA, 2011, p. 57).

³⁹² (LINS, 2014, P. 12-13). “O forte de São Sebastião era feito de madeira cuja durabilidade é relativamente pequena, e a perenidade dessa edificação iria obviamente depender da sua importância estratégica e esta última é que, por sua vez, determinaria a necessidade de se efetuar reparos periódicos nessa obra pouco durável ou até imporia a sua total reconstrução; a importância estratégica do forte de São Sebastião tenderia a diminuir gradativamente à medida que a fronteira ocidental da capitania da Paraíba, então situada na altura do rio Tibiri, fosse se expandindo progressivamente para o interior mediante o desejável e esperado surgimento de novos engenhos, como de fato ocorreu a partir daí; a proliferação inicial dos engenhos da Capitania da Paraíba a partir do engenho d’el-rei em 1587 (, matéria praticamente inexplorada,) foi bastante rápida para o seu tempo e as fábricas de açúcar que a seguir vieram a se espalhar na várzea do rio Paraíba foram surgindo geralmente no sentido do interior (...)” (LINS, 1999, p. 52).

modelo de “forte por casa de engenho” seria o “estilo do Brasil”, ou mais precisamente, uma disposição defensiva, voltada à ocupação paulatina dos espaços inimigos, nos quais as fortificações inerentes a um engenho serviriam às matérias defensivas, relacionadas ao estabelecimento gradual na terra, possibilitando a formação de uma rede de proteção aos moradores nas proximidades³⁹³.

Não muito distante desses aparatos, seria iniciada a construção do segundo engenho daquelas várzeas, denominado Santo André e pertencente à tríade comercial dos irmãos Nunes Correia. Seria essa a fronteira ocidental do processo colonizador em decorrência naquelas várzeas e, nesses limites, o Engenho de Santo André também contaria com uma fortificação, erguida entre 1587 e 1588 (LINS, 1999, p. 24)³⁹⁴.

No que corresponde às parcerias por trás dessa edificação, observa-se que Diogo Nunes Correia representava o senhor responsável, em conjunto com Henrique Nunes Correia, ao passo que João Nunes, teria adentrado à relação como feitor.

O sucesso nos negócios fez de Nunes exemplo de empresário com grande astúcia para discernir onde estavam os bons investimentos. Acumulando dinheiro com os contratos que possuía, multiplicando lucros através de suas onzenas, ganhando fôlego com os rendimentos do comércio, contando com o auxílio do capital vindo dos acordos de além-mar, Nunes e os irmãos optaram por investir, de forma mais direta, no beneficiamento do açúcar: Henrique e Diogo tornavam-se senhores de engenho; João, administrador. (ASSIS, 1998, p. 114).

Não obstante, à medida que os moradores começavam a plantar as primeiras mudas de cana-de-açúcar e cultivar as roças daquela fazenda, uma nova conjuntura política tornaria a comprometer a segurança do território. Reitera-se como Frutuoso Barbosa seria um comerciante de pau-brasil que teria tentado, por duas vezes, conquistar por si só as várzeas do Rio Paraíba, com ambas as tentativas culminando em frustrações. Terminou acompanhando, por terra, a Armada do Estreito na tomada do estuário do Rio Paraíba, além de servir como o capitão responsável pelas tropas portuguesas guarnecidas no antigo Forte de S. Filipe e S. Tiago, entrando em conflitos contínuos com as tropas hispânicas, também de presídio. Naquele momento, entretanto, Frutuoso Barbosa retornava a essas terras para assumi-las na qualidade de Capitão-mor da Capitania da Paraíba.

³⁹³ SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, P. 84.

³⁹⁴ “(...) Consideraremos o engenho de Santo André como o sendo o segundo engenho da Capitania da Paraíba, levantado entre 1587 e 1588, às expensas do cristão-novo Diogo Nunes, nas “fronteiras” do seu território até então colonizado e a mando do Capitão e Governador João Tavares” (LINS, 1999, p. 75).

Junto a Frutuoso Barbosa, chegou o capitão de infantaria Pedro de la Cueva, para assumir o comando das tropas hispânicas dispostas naquela jurisdição³⁹⁵. Enquanto o primeiro ficou estabelecido na cidade, Pedro de la Cueva ficou estacionado no Engenho dos Irmãos Nunes, ou mais especificamente, "em um forte, que tinha feito Diogo Nunes Correia nas fronteiras"³⁹⁶. Novamente, Frutuoso Barbosa e os contingentes hispânicos entravam em atrito, dessa vez, comprometendo a estabilidade mantida sobre a região, com os Potiguaras avançando sobre as fazendas incipientes e os aldeamentos Tabajaras. Como resultado desse cenário, tanto o Capitão-mor de Pernambuco, quanto o de Itamaracá, foram acionados, com o segundo seguindo à Capitania da Paraíba pessoalmente, acompanhado por gente de guerra e munições³⁹⁷.

Quando os responsáveis por atender à situação se encontraram na Capitania da Paraíba, os homens de armas foram divididos em mais duas companhias: uma composta pelos soldados hispânicos, capitaneados pelo próprio Pedro de la Cueva, enquanto a outra, ou a companhia dos portugueses, ficou a cargo do mercador Diogo Nunes Correia. O restante dos soldados hispânicos, que não acompanhariam essa incursão, deveria continuar guarnecendo o Forte da Fronteira, dos irmãos Nunes Correia. Completando o grosso dos contingentes, estariam indígenas provenientes dos núcleos Tabajaras tanto de Piragibe, quanto de Guiragibe, além de dois padres da Companhia de Jesus³⁹⁸.

³⁹⁵ “Ainda em meados de 1588, Frutuoso Barbosa conseguiu assumir o governo da Capitania. Isso se deu após a chegada do espanhol Pedro de la Cueva que havia ido à Corte, como procurador de Barbosa, reivindicar seus direitos ao governo da Capitania. A provisão régia trazida por Cueva determinava que, além da entrega do governo da povoação a Frutuoso Barbosa, Cueva deveria ficar como o capitão de infantaria de todos os espanhóis que estavam no território. Naqueles tempos, raros eram os casos de governantes que não utilizavam os seus cargos para fins de obtenção de lucros ou proveitos pessoais. Frutuoso Barbosa foi um exemplo dessa prática costumeira à época. Os objetivos militares de Barbosa tinham evidentes finalidades comerciais. O português Frutuoso Barbosa era estabelecido como comerciante em Olinda, envolvido com o comércio do pau-brasil. Barbosa fora prejudicado pelo impedimento de retirar a madeira nas terras do rio Paraíba, em virtude do consórcio que unia na região os traficantes franceses e os Potiguaras. Por causa disso, desde a década de 1570, Barbosa estava envolvido com as campanhas para a conquista da Paraíba. De fato, pertence a Frutuoso Barbosa o primeiro alvará régio, concedido em 15791261, com a designação para o cargo de “capitão da gente da povoação da Paraíba”. Esse alvará estabelecia uma temporalidade de um período de dez anos para o exercício do cargo, condicionado ao sucesso na conquista do território. No entanto, o alvará devido ao insucesso de Barbosa nas suas tentativas da conquista da terra foi, por conta disso, questionado” (BRITO, 2020, p. 391).

³⁹⁶ SALVADOR, 1918, p. 343; LINS, 2014, p. 13-15. “(...) Foi também edificado um forte para protegê-los [Engenho Santo André] dos inimigos Potiguaras, fortificação esta que já estava extinta a 12 de janeiro de 1595, certamente por ter se tornado inútil, entretanto, o engenho continuava moente e corrente nessa época”. (LINS, 1999, p. 75).

³⁹⁷ SALVADOR, 1918, p. 344.

³⁹⁸ “E tanto que foi na Parahiba se ordenaram mais duas companhias, uma do capitão D. Pedro de Ia Cueva, com os seus soldados espanhoes (ficando em seu logar no forte Diogo de Paiva com quinze), outra de portugueses, de que ia por capitão Diogo Nunes Correia”. SALVADOR, 1918, p. 344.

Durante esse momento, Martim Leitão já não era mais o ouvidor-geral e nem o responsável pelas matérias defensivas daquela região³⁹⁹. Portanto, seguiu à frente dessa expedição o próprio Pero Lopes Lobo, Capitão-mor de Itamaracá. Espias e batedores caminharam na dianteira, até encontrarem uma paliçada Potiguar. Depreenderam um ataque surpresa àquele núcleo, culminando num massacre das populações que ali viviam, escravizando os que sobreviveram e incendiando o grosso das aldeias. Deparando-se com outro cercamento nas proximidades, Pero Lopes Lobo repartiu os contingentes entre três esquadrões (formados, possivelmente, por uma maioria de indígenas aliados) e avançou sobre uma parte enfraquecida das defesas, composta por ramos, repetindo os mesmos procedimentos da invasão anterior. Nesse cercamento, encontraram mantimentos como farinhas e legumes, além de equipamentos como arcabuzes – portados por corsários franceses, que bateram em retirada perante o ataque –, assim como arcos, flechas, rodela e espadas⁴⁰⁰.

Entretantes, embora o processo de estabelecimento das fortificações na capitania ainda estivesse em seus momentos iniciais, mostrava-se, desde então, em sintonia com os padrões previstos pela Coroa dos Habsburgo, referentes às defesas no Atlântico Sul. Seguindo esses pressupostos, por exemplo, a Armada do Estreito foi enviada com intenções de garantir a estabilidade dos limites que cobriam das fronteiras setentrionais de ocupação ibérica no Brasil, ao Estreito de Magalhães. Apesar das características rústicas e efêmeras das primeiras fortificações no Rio Paraíba, as noções em torno de um “sistema de segurança”, envolviam mais do que muretas à base de madeira, cercando os engenhos. Em outras palavras, nas disposições defensivas da Coroa dos Habsburgo, o processo sistêmico de fortificações caminhou em conjunto com a disseminação de cidades, vilas, fazendas e portos, de maneira a garantir o controle territorial e a segurança das rotas comerciais⁴⁰¹.

Nesse sentido, enquanto a União das Coroas permitiu aos portugueses lidar com a crise financeira que se seguiu às guerras no Marrocos, além de dinamizar o comércio asiático, os hispânicos contemplaram possibilidades de garantir uma unidade defensiva sobre o

³⁹⁹ Durante a construção do Engenho d'El-Rei, chegaram notícias do reino afirmando que já havia quem lhe sucedesse (SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 84).

⁴⁰⁰ SALVADOR, 1918, P. 345.

⁴⁰¹ Sobre o processo de fortificação ocorrido nas partes do Brasil, durante a União Ibérica, ver: JAYO, José Antonio Hoyuela. *A fortificação sistêmica do Atlântico no Brasil da União Ibérica*. In: BARTHOLO, R.; JÚNIOR, J.C.S.; MATTOS, F.F. Patrimônio Cultural de Origem Militar: contribuições do ICOFORT RIO 2017. Rio de Janeiro: Florescer, 2019. Ademais, partindo desses pressupostos, Francisco C. Cosentino (2009) indica como o processo colonizador hispânico seguiu uma lógica urbanística de assentamentos: “A colonização foi um trabalho de urbanização que, por um povoamento nuclear, consolidou a presença econômica, política e cultural espanhola na América. As cidades construídas pelos espanhóis e os vilarejos e aldeias natias pré-colombianas construíram uma complexa rede econômica comercial que vinculavam as diversas regiões dominadas pelos espanhóis na América (...) Ao longo desse trajeto que vinculava Sul ao Norte, a prata estimulava as trocas e o crescimento das especializações regionais” (2009, p. 28).

Atlântico Sul, partindo daquilo que já havia sido disposto pelos lusitanos⁴⁰². No âmbito local, essas condições se manifestaram não somente de maneira a garantir a proteção dos assentamentos, face aos possíveis levantes das nações indígenas, que resistiam em aliar-se aos ibéricos, mas de maneira panorâmica, terminavam por reforçar também as defesas contra os inimigos ultramarinos da Coroa Hispânica, que se utilizavam dos pontos mais defensivamente suscetíveis do Império, para investir contra os circuitos comerciais que integravam Lisboa a outros portos. (COSENTINO, 2016, p. 102)⁴⁰³.

3.1.3 “Que defendem o porto dos piratas, vedando-lhes de fazer suas aguadas”: os mercadores Miguel Fernandes e Diogo Lopes Ulhoa, na conquista de Sergipe d’El-Rei.

Serão contemplados a seguir, alguns dos movimentos pertinentes à conquista de Sergipe e novos elementos participantes no cenário. Dentre eles, as tensões políticas enfrentadas pela Coroa dos Habsburgo, que culminaram em ataques de corsários ingleses no Atlântico Sul, afetando territórios como a Ilha dos Açores, a Bahia e outros.

3.1.3.1. Corsários ingleses no Atlântico Sul: a situação no porto de Salvador.

Enquanto as primeiras diligências vinham sendo atendidas para o estabelecimento do Forte do Varadouro, por exemplo, um mercador hispânico zarpuou de Salvador num patacho com destino ao Rio da Prata, em 1586⁴⁰⁴. Seria essa uma rota comum àqueles que se envolviam nos circuitos referentes ao abastecimento de gêneros alimentícios às partes do Brasil⁴⁰⁵. Não obstante, a embarcação foi impedida de concluir a viagem, quando corsários

⁴⁰² COSENTINO, 2009, p. 229 – 233.

⁴⁰³ “Em 1581, navios ingleses saquearam Salvador e o Recôncavo baiano. Thomas Cavendish, em 1591, assaltou o Espírito Santo e São Vicente. Quatro anos depois, Recife foi pilhado por James Lancaster. Em 1597, uma grande armada francesa, depois de passar por Ilhéus e pela Paraíba, ficou por um ano em terras do Rio Grande do Norte. Os holandeses tentaram invadir o Rio de Janeiro em 1599 e em 1604 saquearam a cidade de Salvador. Os franceses, já no século XVII, ocuparam o Maranhão e o Pará, sendo expulsos em 1614-15. Por essa mesma época foram desativadas fortalezas e feitorias holandesas e inglesas no Pará e na Amazônia”. (COSENTINO, 2016, p. 102). [Ebook].

⁴⁰⁴ SALVADOR, 1918, p. 331.

⁴⁰⁵ O advento da União Ibérica proporcionou a formação de uma elite mercantil portuguesa atuante entre os portos das partes do Brasil, Buenos Aires e Angola, possibilitando a conexão de espaços recém-conquistados nas Américas a esse circuito. O porto de Buenos Aires tornou-se o principal centro de abastecimento de gêneros alimentícios para as partes do Brasil e lugar de paragem na rota para o Rio da Prata. Sobre esses aspectos, ver: BARROS, Queila Guedes Feliciano. *Fazer-se mercador na Colônia: trajetória mercantil e abastecimento entre o Estado do Brasil e o Rio da Prata (1602 a 1624)*. Orientador: Almir Leal de Oliveira. 2020. Tese (Doutorado

saquearam seus carregamentos e aprisionaram a tripulação. Embora a pirataria francesa representasse, há tempos, um estorvo às matérias defensivas nas partes do Brasil, dessa vez, uma outra preocupação apresentava-se ao cenário. Neste caso, os corsários em questão seriam britânicos; capitaneados por Robert Withrington, Christopher Lister e arregimentados pelo Conde de Cumberland, com intenções de atingir o Estreito de Magalhães (HOLANDA, 2007, p. 194).

No sudoeste da Inglaterra, um grupo de famílias mercantis teria começado a engajar-se no comércio a longa distância, com determinados grupos, como os Hawkinses de Plymouth, aliando-se aos franceses, para promover contratemplos aos circuitos mercantis ibéricos. Essas camadas logo se tornariam os corsários e piratas em atividade, principalmente, durante o reinado da Rainha Elizabeth I (1558-1603), ganhando a alcunha de “corsários elisabetanos”. Não raro, suas atividades no Atlântico incluíam o contrabando de escravizados, pilhagem de embarcações e outras dinâmicas comuns ao exercício dessas funções (LANE, 2016, p. 29). Singularizando as armadas capitaneadas por Christopher Lister e Robert Withrington, nesse processo, observa-se que ao enfrentar adversidades como a escassez de mantimentos nas navegações ao Atlântico Sul, terminaram julgando não ser conveniente invernar no Estreito de Magalhães, e sim, de maneira mais propícia às necessidades imediatas de sustento, decidiram pilhar embarcações nas proximidades do Brasil. Eventualmente, tentando a sorte ao investir sobre o Porto de Salvador⁴⁰⁶.

Não obstante, esses planos não teriam sido traçados sem preparativos. Recolheram inteligência sobre as defesas da Capitania da Bahia com a tripulação do patacho, feita prisioneira, e utilizaram esta embarcação e mais duas naus, para invadir o litoral em abril de 1587⁴⁰⁷. Adentrando ao Porto de Salvador, os corsários foram recebidos com disparos provenientes de duas peças de artilharia. Cinco vezes, cada⁴⁰⁸.

em História) - Programa de Pós-graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

⁴⁰⁶ “The weather drawes on colder and colder, the nights longer and longer, our bread so consumed that we have not left above two moneths bisket, our drinke in a maner all spent, so that we have nothing but water, which in so cold a countrey as the Streights, if we should get in, and bee forced there to winter, would no doubt be a great weakening to our men, and a hazard of the overthrow of the voyage: These things considered, both our Captaine, Master Hood, and I doe rather thinke it good for the wealth of our voyage, the health of our men, and safetie of our ships, to goe roome with the coast of Brasill, where by Gods grace wee shall well victual our selves, both with wine which is our greatest want, and other necessaries”. (HAKLUYT, 2014, p. 212).

⁴⁰⁷ SALVADOR, 1918, p. 331-333.

⁴⁰⁸ “The 11[th] day wee entred into the haven of Baya, where They come wee were received at the point comming in, with two great pieces of Ordinance, which discharged bullets at us five times a piece, but they lost shot and powder, and did us no harme”. (HAKLUYT, 2014, p. 215).

Durante esse momento, estaria à frente do Governo-geral uma junta governativa (1587 – 1590) formada pelo Bispo da Bahia, o então Ouvidor-mor Martim Leitão – que se achava ocupado com as guerras no Rio Paraíba – e Cristóvão de Barros, o Provedor-mor. Isso se daria em função do intervalo de tempo entre a morte do Governador-geral, Manuel Telles Barreto, e o momento de seu sucessor assumir⁴⁰⁹. Quando os bombardeios foram iniciados, Cristóvão de Barros exercia atividades relacionadas à provedoria na região do Recôncavo e, ao ouvir o som das explosões, tratou logo de reunir os efetivos que pôde organizar.

Considerando que os britânicos não aportaram, em razão das dificuldades de acesso das grandes embarcações àquele Porto⁴¹⁰, Cristóvão de Barros arregimentou uma armada composta por cinco barcas, que costumeiramente levavam cana e lenha aos engenhos. Armou-lhes com berços e soldados arcabuzeiros, que respondiam diretamente aos capitães André Fernandes Morgalho, Pantaleão Barbosa, Gaspar de Freitas, Antônio Alvares Portilho e Pedro Cavalhes. À frente de uma galé, iria por capitão-mor Sebastião de Faria. Essa armada foi dispersa de maneira a garantir que onde quer que os britânicos desembarcassem, encontrariam resistência.

Presenciando esses conflitos, estaria o cristão-novo Miguel Fernandes, que no momento, atuava como mercador na Capitania da Bahia. Reitera-se como após servir brevemente nas armadas de D. Sebastião no Marrocos e passar um ano no Porto, esse teria retornado a Salvador (c.1579-1580) para dedicar-se à mercancia, permanecendo na função pelos próximos quatorze anos. Esse período foi concluído com sua mudança à Península Itálica, aonde viria a ser processado pelo Santo Ofício de Roma. Embora os pormenores a respeito desse caso venham a ser explorados numa outra sessão, torna-se pertinente a esse momento, ressaltar como diferente dos demais sujeitos até então retratados, o envolvimento de Miguel Fernandes nas guerras contra os corsários britânicos na Bahia, e outras que

⁴⁰⁹ “Caberia o governo do Brasil a três figuras que já o vinham exercendo desde a morte de Teles Barreto: o Provedor-mor, Cristóvão de Barros, associado ao bispo D. Antônio Barreiros, e o Ouvidor-geral Martim Leitão. Não tendo lugar a chegada de Geraldês, manteve-se, pois, o triunvirato de feição interina, que se reduzia, com mais rigor, a uma partilha de funções entre o Provedor e o prelado, visto Martim Leitão se achar ocupado, desde 1586, nas guerras da Paraíba. Esta solução provisória, que não estava na linha de tradição do governo do Brasil, manteve-se por quase três anos (...)” (SERRÃO, 1968, p. 54).

⁴¹⁰ As condições de desembarque no porto de Salvador são descritas de maneira similar tanto por Frei Vicente de Salvador, quanto por Richard Hakluyt. Observa-se, por exemplo, como o primeiro descreveu que: “(...) os ingleses se não atreveram a entrar na cidade, mas contentaram-se de barlaventear pela Bahia, que é larguíssima e de muito fundo e, onde não era tanto que pudessem chegar os navios grandes, mandaram a zavra e as lanchas a pilhagem, ordenou Christovão de Barros uma armada de cinco barcas, das que levam canna e lenha aos engenhos (...)” (SALVADOR, 1918, p. 332). O segundo, por sua vez, descreve como as armadas britânicas não conseguiram aproximar-se tanto quanto desejado: “After wee had passed the point, wee hailed in for the roade as close as the wind would permit us, but could not come so neere as we desired, and therefore we came to an ankor a faire birth off the towne, not without great store of shotte from thence, but yet our harme was none at all for ought they could doe” (HAKLUYT, 2014, 215).

decorreram no território, não são provenientes de narrativas de batalha, como o *Sumário das Armadas*, ou outras, mas sim, da documentação despachada por Cristóvão de Barros à Inquisição de Roma, por intermédio de seu escrivão e do procurador de Miguel Fernandes.

Dentre os papéis que foram apresentados ao inquisidor responsável em julho de 1595, por exemplo, encontra-se uma certidão⁴¹¹ na qual Cristóvão de Barros afirmava que Miguel Fernandes, cidadão do Porto, encontrava-se presente em Salvador durante um ataque ocorrido em 21 de abril de 1587.

Buscando enquadrar esses eventos, a princípio, destaca-se que enquanto a narrativa da invasão na perspectiva dos portugueses foi tecida por Frei Vicente do Salvador em *História do Brasil* (1627), a versão dos ingleses provém do Reverendo Richard Hakluyt, responsável por compilar relatos acerca das navegações elisabetanas em *Principal Navigations* (1589)⁴¹². Nessa obra em específico, os pormenores acerca do momento são descritos de acordo com uma cronologia compassada pelos dias. Embora haja uma lacuna referente à data apontada por Cristóvão de Barros, torna-se possível observar que no dia anterior, os ingleses teriam se aproximado da costa após abrigarem-se de intempéries e, no dia 23, contingentes de colonos e indígenas teriam avançado sobre os corsários e os cercado, causando-lhes avarias principalmente com tiros de arco e flecha, o que, novamente, acena à predominância indígena por parte dos efetivos⁴¹³.

Nesse intervalo dos dias, Miguel Fernandes teria contribuído ao fortalecimento das defesas na praia, ao acudir à situação pessoalmente com armas, criados e seis homens de sua casa, além de sobrinhos e muitos índios flecheiros escravizados.

“Christovão de Barros fidalgo da cada d'el-Rey nosso senhor um dos governadores deste Estado do Brasil, etc., certifico que no tempo que a esta cidade vieram as naus inglesas que foi em 21 de abril de 87, se achou Miguel Fernandes, cidadão da cidade do Porto, nesta dita cidade e tanto que houve rebate que eram ingleses e que vinham de guerra logo acudiu com sua pessoa e armas e seis homens de sua casa sobrinhos e criados seus e com muitos escravos flecheiros a defender na praia (...)” (NOVOA, 2016, f. 226r, p. 168).

⁴¹¹ A documentação submetida ao tribunal do Santo Ofício, seria composta por traslados. No caso dessa *certidão*, por exemplo, o documento original teria sido assinado e selado na cidade de Salvador, aos 8 dias de mês de agosto, de 1587. Nesse sentido, os papéis seriam provenientes da época em que Cristóvão de Barros ainda fazia parte da junta governativa, embora os traslados tenham chegado ao inquisidor pouco depois do fim desse período. Esse conjunto consta dentre as transcrições feitas por James Nelson Nova, para esse processo. Para a consulta dos documentos, ver: (NOVOA, 2016, p. 166 – 169).

⁴¹² Sobre as narrativas de Richard Hakluyt e outros, pertinentes às navegações inglesas no Atlântico Sul, ver: HUE, Moura Sheila. *Ingleses no Brasil: relatos de viagem 1526 - 1608*. In: Anais da biblioteca nacional, vol. 126. 2006. Rio de Janeiro: 2009.

⁴¹³ “The 23 day the people of the countrey came downe amaine upon us, and beset us round, and shot at us with their bowes and arrowes, but in short time wee caused them to retire, and many of them were caried away by the helpe of their fellowes, although wee had some of our men hurt with some of their arrows”. (HAKLUYT, 2014, p. 218).

Todavia, a presença dos corsários na costa perdurou e o mercador terminou ficando responsável por manter as edificações defensivas de um colono, denominado Francisco Araújo, que teria lhe encarregado de algumas estâncias. Isto incluiria também a principal, que estaria guarnecida com mais de dez homens espingardeiros.

Não estaria distante dos padrões dispostos, presumir que essas “estâncias” referiam-se aos fortins mantidos nos arredores dos engenhos. Corroboram a esses pressupostos, observar como durante os dias 16 e 17 de maio, os corsários terminaram voltando suas atenções às fábricas, onde apropriaram-se de parte dos açúcares encontrados – para o sustento das naus, por não ser essas amostras, as de melhor qualidade –, além de incendiar o restante da produção. No decorrer desses passos, encontraram pouca resistência, em razão da evacuação emergencial dos moradores dos engenhos. Destarte, seguindo em busca de açúcares de melhor qualidade, encontraram uma caravela, onde pilharam três peças de artilharia e queimaram a embarcação (HAKLUYT, 2014, p. 221)⁴¹⁴.

Reagindo a essa sequência, os colonos arquitetaram um contra-ataque marítimo, reagrupando-se em caravelas e utilizando-se da artilharia embarcada, para disparar contra os ingleses, que desistiram de continuar com as pilhagens e bateram em retirada. Mesmo com o recuo, indígenas e ibéricos desembarcaram e se posicionaram sobre os engenhos, de maneira a garantir a proteção das fazendas, caso outros ataques ocorressem⁴¹⁵. Miguel Fernandes teria contribuído à essa linha defensiva, mantendo vigia, cumprindo com as demais tarefas que lhe foram atribuídas, e especificamente, promovendo o sustento das tropas de presídio na fortificação de Francisco Araújo, “à custa de muitos cabedais de sua própria fazenda” e outras estâncias necessárias.

(...) A defender na praia e forte de Francisco d’Araujo do qual o dito Francisco d’Araujo o encarregou da principal estância, que havia na praça, com mais de dez homens espingardeiros que se lhe ajuntaram que ele sempre sustentou e defendeu com muita diligência e cuidado como dele se esperava acudindo outrossim a todas as mais partes e estâncias necessárias (...) E o dito Miguel Fernandes não

⁴¹⁴ “The 16 day we went to certaine Ingenios of the Portugals, where we found the people fled and we entered their houses without resistance. We found in their purging house 1000 pots of sugar, some halfe purged, some a quarter, and some newly put into the pots, so that every man tooke his pot of sugar for their provision, and set all the rest on fire. The 17 day wee all weyed to goe to another Ingenio, to see if wee could find there better sugar, and in the way we met with a prize, which was a caravel, which wee found driving with the weather, and entred her, and had in her onely three Faulcons of yron, which our pinnesse brought away, and set the ship on fire” (p. 20).

⁴¹⁵ “Till such time as there came from the towne five caravels full of men (...) The caravels came within Faulcon shot of us, but durst come no neerer, lest they might have tasted of the like banket, that they received the last time. About halfe flood came the galley againe, and three caravels more, but before they came, the barke was a floate, and set sayle : and then they all went to gard their Ingenios, which we had purposed to visit : but the night comming on, perswaded us to the contrary”. (HAKLUYT, 2014, p. 222).

desamparou nunca o dito forte, antes o sustentou gastando muito de sua fazenda.. (NOVOA, 2016, f. 226r, p. 168).

Não obstante, sua presença também foi garantida na frente dos combates, através do envio de subordinados, como seu sobrinho, *Miguel Gomes Bravo*, acompanhado por criados e escravizados flecheiros indígenas, de sua casa⁴¹⁶. Embora os detalhes acerca desse sobrinho sejam escassos, tornam-se pertinentes à conjuntura elucidada. Seria esse outro cristão-novo nascido na cidade do Porto (c. 1565 – 1566); filho de Margarida Dias e Hércules Bravo, ou, mais especificamente, o cunhado enviado por Bento Dias Santiago, que acompanhou Miguel Fernandes durante a primeira viagem que fez às partes do Brasil.

Seu nome confunde-se com homônimos dentro da própria genealogia, a começar pelo avô paterno; outro cristão-novo proveniente do Porto que, por sua vez, envolveu-se em diversos negócios, incluindo contratos na Ilha dos Açores, transações fazendárias e arrendamentos alfandegários, na província de Entre Douro e Minho⁴¹⁷. Contudo, observa-se que ambos os avôs de Miguel Gomes Bravo (neto) estariam envolvidos em transações dessa natureza; concentradas a partir do Porto e ocorridas em meados do século (c. 1555). Isso se daria, considerando que Dinis Eanes – pai de Miguel Fernandes –, também se encontra dentre os sujeitos atuantes nesses negócios (BARROS, 2004, p. 106).

Investigando as informações genealógicas em torno dessa família, entretanto, I. S. Reváh (1995, p. 577) comenta apenas que Miguel Gomes Bravo (neto) teria retornado à sua cidade natal em 1587 e falecido solteiro entre 1603 ou 1604.

Não muito distante do ano previsto para seu retorno ao Porto, entretanto, encontra-se uma ordem de pagamento, prevendo que Jerônimo de Aranda – pagador da gente de guerra castelhana – entregasse a Miguel Gomes Bravo, *vecino* da cidade do Porto, uma quantia referente a 200 escudos de dez réis castelhanos, em dezembro de 1590. A princípio, na

⁴¹⁶ (NOVOA, 2016, f. 226r, p. 168).

⁴¹⁷ Algumas informações a respeito da trajetória comercial Miguel Gomes Bravo [Avô] puderam ser levantadas, assim como as perseguições ao qual foi submetido pelo Santo Ofício, junto de outros membros da família. Segundo José G. Salvador (1976), a família seria proveniente dos primeiros cristãos-novos a serem convertidos na Espanha, em 1492, e seus negócios, em particular, eram mais voltados aos contratos, do que às trocas: “Os Bravo, Gomes Bravo e Mendes Bravo procediam de antiga família israelita estabelecida inicialmente na Espanha, de onde passaram a Portugal, tanto que, em 1558, deparemos com um Miguel Gomes Bravo, cidadão no Porto, e que admitimos ser cristão-novo, assim como, na verdade, eram os que se passaram dessa cidade para o Brasil. Este foi contratador das ilhas dos Açores e teve a garantir-lhe o arrendamento um Francisco Bocarro (...) Conforme se observa, Miguel era negociante, ocupando-se não do trato, mas de transações com a Fazenda de el-rei, atividades tão peculiares aos da nação hebreia. Com o seu exemplo, abria, assim, caminho à parentela. Em 1559 tomou sobre si mais um arrendamento. Desta vez foi o das alfândegas de Entredouro, em sociedade com Miguel Fernandes Pina”. (SALVADOR, 1976, p. 112). I. S. Reváh (1995), por sua vez, demonstra como Miguel Gomes Bravo [avô] e os demais membros de sua família, tiveram de abjurar veementemente perante a Inquisição por volta de 1542-1544, sob suspeita de heresia (1995, p. 113). Nesse caso, seu processo encontra-se disponível na Torre do Tombo: *Processo de Miguel Gomes*, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 16931.

condição de vizinho, ou *vecino*, lhe seriam atribuídos alguns deveres comuns àqueles que compartilhavam essa condição de *status*, como, por exemplo, ser residente na comunidade, pagar impostos, dentre outras despesas públicas, ou mesmo, prestar serviços à milícia local⁴¹⁸. Contudo, a ordem de pagamento em questão teria sido emitida, como retribuição a um total repassado em dinheiro de contado pelo cristão-novo, quatro meses antes, destinado ao aprovisionamento da gente de guerra guarnecida na Ilha Terceira dos Açores, “por não haver dinheiros” disponíveis no momento, para essa finalidade⁴¹⁹.

Episódios como esse, encontram raízes no cenário de crise dinástica que precedeu a União Ibérica. Com o falecimento do Cardeal D. Henrique, segmentos da Ilha Terceira dos Açores se mostraram contrários à candidatura de D. Filipe I ao trono de Portugal, servindo como base para que o Prior do Crato, outro dos concorrentes, organizasse sua resistência em 1582. Contemplando essas desavenças políticas, a Rainha Elizabeth I mostrou-se disposta a apoiar a intervenção do Prior do Crato, corroborando para que corsários ingleses rondassem a ilha e comprometessem as fazendas, direcionadas à Espanha. Essas condições, entretanto, encontraram obstáculos na própria execução. Não somente devido às relações atribuladas entre o Prior de Crato e os corsários ingleses, mas também, em razão da oposição promovida pelas camadas mercantis, atuantes entre Espanha e Portugal (ANDREWS, 1966, p. 202)

Apesar das adversidades que permearam essa relação, no entanto, os corsários se mantiveram determinados a garantir que a Ilha Terceira dos Açores continuasse a representar um espaço de resistência ao domínio hispânico.

Embora as armadas arregimentadas pelo Conde de Cumberland com destino ao Estreito de Magalhães, que terminaram levando guerras ao Porto de Salvador, tenham retornado ao reino com as mãos vazias⁴²⁰, no ano de 1589, novas esquadras foram postas ao

⁴¹⁸ Segundo Tamar Herzog (2003), a condição de vizinho ou “vecindad” referia-se ao pertencimento do indivíduo a determinada comunidade, garantindo-lhe um conjunto de privilégios, direitos e deveres. Mais especificamente, correlacionava-se à uma noção de “cidadania” dentro dos padrões da primeira modernidade: “By the sixteenth century, this citizenship regime extended to all Castilian communities. Whether under royal or seigniorial jurisdiction, whether rural or urban, the people of all three estates were divided between citizens (*vecino*) and noncitizens (residentes or *forasteros*) Citizens enjoyed a wide array of privileges and were obliged to comply with many duties from which noncitizens were excluded. Principal among their rights was the privilege of using communal property and, in most communities, of voting and being elected to office” (2003, p. 18). Para um aprofundamento em torno desses aspectos, ver: HERZOG, Tamar. *Defining Nations: Immigrants and Citizens in Early Modern Spain and Spanish America*. New Haven; London: Yale University Press. 2003; BARROS, Queila Guedes Feliciano. *Fazer-se mercador na Colônia: trajetória mercantil e abastecimento entre o Estado do Brasil e o Rio da Prata (1602 a 1624)*. Orientador: Almir Leal de Oliveira. 2020. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

⁴¹⁹ Corpo Cronológico, Parte II, mç. 260, n.º 31.

⁴²⁰ “It was towards the end of June, 1586, that the Red Dragon aged the Bark Clifford, of 260 and 130 tons respectively, set out from Gravesend under the command of Robert Withrington and Christopher Lister (...).

mar. Dessa vez, contando com a presença de açorianos e capitaneada pelo próprio Conde de Cumberland, ou mais precisamente, George Clifford. Ainda que dispusesse de considerável experiência em arregimentar esquadras e promover guerras ultramarinas – enquanto mantinha-se fincado em suas próprias terras –, o *earl* não tinha vivências em campo nesses assuntos, tornando-se dependente dos conselhos de seu almirante e do próprio Christopher Lister, que nessas navegações, retornou ao serviço de George Clifford.

Como resultado, a armada não passou pelas condições apropriadas de aprovisionamento e manteve-se em navegação entre as ilhas, promovendo saques contínuos em busca do próprio sustento, em detrimento de arquitetar um plano eficaz de intervenção das naus portuguesas, com destino às Índias. Conseqüentemente, as armadas do Conde de Cumberland nos Açores, em 1589, dentre outras, não surtiram quaisquer efeitos em administrar um bloqueio eficiente ao comércio ibérico sobre a região. O mesmo pode ser dito das esquadras de Martin Frobisher, lançadas sobre esse espaço, entre julho e setembro do ano seguinte. Contudo, mesmo nos tempos subsequentes os ataques não cessaram (1984, p. 239)⁴²¹.

Miguel Gomes Bravo, neto, vivenciou diretamente essa conjuntura. Participou das guerras contra os corsários ingleses, durante os saques ao litoral da Bahia, depreendidos por Christopher Lister e Robert Withrington, no primeiro quartel de 1587. Sua atuação nesses conflitos ocorreu na condição de representante dos interesses do tio materno, Miguel Fernandes, que o enviou à frente de batalha junto a uma pequena tropa, composta por criados e índios flecheiros escravizados, enquanto mantinha-se posicionado na linha de defesa dos engenhos, de maneira a melhor garantir o aprovisionamento das tropas que guarneciam as fortificações.

No mesmo ano, Miguel Gomes Bravo retornou à sua cidade natal, o Porto, e seguindo os passos do avô homônimo, direcionou seus negócios às ilhas dos Açores em 1590, onde representou uma camada mercantil com interesses alinhados aos circuitos hispânicos e contribuiu com créditos ao sustento das tropas ibéricas que guarneciam a Ilha Terceira, durante as navegações de Martim Frobisher, sobre a região.

Cumberland did not sail himself, but gave strict instructions that they were to make for the Straits of Magellan and not turn back unless they had taken 6,000 worth of prizes. In the absence of the earl, however, counsels were divided and faint hearts ruled the day. The ships turned back at 44°S, without making any serious attempt to reach the Straits. Cavendish, who had left England some three weeks later than Cumberland's men, debouched into the South Sea with a much smaller fleet at the very moment the rival expedition was turning northwards to Brazil. Here at Bahia a few worthless prizes were taken and considerable time and life wasted in pointless fighting with the Portuguese. September saw them home empty handed, and the earl's plight was worse than ever". (ANDREWSa, 1966, p. 71)

⁴²¹ANDREWS, 1966, p. 70 – 72; ANDREWS, 1984, p. 238 – 239.

3.1.3.2. Levando guerras à fronteira: a conquista de Sergipe d'El-Rey.

Por sua vez, Miguel Fernandes manteve-se nas partes do Brasil tempo o suficiente para que seus serviços de guerra, sob comando de Cristóvão de Barros, encontrassem continuidade nos conflitos que se deram para o estabelecimento da Capitania de Sergipe d'El-Rey, cujos limites se estendiam do Rio Real, ao Rio São Francisco.⁴²²

Tanto a situação referente à presença dos corsários ingleses no litoral, quanto a necessidade de levar guerras às populações na fronteira entre Pernambuco e Bahia, estariam presentes nas ordens que foram atribuídas a Francisco Giraldes, quando foi nomeado Governador-geral do Brasil, em 1588. Segundo consta em seu Regimento⁴²³, inicialmente, este deveria ser informado a respeito do estado no qual se encontravam as defesas do território, incluindo as condições das fortificações e povoamentos, assim como dos navios, artilharias, armas e munições. Quando, porventura, assumisse a governança, deveria também escrever aos capitães-mores das capitanias buscando averiguar as situações referentes às suas respectivas jurisdições, incluindo o estado da gente e dos arsenais, para que assim pudesse assistir no que fosse necessário.

Deveria também investigar o tratamento dado às armas nos armazéns da Bahia, como suas condições de limpeza, reparo e circunstâncias gerais. Tanto as artilharias, quanto os demais conjuntos de arsenal que viriam às partes do Brasil junto de sua frota, deveriam ser repassados aos oficiais responsáveis e as obras das fortificações deveriam ser procedidas, com ênfase na fortaleza de Salvador. Ademais, em razão dos recentes ataques promovidos por “alguns navios de corsários ingleses” nesta capitania⁴²⁴, um conjunto de ordens foi atribuído visando reforçar as defesas nesse litoral.

Francisco Giraldes foi encarregado, por exemplo, de construir duas galeotas de até vinte e quatro bancos cada, além de duas embarcações de sessenta, até setenta toneladas. Os capitais envolvidos deveriam partir da Fazenda, ou de “alguma pessoa que tenha cabedal”⁴²⁵ e aceitasse fazer um contrato. Para que essas embarcações percorressem armadas da Bahia à Paraíba – e outras partes necessárias –, sem resultar em tantas despesas à Fazenda Real, seria ordenado também que os Senhores de Engenho contribuíssem aos suprimentos dos marinheiros. Além disso, não deveriam mais ser toleradas as naus de mercadores estrangeiros

⁴²² MORENO, 1955, p. 162.

⁴²³ *Traslado do Regimento que levou Francisco Giraldes*, 1906, p. 220 – 236.

⁴²⁴ *Traslado do Regimento*, 1906, p. 225.

⁴²⁵ *Traslado do Regimento*, 1906, p. 223.

carregando açúcares e outras fazendas nesse litoral, com exceção das que apresentassem licenças régias.

Da mesma maneira que foram atribuídas diretrizes defensivas aos Senhores de Engenho no Regimento de Tomé de Sousa, neste documento, a situação se repete. Tanto essa camada quanto os capitães-mores deveriam portar artilharia, armas e munições para manter a segurança das fortalezas e povoações. No caso dos senhores dos engenhos, ou fazendas, seriam continuadas as obrigações referentes ao erguimento de torres ou casas fortes em suas respectivas propriedades, assim como, seriam instruídos a manter no mínimo *quatro* berços, *dez* espingardas com pelouros e pólvora necessária, conjuntos contendo *dez* bestas e lanças ou chuças e, por fim, *vinte* espadas e corpos d'armas de algodão.

Caberia também aos demais moradores que tivessem terras, águas ou navios, manter no mínimo uma besta, espingarda, espada, lança ou chuça. Caso precisassem adquirir quaisquer dessas peças, deveriam recorrer diretamente ao armazém da Bahia⁴²⁶. Nesse sentido, Francisco C. Cosentino (2009) observa como teriam sido essas as primeiras instruções da Coroa Hispânica, previstas em Regimento, para o Governo-geral das partes do Brasil, embora não se distanciassem daquilo que já vinha sendo disposto, por exemplo, pelo Regimento de Tomé de Sousa (2009, p. 228).

Não obstante, sendo informado de que na fronteira entre a Bahia e Pernambuco haveria cerca de 3.000 índios fortificados, que impediam o trânsito por terra e levantavam-se contra as fazendas naquela região, D. Filipe II atribuiu ordens nesse mesmo regimento para que Francisco Giralde levasse guerras punitivas às nações do território⁴²⁷.

Apesar da nomeação, entretanto, Francisco Giralde nunca chegou a exercer oficialmente a posição de Governador-geral⁴²⁸, culminando no desempenho das ordens previstas nesse documento, sendo executadas pela junta governativa, formada pelo Bispo da Bahia e Cristóvão de Barros. Martim Leitão, que compunha a terceira parte, já não se encontraria mais na função de Ouvidor-geral, contribuindo para que a tríade responsável, inicialmente, fosse desmembrada e as matérias de guerra terminassem pendendo significativamente mais às competências de Cristóvão de Barros, em detrimento do Bispo.

Quando os primeiros jesuítas começaram a atuar nessa fronteira – no início da década de 1570 –, as nações estariam divididas numa média de 30 núcleos; minados pela expansão açucareira vigente, nas capitanias vizinhas. Conseqüentemente, esses povos terminaram

⁴²⁶ *Traslado do Regimento*, 1906, p. 227-229

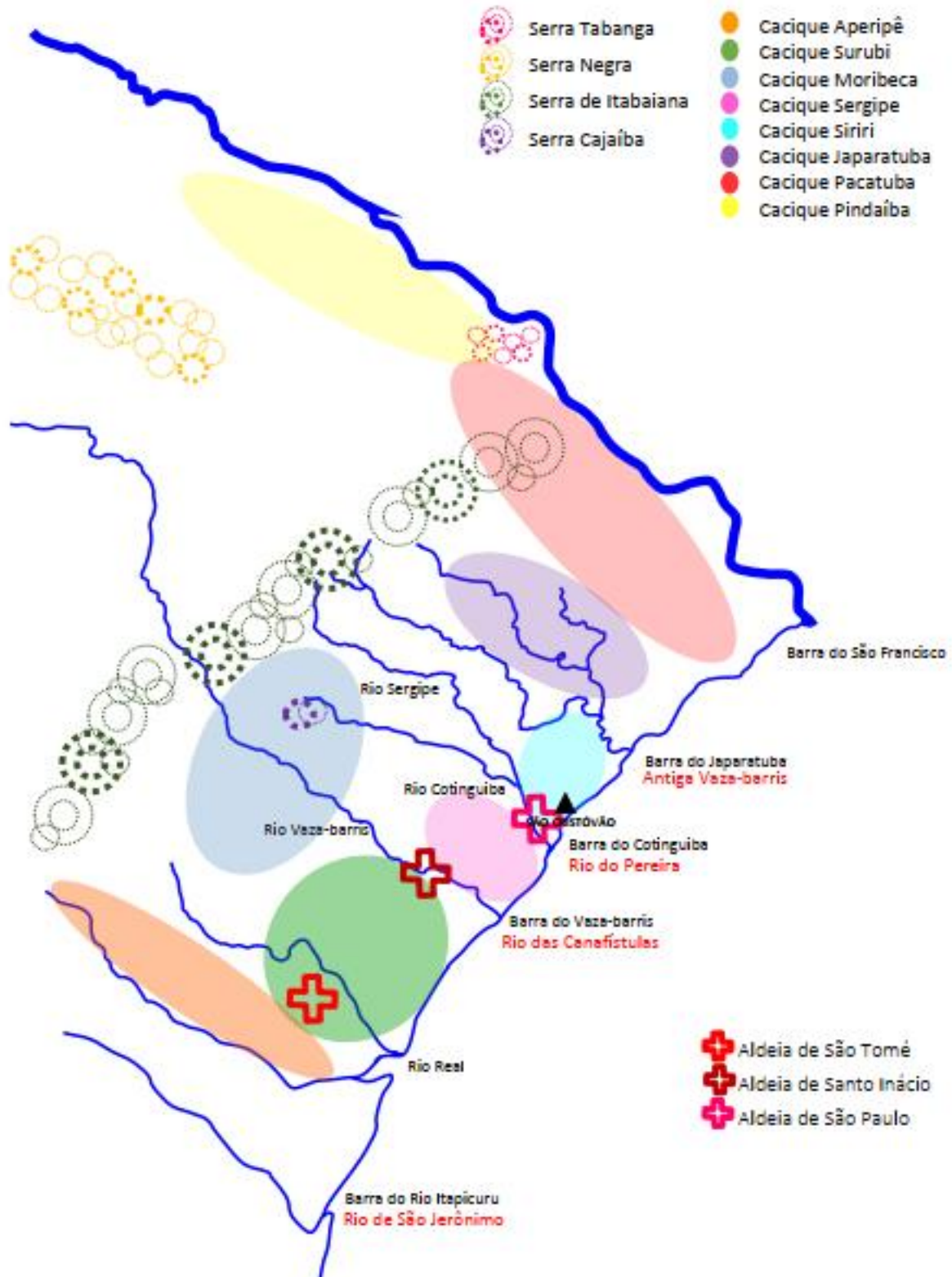
⁴²⁷ *Traslado do Regimento*, 1906, p. 224

⁴²⁸ SERRÃO, 1968, p. 35 - 39

encontrando na proteção eclesiástica, chances de impedir possíveis avanços militares por parte dos colonos, resultando na fundação dos aldeamentos de São Tomé, Santo Inácio e São Paulo; além de estabelecer um cenário inicial, no qual, “ao Evangelho e não às armas; à paz e não à guerra, entregou-se a conquista da nova capitania” (FREIRE, 1891, p. 4)⁴²⁹.

⁴²⁹ HEMMING, 1978, p. 174; SANTOS, 2011, p. 40 – 52

Figura 5- Grupos indígenas na fronteira setentrional da Bahia e provável localização dos aldeamentos Jesuítas (séc. XVI)



Fonte: DANTAS, P. B. S. *Pelos caminhos d'água, pelas rugosidades da terra: a construção territorial de Sergipe D'el Rey*. 2019. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019. p. 92

Como obstáculo a esses quadros os colonos e a Companhia de Jesus entraram em conflito sobre suas intenções em relação ao território, com os primeiros contemplando a possibilidade de conquistá-lo a força, para disseminar currais de gado e escravizar as populações no decorrer do processo, enquanto os segundos intencionavam continuar com os aldeamentos e a catequese dos indígenas. Inicialmente, segundo John Monteiro (1994), o impacto causado pelas guerras de conquista nessas partes, corroborou para que os portugueses recorressem a outros métodos que atendessem aos seus propósitos de submissão das nações indígenas e, os aldeamentos da Companhia de Jesus, mostravam-se como uma solução que articulava as questões referentes à dominação e as necessidades vinculadas à mão-de-obra. Em tese, esses aldeamentos poderiam desempenhar até mesmo um papel crucial na defesa da economia açucareira, tanto contra ameaças externas quanto aos inimigos internos⁴³⁰.

Mais precisamente, as questões de manutenção e defesa da colônia seriam intrinsecamente dependentes dos aldeamentos e das nações indígenas aliadas. Tratando-se dos indígenas aliados, uma das principais funções atribuídas seria a de participar das guerras promovidas pelos ibéricos contra os estrangeiros e povos indígenas inimigos, com as nações sendo convocadas para lutar nos confrontos a partir da uma reafirmação das alianças nos momentos em que há a necessidade de reunir grandes contingentes de guerreiros, que nem sempre os aldeamentos conseguiriam fornecer⁴³¹. No que concerne às guerras coloniais que ocorreram nessas partes, a necessidade de convocar os indígenas aliados sempre assume o primeiro plano e “(...) os aldeados e aliados são encarregados de defender as vilas e plantações dos ataques dos inimigos europeus. Povos estratégicos, são as ‘muralhas dos sertões’, barreira viva à penetração de inimigos de todo tipo” (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 121).

Não obstante, ainda que esse projeto tenha representado um pilar às políticas indigenistas vigentes, terminou por fracassar em diferentes aspectos⁴³² e, nessa fronteira, as incursões escravistas culminaram na ampla disseminação de currais de gado, pertencentes à Casa da Torre de Garcia d’Ávila, em detrimento de um efetivo processo de povoação ibérica, que contribuísse à garantia da região contra os corsários franceses e as nações indígenas não-

⁴³⁰ MONTEIRO, 1994, p. 42-45

⁴³¹ PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 117-121.

⁴³² “Estas novas aglomerações rapidamente começaram a substituir as aldeias independentes, transferindo para a esfera portuguesa o controle sobre a terra e o trabalho indígena. Em princípio instituídos com a intenção de proteger as populações indígenas, na verdade os aldeamentos aceleraram o processo de desintegração de suas comunidades. À medida que os jesuítas subordinaram novos grupos à sua administração, os aldeamentos tornaram-se concentrações improvisadas e instáveis de índios provenientes de sociedades distintas. Mesmo assim, nos anos iniciais pelo menos, as missivas dos padres mostravam certo otimismo para com o potencial de crescimento dos aldeamentos. (MONTEIRO, 1994, p. 43).

aliadas. Contemplando esses aspectos e parafraseando os escritos do Padre José de Anchieta, Ane Luíse S. M. Santos (2011) reitera como o projeto catequético promulgado nessas partes, começou a desmoronar pela ação da espingarda: “(...) a guerra transforma a escrita do inaciano, reflete o caráter sombrio, e para ele triste e lastimável que mata o sujeito, o gentio, mas aniquila também a prática de catequese, ao ponto de o padre ficar inerte perante a ação do conquistador” (2011, p. 65).

Consequentemente, os planos para a conquista efetiva dessas terras foram postos em espera, considerando os esforços que já vinham sendo depreendidos, pelo Governo da Bahia, nas guerras pelo Rio Paraíba. A essa altura, as populações do território seriam compostas principalmente pelos Tupinambás e Caetés, sobreviventes das bandeiras que ocorreram nos tempos de Luís de Brito d’Almeida, como Governador-geral. Seus domínios se alastravam pelos rios até adentrarem aos sertões, onde mantinham negociações com os corsários franceses, que continuavam a frequentar aquelas várzeas.

Quando Manuel Telles Barreto (1582 – 1587) ainda estava vivo e à frente do Governo-geral, em 1586, chegaram notícias de que o Chefe Baepeba, representante dos Cariris, intencionava formar uma aliança com os colonos e tinha solicitado a catequese por parte dos padres da Companhia de Jesus⁴³³. Visando atender a essas intenções, o Governador-Geral convocou um conselho constituído pela junta de oficiais da câmara e outros responsáveis. Dentre eles, estaria Cristóvão de Barros, que naquele momento atuava como Provedor-mor da Fazenda e manifestou-se de maneira contrária a esse projeto⁴³⁴.

Independentemente dos votos contrários do Provedor-mor, o Governador-Geral organizou uma empresa que, em tese, intencionava escoltar os padres jesuítas à fronteira, com 150 colonos e trezentos índios, escravizados e forros, dentre os quais seriam repartidos entre as companhias. Contribuíram ao processo de arregimentação, os padres da ordem de S. Bento, que teriam recebido licença de Manuel Telles, para adquirir as terras ocupadas por uma das aldeias e “servirem-se dêles”. Também, provavelmente de maneira mais dispendiosa, estaria Garcia d’Ávila, que via o processo vigente ocorrer nas proximidades de seus currais de gado e terminou fornecendo os mantimentos necessários às tropas⁴³⁵.

Representando os interesses da Companhia de Jesus, entretanto, o visitador Cristóvão Gouveia narra que essa empresa não intencionava “pacificar” os habitantes da região, ou levar-lhes a palavra da fé católica, mas sim, utilizar-se dos aldeamentos jesuíticos para repartir

⁴³³ NUNES, 1989, p. 25; LEITE, 1938, p. 162 – 167.

⁴³⁴ SALVADOR, 1918, p. 326; FREIRE, 1891, p. 17.

⁴³⁵ LEITE, 1938, p. 164.

os indígenas entre si e impor-lhes o trabalho forçado, nas fazendas e engenhos. Teriam sido essas as notícias que se espalharam por entre os habitantes, que eram desconfiados das intenções dos colonos *a priori*, desde as prévias incursões escravistas, que teriam recaído intensamente sobre os grupos dos chefes Surubi, Aperipê e Serigi⁴³⁶. Em contraste a essa perspectiva, Frei Vicente de Salvador (1918 [1627]) sugere que os indígenas intencionavam arquitetar uma cilada aos portugueses e utilizaram-se da catequese enquanto premissa, para tanto. Entretanto, ambas as narrativas convergem em apontar que a chegada de corsários franceses, tornou-se um reagente para que a situação se intensificasse⁴³⁷.

Culminou que durante a jornada, embates se seguiram. Inicialmente, os portugueses e indígenas aliados quiseram se fortificar num morro, entretanto, a chegada de franceses acompanhados por mais indígenas, terminou reforçando os números dos Cariris, resultando em baixas entre os homens de armas, enviados por Manuel Telles Barreto⁴³⁸. Em represália à situação, o Governador-Geral submeteu ordens aos capitães-mores de Pernambuco e Itamaracá, para que arregimentassem tropas e lançassem guerras punitivas sobre a região. Não obstante, antes que os preparativos fossem finalizados, o Governador enviou contraordens para que, do contrário, destinassem as tropas ao Rio Paraíba, frente ao agravamento das batalhas nessa fronteira. Por fim, a conquista do Rio Paraíba terminou sendo a prioridade dos esforços de guerra, na jurisdição setentrional.⁴³⁹

Na medida em que os conflitos com as tropas de Martim Leitão minavam a aliança franco-potiguara ao Norte de Itamaracá, as embarcações francesas tornavam-se mais

⁴³⁶ Como referido, Surubi faleceu durante as lutas contra Luís de Brito d'Almeida e Aperipê conseguiu escapar pelo interior. No que corresponde aos destinos de Serigi, entretanto, Maria Thetis Nunes (1989) aponta algumas divergências: “Uns escreveram que teria seguido preso para a Bahia, onde morreu em greve de fome contra a escravidão; outros afirmam que se refugiou no interior, baseando-se no dizer de Anchieta que ‘os índios de Serigi ficaram de guerra até agora’, referindo-se ao ano de 1584. Não estaria, porém, Anchieta falando da região de Sergipe ou Serigi, nome como, inicialmente era conhecido [o rio] Sergipe? Em realidade, tamanha foi a resistência dos nativos, morrendo na luta ou refugiando-se nos sertões, que ficaram frustrados os que acompanharam o Governador ‘por não acharem o gentio que buscavam para o cativo e se servirem deles’”. (1989, p. 22).

⁴³⁷ SALVADOR, 1918, p. 327. Essa divergência narrativa torna-se relevante frente às discussões que se seguem dentre a tradição historiográfica, referente à História de Sergipe. Felisbelo F. O Freire (1891), seguindo os passos de Frei Vicente do Salvador, narra uma “traição” por parte dos indígenas na região, quando a situação virou-se contra os portugueses. Em contrapartida, Maria T. Nunes (1989) comenta que “Felisbelo Freire, baseando-se em Frei Vicente do Salvador, fala de traição dos índios de Sergipe nesse episódio do governo de Manuel Teles Barreto. Preferimos, porém, com fundamento no jesuíta Padre Cristóvão de Gouveia, interpretar o sucedido como uma decorrência de terem os indígenas percebido que os colonos traziam intenção de aprisioná-los” (1989, p. 25).

⁴³⁸ LEITE, 1938, p. 165-166.

⁴³⁹ SALVADOR, 1918, p. 328. “Preferiu-se a conquista de Parahyba à de Sergipe. Se lá o valente Pirajyba era um perigo eminente à marcha da colonização de Pernambuco, aqui o ruminar de uma vingança dos aliados e parentes de Serigy, Suruby e Aperipê, podia ser compromettedora à capitania da Bahia. E cedo esse sentimento manifestou-se. (FREIRE, 1891, p. 17).

numerosas nas várzeas do Rio Real (NUNES, 1989, p. 26), representando um risco à fronteira que dividia não somente as principais capitanias açucareiras, mas também, portos essenciais à economia colonial.

Desde meados dos quinhentos, Salvador representava um ponto de escala e reparo das embarcações com destino à Carreira das Índias. Junto ao porto de Recife e do Rio de Janeiro, seria a principal via de importação e exportação, dessa colônia⁴⁴⁰. Segundo John Russell-Wood (2014), para fazer a travessia entre Salvador e Recife, levava-se em média quatro ou cinco dias. Seria preferido zarpar de Pernambuco à Bahia entre outubro e abril, enquanto o sentido contrário, comumente ocorreria entre abril e outubro. Contudo, o deslocamento ao Norte significaria navegar de maneira contrária à corrente predominante na região, deixando as embarcações suscetíveis à ação dos ventos e, conseqüentemente, "o comércio e as comunicações, a passagem de pessoas ou o transporte de material bélico entre portos nas costas nordeste e sudeste do Brasil eram arriscados e infrequentes" (2014 p. 129)⁴⁴¹.

Do ponto de vista mercantil, o estabelecimento e a consolidação das redes de comércio, numa escala mundial, estariam fundamentalmente dependentes da segurança nos portos, considerando o papel assumido pelas cidades portuárias, no âmbito das trocas e do crescimento urbano. Embora os processos de crescimento demográfico e a expansão econômica tenham afetado diferentes aspectos das vidas nos portos, inevitavelmente, terminou impactando também os assentamentos, comunidades e cidades que compunham suas regiões de hinterlândia, principalmente em aspectos como mobilidade, migração, ou mesmo, a extensão e escala na qual suas redes mercantis atuavam. Àqueles que buscavam abrigo das perseguições étnicas, religiosas, etc., como os cristãos-novos, as cidades portuárias tornaram-se um lugar de acomodação de suas famílias e associações, sendo mais amigável às relações/informações trocadas à longa-distância, do que a hinterlândia (LEE, 2022)⁴⁴².

⁴⁴⁰ LAPA, J. R. A. *A Bahia e a Carreira da Índia*. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1968. (p. 1 - 24).

⁴⁴¹ Segundo Hemming (1978, p. 70), o litoral das partes do Brasil é tão imenso que mesmo as guerras coloniais foram separadas por quilômetros de mata virgem, com as comunidades ilhadas comunicando-se apenas pelo mar. Esse isolamento impactou as viagens necessárias às guerras coloniais e outros aspectos dessa sociedade, amplamente suscetível às correntes marítimas e ação dos ventos.

⁴⁴² LEE, 2022, p. 1 – 23. A historiografia acerca da diáspora judaica comporta o modelo – ou, categoricamente, tipo social – do judeu portuário, ou “Port Jew”, voltado à compreensão da modernidade judaica através das migrações e estabelecimento nos centros ultramarinos. Para aprofundamento dessa perspectiva, ver: CESARANI, David. *Port Jews: Jewish Communities in Cosmopolitan Maritime Trading Centres, 1550 - 1950*. Routledge: LONDON; New York, 2002. Não obstante, esse modelo tornou-se alvo de críticas correlacionadas, por exemplo, à sua aplicação enquanto um “tipo social” que não necessariamente se adequa de maneira ampla à diversidade dos espaços e condições. Sobre isso, ver: MONACO, C. S. *Port Jews or a People of the Diaspora? A Critique of the Port Jew Concept*. Jewish Social Studies: History, Culture, Society. n. s. 15, nº 2 (Winter 2009).

Nas partes do Brasil, os portos simbolizariam também instâncias vinculadas à defesa e administração territorial, com ênfase nos papéis desempenhados tanto por Salvador, quanto Rio de Janeiro, não somente enquanto cidades portuárias, mas também, como sedes do governo colonial. Considerando as preocupações da Coroa referentes à presença estrangeira na costa e outras matérias relativas à segurança desta colônia, fortificações foram construídas em todos os portos do território e “(...) se, por um lado, os portos formavam uma meia-lua de fortificações defensivas ao longo da costa, por outro, também representavam os núcleos administrativos da colônia” (RUSSELL-WOOD, 2014, p. 154)⁴⁴³.

Não obstante, em fins do século XVI, os caminhos que conectariam por terra os principais portos setentrionais dessa colônia estariam obstruídos pelas nações indígenas que habitavam as várzeas do Rios Real, Sergipe, Itapicuru e o São Francisco. Como agravante, o crescente número de frotas francesas a navegarem essa fronteira após as guerras no Rio Paraíba, representavam uma ameaça marítima às naus mercantis que zarpavam desses respectivos portos, carregadas de açúcares e outros produtos.

Está este rio [Cirigi] muito povoado de gentio de que os Potugueses, assim desta Baía como de Pernambuco, têm recebido muito prejuízo, e que tem impedido o caminho por terra daqui para lá. E juntamente é a colheita de Franceses que vem buscar pau do brasil. Muitas vezes se intentou acudir a estes inconvenientes, por paz ou por guerra, e nunca se efetuou. (LEITE, 1938, p. 163).

Em consonância com as premissas de como “a União Ibérica trouxe para a monarquia portuguesa a experiência espanhola de um Império construído pelo controle territorial” (COSENTINO, 2016, p. 116), ordens foram atribuídas para que as passagens por terra entre as Capitânicas da Bahia e Pernambuco fossem garantidas através de uma sequência de aldeamentos indígenas aliados, como pontos de apoio ao longo do caminho, considerando as dificuldades de comunicação entre essas capitânicas, que afetavam negativamente os negócios dos colonos e a arrecadação fazendária.

Os regimentos declaram a intenção de organizar um eixo de comunicação. Nas aldeias a serem constituídas ao longo do caminho deveriam existir, “em cada uma delas uma pessoa para governar os índios, com obrigação de ter a dita pessoa casa para agasalhar os passageiros, e rede de pescar e curral de vacas e éguas para poder haver cavalgadas para caminhar e fazer roçarias para mantimentos” (COSENTINO, 2016, p. 116).

⁴⁴³ Na ausência de uma fronteira ocidental de fato, associada à impraticabilidade e improbabilidade de um ataque do oeste, a atenção real se voltou para os portos. Um visitante ao Brasil da atualidade ainda pode apreciar os vários fortes solidamente construídos que defendiam a maioria dos portos e enseadas do país. Rio e Salvador eram especialmente bem-dotados, sendo que a última contava em meados do século XVIII com seis fortalezas, cinco fortes, três baterias de artilharia, dois castelos nas extremidades norte e sul da cidade, um reduto e mais uma fortaleza em Itaparica. (RUSSELL-WOOD, 2014, p. 154).

Não obstante, para além das matérias relacionadas às defesas territoriais, outros interesses manifestavam-se para garantir a estabilidade dos caminhos entre as capitanias de Pernambuco e Bahia. Com efeito, a expansão da indústria açucareira e a ocupação de novas áreas exige o desenvolvimento de mecanismos internos capazes de suprir as necessidades de abastecimento decorrentes desse processo. Segundo Antônio C. J. de Sampaio (2016, p. 332), esse processo não somente cresceu à demanda por gêneros alimentícios voltados ao abastecimento dos engenhos, como também, garantiu que a pecuária se tornasse indispensável à sustentação dessa economia, na condição de força motriz, meio de transporte e outras utilidades.

Contemplando esses aspectos nos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, por exemplo, Ambrósio Fernandes Brandão discute por intermédio de seus interlocutores, que havia nessas terras uma grande quantidade de gado, viável à alimentação através das carnes, leite e de funcionalidade essencial ao serviço nos engenhos e lavouras. Brandônio, o personagem representante dos colonos estabelecidos, afirma ainda ter conhecido um homem que tinha mais de mil cabeças de gado, divididas entre currais. Estima ainda que a média de preço referente a uma vaca de qualidade nas capitanias do Norte seria estimado entre quatro e cinco mil réis. Um boi jovem (novilho) seria mais caro, por mostrar-se ideal aos carros, com o custo girando em torno de seis a sete mil réis. Em contrapartida, um boi já desenvolvido valeria em torno de doze a treze mil réis, sendo esse o preço mais ordinário⁴⁴⁴.

De acordo com Pedro Puntoni (2002), aspectos como o crescimento dessa economia impulsionaram a expansão rumo aos sertões, considerando as necessidades de alargamento dos espaços, para o estabelecimento dos currais. Nesse sentido, as terras do interior passaram a ser valorizadas, principalmente, quando próximas aos cursos d'água, e o Rio São Francisco, tornou-se um dos principais eixos dessa ocupação⁴⁴⁵. Consequentemente, os currais começaram a ser instalados nos arredores de cidades como Olinda e Salvador, visando atender às necessidades provenientes tanto dos engenhos, quanto dos núcleos citadinos, culminando na conquista de Sergipe a partir da Bahia, que levou cabeças de gado até a região do Rio São Francisco, onde se mesclou às expansões correntes a partir de Pernambuco⁴⁴⁶.

⁴⁴⁴ BRANDÃO [MELLO], 1966, p. 172-174.

⁴⁴⁵ PUNTONI, 2002, p. 21- 34. Embora o autor considere principalmente o momento das guerras dos bárbaros, entre os séculos XVII e XVIII, os primeiros movimentos acerca da agropecuária nessa região, durante o século XVI, são contextualizados por ele conforme exposto, ainda que de maneira embrionária.

⁴⁴⁶ “No início da colonização, os currais instalaram-se em torno das cidades mais importantes, como Salvador e Olinda, visando atender tanto aos engenhos situados na mesma região quanto à população urbana. A conquista de Sergipe, em 1590, levou o gado até o rio São Francisco, onde essa frente de expansão encontrou-se com a pernambucana. O rio tornou-se, assim, nos Seiscentos, um eixo ao longo do qual se desenvolveu a

Estabilizando a situação no Rio Paraíba, portanto, os passos seguintes da campanha para o estabelecimento das novas capitanias nas partes setentrionais, seriam garantir a ocupação efetiva das forças ibéricas, sobre essa fronteira.

Tornava-se inadiável o problema sob pressão de vários fatores, como assegurar a comunicação terrestre entre Bahia e Pernambuco, só possível subjugando os nativos; desalojar os franceses do litoral, eliminando o forte concorrente dos produtos extrativos coloniais nos mercados europeus; proteger a colonização das margens dos rios Itapicuru e Real dos frequentes ataques dos índios sergipanos; obter mão-de-obra barata que, com a justificativa de *guerra justa*, poderia ser obtida, atendendo, assim, à exigência de braços solicitada pelo crescimento dos engenhos do Recôncavo baiano, numa época em que o escravo africano estava altamente valorizado ante a concorrência das minas da América Espanhola; e, finalmente, a possibilidade de ocupar excelentes pastagens para atender à expansão dos rebanhos. (NUNES, 1989, p. 26).

Terminou recaindo sobre Cristóvão de Barros, a responsabilidade de arregimentar efetivos capazes de levar guerras punitivas às nações indígenas consideradas inimigas na região, o que serviu para atrair colonos dispostos, tanto da Bahia quanto de Pernambuco, a escravizar essas populações, considerando o enquadramento destes ataques nas jurisdições referentes às “guerras justas”. Novamente, esse processo contou com recursos fornecidos por Garcia d’Ávila, que não somente cedeu a Casa da Torre para que servisse de base à campanha, mas também, terminou fornecendo peças de artilharia e os demais necessários⁴⁴⁷.

Entrementes, as Companhias de Vanguarda e Retaguarda foram divididas, respectivamente, entre Antônio Fernandes e Sebastião Faria, encarregados de seguir à fronteira pelo litoral. Enquanto isso, os irmãos Rodrigo Martins e Sebastião de Faria, foram enviados à frente de 150 homens brancos, mamelucos e 1000 indígenas. Deveriam estes seguir o caminho pelos sertões e angariar o maior número possível de aliados, resultando no recrutamento de 3.000 índios flecheiros⁴⁴⁸.

Esse reforço nos números, entretanto, serviu para que as Companhias de Retaguarda atingissem uma superlotação de seus contingentes, dificultando sua administração e corroborando para que os homens-em-campo tomassem decisões independentemente do aval de Cristóvão de Barros, avançando sobre os aldeamentos inimigos no sertão sem esperar pelas ordens referentes. Os indígenas que paulatinamente sobreviviam aos ataques foram fugindo e

atividade pecuária, havendo nessa região em torno de dois mil currais por volta de 1640. Essa expansão estendeu-se por toda a centúria e só se completou com a conquista do Piauí, já na primeira década do século XVIII” (SAMPAIO, 2016, p. 322)

⁴⁴⁷ FREIRE, 1891, p. 18-19; NUNES, 1989, p. 26.

⁴⁴⁸ SALVADOR, 1918, p. 334-335.

aglutinando-se num determinado ponto, onde conseguiram erguer cercas para defender essa base das investidas ibéricas⁴⁴⁹.

Compondo os arsenais ibéricos nessa campanha, podia-se encontrar, por exemplo, seis peças de artilharia de bronze, *falcões de dado*⁴⁵⁰ de seis e sete quintais, além de uma *colher* de bronze, de quinze quintais, capaz de atirar quatro libras. Seria esse um dispositivo acoplado em peças voltadas ao arremesso de projéteis para o desbaratamento de cercos, como a catapulta, o trabuquete e outros⁴⁵¹. Possivelmente, esses equipamentos foram postos em uso, quando os batedores ibéricos localizaram os sobreviventes dos ataques anteriores, promovidos pela retaguarda. Não tardou para que as informações fossem repassadas a Cristóvão de Barros e, no dia anterior à véspera de natal, de 1589, um confronto foi iniciado, culminando no desbarate dessas resistências, até que o caminho fosse aberto aos cercamentos do Chefe Baepeba⁴⁵².

Dentre os homens de armas próximos a Cristóvão de Barros, encontrava-se o mercador Diogo Lopes Ulhoa. Os pormenores de sua atuação nessa conquista são provenientes do processo que iniciou, para recebimento de uma sesmaria, entre 1599 e 1602. Para seu requerimento, o cristão-novo afirmou ter acompanhado o Governador-geral interino, na tomada da terra dos índios e franceses⁴⁵³.

À altura do despacho da carta de sesmaria, em janeiro de 1602, Diogo Lopes Ulhoa já seria morador na Capitania da Bahia havia alguns anos e, segundo consta no documento, teria prestado muitos serviços à Coroa tanto em pessoa, quanto através de seus cabedais, entre momentos de guerra e paz. Nomeadamente, havia socorrido com escravos e criados – à sua custa – todos os arrebates ocorridos nessas partes durante os últimos vinte anos, nos quais teve muitos gastos⁴⁵⁴. Em fins de 1591, por exemplo, Gabriel Soares de Sousa – autor do *Tratado Descritivo do Brasil* –, intencionava adentrar aos sertões do Rio São Francisco, em busca de riquezas auríferas. Seguindo acompanhado por cinco companhias, mandou construir,

⁴⁴⁹ “E assim, vendo-se com tanta gente, sem esperar por Christovão de Barros commetteram as aldeias dos inimigos que tinham por aquella parte do sertão, so quaes foram fugindo até se ajuntarem todos e fazerem um corpo com que lhe resistiram” (SALVADOR, 1918, p. 334 – 335).

⁴⁵⁰ Antiga peça de artilharia, carregada com projéteis cúbicos de ferro. Sobre isso, ver: *Diccionario da lingua portugueza, composto por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro*. 6ª ed. Tomo I. Typographia de Antonio José da Rocha: Lisboa, 1858. (p. 594).

⁴⁵¹ “(...) Tem a cargo o almoxarife seis peças de artilharia de bronze, falcões de dado de seis e sete quintais, e uma peça de colher de bronze, de quinze quintais, que joga quatro libras; toda esta artilharia está sem serviço e sem reparos, e foi a que trouxe Cristóvão de Barros quando veio à conquista” (MORENO, 1955, p. 165); COSTA, Bárbara Patrícia Leite. *Engenhos, armas e técnicas de cerco na Idade Média portuguesa (séculos XII - XIV)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Porto, 2014. (p. 39 – 59).

⁴⁵² SALVADOR, 1918, p. 335.

⁴⁵³ JABOATÃO, 1858, p. 131-132.

⁴⁵⁴ *Carta de Diogo Lopes Velho*. In: FREIRE, 1891, p. 388.

durante o caminho, uma fortaleza de sessenta palmos de vão, com guaritas nos cantos, onde os mineiros ergueram uma fundição de pedra e pratas foram encontradas⁴⁵⁵.

Nesse espaço, deixou doze soldados de guarnição e seguiu à nascente do Rio Paraguaçu, na Capitania da Bahia, onde ergueu outra fortaleza com a mesma finalidade. Não obstante, uma onda de doenças acometeu a expedição, culminando na morte do próprio Gabriel Soares de Sousa, que foi sepultado nessa fortificação. Por ordens do então Governador-geral – Francisco de Sousa (1590 – 1602) –, o mercador Diogo Lopes Ulhoa foi mandado para que escoltasse as tropas de volta à Salvador, recolhendo os sobreviventes em seu Engenho, por oito dias, até que retornassem à cidade, em embarcações⁴⁵⁶.

Na tomada das terras que viriam a se tornar a Capitania de Sergipe, entretanto, além de participar dos conflitos, mandou também “sua gente” (possivelmente, cativos) e homens brancos a cavalo, novamente a sua custa, para assistir a Cristóvão de Barros, quando esteve fronteiro aos Aimorés⁴⁵⁷.

Portugueses utilizavam-se do termo “Aimoré” para se referir às nações indígenas pertencentes ao tronco linguístico Macro-jê, habitantes do interior das capitanias de Ilhéus e Porto Seguro, mas que no decorrer do processo colonizador acabaram migrando para o litoral. Esta designação, entretanto, seria uma atribuição de língua Tupi às condições de “pessoa má”, “ladrão” ou “assassino”. Do contrário, essas nações reconheciam a si mesmas através de uma variedade de nomes, que incluíam Guerem-Guerem ou, neste caso, *Cariri*. Não obstante, os Cariris que se espalhavam pelas várzeas da fronteira entre Pernambuco e Bahia, dividiam-se entre diferentes núcleos, como os Pancaruru, Caimbé, Massacará e outras⁴⁵⁸.

Durante essa campanha, reitera-se como seriam os Cariris representados pelo Chefe Baepeba, habitantes do espaço entre o Rio Real e o Rio Sergipe, os principais alvos das tropas ibéricas. Esse núcleo mantinha-se fortificado dentre um conjunto de três cercamentos, cujos homens a mando de Cristóvão de Barros decidiram sitiá-los, formando trincheiras pelos arredores e impedindo o suprimento de água às cercas⁴⁵⁹. Conflitos se seguiram, causando baixas em ambos os lados. Embora os ibéricos causassem danos às fortificações, os Cariris conseguiam reparar as defesas de maneira a prolongar os embates, mas não por muito tempo.

⁴⁵⁵ SERRÃO, 1968, p. 62 – 67; SALVADOR, 1918, p. 350 – 352.

⁴⁵⁶ “Vieram pela Cachoeira, donde os foi Diogo Lopes Ulhõa buscar e, depois de os ter nos seus engenhos oito dias mui regalados, os mandou nas suas barcas ao governador, que os não recebeu e proveu com menos liberalidade, gastando com elles de sua fazenda mais de dous mil cruzados”. (SALVADOR, 1918, p. 352).

⁴⁵⁷ *Carta de Diogo Lopes Velho*. In: FREIRE, 1891, p. 388.

⁴⁵⁸ HEMMING, 1978, p. 93;612

⁴⁵⁹ SALVADOR, 1918, p. 335.

Não tardou para que Baepeba ordenasse aos cercamentos, adjacentes ao principal, que avançassem, e então, seus contingentes os seguiriam.

Cristóvão de Barros designou que a cavalaria avançasse sobre esses efetivos, mas que não os perseguissem como de costume, para que os homens de cavalo não ficassem de costas para os Cariris do cercamento principal, onde estaria fortificado o Chefe Baepeba. Como consequência desse embate, as cercas adjacentes foram esvaziadas, corroborando para que o principal também esvaziasse aos poucos perante as escaramuças e a sede, proveniente do bloqueio aos suprimentos d'água. Mesmo com os arqueiros de Baepeba tentando defender a fortificação com uma saraivada de flechas, os contingentes formados por ibéricos e indígenas aliados conseguiram invadir os cercamentos, causando inúmeras mortes e tornando os sobreviventes cativos⁴⁶⁰.

Repartindo o butim, Cristóvão de Barros distribuiu nomeações de *cavaleiros* “como fazem em África, por provisão de el-rei que para isso tinha”⁴⁶¹ àqueles que teriam se destacado no decorrer dessa campanha, além de garantir a concessão das terras conquistadas e dos escravizados.

Ingressar às ordens militares representaria mais um dos meios de agregação de *status* às condições dos indivíduos. Seria uma herança direta das guerras de Reconquista e continuou a desempenhar um papel honorífico mesmo no século XVI, momento em que foi integrado à economia das mercês, frente à necessidade de atrair efetivos dispostos a guerrear, nas conquistas ultramarinas⁴⁶². Dentro desses quadros, torna-se possível observar um incentivo às nomeações na colônia, a partir Regimento que foi entregue a Francisco Giraldes. Segundo consta, aqueles que servissem nos navios, por terra, ou em quaisquer outras matérias de guerra, poderiam ser tornados cavaleiros caso os feitos fossem julgados adequados. Não obstante, deveriam ser resguardadas não apenas a qualidade dos serviços, mas também, das pessoas, pois quanto mais "exame" fosse feito nessa relação, mais seriam estimadas as concessões dos títulos e mais convidativas seriam àqueles que almejassem⁴⁶³.

Em outras palavras, os estatutos de limpeza de sangue representariam um obstáculo seletivo, no âmbito formal, aos candidatos que apresentassem máculas mecânicas e ascendência judaica, ou moura, perante o argumento de que a insígnia de uma Ordem Militar “(...) procurava veicular esse imaginário de servidor destacado do rei, limpo de sangue e com patrimônio suficiente para não sujar as mãos com trabalho” (OLIVAL, 1999, p. 73).

⁴⁶⁰ Idem, p. 336

⁴⁶¹ Ibid, p. 336.

⁴⁶² OLIVAL, 1999, p. 67 – 69.

⁴⁶³ *Traslado do Regimento*, 1906, p. 232.

Dissonante a esses processos, quando foi indiciado pelo Santo Ofício de Roma, Miguel Fernandes apresentou a documentação despachada por Cristóvão de Barros, que não somente retratava suas atuações durante as incursões inglesas a Salvador, e na conquista de Sergipe, mas também, afirmava que perante esses feitos, havia lhe nomeado cavaleiro. Logo, o envio desses papéis, teria decorrido com o propósito de certificar essa nomeação, embora não tenham sido encontrados indícios da confirmação da concessão, a partir da chancelaria régia.

Cristóvão de Barros declara como avançou sobre as nações indígenas dessa fronteira, em justificativa das "mortes de cristãos e muitos insultos que tinham feito", além do comércio que tinham com os franceses, acolhendo-os em seus portos e carregando suas naus com pau-brasil, pimenta e algodões, abrindo margens para que os franceses tomassem proveito dessa posição para investir sobre as embarcações vindas do reino e pilhassem suas mercadorias. Discorre também, sobre como teria promovido o desbaratamento do Principal Baepeba do Rio Cirigipe (Sergipe) "e sua comarca", assim como matado os demais principais das fortalezas e cercas que o acompanhavam⁴⁶⁴.

Passados os conflitos, armou cavaleiro Miguel Fernandes – cidadão do Porto e filho de Dinis Eanes –, por ter-lhe acompanhado nessa guerra com sua pessoa, armas e cavalo, com quatro homens brancos e escravos a sua custa. Durante seis meses esteve ao seu lado, em todos os encontros que teve com os inimigos, além de ter sido um dos primeiros que avançaram sobre a cerca principal, onde estaria fortificado o Chefe Baepeba. Destaca também como Miguel Fernandes teria todas as qualidades necessárias e, portanto, armara-lhe cavaleiro, anexando, em seguida, a parte tresladada do Regimento de Francisco Giraldes, sobre as nomeações de cavaleiros, e notificando a salvaguarda dos privilégios de Miguel Fernandes, como tal⁴⁶⁵.

Cristóvão de Barros termina por fornecer mais detalhes a respeito das ações de Miguel Fernandes na conquista de Sergipe, numa certidão⁴⁶⁶. Os *quatro* homens brancos que

⁴⁶⁴ NOVOA, 2016, p. 166.

⁴⁶⁵ "E pelo assim fazer com tanto esforço e ter as partes e qualidades que se Requere o armei cavaleiro como dito e fazendo lhe todas as cerimônias ao tal auto necessárias o que assim fiz por Virtude de um capitulo de Regimento que tenho de sua Majestade de que o treslado é o seguinte (...)" NOVOA, 2016, P. 167.

⁴⁶⁶ NOVOA, 2016, P. 167. Sendo essa certidão também um treslado, o documento original foi passado na Cidade de Salvador aos 8 de abril de 1590. Em balanço, a documentação despachada pelo escrivão de Cristóvão de Barros que chegou ao Santo Ofício de Roma por intermédio do procurador de Miguel Fernandes em 1595 foram (1) traslado de provisão e (1) traslado contendo duas certidões. No primeiro documento, Cristóvão de Barros concedia a Miguel Fernandes o título de cavaleiro. Na primeira certidão, em ordem cronológica do documento original, descrevia os eventos ocorridos durante o ataque corsário ao porto de Salvador. Na segunda certidão, reiterava os eventos da conquista de Sergipe.

acompanharam o mercador, seriam espingardeiros. Os escravizados estariam em número de *vinte e sete*, além de serem todos “flecheiros”, indicando que possivelmente seriam cativos indígenas. Muito de sua fazenda foi gasta nos seis meses que acompanhou Cristóvão de Barros, pois, considerando que essas guerras ocorreram a sessenta léguas da cidade, Miguel Fernandes precisou levar carros e bois para carregar os mantimentos que sustentaram a si e aos seus. Nesse compasso, terminou contribuindo também ao transporte da artilharia real, sem que da Fazenda Régia saísse nenhum soldo, nem provimento.

Segundo Dierk Walter (2016, p. 30), uma das principais dificuldades enfrentadas pelas tropas na periferia seriam os terrenos íngremes e as longas distâncias, acarretando problemas logísticos, principalmente quando as guerras seriam travadas em áreas mais remotas, ou habitadas por indígenas, engajados em agricultura de subsistência, que não necessariamente seria suficiente para garantir o sustento das tropas, no caso de saques, ou outras condições adversas. Ainda que tropas menores pudessem se autos sustentar através desses procedimentos, comumente, dependiam do suprimento proveniente de bases fixas, sendo esses os portos nas proximidades, ou mesmo, fortins no interior. Além disso, armas de fogo requerem munições e, nem sempre, poderiam ser adquiridas em campo. Nesse sentido, rotas de transporte, caravanas, carroças, etc., faziam-se indispensáveis às logísticas inerentes a esse processo.

Os limites imperiais, entretanto, não contavam com estradas apropriadas e, por vezes, o transporte de artilharia poderia apresentar-se como um estorvo à locomoção das tropas. Nesse sentido, o autor sugere que, enquanto uma versão romantizada das guerras coloniais, poderia envolver tropas bem arregimentadas e disciplinadas, combatendo seus inimigos com facilidade, uma visão mais próxima da realidade, seria visualizá-las como infinitas colunas de carros de boi, movimentando-se lentamente pelos territórios, permeados por lamaçais (WALTER, 2016, p. 31).

Essas carroças e outros meios de transporte providenciados por particulares, seriam uma parte indissociável das guerras promovidas entre os séculos XVI e XVII, ao garantir a conexão entre os acampamentos e os pontos focais de abastecimento. Segundo David Parrott (2012), não seria incomum encontrar esses vagões, como pertencentes a mercadores que se envolviam nas guerras através de suas próprias iniciativas, para comercializar provisões básicas com as tropas, como bebidas alcólicas, comida, equipamentos de segunda mão e outros recursos locais. Nesse processo, os comerciantes tendiam a absorver os custos da compra inicial, transporte e redistribuição, deixando que esses aspectos influenciassem nos preços cobrados pelos produtos, quando barganhados diretamente com os soldados, em

campo. Esses agentes comerciais desempenhavam uma peça-chave no processo de sustento das tropas, garantindo o fornecimento de materiais diretamente, numa microescala. Comumente, seriam comerciantes menores, barganhando produtos provenientes de pilhagens em campo e podendo ser um papel desempenhado até mesmo por mulheres⁴⁶⁷.

Nos episódios em questão, entretanto, observam-se sujeitos como João Nunes Correia compondo parte dos homens a cavalo “a que tudo supriam”, ou mesmo, o próprio Miguel Fernandes tornando-se responsável pelas fortificações de outro colono e garantindo o sustento dessas tropas – nas palavras de Cristóvão de Barros, “Miguel Fernandes não desamparou nunca o dito forte. Antes, o sustentou gastando muito de sua fazenda”⁴⁶⁸. Não seria distante dos padrões observados, portanto, apontar como essa camada mercantil terminou por envolver-se em diferentes níveis das guerras ultramarinas, que integraram dos conflitos coloniais às intrigas hispânicas contra os demais reinos que se opunham ao Império, formando um quadro maior referente às guerras travadas pelo controle do Atlântico Sul.

Doravante, sejam contra as nações indígenas, os corsários franceses ou elisabetanos, esse cenário terminou corroborando para que uma fortificação fosse instaurada dentre os limites da recém-estabelecida Capitania de Sergipe d’El-Rei (1590). Segundo consta nos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, Ambrósio Fernandes Brandão sugere através de seu interlocutor, Brandônio, como essas defesas foram guarnecidas com capitão e soldados, “(...) que defendem o porto dos piratas, vedando-lhes o fazer suas aguadas e prover-se do necessário, como costumavam fazer antes de ali haver fortaleza” (BRANDÃO [MELLO], 1966, p. 29).

Considerações finais

As oportunidades provenientes do aumento dos preços sacarinos nos circuitos ultramarinos, o acréscimo nas demandas produtivas e outros elementos foram essenciais para que mercadores desembarcassem nas partes do Brasil, dispondo de capitais para o investimento em diferentes empreitadas. Essas dinâmicas foram acentuadas nos finais do século XVI, considerando as estruturas comerciais proporcionadas pela União das Coroas Ibéricas, que possibilitaram o fortalecimento das redes mercantis portuguesas mediante uma maior integração territorial de suas atividades e outros condicionamentos. Entre as diferentes camadas que compunham a nação mercantil lusitana, destacaram-se os cristãos-novos, que foram um dos principais segmentos favorecidos nesse cenário. Tendo em vista a ascensão das

⁴⁶⁷ PARROTT, 2012, p. 202 - 206

⁴⁶⁸ NOVOA, 2016, p. 168.

famílias do eixo Lisboa-Antuérpia aos contratos da pimenta, esses mercadores corroboraram para a conexão de circuitos da Ásia ao Atlântico.

Os mercadores representantes dessas malhas, entretanto, não estiveram isentos de adentrarem nas guerras ultramarinas, considerando principalmente como seus agentes enquadravam-se nas diretrizes bélicas previstas para os súditos do Império, que impunham normativas referentes às armas e participações em guerra, a partir da avaliação individual de fazendas e cabedais. Nesse mesmo compasso, seria necessário que os agentes fossem estabelecidos nos territórios e que as logísticas necessárias ao funcionamento de seus empreendimentos fossem garantidas. Nas capitânicas setentrionais das partes do Brasil, esses e outros objetivos perpassavam não somente pelas sociabilidades inerentes às redes mercantis, mas também pelas matérias referentes às defesas desses negócios. Não raro, as guerras coloniais intermediavam etapas desse processo, impactando diretamente na disseminação das redes no setor produtivo.

Seja, portanto, dispondo de créditos nas armadas de D. Sebastião durante as jornadas ao Marrocos, nas campanhas coloniais promovidas por agentes da Coroa, ou mesmo na manutenção de tropas de presídio e no processo de fortificação dos espaços, esses agentes mercantis estiveram inseridos diretamente nos quadros do financiamento das guerras ultramarinas. Nesse aspecto, poderiam ainda dispor de cabedais, de maneira a providenciar recursos em campo, como parte dos processos logísticos de sustento direto das tropas.

Suas participações no âmbito belicoso, entretanto, iam além do patrocínio. Os mercadores também poderiam garantir parte da gente de guerra atuante nas campanhas, a partir daqueles que compunham suas próprias casas, como criados ou indígenas escravizados. Não obstante, esses sujeitos nem sempre se mantinham à distância dos combates, reclusos a providenciarem aspectos logísticos: atuaram nas guerras como homens de armas, sendo capitães de suas próprias companhias, homens de guerra a pé ou na cavalaria, integrando as armadas do mar, tanto na linha de frente quanto na retaguarda. Posicionados nesses segmentos, participaram dos combates contra diferentes nações indígenas, como os Potiguaras, Tabajaras, Cariris e outras, visando o estabelecimento dos engenhos, a garantia de mão-de-obra cativa, cargos administrativos e títulos honoríficos, que contribuía para a expansão dos negócios promovidos pelas redes mercantis. Nesse processo, repetidas vezes, observa-se como os contingentes coloniais retratados invadiram aldeamentos, incendiaram suas casas, desbarataram as roças, mataram as populações e escravizaram os sobreviventes.

Seguindo esse ritmo, suas trajetórias acompanharam a expansão imperial ibérica não somente pelos rumos do comércio, mas também presenciando os conflitos coloniais contra as

nações indígenas e corsários franceses, o desbaratamento de cercos promovidos às armadas hispânicas, resistências às pilhagens promovidas por corsários ingleses no Atlântico Sul, ou mesmo as expedições contra os mouros no Magrebe e navegações nos mares asiáticos.

4. “NÃO REPRESENTAVA SENÃO UMA PARCELA DA SUA ATIVIDADE DE HOMEM DE NEGÓCIOS”: TRAJETÓRIAS MERCANTIS NAS CINZAS DAS CONQUISTAS.

Ao escrever sobre as matérias defensivas do Brasil, o Sargento-mor Diogo Campos Moreno manifestou descrença na capacidade que os moradores de Pernambuco tinham em defender Olinda – com ênfase aos comerciantes daquela praça, que logo fugiriam ao tomarem o arcabuz [1609]⁴⁶⁹. Não obstante, episódios como as conquistas da Paraíba e de Sergipe, contribuem aos inúmeros capítulos de como os agentes mercantis se envolveram nos processos de beligerância colonial. Suas malhas e representantes participaram desses cenários de maneiras distintas, variando desde os posicionamentos na gente de guerra, até o envolvimento nas questões logísticas referentes à arregimentação e aprovisionamento das tropas. Como tantos outros seguimentos dessa sociedade, muitos participaram diretamente, fizeram usufruto dos espólios e colheram os resultados dos investimentos.

Essas compreensões direcionam à reconstituição das trajetórias selecionadas no momento pós-guerra, evidenciando os espólios e a relação estabelecida pelos indivíduos com os territórios recém-estabelecidos, questionando se as redes mercantis nas quais se inseriam contribuíram para conectar as novas capitânicas ao comércio ultramarino, suas estratégias de negócios, mobilidade social e como navegaram as oportunidades e atribuições nas décadas seguintes aos confrontos.

Nas cinzas das campanhas de Martim Leitão, seria possível observar o *Forte de Cabedelo* na entrada do Rio Paraíba, onde garantia a proteção sobre o encontro das águas fluviais, com o oceano Atlântico. Ainda que essa fosse uma versão rústica, quando comparado ao que um dia viria a se tornar, à altura dos finais do século XVI, o baluarte já havia sido incendiado pelos potiguares e atacado por uma esquadra composta por treze naus francesas, que mediante as defesas e a artilharia das tropas de presídio, recuaram em direção ao Rio

⁴⁶⁹ *A Relação das Praças Fortes do Brasil* tem autoria do Sargento-mor Diogo de Campos Moreno, datada de 1609. Dentre as intenções que poderiam ser observadas à obra, estaria a de apresentar o rol dos engenhos de açúcar de Pernambuco ao Espírito Santo, evocando temas como críticas ao sistema das capitânicas donatárias e outros. No que diz respeito aos comentários tecidos acerca dos colonos em Pernambuco, o Sargento-mor observa que “(...) por maneira que, nas demais forças da vila, a um repente, como digo, não acho defesa suficiente tanto pelo número como pelos postos, que são separados e como tais também obrigam a dividir-se a gente, que doutra parte são moradores e os demais tendeiros adviços, mercadores e quando hão-de tomar o arcabuz para pelear, tomam o livro de rezão e o fato para se acolher (...)” (MORENO, 1984, p. 201). Segundo J. A. Gonsalves de Mello (1984), “Diogo de Campos Moreno, soldado profissional, não acreditava na capacidade de luta e resistência dos moradores para enfrentar inimigo que intentasse o ataque a Olinda. Especial descrença tinha ele em relação aos mercadores e tendeiros, que em vez de defenderem a vila procuravam antes fugir” (1984, p. 238). Para consultar as interpretações de Gonsalves de Mello acerca do que foi disposto pelo Sargento-Mor, ver: Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Vol. LVII. Recife - 1984.

Grande (1596)⁴⁷⁰. Pouco antes desses entraves, corsários ingleses capitaneados por James Lancaster haviam saqueado a Capitania de Pernambuco (1595), pilhando carregamentos de açúcares, pau-brasil, pimenta e outras mercadorias, que retornaram com a armada à Europa; mas não sem antes fazerem uma paragem para o aprovisionamento das naus quarenta léguas ao Norte de Pernambuco, num porto franco-potiguar localizado na fronteira entre a Baía da Traição e o Rio Grande, onde os preparativos para a viagem foram providenciados pelos Potiguares, com intermédio linguístico dos franceses⁴⁷¹.

Conflitos como esses seriam comuns nos últimos anos do reinado de D. Filipe II (1554 – 1598), marcados por crises que impactaram diversos setores do Império – embora recaindo com vigor sobre as finanças públicas. Dentre as circunstâncias que proporcionaram esses quadros, estariam as despesas militares decorrentes dos confrontos com as Províncias Unidas, as guerras Anglo-Hispânicas e os contínuos entraves contra os franceses. A manutenção do Exército de Flandres demandava o desvio de recursos provenientes dos metais, da pimenta e o insucesso da Invencível Armada em conquistar Londres (1588), além dos embargos comerciais e das baixas nas embarcações, implicavam não somente em infortúnios políticos e militares, mas também, econômicos, repercutindo tanto nas receitas do Estado quanto no comércio ultramarino⁴⁷².

Como de costume às condições locais, impactos foram sentidos na necessidade de garantir as defesas dos territórios recentemente conquistados não somente devido às ameaças estrangeiras provenientes das tensões político-militares, mas também, considerando a resistência das nações indígenas contrárias à ocupação ibérica, que continuavam a travar alianças com os Impérios rivais aos Habsburgo e comprometiam o andamento da ocupação. Em razão desses e outros condicionamentos, o conjunto de obrigações previstas para o Forte de Cabedelo e as demais proteções da Capitania da Paraíba incluíam o presidio de vinte

⁴⁷⁰ LINS, 2014, p. 18 – 19. HAKLUYT, 1890, p. 285.

⁴⁷¹ HAKLUYT, 1890, p. 266 – 283.

⁴⁷² “Do ponto de vista econômico e financeiro, esta última fase pode ser caracterizada pelo aumento das obrigações financeiras estatais. Essas cresceram em grande medida pela mudança do centro de gravidade dos enfrentamentos militares do Mediterrâneo para o noroeste atlântico devido à sublevação das Províncias Unidas em 1568, à guerra hispano-inglesa, de 1585 a 1604, e à guerra hispano-francesa, de 1595 e 1598, e ainda devido à forte alta de preços que atingiu o reino e se irradiou pela Europa, sendo em grande medida a causa das bancarrotas de 1557, 1575 e 1597. Em compensação, foi nessa época que as remessas de metais preciosos da América atingiram seu auge e que a Espanha passou a se voltar fortemente para o Atlântico. Na época da morte de Filipe II, a Coroa apresentava, supostamente, um superávit de três milhões de ducados. Embora esse número possa impressionar, o fato é que as finanças da Coroa não se sustentavam. Como evidências, mencionamos duas questões: apenas um ano antes o reino havia sofrido uma bancarrota financeira e a dívida do reino era tão alta que 47,6% de todos os ingressos da Coroa, que somavam 9.731.407 ducados, estavam comprometidos com o pagamento de juros de dívida. As contradições de um reinado que alternou “tempestades e calmarias” impulsionaram a Coroa no sentido de ignorar a crise financeira que já se instalava, o que (...) teve repercussões nos reinados seguintes”. (HUTZ, 2014, p. 59).

mosqueteiros – afora os oficiais elencados para habitarem nessa fortificação –, cerca de 30 soldados arcabuzeiros residindo junto do Capitão-mor, além da mobilização de contingentes formados por colonos e indígenas capazes de proteger as fronteiras. Estima-se que seria possível reunir na inspeção das tropas uma média de 260 homens de pé, arcabuzeiros e cerca de 30 cavalos, sem contar com os efetivos que montariam guarda sobre as fazendas⁴⁷³.

Nesses primeiros anos, o estado de guerra e casamentos entre as principais famílias da terra, viabilizaram o estabelecimento das primeiras elites políticas na Capitania da Paraíba, cujas raízes estariam profundamente integradas às de Pernambuco. Para além dos cativos indígenas, *cartas de sesmaria* seriam um dos espólios mais procurados por essas camadas – intencionalmente destinadas à construção de engenhos. Mais precisamente, segundo Regina C. Gonçalves (2007, p. 154), ainda que as guerras tenham se tornado o veículo para os primeiros momentos de conquista, novos mecanismos precisariam ser acionados para sua ocupação. Fazia-se necessário repartir as terras recém-conquistadas para viabilizar as defesas necessárias e incorporar o novo espaço aos circuitos mercantis ultramarinos, garantindo oportunidades de negócios aos investidores de Pernambuco, interessados não somente nos açúcares, mas também, em escravizar os indígenas, dar prosseguimento ao escoamento de pau-brasil na região e dar continuidade aos empréstimos às empresas de conquista e colonização, criando oportunidades de mobilidade social ascendente aos segmentos sociais ibéricos, participantes desse cenário⁴⁷⁴.

Mediante esse processo ser direcionado principalmente à exportação dos açúcares, as redes mercantis de Pernambuco foram essenciais na abertura do território a esse comércio, conectando a nova capitania ao circuito ultramarino, através dos mecanismos internos que regiam as trocas comerciais – com seus fio-condutores percorrendo desde as guerras de conquista, até a ocupação territorial. Como observado por Pablo C. Garcia (2019), as redes de negócios seriam um elemento essencial na incorporação dos espaços sob domínio da

⁴⁷³ MORENO, 1984, p. 192 – 193.

⁴⁷⁴ “Ora, foi exatamente no primeiro desses períodos que a guerra contra os Potiguara do Paraíba e do Rio Grande tornou-se o objetivo primordial da sociedade colonial nas Capitanias do Norte. Tratava-se de, aproveitando uma conjuntura extremamente favorável do ponto de vista global e intensamente desfavorável do ponto de vista local, incorporar as novas e férteis terras ao circuito mercantil, ao mesmo tempo em que se garantia a segurança do já conquistado e se promoviam as possibilidades de ascensão social para aqueles que se viam dela tolhidos em Pernambuco. Notadamente os filhos mais jovens ou bastardos dos senhores de terra, os mercadores em busca de novas oportunidades de negócios (cativo de índios, pau-brasil e empréstimos para empresa da conquista e da colonização) e a ampla camada de brancos e mestiços despossuídos ou aventureiros que estavam em busca de seu lugar ao sol. Assim, não só a conquista da Paraíba, mas também o início da instalação da agromanufatura açucareira em seu território, ocorreram justamente nesse período em que cresciam as condições favoráveis para o incremento da produtividade açucareira nas Capitanias do Norte. Tais fatores eram a disponibilidade de capital, a expansão das terras cultivadas, o aperfeiçoamento da capacidade administrativa, uma produtividade maior da força-de-trabalho e, desde o início do século XVII, a introdução de melhoramentos técnicos, que também aumentaram a produção global” (GONÇALVES, 2007, p. 184).

Monarquia Hispânica, desenvolvendo novos mercados e horizontes para as atividades comerciais (2019, p. 175). No entanto, esses quadros não seriam desenvolvidos à parte das instituições políticas. Segundo Sylvia B. R. de Brito (2020), o emaranhado de conexões intrínsecas ao processo de abertura comercial na capitania estaria vinculado diretamente às estratégias da Coroa Hispânica, com os agentes envolvidos podendo se aproximar da Corte dos Habsburgo, mediante as conexões necessárias.

Nesse emaranhado de situações coexistiam e entrelaçavam-se a estratégia da Coroa e os interesses das elites. Era nesse panorama que medravam as redes comerciais locais (estas, por sua vez, conectadas a redes externas mais complexas). É interessante mencionar, dentro da diversidade desse cenário, os vínculos que existiam entre a elite e os mercadores locais e suas conexões transatlânticas com a Corte, que se estendiam para outras ligações muitas vezes periféricas, mas que complementavam a rede de financiamentos e de comércio (BRITO, 2020, p. 335).

Seguindo esses caminhos, os primeiros trinta anos da nova capitania foram marcados por um crescimento acelerado, com ênfase para o período entre 1587 e 1618, quando a Paraíba contemplou a construção de 20 engenhos – números consideravelmente inferiores ao que se encontrava instalado em Pernambuco que, somente em 1591, apresentava uma média de 63 engenhos com a produção total em arrobas girando em torno de 378.000⁴⁷⁵.

Por sua vez, essas condições não seriam encontradas em Sergipe d'El-Rey, com a povoação de São Cristóvão sendo composta por casas de taipa cobertas de palha, a fortificação erguida por Cristóvão de Barros rapidamente se deteriorando e os currais de gado se espalhando pelo território, ao invés de engenhos cujas defesas seriam arquitetadas para manter os limites territoriais, na medida em que as fronteiras fossem expandidas. No entanto, as terras forneciam madeiras que seriam disponibilizadas para a construção de embarcações na fábrica da Capitania da Bahia e edifícios coloniais. Ao mesmo tempo, o assentamento mostrava-se proveitoso à açucarocracia, mediante o provimento de cabeças de gado para o abastecimento interno e para o serviço nos engenhos⁴⁷⁶.

À altura de 1611, seria possível reunir nessa capitania cerca de 50 homens com escopetas e arcabuzes, resultando em duas companhias capitaneadas por oficiais – ainda que rústicas, sem tambor ou bandeiras. Também, como as demais capitanias, contava com juízes, vereadores, oficiais da ordenança e as peças de artilharia utilizadas em sua conquista continuavam a ser mantidas, apesar de não passarem por reparos ou serviços⁴⁷⁷. Enquanto os rumos de estabelecimento da elite política da capitania decorreram de maneira similar a

⁴⁷⁵ GONÇALVES, 2007, p. 188; SCHWARTZ, 1988, p. 150

⁴⁷⁶ MORENO, 1955, p. 161 - 163

⁴⁷⁷ idem, p. 164- 165.

Paraíba, embora com raízes intrinsecamente conectadas à Capitania da Bahia⁴⁷⁸, nos requerimentos de sesmaria do território, os candidatos demonstravam maiores interesses em montar pastos para a criação de gado e encetar a lavoura de mantimentos naquela região, novamente reforçando a inclinação econômica da nova capitania em servir ao abastecimento interno da indústria açucareira (DANTAS, 2019, p. 111).

Considerando ser esse um espaço cujos processos de conquista ainda eram vigentes quando a Primeira Visitação do Santo Ofício chegou à Bahia, em 1591, o território foi apenas mencionado na mesa do Inquisidor por alguns dos combatentes envolvidos nas guerras e outros sujeitos que tiveram contato com a região⁴⁷⁹.

Enquanto muitas seriam as interpretações em torno da primeira visitação do Santo Ofício às capitanias do Brasil, torna-se importante considerar as atividades promovidas pelo tribunal não somente em sua condição eclesiástica, mas também, diretamente relacionadas às conjunturas seculares⁴⁸⁰. Por ser uma manifestação dos poderes tanto eclesiásticos quanto da Coroa, a Inquisição poderia se mostrar a serviço de interesses duplos, mas que ao mesmo tempo se revelavam únicos “(...) pois a homogeneidade religiosa das terras e das possessões portuguesas assegurava, aos olhos destes reis de um catolicismo militante e providencialista, a paz política de seus reinos” (FEITLER, 2021)⁴⁸¹.

Doravante, seria pertinente aos interesses eclesiásticos, alinhar as possessões atlânticas às matérias de consciência cristã defendidas pelo Santo Ofício e combater as heterodoxias nos limites do Império. Enquanto isso, a Coroa Filipina poderia tirar proveito das investigações minuciosas em torno de seus súditos, numa época de aversão aos contatos estrangeiros, ocorridos num cenário de guerras contra os protestantes. Presos, os réus ofereciam aos inquisidores uma trama de informações acerca dos parentescos, posições socioeconômicas, contatos nos Países Baixos, encontros com as naus francesas, inglesas, heresias, práticas

⁴⁷⁸ Sobre a construção das elites em Sergipe d'El-Rey, ver: Elite Social; Elite Administrativa. In: SILVA, 2019, [N.P].

⁴⁷⁹ MOTT, 1989, p. 4 - 8

⁴⁸⁰ Durante a União Ibérica, por exemplo, o próprio Santo Ofício em Portugal passaria por diferentes momentos de tensões e negociações, envolvendo a Cúria Papal, a Coroa dos Habsburgo e os cristãos-novos: "La monarquía, el papado, los cristãos-novos y el propio Santo Oficio se encontraban tan íntimamente imbricados que resulta imposible comprender la historia de la Inquisición sin analizar los vínculos y los factores de alianza y conflicto con los otros tres poderes. El Santo Oficio ha sido estudiado en numerosas ocasiones en función de sus relaciones con los cristãos-novos. Pero, junto a los procesos, a las visitas de distrito, a la denuncia y el castigo, a la huida, la confesión o la mentira, el análisis del conflicto debe atender a otros aspectos porque el enfrentamiento entre la Inquisición y los cristãos-novos, su lucha secular, se desarrolló no sólo en las sedes de los tribunales sino también en la corte del monarca y en la curia papal. La Inquisición era más que un mero aparato represivo. Era una institución de la monarquía y, a la vez, un tribunal eclesiástico con un poder delegado del papa" (CODES, 2010, p. 9).

⁴⁸¹ *Presença Inquisitorial na Região Pernambucana. Fim do século XVI - 1750.* In: FEITLER, B., 2021, [N.P].

judaizantes, luteranismo e outras condições procuradas pelos visitantes na colônia (SIQUEIRA, 1978, p. 186). Inserir essas atividades na conjuntura atlântica que despertava nos finais do século XVI, portanto, significaria não somente considerar os elementos persecutórios inerentes às instituições eclesiásticas e seculares, mas também, compreendê-las como parte das estratégias da Monarquia Hispânica, visando o reforço de suas defesas na região.

A proposta da Inquisição era visitar suas colônias de forma geral, o que ocorreu na Madeira e Açores, concomitantemente ao Brasil, e logo após em Angola (1596-1598), preocupado que estava Felipe II da Espanha e I de Portugal em proteger seus interesses da ação estrangeira, principalmente holandesa. A Visita não deve ser vista inserida dentro de um projeto de regulação, no qual estava incluído todo o território colonial português. Importante lembrarmos que do mesmo ano do início da Visitação ao Brasil data a lei que proíbe o comércio com estrangeiros, mostrando que tanto uma como outra agiam para fins semelhantes, resguardar os territórios sob a égide da Coroa espanhola (SILVA, 2012, p. 110).

No entanto, embora Sergipe d'El-Rey não apresentasse ainda as condições necessárias ao recebimento dos inquisidores naquela jurisdição, as Capitanias da Paraíba e Itamaracá foram devassadas pelo visitador Heitor Furtado de Mendonça logo após sua passagem por Pernambuco. Esse momento perdurou de 1593 a 1595. Evidentemente, a Capitania de Pernambuco concentrou o maior número de denúncias desse eixo, com as acusações contra cristãos-novos representando quase metade desses números⁴⁸².

O cenário de visitas inquisitoriais nas capitanias açucareiras e suas fronteiras, representou um marco aos quadros contemplados, mediante as discontinuidades e atribuições que recaíram sobre as camadas mercantis que vinham operando nessas regiões – incitando a realocação de agentes para outros espaços. Não obstante, para que seja possível compreender esse processo, Janaína G. F. Silva (2012) argumenta que seria necessário conceber não somente os riscos que as atividades inquisitoriais representavam aos cristãos-novos, mas também, quais seriam os interesses comerciais, familiares e/ou religiosos que incitariam os quadros migratórios que impactaram essas camadas. Enquanto o Santo Ofício

⁴⁸² “Dentre as 279 denúncias apresentadas ao inquisidor no período total da visitação (1593-1595), 86% - ou seja, 241 acusações – correspondem àquelas realizadas nesta capitania, enquanto que em Itamaracá e na Paraíba os índices representam 7,8% (22) e 5,7% (16) dos relatos realizados nessas capitanias, respectivamente (...) as acusações realizadas contra cristãos-novos representam quase a metade das denúncias contidas na documentação. Entre as 118 denúncias (42%) que compõem este conjunto, 101 foram apresentadas em Pernambuco, índice este que ratifica o destaque desta capitania com a presença cristã-nova e para a atuação do Santo Ofício. Se levarmos em consideração o número total de denúncias relatadas em Pernambuco (279 denúncias), o índice de delações realizadas especificamente contra cristãos-novos nesta capitania é equivalente (41,9%) ao número geral de relatos contra cristãos-novos existentes na documentação”. Sobre isso, ver: OLIVEIRA, H. R. S. D. *Mundo de medo: inquisição e cristãos-novos nos espaços coloniais capitanias de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba* (1593-1595). 2012. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012. p. 88.

poderia comprometer a integridade dos colonos, de suas famílias, amigos e associados, além dos negócios de maneira geral, ao mesmo tempo, novas oportunidades poderiam ser encontradas em outros entrepostos comerciais: incluindo desde as praças neerlandesas, o oriente, a América Espanhola, ou mesmo, a própria Espanha (2012, p. 141)⁴⁸³.

Muitos dos colonos de ascendência judaica seriam conscientes do que poderia acontecer mediante as devassas do Santo Ofício e mesmo a notícia de uma suposta visita, poderia contribuir para que se sentissem motivados a deixar a colônia, com o reconhecimento de suas condições sendo o suficiente para que denúncias lhe fossem dirigidas. Em suma, "quando um parente era preso, geralmente a família inteira se tornava suspeita, o que fazia com que os demais membros buscassem locais seguros, fugindo daqueles nos quais já eram conhecidos" (idem, p. 144). Entretanto, nem sempre as atividades inquisitoriais provocariam o desmantelamento das redes comerciais aos quais estariam inseridos. Houve aqueles que encontraram a continuidade de suas vidas e de seus negócios no Brasil sem sofrerem maiores atribuições por parte do Santo Ofício, desenvolvendo relações no território que contribuiriam ao estabelecimento permanente na região. Em outros casos, esse cenário poderia impulsionar a realocação dos agentes para outros espaços, onde viriam a reconstituir seus negócios, iniciar outras empreitadas, ou mesmo, agregar novos contatos às malhas comerciais – alimentadas pelas oportunidades oferecidas em meio a União Ibérica⁴⁸⁴.

Com a União das Coroas Ibéricas, cristãos-novos portugueses se estabeleceram em Lima, Potosi, Cartagena e Cidade do México, bem como em Sevilha, onde, mais avançado o século XVII, tornaram-se banqueiros, utilizando suas vastas redes familiares e de clientela para angariar o dinheiro de que necessitavam os mercadores, comerciantes e, em alguns casos específicos, a Coroa espanhola. A ação inquisitorial no Brasil nesse período foi sentida também pelas autoridades castelhanas ao atentarem para a entrada de mais de 200 portugueses que haviam sido expulsos dos territórios espanhóis e que agora regressavam por conta da ação inquisitorial na costa brasileira, dentre os quais provavelmente havia muitos cristãos-novos (ibid, p, 144).

Considerando os elementos expostos, seria evidente aos padrões até então contemplados que as guerras coloniais perpassavam por todas as etapas necessárias ao acúmulo de bens materiais e de prestígio na sociedade do século XVI, tornando-se o mecanismo por excelência para conseguir rendimentos a partir das terras conquistadas, cargos na governança que contribuíssem às estratégias de poder, afirmação social e ao

⁴⁸³ Não somente a primeira visitação inquisitorial ao Brasil, mas também a segunda (1618 – 1621), provocaram a realocação de agentes mercantis a esses espaços e a desarticulação de algumas das redes presentes nas capitâncias açucareiras. Entretanto, seria necessário fazer uma ressalva ao enfatizar que somente a primeira visitação foi relevante aos cristãos-novos que participaram nas conquistas das capitâncias da Paraíba e Sergipe. Quando o segundo inquisidor visitou a Bahia, essa camada já se encontrava falecida ou não habitava mais essas partes.

⁴⁸⁴ SILVA, 2012, p. 143-145; 169.

enriquecimento dos súditos que ascendessem a essas posições. Também, seria esse um dos mecanismos mais comumente adotados na escravização das nações indígenas. Não obstante, como veremos, o envolvimento nesse exercício apresentava-se à comunidade mercantil como um caminho de muitas vias e que levavam às diferentes oportunidades esperadas em meio aos interesses dos homens de negócios, não somente na colônia, mas também, nas demais partes do ultramar.

Mais precisamente, o momento posterior às guerras observadas representou aos grupos mercantis envolvidos nesse processo, características mais amplas do que normalmente se é compreendido através das perspectivas que versam sobre as elites coloniais quinhentistas ou a nobreza da terra. Considera-se não somente os casos de negociantes que tomaram parte nas guerras e preferiram seguir os rumos do comércio em outras praças, mas também, o cenário de perseguições aos cristãos-novos que cerravam essas camadas. Nesse segundo caso, por exemplo, a intolerância peninsular implicava em situações nas quais aqueles de ancestralidade judaica poderiam enfrentar impedimentos extraordinários referentes aos estatutos de pureza do sangue, ao buscar determinados caminhos de ascensão social, ou mesmo, precisando se desfazer das terras e dos engenhos auferidos para seguirem os rumos da diáspora, visando a segurança de suas famílias e de seus negócios. No entanto, as experiências mercantis assumiram atributos ainda mais heterogêneos, principalmente, quando considerados os fatores conjunturais.

Essencialmente, impactos provenientes das atribulações e oportunidades proporcionadas a essa camada nos reinados de D. Filipe II e seus sucessores, terminaram por oferecer novos horizontes de diversificação e mobilidade social, que perpassaram desde o arremate de contratos, até a inserção de escravizados africanos na indústria açucareira – cujos mecanismos necessários estariam imbricados nas logísticas mercantis e despontavam no Atlântico, em finais do século XVI⁴⁸⁵.

⁴⁸⁵ No que diz respeito às oportunidades e atribulações como veículos de diversificação dos negócios, seria possível observar como George F. Cabral (2020) – buscando compreender as hierarquias mercantis atuantes na praça do Recife – discorre sobre como os negociantes de grosso-trato estariam no ponto mais alto da escala nesse espaço, encarregando-se das conexões entre a América e a Europa, além de se dedicarem ao comércio de escravizados, controlando assim uma das mais lucrativas atividades no contexto imperial Atlântico. Esse grupo reduzido de comerciantes investia seus ganhos em atividades secundárias que pudessem gerar mais ganhos; especialmente a concessão de créditos e a compra de cargos e ofícios. A necessidade de afirmação social impulsionava a aquisição de terras e escravizados, ainda que frequentemente o nível de rentabilidade desses horizontes não superassem o do comércio. Não obstante, essa estratégia de busca por diversificação dos negócios, seria também uma maneira de sobreviverem às variações mais ou menos bruscas nas conjunturas: “para garantir o lucro, nada melhor, portanto, que ‘apostar’ em vários ramos de negócio, ou em várias redes simultaneamente, pois assim, na eventualidade de uma perda em um setor, se buscava a compensação algures. (2020 p. 80).

4.1. CRISTÃOS-NOVOS MERCADORES NO MUNDO IBÉRICO: ENTRE OPORTUNIDADES, ATRIBUIÇÕES E NEGOCIAÇÕES.

Mesmo as oportunidades referentes ao setor produtivo, contemplaram novos horizontes. Embora os interessados continuassem a adentrar as matas, na tentativa de escravizar as nações indígenas, seria possível encontrar escravizados africanos em conjunto a essas populações nos engenhos, apesar disso ocorrer de maneira incipiente quando comparado *a posteriori*.⁴⁸⁶ Ainda tão cedo no processo de fornecimento de escravizados às Américas, os negociantes que se destinavam a essas atividades mantinham os olhares direcionados principalmente ao abastecimento da América espanhola, com os africanos tornando-se a força motriz de trabalho nas minas, mediante o declínio demográfico das populações indígenas⁴⁸⁷. No entanto, entre finais do século XVI e início do seguinte, os interesses em torno do abastecimento de escravizados africanos ao Brasil, foram acrescidos⁴⁸⁸.

Há muito os portugueses haviam estabelecido presença sobre os principais territórios fornecedores de escravizados e, essencialmente, a Monarquia Hispânica dependia dessa mão-de-obra para extrair os metais, mas precisava se apoiar em outros reinos para fornecê-la por não dispor das bases necessárias no continente africano⁴⁸⁹. Esse cenário contribuiu para que a

⁴⁸⁶ Diante da valorização dos preços e o crescimento das demandas produtivas referentes aos açúcares, na medida em que os senhores de engenho agregavam os recursos necessários, passavam a adquirir escravizados africanos e aumentavam esses números quando os créditos tornavam-se disponíveis. Consequentemente, no intervalo correspondente a esse período e o primeiro quartel do século XVII, as partes do Brasil despontaram como um mercado atraente aos negociantes de escravizados, com as estimativas de desembarques previstos perpassando os números projetados para a América espanhola – ainda que os cálculos referentes ao momento sejam aproximações, considerando características como o contrabando e outras variáveis. Não obstante, a mão-de-obra dos engenhos ainda seria composta por um misto de indígenas e africanos, com a proporção pendendo paulatinamente aos segundos com o passar das décadas. Nas principais capitânicas açucareiras, em meados de 1580, Pernambuco apresentava um total de 66 engenhos com aproximadamente 2 mil africanos compondo um terço dos escravizados nessa capitania. Por sua vez, na Bahia, o Engenho de Sergipe pertencente a Mem de Sá apresentava, em 1572, um total de 290 escravizados adultos, dos quais 20 (7%) seriam africanos e os demais indígenas. Em 1591, a população cativa desse engenho diminuiu para 103 indivíduos, embora 37% desse total fosse de cativos provenientes da Angola e da Guiné (SCHWARTZ, 1988, p. 68). Essencialmente, a força de trabalho escravizado no Brasil quinhentista e nos primeiros momentos dos seiscentos, manteve-se mista. Esses indicativos foram observados, a título de exemplo, por John M. Monteiro (1994), que concebe sinais evidentes de declínio na escravização indígena em São Paulo apenas no final do século XVII e, mesmo assim, a prática continuou enraizada, com novos acordos sendo travados entre os colonos, jesuítas e a Coroa. (MONTEIRO, 1994, p. 209 – 210).

⁴⁸⁷ GREEN, 2012, p. 185 – 212; NEWSON; MINCHIN, 2007, p.1.

⁴⁸⁸ Segundo L. F. Alencastro (2000), as primeiras manifestações de escravizados africanos desembarcados no Brasil ocorreriam no intervalo entre 1551 a 1575, apresentando um crescimento paulatino até o interim correspondente a 1601 e 1625. Seria entre 1576 a 1600 que os números de desembarques no Brasil passariam os da América Espanhola. Entretanto, esse comércio só viria assumir as proporções conhecidas de meados do século XVII, em diante. Para maiores aprofundamentos a respeito das projeções em torno dos desembarques, ver: Tabela I - *Estimativa do número de africanos desembarcados em cada região* (em milhares de indivíduos). In: ALENCASTRO, 2000, p. 69

⁴⁸⁹ MINCHIN; NEWSON, 2007, p. 1 - 3.

Coroa buscasse meios de regularizar o fornecimento às minas, de maneira a não prejudicar sua parte no processo, com a concessão de licenças – e posteriormente *asientos* – tornando-se alguns dos mecanismos utilizados na salvaguarda de seus interesses, embora não impedisse que o contrabando se tornasse uma alternativa comum no contorno dessas imposições⁴⁹⁰. Entretanto, as experiências prévias e os mecanismos instituídos pelos portugueses, contribuíram para que seus negociantes se tornassem os principais assentistas de escravizados da Monarquia Hispânica⁴⁹¹.

Os *asientos* vinculados ao tráfico negreiro assumiam a forma de contratos entre a Coroa e os particulares que oferecessem o maior arremate em hasta pública – embora, como tantos outros contratos no mundo ibérico, muitos dos responsáveis foram à falência ou tiveram que recorrer a atividades fraudulentas para cobrir prejuízos⁴⁹². Para o cumprimento desses propósitos, seria necessário estabelecer uma rede de contatos mercantis, designando agentes ao exercício de diferentes funções, desde juízes até feitores⁴⁹³. No entanto, seria essa uma realidade complexa, considerando que o comércio com as Índias de Castela estaria proibido aos estrangeiros e aos portugueses, embora na prática a comunidade mercantil lusitana tenha penetrado nessa e nas demais praças da América espanhola, através de estratégias que variavam entre a legalidade – como a naturalização dos súditos – até a ilicitude, como o contrabando⁴⁹⁴. Segundo Ana Hutz (2014), esse processo envolvia desde os próprios assentistas, até os comerciantes africanos, mestres dos navios, revendedores locais e uma miríade de outros agentes. Não obstante, “os cristãos-novos portugueses foram

⁴⁹⁰MINCHIN; NEWSON, 2007, p. 18. Segundo Toby Green (2012), o declínio populacional na América espanhola e o preço das licenças concedidas pela *Casa de La Contratación* em Sevilha, encarecia a importação legal de escravizados, favorecendo o contrabando: “although licenses for the import of 23,000 slaves were sold in Seville in 1557, this was still not enough to meet the demand. Thus, it was that the contraband trade in slaves from Western Africa, which had already begun in the 1520s, exploded in the years after 1550. This trade was soon key in the transport of peoples from Upper Guinea to America, and indeed, in the consolidation of the new American and European economies”. (GREEN, 2012, p. 212).

⁴⁹¹ ALENCASTRO, 2000, p. 77 – 79.

⁴⁹² Idem, 78– 79. MINCHIN; NEWSON, 2007, p. 19 - 20. “In order to fulfil the contract, the assentista had to maintain offices in Lisbon, Seville and Madrid for the sale of licenses and to oversee the timely dispatch of ships, while to eliminate fraud and contraband trade he had to establish factors in Seville, on the coast of Africa and in American ports. The factors were supposed to present annual accounts to the Council of the Indies of all slaves arriving in the Americas, including those landed illegally. To this end they were encharged with inspecting slave ships as they arrived and collecting any taxes due. In these positions the factors effectively controlled the slave trade and enjoyed the opportunities it offered to indulge in various kinds of fraud. Many of these factors were relatives or close friends of the assentista” (idem, p. 21).

⁴⁹³ VILAR, 1977, p. 59 – 76.

⁴⁹⁴ HUTZ, 2008, p. 53 – 73. Segundo Janaína G. F. Silva (2012), para além das restrições comuns aos portugueses e estrangeiros, não seria também permitido que cristãos-novos já penitenciados pelo Santo Ofício se estabelecessem na América espanhola. Entretanto, muitos dos interessados que enfrentaram restrições por parte da legislação, buscaram formas clandestinas de adentrar a esse mercado, traçando rotas alternativas e flexibilizando as dinâmicas impostas pela Coroa Hispânica, viabilizando conexões entre diferentes espaços que poderiam variar entre a América espanhola, o Brasil, a Península Ibérica e os Países Baixos (2012, p. 154).

praticamente os monopolistas no tráfico de escravos para as Américas espanhola e portuguesa entre o final do século XVI e a primeira metade do século XVII” (2014, p. 204)

Esses quadros não estariam distantes das capitânicas açucareiras. Segundo Janaína G. F. Silva (2012, p. 81), Pernambuco dispunha de três grandes possibilidades de negócios que atraíam os comerciantes reinóis: os açúcares, o pau-brasil e o tráfico de escravizados. Não obstante, perpassava por esse comércio uma série de produtos menores trazidos do reino ou das ilhas atlânticas, como o vinho, o azeite, o trigo e manufaturas diversas. Para que a circularidade dessas mercadorias ocorresse, os comerciantes buscavam desenvolver estratégias que lhes permitissem transportar os produtos entre diversos centros de comércio, a custos reduzidos. Para tanto, seria necessário que suas atividades fossem descentralizadas e que pudessem participar da comercialização de diversos produtos, para que não precisassem recorrer a outras redes e comerciantes, de maneira a aumentar os custos de fornecimento. O mercador cristão-novo, Duarte Dias Henriques, segundo a autora, seria um exemplo dessa descentralização, envolvendo-se dos açúcares ao tabaco⁴⁹⁵.

Além de ter sido senhor de engenho em Pernambuco, arrematou o *asiento* referente aos escravizados africanos entre 1607 e 1615, com seu primo, Manuel Dias Henriques, tornando-se representante de seus interesses no fornecimento à América espanhola, além de comercializar tabaco em Amsterdã⁴⁹⁶. Outras operações exercidas pelo assentista, como observado por James C. Boyajian (1983, p. 34), envolveriam ainda a participação em contratos de aprovisionamento militar, destinados ao fornecimento de munições às naus de Lisboa. Entretanto, não teriam sido esses os primeiros membros da família a atuarem no tráfico de escravizados. Retornando ao previamente contemplado Engenho de Camaragibe, é visto que Duarte Dias Henriques seria sobrinho de Bento Dias Santiago – que atuou como

⁴⁹⁵ Sobre o comércio de tabaco exercido pelos judeus sefaradí e os cristãos-novos, ver: FIGUEIRÔA-RÊGO, J. *Os Homens da Nação e o Trato Tabaqueiro Notas Sobre Redes e Mobilidade Geográfica*. ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR, Vol. XIV, 2013, pp. 177-199; SCHREUDER, Y. Portuguese and Amsterdam Sephardic Merchants in the Tobacco Trade: Tierra Firme and Hispaniola in the Early Seventeenth Century. London: Anthem Press, 2023. Para maiores aprofundamentos acerca da produção de tabaco em Pernambuco e como se relacionava com a aquisição de escravizados na Costa da Mina, ver: LOPES, G. A. *Negócio da Costa da Mina e comércio atlântico: tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos*, Pernambuco (1654-1760). 2008. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

⁴⁹⁶ SILVA, 2012, p. 81. Segundo James C. Boyajian (1983), Manuel Dias Henriques e seu irmão, Simão Dias Vaaz representaram os interesses da família no Brasil, no México e na Guatemala, envolvendo-se no fornecimento de escravizados a essas regiões como intermediários de Duarte Dias Henriques (de Lisboa) e Duarte Coronel Henriques (de Sevilha). Após as atividades inquisitoriais no México, em 1624, Manuel Dias Henriques mudou-se para a Antuérpia, onde seus irmãos teriam se estabelecido nos negócios dos açúcares daquela praça. Nessas partes, assumiu a identidade de *Matatias de Aboab*, mediante as políticas de tolerância judaica dessa região. Seu irmão, Simão Dias Vaaz terminou atuando também no comércio de diamantes, a partir de Lisboa. Sobre Manuel Dias Henriques, ver: BOYAJIAN, 1983, p. 75; 243; appendix A-2.

capitão dos homens de Porto, na conquista do Cabo de Santo Agostinho e tornou-se um dos senhores dessas terras. O próprio havia sido armador de escravizados provenientes de São Tomé a Pernambuco, ainda em 1582, importando um total de 90 escravizados na nau São Francisco, pertencente ao mestre André Maciel, por 180.000 réis⁴⁹⁷.

Enquanto outros horizontes comerciais percorridos por Bento Dias Santiago tornarão a ser contemplados, seria pertinente observar como José A. Gonsalves de Mello aponta a maneira como o açúcar de Camaragibe “(...) não representava senão uma parcela da sua atividade de homem de negócios e seria dirigida por prepostos ou feitores seus” (1996, p. 126). Destarte, os olhares sobre a diversificação das atividades exercidas pelos sujeitos supracitados, reafirmam a maneira como Janaína G. F. Silva (2012) compreende as principais oportunidades encontradas pelos mercadores cristãos-novos na Capitania de Pernambuco, no período *antebellum*. Os açúcares mostravam-se como um dos principais produtos favoráveis ao acúmulo de riquezas, requeria que muitos dos comerciantes se tornassem também senhores de engenho e atuassem por meio das redes mercantis. No entanto, “as operações de cada rede envolviam uma gama maior de mercadorias, entre as quais estava o açúcar” (2012, p. 123). Essas condições abriam margens para a diversificação das atividades dos agentes no território, perpassando desde a extração do pau-brasil, o arremate dos contratos ou o tráfico de escravizados⁴⁹⁸.

Entrementes, as diferentes formas de acúmulo de riquezas encontradas no Atlântico desempenharam um papel essencial na crescente relevância que esse espaço assumiu no cenário mundial. A ascensão dessa economia foi indispensável para que a comunidade mercantil portuguesa acrescesse seus capitais e alcançasse espaços anteriormente ocupados pelas casas mercantis genovesas, germânicas e outras. Esse movimento consolidou a posição dos consórcios portugueses desde os contratos da pimenta, até as licenças e *asientos* referentes ao fornecimento de escravizados africanos. No entanto, esses exemplos terminam por acompanhar uma tendência mais ampla, na qual, comerciantes portugueses capazes de movimentar determinados níveis de capitais econômicos, políticos e sociais, poderiam envolver-se diretamente nos negócios de Castela e administrar seus empreendimentos a partir da Corte de Madrid. Essas implicações culminaram na conjuntura referente a 1620 e 1630, em que comerciantes lusitanos ocuparam os espaços deixados pelos financistas genoveses ao se tornarem os mercadores-banqueiros da Monarquia Hispânica⁴⁹⁹.

⁴⁹⁷ CALDERA, 2021, p. 72; CHAVES, 2022, p. 477.

⁴⁹⁸ SILVA, 2012, p. 114 – 128.

⁴⁹⁹ BOYAJIAN, 1983, p. 3 - 4; 17 - 21.

As duas primeiras décadas do século XVII, ainda contemplavam as tensões entre os espanhóis e neerlandeses, relegando à Monarquia Hispânica a responsabilidade de garantir o fornecimento dos recursos necessários ao Exército de Flandres, embora à essa altura, os mecanismos de crédito necessários enfrentassem desgastes e apontassem para a necessidade de novas alternativas. Segundo James C. Boyajian (1983), a transferência de tropas e materiais de guerra da Espanha aos Países Baixos, perpassavam por contratos estabelecidos com consórcios de mercadores-banqueiros, arrematantes dos *asientos de las Provisiones Generales*, que se destinavam a esses fins. Para que os termos do contrato fossem cumpridos, os arrematantes precisavam dispor de agentes nos principais mercados da Europa, lidando com as principais formas de crédito. Enquanto esse contrato vinha sendo arrematado por genoveses e os germânicos se mostravam como alguns dos principais credores da Coroa, variados elementos conjunturais contribuíram para que as comunidades mercantis portuguesas conseguissem produzir agentes mercantis capazes de assumir essas responsabilidades, sendo um dos condicionamentos, segundo L. F. de Alencastro (2000) e James C. Boyajian (1983), a participação na expansão da economia atlântica, cimentando o acúmulo necessário para que os lusitanos ascendessem a essa categoria⁵⁰⁰.

Dentre os pioneiros e beneficiários dessa ascensão, estariam os consórcios mercantis portugueses que se estabeleceram nesses negócios de maneira a não romper os laços comerciais estabelecidos nas partes da Ásia, desenvolvendo ainda redes de trocas que conectavam esses circuitos aos portos do Norte da Europa, empregando instrumentos flexíveis de crédito a longa-distância e alimentando através desse arcabouço, formas de minimizar os custos transacionais desse processo. Embora muitos desses grupos tenham enriquecido mediante o arremate de contratos e investimentos na Carreira das Índias e outros mercados, parte considerável acumulou os recursos necessários a partir da indústria açucareira, com seus descendentes diretos tomando parte no arremate das *provisiones generales*. Dentre os assentistas responsáveis por esse contrato, observam-se herdeiros de algumas das principais famílias cristãs-novas atuantes no eixo Pernambuco-Bahia, como os referidos Fernandes de Camaragibe, Dias Henriques, os Lopes d'Ulhoa, Milão e outras, com a participação no abastecimento de escravizados, tornando-se parte fundamental nesse processo⁵⁰¹.

Segundo Studnicki-Gizbert (2007), movimentos dessa natureza compunham parte da mentalidade comum às camadas mercantis; isto é, compreender que os caminhos para auferir lucros comerciais acompanhavam duas direções. A primeira seria caracterizada por um

⁵⁰⁰ ALENCASTRO, 2000, p. 102; BOYAJIAN, 1983, p. 9 - 10.

⁵⁰¹ BOYAJIAN, 1983, p. 10 - 14.

movimento horizontal e expansivo, que procurava encontrar novos mercados e fornecedores, para conectá-los a mercados já existentes. Nesse âmbito, se sobressaíram elementos como os ganhos obtidos de acordo com a variação de preços entre diferentes praças, as logísticas de circulação de mercadorias à longa-distância e outros mecanismos comerciais. Enquanto isso, a segunda direção acompanharia um caminho vertical, na intenção de impulsionar contatos comerciais num movimento ascendente para concentrar recursos no topo e garantir diferentes níveis de influência. Através dos frutos dessa verticalização, a comunidade mercantil portuguesa conseguiu promover a ascensão de representantes aos monopólios da Coroa, possibilitando os arremates dos *asientos* e contratos (2007, p. 107).

Nesse nível de negócios, a comercialização dos produtos andava em conjunto com o envolvimento de um número reduzido de agentes – capazes de concentrar recursos e administrar suas conexões – nas finanças públicas, no arremate de contratos referentes aos monopólios régios e na arrecadação de impostos, de maneira a formar os pilares de interesse da comunidade mercantil e, em diferentes níveis, correlacionar essas atividades⁵⁰². Consequentemente, esses esforços comerciais perpassavam também pelo âmbito político e isso requeria que os membros da comunidade mercantil portuguesa se mantivessem engajados nas instituições políticas da Monarquia Hispânica, doravante, exigindo a presença de seus representantes nas Cortes de Madrid (STUDNICKI-GIZBERT, 2007, p. 121).

Os membros da comunidade mercantil portuguesa estavam cientes de que o coração do Império batia nas Cortes, onde as negociações políticas e econômicas serviam aos avanços dos interesses coletivos e individuais. Para os homens de negócios portugueses, seriam esses os espaços onde poderiam ascender aos *asientos* e monopólios mediante acordos e barganhas. Considerando não somente a delicadeza dessas negociações e como a administração dos contratos perpassava pelo constante engajamento político com os conselheiros e cortesãos, fazia-se indispensável que os principais representantes desses negócios encontrassem estabelecimento na capital e aliados na aristocracia que contribuíssem à defesa de seus interesses. Não obstante, para além dos diálogos políticos travados com os cortesãos, a comunidade mercantil portuguesa recorreu a estratégias como a escrita de memoriais, tratados e arbítrios, publicando argumentos que intensificaram os debates políticos ao delinear visões modernas acerca da economia⁵⁰³.

⁵⁰² STUDNICKI-GIZBERT, 2007, p. 112 – 114.

⁵⁰³ idem, p. 123 – 124.

Essas resoluções estiveram em sintonia com as tendências encontradas nos arbitrios⁵⁰⁴ promovidos pelas camadas mercantis portuguesas, que transferiram suas experiências na economia atlântica à esfera do discurso político. Nas primeiras décadas do século XVII, o arbitrio ibérico contemplou um furor de propostas referentes a maneira como a Monarquia Hispânica lidava com os assuntos sociais e econômicos, permitindo que as mais diversas pautas fossem exploradas e abrindo margens para discussões referentes aos embargos comerciais provenientes das guerras ultramarinas, a admissão de mercadores na elite imperial, reformas na política monetária e outras reivindicações. Em meio às propostas derivadas desse cadinho político-intelectual, um dos principais expoentes dos mercadores que se tornaram arbitristas, fez usufruto do espaço político para contestar as medidas persecutórias aos cristãos-novos, ainda empreendidas nas jurisdições ibéricas. Nomeadamente, *Duarte Gomes Solis* seria um dos mercadores cristãos-novos envolvidos nos contratos da pimenta, que através de seus escritos questionou desde as perseguições inquisitoriais aos descendentes dos conversos, até os estatutos de limpeza do sangue⁵⁰⁵.

Duarte Gomes Solis engrossava o coro dos arbitristas que acreditavam no poder da Coroa de fomentar a prosperidade econômica ao estimular a integração dos mercadores à elite espanhola. Nessas resoluções, o Império teria sido governado há muito tempo por guerreiros que, embora capazes de garantir as “glórias militares”, não seriam suficientemente versados nos assuntos comerciais, fazendo-se necessários os conselhos não somente dos militares, mas também, dos mercadores. Entretanto, membros das comunidades mercantis dispostos a exercer essas funções, por vezes, precisavam deixar que as ambições comerciais assumissem segundo plano na busca por privilégios aristocráticos, diminuindo suas riquezas em propriedades fundiárias e títulos. Esse processo seria contraproducente e as atividades

⁵⁰⁴Embora muitos sejam os caminhos para se compreender o arbitrio ibérico na modernidade, de maneira introdutória, seria possível indicá-lo como um fenômeno característico da Monarquia Hispânica, que havia se intensificado nas últimas décadas dos quinhentos. Aproximava-se de uma estratégia individual de participação na condução política do reino e do Império, como uma ponte entre a sociedade e a Corte. Muitos dos estudos publicados sobre o tema apresentam diferentes interpretações, culminando em diferentes significações em torno de um mesmo tema, principalmente dada a pluralidade de autores que, na modernidade, assumiram o papel de arbitristas. Não obstante, seria possível apontar que os arbitristas seriam indivíduos que ofereciam soluções para as mazelas enfrentadas pela monarquia em documentos manuscritos ou impressos, que se dirigiam a Corte, por meio de um oficial intermediário ou diretamente ao Rei. Embora esse gênero discursivo tenha sido mais comum em Castela, Portugal também vivenciou uma leva de arbitristas que direcionavam suas ideias à Coroa Hispânica, mediante a integração promovida na União Ibérica e pelos próprios desafios impostos pela expansão ultramarina portuguesa. Independentemente, o perfil dos autores engajados nessas práticas seria diversificado e perpassava por variadas origens, motivações e ocupações, apesar de por vezes conotações negativas terem sido atribuídas aos seus escritos, por muitos serem considerados utópicos. Para consultar de maneira mais aprofundada as ideias expostas, ver: ALMEIDA, B. G. "*¿Un imperio ibérico integrado? el arbitrio y el imperio ultramarino portugués (1580-1640)*", *Obradoiro de História Moderna*, Santiago de Compostela, Nº 23, ISSN: 2340-0013.2014.

⁵⁰⁵Ibd, p. 124 – 135.

comerciais deveriam ser serviços equivalentes aos exercícios militares, no horizonte da aristocracia tradicional. Grosso modo, o aceno à importância da política de serviços fazia parte das críticas maiores à concepção de uma nobreza definida pela ascendência sanguínea, conseqüentemente servindo aos argumentos de que o sangue e a heterodoxia religiosa seriam menos importantes que a “utilidade pública” que a nação hebreia representava à economia imperial⁵⁰⁶.

Essas reflexões contribuem à compreensão de que a ascensão da comunidade mercantil portuguesa – e dos cristãos-novos que compunham parte dessa categoria – às posições comerciais mais elevadas que a Monarquia Hispânica tinha a oferecer, ocorreu não somente através do acúmulo de prestígio, mas também, de cabedais, com a economia Atlântica representando uma chave aos interesses envolvidos em diferentes níveis. Seria essencial a essa ascensão, uma política de recompensas por serviços, conexões com diferentes agentes comerciais, administrativos, da governança e outras camadas sociais que incluíam diversos grupos, assim como estratégias de enriquecimento que garantiam o acúmulo material e de influência social, política e econômica necessária.

Tomar partido nos cenários de beligerância colonial e ultramarina, ainda que dispendioso, contribuía diretamente à abertura de novos mercados, à inserção dos agentes mercantis em posições propícias a determinado circuito, ao enriquecimento individual dos súditos, aquisição de mão-de-obra, à listagem dos serviços prestados mediante os pedidos de mercês e, de maneira geral, mostravam-se como oportunidades para tratar diferentes tipos de negócios em meio às guerras. Tornavam-se também parte das estratégias dos representantes das redes mercantis, mediante as condições de operação encontradas nas localidades⁵⁰⁷. Não obstante – e possivelmente o mais crítico aos cristãos-novos inseridos nesse cenário –, seria um dos caminhos possíveis, através da concessão de mercês, para que os agentes fossem alçados a posições que possibilitassem a mobilidade social ascendente de si e dos seus

⁵⁰⁶ *ibid.*, p. 129 – 131. WACHTEL, 2011, p. 171 – 185.

⁵⁰⁷ Como observou Studnicki-Gizbert (2007), as redes mercantis seriam organismos descentralizados em seu funcionamento, unidos por um conjunto de conexões entre os agentes e com casas mercantis “semiautônomas” que controlavam seus próprios fundos e seriam diretamente responsáveis pelo sucesso ou falha dos empreendimentos – embora essa dinâmica não excluísse a necessidade de colaboração entre membros de diferentes grupos. Principalmente, numa época em que a transmissão de informações decorria de maneira lenta e incerta, não seria simples estabelecer uma cadeia de comandos e controle sobre os agentes, corroborando para que, por vezes, os mercadores precisassem julgar de maneira autônoma as melhores condições de mercado nas localidades e responder às oportunidades na medida em que surgiam, ainda que os comerciantes individuais fossem diretamente dependentes dos capitais movidos por essas associações, para que prosperassem em seus intentos (GIZBERT, 2007, p. 93 – 97). Nesse sentido, acredita-se que os esforços de guerra que permeiam as ações das redes mercantis nas conquistas são melhor concebidos através das atividades individuais dos agentes, perante as oportunidades encontradas em campo e em resposta às tendências locais, ao invés de uma organização formal das redes e de seus representantes para essa finalidade.

descendentes, ou mesmo, a negociação de seus interesses, de maneira a sobreviver, se possível, às atribuições que impactavam as conjunturas socioeconômicas e as perseguições inquisitoriais⁵⁰⁸.

Mesmo sob a égide da Coroa dos Habsburgo, a dispersão dos cristãos-novos e as práticas comerciais daqueles que se destinaram ao grosso-trato, seriam ditadas por diferentes elementos condicionantes, com a contínua perseguição inquisitorial não somente tornando-se o mais evidente, mas também, sendo o motor do desenvolvimento de estratégias de sobrevivência que precisariam ser desenvolvidas entre diferentes realidades socioeconômicas, políticas, jurisdicionais e afins. Para aqueles que se tornaram homens de negócios e dispunham das condições necessárias ao acúmulo de cabedais e influência política, travar alianças com membros do poder público e da nobreza, representaria um dos possíveis caminhos para a proteção de si, de suas casas, dos empreendimentos e quaisquer outros campos que precisassem de salvaguarda. Esses caminhos de ascensão podem ser contemplados na própria trajetória de Duarte Gomes Solis, que ao enriquecer no oriente e galgar posições administrativas da Carreira das Índias, foi agraciado com o título de Cavaleiro Fidalgo da Casa Real, ao aproximar-se do Governador da Índia e do próprio Vice-Rei – respectivamente, Manuel de Sousa Coutinho e D. Francisco da Gama⁵⁰⁹.

Não obstante, apesar da ascensão de uma minoria aos espaços de poder, ao mesmo tempo, as atribuições provenientes das conjunturas recaíram sobre suas camadas, com os representantes vivendo num cenário de ambiguidades e contradições proporcionado pelos constantes entraves decorrentes das negociações entre essa parcela, a Coroa dos Habsburgo, o Santo Ofício de Portugal e o Papado em Roma. Um dos principais expoentes estaria nas negociações em torno de um perdão-geral que recaísse sobre os cristãos-novos presos pela

⁵⁰⁸ Segundo Ana Hutz (2014), os cristãos-novos mercadores carregavam uma dupla condição, referente às suas identidades como conversos e como homens de negócios. A adaptabilidade que demonstravam às conjunturas, seriam provenientes tanto das estratégias comerciais, quanto das diferentes formas de sobrevivência à perseguição inquisitorial e às pressões impostas pelos estatutos de limpeza do sangue. Em ocasiões importantes, grupos que compunham essas camadas poderiam demonstrar capacidade de organização política – embora isso não significassem uma homogeneidade de posições ou ausência de conflitos, durante as negociações. Seria na luta por sobrevivência em meio às perseguições, que a autora compreende quaisquer níveis de organização política por parte dessa camada e, no que diz respeito às suas condições como homens de negócios, Ana Hutz pontua as características de mobilidade, flexibilidade, capacidade de negociação e diversificação em suas estratégias de negócio. Tendo entre seus membros alguns dos homens mais ricos do reino, certamente parte desse grupo estaria buscando aproximar-se da Coroa, seja pela nobilitação, seja pela participação no comércio e no financiamento dos empreendimentos régios: ao mesmo tempo, seriam estratégias de sobrevivência, por serem os caminhos encontrados para lidarem com o cenário de intolerância inquisitorial e pertinente aos estatutos de limpeza do sangue. (HUTZ, 2014, p. 33 – 36).

⁵⁰⁹ SUBRAHMANYAM, 2012, p. 129-130; WACHTEL, 2011, p. 164 – 165.

Inquisição⁵¹⁰. Apesar de D. Filipe II ter se mostrado disposto a negociar o aprovisionamento de contratos e *asientos* com essa camada, o monarca permaneceu inflexível em relação aos perdões-gerais. Entretanto, essa mesma postura não foi repercutida por seu sucessor e nos anos seguintes à sua morte, D. Filipe III (1598 – 1620) esteve inclinado a iniciar diálogos com a Cúria Papal, na intenção de conter os déficits deixados na Fazenda, através dos capitais que um possível perdão-geral aos cristãos-novos poderia ensejar. Não obstante, os primeiros anos de seu reinado foram marcados por reformas, com grande parte do poder político recaindo sobre o Duque de Lerma, responsável por engendrá-las⁵¹¹.

Segundo Florbela V. Frade (2006), contribuições extraordinárias no arrecadamento de impostos poderiam recair sobre diferentes camadas. No caso dos cristãos-novos, o dinheiro arrecadado por intermédio da concessão de perdões-gerais foi – ao longo dos diversos acordos que vinham sendo travados com essa finalidade, desde o início do século XVI – redirecionado para diferentes avenidas, cobrindo desde a arregimentação de navios, armadas e campanhas militares, até o nivelamento das despesas públicas. Um dos principais episódios referentes à negociação de um perdão-geral aos cristãos-novos, por exemplo, foi a arregimentação das armadas preparadas para a invasão de Alcácer-Quibir, por D. Sebastião. Nesse momento, entretanto, a dinastia dos Habsburgo necessitava de novos influxos de dinheiro mediante o déficit nas finanças e, como moeda de troca, poderia barganhar a liberação dos prisioneiros do Santo Ofício e o controle da saída dos cristãos-novos do reino, visando o financiamento do Estado⁵¹².

Nesse sentido, apenas três meses após o falecimento de D. Filipe II (1598), debatia-se no Conselho de Estado a proposta de perdão-geral peticionada por representantes cristãos-novos, com parte dos conselheiros argumentando que o novo monarca deveria procurar o auxílio econômico dos conversos, pois, como vassalos, estariam obrigados a contribuir com as defesas do reino. Esses posicionamentos enfrentaram oposição, com outros conselheiros argumentando que a Coroa deveria respeitar os pressupostos de defesa da fé. Não obstante, as principais oposições vieram por parte dos governadores e da própria igreja lusitana, cujo Santo Ofício baseava-se nos argumentos de que quaisquer cristãos-novos seriam judaizantes em potencial, além de preocuparem-se com os contatos estabelecidos pelos conversos

⁵¹⁰ CODES, 2010, p. 9 – 13.; HUTZ, 2014, p. 35 – 37.

⁵¹¹ *idem*, p. 27; *idem*, p. 136.

⁵¹² FRADE, 2006, p. 130 – 136.

exilados com os protestantes que, à época, ainda viviam em clima de tensões com o Império⁵¹³.

Negociações dessa natureza seriam sempre acirradas, envolvendo diferentes níveis de conflitos políticos e religiosos, considerando que os diálogos deveriam acontecer simultaneamente não somente na Corte dos Habsburgo, mas também em Roma. Seria indispensável que os cristãos-novos conseguissem apoio em ambas as instâncias, ao passo que o Santo Ofício percorreria o mesmo caminho, de maneira a fazer oposição aos conversos (CODES, 2010, p. 25). Mesmo sendo a sede do Papado, Roma buscou legitimar-se não somente como centro da cristandade ocidental, mas também, como um espaço político secular que impunha seus interesses no cenário político europeu. Até finais do século XVII, os limites jurisdicionais de distinção entre a Corte Papal e a Cúria Romana seriam fluidos, permitindo uma coexistência entre diferentes esferas socioeconômicas, políticas e administrativas, além de assumir um caráter cosmopolita, servindo como residência para membros de diferentes nações. Nesse sentido, além de se tornar um centro da diáspora dos cristãos-novos, os conversos que acumularam os níveis necessários de influência, também poderiam compor as camadas diplomáticas portuguesas em atuação naquele centro, inclusive representando uma força de oposição aos interesses do Santo Ofício⁵¹⁴.

A concessão de um perdão-geral por parte do papa Clemente VIII se deu apenas em 1605, resultando na soltura de 410 presos pela Inquisição em Portugal, mediante o pagamento inicial de 1.700.000 cruzados, cuja arrecadação enfrentou problemas e ocorreu ao longo de dez anos. Para tanto, seriam feitas listagens por localidades e o dinheiro seria arrecadado por deputados que recolham e contabilizavam os valores arrolados a partir dos níveis de riqueza, embora houvessem situações de privilégio concedidas pelo Rei em função dos serviços prestados à Coroa, que poderiam resultar em isenções de pagamento. Segundo Florbela V. Frade, “a obtenção de privilégios era um incentivo para o serviço ao Rei e uma vez atingido esse patamar na escala da ascensão social dificilmente alguém, ou os seus descendentes, voltaria a ser listado para prestar contributo ou, pelo menos, para efetuar a sua contribuição” (2006, p. 132)⁵¹⁵.

Ao mesmo tempo, essa arrecadação se estendia para os cristãos-novos de Portugal, de Castela e das Índias – com os moradores de Castela apresentando maior resistência em pagar a totalidade da quantia, além da dificuldade de comprovação de uma ancestralidade cristã-

⁵¹³ CODES, 2010, p. 18 – 22.

⁵¹⁴ NOVOA, 2014, p. 61 – 95; Para maiores aprofundamentos em torno desse assunto, ver: NOVOA, J. N. *The Nação as a Political Entity at the Court of Rome*. Journal of Levantine Studies. Vol. 6, 2016. pp. p. 278 - 285

⁵¹⁵ FRADE, 2006, p. 131- 132

nova, que para alguns, já seria distante. Também, foram encontradas dificuldades na arrecadação dos homens de negócios, considerando que boa parte de suas fazendas estaria na forma de créditos, o que dificultaria o cálculo e, por vezes, a contabilidade desses indivíduos eram feitas “às escuras”. Não obstante, a Junta da Fazenda não tardou a direcionar as primeiras arrecadações às questões mais imediatas. Como observado por Ana Hutz (2014), a partir da documentação referente às *secretarias provinciales*, “a ajuda para o preparo das armadas da Índia viria, de fato, da contribuição ‘da gente da nação hebreia assy do empréstimo como do que ella ha de contribuir por respeito do perdão geral se dem quatrocentos ou quinhentos mil cruzados’” (2014, p. 139)⁵¹⁶. Para além dessas tensões, como veremos, a maior parte dos cristãos-novos que estiveram envolvidos nessa negociação sofreram retaliações.

Essencialmente, os cenários contemplados se apresentaram de diferentes maneiras nas trajetórias dos mercadores cristãos-novos que participaram nas guerras de conquista, impactando seus rumos e tornando mais complexos os elementos conjunturais enfrentados, no rescaldo dos conflitos. Nesse sentido, intenciona-se observar os caminhos seguidos pelos sujeitos selecionados, para melhor compreender os espólios adquiridos, suas relações com os territórios conquistados, assim como, as estratégias de negócios e mobilidade social utilizada para navegarem as oportunidades e atribulações, que as décadas seguintes aos confrontos proporcionaram.

4.1.3. “Os moradores do Brasil toda a sua Fazenda tem metida em bens de raiz”: os Capitães dos Mercadores, Fernão Soares da Cunha e Ambrósio Fernandes Brandão.

Posicionados na vanguarda da Primeira Jornada de Martim Leitão ao Rio Paraíba, as Companhias dos Mercadores nada mais eram do que regimentos de infantaria, capitaneados respectivamente por Fernão Soares da Cunha e Ambrósio Fernandes Brandão. Ambas as tropas assumiram características similares às milícias encontradas nas capitanias açucareiras *a posteriori* – sendo, possivelmente, uma versão embrionária dessa categoria. Não faziam parte dos contingentes das ordenanças, nem da gente solta, assumindo contornos de tropas particulares, nomeadas a partir dos ofícios desempenhados por seus capitães em Pernambuco, arregimentadas com recursos próprios e, possivelmente, compostas por gente de suas casas e

⁵¹⁶ HUTZ, 2014, p. 137–139

escravizados indígenas. O envolvimento de ambos os contingentes nessa campanha, ocorreu mediante as negociações travadas com Martim Leitão, que à época, necessitava de créditos para arregimentar os efetivos e garantir o andamento da expedição, ocorrida em 1585. Não obstante, os destinos percorridos por esses capitães no momento posterior aos conflitos, indicam diferentes interesses em torno do território conquistado.

4.1.1.1. Fernão Soares da Cunha: “dos da governança da terra”

Reitera-se como Fernão Soares da Cunha teria nascido por volta de 1550, desembarcando nas partes do Brasil ainda no início da década de 1570, acompanhado por seu irmão, Diogo Soares da Cunha. Ambos aportaram trazendo recursos do reino e rapidamente fecharam negócios com um sesmeiro em Pernambuco, remanescente das primeiras camadas agraciadas pelo donatário Duarte Coelho, mas que não dispunham dos capitais necessários à exploração das terras. Nesse sentido, os irmãos começaram a levantar nessa sesmaria aquilo que viria a se tornar o Engenho Suassuna, em Jaboatão, no ano de 1573. Não obstante, essas intenções seriam concretizadas apenas em 1587, poucos anos após Fernão Soares ter adquirido mais terras naquela mesma demarcação e capitaneado sua tropa na conquista do Rio Paraíba⁵¹⁷.

No mesmo ano da campanha para relaxar o cerco ao Forte de S. Filipe e S. Tiago (1585), Fernão Soares já seria detentor de um engenho d'água denominado Muribeca, na margem direita do rio homônimo em Pernambuco e, possivelmente, as operações referentes a essas fábricas ocorriam em sociedade com seu irmão⁵¹⁸. Quaisquer atividades comerciais exercidas por Diogo Soares da Cunha, no entanto, precisam ser melhor analisadas para uma compreensão mais precisa dos assuntos comerciais tratados pela parceria. Isso se daria, considerando que um dos primos que atuava em conjunto com os irmãos também se chamava *Diogo Soares*⁵¹⁹ e, em meio aos nomes que surgem, principalmente nas relações de carregadores e consignatários, os homônimos podem ser confundidos. Nessas listagens, por exemplo, seria possível encontrar esse nome participando como consignatário de 36 carregamentos de açúcares em Lisboa, por volta de 1600⁵²⁰. O carregador responsável em Pernambuco seria Felipe Diniz do Porto – que à época, detinha parte de um engenho⁵²¹.

⁵¹⁷ MELLO, 2012, p. 82.

⁵¹⁸ idem, p. 73; 82.

⁵¹⁹ FONSECA, 1935, p. 57.

⁵²⁰ MELLO, 1996, p. 14.

⁵²¹ idem, p. 14. RIBEMBOIM, 2000, p. 113.

Ainda na capital do reino, Diogo Soares também serviria como um dos correspondentes do carregador João Teixeira⁵²². Embora não tenha sido possível levantar maiores informações acerca desse sujeito, observa-se que outro de seus correspondentes em Lisboa seria *André Soares*, mais um dos primos de Fernão e Diogo Soares da Cunha⁵²³. Possivelmente, seria esse o “cabeça” dos negócios, ou ao menos, um dos principais negociantes – considerando que a partir de suas relações, as atividades da família se tornariam mais complexas e opulentas.

No intervalo entre 1588 e 1592, por exemplo, André Soares teria sido o responsável por arrematar o contrato referente ao pau-brasil – pagando cerca de três cruzados por 10.000 quintais anuais da madeira. Estar envolvido em atividades dessa natureza, possivelmente fazia parte de seus principais interesses, considerando como entre 1601 e 1610, este teria arrematado também o contrato dos almoxarifados das Ilhas Canárias; dessa vez, em sociedade com seu irmão, Diogo Soares⁵²⁴.

Essas informações parecem descortinar algumas das maneiras nas quais essa rede mercantil operava. Os irmãos Fernão e Diogo Soares da Cunha representariam os interesses da família no setor produtivo do comércio açucareiro, adquirindo sesmarias e estabelecendo engenhos em Pernambuco, para exportar os produtos ao reino⁵²⁵. No entanto, embora utilizassem de intermediários como João Teixeira e Felipe Diniz do Porto, poderiam se corresponder diretamente com os primos consignatários em Lisboa, André Soares e Diogo Soares⁵²⁶, que também eram irmãos e participavam como sócios no arremate de contratos – o que demandaria conexões mais próximas das Cortes.

No que diz respeito ao arrendamento nas Ilhas Canárias, por exemplo, observa-se que o contrato dos irmãos Soares de Lisboa seria administrado a partir de Madrid, por Antônio Rodrigues Lamego: um feitor de muitas conexões⁵²⁷. Em 1620, atuava no comércio de escravizados africanos em Cartagena e, dentre os contatos mais próximos, estariam o irmão, Manuel Rodrigues Lamego, que viria a se tornar um dos assentistas desse negócio. Não obstante, em determinado momento, Antônio Rodrigues Lamego serviria ainda como

⁵²² COSTA, 2001, p. 286.

⁵²³ *idem*, p. 286.

⁵²⁴ VÁZQUEZ, 2004, p. 99 – 101; BARROS, 2004, p. 850.

⁵²⁵ Diogo Soares da Cunha, inclusive, permaneceu no nordeste açucareiro – com suas últimas atividades e seus descendentes, voltando-se às terras disponíveis na região que viria a se tornar a Capitania de Alagoas. Sobre a continuidade da linhagem de Diogo Soares da Cunha nessa região, ver: JÚNIOR, M. D. O Banguê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. EDUFAL, 2006. p. 66 – 70.

⁵²⁶ COSTA, 2001, p. 286.

⁵²⁷ VÁZQUEZ, 2004, p. 99 – 101; BARROS, 2004, p. 850.

procurador de João Nunes Saraiva na cidade de Ruão, na França, com quem tinha relações genealógicas próximas por meio de matrimônio⁵²⁸. Seria esse último, um dos mercadores-banqueiros presentes na Corte de Madrid, responsáveis por arrematar o contrato referente às *Provisiones Generales* – ascendendo à posição após herdar os negócios de seu tio, João Nunes Correia, um dos mercadores elencados que participaram na conquista da Paraíba.

Não obstante, a possibilidade de que os Soares da Cunha de Pernambuco e os Soares de Lisboa fossem todos irmãos ou aparentados de outras maneiras, não deveriam ser excluídas. Isso se dá, considerando que a genealogia dessa família foi reconstituída por Borges da Fonseca (1935), conhecido por cometer equívocos ou omissões nas linhagens dos principais da terra na *Nobiliarquia Pernambucana*, numa tentativa de encobrir a ascendência judaica encontrada em meio às camadas. Segundo consta, Fernão Soares da Cunha seria proveniente de uma “nobilíssima família de Viana” e teria se casado com uma das netas de Jerônimo de Albuquerque⁵²⁹. Descortinando as manipulações genealógicas acerca da ascendência sefardi das famílias da elite colonial de Pernambuco, Evaldo Cabral de Mello observa que, embora o matrimônio com D. Catarina de Albuquerque tenha acontecido, no que diz respeito à procedência da família de Fernão Soares da Cunha, “(...) a documentação inquisitorial conta história bem diferente. Sua condição de converso era notória, pois sua mãe fora supliciada pelo Santo Ofício” (2009, p. 56)⁵³⁰.

Casamentos como parte das estratégias de mobilidade social não seriam incomuns no mundo dos negócios e foram utilizadas pelos cristãos-novos envolvidos no comércio de grosso-trato, de diferentes maneiras. Uniões endogâmicas poderiam servir a razões de ordem religiosa, socioculturais, interesses comerciais e outros motivos. No entanto, a exogamia também foi amplamente disseminada não somente por questões de sobrevivência ou pressões por integração social, mas também, visando a manutenção das riquezas ou a elevação do prestígio de determinada família – sendo inclusive, usada para contornar as imposições pertinentes aos estatutos de pureza do sangue, no decorrer das gerações. Através dos matrimônios, famílias cristãs-novas envolvidas no comércio ultramarino poderiam iniciar ou fortalecer relações, interligando consórcios mercantis estabelecidos em diferentes praças. Com o tempo, entretanto, seria possível observar casamentos que priorizassem uniões com

⁵²⁸ HUTZ, 2008, p. 81 – 83. Para maiores aprofundamentos sobre os irmãos Rodrigues Lamago, ver: ALMEIDA, M. A. A. *Dicionário Histórico dos Sefarditas Portugueses: mercadores e gente do trato*. Lisboa: Campo da Comunicação, 2009. p. 359 – 360.

⁵²⁹ FONSECA, 1935, p. 57.

⁵³⁰ Elias Lipiner reconhece esse movimento para omitir de maneira intencional a ancestralidade judaica nos registros genealógicos como um “genealocídio”, citando principalmente as obras do Frei Jaboatão e de Borges da Fonseca. Para tanto, ver: LIPINER, 1969, p. 179 - 193.

cristãos-velhos ou membros das aristocracias locais, como uma forma de aproximação gradual do poder político, essencial na garantia de mercês, privilégios e no acesso aos contratos⁵³¹.

No entanto, essas condições poderiam apresentar variações entre diferentes localidades, níveis sociais, ou mesmo, gerações. No âmbito colonial, por exemplo, uniões entre cristãos-novos e cristãos-velhos passaram a se tornar comuns desde finais do século XVI, servindo ao duplo propósito de diminuir a ascendência cristã-nova da família e, através do casamento, ter acesso às terras. Enquanto em espaços como a Bahia ou o Rio de Janeiro ocorreu uma tendência às uniões endogâmicas, em Pernambuco, tornaram-se comuns os casamentos entre ambas as partes (SILVA, 2012, p. 190).

Mediante as questões discorridas, seria do entendimento que a união entre Fernão Soares da Cunha com Catarina de Albuquerque, os créditos que disponibilizou para Martim Leitão e sua participação à frente de uma tropa particular na conquista da Paraíba, seriam elementos indicativos dos interesses do mercador não somente em ascender socialmente, mas também, estabelecer relações de proximidade com o poder político colonial. Possivelmente, foram esses os caminhos que em conjunto ao acúmulo de riquezas provenientes do comércio garantiram-lhe a posição de *Juiz de Órfãos*, na Capitania de Pernambuco⁵³². Dentre as obrigações previstas para o exercício desse cargo, observam-se diferentes cuidados referentes aos bens, rendas e integridade dos órfãos, punições contra culpados por causarem danos a esses bens, inventariar patrimônios e ter jurisdição sobre feitos cíveis envolvendo os órfãos e seus tutores⁵³³.

Esse percurso, no entanto, não se deu sem as atribuições decorrentes da primeira visitação do Santo Ofício em Pernambuco, onde Fernão Soares da Cunha seria um dos muitos denunciados. Dentre as principais acusações, por exemplo, observa-se como Maria de Azevedo – cristã-velha e esposa do Alcaide-mor – afirmou aos 5 de novembro de 1593, que há cerca de dez anos atrás, uma indígena escravizada de sua casa teria chegado trazendo uma toura de barro com cornos dourados, afirmando que havia encontrado o objeto na casa de Fernão Soares. Recebendo essa denúncia, o inquisidor decidiu investigar mais a fundo, questionando alguns outros membros dessa casa e decidindo ouvir a mulher indicada. Monica,

⁵³¹ FRADE, 2006, p. 315.

⁵³² Processo de Antônio Vilhete, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 6355.

⁵³³ SALGADO, 1985, p. 262 – 263.

indígena proveniente do sertão da capitania⁵³⁴, prestou um depoimento similar, afirmando que após visitar a casa algumas vezes, arrancou a peça e levou até a família para qual trabalhava, que a identificou como sendo “a toura em que os judeus adoravam”⁵³⁵.

Essa não seria a única denúncia da visitação a referir-se a possíveis “touras” nas residências de cristãos-novos. Buscando compreender esses casos, Elias Lipiner (1969) sugere a possibilidade de que, na clandestinidade do judaísmo da colônia, os cristãos-novos tivessem desenvolvido estratégias linguísticas para se referirem aos Rolos Sagrados nos quais constam os cinco livros da Lei de Moisés – a Torá, ou o Pentateuco. Ao mesmo tempo, por parte dos cristãos-velhos e demais habitantes desse espaço, confusões poderiam ocorrer ao avistarem os pergaminhos, identificando-os como uma imagem análoga a de um boi⁵³⁶. Não obstante, as denúncias acerca das touras na colônia vieram a ser consideradas pelos próprios inquisidores como inclinadas a fraudes⁵³⁷.

No entanto, apesar de investigações serem promovidas acerca da “toura”, nenhuma das denúncias contra Fernão Soares da Cunha foram levadas a processo⁵³⁸, embora o mesmo não possa ser dito das acusações movidas contra os caixeiros flamengos que estiveram a seu serviço. Contatos dessa natureza ocorreram considerando que as relações comerciais estabelecidas entre Portugal e Flandres se davam há tempos e as adversidades provenientes dos conflitos não desestabilizaram a comunidade mercantil flamenga, em Lisboa. Além disso,

⁵³⁴ Segundo consta na denúncia, recebeu o nome “Monica” ao servir na casa da tia do Alcaide-mor da Capitania como escravizada, mas na verdade tornara-se forra e livre, como sua mãe. Sobre isso, ver: DENUNCIÇÕES e confissões de Pernambuco, 1984, p. 47.

⁵³⁵ Idem, p. 48.

⁵³⁶ Lipiner, 1969, p. 86 – 90. “Não obstante a notória proibição do culto das imagens representativas da divindade, contida na lei velha, vários denunciante insistem em confundir a toura dos cristãos-novos, constituída por rolos de pergaminho, com as imagens veneradas pelos católicos, representando, em forma de estátuas de maneira, bronze ou cêra pintada, os Santos da Igreja. Nas suas imaginações extravagantes reproduzem vagas notícias relativamente à toura judaica, que talvez chegassem mesmo a vê-la à distância, – espreitando por um buraco da porta, nas casas dos cristãos-novos – com seus variados ornamentos metálicos ou de madeira, dando-lhes a impressão de uma figura”. (LIPINER, 1969, p. 87).

⁵³⁷ “Os Inquisidores foram de parecer que isso ‘era matéria muito usurpada [isto é, fraudada] de testemunhas que se determinam a vir dizer falsidades no Santo Ofício, como a experiência tem mostrado, de que tudo resulta quebra no crédito da sobredita prova, que se não deve haver por tal’”. (MELLO, 1996, p. 136).

⁵³⁸ Dentre as acusações que lhe foram direcionadas, consta que aos 26 de outubro de 1593, um lavrador de cana, morador de Capibaribe e cristão-velho, aproximou-se da mesa do inquisidor para relatar uma cena que havia presenciado oito anos antes, no Engenho Novo de Fernão Soares da Cunha – ou o Engenho Suassuna. Rememorando o ocorrido, o lavrador recorda que terminando de jantar, os irmãos Fernão e Diogo Soares convocaram à mesa um “moleque negro”⁵³⁸ e deram ordens para que se benzesse. Fazendo o sinal da cruz de maneira errada, o jovem arrancou risadas dos irmãos, situação que escandalizou o denunciante por ambos os irmãos serem cristãos-novos. Houve ainda uma denúncia feita no dia 24 de janeiro por Gaspar Rodrigues – cristão-novo, natural do Porto, morador no Engenho Muribeca dos irmãos Soares da Cunha e lavrador. Acusou os irmãos de se envolverem em jogos de azar e adivinhações com dados e cartas, tiradas por Jorge Fernandes no mesmo engenho. (DENUNCIÇÕES e confissões de Pernambuco, 1984, p. 20; 170 – 171).

mesmo com a proibição de D. Filipe II referente às embarcações estrangeiras em 1591, ainda seria possível navegar por essas águas mediante a concessão de licenças⁵³⁹.

Segundo Daniel Strum (2011), as relações estabelecidas pelos mercadores cristãos-novos não seriam limitadas ao seio familiar ou ao mesmo grupo. Fazia-se necessário diversificar os agentes como uma estratégia de mitigação dos riscos envolvidos nas trocas, perante atribulações, ou mesmo, como forma de explorar outras oportunidades comerciais. No caso dos cristãos-novos, estabelecer relações com agentes flamengos e cristãos-velhos poderia ser uma das maneiras de lidar com os riscos inerentes à conjuntura inquisitorial⁵⁴⁰. Ademais, Janaína G. F. Silva (2012) aponta como a necessidade de manter as conexões entre diferentes agentes reitera a heterogeneidade das redes mercantis em Pernambuco, além da economia e o comércio fluido entre essas partes, tornando-se um meio de contornar os riscos inerentes às tensões entre a Espanha e os Países Baixos⁵⁴¹.

Assim, Salvador Jorge se apresentou ao inquisidor em 22 de janeiro de 1594. Seria esse um cristão-velho proveniente das Ilhas Canárias e morador nas terras de Fernão Soares da Cunha. Suas intenções se destinavam a denunciar nomes como Antonio Vilhete, o caixeiro que estaria a serviço do senhor daquela fazenda, pelos comentários que havia tecido sobre o purgatório, alguns meses antes. O caixeiro em questão seria natural de Bruges e, à época, tinha vinte e tantos anos. Esse caso foi a processo por heresia e dentre as testemunhas convocadas, estaria o próprio Fernão Soares da Cunha – cuja introdução perante o Santo Ofício foi bastante elucidativa da posição social que assumiu em Olinda. Segundo consta, seria: “(...) *dos da governança desta vila, juiz dos órfãos e capitão de uma companhia de infantaria de idade de quarenta e cinco anos*”⁵⁴². Entretanto, Antonio Vilhete não seria o único caixeiro flamengo a serviço de Fernão Soares da Cunha. O outro seria natural da fronteira entre Flandres e a Alemanha e identificava-se como André Pedro. Estaria estabelecido em Olinda como correspondente de mercadores germânicos, mas já havia servido como caixeiro dos irmãos Soares da Cunha⁵⁴³.

Para além de um dos caixeiros a seu serviço, um de seus escravizados foi a processo pelo Santo Ofício. Mais precisamente, um mulato proveniente da cidade da Beja, em Portugal, nomeado José, que teria sido indiciado por blasfêmia⁵⁴⁴. Na colônia, teria enfrentado desafios

⁵³⁹ STOLS, 1973, p. 29 – 35.

⁵⁴⁰ STRUM, 2011, p. 5 - 9

⁵⁴¹ SILVA, 2012, p. 123; 149

⁵⁴² Processo de Antônio Vilhete, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 6355.

⁵⁴³ DENUNCIACÕES e confissões de Pernambuco, 1984, p. 258.

⁵⁴⁴ Sendo esse um caso atípico para os padrões inquisitoriais vigentes, o processo de José foi descortinado por Evaldo C. de Mello (2002) e vêm sendo analisado, à guisa das resistências e manobras empreendidas pelos

relacionados à pouca alimentação fornecida por seus senhores, assim como os castigos aplicados. Próximo ao final da primeira visitação do Santo Ofício (1595) observa-se como Fernão Soares da Cunha detinha uma residência em Olinda e mantinha uma loja aberta, na mesma vila. Esses indicativos podem ser percebidos quando José, visitando o mercador em sua casa, sentiu fome e decidiu pegar algumas sardinhas em sua loja⁵⁴⁵. Presenciar essa cena, no entanto, fez com que o comerciante denunciasse o escravizado às autoridades – levando José a ser encarcerado na cadeia pública de Olinda, onde proferiu blasfêmias, resultando num outro encarceramento. Dessa vez, pelo Santo Ofício.

Esse não teria sido o único momento em que José foi encontrado blasfemando na frente de terceiros sempre que se referia à sua experiência de trabalho para os irmãos Soares, pontuando, a partir desse episódio, como preferia servir nas galés reais. Com o tempo, passou a tecer os mesmos comentários na frente dos homens de relevo da capitania e em praça pública. Indo a processo, o inquisidor sentenciou que servisse nas galés reais do navio que estaria transportando os visitantes do Santo Ofício a Lisboa, ao término da primeira visitação. Interpretando esse caso, Evaldo C. de Mello (2002) sugere como o comportamento de José apresentou sinais de manobras no interior da relação senhor-escravo, envolvendo o Santo Ofício como um terceiro partido, na intenção de barganhar não uma mudança de sua condição servil, mas do que acreditava ser uma melhoria dentro dela “explorando em seu favor a posição embaraçosa de uma família cristã-nova perante a Inquisição” (2002 p. 146). Não seria distante dos padrões contemplados, acrescentar ainda como as atitudes de José representavam um risco à reputação cultivada pelos irmãos Soares da Cunha, perante os homens da governança daquela praça⁵⁴⁶.

Pouco mais de uma década após o ocorrido, Fernão Soares da Cunha veio a óbito em 15 de setembro de 1608 e quaisquer atividades exercidas por esse nome após a data referida, seriam obra de seu *sobrinho e neto* homônimo – fruto de uma relação endogâmica entre sua

escravizados, para sobreviverem em meio a condição. Sobre isso, ver ainda: COSTA, T. T. O. "Nas terras remotas o diabo anda solto": degredo, inquisição e escravidão no mundo atlântico português (séculos XVI A XVIII). (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, 2018. p. 178 – 181.

⁵⁴⁵ “A reação de Fernão Soares não deixa de surpreender, já que o normal teria sido castiga-lo privadamente em vez de entregá-lo à justiça pública como ladrão, privando-o dos seus serviços. O provável é que o senhor estivesse disposto a livrar-se de tão incômodo indivíduo, mesmo incorrendo em prejuízo” Idem, p. 139.

⁵⁴⁶ “Na manhã de 26 de setembro, o padre Gaspar Soares Figueiroa, o juiz ordinário João Velho Prego, Francisco de Sá, Gaspar Maciel e o irmão de Fernão Soares, Diogo Soares, conversavam tranquilamente quando José passou por eles. Irritado por vê-lo, Diogo mandou-o de volta à casa, mas o escravo teve uma explosão de cólera, exclamando alto e bom som: ‘Dou-me a todos os diabos e arrenego de Deus e da Virgem Maria’. Ato contínuo, foi cercado pelos presentes que, indignados com o desaforo ao sagrado, que era também um desaforo a eles mesmos, homens de prol, ‘pegaram dele’, isto é, bateram-lhe, conduzindo-o à residência do visitador, próxima dali, na rua Nova, onde foi recolhido ao cárcere inquisitorial”. (MELLO, 2002, p. 142).

filha, com Diogo Soares da Cunha. Esse descendente seguiu como senhor de engenhos em Pernambuco, atuando ao mesmo tempo como Capitão-mor das freguesias de Muribeca e Santo Amaro de Jaboatão, servindo na guerra contra os holandeses e galgando outras posições militares, a partir desse contexto. Enquanto isso, o filho do Fernão Soares em discussão, percorreu caminhos similares, ascendendo a diferentes patentes militares em decorrência dos confrontos, variando desde Capitão de Infantaria a Mestre de Campo⁵⁴⁷.

Os caminhos trilhados por Fernão Soares da Cunha indicam que, mesmo tendo acompanhado as guerras de conquista na linha de frente, não foi de seu interesse recolher os espólios na nova capitania. Mais precisamente, suas intenções estariam concentradas em Pernambuco. Entre os créditos negociados com Martim Leitão, engenhos e o casamento orquestrado com uma das principais famílias de Olinda, não somente ascendeu ao Juizado dos Órfãos, como também, teve sua genealogia revisada por Borges da Fonseca, para tornar-se proveniente de uma “nobilíssima família de Viana”, ao invés de ter sua ancestralidade judaica reconhecida.

Sua conduta nos negócios envolvia a diversificação de agentes, recrutados fora de seu grupo – incluindo dois caixeiros provenientes de Flandres. Ao mesmo tempo, a posição no circuito mercantil que participava seria principalmente voltada ao setor produtivo. Apesar de manter uma loja aberta na Vila de Olinda, destinava carregamentos de açúcares ao reino em conjunto com seu irmão, através de intermediários. Isso não o impedia de corresponder-se diretamente com os parentes que, estabelecidos em Lisboa, administravam os negócios num outro patamar. Esses, Diogo e André Soares, ocupavam-se em receber as mercadorias provenientes da colônia, arrematar contratos que incluíam desde o pau-brasil até o almoxarifado nas canárias e gerenciar os contatos ultramarinos, perpassando por agentes que exerciam suas funções a partir da Corte dos Habsburgo.

Embora investigadas, as denúncias contra Fernão Soares da Cunha ao Santo Ofício nunca foram a processo. No máximo, o cristão-novo serviu como testemunha nos casos de outros. Sua descendência foi perpetuada na região para além da dominação holandesa, mantendo-se sempre no centro do poder político e econômico da capitania. Acredita-se que, para esse mercador, a participação nas guerras de conquista e a manutenção de sua tropa particular, serviram principalmente às suas estratégias de ascensão ao poder político. Seria de seu interesse manter proximidades a essa camada, exercendo seus negócios a partir dessa posição e casando-se em meio ao estrato superior da colônia.

⁵⁴⁷ FONSECA, 1935, p. 431 – 432

4.1.1.2. Ambrósio Fernandes Brandão: “a principal coisa com que todo este Brasil se enobrece e faz rico”.

Após compartilhar experiências similares nas guerras de conquista do Rio Paraíba, o outro capitão dos mercadores demonstrou pretensões muito mais abertas ao além-mar, que seu equivalente. Mesmo antes de desembarcar nas partes do Brasil, Ambrósio Fernandes Brandão já apresentava histórico nas guerras ultramarinas, considerando sua participação nos avanços de D. Sebastião contra o Marrocos; dispondo de recursos e tomando partido na Armada do Mar. Mediante esses e outros serviços prestados – dessa vez nas Índias Orientais –, recebeu a mercê de escrivão da Feitoria de Malaca e Apontador das obras da fortaleza dessa cidade, em 1581. Entretanto, apesar dessa nomeação, não foram encontrados indícios de que tenha desempenhado as funções referentes ao cargo, embora o intervalo de três anos previstos para tanto, esteja de acordo com seus primeiros passos em Pernambuco, por volta de 1583, onde seria recebido por Bento Dias Santiago, no Engenho de Camaragibe.

As terras desse engenho foram concedidas aos cristãos-novos Diogo Fernandes e Pedro Álvares Madeira, num momento ainda incipiente na construção da capitania. Dadas as poucas condições dos primeiros donatários, a fábrica seria estabelecida apenas com a entrada de Bento Dias Santiago na parceria, como recompensa por sua participação na conquista do Cabo de Santo Agostinho, na condição de Capitão dos Homens do Porto. Embora pouco se conheça sobre seus antecedentes, Amândio J. M. Barros (2018) reconhece seu nome em meio a uma outra sociedade – dessa vez, sediada na própria cidade do Porto. Por volta de 1567, o mercador e outros associados estariam fretando uma embarcação francesa que navegava entre essa região e *La Rochelle*, transportando o dinheiro acumulado dos açúcares do Brasil⁵⁴⁸.

Para além desse produto, no entanto, suas atividades seriam essencialmente diversificadas – por exemplo, armando um navio de escravizados provenientes de São Tomé, com destino a Pernambuco, em 1582. Não obstante, seria possível que seus interesses estivessem principalmente no arremate de contratos, assumindo desde o arrendamento do pau-

⁵⁴⁸ Sendo Amândio J. M. Barros, “a firma de Miguel, Manuel e Bento Dias de Santiago enviava o dinheiro obtido com o açúcar brasileiro para as feiras de França a bordo do navio de La Rochelle *A Jaqueta*” (2018, p. 52)”. Anteriormente, o autor havia discutido não somente os pormenores a respeito da circulação dessa nau, como também, como outros comerciantes do Porto também costumavam remeter capitais em navios franceses, nem sempre com os melhores resultados. Entretanto, “parece haver uma prática, senão enraizada pelo menos não muito rara neste tipo de transação, talvez devida a necessidades das redes de negócios em que estes mercadores (muitos deles cristãos-novos) participam, porventura investindo na compra de cereais, têxteis e materiais de construção naval como as lonas, ou usando os mercados de capitais franceses para escoar os rendimentos gerados pelas suas empresas” (2004, p. 644).

brasil, até a cobrança dos dízimos de Pernambuco, Itamaracá e da Bahia, entre 1570 e 1580⁵⁴⁹. Sendo novato nessas terras em 1583, Ambrósio Fernandes Brandão foi prontamente posto sob seus serviços como feitor e cobrador dos dízimos⁵⁵⁰. Embora muitas fossem as razões que poderiam ter condicionado esse vínculo, a única hipótese encontrada parte da genealogia de Bento Dias Santiago, remontada por James C. Boyajian (1983, p. 236). Segundo consta, por volta de 1586, o contratador estaria casado no reino com Ana Brandão, o que poderia indicar conexões de parentesco através do matrimônio. Não obstante, os laços genealógicos pertinentes a Bento Dias Santiago tecidos por esse autor, tornaram-se alvo de críticas por outros como José A. Gonsalves de Mello (1996)⁵⁵¹.

O último ano da participação de Bento Dias Santiago como arrematador dos dízimos na colônia (1585), marca também a primeira jornada de Martim Leitão ao Rio Paraíba. Seria possível que Ambrósio Fernandes ainda estivesse desempenhando os serviços relacionados a esse contrato, quando negociou créditos destinados à conquista. Embora não haja indícios de que os capitais necessários tenham partido de Bento Dias Santiago, ou que Ambrósio Fernandes tenha adentrado na campanha como um representante de seus interesses, acredita-se que os anos em que esteve exercendo as funções de feitor e cobrador dos dízimos,

⁵⁴⁹ Apesar de não ser possível apontar com exatidão o intervalo em esteve à frente do contrato referente ao pau-brasil, sabe-se que os limites estiveram por volta de 1588, quando foi assumido por André Soares (VÁZQUEZ, 2005, p. 109). Segundo consta nas notas introdutórias aos Diálogos das Grandezas do Brasil escritas por Capistrano de Abreu, “um alvará de 12 de Fevereiro de 1572 manda levar-lhe em conta certa quantia de dinheiro; outra de 23 de Dezembro de 1575 designa-o como contratador das dízimas de Pernambuco e Itamaracá. Documentos existentes por cópia na biblioteca do Instituto Histórico mostram que Bento Dias Santiago arrematou os dízimos de Pernambuco em 1576, 1577, 1578, 1582, 1583, 1584 e 1585. Nos últimos anos arrematou igualmente os da Bahia. No de 1583 obteve uma moratória de dez dias em seus pagamentos, equivalente aos dez dias suprimidos em Outubro do ano anterior (...) Bento Dias de Santiago, morador em Pernambuco desde 1565 não podia dizer-se novo na terra e está fora de combate; mas um documento de 1582 permite-lhe nomear escrivães para assistir à saída dos açúcares, outro de 1583 fala em seus feitores. O autor dos Diálogos das Grandezas do Brasil pode ter sido seu feitor ou escrivão: pode ter sido seu parente”. Sobre isso, ver: BRANDÃO, A. F. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. [S. L.]: Positivo, 2005. P. 13.

⁵⁵⁰ “E o caso é este: estando eu no ano de [15]83 assistente na capitania de Pernambuco na Vila de Olinda, ao tempo de partir uma frota para o Reino, que me trazia assaz ocupado com o haver de escrever para lá, chegou um criado meu, a quem trazia ocupado no recebimento dos dízimos dos açúcares, que estavam a meu cargo (...) Eu era então novo na terra, e não havia ainda visto nela nenhum âmbar (...)”. (BRANDÃO [MELLO], 1966, p. 99).

⁵⁵¹ José A. Gonsalves de Mello (1996) faz correções na árvore genealógica dos Dias Henriques, que inclui Bento Dias Santiago, a partir da relação de Isaac de Matatias Aboab – um escritor sefardi dos Países Baixos, que se dispôs a reconstituir sua própria genealogia em 1676. Essa genealogia também foi revisada por I. S. Reváh (1961) em *Pour l’histoire des “Nouveaux Chrétiens” portugais*. Segundo José A. Gonsalves de Mello, James C. Boyajian teria feito interpretações equivocadas em torno do parentesco de Bento Dias Santiago com algumas das figuras indicadas nessa genealogia, como Branca Dias ou Miguel Dias Santiago. Entretanto, não constam referências a possíveis relações entre Bento Dias Santiago e Ana Brandão nesse documento. Para afirmar o matrimônio, James C. Boyajian utilizou-se dos Registros Paroquiais de Lisboa referentes a 1586 (1983, p. 226). Não foi possível acessar a documentação original referente aos registros, indicando a necessidade de aprofundamento nas pesquisas para confirmar a relação entre Bento Dias de Santiago e os Brandão. Para consultar o manuscrito referente à genealogia de Isaac Matatias Aboab, ver: *Genealogical history of the Aboab family by Isaac de Matatiah Aboab* (EH 48 E 27), localizado na ETS HAIM Library, disponível em: <http://etshaimmanuscripts.nl/items/eh-48-e-27/>. Acesso em: 31/03/2023.

representaram um período de aprendizagem mercantil e, no final, o capitão dos mercadores terminou por seguir caminhos similares aos de seu empregador, capitaneando uma tropa nas guerras de conquista. Destarte, essas experiências contribuíram para que à altura da primeira visitação inquisitorial às partes do Brasil, Ambrósio Fernandes Brandão já tivesse acumulado o necessário para que se estabelecesse como Senhor de Engenho em Pernambuco, iniciando a edificação do São Bento na margem esquerda do Capibaribe, ainda nos finais da década de 1580⁵⁵².

Muitas seriam as denúncias contra os moradores e sociabilidades do Engenho de Camaragibe, com o casal Diogo Fernandes e Branca Dias representando um dos casos mais referenciados no que diz respeito ao criptojudaísmo colonial. Além de conservarem costumes judaicos, costumavam “fazer esnoga” ou mantinham uma sinagoga clandestina no próprio engenho (ASSIS, 2004, p. 154). Segundo Elias Lipiner (1969), a preferência por estabelecer as possíveis sinagogas clandestinas nessas propriedades, estaria correlacionada aos próprios condicionamentos de conquista e colonização, no qual caberia às fábricas “além de função própria da empresa particular agrícola, também a função religiosa, e especialmente a militar, destinada a torna-los baluartes armados para defender-se dos ataques dos índios ou outros inimigos” (1969, p. 95).

O senhor do engenho, com seu prestígio de povoador da terra, desempenhou, pois, também o papel militar, gozando de várias vantagens e prerrogativas que lhe atribuíram fidalguia e poder político. Tais privilégios de autonomia, eram aproveitados pelos senhores de engenho cristãos-novos, posto que discretamente, para no âmbito de sua hegemonia, erguerem ao lado das ermidas em homenagem à crença dominante, também as esnogas – em reverência ao culto de seu coração. (idem, p. 96).

No que diz respeito às denúncias que recaíram sobre aqueles que moravam ou frequentavam essa propriedade, Ambrósio Fernandes Brandão viria a ser mencionado apenas nas do Vigário Francisco Pinto Doutel, feitas em 1591. Comparecendo à mesa do inquisidor sem ser chamado, o clérigo prestou uma série de delações; incluindo a de que esse e outros cristãos-novos referenciados em seu depoimento faziam “grandes ajuntamentos” em Camaragibe, com o intuito de blasfemar. Além disso, nas missas, o mesmo grupo se comportava com “muito pouco acato e reverência”⁵⁵³. Entretanto, os nomes presentes nessa denúncia não somente seriam reconhecidos pelo Vigário como mercadores ativos na Capitania de Pernambuco, como também, ao olhar mais aproximado, muitos dispunham de negócios e agentes em comum. Em meio aos referendados, por exemplo, encontram-se

⁵⁵² Mello, 2012, p. 66.

⁵⁵³ Livro 3 das Denúncias da Primeira Visitação; f. 15 – 22.

sujeitos como *Nuno Álvares*, que à época, servia como o rendeiro dos dízimos – contrato que há pouco estaria sob responsabilidade de Bento Dias Santiago⁵⁵⁴. Outros citados, como *Simão Vaz* e *Francisco de Ataíde*, compartilhavam agentes mercantis que estariam correlacionados à genealogia dos moradores do Engenho⁵⁵⁵.

Não obstante, possivelmente o maior nome arrolado nessa relação seria Duarte Dias Henriques. Como discorrido anteriormente, seria esse um sobrinho de Bento Dias Santiago que tornara-se senhor de engenho em Pernambuco, embora seus negócios tenham lhe levado a participar no comércio de tabaco em Amsterdã, além de arrematar o contrato referente ao abastecimento de escravizados, entre 1607 e 1615. No entanto, seria pertinente observar como este viria a arrematar ainda o *asiento* referente às *Provisiones Generales*, entre 1627 e 1629 (BOYAJIAN, 1983, p. 34) – ainda que esse não fosse o único dos descendentes dos senhores de Camaragibe a servir como mercador-banqueiro da Monarquia Hispânica, tendo em vista que um dos netos de Diogo Fernandes, Manuel da Paz, também viria a encontrar seu lugar nessa mesma camada⁵⁵⁶.

Enquanto membros da família de Diogo Fernandes e Branca Dias viriam a ser presos e torturados pelo Santo Ofício, mediante os relatos em torno das práticas judaizantes naquelas terras, as denúncias do Vigário contra os mercadores que se reuniam na propriedade não

⁵⁵⁴ *idem*, f. 18.

⁵⁵⁵ Todos os mercadores denunciados encontram-se referidos no livro do contas do mercador cristão-novo Miguel Dias Santiago. Conexões genealógicas entre esse mercador e Bento Dias Santiago, remontam às discussões em torno da genealogia do primeiro entre J. A. G. de Mello (1996) e James C. Boyajian (1983) – embora Janaína G. F. Silva indique que Bento Dias Santiago e Miguel Dias, eram primos (2012, p. 107). Independentemente, suas conexões com Camaragibe também se estendiam por outros ramos. Não somente seria primo de Diogo Fernandes do Brasil – genro de um dos senhores de Camaragibe e um dos feitores que serviram a Bento Dias Santiago, antes de Ambrósio Fernandes Brandão –, como também, mantinha negócios com os mercadores que costumavam frequentar Camaragibe e foram citados na denúncia do Vigário Francisco Pinto Doutel. Mais precisamente, *Francisco de Ataíde* tornou-se correspondente de Miguel Dias Santiago em Lisboa. Simão Vaz, por sua vez, seria um dos primos de Miguel Dias Santiago e aparece arrolado em suas contabilidades em 1601 e 1608. Nuno Álvares, aparece como sendo um dos devedores de Miguel Dias Santiago. Por fim, os negócios de Ambrósio Fernandes Brandão com Miguel Dias Santiago, serão detalhados adiante. Sobre isso, ver: MELLO, 1996, p. 35 – 46.

⁵⁵⁶ Os negócios e conexões de Manuel da Paz são extensos. Segundo Janaína G. F. Silva “a Família de Manuel da Paz há muito tempo estava envolvida no comércio oriental, bem como na produção açucareira no Brasil. O Comércio com o Oriente é fruto do casamento de Diogo Fernandes do Brasil com Ana da Paz, neta de Branca Dias, pois, após o falecimento da esposa, o pai de Diogo se casou, em segundas núpcias, com Violante Tinoco, cuja família já participava do comércio no Índico. Assim, ele e seus sete meio-irmãos, fruto da união com os Tinoco, transitaram entre esses dois ramos do comércio português. Em 1616, Manuel da Paz volta a Lisboa, onde se casa com uma herdeira da importante família de mercadores Gomes Solis, recebendo estatuto de fidalgo da Casa Real e de cavaleiro da Ordem de Cristo. Já em 1627, recebe autorização para se estabelecer em Madrid, onde foi contratador do Conselho das Finanças e posteriormente assentista. Contudo, mesmo sem ter regressado a Goa, Manuel continuou com interesses financeiros lá, aos cuidados dos irmãos e em 1630 foi um dos mercadores a financiar a Companhia Portuguesa das Índias” (2012, p. 165). Para maiores informações acerca de Manuel da Paz, ver: BOYAJIAN, 1983, p. 26.

renderam maiores investigações⁵⁵⁷. No entanto, a possibilidade de que Camaragibe servisse também como um espaço de sociabilidades para aqueles que mantinham negócios, amizades e outras proximidades com os moradores, não deveria ser descartada. Algumas das carreiras erguidas a partir daquele engenho assumiram níveis consideráveis e muitos chegaram a compartilhar correspondentes, negócios e outros horizontes comerciais. Dentre os exemplos, observa-se como Ambrósio Fernandes Brandão e outros denunciados pelo Vigário Doutel – como Duarte Dias Henriques e Simão Vaz – assumiram em conjunto a outros interessados o financiamento de uma mesma embarcação, carregada de açúcares e pau-brasil com destino ao reino, em março de 1597⁵⁵⁸.

Sendo essa a única denúncia contra Ambrósio Fernandes Brandão ocorrida na primeira visitação inquisitorial, acredita-se que o momento não tenha proporcionado maiores atribuições aos seus negócios. Outros encontros com o primeiro visitador, ocorreram somente na forma de testemunhos, como o depoimento que forneceu ao tribunal no processo de Bento Teixeira, em setembro de 1595, no qual foi introduzido perante o inquisidor como sendo um “cristão-novo, de idade de quarenta anos, capitão de sua companhia de infantaria”⁵⁵⁹ – reforçando não somente a continuidade de sua tropa após a conquista do Rio Paraíba, mas também, a maneira como esse seria um dos elementos centrais no reconhecimento de sua posição social na colônia.

Pouco tempo após o financiamento da embarcação, os carregamentos de açúcares provenientes do Engenho de São Bento começaram a ser enviados ao reino através de procuradores estabelecidos na colônia, enquanto Ambrósio Fernandes Brandão teria deixado Pernambuco e se tornado o correspondente responsável por receber as mercadorias em Lisboa. No intervalo entre os meses de janeiro e abril de 1600, por exemplo, o próprio irmão – Antônio Lopes Brandão – enviou cerca de 58 caixas de açúcares branco e mascavo, com alguns outros carregamentos de melaço⁵⁶⁰. Por volta de 1604, Francisco Lopes Brandão também se tornou representante de seus interesses no Brasil (COSTA, 2001, p. 277).

⁵⁵⁷ MELLO, 1996, p. 137 – 160

⁵⁵⁸ Nesse episódio, por ser estrangeiro e não conhecer ninguém na Capitania de Pernambuco, o mestre João Guell, encontrou dificuldades no momento de despachar uma urca carregada de açúcares e pau-brasil a Portugal, requisitando ao provedor da fazenda que ficassem por fiadores os próprios mercadores e carregadores responsáveis pelas mercadorias. Todas as partes envolvidas entraram em acordo, com os mercadores assinando os termos e fiando a urca. Sobre esse caso, ver: SIQUEIRA, L. *Notas sobre alguns traslados do livro de saídas e despachos de navios e urcas da Alfândega de Pernambuco*, f. 10-11.

⁵⁵⁹ Processo de Mestre Bento Teixeira, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 5206.

⁵⁶⁰ Os carregamentos de açúcares submetidos por Antônio Lopes Brandão, encontram-se em: SIQUEIRA, L. *Notas sobre alguns traslados do livro de saídas e despachos de navios e urcas da Alfândega de Pernambuco*, f. 35; 77 – 78; 85 – 93. Sobre o parentesco entre Ambrósio Fernandes e Antônio Lopes Brandão, ver: (MELLO, 1996, p. 13).

Algumas das atividades de Francisco Lopes Brandão, sugerem como seria não somente um mercador envolvido em grandes negócios, mas também, na governança da Capitania da Paraíba. Seria este um licenciado, casado com Inês Ribeiro – proveniente de uma família de cristãos-novos engajados na exportação de sal para os Países Baixos e ao Báltico⁵⁶¹. Por volta de 1636, mudou-se para Sevilha, onde vivenciou a saída dos mercadores-banqueiros genoveses responsáveis por financiar a Coroa Hispânica e o arremate dos *asientos* pertinentes a essa função, pelos portugueses. Desse modo, terminou tomando parte no contrato arrematado por *Simão Soares*, referente às *Provisiones Generales*, em finais da década de trinta⁵⁶². Nos anos que antecederam sua mudança à Sevilha, Francisco Lopes Brandão assumiu o cargo de Ouvidor da Câmara da Paraíba, em 1607, além de servir como juiz ordinário naquela jurisdição, ficando responsável por vistoriar o Forte de Cabedelo e sua artilharia⁵⁶³. Apesar de não ser possível indicar com precisão as condições que lhe levaram a servir enquanto procurador de Ambrósio Fernandes Brandão, James C. Boyajian (1983, p. 266), sugere como Francisco Lopes seria filho de Bento Dias Santiago, com Ana Brandão.

Ambos os procuradores passaram a exercer essas funções, quando Ambrósio Fernandes estabeleceu residência na Calçada do Combro, em Lisboa, onde estaria servindo como o *Tesoureiro-Geral da Fazenda dos Defuntos e Ausentes* – por volta de 1604 (BRANDÃO [MELLO], 1966, p. 14). O desempenho desse ofício permitia que fosse de seu conhecimento as condições sociais e econômicas dos falecidos nessa cidade, considerando que parte de suas responsabilidades envolviam inventariar todos os bens móveis e de raiz, arrecadar as dívidas e possessões em poder dos vivos, além de prestar contas ao provedor a respeito de todo o dinheiro e letras arrecadadas⁵⁶⁴.

Durante sua estadia no reino, Ambrósio Fernandes Brandão veio a ser novamente denunciado ao Santo Ofício – dessa vez, na própria cidade de Lisboa. Compareceu à mesa do inquisidor em novembro de 1606, um homem “de nação mourisca, natural de Granada”, que costumava fazer reparos na residência da Calçada do Combro. Seu nome era Miguel

⁵⁶¹ BOYAJIAN, 1983, appendix 2-A. Sobre Inês Ribeiro e Francisco Lopes Brandão, ver: SCHREIBER, M. Entre las sociedades ibéricas y la diáspora judía: Los Pinto y los Ribeiro en los siglos XVI y XVII. Sefarad, [S. l.], v. 58, n. 2, p. 349–378, 1998. P. 368.

⁵⁶² idem, appendix D. p. 208. Simão Soares nasceu em Lisboa, por volta de 1582. Envolveu-se nos açúcares do Brasil através de Diogo Teixeira de Sampaio em Pernambuco e fornecendo escravizados africanos a essa região, através de seu primo, Diogo Lopes Caminha. Enquanto isso, também negociava diamantes e seda em Goa, através dos Tinocos e Francisco Mendes de Castro. Também negociou diamantes na Antuérpia através dos primos, Diogo Gomes d’Altero e Thomé Lopes d’Ulhoa. Esse último, seria um dos sobrinhos de Diogo Lopes Ulhoa, que participou na Conquista de Sergipe. Sobre isso, ver: ibd, p. 32 – 33.

⁵⁶³ MIRANDA; SALVADO; 2001, p. 88 - 89; 184 – 185.

⁵⁶⁴ SALGADO, 1985, p. 199 – 200.

Fernandes de Luna e, segundo consta em seu depoimento, denunciou que “(...) em todos os dias de sábado [Ambrósio Fernandes] se recolhe em um estudo seu e nele está quase todo o dia, e não sai fora de casa, nem faz pagamento, nem contrato no dia com pessoa alguma sendo *recedor do Consulado* tendo negócios na dita casa”⁵⁶⁵.

Mesmo que o resguardo dos sábados possa ser pertinente à sua herança judaica⁵⁶⁶, a denúncia nunca foi a processo, nem maiores investigações a respeito de práticas judaizantes por parte de Ambrósio Fernandes Brandão, vieram à tona. Não obstante, investigações mais aprofundadas em torno da menção ao Consulado, suscitaram informações relevantes à sua trajetória mercantil⁵⁶⁷.

Mediante sua fundação em 1553, o *Consulado dos Mercadores* de Sevilha estaria destinado a tratar de competências que anteriormente seriam designadas à Casa da Contratação. Segundo Enriqueta V. Vilar (2004), essa nova instituição não somente assumia o modelo de uma guilda, mas também, seria semiprivada e versada em funções judiciais, administrativas e mercantis. Grosso modo, nascia sob a tutela da Casa da Contratação e auxiliava esse órgão na resolução de litígios entre mercadores, embora tenha vindo a desenvolver maior autonomia *a posteriori*⁵⁶⁸. Uma instituição de regimento similar foi estabelecida em Lisboa, por volta de 1592, como um gesto político por parte de D. Filipe II, em relação às camadas mercantis portuguesas⁵⁶⁹.

⁵⁶⁵ 4º caderno do promotor, f. 7b.

⁵⁶⁶ Sobre as influências judaicas presentes em Diálogo das Grandezas do Brasil, ver: COSTIGAN, L. H. *Through Cracks in the wall: modern inquisitions and New Christian Letrados in the Iberian Atlantic World*. Leiden; Boston: Brill, 2010. p. 136 – 147; MORDOCH, G. *Um cristão-novo nos trópicos: expansão imperial e identidade religiosa nos Diálogos das grandezas do Brasil de Ambrósio Fernandes Brandão*. *Colonial Latin American Review*, vol. 25, nº 2, 2016.

⁵⁶⁷ Acredita-se que esse seria um aspecto pouco referendado. Dentre aqueles que se destinaram a trabalhar sua trajetória, J. A. G. de Mello (1966) fez menção aos elementos pertinentes ao Consulado ao discorrer sobre a denúncia, mas não aprofundou esses aspectos ao reconstituir sua trajetória. Sobre isso, ver: BRANDÃO [MELLO], 1966, p. 13-15.

⁵⁶⁸ VILAR, 2004, P. 433 – 434.

⁵⁶⁹ “Filipe II outorga em 1592 a criação e o primeiro regimento do Consulado de Lisboa em tudo semelhante ao regimento do Consulado de Sevilha. O facto de se querer legitimar como rei de Portugal, agradando os mercadores de larga escala, e de potencializar o crescimento do comércio ultramarino português e aumentar, com isso, os rendimentos da Coroa, leva-o a conferir um juízo privativo, mas não privado, a todos os mercadores de Lisboa (portugueses e estrangeiros). As necessidades financeiras da fazenda real e a insegurança vivida pelos mercadores cristãos-novos devida às perseguições inquisitoriais levaram a que, em 1591, alguns dos maiores representantes da mercancia portuguesa se deslocassem a Madrid para negociar um perdão-geral e discutir alguns problemas derivados da insegurança da navegação marítima e outros tópicos comerciais. Em troca de os mercadores de Lisboa darem, por ano, oito navios para a constituição de uma armada de defesa marítima da costa, o monarca prometeu o perdão-geral e a criação do Consulado. Se o perdão-geral tardou décadas, o Consulado foi criado no ano seguinte, através da atribuição de um regimento pelo monarca, como agradecimento e forma de os agradar. Só dois anos depois, o Consulado produz um novo regulamento, mas que respeita as orientações daquele. Por isso, a atividade jurisdicional desta instituição torna-se frágil, uma vez que segue orientações externas ao corpo mercantil e não é autónomo da justiça régia”. (RIBEIRO, 2019, p. 150).

O Consulado de Lisboa funcionava de maneira a espelhar-se em Sevilha. Além da resolução de litígios entre mercadores, a instituição esperava também resolver matérias relacionadas às demais causas pertinentes ao trato, desde seguros, vendas, fretes e câmbios. Dentre essas atribuições, estariam ainda correlacionadas a própria arrematação das armadas para a defesa do tráfico comercial atlântico e a criação do imposto do Consulado, ou um direito de 3% pago sobre o valor de todas as mercadorias que entrassem nos portos, com exceção daqueles que anteriormente já gozavam de isenção. Não obstante, o Consulado de Lisboa não rendeu os mesmos frutos e foi extinto em 1602, embora o de Sevilha tenha continuado a exercer suas funções normalmente (RIBEIRO, 2019, p. 151).

Essencialmente, o *Recebedor do Consulado* ou *Receptor del Consulado* estaria encarregado de receber e cobrar as dívidas que eram devidas, assim como as rendas de juros, tributos e outros bens (VILAR, 2004, p. 441). Essas responsabilidades não estariam distantes das experiências prévias do mercador como cobrador dos dízimos na colônia, ou mesmo, como Tesoureiro dos Defuntos e Ausentes. De acordo com o que se encontra na denúncia, o acusador prestava serviços nas terras de Ambrósio Fernandes há cerca de um ano e, à essa altura, o Consulado de Lisboa já estaria dissolvido – levando a crer que quaisquer relações estabelecidas entre esse mercador e o Consulado, possivelmente seriam referentes a Sevilha. Ao mesmo tempo, o denunciante refere-se ainda a um possível contato naquela instituição, descrevendo como a família de *Francisco da Costa*, cristão-novo e guarda-mor do Consulado, vivia na propriedade dos Brandão e se tratavam como "parentes todos do dito Ambrósio Fernandes Brandão e como tais comunicam uns com os outros", apresentando diversos casos de proximidade entre as mulheres dessa família e Ana Brandoa, esposa de Ambrósio Fernandes⁵⁷⁰. Mediante esses elementos, acredita-se que sejam necessárias maiores investigações sobre os indicativos supracitados, presentes na denúncia.

No entanto, dando continuidade às suas atividades em Lisboa, observam-se não somente o recebimento dos açúcares despachados por seus carregadores e o desempenho de cargos, mas também, operações de crédito envolvendo variados agentes e consórcios. Segundo apontado por José A. Gonsalves de Mello, por exemplo, “em 1604 e 1605 Brandão transacionou com Cosme e Simão Roiz, comerciantes de Medina del Campo, na Espanha, por intermédio de Manuel da Veiga, mercador de Lisboa” (BRANDÃO [MELLO], 1966, p. 14)”.

⁵⁷⁰ 4º caderno do promotor, f. 5.

Parte considerável das atividades que ocorriam nas feiras de Medina del Campo, envolviam o pagamento de letras de câmbio – muitas emitidas a partir de Lisboa⁵⁷¹. No entanto, a praça servia ainda como base de operações para a firma de Simón Ruiz, um cristão-novo natural de Castela que, ainda no século XVI, dividia com os genoveses a função de mercador-banqueiro da Coroa Filipina. Antes de seu falecimento em 1597, teria formado a parceria *Simon y Cosme Ruiz* junto ao sobrinho, garantindo a continuidade dos negócios mesmo após sua morte. Por sua vez, no que diz respeito ao intermediário dessa transação, observa-se como este seria representante do grupo *Manuel da Veiga e irmãos*, formado por uma família cristã-nova estabelecida no eixo Lisboa-Antuérpia. Essa companhia participava dentre as principais distribuidoras de pimenta naquele período, através de agentes posicionados em cidades como Amsterdã e Veneza⁵⁷².

Embora comerciantes representassem a Coroa nas operações de crédito em Medina del Campo, ou na Antuérpia, com a finalidade de enviar recursos ao Exército de Flandres⁵⁷³, seria possível que as atividades supracitadas estivessem correlacionadas ao oriente. Isso se daria, considerando que os mesmos nomes e logísticas, aparecem diversas vezes nos negócios de João Nunes Coreia; ou mais precisamente, em suas letras de câmbio relacionadas ao comércio da pimenta (RICARDO, 2006, p. 103). Tanto esse comerciante quanto Ambrósio Fernandes Brandão, apresentam investimentos vinculados à Carreira das Índias, com os capitais do primeiro sendo aplicados através do consórcio dos Fernandes e o segundo, através dos Brandão⁵⁷⁴.

Não obstante, seria possível encontrar operações similares entre Ambrósio Fernandes e agentes mercantis mais próximos da colônia – a exemplo de Miguel Dias Santiago e Paulo de Pina.

Em uma letra passada por Miguel Dias Santiago dirigida a *Paulo de Pina* em Lisboa, datada de Olinda em 29 de janeiro de 1600, diz-se: “Pagará Vossa Mercê por esta primeira de câmbio nesta cidade de Lisboa a um ano vista a Ambrósio Fernandes Brandão 200\$ pelo valor recebido de *Antônio Lopes Brandão* seu irmão e ao tempo lhe faça bom pagamento. (BRANDÃO [MELLO], 1966, p. 13).

⁵⁷¹ PINTO, 2012, p. 60 – 66. Sobre a firma de Simón Ruiz, ver ainda: RIBEIRO, A. S. V. *Mechanisms and criteria of cooperation in trading networks of the first global age*. The case study of Sikon Ruiz network. Tese de doutorado. University of Porto, 2011.

⁵⁷² BOYAJIAN, 1993, p. 22. FRADE, 2006, p. 270-295. Manuel da Veiga deixou um Livro de Contas, que pode ser observado em: J. Gentil da Silva. *Stratégie des affaires à Lisbonne entre 1595 et 1607: lettres marchandes des Rodrigues d'Evora et Veiga*. Paris: Librairie Armand Colin, 1956.

⁵⁷³ PARKER, 1972, p. 146 – 148.

⁵⁷⁴ Appendix B: *Investors in the Carreira da Índia, 1580 – 1640*. In: BOYAJIAN, 1993, p. 254 – 257

Miguel Dias Santiago seria um mercador cristão-novo proveniente do Porto, cujos negócios se tornaram conhecidos na historiografia mediante a conservação de seu Livro de Contas – estudado por autores como José A. Gonsalves de Mello (1996) e Daniel Strum (2012). Embora tenha vivido na Bahia e em Pernambuco, entre 1596 e 1601, mudou-se para a Antuérpia e se tornou um dos cônsules dos judeus sefardi naquela comunidade. Apesar de suas correlações com Bento Dias Santiago serem motivos de debates⁵⁷⁵, esteve envolvido com o Engenho de Camaragibe de diferentes maneiras. Não somente a maior parte dos mercadores que foram denunciados por se reunirem naquela propriedade, pelo Vigário Doutel, tinham atividades recorrentes em seu Livro de Contas, como também, um de seus principais parceiros comerciais seria Duarte Fernandes, irmão de Diogo Fernandes de Camaragibe: ambos seus primos.

Outro de seus principais parceiros seria o supracitado *Paulo de Pina*, que foi enviado para fazer o pagamento da letra de câmbio a Ambrósio Fernandes Brandão, em Lisboa. Suas conexões comerciais estariam diretamente relacionadas às do irmão, Francisco de Ataíde; não somente um dos mercadores denunciados pelo Vigário Doutel, mas ainda, um dos correspondentes do próprio Miguel Dias Santiago no comércio açucareiro. Embora tenha servido como procurador dos interesses de seu irmão, Paulo de Pina teria ascendido também à posição de contratador da cobrança dos dízimos dos açúcares de Pernambuco após 1590 – sendo um dos sucessores de Bento Dias Santiago, no arremate desse contrato⁵⁷⁶.

Possivelmente essas operações estiveram relacionadas à indústria açucareira. Isso se daria, não somente considerando que os agentes envolvidos seriam ativos nesse mercado, mas principalmente, tendo em vista que grande parte dos negócios entre Ambrósio Fernandes e Miguel Dias Santiago envolveram carregamentos de açúcares – com o Livro de Contas apresentando assinaturas não somente do primeiro, mas também, de sua esposa, Ana Brandoa (BRANDÃO [MELLO], 1966, p. 16). Acrescenta-se ainda, como ambos os mercadores chegaram também a compartilhar agentes em comum, a exemplo de *Duarte Dias de Flandres*: primo de Miguel Dias Santiago e seu correspondente em Pernambuco, por volta de 1604. Entre 1595 e 1604, o mesmo representante esteve responsável por cuidar dos interesses e carregar açúcares para Ambrósio Fernandes Brandão. Mais tarde, viria ainda a se tornar feitor e cônsule na Antuérpia⁵⁷⁷.

⁵⁷⁵ Sobre a árvore genealógica de Miguel Dias Santiago, ver: MELLO, 1996, p. 35 – 39.

⁵⁷⁶ MELLO, 1996, p. 35-36.

⁵⁷⁷ SILVA, 2012, p. 146; FRADE, 2006, p. 356. Segundo Janaína G. F. Silva (2012), “entre os cristãos-novos com passagem por Pernambuco e estabelecidos na Antuérpia, destacamos Duarte Dias de Flandres e Miguel Dias Santiago. Em 1602, Duarte Dias de Flandres embarcava açúcar da capitania de Pernambuco que

Descortinar essas e outras características pertinentes à sua trajetória comercial, demonstram não somente como suas conexões estiveram intimamente relacionadas aos moradores e proximidades do Engenho de Camaragibe, mas também, como apesar de diversificar seus investimentos na Carreira das Índias, os açúcares nunca deixaram de ser seu principal interesse – o que não seria surpreendente, tendo em vista a maneira como discorreu sobre o produto nos *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Relembrar como a autoria dessa obra lhe foi atribuída seria relevante, principalmente levando em consideração como este dispunha de um elemento essencial a qualquer mercador: informações a respeito das principais tendências comerciais. Isso se daria, por exemplo, mediante seu acesso às rendas, inventários e dívidas dos falecidos em Lisboa, seu envolvimento nas matérias referentes ao Consulado, as operações de crédito com as casas mercantis na Espanha e em Portugal, assim como sua experiência trabalhando para o contratante dos dízimos dos açúcares. Não seria distante a esses indicativos, compreender Ambrósio Fernandes Brandão como um sujeito bem informado a respeito dos rumos comerciais a serem tomados e, em sua opinião, o Atlântico mostrava-se como a melhor das opções.

Estaria em sintonia com os olhares mais recentes em torno dos Diálogos, compreender a obra como um dos arbítrios destinados à Monarquia Hispânica, com suas intenções sendo principalmente voltadas à divulgar o Brasil como uma oportunidade a ser explorada e, ao mesmo tempo, um espaço favorável aos planos políticos dos Habsburgo: numa época em que a Coroa intencionava compreender as diferentes partes desse território, incentivando a organização de livros e relações, que melhor traduzissem suas características (BRITO, 2020)⁵⁷⁸.

Embora o personagem versado nos assuntos da colônia seja visto, por vezes, descrevendo situações em que esteve oferecendo conselhos às autoridades políticas, um dos principais expoentes arbitristas encontrados na obra, seriam as recomendações destinadas à Monarquia Hispânica acerca dos caminhos que deveriam ser tomados para tornar o Brasil a possessão mais valiosa dentre as conquistas, mediante o declínio gradativo das oportunidades asiáticas (PÉREZ, 2019, p. 69). Seria possível observar no *Diálogo Terceiro*, por exemplo, a construção dos argumentos de maneira a relacionar as possibilidades de enriquecimento e diversificação no Brasil, de modo a enfatizar seu potencial em contraste às logísticas da

supostamente iria a Lisboa, ser recebido por Manuel Gomes da Costa. Duarte esteve em Pernambuco entre 1595 e 1604, onde era carregador de açúcar e cuidava dos interesses de Ambrósio Fernandes Brandão. Em 1612, já estava na Antuérpia, onde aparece como feitor ou cônsul, posição que ocupará novamente em 1624, e envolvido com a comercialização do gengibre, pois o mesmo tinha também interesses no comércio oriental. Sabemos, por fim, que Duarte morre por volta de 1631". (2012, p. 146).

⁵⁷⁸ BRITO, 2020, p. 409 – 421.

Carreira das Índias. Ainda que os interesses comerciais de Ambrósio Fernandes se mostrassem abertos às oportunidades oferecidas na Carreira – investindo no setor através de consórcios intermediadores –, o desgaste das logísticas referentes ao trato asiático, tornaram-se uma pedra angular em suas intenções discursivas.

Nas linhas gerais defendidas por seu interlocutor, Brandônio, Ambrósio Fernandes enfatiza que apesar da circulação entre o Reino e as Índias envolver uma média de três a cinco naus carregadas de mercadorias ao ano, essas embarcações representavam despesas à Fazenda Régia, dispostas no pagamento do soldo dos soldados, no sustento da gente do mar e nas mercês destinadas aos fidalgos e outros particulares. Mediante o retorno dessas naus, as fazendas seriam arrendadas publicamente em leilão aos maiores arrematantes, que as tomariam através de contratos que nem sempre contribuía aos lucros previstos pela Coroa, que negociava descontos na Casa da Índia para melhor viabilizar essas práticas. Acrescenta-se ainda a possibilidade dessas naus sucumbirem perante os riscos encontrados no mar, em vista de circular entre diferentes entrepostos para arrecadarem a diversidade de mercadorias esperadas daquele mercado, que incluía desde as pimentas no Malabar, até as porcelanas e sedas da China⁵⁷⁹.

Do contrário, os açúcares e as demais especiarias encontradas nas Capitanias do Brasil formavam um volume maior de carregamentos aportando ao Reino, mas sem as mesmas diligências que envolviam os circuitos no Oriente e com valor agregado suficiente para corresponder às taxas exigidas pela Alfândega de Lisboa e o Imposto do Consulado, de maneira a render à Fazenda Régia “(...) mais de trezentos mil cruzados, sem ele [o Rei] gastar nem despender na sustentação do Estado um só real de sua casa, porquanto o rendimento dos dízimos, que se colhem na própria terra, basta para sua sustentação” (BRANDÃO [MELLO], 1966, p. 78). Nesse sentido, enquanto seus argumentos destinados à Corte enfatizavam um retorno tributário viável, seu discurso aos homens de negócio assume uma outra perspectiva e ressalta a maneira como no Brasil, seria possível acumular *bens de raiz*, em contraste à liquidação das fazendas asiáticas em Lisboa.

Isso é maior indício de sua riqueza, porque os homens da Índia, quando de lá vêm para o Reino trazem consigo toda a fazenda tinham, porque não há nenhum que tenha lá bens de raiz e se os têm são de pouca consideração; e como todo o seu cabedal está empregado em cousas manuais embarcam-nas consigo, e do preço por que as vendem no Reino compram essas rendas e fazem essas casas; mas os moradores do Brasil tôda a sua fazenda têm metida em bens de raiz, não é possível serem levados para o Reino, e quando algum para lá vai os deixa na própria terra, e dêsses deveis de conhecer muitos em Portugal, e assim não lhes é possível deixarem

⁵⁷⁹ BRANDÃO [MELLO], 1966, p. 74 - 77

cá tanta fazenda e comprarem lá outra, contentando-se mais de a terem no Brasil pelo grande rendimento que colhem dela. E, para concluirmos, nesta terra achareis muitos homens que têm a cinquenta, cento e ainda duzentos mil cruzados de fazenda, e na Índia muitos Poucos dêstes, e, se os que vivem no Brasil, fossem mais curiosos, de maiores cousas poderiam lançar mão para se fazerem ricos e Sua Magestade colher mais rendimento dêle. (idem, 1966, p. 84).

Não há surpresas em observar que os bens defendidos por Ambrósio Fernandes se traduziam em engenhos e sesmarias, com seu interlocutor promovendo os açúcares como um veículo destinado tanto ao acúmulo de prestígio, quanto de cabedais – ou “a principal cousa com que todo este Brasil se enobrece e faz rico” (ibid, p. 84). Destarte, Brandônio aconselha aos eventuais interessados não somente a necessidade de se ter bons oficiais, lenhas, formarias, uma grande quantidade de dinheiro e uma média de 15 a 20 juntas de gado com carros aparelhados, mas também, uma força de trabalho que contasse com algo em torno de 50 escravizados (ibid, p. 87).

Esses argumentos despertaram perspectivas como as de José M. S. Pérez (2019), que encontram nos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, um aceno à viragem ibérica ao Atlântico. Os relatos presentes na obra terminam por servir como um testemunho de elementos cruciais à construção da colônia, desde os pormenores da indústria açucareira, o estabelecimento das bases institucionais, ou mesmo, as primeiras manifestações da transição da mão-de-obra escravizada indígena, à africana⁵⁸⁰. De maneira similar, Luís F. de Alencastro (2000) reconheceu em Ambrósio Fernandes Brandão um sujeito representativo da mentalidade comercial vigente, atentando-se às oportunidades oferecidas no escoamento de capitais da Ásia ao Atlântico. Sua obra tornou-se um reflexo desse movimento: promovia as vantagens da economia de produção escravista, em contraste à economia de circulação no oriente.

No movimento de arribação de capitais do Oriente para o Ocidente delinea-se o pensamento econômico de um morador da Paraíba, bem conhecido dos leitores e estudiosos da história colonial, Ambrósio Fernandes Brandão, autor de *Diálogos das Grandezas do Brasil* (1618). (...) Seguindo os acontecimentos em curso nas duas pontas do ultramar, Ambrósio aparece como um genuíno representante do capitalismo comercial: como um mercador-empresário em busca de investimentos geradores de negócios. Seu livro defende as vantagens da economia de produção escravista luso-brasileira sobre a economia de circulação asiática. (ALENCASTRO, 2000, p. 102).

A Capitania da Paraíba tornou-se o espaço por excelência a essas estratégias, onde Ambrósio Fernandes Brandão disseminaria uma tríade de engenhos nas várzeas do rio homônimo, mediante seu retorno às partes do Brasil (c.1607). Para além do que já possuía em

⁵⁸⁰ PÉREZ, 2019, p. 25 – 26.

Pernambuco⁵⁸¹, foram estabelecidos o Cosme e Damião [ou Inhobi], cuja construção foi iniciada por seus representantes ainda em 1605, o São Gabriel [ou o Engenho do Meio], que seria moente por volta de 1609⁵⁸² e o Gargaú, cuja montagem viria a ser iniciada apenas em 1613. No que diz respeito à última propriedade, o mercador entrou com um pedido de sesmaria reforçando os serviços prestados nas guerras, sua posição como Capitão de Infantaria e como já seria senhor de mais dois engenhos na mesma jurisdição⁵⁸³.

Embora seus caminhos não encontrassem continuidade para além do momento *antebellum*, as propriedades foram herdadas por seus filhos, que deixaram as terras mediante o domínio neerlandês sobre a região – com os engenhos sendo confiscados e repassados (GONÇALVES, 2007, p. 245). Não obstante, os destinos de seus descendentes seriam elucidativos das posições sociais assumidas pelas gerações seguintes. Um de seus filhos, Duarte Brandão, teria escrito um memorial à Coroa dos Habsburgo em 1635, solicitando mercês e compensações pelos serviços prestados nas guerras contra os neerlandeses e as perdas sofridas por sua família nesses conflitos, ressaltando as condições de Cavaleiro e Fidalgo da Casa Real de seus irmãos.

“(…) Apresentava Jorge Lopes Brandão, seu irmão, como Cavaleiro da Ordem de Cristo, Luís Brandão, também seu irmão, como capitão de infantaria, e seu sobrinho, Francisco Camelo Brandão, como fidalgo da Casa Real. Afirmava serem todos residentes em Pernambuco, no momento em que escrevia, e dizia terem perdido, com sua saída da Paraíba, mais de cento e cinquenta mil cruzados de rendimentos anuais. Não esquecendo também de mencionar o quão renomada a família se havia tornado por ter abandonado suas propriedades para seguir combatendo pela Coroa (...) Segundo ele, sua família teria investido de forma tal

⁵⁸¹ Em partes, a guinada à Paraíba poderia ter sido motivada também – como demonstrado por José M. S. Pérez (2019) – devido a confiscos em suas terras em Pernambuco, referentes ao Engenho de São Bento: “Se trata de una carta de enero de 1604 del rey Felipe III al ya citado virrey de Portugal, Afonso de Castelbranco, indicando que había visto una consulta enviada por Ambrósio Fernandes Brandão al Desembargo do Paço solicitando que fuese restituida su propiedad de unas haciendas cuya posesión había sido usurpada. El rey consideró este caso de especial interés, pues ordenó al virrey que un tal Antão Álvares Sanches, enviado por el monarca a Brasil para “algunas diligencias de su servicio”, hiciera una investigación sobre el asunto. Antão debería “arrestar a los culpables y proceder contra ellos” y luego enviarlos al Oidor General y al Tesorero de los Difuntos, con la restitución inmediata de la propiedad de las haciendas de Brandão, sin posibilidad de apelaciones. No tenemos muchos más datos sobre lo que motivó esta denuncia, pero podemos aventurar que tuvo que ver con una supuesta confiscación que afectó al ingenio de São Bento, propiedad de Brandão en Pernambuco, pues desde 1604 no volvió a aparecer en la documentación y en esa fecha cesaron las remesas de azúcar que el autor recibía periódicamente desde Recife. Además, en 1605 comenzó, por orden de Ambrósio, la construcción de su primer ingenio en Paraíba” (PÉREZ, 2019, p. 36).

⁵⁸² GONÇALVES, 2007, p. 245 – 246; BRITO, 2020, p. 362.

⁵⁸³ “Ambrósio Fernandes Brandão, capitão de infantaria, morador nesta capitania e dos primeiros conquistadores, diz que indo muitas vezes por capitão de infantaria nas guerras aos gentios Petigoar e Francezes, e que sendo possuidor de dois engenhos de fazer assucar moentes e correntes, queria fazer outro novo engenho na ribeira de Gargaú; e porque lhe era necessário mais terras do que as que tinha, assim para lenhas como para logradouro dos ditos engenhos, requeria a concessão de duas ilhotas, que estão entre o rio que chamão do Francez e o rio Gargaú que são as primeiras que vão para o rio da Parahyba (...)” (TAVARES, 1909, p. 35).

no conflito que teria passado pelo menos cinco anos sem produzir açúcar de forma significativa e comerciável. (SILVA, 2016, p. 356).

Não somente prestariam contribuições ao financiamento das tropas arregimentadas para as guerras contra os neerlandeses, assumiriam posições como capitães de infantaria e ascenderiam à títulos de cavalaria, mas também, o próprio *Jorge Lopes Brandão* deixaria de ser senhor de engenho para transferir-se à Espanha, onde continuaria a desempenhar funções similares. Mais precisamente, “(...) lutava ao lado da nobreza navarra contra os franceses nas fronteiras espanholas (...). Pouco depois estaria entre os fidalgos portugueses recrutados para atuarem na repressão à revolta catalã, para a qual teria, inclusive, contribuído com recursos próprios” (ibid, p. 359).

Esses e outros caminhos percorridos por Ambrósio Fernandes Brandão terminam por revelar aspectos de uma mobilidade social construída na interseção entre as guerras e o comércio, mediante seus serviços como combatente e credor em campanhas que se estendem desde os avanços de D. Sebastião no Marrocos, até a conquista da Capitania da Paraíba. Nas cinzas de ambos os conflitos, foi agraciado com posições na administração ultramarina, que incluíam os cargos de Escrivão na Feitoria de Malaca e Tesoureiro dos Defuntos e Ausentes em Lisboa. Não obstante, uma das principais recompensas provenientes de sua participação nas investidas sobre o Rio Paraíba, seriam os engenhos e sesmarias estabelecidos no território conquistado – tão caro aos seus interesses comerciais.

Embora detalhes acerca de suas dinâmicas mercantis permaneçam lacunares, seria possível indicar como suas conexões estariam intimamente relacionadas ao Engenho de Camaragibe e as sociabilidades construídas a partir desse espaço, com ênfase à figura de Bento Dias Santiago, responsável por arrematar os contratos referentes ao pau-brasil e aos dízimos dos açúcares, sendo Ambrósio Fernandes Brandão seu feitor e subordinado na arrecadação dos tributos referentes a segundo contrato. No entanto, seus negócios assumiram maiores proporções principalmente quando esteve sediado em Lisboa.

Além de manter contatos no Consulado de Sevilha, seria correspondente no recebimento dos açúcares, além de se envolver em operações de crédito intermediadas por casas mercantis que incluíam firmas estabelecidas no eixo Lisboa-Antuérpia e Medina del Campo, apresentando investimentos no oriente através de consórcios vinculados ao comércio da pimenta. Não somente o acesso às rendas, investimentos e dívidas dos falecidos em Lisboa, como também o conjunto dos negócios exercidos da Ásia ao Atlântico, certamente lhe

deixaram informado a respeito das tendências comerciais a serem seguidas – repercutindo diretamente na escrita dos Diálogos das Grandezas do Brasil.

Apesar dos abalos que recaíram sobre o Engenho de Camaragibe mediante a primeira visitação inquisitorial – e a denúncia feita ao Santo Ofício em Lisboa –, não há indicativos de que seus negócios tenham sofrido atribulações provenientes do cenário de perseguições. Para Ambrósio Fernandes Brandão, servir como Capitão dos Mercadores nas guerras de conquista e a manutenção de sua tropa particular, serviram tanto às suas estratégias de negócios, como de ascensão social. Apesar de galgar posições no reino, o mercador demonstrou grande interesse em expandir seus negócios no âmbito dos açúcares e, para tanto, as guerras de conquista foram indispensáveis. Esses caminhos permitiram ainda que seus descendentes ascendessem a posições de fidalguia, auferindo títulos de cavalaria mediante a própria atuação dos herdeiros nas guerras contra os neerlandeses na colônia e os franceses, em Navarra – novamente, capitaneando tropas e contribuindo com recursos.

Considerações finais

Descortinar as experiências dos capitães dos mercadores nas guerras de conquista da Paraíba, assim como os espólios provenientes dos conflitos, termina por revelar aspectos das dinâmicas comerciais envolvidas nesse processo.

Embora Fernão Soares da Cunha não tenha tomado partido na abertura comercial da nova capitania, sua participação nessas guerras contribuiu – junto ao matrimônio – para a ascensão à elite política de Pernambuco, tornando-se juiz de órfãos em Olinda. Ainda que olhares superficiais sobre sua trajetória demonstrem um senhor de engenho cujos caminhos seriam típicos da nobreza da terra, uma aproximação de suas atividades e contatos revelam uma trama de agentes comerciais que perpassavam por caixeiros flamengos, ou mesmo, negociantes de escravizados estabelecidos na Corte de Madrid.

Por sua vez, Ambrósio Fernandes Brandão desempenhou um papel essencial no processo de abertura comercial da Capitania da Paraíba, estabelecendo uma tríade de engenhos sobre as várzeas do rio homônimo e escoando a produção através de seus procuradores, quanto esteve sediado no reino – servindo como Tesoureiro dos Defuntos e Ausentes, em Lisboa. Durante esse período não somente negociou com firmas estabelecidas nas feiras de Medina del Campo ou no eixo Lisboa-Antuérpia, como também, apresentou investimentos na Carreira das Índias através do consórcio dos Brandão. Enquanto isso, na colônia, seus principais contatos comerciais seriam provenientes do Engenho de Camaragibe,

cujas carreiras alavancadas, englobaram desde contratantes coloniais, até negociantes no Oriente e arrematantes dos *asientos* na Corte de Madrid, referentes aos escravizados de Angola, ou às *provisiones generales*.

Apesar de denunciados, os capitães dos mercadores não foram a processo pelo Santo Ofício. No momento da conquista, seriam ambos agentes mercantis com conexões diretas a homens de negócios interessados no arremate dos contratos coloniais e ultramarinos, com ênfase nos dízimos dos açúcares e no pau-brasil. Não obstante, suas principais intenções comerciais voltavam-se ao estabelecimento de bens de raiz na forma de sesmarias e engenhos, ao passo que suas estratégias matrimoniais, mercantis e os serviços prestados, repercutiram na mobilidade social das gerações seguintes, que se perpetuaram em meio às elites coloniais, ou mesmo, ascenderam a títulos de cavalaria e fidalguia – distanciando-se da ancestralidade sefaradi no decorrer das gerações.

4.1.2. "O homem que melhor cumpriu as obrigações do apresto das Armadas": os irmãos Nunes Correia entre os contratos e os negócios da guerra.

A modernidade impactou a cavalaria de maneira a fazer com que esse segmento perdesse seu espaço paulatinamente para os regimentos de infantaria no campo de batalha. No entanto, seu prestígio simbólico encontrava continuidades e tornava a posse de cavalos um indicativo de riqueza e distinção social entre os combatentes (HESPANHA, 1986, p. 416).

Essas características tornaram-se relevantes à Segunda Jornada ao Rio Paraíba, com o segmento envolvendo-se ativamente nos combates, mas também, ficando responsável por prover o necessário no decorrer da companhia. Ou mais precisamente, compunham a cavalaria aqueles que “a tudo supriam”. Acompanhando os combates nessa unidade, estaria João Nunes Correia, cuja participação se deu após seu envolvimento inicial na negociação de créditos entre Martim Leitão e os mercadores de Pernambuco, para o sustento das tropas de presídio no Forte de S. Filipe e S. Tiago. Uma média de 100 homens, por um tempo de seis meses, contabilizando um total de 6 mil cruzados repartidos entre o grupo disposto a negociar esses valores⁵⁸⁴.

No entanto, João Nunes Correia não seria o único membro da família a se envolver nas guerras de conquista. Quando as tropas foram arregimentadas novamente para seguir em direção ao território que se formava, um de seus irmãos, Diogo Nunes Correia, tomou parte na terceira jornada, embora os detalhes acerca de sua experiência sejam pouco evidentes. Não

⁵⁸⁴ SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 46.

obstante, esse também viria a servir como capitão de uma tropa composta por colonos portugueses e indígenas tabajaras, em avanços subsequentes e de menor proporção, contra aldeamentos potiguares⁵⁸⁵.

Ambos seriam provenientes de Castro Daire e vinham de uma família que se dedicava à agricultura e ao trato mercantil. Desembarcando nas partes do Brasil ainda no início da década de 1580, os negócios de João e Diogo Nunes Correia seriam administrados a partir de Lisboa pelo irmão mais velho – Henrique Nunes –, que desde 1586, estaria envolvido no carregamento de açúcares e pau-brasil com destino ao Reino. Pensar suas atividades em tríade seria importante aos momentos iniciais. Isso se daria, tendo em vista que o Engenho Santo André, estabelecido nas várzeas do Rio Paraíba, por volta de 1590, pertencia a Diogo e Henrique, enquanto João participava na administração da propriedade⁵⁸⁶

Levando em consideração suas defesas estarem de acordo com os padrões exigidos e por estar localizado nas áreas limites da colonização na região, o engenho ficou conhecido como o “Forte da Fronteira”. Também, sendo uma das primeiras fábricas erguidas no território, tornou-se um dos recursos disponíveis à Coroa e aos seus oficiais, para perpetuarem o processo de conquista e manutenção do espaço, posicionando tropas hispânicas na propriedade⁵⁸⁷. Grosso modo, essas condições se deram considerando que a disseminação dos engenhos na Capitania da Paraíba, ocorreu em meio a novos conflitos contra a aliança franco-potiguara, cujos desdobramentos contribuíram à continuidade da expansão ao Norte, que culminou no estabelecimento da Capitania do Rio Grande, em 1597⁵⁸⁸.

Aqueles que se destinaram a observar de perto as estratégias dos irmãos Nunes Correia, afirmam como até sua morte, em 1598, Henrique Nunes administrava de maneira efetiva as atividades do consórcio, dirigindo os demais às melhores oportunidades a partir de Lisboa⁵⁸⁹. A participação de seus representantes nas matérias de guerra demonstrava que essa seria uma área de interesse aos investimentos da família. Além dos créditos destinados à manutenção das tropas de presídio no Forte de S. Filipe e S. Tiago e às jornadas de Martim Leitão, dessa vez, ficou a cargo de Diogo Nunes Correia repassar ao Capitão-mor da Paraíba uma quantia referente a 140 mil réis – voltadas ao sustento dos Tabajaras [índios de paz] que assistiam nas fronteiras.

⁵⁸⁵ SALVADOR, 1918, p. 344 - 345.

⁵⁸⁶ COSTA, 2001, p. 56; ASSIS, 1998, p. 114.

⁵⁸⁷ SALVADOR, 1918, p. 343; LINS, 2014, p. 13-15.

⁵⁸⁸ GONÇALVES, 2007, p. 129-134; HEMMING, 1978, p. 169 - 172

⁵⁸⁹ VÁSQUEZ, 2004, p. 144 – 151; RICARDO, 2006, p. 99

Considerando o teor da *provisão*, possivelmente os Tabajaras aos quais o total foi destinado se tratavam não somente dos moradores dos aldeamentos da região, mas principalmente, parte dos efetivos indígenas responsáveis pela defesa do território, com o valor contribuindo aos 20 mil réis destinados todos os meses ao presídio dessas tropas durante um ano, de modo a deixá-los “contentes” e evitar possíveis revoltas ou motins por parte dos contingentes – o que impactaria a segurança do Forte da Fronteira.

D. Francisco de Souza do Conselho d'El-Rey, nosso senhor Governador-geral deste Estado do Brasil vos faço saber que Eu passei uma provisão para se darem aos índios que assistem na Capitania da Paraíba por tempo de um ano vinte mil réis cada mês para comprarem com eles as quais cousas necessárias para seu sustento e para os ter contentes (...) e despendia o dito dinheiro com os *ditos índios que assistem nas ditas fronteiras onde estão de presídio*.

(...)

É verdade que recebi 140 mil réis de Diogo Nunes por conta de Duarte Reimão almoxarife de Pernambuco os quais 40 mil réis despendi com os índios de paz na Capitania da Paraíba servem a saber 20 mil réis cada mês conforme a provisão do senhor governador pela qual se começou a vencer de primeiro de janeiro de noventa e dois (...) ⁵⁹⁰

Os contínuos investimentos nessas questões seriam provenientes dos interesses de Henrique Nunes nos açúcares da região – e possivelmente no pau-brasil que as matas da capitania tinham a oferecer. À altura da primeira visitação inquisitorial, por exemplo, Diogo Nunes estava terminando de concluir o *segundo* engenho nas várzeas do Rio Paraíba, novamente em sociedade com Henrique ⁵⁹¹. Entretanto, recebeu denúncias suficientes para que seu caso fosse investigado e levado a processo. Ao todo, foram cinco acusações enquadradas no crime de *heresia*, relatando diferentes momentos em que Diogo Nunes Correia teceu comentários sobre como não seria pecado dormir com mulheres solteiras ou indígenas, desde que oferecesse pagamento em troca ⁵⁹². Sua sentença, atribuída aos 2 de agosto de 1594, seria comparecer ao auto-de-fé com a cabeça descoberta, cingido por uma corda, segurando uma vela acesa e fazendo a abjuração de Levi ⁵⁹³. Receberia também instrução na fé católica e

⁵⁹⁰ AHU_ACL_CU_014, Cx. 1, D. 2. Esse documento seria a cópia de uma provisão originalmente emitida em novembro de 1593. O traslado foi passado em maio de 1615.

⁵⁹¹ "(...) E elle Reo [Diogo] he lavrador e sñor de hum engenho na parayba moente e corrente e de outro que se esta acabando nos quaes tem somente a metade e a outra metade he de seu irmão Enrique". Processo de Diogo Nunes, Tribunal do Santo Offício, Inquisição de Lisboa, proc. 6344, f. 24.

⁵⁹² Processo de Diogo Nunes, f. 27-28.

⁵⁹³ “A abjuração era uma retratação feita quer em privado, perante a mesa do tribunal, quer em penitência pública. Esta podia ser realizada em domingo ou dia santo durante a missa, na qual era lida a sentença do penitenciado, presente ao ato, ou em solenidade especial presidida pelo Visitador, em auto-de-fé. A abjuração podia ser de duas naturezas de conformidade com a culpa e o grau de indícios de heresia que se havia obtido contra os acusados: a abjuração de levi suspeito na fé ou do vehementi suspeito na fé” (MELLO, 1998, p. 169).

deveria ser submetido a penitências espirituais, além de ser exigido o pagamento de cem cruzados para arcar com as despesas do tribunal⁵⁹⁴.

Autores como Ângelo F. de Assis atribuíram a condenação às perseguições contra o irmão, ou mais precisamente, “o licenciado do Santo Ofício captou a lógica colonial ao tentar desmontar a ‘entourage’ que mais estreitamente gravitava em torno de João Nunes” (1998, p. 271). Isso se daria, considerando que embora fosse associado a Henrique Nunes nos engenhos, Diogo Nunes Correia estaria diretamente subordinado a João Nunes na hierarquia interna (RICARDO, 2006, p. 126). Assim, quaisquer atribulações que recaíssem sobre um, terminariam por impactar o outro, de maneira a minar a influência que a família tinha no Brasil⁵⁹⁵.

No entanto, seria pertinente observar como a relação entre ambas as partes já se mostrava fragilizada e ruía por dentro, enquanto as atividades inquisitoriais intensificavam a situação. Isso se daria, considerando que quando o tribunal decidiu investigar o próprio João Nunes Correia, encontrou em seus pertences uma carta enviada por Diogo, na qual assinava como “o irmão que nunca nascera”. Entretanto, por entre as queixas de cunho íntimo, afloram também tensões relacionadas aos negócios entre ambos, largamente motivadas por dívidas⁵⁹⁶.

Esses indicativos seriam relevantes, considerando que as palavras de Diogo Nunes Correia provavelmente não representaram uma rixa momentânea entre irmãos, mas sim, um rompimento nas relações, com este indivíduo pedindo as contas relativas à parceria. Essa constatação se dá, tendo em vista que mesmo com a carreira de João Nunes Correia ascendendo a patamares consideráveis após a primeira visitação inquisitorial, não se encontram mais vestígios de negócios sendo exercidos com o irmão. O Engenho Santo André

⁵⁹⁴ Processo de Diogo Nunes, f. 28-29.

⁵⁹⁵ “Compreendendo a azeitada rede de relações montada em torno do mordomo profanador e a necessidade de desmontá-la para tornar mais indefesa sua vítima, Mendonça procurava desbaratar a “quadrilha” que cercava João Nunes. Atuando sobre a “gendarmeria” do fazedor de onzenas, enfraquecia-o, limitando suas ações e deixando-o à mercê do Santo Ofício. Não bastava prender Nunes: era preciso minar toda a rede de poder que o sustentava”. (ASSIS, 1998, p. 272).

⁵⁹⁶ “O que só quero é que Vossa Mercê, com muita diligência, faça suas contas e mas mande trasladadas de tudo o que deve em Portugal e eu devo no Brasil, e do que lhe entreguei e do que me deixou. E feito isso, se achar que há dinheiro para eu pagar o que devo no Brasil, me dê dívidas para as eu cobrar e com elas pagar a quem devo (...) Não quero de Vossa Mercê outra coisa, nunca a pretendi. Pesa-me fazer Vossa Mercê a tantos verdadeiros, assim em Portugal como no Brasil, mas como sempre me defendi com todos, com dizer que não lhe queria nada, nem na pretendia, me satisfaço isso: faça Vossa Mercê com muita brevidade, porque não havendo com que eu possa pagar o que devo, saberei o que hei de fazer”. *Traslado de uma carta que mandou Diogo Nunes, irmão do réu João Nunes, ao mesmo réu, a qual se achou entre os papéis do réu quando se fez o inventário de sua fazenda depois de preso*. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inquisição de Lisboa, processo nº 885. Transcrição parcial proveniente de: ASSIS, 1998, p. 275 - 276.

viria a ser repassado a interessados antes mesmo do domínio neerlandês, enquanto da outra fábrica não se tem mais notícias⁵⁹⁷.

A descontinuidade dos engenhos seria representativa da ruptura que recaiu sobre os negócios dos irmãos Nunes Correia na colônia, mediante o cenário inquisitorial. Considerando a maneira como os cristãos-novos seriam um alvo das perseguições, o saldo das conquistas para os descendentes dos conversos que se envolveram nas guerras, não seria o mesmo quando comparados aos cristãos-velhos, considerando que os espólios dos conflitos não representavam uma garantia da posição social dos sujeitos, tendo em vista os riscos da conjuntura persecutória. Não obstante, como observado por Janaína G. F. Silva (2012, p. 143), as atividades inquisitoriais nem sempre representaram o dismantelamento geral dos negócios das redes mercantis. Enquanto alguns dos mercadores cujos negócios não sofreram maiores impactos se perpetuaram nessas partes – caso fosse de interesse –, outros, como João Nunes Correia, encontraram continuidade nos negócios mediante a realocação para outros espaços.

Enquanto muito foi dito a respeito de João Nunes Correia e suas atividades na colônia⁵⁹⁸, pouco se conhece a respeito dos serviços que garantiram sua nomeação como *Alcaide-mor* nas províncias de Honduras e Guatemala, em 5 de outubro de 1585. Apenas dez dias após essa data, estaria partindo na cavalaria da segunda jornada ao Rio Paraíba e, em termos documentais, seria possível indicar que as únicas informações referentes aos serviços prestados viriam dos créditos negociados para o sustento das tropas de presídio, em meados daquele mesmo ano. Entretanto, mesmo a concessão da mercê não fornece maiores informações a respeito dos caminhos que o levaram à nomeação.

Don Phelipee II. Acatando la habilidad, suficiencia y buenas partes de vos Juan nunez correa y lo que me haveis servido, tengo por bien que seais mi alcaldemayor de las minas y Registros dellas de la provincia de Honduras y de las de Apaçapo y la villa de la Chuluteca de la provincia de Guatemala (VAZQUEZ, 2004, p. 471).

⁵⁹⁷ Segundo Regina C. Gonçalves (2007, p. 244), o Engenho Santo André estaria nas mãos de Lopo de Abreu ainda de 1616.

⁵⁹⁸ Muito foi dito a respeito dos negócios que João Nunes Correia desempenhou na colônia, assim como seu encontro com o inquisidor na primeira visitação inquisitorial ao Brasil. Dentre os trabalhos mais recentes, por exemplo, Silvia C. Ricardo (2006) dedicou-se a compreender as dinâmicas da rede mercantil ao qual o mercador participava, a partir de seu posicionamento nos circuitos e suas relações. Por sua vez, Ângelo A. F. Assis (1998), procurou reconstituir os passos desse sujeito na colônia, com foco sobre as atividades inquisitoriais. Não obstante, os caminhos que foram seguidos por esse sujeito após sua prisão em Lisboa, em decorrência do processo iniciado pelo Santo Ofício, permanecem explorados em menores proporções. Uma exceção seriam as pesquisas feitas por Jesus A. C. Vázquez (2004), voltadas a compreender suas estratégias de mobilidade social na Corte dos Habsburgo.

Embora não haja indicativos de que tenha desempenhado essa função, Jesús A. C. Vázquez (2004) não exclui a possibilidade de que tenha exercido essas responsabilidades, através de procuradores⁵⁹⁹. Nesse período, seus olhares estariam voltados à ascensão de sua família nas capitâneas do Brasil, garantindo sociabilidades entre as autoridades locais e os principais homens de negócios em atuação na colônia. Mais precisamente, João Nunes Correia viria a se tornar um dos mais destacados representantes da açucarcocracia, ainda que ao mesmo tempo, tenha sido alvo de grandes controvérsias.

Convivia com os donos do poder, possuía intimidade com os de grande importância na colônia, julgava a todos como passíveis de suborno, comprando alguns. Sabia que despertava inveja e medo; muitas vezes, ódio. O que não conseguia legalmente, alcançava com dinheiro: ‘rico e poderoso, os da governança e grandes fazem o que ele quer’. Seu convívio entre os donos de engenhos, com os quais mantinha relações de negócio – mesmo de onzena, socorrendo-os com recursos para a continuidade da produção açucareira durante os momentos de crise –, se fazia também amistoso. Entre os representantes da elite, e fazendo parte dela, assimilara a preferência pelos mimos que a fortuna lhe trazia, homem extremamente rico que era (ASSIS, 1998, p. 119).

Para esse homem de negócios, investir e participar nas guerras coloniais seriam atividades vinculadas principalmente às suas estratégias de ascensão social e expansão de sua rede mercantil, tornando o financiamento e envolvimento nas conquistas, parte da abertura e da diversificação dos negócios no território. Enquanto Diogo Nunes assumia parte significativa do setor produtivo, João Nunes mantinha-se com os olhares voltados não somente à circulação dos produtos, mas também aos contratos. Desde 1590, intencionava arrematar o contrato dos dízimos de Pernambuco, mas sem sucesso. Essas disputas também contribuíram para que angariasse inimizades entre os concorrentes⁶⁰⁰. Não obstante, em conjunto com outros associados, conseguiu arrematar o contrato referente ao pau-brasil no ano de 1594 – tornando-se o sucessor de Bento Dias Santiago e André Soares. Para tanto, o valor oferecido girava em torno de 30 mil cruzados, que deveriam ser pagos na forma de uma quantidade de *pólvora* em valor equivalente, relegando ao consórcio o transporte e venda de cerca de dez mil quintais anuais da madeira, numa quantia estipulada de três cruzados (VAZQUEZ, 2004, p. 102).

⁵⁹⁹ “Juan Núñez Correa fue un hombre señalado en la sociedad brasileña del último tercio del XVI. Su llegada a Brasil nos es desconocida puesto que, como veremos oportunamente, fue nombrado por Felipe II, el día 5 de octubre de 1585, Alcalde Mayor de Minas de Honduras para el quinquenio 1586 sin que podamos afirmar que desarrollase el cargo por sí mismo, algo que sospechamos no hizo puesto que ninguno de sus denunciantes ante el Santo Oficio hiciera mención, en ningún momento, ni a períodos de ausencia ni a fechas de regreso. Por lo tanto, es plausible suponer que desarrolló su función através de una tercera persona de la que, de momento, desconocemos su identidad” (VÁZQUEZ, 2004, p. 123).

⁶⁰⁰ MELLO, 1996, p. 66. ASSIS, 1998, p. 110 – 111.

De maneira a cumprir com os termos do contrato, o consórcio incluía mercadores como André Lopes Pinto, Manuel Fernandes Angel e outros representantes estabelecidos entre Hamburgo e a Antuérpia⁶⁰¹. Categoricamente, o primeiro dos sócios seria um dos principais nomes dos Pinto, cujos negócios se alastravam sobre diferentes praças, negociando diamantes, sal, açúcares, pau-brasil e arrematando contratos referentes ao aprovisionamento das tropas de presídio e fortificações no Norte da África (BOYAJIAN, 1986, p. 48). Enquanto isso, embora não tenha sido possível encontrar maiores informações sobre o segundo, sabe-se que a família Angel seria uma das principais empresas do circuito asiático e na distribuição da pimenta pela Europa (idem, p. 6).

Essas e outras conexões tornam-se elucidativas da relevância assumida pela rede comercial dos irmãos Nunes Correia, assim como de seus contatos. Reconstituindo alguns dos pontos mais relevantes no feixe de circuitos, Silvia C. Ricardo (2006) demonstra como as malhas perpassariam por algumas das principais casas mercantis portuguesas daquele período, de maneira a conectar os negócios atlânticos partidos da colônia, intermediados no eixo Lisboa-Porto e destinados à Antuérpia, apoiando-se em conexões que englobavam não somente as praças hispânicas, mas também, os circuitos asiáticos. Essas conexões ofereciam o suporte necessário para que os negócios dos Nunes Correia se estendessem das especiarias coloniais, à pimenta na Ásia e aos contratos⁶⁰².

Não obstante, Janaína G. F. Silva (2012, p. 116) indica como não seria necessário que o contratador responsável por esse arremate desempenhasse seu papel estando presente na colônia, desde que nessas partes fosse representado por procuradores que não fossem de naturalidade flamenga ou inglesa. Seria esse o caso de um dos sócios supracitados, André Lopes Pinto, que ascendeu novamente a esse contrato entre 1617 e 1623, mesmo estando em Portugal. Também seria esse o exemplo do próprio João Nunes Correia que, mediante a primeira visitação inquisitorial no Brasil, o mercador viria a cimentar sua posição como arrematador e participante de diferentes contratos; encontrando lugar em meio à Corte dos Habsburgo e administrando seus negócios – incluindo o contrato do pau-brasil – a partir de Madrid. (VASQUEZ, 2004, p. 103).

Sendo um dos processos mais contemplados pela historiografia no que diz respeito à primeira visitação inquisitorial na colônia⁶⁰³, indica-se, de maneira breve, como João Nunes

⁶⁰¹ VÁZQUEZ, 2004, p. 102; RICARDO, 2006, p. 100.

⁶⁰² RICARDO, 2006, p. 99 - 112

⁶⁰³ Dentre os trabalhos mais antigos que abordaram o caso de João Nunes Correia, observam-se: LIPINER, E. *João Nunes, o Rabi da Lei dos Judeus em Pernambuco*. In: LIPINER, E. Os judaizantes nas capitâneas de cima: estudos sobre os cristãos-novos do Brasil nos séculos XVI e XVII. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969;

Correia foi alvo de uma grande quantidade de denúncias que culminaram em sua condenação por crimes de judaísmo, seguido pela prisão na cidade de Lisboa ainda em 1592 e a eventual realocação para Madrid, mediante o pagamento de sua fiança. As acusações incluíam, mas não seriam limitadas, a afirmar como serviria à função de Rabi dos Judeus do Engenho de Camaragibe, além de manter um crucifixo em lugar impróprio na sua residência. Grosso modo, o mercador ocupava lugar de destaque na colônia, com uma fortuna avaliada em cerca de 200 mil cruzados, cultivando amizades e inimizades entre os principais da terra, além de negociar créditos a juros elevados; rendendo-lhe a fama de onzeneiro e contribuindo às proporções tomadas por seu processo, considerado como um “escândalo” colonial⁶⁰⁴.

Segundo Silvia C. Ricardo (2006, p. 130), as denúncias pertinentes ao Engenho de Camaragibe não encontraram muitas repercussões e dificilmente João Nunes Correia desempenhou algum papel similar, embora fosse um representante importante para os cristãos-novos em Pernambuco, oferecendo suporte aos recém-chegados e assistindo com o necessário para o estabelecimento na região. Não obstante, a autora indica como seria possível que este fizesse parte das redes comerciais que envolviam o Engenho, considerando como seis meses antes da visitação inquisitorial àquelas partes, seu irmão Henrique Nunes, enviou uma carta com ordens para que retornasse ao reino e levasse consigo Duarte Dias Henriques – nomeadamente, o sobrinho de Bento Dias Santiago que arrematou os *asientos* pertinentes aos escravizados de Angola e as *provisiones generales*. Dentre as principais diligências atribuídas, observa-se que seria indispensável que João Nunes Correia encontrasse maneiras de repassar os engenhos no território, considerando que dentro de seis meses estaria despedido do Brasil: “(...) porque assim convém e é necessário para colhermos alguma coisa”⁶⁰⁵.

Também seria relevante aos objetivos da missiva, informar o mercador a respeito da viagem de Tomás Ximenes à Madrid, na intenção de iniciar as negociações pertinentes ao perdão-geral dos cristãos-novos em 1591. Enquanto os representantes estariam dispostos a garantir a circulação de mais dez galeões, por um tempo de oito meses ao ano, El-Rey não somente deveria instituir o perdão-geral aos cristãos-novos, como também, estabelecer o Consulado dos Mercadores em Lisboa – o que parecia estar no centro dos interesses da família, ou nas palavras de Henrique Nunes, “o referido Tomás Ximenes trará de lá [Madrid]

MELLO, J. A. G. D. *Um "capitalista" cristão-novo: João Nunes Correia*. In: MELLO, J. A. G. D. *Gente da Nação: cristãos-novos e judeus em Pernambuco. 1542-1654*. 2. ed. Recife: Fundaj, E. Massangana, 1996; SIQUEIRA, S. A. *O comerciante João Nunes*. Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Vol. 1. Coleção da Revista de História XXXV. São Paulo, 1971.

⁶⁰⁴ ASSIS, 1998, p. 45 – 82.

⁶⁰⁵ Embora a carta enviada por Henrique Nunes a João Nunes Correia possa ser encontrada no processo do último, foi-se utilizada a transcrição de Jesús Vazquez em: VAZQUEZ, 2004, p. 126 – 127.

o consulado feito. Trazendo o perdão-geral e o consulado, que tudo é uma mesma coisa, logo haveremos licenças para urcas” (VASQUEZ, 2004, p. 126). No entanto, embora o Consulado de Lisboa tenha sido estabelecido ainda em 1592, as negociações referentes ao perdão-geral continuariam até 1605.

Apesar das ordens serem indicativas das conexões com Duarte Dias Henriques, ou mesmo, dos interesses da família a respeito do perdão-geral e do Consulado em Lisboa, seria pertinente observar como o documento não foi recebido por João Nunes Correia, que se encontrava preso pelo Santo Ofício na Bahia, quando a missiva chegou à colônia (RICARDO, 2006, p. 109). Sem quaisquer conhecimentos em torno da missiva, o mercador procurou meios de se informar a respeito do perdão-geral, tendo em vista que estaria preocupado com o confisco de seus bens – sendo essa uma das principais pautas nas negociações. Com essas intenções, mandou que um criado perguntasse a Diniz Bravo ou a Diogo Lopes Ulhoa – um dos cristãos-novos mercadores que participaram da conquista de Sergipe – “se era já vinda a provisão que diziam que el-Rey havia de passar para os cristãos-novos presos pela Santa Inquisição não perderem suas fazendas nem lhas confiscarem”⁶⁰⁶, embora não tenha recebido notícias.

Outros contatos acionados por João Nunes Correia nesse momento envolviam o próprio Governador-geral das partes do Brasil, para que arrecadasse cerca de 744.000 réis em Pernambuco, proveniente da venda de 112 peças de escravizados a *Miguel Fernandes e João Paes*⁶⁰⁷. Isso se daria, considerando que nesse horizonte comercial os irmãos Nunes Correia não somente dispunham de conexões relevantes, mas também, grandes negócios. O mesmo consórcio no qual João Nunes Correia participou no arremate do contrato referente ao pau-brasil, por exemplo, terminou por direcionar recursos para que tomassem parte no contrato pertinente ao fornecimento dos escravizados de Angola à América. Não obstante, esse evento se daria apenas mais tarde, quando o mercador já se encontrava estabelecido na Corte de Madrid e seus interesses nesse circuito seriam representados por um feitor: *Manuel Ruiz Cartagena*⁶⁰⁸.

⁶⁰⁶ Transcrição proveniente do processo de João Nunes Correia, feita por Ângelo A. F. Assis (1998), Sobre isso, ver: ASSIS, 1998, p. 252

⁶⁰⁷ Investigando esse caso, Silvia C Ricardo indica que João Paes seria um "(...) cristão-velho, de família abastada em Portugal, que veio menino ao Brasil e foi dono de mais de oito engenhos, morador na freguesia de Santo Antonio". (2006, p. 110). No entanto, não seria possível afirmar se Miguel Fernandes seria o mesmo que participou da conquista de Sergipe, ou um homônimo.

⁶⁰⁸ VASQUEZ, 2004, p. 102; 211 – 212. O tráfico negreiro envolvia uma série de agentes conectados aos assentistas, colocados em pontos essenciais de comércio e contrabando. Dentre esses, Sevilha se tornava um dos principais espaços para instalação de feitores, onde ficavam encarregados de vender as licenças e intervir nos despachos, mas também de vigiar os trâmites de navegação. Normalmente, seriam pessoas de confiança do assentista e poderiam assumir participações de maior ou menor grau nos negócios. Essencialmente, seriam

Apesar da participação do consórcio, o assentista responsável seria *Pedro Gomes Reynel* – cristão-novo proveniente de Lisboa e o primeiro arrematante desse *asiento*, cujo leilão ocorreu na cidade de Madrid, em 1595. Como observado por Luís F. de Alencastro, Reynel não somente representaria um sujeito de conexões na Corte Filipina, mas também, como “arrendatário fiscal da Coroa e principal comprador de cativos em Angola, ele se apresentava ainda como fornecedor quase exclusivo de africanos para a América espanhola” (2000, p. 80)”. No entanto, seu *asiento* apresentou diversos problemas de execução e encontrou um fim prematuro em 1601. Diversas acusações de conluio percorreram a Corte; dentre elas, a de que estaria atuando como testa-de-ferro para o comerciante João Nunes Correia⁶⁰⁹.

Embora não haja indícios de que essa acusação tenha alguma sustentação, não seria a primeira denúncia de fraude a envolver João Nunes Correia. Segundo Janaína G. F. Silva (2012), no contrato referente ao pau-brasil, mais de 19.000 quintais acima do previsto foram embarcados. Quando assumiu esse contrato novamente em 1602, desvios continuaram a ocorrer. No entanto, exemplos de má conduta e clandestinidade seriam recorrentes nesse tipo de negócio, gerando críticas por parte dos representantes da Coroa e, ao mesmo tempo, garantindo lucros significativos aos participantes⁶¹⁰.

As condições necessárias para que João Nunes Correia ascendesse à posição de arrematante ou participante nos contratos, ocorreram não somente devido ao acúmulo material e de influência por parte da família, mas também, através das conexões pavimentadas por seu irmão, Henrique Nunes. Esses contatos, inclusive, mostraram-se essenciais durante sua prisão pelo Santo Ofício. Mais precisamente, quando João Nunes Correia teve o processo analisado na metrópole, os inquisidores encontraram insuficiências nas provas e permitiram sua liberdade mediante o pagamento da fiança de 4 mil cruzados – sem confisco de bens.

comerciantes dispendo de créditos para envolver-se nas Índias de Castela e outros espaços, intermediados por empregados – que poderiam encarecer o negócio. No entanto, os feitores estabelecidos nos portos americanos assumiam maiores responsabilidades ao se verem obrigados a atuar de maneira mais independente e ir improvisando soluções na medida que encontravam novas dificuldades. Seriam também pessoas de confiança dos assentistas e mantinham-se estabelecidos em portos como Cartagena ou Veracruz – chaves a esse processo. Segundo Ana Hutz (2008), muitos dos feitores eram aparentados dos assentistas, o que reforçaria a ideia das conexões familiares servindo também nesse campo do comércio. Seriam os feitores, os mais habilitados para realizar negócios irregulares e ilegais, considerando como tinham acesso e controle aos locais de desembarque de escravizados. Havia também feitores que ganhavam muitas rendas para exercer suas funções, com o acúmulo sendo maior de acordo com o nível de importância do porto, com um feitor de Cartagena possivelmente ganhando mais que feitores estabelecidos em Vera Cruz, Havana ou Porto Rico: “isso significava que o feitor em Cartagena era um agente direto do assentista, enquanto o feitor de Porto Rico tinha essa função apenas como mais uma atividade ligada ao comércio que desenvolvia (...)” (2008, p. 74). Sobre isso, ver ainda: VILAR, 1977, 69 – 70.

⁶⁰⁹ HUTZ, 2008, p. 56; VILAR, 1977, p. 36.

⁶¹⁰ SILVA, 2012, p. 116 – 119.

Para arcar com os termos da fiança, um grupo montado por Henrique Nunes foi elencado, com a escritura sendo lavrada na casa de Rodrigo de Andrade: mercador cristão-novo envolvido no trato da pimenta, além de ter passado letras de câmbio para o socorro de Flandres no valor de 500.000 réis (FRADE, 2006, p. 138). No entanto, muito de sua fortuna envolvia ainda o comércio Atlântico, tornando-se contratador dos escravizados de Angola e associado a André do Couto, cristão-velho e terceiro maior exportador de açúcares em Pernambuco⁶¹¹. Seu nome assumiu relevância principalmente durante a negociação do perdão-geral aos cristãos-novos em 1605 – junto do cunhado, Henrique Dias de Milão, um dos fiadores de João Nunes.

Segundo Silvia C. Ricardo (2014), Henrique Dias de Milão seria o “cabeça” dos negócios da rede mercantil ao qual a família pertencia, estendendo suas atividades dos açúcares no Brasil, até a pimenta e o tráfico de escravizados entre o Cabo Verde e Angola. Envolveram-se ainda com a prata espanhola no México, na distribuição dos açúcares ao Norte da Europa, além do trato de diamantes e pedras preciosas na Antuérpia⁶¹². Através do matrimônio, o supracitado Rodrigo de Andrade servia como intermediário entre essa malha comercial e os Rodrigues d’Évora (idem, p. 104). Não obstante, Henrique Dias de Milão viria a ser condenado pelo Santo Ofício, relaxado à justiça secular e, conseqüentemente, morto na fogueira em 1609.

Os outros dois fiadores recrutados seriam Vasco Martins da Veiga e Manuel Fernandes Angel. Enquanto o primeiro seria um mercador experiente no trato da pimenta e com negócios conectados à “(...) expedição do açúcar e outras mercadorias de Sevilha através de Calais, Hamburgo e outras praças do norte da Europa” (RICARDO, 2014, p. 126), reitera-se como o segundo tornou-se um dos sócios de João Nunes Correia no arremate do contrato referente ao pau-brasil. Mediante sua soltura, pediu permissão para que se realocasse à Madrid, por volta de 1595, de maneira a melhor administrar seus negócios referentes ao pau-brasil e aos escravizados de Angola (VAZQUEZ, 2004, p. 135). O mercador se direcionou à Espanha e, assim, iniciou sua estância na Corte, embora não tenha deixado de lado os negócios referentes aos açúcares.

Além do seu interesse no pau-brasil e no tráfico negreiro, o nosso ‘capitalista’ não se desvinculou do açúcar e nos seus dias em Madrid obteve uma provisão régia, datada de 30 de dezembro de 1597, pela qual ficava autorizado a mandar da Vila de Viana a Pernambuco a urca Leão Dourado, para transportar para o Reino somente açúcar, sem trazer nenhum pau”. (MELLO, 1996, p. 79).

⁶¹¹ MELLO, 1996, p. 11; RICARDO, 2014, p. 135-137.

⁶¹² Sobre os negócios dos Dias de Milão, ver: RICARDO, 2014, p. 115 – 142.

Em razão do falecimento de Henrique Nunes em 1598, João Nunes Correia tornou-se o responsável pela administração dos negócios da família e, nessa posição, assumiu *o asiento da Avería*, em agosto de 1603. Possivelmente, seria esse um dos contratos mais representativos dos negócios exercidos na interseção entre o comércio e a beligerância ultramarina.

A proteção das naus que percorriam a Carreira das Índias sempre foi uma das matérias de maior relevância no que diz respeito à rota, principalmente com o agravamento dos ataques de piratas e corsários mediante o acirramento das inimizades entre as Coroas europeias. Nesse sentido, as naus mercantis precisavam navegar o circuito não somente equipadas para a defesa das cargas e tripulações, mas também, acompanhadas da patrulha de frotas militares. A arregimentação das esquadras de guerra para escoltar navios mercantis culminava em valores dispendiosos recaindo sobre a Fazenda Régia e, procurando por soluções viáveis ao financiamento das armadas envolvidas nas proteções da Carreira das Índias, negociações entre a Coroa – representada pelos juízes da Casa da Contratação – e o Consulado Mercantil de Sevilha, desaguararam no direcionamento das rendas da Avería para esses fins⁶¹³.

Os cônsules e os juízes envolvidos com as questões pertinentes à Avería faziam os cálculos dos custos da viagem antes da saída dos comboios, considerando as despesas referentes à arregimentação das esquadras responsáveis pela escolta, os soldos da gente do mar, o abastecimento das embarcações e o preço fixado que seria cobrado aos comerciantes com mercadorias embarcadas. Retornando as frotas, os mesmos encarregados iriam se ocupar em fechar as contas da viagem. Como o assentista responsável, João Nunes Correia administrava esse processo, delegando representantes seus para supervisionar diferentes setores, obtendo acesso aos registros de mercadorias, procurando a aparelhagem das naus, armas, soldos, abastecimento, dentre diversos outros direitos e obrigações referentes ao desempenho dessa função⁶¹⁴.

Não somente sua posição como assentista, mas também, as conexões prévias pavimentadas por Henrique Nunes, permitiram que João Nunes Correia tomasse parte em negociações caras aos interesses de sua família desde a primeira visitação inquisitorial: a concessão do perdão-geral aos cristãos-novos, ficando responsável por transportar o

⁶¹³ JUÁREZ, 1996, p. 429 – 438; STUDNICKI-GIZBERT, 2007, p. 117

⁶¹⁴VASQUEZ, 2004, p. 181 - 189

pagamento previsto⁶¹⁵. Considerando as tensões provenientes das negociações, entretanto, muitos dos envolvidos sofreram retaliações. Segundo Ana Hutz (2014), um relato anônimo descreveu os destinos dos implicados, referindo-se a João Nunes como o “homem que melhor cumpriu as obrigações do apresto das Armadas” e narrando sua prisão no Castelo de Torrejon, sendo coagido a pagar 300 mil cruzados e recebendo pena de exílio⁶¹⁶.

Todos os cristãos-novos envolvidos na negociação do perdão de 1605 seriam mercadores enriquecidos na Ásia ou no Atlântico, além de seus empreendimentos serem interconectados em diferentes níveis, perpassando desde negócios em comum, genealogia ou participações nos mesmos contratos. Embora nem todos tenham sofrido retaliações, os principais casos giraram em torno de *Rodrigo de Andrade* e *Henrique Dias de Milão* – ambos participantes na soltura de João Nunes Correia, do Santo Ofício de Lisboa. Durante seu envolvimento nas negociações, a esposa de Rodrigo de Andrade, Ana de Milão, foi acusada de heresia e judaísmo pelo Santo Ofício e presa em Lisboa. O cristão-novo tentou intervir na sua soltura, embora sem resultados. Quando o perdão-geral foi passado, Ana de Milão foi solta, mas morreu no mesmo ano. A família migrou para a Antuérpia e Hamburgo, principalmente quando seu cunhado, Henrique Dias de Milão, foi relaxado à justiça secular e consequentemente morto na fogueira em 1609⁶¹⁷.

Analisando o conteúdo desse relato, entretanto, Ana Hutz observa como a ideia de castigo divino seria cara ao autor e que sua intenção seria “(...) mostrar que negociar algo como um perdão geral era coisa para não se repetir” (2014, p. 141). Embora muitas das perseguições fossem verídicas, no caso de João Nunes Correia, sabe-se que seus negócios continuaram prósperos. Grosso modo, o mercador continuou a arrematar o *asiento* da Avería ao longo dos vinte primeiros anos do século XVII, sendo novamente acusado de condutas ilícitas – o que lhe garantiu inimizades entre os cortesãos, oficiais régios e alguns de seus pares na comunidade mercantil lusitana⁶¹⁸. Mais precisamente, o mercador estaria utilizando do contrato da Avería para despachar os seus carregamentos e os de seus associados sem cumprir com o pagamento dos impostos e desviando navios para encontrar outras embarcações mercantes ao Norte, de maneira a auferir vantagens comerciais em cima da concorrência. Em outras palavras, “ele estaria, essencialmente, dirigindo os galeões, o orgulho

⁶¹⁵ HUTZ, 2014, p. 194 – 195.

⁶¹⁶ Idem, 140-141.

⁶¹⁷ Sobre às perseguições que recaíram sobre os Dias de Milão, ver: RICARDO, 2014, p. 105 – 115.

⁶¹⁸ No que diz respeito às intrigas na Corte e as tensões entre João Nunes e Padro Gomes Reynel, ver: VÁZQUEZ, 2004, p. 191 – 219.

da Marinha Hispânica, como um interesse particular em benefício de um grupo de mercadores portugueses”. (STUDNICKI-GIZBERT, 2007, p. 117, *tradução nossa*)⁶¹⁹.

Apesar das inúmeras controvérsias que lhe cercaram, o mercador continuou a exercer suas atividades na Corte até seu falecimento em 1625 (VASQUEZ, 2004, p. 274). Seus negócios foram passados ao sobrinho, João Nunes Saraiva, que mediante o arremate das *provisiones generales*, entre 1626 e 1632, viria a se tornar um dos mercadores-banqueiros da Coroa dos Habsburgo. Não obstante, nos anos finais em que esteve à frente desse contrato, o Santo Ofício passou a mirar os assentistas, fazendo com que fosse preso sob acusações de judaísmo, torturado e condenado à pena de confisco, perdendo *asientos*, créditos e capitais⁶²⁰.

Considerações finais

Os irmãos Nunes Correia foram essenciais ao processo de abertura econômica na Capitania da Paraíba, não somente construindo engenhos nas várzeas do rio homônimo, como também, estendendo cabedais para a governança destinados à manutenção territorial. Não obstante, seus negócios tornam-se elucidativos dos riscos enfrentados pelos cristãos-novos ao desfrutarem dos espólios de conquista. Mediante a primeira visitação inquisitorial, os engenhos foram repassados e as atividades no território cessadas. Embora essas atribulações tenham influenciado no desligamento de Diogo Nunes Correia dos negócios, os processos

⁶¹⁹ “Juan Nuñez Correa, the man who leased the Avería farm from the Spanish Crown for different intervals during the first twenty years of the seventeenth century. Like his nephew, Nuñez Correa seems to have had few qualms about using a Crown monopoly to further his and his associates’ commercial interests. The averia was the duty paid on the shipment of silver and goods carried by the galleons of the Carrera fleet. In exchange for collecting the duty, the contractor was responsible for provisioning and building the galleons in question. It appears that Nuñez Correa felt that his fiscal responsibilities to the Crown were settled by his lease of the monopoly, and he shipped his own silver back to Seville free of charge. What galled Castilian officials was the fact that he extended this favor to a large number of his associates. *He was, essentially, running the galleons, the pride of the Spanish navy, as a private concern for the benefit of a group of Portuguese merchants.* But matters did not end there. A few years later accusations were again leveled at Nuñez Correa for his handling of the Carrera fleets. A number of ships had been observed slipping away from the convoy as it approached the Iberian coast. Having benefited from the protection of the fleet for the Atlantic traverse, they veered off the established course to rendezvous with northern merchant ships and unload their cargo of silver and other valuable colonial commodities. Nuñez Correa, whose factors and associates were responsible for keeping order in the fleets, was directly connected to these errant voyages. These arrangements gave him and his associates a considerable advantage over their Castilian competitors. It is not surprising that they should be the first to denounce him to the officials of the Casa de la Contratación” (STUDNICKI-GIZBERT, 2007, p. 117).

⁶²⁰BOYAJIAN, 1983, p. 117 – 119. “João Nunes Saraiva criou sua própria empresa sobre a fortuna e a rede comercial montada pelo tio, com uma fortuna avaliada em mais de 500 mil cruzados em meados da década de 1620 e um dos mais proeminentes financistas e mercadores em Espanha. Foi um dos financiadores da Coroa Espanhola, em 1623, quando esta se encontrava em profunda crise financeira. Tornou-se assentista em 1626 até 1632, época em que foi preso com seu irmão Henrique Nunes Saraiva pelo Santo Ofício espanhol. Em 1636, depois de torturados sob a acusação de judaizantes, participaram de um auto-de-fé, onde abjuram seus crimes. Humilhados, foram soltos depois de pagar 20 mil ducados. Mas suas perdas foram de mais de 300 mil ducados, além de perderem bens, os asientos e o crédito”. (RICARDO, 2007, p. 112).

enfrentados pela família não desarticularam as atividades gerais dessa rede mercantil, mas sim, provocaram a realocação das operações a Madrid, considerando o pagamento da fiança de João Nunes Correia e sua eventual mudança à Corte dos Habsburgo.

Essas condições se dariam, considerando que os interesses de João Nunes Correia não estariam reclusos à circulação das mercadorias ou operações de crédito, mas principalmente, em arrematar e participar de contratos – o que demandaria o engajamento dessa rede comercial com diferentes agentes e exercendo influência sobre variadas praças. Seguindo o rumo desses negócios, o mercador assumiu o contrato pertinente ao pau-brasil junto a um consórcio formado por outros comerciantes cristãos-novos cujos negócios se alastravam do ocidente ao oriente e, com a mesma sociedade, esteve envolvido no *asiento* de Pedro Gomes Reynel, pertinente ao abastecimento de escravizados de Angola. No entanto, João Nunes Correia se viu muitas vezes envolvido em controvérsias: dentre elas, a própria conduta em relação aos contratos assumidos.

Dentre as principais polêmicas, seria possível indicar seus procedimentos à frente do *asiento* da Avería. Em razão do arremate desse contrato, estaria responsável por designar representantes seus para supervisionar diferentes setores referentes à aparelhagem das naus, além de participar no aprovisionamento das embarcações, incluindo os arsenais, soldos, o abastecimento e outras matérias. Nesse processo, terminou por fazer usufruto dos mecanismos do *asiento* para sonegar impostos, auferir vantagens comerciais sobre a concorrência e favorecer seus associados, utilizando-se de recursos pertinentes à Marinha Hispânica em prol dos interesses comerciais de um grupo mercantil português.

Não obstante, os caminhos dessa família contribuíram para que o sucessor de João Nunes Correia assumisse o *asiento* referente às *Provisiones Generales* e se tornasse um dos mercadores-banqueiros da Coroa Hispânica, após a saída dos financistas genoveses que exerciam essa função. No entanto, os negócios dessa rede mercantil sofreriam duras derrocadas após a prisão de João Nunes Saraiva pelo Santo Ofício mediante denúncias de judaísmo, fazendo com que perdesse os *asientos*, créditos e os cabedais em razão da pena de confisco.

Para os irmãos Nunes Correia, os contínuos investimentos na conquista da Paraíba estariam vinculados não somente aos interesses do consórcio nos açúcares da região, mas possivelmente no pau-brasil, na ascensão social de seus membros e na própria expansão das atividades pertinentes a essa rede mercantil, tornando o financiamento e o envolvimento nos conflitos, parte da abertura e diversificação dos negócios no território. No entanto, ampliando os olhares sobre as atividades desse consórcio, observa-se como os créditos destinados ao

aprovisionamento das tropas de presídio, à arregimentação da segunda jornada de Martim Leitão e ao sustento das tropas indígenas, faziam parte de interesses recorrentes dos associados nos negócios da guerra e na beligerância ultramarina, que incluíam ainda o arremate de contratos pertinentes “ao apresto das armadas” ao mar, ou mesmo, o subsequente arremate das *Provisiones Generales* por João Nunes Saraiva, que implicava no financiamento do Exército de Flandres. Pontualmente, suas atividades contribuem às diferentes maneiras de como as matérias de guerra, mostravam-se como uma das áreas de atuação disponíveis às redes mercantis ibéricas.

4.1.3. “Habilitação de sua qualidade e limpeza”: os casos de Miguel Fernandes e dos Lopes Ulhoa, entre o colonial e o ultramarino.

Seguir os mercadores nas cinzas das conquistas aponta não somente à formação das elites coloniais, mas também para os fluxos referentes ao capital comercial acumulado nas partes do Brasil. Esses movimentos acompanhavam os rumos entre Lisboa e os Países Baixos, perpassavam pelos negócios da Carreira das Índias e participavam no abastecimento de escravizados às Américas. Além disso, revertiam o acúmulo de riquezas em mobilidade social, arremate de contratos e capitais bancários na Corte de Madrid. Observar os cristãos-novos envolvidos nesses processos corrobora a perspectiva de uma elite colonial mais dinâmica ou, ao menos, desafia as compreensões em torno dessa camada como uma célula homogênea.

As oportunidades provenientes dos negócios da conquista poderiam impulsionar essa categoria a seguir rumos distintos, reproduzindo características não somente do homem colonial, mas também do ultramarino. Mais precisamente, enquanto o primeiro apostaria na promoção social de si e dos seus descendentes num enclave colonial, o segundo desenvolveria sua carreira no além-mar, a procura de lucros, recompensas e títulos (ALENCASTRO, 2000, p. 103); embora os entraves à ascendência judaica influenciassem diretamente nos obstáculos e condicionamentos previstos, a exemplo dos estatutos de pureza de sangue, que impunham barreiras à ascensão social de ambas as categorias, em razão da ancestralidade sefardita e máculas mecânicas.

4.1.3.1. Diogo Lopes Ulhoa: “entre as águas, madeiras e pastos”:

Embora não se saiba quando tenha desembarcado no Brasil, Diogo Lopes Ulhoa seria senhor de uma fazenda no Recôncavo entre 1584 e 1585⁶²¹. Possivelmente, teria se estabelecido na região junto ao irmão, Antônio Lopes Ulhoa, dono de um engenho no território em 1587⁶²². Compôr a açucarocracia baiana, certamente contribuiu para que o primeiro viesse acompanhar Cristóvão de Barros na conquista de Sergipe, com uma tropa composta por escravizados e homens brancos montados, ou mesmo, escoltasse e acolhesse expedições auríferas em suas terras, a mando do Governador-geral⁶²³. Entretanto, não há indícios de que o segundo também tenha participado nesses episódios, principalmente considerando que, nesse momento (c. 1591), estaria estabelecido em Lisboa e servindo como correspondente no recebimento dos açúcares enviados pelo irmão⁶²⁴.

Buscando ser recompensado por suas participações, Diogo Lopes Ulhoa entrou com um pedido de sesmaria. À altura da concessão, em janeiro de 1602, o mercador afirmou ser morador na Bahia há alguns anos e, segundo consta, teria prestado muitos serviços à Coroa em pessoa e através de seus capitais, socorrendo com escravizados e criados todos os arrebates ocorridos nessas partes durante os últimos vinte anos. Seria sua intenção contribuir ao povoamento da capitania de Sergipe e “ter nela fábrica”, por ser homem de posses e não dispor de terras para espalhar seu gado, assim, pedindo à Coroa uma sesmaria de três léguas nas margens do Rio Cotinguiba, entre as águas, madeiras e pastos⁶²⁵. No entanto, apesar de alguns sesmeiros terem demonstrado intenções de erguer engenhos no território⁶²⁶, reitera-se como Sergipe foi uma capitania destinada à pecuária – condizente com os interesses de Diogo Lopes Ulhoa, na sua conquista.

A sesmaria seria indicativa de como Diogo Lopes Ulhoa encontrou continuidade nas partes do Brasil, mesmo após a primeira visitação inquisitorial à Bahia. Segundo consta entre as principais denúncias que lhe recaíram, observa-se como aos 22 de agosto de 1591, um lavrador cristão-velho denominado Manoel Brás compareceu perante o Santo Ofício em Salvador, para denunciar esnogas clandestinas na residência do mercador, naquela

⁶²¹ Processo de Duarte Ferrão [Serrão], Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 6837. f. 2.

⁶²² SOUZA, 1851, p. 154.

⁶²³ *Carta de Diogo Lopes Velho*. In: FREIRE, 1891, p. 388; SALVADOR, 1918, p. 352.

⁶²⁴ COSTA, 2001, p. 281; CALMON, 1985, p. 303. Embora seja possível encontrar uma sesmaria concedida em Sergipe a Antônio Lopes, acredita-se que esse seria um homônimo, considerando que na carta de 10 de abril de 1601, afirma-se que esse sujeito residia na capitania com sua família. A carta pode ser consultada em: FREIRE, 1891, p. 375

⁶²⁵ *Carta de Diogo Lopes Velho*. In: FREIRE, 1891, p. 388

⁶²⁶ Sobre isso, ver: Quadro 8 - Doação de sesmarias (1590 - 1623) com intenção de plantar canas e/ou fazer engenho [em Sergipe] In: DANTAS, 2019, p. 123.

capitania⁶²⁷. Outras acusações faziam menção a possíveis casamentos na tradição judaica, que ocorreram em seu engenho⁶²⁸, embora nenhum dos casos tenham sido levados a processo. Também foram direcionadas acusações contra seu irmão, Antônio Lopes Ulhoa, mas sem causarem maiores impactos.

Não obstante, a maior parte da família Lopes na Bahia foi devassada por suspeitas de práticas judaizantes. Seria essa uma genealogia complexa, com homônimos recorrentes e que teria iniciado sua trajetória na colônia mediante a chegada de Branca Rodrigues e suas cinco filhas na capitania, em meados dos quinhentos. Segundo denúncias ocorridas na primeira visitação, a travessia do Atlântico foi supostamente motivada em razão da prisão do patriarca pelo Santo Ofício em Lisboa, Fernão Lopes, mediante suspeitas de judaísmo. Em Salvador, as filhas se casaram e deram início à linhagem no território. Apesar do sobrenome em comum, os irmãos Lopes Ulhoa adentraram à família através do casamento de Antônio, com uma das netas do “casal fundador”: nomeadamente, Branca de Leão⁶²⁹. As relações provenientes dos herdeiros, casais, cunhados e outros vínculos, terminaram por estabelecer uma ampla rede de sociabilidades “(...) composta por aproximadamente quarenta membros, espalhados pelas Capitânicas da Bahia, Porto Seguro, Ilhéus e Pernambuco” (SILVA, 2010, p. 75).

Durante a primeira visitação inquisitorial, Branca de Leão seria denunciada algumas vezes em Salvador, tornando-se recorrentes os comentários em torno de comportamentos controversos de sua parte, direcionados às imagens sacras. No entanto, já seria falecida antes mesmo das atividades do inquisidor, na capitania⁶³⁰. Reiterando como Antônio Lopes Ulhoa residia em Lisboa nesse período, não seria improvável que o falecimento da esposa tenha contribuído para sua mudança ao reino, quando se tornou correspondente dos açúcares enviados por Diogo Lopes Ulhoa.

⁶²⁷ *Livro 1 de Denúncias da Primeira Visitação ao Brasil*, f. 141b.

⁶²⁸ Idem, f. 63. Observando as denúncias pertinentes aos irmãos Lopes Ulhoa (mesmo com Antônio sendo morador de Lisboa à essa altura), Elias Lipiner (1969) enfatiza que: “O marido de Branca [de Leão], o senhor de engenho Antônio Lopes Ulhoa, que teria sido qualificado de ‘mau cristão’ pelo próprio sogro, foi denunciado também que mantinha em seu engenho em Parabasú, juntamente com seu irmão Diogo Lopes Ulhoa, uma ‘esnoga de judeus’, ao lado da capela em que servia como capelão Frei Sebastião. (...) O comportamento judaizante de Diogo Lopes Ulhoa foi objeto de muitos comentários entre os cristãos-velhos da Bahia. Além da esnoga mantida juntamente com seu irmão Antônio, no engenho, mantinha outra em sua casa, na cidade do Salvador. Foi acusado de blasfêmia, e de comer galinha aos sábados, ao mesmo tempo em que era oficiante de cerimônias de casamento ao modo e com os ritos judaicos, e teve um tio queimado pela Inquisição de Lisboa”. (1969, p. 152).

⁶²⁹ Sobre a genealogia dos Lopes na Bahia, ver: SILVA, 2010, 30 – 45; CALMON, 1985, p. 303 – 304; LIPINER, 1969, p. 144 - 160

⁶³⁰ No que diz respeito às denúncias póstumas contra Branca de Leão, ver: LIPINER, 1969, p. 151 – 152. Sobre o falecimento desta antes do início da primeira visitação, observa-se como numa denúncia feita na Bahia, em 13 de agosto de 1591, refere-se à cristã-nova como “defunta filha dos ditos Mestre Afonso e de Maria Lopes e mulher foi de Antônio Lopes Ulhoa, mercador cristão-novo em Lisboa”. *Livro 1 de Denúncias da Primeira Visitação ao Brasil*, f. 63b.

A circulação do produto, no entanto, envolvia mais dois carregadores: Diogo Rodrigues de Lisboa e Rodrigo Antônio Bravo⁶³¹. O primeiro viria a se tornar um mercador de relevância no reino, ao participar no abastecimento dos escravizados de Angola em Lima e contribuir na armação de embarcações. Essencialmente, tratava de negócios entre a América espanhola, o Brasil e no eixo Goa-Lisboa, ascendendo a uma posição administrativa na Companhia da Índia Portuguesa (c. 1629)⁶³². Enquanto isso, o outro seria proveniente do Porto e representava os interesses de Diogo Rodrigues de Lisboa nessa cidade. Seus negócios estariam voltados à indústria naval, comprando embarcações a mercadores de Hamburgo e arrematando o direito de servir como feitor das *fábricas e aprestos e mais coisas concernentes a elas na cidade do Porto*, em 1636⁶³³.

Durante sua estadia no reino, Antônio Lopes Ulhoa se casou com Florença Gomes. Dessa união, nasceria Thomé Lopes Ulhoa – representando uma chave aos interesses da família, na geração seguinte⁶³⁴. Seria esse um mercador português residente na Antuérpia, cujos negócios incluíam os açúcares e a canela, embora suas conexões o aproximassem dos consórcios no comércio de seda, diamantes e os negociantes responsáveis pelo arremate das *Provisiones Generales*, em Madrid⁶³⁵. Considerando como as operações de crédito destinadas ao financiamento do Exército de Flandres passaram a ser feitas principalmente através do eixo Madrid-Antuérpia, as relações dos agentes nesses espaços seriam essenciais e perpassavam por instituições formais, como a *pagaduría*, e a *contaduría del sueldo*⁶³⁶. Essas condições contribuíram para que Thomé Lopes Ulhoa participasse ativamente desse processo, servindo três vezes como Pagador-geral do Exército de Flandres, além de ascender à aristocracia no Norte da Europa através de manipulações genealógicas⁶³⁷. Segundo James C. Boyajian, as

⁶³¹ COSTA, 2001, p. 281

⁶³² BOYAJIAN, 1983, p. 130; COSTA, 2001, p. 403 – 404; STUDNICKI-GIZBERT, 2008, p. 96;

⁶³³ COSTA, 2001, p. 405. Sobre o arremate feito por Rodrigo Antônio Bravo, ver: MAURO, F. *Types de navires et constructions navales dans l'Atlantique portugais aux XVIIe et XVIIIe siècles*. Revue d'histoire moderne et contemporaine (1954-) v. 6, No. 3. [S. L.]: Societe d'Histoire Moderne et Contemporaine, 1959. p. 203.

⁶³⁴ André Lopes Ilhoa [Ulhoa], Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 5391. f. 43b.

⁶³⁵ BOYAJIAN, 1983, p. 32 – 33; FRADE, 2006, p. 413.

⁶³⁶ PARKER, 1972, p. 109-112. “In order to draw on much of his treasury, the paymaster therefore had to deal with the Antwerp bankers on a continuous basis, instructing them to pay bills and to accept his notes and obligations to creditors, and on occasion drawing his own bills.” Because the office required almost daily contact with Antwerp's bankers, paymasters needed to be familiar with the world of finance. It was, moreover, helpful if a paymaster could, on the strength of his personal credit, call on the bankers to tide over the *pagaduría* in moments of extraordinarily tight credit. Thomé Lopes d'Ulhoa was a logical choice as paymaster, then, not only because he was a relative of the Portuguese asentistas, but because he qualified as a banker himself”. (BOYAJIAN, 1983, p. 78)

⁶³⁷ PARKER, 1972, p. 283. “Thomé moved from Lisbon to Antwerp about 1607, and in spite of the arrest and trial of his cousin André Lopes d'Ulhoa by the Inquisition in 1619, successfully advanced a spurious claim that his family descended from the noble house of the counts of Monterrey (...) Thomé's eagerness to invest the Brazilian fortune that he had inherited from his father in the finances of the Spanish government in the Low Countries and his aristocratic pretensions had brought him to the attention of the Brussels court of the Infanta

fortunas acumuladas com os açúcares da Bahia e a posição assumida pela família no desenvolvimento da capitania foram essenciais para cimentar o caminho desse comerciante nos negócios (1983, p. 23).

Outro dos filhos de Antônio Lopes Ulhoa viria a assumir notoriedade na colônia – assim como muitos dos descendentes desse “clã”. Seria esse Diogo Lopes Ulhoa [o novo], fruto do primeiro casamento e um homônimo do tio [o velho]⁶³⁸. Segundo Thiago Krause (2015), a formação da elite política na Bahia não seria diferente do processo atlântico relativo ao reinvestimento das fortunas acumuladas através do comércio e da exploração de escravizados em propriedades rurais e honrarias, pavimentando o caminho para que muitas fossem as famílias estabelecidas em posições de destaque. No entanto, essa abertura apresentava limites. Cristãos-novos, mesmo que estabelecidos na capitania há décadas, encontravam portas cerradas na Câmara, embora intervissem na política de diferentes maneiras. No caso de Diogo Lopes Ulhoa [o novo], observa-se como este viria a exercer influência como secretário informal do Governador Diogo Luiz de Oliveira, despertando comparações com o Conde de Olivares, por parte dos colonos.

Seu poder era tal que o Vigário Manuel Temudo Barata, em rancorosa denúncia de 1632, chega a dizer que era “o mimoso do governador, seu secretário, seu conselheiro e que lhe assiste a todo seu governo”, e por isso “lhe chamam o Conde Duque [referência a Olivares, então valido de Felipe IV], e é público e notório que ele lhe vê as cartas del Rei, e tudo, e que o dito Diogo Lopes lhe faz as respostas” (KRAUSE, 2015 p, 97).

Embora nunca tenha se tornado um camarário, aparecia nas discussões da câmara como representante dos negociantes, por ser um dos principais comerciantes na cidade (idem, 97). Seus serviços durante os conflitos contra os neerlandeses na Bahia foram muitos, perpassando pela construção de embarcações para a defesa do Recôncavo, além de angariar recursos, organizar uma frota armada e contribuir na arrecadação do sustento dos soldados. Essas atividades contribuíram para que se tornasse mordomo e oficial da confraria do Corpo Santo, assim como recebesse escravizados indígenas, como recompensa por suas ações⁶³⁹.

Isabella and the Archduke Albert." (BOYAJIAN, 1983, p. 23). "Desde o processo do seu primo André Lopes de Ulhoa, era atribuída aos Lopes de Ulhoa, segundo um rumor que se disseminara, uma origem ligada a família nobre de Monterrey. A eventual ascendência nobiliárquica de Tome contribuiu positivamente para que ele obtivesse uma série de títulos aristocráticos: cavaleiro da Casa Real, barão de Limale (1621) e de Bierge e conde de Rode. Contudo, a obtenção de tais títulos foi, sobretudo, resultado das estreitas ligações estabelecidas com a corte de Bruxelas". (ALMEIDA, 2009, p. 703).

⁶³⁸ Essas distinções podem ser encontradas nas notas introdutórias feitas por Pedro Calmon, na genealogia dessa família composta por Frei Jaboatão. Sobre isso, ver: CALMON, 1985, p. 304.

⁶³⁹ NOVINSKY, 2013, p. 80 – 81.

Não obstante, esses elementos se tornam indicativos da complexidade envolvida no processo de ascensão social dos cristãos-novos. Apesar de ter vivido em sintonia aos modos da elite baiana e dos serviços prestados por sua família, Diogo Lopes Ulhoa [o novo] procurou se nobilitar aos oitenta anos de idade, mas teve a concessão do hábito de cristo recusada, por ser descendente de “nação hebreia” por ambas as partes, paterna e materna.

Por Vossa Majestade haver feito mercê a Diogo Lopes Ulhoa do hábito da Ordem de Nosso Senhor e Cristo, se lhe mandarão fazer para o poder vir a receber as provanças da habilitação de sua qualidade e Limpeza e por haver constado delas que por ambas as partes paterna e materna é descendente de Nação Hebreia e que tem oitenta anos de idade se dá conta a Vossa Majestade como dispõem os definitórios da mesma ordem. Em Lisboa a 4 de maio de 663⁶⁴⁰.

Seria possível que os destinos de ambos os “Diogo Lopes Ulhoa” possam ser confundidos nas duas primeiras décadas do século XVII – além de terem, provavelmente, compartilhado contatos comerciais⁶⁴¹. A exemplo desses quadros, retoma-se como o nome seria representativo de um dos investidores na Carreira das Índias, através do consórcio dos Fernandes, entre 1580 e 1648. Essas operações poderiam ter sido executadas pelo tio, ou pelo sobrinho. Ao mesmo tempo, seria pertinente observar como o referido João Nunes Correia também seria um dos investidores com capitais intermediados pela mesma firma. Inclusive, este teria recorrido a Diogo Lopes Ulhoa [o velho] quando esteve preso na Bahia, em busca de notícias sobre as negociações em torno do perdão-geral (ASSIS, 1998, p. 252)⁶⁴².

“O velho” ainda estaria vivo durante a segunda visitação inquisitorial à Bahia, em 1618. No entanto, à época seria residente em Lisboa⁶⁴³ e os engenhos estariam sob a administração de outro dos seus sobrinhos, André Lopes Ulhoa. Seria esse um cristão-novo proveniente de Lisboa, filho de Manuel Lopes Ulhoa [que também se chamava de Alter]⁶⁴⁴ e, por volta de 1588, servia como carregador de açúcares, vinhos e tanoaria⁶⁴⁵. Não obstante, foi processado pelo Santo Ofício mediante denúncias de judaísmo, por ter prestado luto à sua tia

⁶⁴⁰Diligência de Habilitação para a Ordem de Cristo de Diogo Lopes Ulhoa. Letra D, mç. 12 n. ° 57.

⁶⁴¹ A dificuldade de categorizar os homônimos é reconhecida, por exemplo, no *Dicionário Histórico dos Sefarditas Portugueses: Mercadores e Gente de Trato*, de A. A. Marques de Almeida (2009), com os verbetes referentes aos seus nomes sendo divididos entre Diogo Lopes Ulhoa (a) para o sobrinho e Diogo Lopes Ulhoa (b) para o tio: “E frequentemente confundido com o seu homônimo e parente que foi secretário do Governo-Geral do Brasil [o sobrinho]. Contudo, o facto de pertencerem a gerações diferentes leva-nos a crer que se tratam de duas figuras distintas” (ALMEIDA, 2009, 702).

⁶⁴² Appendix B: Investors in the Carreira da Índia, 1580 – 1640. In: BOYAJIAN, 1993, p. 254 – 257.

⁶⁴³ André Lopes Ilhoa [Ulhoa], Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 5391. f. 35.

⁶⁴⁴ Idem, f. 43.

⁶⁴⁵ COSTA, 2001b, p. 41.

– esposa de Diogo Lopes Ulhoa – seguindo a tradição judaica⁶⁴⁶. Sua sentença seria de abjuração leve, envolvendo a instrução na fé católica, penitências espirituais e arcar com os custos do processo.

Não há indícios de que a prisão de seu feitor tenha desarticulado os negócios de Diogo Lopes Ulhoa, embora a investigação genealógica decorrente do processo tenha oferecido maiores detalhes acerca da família. Essencialmente, os Lopes Ulhoa estariam conectados aos Soares d’Orta [Horta] na Antuérpia através de casamentos entre membros dos respectivos núcleos, a exemplo de Thomé Lopes Ulhoa e Clara d’Orta⁶⁴⁷. O principal representante dessa família seria *Simão Soares*, proveniente de Lisboa. Seus negócios envolviam os açúcares e escravizados no Brasil, através dos Teixeira de Sampaio⁶⁴⁸, além de diamantes e seda em Goa, por intermédio dos Tinoco⁶⁴⁹. Entre 1626 e 1633, arrematou as *Provisiones Generales*⁶⁵⁰. No mesmo período, Thomé Lopes Ulhoa servia como Pagador-geral do Exército de Flandres (PARKER, 1972, p. 283), aludindo ao envolvimento dessa rede de negócios no processo de abastecimento das tropas.

No entanto, as relações entre os Lopes Ulhoa e os d’Orta não estariam limitadas ao eixo Lisboa-Antuérpia, com sociabilidades entre as famílias surgindo também no caso de Diogo d’Orta. Seria esse um mercador cristão-novo preso pelo Santo Ofício em março de 1596, mediante denúncias de judaísmo. Embora fosse natural de Lisboa, havia sido enviado à Veneza para viver com seu tio Duarte Gonçalves d’Orta – que atuava como banqueiro naquela região. Sua trajetória foi marcada por circularidades entre territórios, que incluíam não somente os citados, mas também, Roma, Angola, Brasil e outros. Esses percursos contribuíram para que o comerciante se tornasse um mensageiro, entregando cartas por onde passasse. Dentre os exemplos, observa-se como teria recebido uma missiva em Veneza para ser entregue a Antônio Lopes Ulhoa, quando este já seria residente em Lisboa. Recebendo o

⁶⁴⁶ *Ibd.*, f. 36.

⁶⁴⁷ André Lopes Ilhoa [Ulhoa], Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 5391. f. 43b. “Tomé integrava uma família que dominava o negócio sacarino na Bahia. Através do seu casamento com a prima Clara da Orta (...), estabeleceu laços familiares com os Soares da Orta”. (ALMEIDA, 2009, p. 703).

⁶⁴⁸ Os Teixeira de Sampaio formavam um catalisador de união entre diferentes famílias de relevância mercantil, através de matrimônios. Dentre suas conexões, observa-se os Rodrigues de Évora e Veiga, os Milão, Gomes, Solis e os Mendes de Brito. Seus contatos comerciais se estendiam entre Antuérpia, Lisboa e Veneza. Sobre as conexões dessa família, ver: FRADE, 2006, P. 295 - 297.

⁶⁴⁹ Os Tinoco representavam uma das principais famílias atuantes na Carreira das Índias, servindo como um consórcio intermediador de investimentos. Dentre os mercadores arrolados na listagem dos Tinoco relativa aos cabedais dispostos nesse setor, observam-se Duarte Dias Henriques e Miguel Dias de Santiago, conectados ao Engenho de Camaragibe e Henrique Dias de Milão, um dos fiadores de João Nunes Correia. Sobre esse consórcio, ver: BOYAJIAN, 1993, p. 38; 256 – 257. Sobre a correlação entre os de Camaragibe e os Tinoco, ver: SILVA, 2012, p. 165.

⁶⁵⁰ Sobre os negócios de Simão Soares, ver: BOYAJIAN, 1983, p. 32–33; 208.

documento, o correspondente dos açúcares demonstrou interesse em redirecionar suas economias à cidade, pedindo conselhos ao mensageiro sobre como iniciar os procedimentos⁶⁵¹.

De modo geral, os cenários retratados indicam que, para Diogo Lopes Ulhoa, sua participação na conquista de Sergipe se deu como parte dos serviços que vinha prestando à Coroa desde seu estabelecimento na colônia, tendo acompanhado essas guerras com sua tropa particular – composta por homens brancos montados e escravizados. Como recompensa por esses esforços, foi agraciado com uma sesmaria no novo território, com a finalidade de acolher suas cabeças de gado “entre as águas, madeiras e pastos” da demarcação. Não obstante, a pecuária seria somente um dos interesses da família, que no decorrer da primeira e segunda geração, enviou carregamentos de açúcares ao reino, teve investimentos intermediados por consórcios na Carreira das Índias e esteve envolvida com negociantes de diamantes e outros produtos no eixo Madrid-Antuérpia, através do casamento de um de seus membros com os d’Orta.

No entanto, a família foi mirada pelo Santo Ofício devido às denúncias de práticas judaizantes em diferentes momentos, despertando interesses em torno do redirecionamento de capitais aos bancos de Veneza, embora não haja indícios de que as adversidades tenham afetado os negócios de Diogo Lopes Ulhoa na Bahia, mesmo com a prisão de seu feitor pela inquisição. Do contrário, os Lopes Ulhoa encontraram continuidades no território e se tornaram uma das principais famílias da açucarocracia baiana, apesar da ancestralidade judaica impedir seus membros até a segunda geração de assumir posições na câmara ou recorrer ao Hábito de Cristo. Contudo, esse não seria o mesmo caso de Thomé Lopes Ulhoa, que na Antuérpia encontrou maneiras de ascender às camadas aristocráticas da região através de manipulações genealógicas e, possivelmente, seus serviços como Pagador-geral do Exército de Flandres.

Nenhum desses caminhos, entretanto, seriam trilhados sem o acúmulo de capitais na Capitania da Bahia. Sobretudo, Diogo Lopes Ulhoa representa um dos exemplos típicos do “homem colonial”, cujas participações nas conquistas ensejam famílias que adentram às elites locais e se perpetuam nessas camadas, ao longo de gerações.

⁶⁵¹ “Contou ainda que em Veneza, na Rua Real, encontrou-se com Isaac Israel, (Domingos da Fonseca), e este lhe deu uma carta para entregar “em mãos” a Antônio Lopes Ulhoa quando chegasse a Lisboa. A carta aconselhava Antônio Lopes Ulhoa que fosse para Veneza, o mais cedo possível. Quando, onze dias antes de ser preso, Diogo entregou a carta a Ulhoa, este lhe perguntou o que devia fazer para passar seu dinheiro para Veneza e o censurou pelo fato de ter voltado a Portugal, quando “os de cá queriam ir para lá” NOVINSKY, A. *O “Correio” dos Judeus*. In: NOVINSKY, 2020, [N.P].

4.1.3.2. Miguel Lopes Ulhoa: dos açúcares aos corais.

Não somente os embates que se seguiram à invasão dos corsários ingleses na Bahia em 1587, mas também a conquista de Sergipe (1591), foram vivenciados por Miguel Fernandes, filho de Dinis Eanes: ambos mercadores cristãos-novos, provenientes da cidade do Porto. Há muito o pai demonstrava que os negócios da família seriam exercidos em larga escala, considerando como este teria arrematado o contrato referente à alfândega do Porto, que na época representava um dos principais polos de Portugal. Para tanto, seria necessária uma vasta rede de negócios para arcar com as responsabilidades referentes à função, vinculada ao arcabouço orçamentário pertinente às receitas estatais, além de deixar o contratador informado acerca da entrada e saída das mercadorias naquela praça⁶⁵².

Demonstrando relevância nos negócios em meados dos quinhentos, Dinis Eanes direcionou seus olhares ao Mediterrâneo, sendo detentor de $\frac{1}{3}$ da aparelhagem e artilharia da nau São Salvador, circulante entre o Porto e a Sicília. As atividades dessa rota lhe proporcionaram contatos entre os mercadores-banqueiros florentinos, que foram acionados quando a embarcação enfrentou contratemplos em 1548⁶⁵³. Dentre os contatos, estaria *Lucas Giraldes*: um mercador italiano estabelecido em Lisboa, que através do envolvimento em contratos referentes aos açúcares da Ilha da Madeira, especiarias no oriente e a armação de navios, ascendeu à posição como mercador-banqueiro da Coroa portuguesa e dirigiu seus investimentos à colônia, tornando-se sesmeiro e capitão-donatário de Ilhéus. Antes de falecer, ascendeu à posição de fidalgo e seu filho, Francisco Giraldes, assumiu como Governador-geral do Brasil⁶⁵⁴.

Os interesses de Dinis Eanes também se voltaram ao Atlântico por volta de 1570, quando enviou Miguel Fernandes em companhia do cunhado, Hércules Bravo, para cumprir com o período de aprendizado mercantil na Bahia, onde negociou “qualquer sorte de mercancias” por cinco anos (NOVOA, 2016, p. 143). O desembarque deu início à família Bravo na colônia, que representava uma das principais produtoras de açúcares da capitania, através de suas conexões aos mercadores do Porto – com o próprio Hércules Bravo, sendo um

⁶⁵² BARROS, 2004, p. 104 - 107.

⁶⁵³ BARROS, 2003, p. 192 – 200.

⁶⁵⁴ Sobre sua trajetória, ver: RAU, V. *Um grande mercador-banqueiro italiano em Portugal: Lucas Giralde*. In: RAU, V. *Estudos de História: mercadores, mercadorias e estudos econômicos*. Vol, 1. Editorial verbo: Lisboa, 1968. P. 75 – 103.

enviado de Bento Dias Santiago, senhor do recorrente Engenho de Camaragibe⁶⁵⁵. Embora os Bravo fossem denunciados por práticas judaizantes, os engenhos e casamentos com cristãos-velhos cimentaram sua projeção na Bahia⁶⁵⁶. Dessa forma, as sociabilidades de Miguel Fernandes estiveram correlacionadas à família, cuja irmã, *Margarida Dinis*, seria a matriarca (REVÁH, 1995 p. 565).

Após concluir seu período de aprendizado mercantil, Miguel Fernandes vivenciou suas primeiras experiências de guerra nas armadas de D. Sebastião, no Marrocos. No entanto, seu envolvimento se deu por apenas 15 dias, em razão do desaparecimento de D. Sebastião na Batalha de Alcácer-Quibir (1578). Com isso, resolveu retornar à Bahia e se dedicar ao ofício mercantil por mais 14 anos, tornando-se ativo nos carregamentos de sal, açúcares, farinha e algodões com destino ao Porto, em 1587 e 1592⁶⁵⁷.

Durante esse período, viu suas oportunidades crescerem através do casamento com a filha de outro comerciante cristão novo, Rui Teixeira, que se tornou seu parceiro nos negócios. À altura de 1591, seria residente em Lisboa, embora tenha vivido em Salvador como correspondente de Bento Dias de Santiago⁶⁵⁸ – possivelmente, servindo como subordinado na cobrança dos dízimos da capitania. Além disso, esteve envolvido como feitor nos negócios do Conde de Linhares, administrando o Engenho de Sergipe do Conde, localizado no Recôncavo baiano. Seria possível encontrar cartas enviadas por esse mercador, por volta de 1589, em representação dos interesses dessa propriedade contra a conduta da Companhia de Jesus, que iria diminuir a incidência de mão-de-obra indígena no engenho. Desse modo, pedia licença para mandar novas expedições visando o descimento de índios para que contribuíssem ao trabalho naquelas terras e garantissem a defesa na fronteira⁶⁵⁹.

Por sua vez, a estadia do genro na colônia se perpetuou por mais alguns instantes. Enquanto a primeira visitação do Santo Ofício devassava a Bahia, Miguel Fernandes estaria envolvido na conquista de Sergipe; dispondo de armas, quatro homens brancos de sua casa, vinte e sete escravizados indígenas flecheiros e cavalos à sua custa. Esteve ao lado de

⁶⁵⁵ Segundo consta no depoimento de Miguel Fernandes ao Santo Ofício de Roma, que será contemplado adiante, o mercador afirma que conheceu Bento Dias Santiago apenas ocasionalmente, pois quando foi ao Brasil pela primeira vez, seguiu acompanhado de seu cunhado, um enviado direto de Bento Dias Santiago: “Io conobbe Bento Diaz con occasione, che quando io andai al Brasil la prima volta ci andai in compagnia di mio cognato mandato dal sudetto Bento Diaz (...)” (NOVOA, 2019, p. 155).

⁶⁵⁶ NOVINSKY, 2013, p. 94 - 96

⁶⁵⁷ COSTA, 2001b, p. 67; NOVOA, 2016, p. 144.

⁶⁵⁸ Rui Teixeira teria sido denunciado visitador do Santo Ofício por ter mencionado quatro anos antes que “(...) tanto cria ele no seu negro como no Evangelho de São João”, escandalizando o acusador que manteve a memória e delatou ao Santo Ofício. Sobre isso, ver: *Livro 1 de Denúncias da Primeira Visitação ao Brasil*, f. 46.

⁶⁵⁹ RICUPERO, 2009, p. 238 – 241.

Cristóvão de Barros por seis meses, com os conflitos ocorrendo a sessenta léguas da cidade. Isso exigiu que o mercador levasse carros e bois para carregar os mantimentos de sua tropa. Através desses dispositivos, terminou por transportar parte da artilharia real, sem que da Fazenda Régia saíssem soldos ou provimentos. Seria possível que tivesse aproveitado esses meios também para comercializar suprimentos em microescala diretamente às tropas, desempenhando assim a função de “*vivandeiro*”, ou aquele que segue os contingentes negociando víveres⁶⁶⁰.

Entretanto, não seria do interesse de Miguel Fernandes receber as recompensas provenientes da conquista de Sergipe – e dos embates contra os corsários ingleses – na forma de sesmarias. Possivelmente, seus olhares estariam direcionados aos títulos honoríficos, sendo nomeado “cavaleiro” por Cristóvão de Barros⁶⁶¹.

Antes mesmo de servir nesses processos, no entanto, Miguel Fernandes já demonstrava distinção na sociedade baiana, ao se tornar mordomo da irmandade de *Nossa Senhora da Ajuda*, através do pagamento de uma quantia em dinheiro e uma cruz de ouro, além de fazer doações de ornamentações em damasco e veludo para a Igreja⁶⁶². Esse comportamento se mostrava em sintonia aos interesses que muitos dos homens de negócios manifestavam em adentrar a esses “clubes da elite baiana”, cujas motivações seriam alimentadas pelo *status* proporcionado por essas instituições, mediante o ingresso. Ainda que o processo fosse mais difícil para os cristãos-novos dispostos a serem submetidos aos requisitos de entrada, não seria impossível. Por vezes, apenas mais lento, podendo ser uma realidade concretizada nas gerações seguintes (KRAUSE, 2015, p. 76). De acordo com Eneida B. Ribeiro, as perseguições levavam até mesmo aqueles que professavam a fé de seus

⁶⁶⁰ NOVOA, 2016, P. 167. Reitera-se como as carroças de boi seriam utilizadas para questões logísticas e de mobilidade das tropas (WALTER, 2016, p. 30). Esses meios de transporte foram utilizados pelos mercadores que se envolveram nas guerras, visando comercializar provisões básicas com as tropas. Segundo David Parrott (2012, p. 203), esses agentes poderiam desempenhar uma peça-chave no sustento direto das tropas, garantindo o fornecimento de provisões em microescala. Considerando o papel de Miguel Fernandes no aprovisionamento das estâncias durante a invasão corsária, assim como o transporte de artilharia e mantimentos na conquista de Sergipe, seria possível levantar a hipótese de que este esteve envolvido na comercialização de suprimentos diretamente às tropas, em ambos os momentos. Sobre a definição de “*vivandeiro*”, ver: VALDEZ, M. C. C. M. *Dicionário Español-português: el primero que se há publicado*. Tomo Tercero. La Imprenta Nacional, Lisboa: 1866. p. 130

⁶⁶¹ NOVOA, 2016, P. 167.

⁶⁶² Segundo consta em um dos testemunhos que forneceu para seu processo pelo Santo Ofício de Roma, Miguel Fernandes afirma ter pertencido a algumas irmandades na Bahia. Incluindo não somente a Nossa Senhora da Ajuda, mas também a de Santa Lúcia/Luzia e Nossa Senhora da Conceição. “Mentre sono stato nel Brassil sono stato maggiordomo dela compagnia di Nostra Signora di Aiuta, et più per tre volte, et è confrataria di persone che non sono casate, et un anno spesi di mia sborsa da [set]te cento scudi in far una croce di argento, in un’ornamento di damasco bianco e di velluto crem[isi]no, et in al[tre] cose per ornato di chiesa, che quella era confrataria ereta novamente et non vi era huomo che non spendesse ducento e trecento scudi. Fui anco / della compagnia di Santa Lucia et di Nostra Signora della Concettione” (idem, p. 147).

ancestrais a se adaptarem às condições impostas pela sociedade, visando a sobrevivência. Assim, não seria estranho que buscassem adentrar às irmandades religiosas, “(...) burlando os estatutos de pureza de sangue, indispensáveis à aprovação de seus nomes para ingresso nessas irmandades; que fossem grandes doadores de dinheiro para obras pias; ajudassem em reformas ou em construção de igrejas” (2006, p. 180).

No que diz respeito às atenções que lhe foram atribuídas durante a primeira visita inquisitorial, entretanto, observam-se somente algumas parcas menções. Não obstante, a mais pertinente estaria vinculada a um dos principais processos: o de Bento Teixeira, cristão-novo natural do Porto, conhecido por ser o autor da *Prosopopeia* (1601). Após ser mantido em cárcere por crimes de judaísmo por quatro anos, a sentença passada em 1599 envolveu desde o confisco de bens, até a prisão perpétua. No entanto, este viria a falecer em razão de enfermidades contraídas durante o aprisionamento, ainda em 1600. Segundo consta na documentação referente ao processo, Bento Teixeira descortinou sua genealogia e reconheceu Rui Teixeira como sendo um de seus primos e Miguel Fernandes, o genro deste (RIBEIRO, 2006, p. 78). Também provenientes do Porto, os Teixeira seriam uma das principais famílias de cristãos-novos na Bahia do século XVI, embora suas ramificações tenham se inclinado mais à região do Espírito Santo⁶⁶³

Dentre suas confissões ao Santo Ofício em 1597, Bento Teixeira mencionou como Miguel Fernandes “perguntou da dúvida que tinha a respeito do Messias, que não era vindo, 'por que não é possível Deus faltar tanto tempo' e que, como dizia seu pai, 'mil anos na presença do Senhor Nosso era como um dia que passou ontem'” (RIBEIRO, 2006, p. 197). Analisando os detalhes pertinentes ao processo, Eneida B. Ribeiro indica como “Miguel Fernandes estranhava o fato dos cristãos não acharem boa a Lei de Moisés, uma vez que levaram a nata dos dez mandamentos que Deus dera: 'levaram o vinho e nos deixam a água’” (2006, p. 200). Independentemente, quaisquer investigações que decorressem já não encontrariam mais o mercador em territórios ibéricos, considerando que ainda em 1593, teria retornado ao reino e migrado à Pisa no ano seguinte, junto ao sogro e o restante de sua família.

Esse deslocamento ocorreu em razão das *Leggi Livornine*, entre 1591 e 1593, ou mais precisamente, privilégios concedidos a mercadores estrangeiros, na intenção de atrair oportunidades de comércio⁶⁶⁴. Nesse momento, Livorno se firmava como o “porto internacional” da Toscana, ganhando espaço como praça comercial e tornando-se o ponto de

⁶⁶³ SALVADOR, 1976, p. 120 – 122.

⁶⁶⁴ TRIVELLATO, 2020, p. 131 – 136.

partida dos judeus que intencionavam se estabelecer em Pisa. À época, as comunidades judaicas na região seriam embrionárias e abrigavam um pequeno grupo de famílias ibéricas quando comparadas a Veneza, que ainda se mantinha como o principal destino da diáspora na Península Itálica⁶⁶⁵.

Como sempre, essa seria uma situação complexa, considerando que os poderes políticos promoviam diálogos com a Coroa dos Habsburgo para emitir salvo-condutos que atraíssem interessados à região, enquanto ao mesmo tempo, os Médici impunham medidas de intolerância aos judeus da Toscana, como o uso de insígnias para distingui-los dos cristãos. Não obstante, como observado por Francesca Trivellato (2020), os judeus sefarditas representavam um elemento essencial às redes de comércio ultramarino e “as autoridades cristãs trataram, desde o início, este grupo como distinto e procuraram mantê-lo afastado dos judeus italianos locais” (2020, p. 95). Nesse sentido, através dos privilégios comerciais os Médici intencionavam atrair exilados portugueses à Toscana, onde poderiam retornar ao judaísmo com suas presenças asseguradas e os poderes políticos locais – incluindo os Grão-duques dos Habsburgo – vivendo em negociações com o Santo Ofício de Pisa⁶⁶⁶.

Apesar das conexões prévias estabelecidas pelo pai de Miguel Fernandes com mercadores-banqueiros florentinos, essa imigração ocorreu através de ações envolvendo o Grão-Duque da Toscana, Fernando de Médici, para que Rui Teixeira e sua família passasse a viver em Pisa, apesar da concessão das licenças ser dificultada pelos interessados serem cristãos-novos⁶⁶⁷. Isso se daria, considerando as leis referentes à proibição da saída de cristãos-novos do reino sem o documento, como uma medida preventiva às imigrações súbitas ou clandestinas (FRADE, 2006, p. 128).

Rui Teixeira apresentava os contatos necessários para encetar seu estabelecimento na cidade, considerando que o irmão, Emanuel Teixeira, seria residente em Pisa há mais de duas décadas. Nessas partes, os filhos e o genro – Miguel Fernandes –, rapidamente trataram de negociar mercadorias provenientes de Portugal, incluindo açúcares e artigos da Carreira das

⁶⁶⁵ Idem, p. 60 – 61.

⁶⁶⁶ ibd, p. 95–97.

⁶⁶⁷ Enquanto servia como coletor apostólico em Portugal, Fabio Biondi trocou correspondências com Fernando de Médici, nas quais o Grão-Duque pedia para que o coletor procurasse uma licença para que Rui Teixeira e sua família deixasse o reino e fosse viver em Pisa. Segundo consta nas correspondências, o coletor menciona as diligências envolvidas nesse processo: “(...) Fu dato ordine, che si pigliasse informatione della persona, et della famiglia del sopradetto Rui Texiera conforme al solito, et mi disse, che non si trovando cosa alcuna contro della sua persona et della sua famiglia, daria ogni sodisfattione à Vostra Altezza, se ben con molta difficoltà si sogliono dar queste licenze à Christiani novi, contro quali si fa esquisita diligenza per veder se fanno macchia”. Transcrições parciais do documento consultado podem ser encontradas na Base de Dados MIA, do *Medici Archive Project*, mapDocId# 27440. Originalmente, a carta encontra-se disponível na coleção *Mediceo del Principato*, volume 840, presente no Archivio di Stato di Firenze.

Índias, ao passo que iniciavam seus negócios também com produtos comuns ao Mediterrâneo, a exemplo dos corais⁶⁶⁸. Segundo Francesca Trivellato (2020), o coral vermelho seria uma especiaria voltada à produção de joias ou utilizada nas trocas por outros produtos em determinados centros, como os diamantes, ou mesmo, no tráfico de escravizados. As políticas livorninas de atração comercial possibilitaram que a região emergisse em meados do século XVII, como o centro de referência nesse trato. Enquanto a rigor, os corais estariam concentrados na forma de monopólios comerciais dominados por consórcios provenientes de Gênova, Pisa, Florença e Marselha, nos anos que se seguiram às *Leggi Livornine*, investidores portugueses emergiram no negócio. Alguns trabalhavam com António Dias Franco, um agente em Lisboa, que recebia grandes quantidades de coral em troca de mercadorias coloniais. Conseqüentemente, não tardou para que um conglomerado de firmas menores de judeus sefarditas estivessem à frente da comercialização do produto⁶⁶⁹.

Não obstante, os interesses de Miguel Fernandes estariam voltados a Roma. Na segunda metade do século XVI, a cidade se projetava como um centro cosmopolita, podendo representar aos religiosos católicos um destino de peregrinação, oferecer asilo político a nobres italianos, assim como um lugar de oportunidades a artistas, intelectuais e mercadores. Para os negociantes com maiores níveis de influência, permitia realidades como a ascensão de mercadores-banqueiros à Corte Papal – nomeadamente, os *mercatores Romanam curiam sequentes*⁶⁷⁰. Ao mesmo tempo, seria esse um espaço onde o principal alvo inquisitorial seriam as *heresias*, em contraste aos tribunais ibéricos tradicionalmente voltados à perseguição de judaizantes (BETHENCOURT, 2000, p. 27).

Buscando estabelecimento nessa cidade em março de 1595, Miguel Fernandes e Rui Teixeira procuraram a assistência de Jerônimo da Fonseca – um cristão-novo vinculado aos *Mercatore Romanam Curiam Sequens*, que tinha relações de sociabilidade com os recém-chegados⁶⁷¹. Antes que conseguissem se tornar residentes, no entanto, foram denunciados ao Santo Ofício por crimes de *heresia*, em razão de comentários tecidos a respeito da quantidade de igrejas com nomes similares na cidade, culminando num processo naquela mesma jurisdição. Durante os procedimentos, quando pedido para narrar seu destino até então, Miguel Fernandes destacou seu ofício mercantil, ter recebido letramento de um Padre Teatino,

⁶⁶⁸ NOVOA, 2016, p. 152.

⁶⁶⁹ TRIVELLATO, 2020, p. 357 - 370

⁶⁷⁰ NOVOA, 2014, p. 62 - 72

⁶⁷¹ “Fonseca had close ties with the Pisan Portuguese community as he had married Violante Luis (1556-1602), the daughter of Diogo Luis, a prominent New Christian resident of the town. Luis was even selected as godfather to Miguel Fernandes’ son when he was baptised in Pisa on 19 October 1594”. (idem, p. 131).

sua breve experiência na Campanha de Alcácer-Quibir e as guerras travadas contra “os mouros ou gentis” no Brasil, em companhia de Cristóvão de Barros (NOVOA, 2016, p. 144).

Considerando ser esse um processo por apostasia, estaria nos interesses de Miguel Fernandes apresentar provas que demonstrassem seu alinhamento às condutas esperadas de um “bom cristão” – vindo à tona, a documentação pertinente ao seu engajamento na conquista de Sergipe e no combate aos corsários protestantes. Segundo James N. Novoa (2016), os traslados apresentados ao Santo Ofício acerca da concessão do título de cavalaria, representaram uma das maneiras encontradas pelo cristão-novo de defender-se das acusações de blasfêmia, demonstrando estar em sintonia com o “zelo” cristão associado às guerras ultramarinas contra aqueles que apresentavam um risco à fé católica e com o alto escalão da Coroa dos Habsburgo no Brasil (2016, p. 139).

Não obstante, os interrogatórios contra Miguel Fernandes se tornaram mais incisivos na medida em que conexões com judeus locais foram sendo recolhidas em seus depoimentos, despertando a necessidade de envolvimento do próprio Grão-Duque Ferdinando de Médici – que conseguiu interceder nas investigações contra Rui Teixeira. Como resultado, foi imposta a Rui Teixeira uma fiança de 2.000 *scudi* de ouro, além de ser encarcerado numa residência em Roma, onde enviou uma carta, por volta de agosto de 1595, em agradecimento ao Grão-Duque, pedindo que fizesse o mesmo por seu genro, que ainda enfrentava escrutínio inquisitorial⁶⁷².

Em outubro do mesmo ano, Miguel Fernandes continuaria sendo investigado, dessa vez sob tortura. No entanto, as confissões ainda enfatizavam como o mercador não tinha laços com as comunidades judaicas locais. Cinco dias após esse episódio, foi determinada sua soltura mediante o pagamento de 1.000 *scudi* de ouro – atendido por Jerônimo da Fonseca. Esses procedimentos corroboraram para que a família desistisse de se estabelecer em Roma e,

⁶⁷² “[...] La gratia, che Vostra Altezza Serenissima mi hà fatto di scrivere in favore mio, et di Michelle Fernandez mio genero a questo signore suo Imbasciatore et all'Ill.mo Card.le del M.te, hà operato assai a presso questi Signori del S.to off.o et mi hano rilassato di La carcere, dandomi per prigionie la casa mia, con malevadoria di dua mila scudi d'oro, hora ricercando io la causa di mia prigionia, mi fu detto che contro di me non si trattava altro, ne si trovava in me colpa alcuna; ma solo contro Michelle Fernandez mio genero; et havendo io domandato mi fusse dato La Città per prigionie, a fine di potere procurare la mia liberatione del tt.o et la causa di mio genero, non mi è stato altrim.te concesso et ritrovandosi per anchora di detto Michelle Fernandez In prigionie nel medess.mo grado che di prima; Vengho di nuovo à Supplicare V.A.S. con la stessa confidenza; che tengo della sua molta benignita mi facia gratia scrivere al Ill.mo Cardinale S. Severina, Raccomandoli favorisca la causa di d.o Michel Fernandez con buona e breve speditione, accio che honoratamente sene possa tornare a casa sua; con dirli anchora che poi che in me non si è trovata colpa alcuna non è dovere che io stia ritenuto in casa con sicurtà di dua milla scudi d'oro; anzi sia del tutto liberato, è di nuovo gli piacerà Racomandare il neg.o al s.re suo Imbasciatre che del tutto io con tutta la casa mia ne haveremo obligo perpetuo a V.A.S. dalla quale dipendi. [...]”. Base de Dados MIA, do Medici Archive Project, mapDocId#29143. Originalmente, a carta encontra-se disponível na coleção Mediceo del Principato, volume 860, presente no Archivio di Stato di Firenze.

vendo-se livres das acusações de apostasia, estabeleceram-se em Pisa, com as gerações seguintes encontrando continuidades na região (idem, p. 137).

Durante seu tempo, as relações de Miguel Fernandes na colônia orbitaram entre duas das principais famílias da Bahia: os Bravo e os Teixeira. No entanto, suas intenções nunca estiveram voltadas ao estabelecimento de engenhos e currais, mas principalmente, comercializar diferentes tipos de mercadorias, perpassando não somente pelos açúcares, mas também, pelo sal, farinha e algodões destinados ao Porto, na condição de carregador. Esse papel não esteve distante das funções exercidas na conquista de Sergipe. Além de capitanear sua tropa particular, possivelmente, comercializou suprimentos em campo, acompanhando a jornada numa montaria e dispendo de carroças, para levar as provisões de seus combatentes e a artilharia régia. Entretanto, dificilmente sua posição nos negócios seria relativa à de um mascate, considerando como a família arrematava contratos no Porto e apresentava contatos com mercadores-banqueiros florentinos. Também, em Salvador, Miguel Fernandes seria membro de irmandades e, pelos serviços prestados, foi-lhe concedido o título de cavaleiro pelo próprio Cristóvão de Barros.

Para além de sua conquista, as oportunidades disponíveis na Capitania de Sergipe não foram de seu interesse. Também, passou largamente despercebido pela primeira visita inquisitorial na Bahia. Seja pelo devir dos negócios ou da diáspora, seus horizontes seriam essencialmente ultramarinos, migrando com a família à Pisa após o Grão-Duque Fernando de Médici, contribuir na negociação das licenças. Nessas partes, iniciou atividades comerciais com seus cunhados, que incluíam dos açúcares e mercadorias provenientes da Carreira das Índias, aos corais vermelhos, embora suas intenções de estabelecimento estivessem voltadas à Roma, onde apresentava contatos entre os mercadores-banqueiros da Cúria Papal.

Ambas as conexões políticas e comerciais foram essenciais para sua soltura, após ser preso, torturado e processado pelo Santo Ofício naquela jurisdição, inicialmente por crimes de heresia, mas que se tornaram um meio de apuração das relações entre os recém-chegados e as comunidades judaicas de Roma. Embora nesse momento, as mercês provenientes dos confrontos no Brasil tenham se tornado provas de sua conduta cristã, as negociações políticas travadas pelo Grão-Duque e o pagamento da fiança por Jerônimo da Fonseca, mostraram-se como elementos indispensáveis. Essas experiências, entretanto, pavimentaram a continuidade da família em Pisa nas gerações seguintes.

Considerações Finais

Elucidar as trajetórias dos mercadores cristãos-novos envolvidos na conquista de Sergipe, termina por indicar como os negócios das guerras nas partes do Brasil ofereciam recompensas que poderiam ser desfrutadas tanto no âmbito ultramarino, quanto no colonial.

Para Diogo Lopes Ulhoa, participar nos confrontos seria parte dos serviços que vinha prestando à Coroa desde seu estabelecimento na colônia, recebendo como espólio uma sesmaria no novo território, destinada à expansão de seus currais. Seria esse um sujeito típico das elites locais, cujos engenhos e relações estabelecidas na terra, viriam a cimentar a posição de sua família e de seus descendentes na Bahia, embora a ancestralidade sefaradi impedisse que membros da segunda geração adentrassem à câmara, ou recebessem o hábito de cristo. Não obstante, o acúmulo de capitais na indústria açucareira permitia que exercessem influência de outras maneiras e que, desses ramos, brotassem homens como Thomé Lopes Ulhoa, que na Antuérpia serviu como Pagador-geral do Exército de Flandres – estabelecendo conexões com os assentistas na Corte de Madrid.

Enquanto isso, sujeitos como Miguel Fernandes poderiam se utilizar das guerras coloniais como veículos para acumular status e capitais, negociando mercadorias em campo, envolvendo-se nos conflitos com suas tropas e recebendo como recompensa títulos de cavalaria, ao invés de criar raízes no território conquistado, ou mesmo, na própria açucarocracia. Seja em razão das perseguições inquisitoriais ou dos rumos comerciais, seus interesses estariam no ultramar, estabelecendo-se em Pisa e negociando uma miríade de produtos, perpassando pelos açúcares, mercadorias provenientes da Carreira das Índias, ou mesmo, os corais vermelhos. Nessas partes, as recompensas provenientes dos conflitos contra os corsários protestantes e os indígenas não-aliados, tornaram-se provas apresentadas em sua defesa num processo de heresia, embora para sua soltura tenham sido essenciais os contatos políticos e comerciais, travados na região.

Seguindo esses caminhos, seria pertinente reforçar as concepções em torno das guerras de conquista no Brasil como catalisadores na formação das primeiras elites coloniais, cadinhos de prestação de serviços que levariam à concessão de títulos, meios de conseguir sesmarias nos territórios conquistados e outras recompensas, que poderiam dialogar com os interesses daqueles que intencionavam se estabelecer na colônia, ou mesmo, acumular capitais e influências que seriam desfrutados em outros espaços. No entanto, os obstáculos previstos pelo estatuto de pureza do sangue poderiam ser acionados, impedindo que os cristãos-novos e seus descendentes assumissem posições típicas das elites coloniais, como o acesso à câmara ou ao hábito de cristo – implicando numa clivagem entre os conquistadores cristãos-velhos e os descendentes dos conversos, condicionando os segundos a exercer influência na

açucarocracia de outras maneiras. Independentemente, seja na forma de intermediação da concessão de terras e mão-de-obra escravizada, ou simplesmente, na negociação de créditos e materiais de guerra, os processos de conquista se apresentavam aos sujeitos mercantis, sobretudo, como uma oportunidade de negócios a ser explorada.

CONCLUSÃO

Os episódios contemplados constituem uma narrativa de conflitos que exemplificam como os processos de expansão ultramarina e a colonização, não alienaram as camadas mercantis das dinâmicas coercitivas, presentes entre as guerras e o comércio. Mais precisamente, terminaram por acarretar variadas formas de investimento e envolvimento nos combates. O engajamento nessas atividades, estaria correlacionado às transformações estruturais decorrentes da modernidade, que impactaram os setores produtivos e as trocas comerciais, marcados por aquilo que Sven Beckert (2014, p. 15) compreende como um “capitalismo de guerra”: pré-industrial e dependente de práticas como a escravização, expropriação de territórios indígenas e da violência armada nas periferias.

Os negócios da guerra apresentavam oportunidades às redes mercantis participantes na arregimentação e no aprovisionamento das tropas, através de mecanismos como o arremate de contratos e operações de crédito. No entanto, também poderiam ser originadas através do envolvimento dos mercadores à frente das tropas ou nos contingentes, atraídos pelos espólios na forma de recompensas pelos serviços prestados, à custa de seus próprios capitais. Essas práticas se dariam, considerando que contribuições às guerras agregariam o prestígio que outras áreas nem sempre proporcionariam. Cenários assim, seriam comuns à sociedade portuguesa moderna, cuja mobilidade social dependia de serviços prestados à Coroa, que detinha o poder de recompensar os vassallos com cargos na governança, nobilitação e outras mercês, capazes de oferecer a distinção necessária à uma posição superior, na hierarquia social.

As comunidades mercantis portuguesas seriam compostas por cristãos-novos e velhos. Nesse sentido, parte de seus representantes estariam suscetíveis aos impedimentos e perseguições destinadas à ancestralidade judaica, que impunham entraves na ascensão a cargos administrativos, nobilitação, ingresso nas ordens militares e outros meios de mobilidade social. Apesar dos obstáculos institucionais encontrados, os cristãos-novos que se dedicaram ao comércio conseguiram usufruir de oportunidades na expansão ultramarina, permitindo o surgimento de uma camada de homens de negócios estabelecidos nos setores intermediários da sociedade, que poderiam assumir diferentes níveis de aproximação e distanciamento dos estratos mais elevados, de acordo com as estratégias implementadas: perpassando por casamentos, sociabilidades e a prestação de serviços. Em razão dos

impedimentos, entretanto, nem sempre as recompensas supracitadas seriam as principais intenções que motivariam o envolvimento na “economia das mercês”, com a concessão de privilégios comerciais e o arremate de contratos, mostrando-se como áreas de interesse aos que dispunham dos recursos necessários.

Atrativos como os preços dos açúcares, o acréscimo nas demandas produtivas e outras características foram essenciais para que as camadas mercantis desembarcassem no Brasil, dispondo de capitais para o investimento em diferentes empreitadas. Esses movimentos foram acentuados no último quartel do século XVI e as primeiras décadas do seguinte, considerando a estrutura viabilizada pela União Ibérica, que provocou o fortalecimento das redes mercantis portuguesas em razão da maior integração territorial e outros condicionamentos. Dentre os grupos participantes no setor mercantil, os cristãos-novos que comercializavam a grosso-trato, contemplaram uma “era de ouro” nos negócios, considerando as conjunturas políticas e as negociações com a Monarquia Hispânica, que possibilitaram a ascensão de famílias do eixo Lisboa-Antuérpia a posições anteriormente dominadas por casas germânicas e genovesas, contribuindo à conexão de circuitos da Ásia ao Atlântico.

Nos territórios ultramarinos, os representantes dessas malhas não estiveram isentos de participarem das guerras nas localidades, considerando como os mercadores estiveram enquadrados nas diretrizes marciais previstas para os vassallos, na intenção de impor normativos referentes às armas e exercícios beligerantes, a partir da avaliação individual de suas fazendas. Ao mesmo tempo, seria necessário que os comerciantes se estabelecessem nos espaços, garantindo as logísticas necessárias ao funcionamento de seus empreendimentos, incluindo não somente as sociabilidades, meios de circulação e outras características típicas, mas também, a segurança, manutenção e expansão dos negócios, o que nas capitânicas setentrionais do Brasil, poderiam envolver as guerras coloniais: indissociáveis à disseminação das redes comerciais no setor produtivo.

Essas observações remontam às principais intenções dispostas ao esquema de análise empreendido, no decorrer da pesquisa. Reconstituir a participação dos agentes mercantis nos cenários de guerra, demonstrou as mais diferentes maneiras em que a camada serviu aos processos de beligerância colonial, variando desde os posicionamentos nas tropas, até as contribuições nas questões logísticas – essenciais às *articulações* necessárias, para que suas atuações ocorressem em posições de destaque nos contingentes. Enquanto isso, os *interesses* e *butins* não estariam distantes daquilo que a historiografia comumente indica. O cenário de conquistas representava um veículo ao acúmulo de riquezas e prestígio, tornando-se um dos principais meios para conseguir rendimentos através de sesmarias, ascender a cargos

administrativos que favorecessem as estratégias de afirmação social e enriquecimento, ou mesmo, uma das práticas mais adotadas na escravização das populações indígenas.

Não obstante, ressalvas poderiam ser feitas no que diz respeito aos dois últimos tópicos. Contemplar os destinos selecionados, implicou numa compreensão diferente daquilo que se encontra em meio às perspectivas que versam sobre as elites coloniais, que foram formadas através das conquistas. No momento pós-guerra, gozar dos espólios provenientes das campanhas se apresentava à comunidade mercantil como um caminho de muitas vias, culminando em diferentes oportunidades que serviam não somente aos interesses do *homem colonial*, mas também, ao *ultramarino*. Sobretudo, as análises dispostas indicam que nem sempre a nobilitação ou o acesso às ordens militares, etc., seriam as principais intenções que motivariam os serviços prestados pelas camadas mercantis: com a concessão de privilégios comerciais e o arremate de contratos, mostrando-se também como uma área de interesse àqueles que apresentassem os recursos necessários.

Partindo desses pressupostos, o saldo das conquistas da Paraíba e de Sergipe repercutiu nos grupos mercantis envolvidos, características mais diversificadas do que normalmente se é compreendido, através das perspectivas supracitadas. De modo pertinente aos cristãos-novos, os estatutos de pureza do sangue poderiam impedir que desfrutassem das mesmas recompensas que os cristãos-velhos. Além disso, corriam o risco de repassar as terras e os engenhos para seguir os rumos da diáspora, caso fossem mirados pelo Santo Ofício. Entretanto, considerando de maneira mais ampla a conjuntura mercantil, soma-se as oportunidades de diversificação comercial e mobilidade social proporcionadas pela Monarquia Hispânica aos portugueses, que incluíam o arremate de *asientos* ou o incipiente abastecimento de escravizados africanos na indústria açucareira. Esses elementos germinaram maiores variáveis aos condicionamentos que impactaram os sujeitos selecionados, entre os finais do século XVI e nas primeiras décadas do seguinte.

A ascensão das camadas mercantis portuguesas à condição de assentistas e outras posições na Corte dos Habsburgo, envolveu elementos como uma política de recompensas por serviços, sociabilidades entre diversas camadas sociais e outras estratégias – com a economia Atlântica se tornando essencial. Descortinar as trajetórias selecionadas, indicou que as guerras coloniais não somente contribuíam a esses processos, mas também, para a abertura de novos mercados, à inserção de comerciantes em posições privilegiadas em determinados circuitos, ao acúmulo de riquezas, à aquisição de escravizados, na listagem de serviços que visavam pedidos de mercês e, de maneira geral, seriam oportunidades de travar diferentes tipos de negócios em meio aos conflitos. Também, mostrava-se como um dos caminhos à mobilidade

social ascendente dos agentes comerciais, assumindo posições que permitissem a negociação de interesses individuais e coletivos. Esse cenário se manifestou de diferentes maneiras nos destinos dos mercadores cristãos-novos que participaram nas guerras de conquista.

Considerando a Capitania da Paraíba ter sido destinada principalmente à exportação dos açúcares, as redes mercantis de Pernambuco foram essenciais à abertura desse comércio, conectando a nova demarcação ao circuito ultramarino, através dos mecanismos internos que regiam as trocas comerciais. No entanto, os cristãos-novos mercadores que participaram desses processos demonstraram diferentes interesses, em relação às oportunidades disponíveis nesse território.

Seria esse o caso dos capitães das *Companhias dos Mercadores*, posicionados na vanguarda após negociarem créditos para participarem na Primeira Jornada de Martim Leitão, ao Rio Paraíba. Apesar das diferentes intenções em torno da nova capitania, ambos seriam agentes mercantis com conexões diretas a homens de negócios interessados no arremate de contratos coloniais e ultramarinos, com ênfase nos dízimos dos açúcares e no pau-brasil. Também, não tiveram seus negócios impactados pelo Santo Ofício e, grosso modo, suas principais intenções comerciais estariam voltadas ao estabelecimento de bens de raiz na forma de engenhos, ao passo que suas estratégias matrimoniais, mercantis e os serviços prestados repercutiram na mobilidade social de seus descendentes, que se perpetuaram em meio às elites coloniais, ou ainda, ascenderam a títulos de cavalaria e fidalguia – distanciando-se da ancestralidade sefaradi no decorrer das gerações

Participantes das jornadas subsequentes ao Rio Paraíba, os irmãos Nunes Correia foram essenciais à abertura comercial da capitania, construindo engenhos e estendendo capitais destinados à governança, para a manutenção territorial. Entretanto, seus negócios são elucidativos dos riscos enfrentados pelos cristãos-novos ao desfrutarem dos espólios de conquista. Em razão dos processos que recaíram sobre os irmãos na primeira visita inquisitorial, os engenhos foram repassados e as atividades no território cessadas. Embora essas adversidades tenham contribuído ao desligamento de Diogo Nunes Correia dos negócios, esses eventos não desarticularam as atividades dessa rede mercantil, mas sim, incitaram a realocação das operações à Madrid.

Para os irmãos Nunes Correia, os investimentos na conquista da Paraíba estariam vinculados não somente aos açúcares, mas possivelmente ao pau-brasil, à ascensão de seus membros e na expansão das atividades dessa rede mercantil – tornando o financiamento e a participação nos conflitos, parte da diversificação comercial do consórcio na colônia. Uma análise aproximada de suas atividades demonstra que os créditos destinados à manutenção das

tropas de presídio, à arregimentação da segunda jornada de Martim Leitão e ao sustento das tropas indígenas, faziam parte de interesses recorrentes na beligerância ultramarina, que incluíam o *asiento* destinado ao apetrechamento das embarcações, ou mesmo, o arremate das *Provisiones Generales* pelo herdeiro da família, implicando no financiamento do Exército de Flandres. Nesse sentido, suas atividades contribuem à compreensão das diferentes maneiras como os negócios da guerra, poderiam ser explorados pelas redes mercantis ibéricas.

Essas experiências, demonstram como o momento posterior às guerras de conquista da Paraíba ofereceu diferentes condicionamentos e concentrou interesses distintos sobre a nova capitania, culminando na exploração de sesmarias por parte dos sujeitos, enquanto outros viram seus negócios no território desarticulados, mediante as perseguições. Não obstante, todos assumiram variados patamares de mobilidade social, perpassando desde sujeitos típicos da elite colonial, que assumem cargos nas localidades e suas descendências encontram continuidade nas terras, até assentistas da Monarquia Hispânica.

Na mesma conjuntura, Sergipe se mostrava proveitosa à açucarocracia mediante a pecuária destinada ao abastecimento interno dos engenhos, ao invés de servir como uma capitania voltada à exportação. Não obstante, os cristãos-novos que se envolveram em sua conquista, novamente indicaram diferentes intenções em torno do mesmo território, demonstrando como esses processos poderiam impulsionar rumos distintos e atendiam aos interesses do “homem colonial” ao “ultramarino”, ainda que os entraves à ascendência judaica influenciassem os condicionamentos vigentes, a exemplo dos estatutos de pureza de sangue, que impunham barreiras à ascensão social dos cristãos-novos que se enquadrassem em ambas as categorias.

Diogo Lopes Ulhoa participou das guerras como parte dos serviços que vinha prestando à Coroa, capitaneando uma tropa e recebendo uma sesmaria no novo território para expandir seus currais. Tornou-se um elemento típico das elites coloniais, com seus engenhos e sociabilidades contribuindo à posição da família na Bahia, apesar da ancestralidade sefardita impedir seus descendentes até a segunda geração, de ocupar espaços na câmara ou receber o Hábito de Cristo. No entanto, terminavam por exercer influência de outras maneiras, culminando em homens como Thomé Lopes Ulhoa, que na Antuérpia serviu como Pagador-geral do Exército de Flandres e estabeleceu conexões com assentistas em Madrid.

Miguel Fernandes possivelmente negociou mercadorias em campo e capitaneou tropas, não somente na conquista de Sergipe, mas também nos embates contra os corsários ingleses, sendo nomeado cavaleiro por Cristóvão de Barros. Apesar disso, não demonstrou interesses no território conquistado ou em se estabelecer na indústria açucareira. Motivado

pelas perseguições ou pelo comércio, migrou à Pisa, onde comercializou uma variedade de mercadorias, incluindo os açúcares, itens da Carreira das Índias e corais vermelhos. Na Península Itálica, a nomeação como cavaleiro tornou-se evidência apresentada em sua defesa, no processo contra heresia pelo Santo Ofício de Roma.

Assim como na conquista da Paraíba, as experiências selecionadas nas guerras para o estabelecimento de Sergipe descortinam diferentes interesses em torno do mesmo território, implicando na procura por sesmarias destinadas à pecuária, mas também, nos espólios desfrutados à guisa de títulos de cavalaria – que serviram para a comprovação de distinção social, em espaços ultramarinos.

Ambas as campanhas de conquista, no entanto, levam às conclusões de como as guerras coloniais seriam indispensáveis à formação das primeiras elites coloniais, oferecendo meios de prestação de serviços que culminariam na concessão de títulos, sesmarias e outras recompensas. Entretanto, atendiam não somente aos interesses daqueles que buscavam estabelecimento na colônia, mas também, acumular capitais e influências que poderiam ser aproveitados no âmbito ultramarino. Para que essas considerações fossem articuladas, selecionar os cristãos-novos mercadores como categoria analítica foi essencial, contribuindo não apenas à observação dos aspectos ultramarinos, mas ainda, à compreensão de que os obstáculos previstos pelo estatuto de pureza do sangue poderiam impedir que assumissem posições típicas à “nobreza da terra”. Esses entraves resultariam numa clivagem entre os conquistadores cristãos-velhos e aqueles de ascendência sefardita, condicionando os segundos a exercerem influência de outras maneiras. No entanto, seja através da concessão de terras, escravizados ou na negociação de créditos e materiais bélicos, os processos de conquista não seriam indissociáveis aos interesses das redes mercantis.

Pontualmente, acredita-se que analisar as variáveis que perpassavam por suas trajetórias, articulações destinadas à participação nas conquistas, interesses e recompensas alcançadas, oferece contribuições, primeiramente, ao entendimento das elites coloniais não somente engessadas em modelos típicos, mas sobretudo, como camadas dinâmicas que comportavam composições sociais heterogêneas. Em segundo lugar, faz-se pertinente ao momento retornar ao questionamento norteador da pesquisa, que indagava como as guerras de conquista para o estabelecimento das capitânicas da Paraíba e Sergipe, impactaram as estratégias socioeconômicas dos cristãos-novos mercadores, que participaram dos confrontos. Retomando essa proposta, considera-se que os diferentes episódios e trajetórias observadas, exemplificam narrativas de como essas campanhas impactaram suas estratégias, não apenas à guisa de mobilidade social, mas essencialmente, apresentando-se como uma oportunidade de

negócios: oferecendo contribuições relevantes ao conhecimento acerca dos negócios da guerra nos entraves coloniais e seus horizontes de pesquisa.

REFERÊNCIAS

FONTES

Archivo General de Indias

Relación de la jornada de Diego Flores de Valdés a Parayba. Patronato 33. nº 3. R 41.

Arquivo Histórico Ultramarino

Documentos Avulsos (Paraíba)

AHU_ACL_CU_014, Cx. 1, D. 2.

Arquivo Nacional Torre do Tombo

Corpo cronológico

Ordem para Jerónimo de Aranda, pagador da gente de guerra, entregar a Miguel Gomes Bravo ou a Sebastião Ferreira, 200 escudos de dez réis castelhanos cada um. Corpo Cronológico, Parte II, mç. 260, n.º 31

Inquisição de Lisboa (Processos)

André Lopes Ilhoa [Ulhoa], nº 5391

Antônio Vilhete, nº 6533.

Diogo Nunes, nº 6344.

Duarte Ferrão [Serrão], nº 6837

Mestre Bento Teixeira, nº 5206.

Mesa da Consciência e Ordens

Diligência de Habilitação para a Ordem de Cristo de Diogo Lopes Ulhoa. Letra D, mç. 12 n.º 57.

Registros de Visitações (1560/1775)

Livro 1 de Denúncias da Primeira Visitação ao Brasil por Heitor Furtado de Mendonça. Liv. 779.

Livro 3 das Denúncias da Primeira Visitação ao Brasil. liv. 780

Cadernos do Promotor 1541/1802

4º Caderno do Promotor, liv. 205.

Biblioteca Nacional Digital

SIQUEIRA, L. Notas sobre alguns traslados do livro de saídas e despachos de navios e urcas da Alfândega de Pernambuco referente ao período de 1593 e 1605. Documento 14. Olinda, 05/12/1608.

The Medici Archive Project

MIA Database, mapDocId# 27440

MIA Database, mapDocId#29143

Brasilhis Database

Ambrósio Fernandes Brandão, id. P-96

Bento Dias (de) Santiago, id. P-225

Diogo Nunes Correia, id. P-179

João Nunes Correia, id. P-179

Miguel Fernandes, id. P-2430

Fontes Impressas

BARROS, J. **Livro Sexto da Primeira Década da Ásia de João de Barros**. In: BARROS, J. Decada primeira da Ásia de João de Barros: dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras. Impressa por Jorge Rodriguez. Anno de 1628.

BRANDÃO, A. F. [MELLO, J. A. G. D.]. **Diálogos as Grandezas do Brasil**. 2ª ed integral, segundo o apógrafo de Leiden, aumentada por José Antônio Gonçalves de Melo. ed. Recife: Imprensa Universitária, 1966.

BRANDÃO, A. F. [PÉREZ, J. M. S.] **Diálogo de las grandezas de Brasil**. Primera edición en español. Madrid, Doce Galles: 2019.

BRITO, B. G. **História Trágico-Marítima**: em que se escrevem chronologicamente os Naufrágios que tiverão as Naos de Portugal, depois que se poz em exercício a Navegação da India. Tomo Segundo Offerecido a Augusta Majestade do muito Alto, e muito Poderoso Rey D. João V. Lisboa Occidental: Officina da Congregação do Oratório, 1736.

CARTAS, J. III. **Informações, Fragmentos Históricos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1554 - 1594)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A, 1933.

COUTO, D. D. [LAPA, M. R.]. **Diogo do Couto: O Soldado Prático**. Texto restituído, prefácio e notas pelo prof. M. Rodrigues Lapa. Livraria Sá da Costa: Editora 24: Lisboa, 1937.

DENUNCIACÕES e confissões de Pernambuco (1593 - 1595). Prefácio de José Antônio Gonçalves de Mello. Coleção pernambucana - 2ª fase. Recife, FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1984.

FONSECA, B. A. J. V. **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**. Publicados sob a administração do director geral Rodolfo Garcia. Volume XLVIII, 1926. Nobiliarchia Pernambucana. Vol. II. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1935.

HAKLUYT, R. **The Principal Navigations, Voyages, Traffiques and discoveries of the english nation**. Vol. XIV. America, Part. III, 1890.

_____. The voyage of M. Robert Withrington, and M. Christopher Lister intended for the South sea. In: HAKLUYT, R. **The Principal Navigations, voyages, traffiques and discoveries of the English Nation**. Cambridge: Cambridge University Press, v. 11, 2014.

JABOATÃO, A. D. S. M. **Novo Orbe Seráfico Brasílico, ou chronica dos frades menores da Província do Brasil. Impressa em Lisboa, em 1761. Instituto Histórico e Geografico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typografia Brasiliense, 1858.

KNIVET, A. **As Incríveis Aventuras e Estranhos Infortúnios de Anthony Knivet: memórias de um aventureiro inglês que em 1591 saiu de seu país com o pirata Thomas Cavendish e foi abandonado no Brasil, entre índios canibais e colonos selvagens**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. [Ebook] [N.P].

LEI DAS ARMAS, que cada huma pessoa he obrigada ter em todos os Reinos, e senhorios de Portugal. In: Leys, e provisões que elrey Dom Sebastião nosso senhor fez depois que começou a governar. Impressas em Lisboa per Francisco Correa em 1570. Coimbra, na real imprensa da Universidade, 1816.

LEITE, S. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa; Rio de Janeiro: Livraria Portugália; Civilização Brasileira, v. Tomo II, Séc. XVI - A obra., 1938.

MENDONÇA, M. C. D. **Raízes da Formação Administrativa do Brasil. Tomo I. Regimentos I a XVI**. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

MIRANDA, S. M; SALVADO; J. P. **Livro 1º do Governo do Brasil (1607 - 1633)**. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses - Centro de História e Documentação Diplomática /MRE. 1ª ed. 2001.

MORENO, D. D. C. **Livro que dá razão do Estado do Brasil - 1612. Edição crítica, com introdução e notas de Helio Vianna**. Recife: Arquivo Público Estadual, 1955.

MORENO, D. D. C. [MELLO, J. A. G]. **A relação das praças fortes do Brasil (1609)**. In: Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Vol. LVII. Recife - 1984.

ORDENAÇAM sobre hos cavalos e armas. -[Lisboa]: Impressas aa custa de Luis Rodriguez, [depois de 7 de Agosto de 1549]-[4](28 cm)

RODRIGUEZ, L. **ORDENAÇAM SOBRE HOS CAVALOS E ARMAS**. Lisboa: Impressas aa custam de Luis Rodriguez, [depois de 7 de Agosto de 1549], 1549.

SALVADOR, F. V. D. **História do Brasil por Frei Vicente do Salvador, natural da Bahia**. São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918.

SOUZA, G. S. D. **Tratado Descritivo do Brazil em 1587**, obra de Gabriel Soares de Souza, Senhor de engenho da Bhia, n'ella residente dezesete annos, seu vereador da Camara, etc. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851.

STADEN, H. **Viagem ao Brasil**: Versão de Marpurgo, de 1557. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1930.

SUMÁRIO DAS ARMADAS, que se fizeram e guerras que se deram na conquista da Rio Parahyba. In: **Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Ethnographico do Brasil. Tomo XXXVI**. Part I. Rio de Janeiro: R. I. Garnier – Livreiro Editor, 1873.

TRESLADO do Regimento que levou Francisco Geraldês que sua magestade ora mandou or guovernador do Estado do Brasil em março de 88. In: Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. Fundado no Rio de Janeiro em 1836. Tomo LXVII. Parte I. Imprensa Nacional, 1906.

ZURARARA, G. E. D. **Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I**. Publicada por ordem da academia das sciências de Lisboa segundo os manuscritos ° 368 e 355 do Arquivo Nacional por Francisco Maria Esteves Pereira. Academia das Sciências de Lisboa: Lisboa, 1915.

Bibliografia

ALENCASTRO, L. F. **O Trato dos Viventes**: Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI- XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, A. A. M. **Dicionário Histórico dos Sefarditas portugueses: mercadores e gente do trato**. Lisboa: Campo da Comunicação, 2009.

ALMEIDA, C. M. C. D.; FRAGOSO, J. L. R.; SAMPAIO, A. C. J. D. **Conquistadores e Negociantes**: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI e XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ALMEIDA, M. R. C. D. Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial: novos súditos cristãos do Império Português. 2000. 351 p. Tese (doutorado em antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas - Campinas. 2000.

_____. ALMEIDA, M. R. C. D. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ANDREWS, K. R. **Elizabethan Privateering**: English Privateering During the Spanish War (1585 - 1603). Cambridge: Cambridge University Press, 1966.

_____. **Trade, plunder and settlement**: Maritime Enterprise and the Genesis of the British Empire, 1480 - 1630. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

ASSIS, A. A. F. D. **Um 'Rabi' Escatológico na Nova Lusitânia**: Sociedade colonial e Inquisição no Nordeste quinhentista - o caso João Nunes (Dissertação de Mestrado). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1998.

AYMARD, M. **Amizade e Convivialidade**. In: CHARTIER, R. História da vida privada: da renascença ao século das luzes, 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BARROS, A. J. M. **Quem eram? De onde vinham? Para onde iam? As relações comerciais marítimas entre a cidade do Porto e os domínios da Coroa de Aragão nos séculos XV e XVI**. El món urbà a la Corona d'Aragó del 1137 als decrets de Nova Planta: XVII Congrès d'Història de la Corona d'Aragó. Barcelona: Universitat de Barcelona. 2003.

_____. **Porto: a construção de um espaço marítimo nos alvares dos tempos modernos**. Vol. 1. (Tese de Doutorado). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.

_____. **Nas origens de uma república marítima e mercantil**. O acolhimento aos estrangeiros nos portos medievais e modernos. CEM - Cultura, Espaço e Memória, nº 6. 2015.

BECKERT, S. **Empire of Cotton: A Global History**. Alfred A. Knopf: New York, 2014. [Ebook]

BETHENCOURT, F. **História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BATISTA, A. F. **O Sumário das Armadas: Guerras, Missão e Estratégias Discursivas na Conquista da Paraíba (Dissertação de Mestrado)**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.

BICALHO, M. F. B. Conquista, Mercês e Poder Local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. **Almanack Brasiliense**, [S.L], v. 2, Novembro 2005.

BLACK, J. **Rethinking Military History**. London & New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2004

BOYAJIAN, J. C. **Portuguese Bankers at the Court of Spain, 1626-1650**. New Jersey: Rutgers University Press, 1983

_____. **Portuguese Trade in Asia un the Habsburgs, 1580 - 1640**. Baltimore: John Hopkins University Press, 1993.

BRANDÃO, M. E. D. M.; MENEZES, M. V. D. Ambrósio Fernandes Brandão, escrivão da feitoria de Malaca, soldado e financista de D. Sebastião. **HISTÓRIA UNICAP**, Recife, v. 7, n. 13, Jan/Jun. 2020.

_____. Mercados, guerras e mercês: a mobilidade social no Antigo Regime através da trajetória e Ambrósio Fernandes Brandão, mercador, cristão-novo nas capitanias do Norte. **História Unicap**, Recife, v. 7, n. 13, jan./jun 2020.

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV - XVIII: o jogo das trocas**. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, v. 2, 2009.

BRITO, S. B. R. D. **A Conquista do Rio Ruim: A Paraíba na Monarquia Hispânica (1570-1630)** (Tese de Doutorado). Salamanca: Universidade de Salamanca, 2020.

CALDEIRA, A. M. **The Island Trade Route of São Tomé in the 16th Century: Ships, Products, Capitals**. RiMe Rivista dell'Istituto di Storia dell'Europa Mediterranea. vol. 9, special issue, 2021.

CALMON, P. **História do Brasil: as Origens, 1500 - 1600**. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre.: Companhia Editora Nacional, v. 1, 1939.

_____. **Introdução e Notas ao Catálogo Genealógico das Principais Famílias, de Frei Jaboatão**. Vol. 1. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1985.

CHAVES, M. F. F. **Juan Bautista Rovelasca y el tráfico de esclavos hacia América del contrato de Santo Tomé de 1583-1589: Gestión de un enclave esclavista en decadencia**. Anuario de Estudios Americanos, 79, 2, Sevilla (Espana), julio-diciembre, 2022, 451-485

CODES, A. I. L. **Inquisición portuguesa y monarquía hispánica en tiempos del perdón-general de 1605**. Lisboa: Edições Colibri / CIDEHUS/UE – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, 2010.

CONRAD, S. **O que é a História Global?** Lisboa: Edições 70, 2019.

COSENTINO, F. C. **Governadores Gerais do Estado do Brasil (Séculos XVI - XVII): ofício, regimentos, governação e trajetórias**. São Paulo; Belo Horizonte: Annablume; Fapemig, 2009.

_____. Mundo Português e Mundo Ibérico. In: FRAGOSO, J. G. M. D. F. **O Brasil Colonial 1580 - 1720**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2016 [Ebook].

COSTA, L. F. **O Transporte no Atlântico: as frotas do açúcar (1580-1663)**. Tese de doutorado. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2001.

_____. **O Transporte no Atlântico: as frotas do açúcar (1580-1663), Apêndices**. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2001.

CURTIN, P. D. **Cross-cultural Trade in World History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

CURTO, D. R. A Cultura Política. In: MATTOSO, J. **História de Portugal: No alvorecer da modernidade**. Lisboa: [s.n.], v. 3, 1997.

DANTAS, P. B. S. **Pelos caminhos d'água, pelas rugosidades da terra: a construção territorial de Sergipe D'el Rey**. 2019. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

DANTAS, M. A; MIRANDA, B. R. F. **A Government of Indigenous Peoples: Administration, Land, and Work in the State of Brazil during the Portuguese Empire (1548-1822)**. e-JPH, Porto, v. 19, n. 2, p. 25-50, dez. 2021.

DIAS, C. M. **História da colonização portuguesa do Brasil**: Edição Monumental Comemorativa do Primeiro Centenário da Independência do Brasil. Porto: Litografia Nacional, v. 3, 1921.

DURÁN, A. S. **Hombres de negocios de la nación portuguesa**: redes y estrategias sociales de un colectivo profesional en la Monarquía de los Austrias (1621 - 1665). 2020. Tese (Doutorado em História Moderna). Facultad de Filosofía y letras, Universidad Autónoma de Madrid: Madrid, 2020.

EBERT, C. **Between Empires**: Brazilian Sugar in the Early Atlantic Economy, 1550 - 1630. Leiden; Boston: Brill, 2008.

FEIO, G. M. D. C. **O ensino e a aprendizagem militares em Portugal e no Império, de D. João III a D. Sebastião**: a arte portuguesa da guerra. Lisboa: Tese de doutoramento, História (História dos Descobrimentos e da Expansão), Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2014.

FEITLER, B. **Nas Malhas da Consciência: Igreja e Inquisição no Brasil, Nordeste (1640-1750)**. 2ª ed. São Paulo: Editora Unifesp, 2021.

FERNANDES, F. **A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá**. 3. ed. São Paulo: Editora Globo, 2006 [Ebook].

FISCHER-KATTNER, A. Introduction. In: FISCHER-KATTNER, A.; OSTWALD, **The World of the Siege**: Representations of Early Modern Positional Warfare. Leiden; London: Brill, 2019.

FRADE, F. V. **As Relações Econômicas e Sociais das Comunidades Sefarditas Portuguesas**: O trato e a Família, 1532-1632. Doutorado em História. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2006.

FRANÇA, E. D. Engenhos, Colonização e Cristãos-Novos na Bahia Colonial. In: PAULA, E. S. D. **Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Colonização e Migração**. São Paulo: XXXI, Coleção de revista de História sob a direção do Prof. Eurípedes Simões de Paula., 1969.

FREIRE, F. F. D. O. **História de Sergipe (1575 - 1855)**. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1891.

FUJIMOTO, J. **A guerra indígena como guerra colonial**: as representações e o lugar da belicosidade indígena e da antropofagia no Brasil Colonial (séculos XVI e XVII). Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016.

GARCIA, P. C. **Redes y circulación de los hombres de negocios en la conexión de los territorios de la Monarquía Hispánica durante la Unión e Coronas (1580-1640)**. Revista Eletrônica da ANPHLAC, [S. l.], n. 26, p. 173–197, 2019. DOI: 10.46752/anphlac.26.2019.3349.

GINZBURG, C.; PONI, C. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, C.; CASTELNUOVO, E.; PONI, C. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.

GLETE, J. **Warfare at sea, 1500-1650: Maritime conflicts and the transformation of Europe**. London: Routledge: Taylor & Francis Group, 2001.

GODINHO, V. M. **Ensaio, II: Sobre a História de Portugal**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora Lisboa, 1968.

GOMES, J. E. A. B. **AS MILÍCIAS D'EL REY: Tropas militares e poder no Ceará setecentista**. Dissertação de mestrado. Niterói: Universidade Fluminense, 2009.

GONÇALVES, R. C. **Guerras e açúcares: política e economia na Capitania da Parayba, 1585 - 1630**. [Ebook]. ed. Bauru: Edusc, 2007.

GRANOVETTER, M. S. **The Strength of Weak Ties**. American Journal of Sociology. V. 78. N° 6. 1973.

GREEN. T. **The Rise of the trans-atlantic slave trade in Western Africa, 1300-1589**. New York: Cambridge University Press, 2012.

GRUZINSKI, S. **As quatro partes do mundo: história de uma mundialização**. Belo Horizonte: São Paulo: Editoria UFMG; Edusp, 2014.

HEMMING, J. **Red Gold: the conquest of the brazilian indians**. Cambridge: Harvard University Press, 1978.

HERZOG, T. Struggling Over Indians: territorial conflict and alliance making in the heartland of south america (seventeenth to eighteenth centuries). In: BELMESSOUS, S. **Empire by Treaty: Negotiating European Expansion, 1600-1900**. New York: Oxford University Press, 2015.

HESPANHA, A. M. **Às vésperas do Leviathan: Instituições e Poder Político, Portugal séc. XVII**. Rio de Mouro: Artes Gráficas, 1986.

_____. Introdução. In: THEMUDO, M.; TEIXEIRA, S. **Nova História Militar de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, v. 2, 2004.

_____. **A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime**. Revista Tempo, Niterói, v. 11, n. 21, 2006.

HOLANDA, S. B. D. **Sérgio Buarque de Holanda. História Geral da Civilização Brasileira, Tomo I: A época Colonial**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, v. 1, 2007.

HUTZ, A. **Homens de nação e de negócios: redes comerciais no mundo ibérico (1580-1640)**. Tese (Doutorado em História Econômica). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

_____. **Os cristãos novos portugueses no tráfico de escravos para a América Espanhola (1580 - 1640)**. Dissertação. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2008.

ÍBÁÑEZ, J; MONTOJO, V. Los portugueses y la política imperial: de Flandes, Londres y Francia al sureste peninsular, entre oportunidades e frustraciones. In: CARDIM, P.; COSTA, L. F.; CUNHA, M. S. **Portugal na Monarquia Hispânica: Dinâmicas de Integração e Conflito**. CHAM-UNL/UAç - CIDEHUS-UÉ - GHES-UTL: Lisboa, 2013.

JOHNSON, H. B. A Colonização Portuguesa do Brasil, 1500 - 1580. In: BETHELL, L. **História da América Latina: América Latina Colonial**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, v. 1, 2004.

JUÁREZ, J. A. C. **Los asientos de la avería de la Armada de la Carrera de Indias**. Ius fugit. Revista Interdisciplinar de estudios histórico-jurídicos. Nº 5-6: [S.L.], 1996.

KEEGAN, J. **A Face da Batalha**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2000.

LANE, K. **Pillaging the Empire: Global Piracy on the High Seas, 1500 - 1750**. 2ª. ed. New York; London: Routledge, 2016.

KRAUSE, T. N. **A formação de uma Nobreza Ultramarina: Coroa e elites locais na Bahia seiscentista**. Tese (Doutorado): Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

LEE, R. Port-towns, their hinterlands and forelands: a critical review. In: LEE, R.; MCNAMARA, P. **Port-Cities and their Hinterlands: Migration, Trade and Cultural Exchange from the Early Seventeenth Century to 1939**. London; New York: Routledge, 2022.

LINS, G. G. D. S. D. **Página de História da Paraíba: revisão crítica sobre a identificação e localização dos dois primeiros engenhos de açúcar da Paraíba**. João Pessoa: Empório dos Livros, 1999.

_____. **As Fortificações Antigas da Paraíba (século XVI)**. João Pessoa: Edição do Autor, 2014.

LIPINER, E. **Os judaizantes nas capitanias de cima: estudos sobre os cristãos-novos do Brasil nos séculos XVI e XVII**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969.

MACHADO, M. D. O. **O "Sumário das Armadas" (c. 1589): estudo e fixação do texto** (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018.

MAGALHÃES, J. R. A Guerra: os homens e as armas. In: MATTOSO, J. **História de Portugal: no Alvorecer da modernidade**. Lisboa: Editorial Estampa, v. 3, 1997. P. 102 – 111.

_____. O comércio ultramarino. In: MATTOSO, J. **História de Portugal: no Alvorecer da modernidade**. Lisboa: Editorial Estampa, v. 3, 1997. P. 303 – 319.

MARCHANT, A. **Do Escambo à Escravidão: As relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500 - 1580**. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1943.

MARCOCCI, G. PAIVA, J. P. **História da Inquisição Portuguesa (1536 - 1821)**. Lisboa: Esfera dos Livros, 2013.

MARQUES, M. P. **Mem de Sá Um Percurso Singular no Império Quinhentista Português (Tese de Doutorado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa)**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2017.

MEILINK-ROELOFSZ, M. A. P. **Asian Trade and European Influence in the Indonesian archipelago between 1500 and 1630**. Haia: Martinus Nijhoff, 1962.

MELLO, E. C. **Um Imenso Portugal: História e historiografia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

_____. **Olinda Restaurada: Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630 - 1654**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2007.

_____. **Rubro Veio: o imaginário da Restauração Pernambucana**. 3. ed. São Paulo: Alameda, 2008.

_____. **O Bagaço da Cana: Os Engenhos de Açúcar do Brasil Holandês**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012. [Ebook]

_____. **O Nome e o Sangue: uma parábola genealógica no Pernambuco Colonial**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009. P. 45 - 74

MELLO, J. A. G. D. **Gente da Nação: cristãos-novos e judeus em Pernambuco, 1542-1654**. 2. ed. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1996.

MELLO, J. A. G. D.; ALBUQUERQUE, X. D. **Cartas de Duarte Coelho a El-Rei: Reprodução fac-similar, leitura paleográfica e versão moderna anotada**. 2. ed. Recife: Editora Massangana, 1997.

MICHIN, S. NEWSON, L. A. **From Capture to Sale: the portuguese slave trade to spanish South America in the Early Seventeenth Century**. Leiden, Boston: Brill, 2007.

MIRANDA, B. R. F. **Gente de Guerra: Origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)**. Tese de doutorado. Universidade de Leiden, 2011

MONTEIRO, J. G. Guerra. In: DOMINGUES, F.C. **Dicionário da expansão portuguesa: 1415-1600**. [S.L]: Círculo de Leitores, v. 1, 2016.

MONTEIRO, J. M. **Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MORRIS, M. A. **The Strait of Magellan: International Straits of the World**. Dordrecht; Boston; London: Martinus Nijhoff Publishers, v. 11, 1988.

MOTT, L. R. B. **A Inquisição em Sergipe**. Aracaju: Fundesc, 1989.

NOVINSKY, A. **Cristãos-novos na Bahia: A Inquisição no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

_____. **Viver nos tempos da inquisição**. São Paulo: Perspectiva, 2020. [Ebook]

NOVOA, J. N. The Many Lives of Two Portuguese Conversos: Miguel Fernandes and Rui Teixeira in the Tribunal of the Holy Office in Rome. **Hispania judaica bulletin**, Jerusalem, v. 12, 2016.

_____. **Being the Nação in the eternal city: new Christian lives in Sixteenth-Century Rome**. [S. L.]: Baywolf Press, 2014.

NUNES, M. T. **Sergipe Colonial I**. Universidade de Sergipe; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

OLIVAL, F. **Honra, mercê e venalidade**: as Ordens Militares e o Estado Moderno em Portugal (1641 - 1789). (Tese). Évora: Universidade de Évora, 1999.

_____. **A investigação sobre a mobilidade social dos cristãos-novos no Portugal moderno**: notas de balanço. In: BARROS, M. F. L.; MONTALVO, J. H. *Minorias étnico-religiosas na Península Ibérica (Período Medieval e Moderno)*, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS/Universidade de Alicante, 2008.

OLIVEIRA, A. S. D. **Incursões (Meta)Lexicográficas e Semânticas em Vieira Transtagano**: A Guerra e o Comércio no Dicionário Português-Inglês. Dissertação de Mestrado. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2011.

PARKER, G. **The Army of Flanders and the Spanish Road, 1567-1659**: the logistics of Spanish Victory and Defeat in the Low Countries' Wars. London; New York. Cambridge University Press, 1972.

_____. **The military revolution: military innovation and the rise of the west, 1500 - 1800**. 2ª ed. Edimburgo: Cambridge University Press, 1996.

PARROTT, D. **The Business of War Military Enterprise and Military Revolution in Early Modern Europe**. New York: Cambridge University Press, 2012.

PERRONE-MOISÉS, B. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI-XVIII). In: CUNHA, M. C. *História dos Índios no Brasil*. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: Fapesp, 1992.

PESSOA, Â. E. D. S. **As Ruínas da Tradição**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2016.

PHILLIPS, C. R. **The Struggle for the south atlantic**: the armada of the strait, 1581 - 1584. London: Routledge for the Hakluyt Society, 2016.

PINTO, S. M. C. **A Companhia de Simón Ruiz**. Análise espacial de uma rede de negócios no século XVI. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras, U. Ponto. Novembro de 2012.

PLANK, G. **Atlantic Wars**: from the fifteenth century to the age of revolution. New York: Oxford Press, 2020.

PRADO., J. F. D. A. **A Bahia e as Capitanias do Centro do Brasil (1530 - 1626). História da Formação da Sociedade Brasileira, Tomo I.** São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Bahia; Pará; Porto Alegre: Companhia Editorial Nacional, 1945.

PUNTONI, P. **A guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650 - 1720.** São Paulo: Fapesp, 2002.

RAE, F.; SMITH, D. G. **Bahian Merchants and Planters in the Seventeenth and Early Eighteenth Centuries.** *Hispanic American Historical Review*: Duke University Press, 1978.
REVÁH., I. S. **Des Marranes a Spinoza.** Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1995.

RAY, J. **The Sephardic Frontier: the Reconquista and the Jewish Community in Medieval Iberia.** Ithaca; London. Cornell University Press, 2006.

_____. **After Expulsion: 1492 and the Making of Sephardic Jewry.** New York; London: New York University Press, 2013.

REVEL, J. **Microanálise e construção social.** In: REVEL, Jacques. *Jogos de Escaladas: a experiência da microanálise.* Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, A. S. **Instituições e auto-organização em redes comerciais e financeiras no espaço Ibérico (segunda metade do século XVI – 1609).** In: LOPES, B.; JESUS, R. L. D. *Finanças, economias e instituições no Portugal moderno: Séculos: XVI - XVIII.* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019. p. 136.

RIBEIRO, E. B. **Bento Teixeira e a "Escola de Satanás": o poeta que teve a "prisão por recreação, a solidão por companhia e a tristeza por prazer".** 2006. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

RIBEMBOIM, J. A. **Senhores de Engenho: judeus em Pernambuco colonial, 1542 - 1654.** 5 ed. Recife: E. do Autor, 2000.

RICARDO, S. C. **As Redes Mercantis no final do século XVI e a figura do Mercador João Nunes Correia. (Dissertação de mestrado).** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Expoentes Mercantis e dinâmica de negócios: a família Dias de Milão (1580-1624).** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

RICUPERO, R. **A Formação da Elite Colonial, Brasil c. 1530 - 1630.** São Paulo: Alameda, 2009.

RUCQUOI, A. **História Medieval da Península Ibérica.** Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

RUSSELL-WOOD, J. **Histórias do Atlântico português.** 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

SALGADO, G. **Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial.** 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SALVADOR, J. G. **Os cristãos-novos: povoamento e conquista do solo brasileiro (1530 - 1680)**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora; Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

SAMPAIO, A. C. J. D. Fluxos e Reflexos mercantis: centros, periferias e diversidade regional. In: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. D. F. **O Brasil Colonial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

SANTOS, A. L. S. M. **Conquistas da fé na gentilidade brasílica: a catequese jesuítica na aldeia do Geru (1683-1758)**. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2011.

SANTOS, E. S. **Uriel da Costa: a trajetória intelectual de um judeu suicida em Amsterdam, no séc. XVII**. (Dissertação de Mestrado). São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2017.

SCHWARTZ, S. B. **Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial, 1550 - 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SERRÃO, J. V. **Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

SILVA, E. L. S. E. **"Juntos à Força": a Família Lopes e a Visitação do Santo Ofício à Bahia (1591 - 1593)**. (dissertação de mestrado). Feira de Santana: Universidade Estadual Feira de Santana, 2010.

SILVA, J. G. D. F. **Modos de pensar, maneiras de viver: cristãos-novos em Pernambuco no século XVI**. Dissertação (Mestrado). Recife: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

_____. **Cristãos-novos nos negócios da Capitania de Pernambuco: relacionamentos, continuidades e rupturas nas redes e comércio entre os anos de 1580 e 1630**. (Tese de Doutorado). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

SILVA, K. V. **O Miserável Soldo e a boa ordem da sociedade colonial**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001.

_____. **De senhores de engenho a cortesãos: conexões entre a América açucareira portuguesa e a Monarquia Católica no século XVII**. In: MEGIANI, A. P. T; PÉREZ, J. M. S.; SILVA, K. V. **O Brasil na Monarquia Hispânica (1580-1668): novas interpretações**. São Paulo: Humanitas, 2016.

_____. **Agência Indígena na Conquista do Sertão: Estratégias Militares e Tropas Indígenas na "Guerra dos Bárbaros" (1651-1704)**. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 45, n. 2, maio-ago, 2019.

SILVA, M. B. N. D. **Sergipe Colonial: uma capitania esquecida**. Editora Singular, São Paulo: 2019. [Ebook]

SILVEIRA, M. A. **A colonização como guerra: conquista e razão de Estado na América portuguesa (1640 - 1808)**. Curitiba: Appris, 2019.

SIQUEIRA, S. A. **A inquisição portuguesa e a sociedade colonial**. São Paulo: Editora Ática, 1978.

SOUZA, G. F. C. D. **Tratos e Mofatras: o grupo mercantil do Recife Colonial (c. 1654 - 1759)**. 2. ed. Recife: Editora UFPE, 2020.

STRUM, D. **O comércio do açúcar: Brasil, Portugal e Países Baixos (1595-1630)**. Rio de Janeiro; São Paulo: Versal; Odebrecht, 2012 [Ebook].

_____. **Entre os embargos e a inquisição: cristãos-novos e "framenguos" na rota do açúcar**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História–ANPUH, 1-14, 2011

STOLS, E. **Os mercadores flamengos em Portugal e no Brasil antes das conquistas holandesas**. Anais de História, Anais de História, Assis-SP, UNESP, vol. 5, 1973. pp. 9-54

STUDNICKI-GIZBERT, D. **A Nation Upon the Ocean Sea: Portugal's Atlantic Diaspora and the Crisis of the Spanish Empire, 1492–1640**. New York: Oxford University Press, 2007.

SUBRAHMANYAM, S. **The portuguese Empire in Asia, 1500 - 1700: a political and economic history**. 2. ed. New Jersey: John Wiley & Sons, Ltd, 2012.

TAVARES, J. D. L. **Apontamentos para a História Territorial da Parahyba**. [S.l.]: Imprensa Oficial Parahyba, v. 1, 1909.

THOMAZ, L. F. F. R. **De Ceuta a Timor**. Lisboa: Fidel, 1994.

TRIM, D. J. B. **Ideology, Greed, and Social Discontent. In Early Modern Europe: Mercenaries and Mutinies in the Rebellious Netherlands, 1568-1609**. In: HATHAWAY, Jane. *Rebellion, repression, reinvention: mutiny in comparative perspective*. Westport: Praeger Publishers, 2001

TRIVELLATO, F. **Familiaridade entre estranhos: a diáspora sefardita, Livorno e o comércio transcultural na idade moderna**. Lisboa: Edições 70, 2020.

_____. **The Promise and Peril of Credit: what a forgotten legend about jews and finance tells us about the making of european commercial society**. New Jersey; Oxford Street, Woodstock, Oxfordshire. Princeton University Press, 2019

VAINFAS, R. **Jerusalém Colonial: judeus portugueses no Brasil Holandês**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2010 [Ebook].

VARNHAGEN, F. A. D. **História Geral do Brazil, Antes da sua Separação e Independência de Portugal pelo Visconde de Porto Seguro, Natural de Sorocaba**. 2. ed. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, v. I, 1877.

VILAR, E. V. **Hispanoamerica y el comercio de esclavos**. Sevilha: Escuela de Estudios Hispanoamericanos, 1977.

_____. **El tesorero Andrés Munibe: entre la Casa y el Consulado**. XXV Congreso 500 Años de la Casa de la Contratación en Sevilla – Págs. 433-447, 2004.

VÁZQUEZ, J. A. C. **La minoría judeoconversa en la época del Conde Duque de Olivares. Auge y ocaso de Joan Núñez Saravia (1585 - 1639).** (Tese de Doutorado). Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, 2004.

WACHTEL, N. **A fé na Lembrança: Labirintos Marranos.** São Paulo: Editora da Unviersidade de São Paulo, 2009.

_____. **The "Marrano" Mercantilist Theory of Duarte Gomes Solis.** The Jewish Quarterly Review, Vol. 101, No. 2. 2011 pp. 164-188

WALTER, D. **Colonial Violence: European Empires and the Use of Force.** New York: Oxford University Press, 2016 [Ebook].

WILSON, P. H. Summary: Under Siege? Defining Siege Warfare in World History. In: FISCHER-KATTNER, OSTWALD, **The World of the Siege: Representations of Early Modern Positional Warfare.** Leiden; Boston: Brill, 2019.